

INSTITUTO
HISTÓRICO
DA ILHA TERCEIRA



BOLETIM

HISTÓRICO·DA
ILHA·TERCEIRA
INSTITUTO·



VOL. LXXV

2017

INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

BOLETIM

VOL. LXXV

2017

ANGRA DO HEROÍSMO

BOLETIM
DO
INSTITUTO
HISTÓRICO
DA
ILHA TERCEIRA

SÓCIOS DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA (31 de Dezembro de 2017)

SÓCIOS FUNDADORES (Todos Falecidos)

- Dr. Cândido Pamplona Forjaz
- Dr. Elmiro Borges da Costa Mendes
- Francisco Coelho Maduro Dias
- Cónego Dr. Francisco Garcia da Rosa
- Dr. Francisco Lourenço Valadão
- Capitão Frederico Lopes da Silva
- Gervásio Lima
- Dr. Henrique Ferreira de Oliveira Braz
- João Carlos da Costa Moniz
- P.e Joaquim Esteves Lourenço
- Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte-Real e Amaral
- Tenente-Coronel José Agostinho (2.º Presidente do Instituto)
- Cónego José Augusto Pereira
- Dr. Luís da Silva Ribeiro (1.º Presidente do Instituto)
- P.e Dr. Manuel Cardoso do Couto
- Dr. Manuel de Sousa Menezes
- Capitão Miguel Cristóvam de Araújo
- Dr. Ramiro Machado
- Raimundo Belo
- Dr. Teotónio Machado Pires (3.º Presidente do Instituto)

SÓCIOS EFETIVOS

- Prof. Doutor Alfredo Emílio Silveira de Borba – Doutoramento em Ciências Agrárias - Nutrição Animal. Professor da Universidade dos Açores. em Biofísica e Licenciado em Física. Professor da Universidade dos Açores.
- Dr. Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino – Licenciado em Direito e Advogado (**Presidente do Conselho Fiscal**).
- Dr. António Bento Fraga Barcelos – Licenciado em História.
- Prof. Doutor António Félix Flores Rodrigues – Doutoramento em Ciências do Ambiente, Mestre em Biofísica e Licenciado em Física. Professor da Universidade dos Açores.
- Dr.ª Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Menezes da Costa - Mestre em Estudos Literários, Culturais e Interartes, Licenciada em Línguas e Literaturas Modernas.
- P.e Doutor Duarte Manuel Gonçalves da Rosa – Doutoramento em História Contemporânea e Licenciado em Estudos Portugueses, Ciências da Informação e da Documentação, Direcção de Coro, Ciências Religiosas.

- Prof. Doutor Eduardo Manuel Vieira de Brito de Azevedo – Doutorado em Ciências Agrárias – Climatologia Insular. Professor da Universidade dos Açores.
- Dr. Francisco dos Reis Maduro-Dias – Licenciado em História (**Vogal do Conselho Fiscal**).
- Cónego Doutor Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes – Doutorado em Teologia. Vigário Geral da Diocese de Angra. Professor do Seminário Episcopal de Angra. (**Substituto do Conselho Fiscal**).
- Cônsul Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt – Historiador. (**Tesoureiro do Instituto**).
- Prof. Doutor João da Silva Madruga – Doutorado em Ciências Agrárias e Licenciado em Engenharia de Produção. Professor da Universidade dos Açores.
- Cónego João de Brito do Carmo Meneses – Curso de Teologia. Etnólogo.
- Cónego Doutor João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes - Doutorado em Direito Canónico e Mestre em Relações Internacionais. Professor do Seminário Episcopal de Angra. (**Presidente do Instituto**).
- Dr. Jorge Eduardo Abreu Pamplona Forjaz – Licenciado em História. Genealogista. (**Presidente substituto**).
- Doutor José Armando Martins Mendes – Doutorado em História, Defesa e Relações Internacionais e Licenciado em História Científica. Jornalista.
- Dr. José Avelino Rocha Santos – Mestre em História.
- Dr. José Elmiro Teixeira da Rocha – Licenciado em História.
- Arq.º José Figueiredo Gouveia de Castro Parreira – Licenciado em Arquitetura.
- Prof. Doutor José Gabriel do Álamo de Menezes – Doutorado em Engenharia Civil e Licenciado em Engenharia do Ambiente. Professor da Universidade dos Açores. Presidente da Câmara Municipal de Angra.
- Doutor José Guilherme Reis Leite – Doutorado em História. (**Vogal do Conselho Fiscal**).
- Eng.º José Henrique dos Santos Correia Guedes – Licenciado em Engenharia Civil.
- Dr. José Olívio Mendes Rocha - Mestre em Relações Internacionais e Licenciado em História. (**Tesoureiro substituto**).
- Doutor Leandro Adelino Andrade Cardoso Ávila – Doutor em História Insular e Atlântica e Licenciado em Educação Básica.
- Luís Manuel Conde Vieira Pimentel – Genealogista.
- Doutora Maria Antonieta Mendes do Couto Costa – Doutorada em Psicologia Social.
- Dr.ª Maria da Assunção Gil Correia de Melo – Licenciada em História de Arte.
- Dr.ª Maria Helena de Meneses Ormonde – Mestre em Museologia e Património e Licenciada em Antropologia Cultural.
- Dr.ª Maria Manuel Velásquez Ribeiro – Mestre em Museologia e Património.
- Dr.ª Marta Dias Barcelos – Mestre em Bioética e Licenciada em Filosofia.
- Dr.ª Marta Sofia Ferreira Bretão Correia – Licenciada em Conservação e Restauro. Professora convidada do Seminário Episcopal de Angra. (**Secretária do Instituto**).
- Dr. Miguel Corte-Real da Silveira Monjardino – Mestre em Relações Internacionais e Licenciado em Direito. Professor da Universidade Católica Portuguesa. (**Secretário substituto**).
- Arq.º Miguel Sieuve Lima de Mendonça e Cunha – Licenciado em Arquitetura.
- Dr.ª Paula Maria Soares Romão – Licenciada em Química.

- Dr. Pedro Nuno Teixeira Corvelo – Licenciado em Direito e Advogado.
- Doutor Ricardo Manuel Madruga da Costa – Doutorado em História. Professor convidado do Seminário Episcopal de Angra e da Universidade dos Açores.
- Dr. Rui Ferreira Ribeiro de Meireles – Licenciado em História.
- Dr. Sérgio Rui Fernandes Toste – Licenciado em Línguas e Literaturas Clássicas e Portuguesa.
- Comendador Valdemar Mota de Ornelas da Silva Gonçalves – Historiador.
- Dr. Vítor Medeiros Brasil – Mestre em Estudos do Património e Licenciado em História.

SÓCIO SUPRANUMERÁRIO

- Prof. Doutor Nuno Miguel Ornelas Martins – Doutorado em Economia. Professor da Universidade Católica Portuguesa do Porto.

SÓCIOS HONORÁRIOS

- S.^a Ex.^a Rev.ma o Sr. D. António de Sousa Braga – Bispo Emérito de Angra da Educação e Cultura do Governo Regional dos Açores.
- Professor Doutor António José Telo - Professor Catedrático da Academia Militar.
- Professor Doutor António Manuel Bettencourt Machado Pires - Professor Catedrático Jubilado e antigo Reitor da Universidade dos Açores.
- Dr. António Maria de Ornelas Ourique Mendes - Professor Jubilado e Genealogista.
- Professor Doutor Artur Teodoro de Matos - Professor Catedrático Jubilado.
- Professor Doutor Avelino de Freitas de Menezes - Professor Catedrático e antigo Reitor da Universidade dos Açores. Secretário Regional da Educação e Cultura do Governo Regional dos Açores.
- S.^a Ex.^a Rev.ma o Sr. D. Carlos Alberto de Pinho Moreira Azevedo – Bispo Titular de Belali e Delegado do Pontifício Conselho da Cultura da Santa Sé.
- Professor Doutor Joaquim Veríssimo Serrão - Presidente da Academia Portuguesa de História jubilado.
- Professor Doutor Luís Filipe Ferreira Reis Thomaz - Professor Universitário Jubilado.
- Tenente-Coronel Dr. Manuel Augusto de Faria – Licenciado em História.
- Prof.^a Doutora Manuela Mendonça – Presidente da Academia Portuguesa da História

SÓCIOS HONRÁRIOS INSTITUCIONAIS

- Diretor Regional da Cultura – Arq.^o Nuno Ribeiro Lopes.
- Diretora da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo Luís da Silva Ribeiro – Dr.^a Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Menezes da Costa.
- Diretor do Museu de Angra do Heroísmo – Dr. Jorge Augusto Paulus Bruno.
- Governador do Castelo de São João Baptista – Coronel de Infantaria Sebastião Joaquim Rebouta Macedo.

- Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo – Prof. Doutor José Gabriel do Álamo de Meneses.
- Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória – Dr. Tibério Manuel Faria Dinis.
- Reitor do Seminário Episcopal de Angra – Cônego Doutor Hélder Miranda Alexandre.
- Presidente da Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente – Prof.^a Doutora Maria de Lurdes Nunes Enes Dapkevicius.

SÓCIOS CORRESPONDENTES

- | | |
|--|--|
| <p>Cónego Dr. Adriano Manuel Torres Borges</p> <p>Doutor Alberto Vieira</p> <p>Doutora Arq.^a Antonieta Reis Leite Porto</p> <p>Sr. António de Freitas Rocha Mendes</p> <p>Tenente-Coronel (FAP) António Firmino de Sousa Mendes</p> <p>Eng.^o António Luís Cansado de Carvalho de Mattos e Silva</p> <p>Monsenhor Doutor António Manuel Machado Saldanha e Albuquerque</p> <p>Dr. Aurélio Henrique Silva Franco da Fonseca</p> <p>Dr.^a Brígida Raquel Pamplona de Oliveira Ribeiro de Meireles</p> <p>Prof. Doutor Carlos Alberto da Costa Cordeiro</p> <p>Dr. Carlos Fernando de Medeiros Correia</p> <p>Dr. Carlos Manuel Pimentel Enes</p> <p>Dr. Carlos Melo Bento</p> <p>Dr. Celestino Sachetti</p> <p>Embaixador Dr. Daniel António Pereira</p> <p>Doutor P.e Dinis Manuel Branco da Silveira</p> <p>Dr. Diniz Borges</p> <p>Dr. Dionísio Mendes de Sousa</p> <p>Dr. Eduardo Borba da Silva</p> <p>Dr. Eduardo Godinho Rocha</p> <p>Prof. Doutor Eduíno Moniz de Jesus</p> <p>Sr. Ermelindo Santos Machado Ávila</p> | <p>Dr. Fernando Manuel Faria Ribeiro</p> <p>Dr.^a Filipa Alexandra de Moura Magalhães Tavares</p> <p>Dr. Enf.^o Francisco Hermínio de Meneses Branco</p> <p>Dr. Francisco João dos Reis Pedroso de Lima</p> <p>Sr. Francisco Jorge da Silva Ferreira</p> <p>Dr. Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral</p> <p>Dr. Gabriel Mendes Pavão</p> <p>Doutor George Monteiro</p> <p>Dr.^a Gertrudes Laranjinha dos Santos Brito do Rio</p> <p>Dr. Gonçalo Andrade Pinheira Monjardino Nemésio</p> <p>Prof. Doutor Gonçalo Mesquita da Silveira de Vasconcelos e Sousa (Castelo Melhor)</p> <p>Dr. Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues (Presidente do Instituto Cultural de Ponta Delgada)</p> <p>Eng.^o Humberto Fernando Martins Oliveira</p> <p>Dr.^a Isabel Cid</p> <p>Dr.^a Isabel Maria Coelho da Silva</p> <p>Dr. João Amândio Teixeira Goulart de Bettencourt</p> <p>Sr. João António Gomes Vieira</p> <p>Arq.^o João Filipe Mateus Braga</p> <p>Mestre João Manuel Aranda e Silva</p> <p>Dr. João Manuel Dinis da Silva Ventura</p> <p>Dr. João Maria Soares de Barcelos</p> <p>Dr. Jorge Bruno Marques de Brito</p> <p>Doutor Jorge Couto</p> |
|--|--|

Dr. José Álvaro Amaral Afonso
Coronel Eng.º José Carlos de Magalhães Cymbron
Eng.º José Eliseu Mendes Costa
Comendador José Henrique Álamo Oliveira
Prof. Doutor José Henrique Ornelas
Dr. José Isaac Mendes Ávila
Doutor José Luís Pereira Santos Gonçalves Neto
Doutor José Manuel Bettencourt da Câmara
Prof. Doutor José Manuel Damião Soares Rodrigues
Prof. Doutor José Manuel Martins Ferreira Coelho
Doutor José Manuel Monteiro da Silva
Prof. Doutor José Manuel Oliveira Mendes
Doutora Lélia Pereira da Silva Nunes
Mestre Lúcia Maria Ávila da Silveira
Arq.º Luís António Guizado Durão
Dr. Luís Carlos Fortuna Henriques
Dr. Luís Filipe Cota Bettencourt Moniz Barreto
Dr. Luís Maciel Silva
Prof. Doutor Luís Manuel Arruda
Dr. Luís Manuel Machado Meneses
Prof. Doutor Luís Manuel Vieira de Andrade
Prof. Doutor Luiz Fagundes Duarte
Dr. Manuel Conde Bettencourt
Doutor Manuel Lobo Cabrera
Capitão-de-Fragata Marcelo Leal Pamplona
Dr. Dom Marcus Soares de Albergaria de Noronha da Costa (Subserra)
Prof.ª Doutora Maria da Conceição Vilhena
Dr.ª Maria da Graça Ávila de Sousa Vaz Cardoso
Prof.ª Doutora Maria Margarida Roque Lalandia Gonçalves

Prof.ª Doutora Maria Margarida de Mendonça Vaz do Rego Machado
Prof.ª Doutora Maria Norberta Bettencourt Amorim
Dr. Mário Damiense de Carvalho Toste
Doutor Nereu do Vale Pereira
Dr. Nestor de Sousa
Prof. Doutor Onésimo Teotónio Almeida
Doutor Paulo Drumond Braga
Sr. Paulo Henrique Lopes Mendonça
Dr. Paulo José Lourenço Paim Barcelos
Eng.º Paulo José Mendes Barcelos
Doutor Paulo Patrício da Silveira e Sousa
Doutor Paulo Teodoro Lopes de Matos
Dr. Pedro Jorge Pascoal Ferreira de Melo
Dr. Frei Pedro Miguel de Medeiros Cabral, OFM
Dr. Philippe Garnier
Dr. Ramiro Jorge Oliveira da Silva
Dr. Ricardo Manuel Rodrigues de Barros
Mestre Rúben Tiago Quadros Ramos
Tenente-Coronel Doutor Rui Carita
Prof. Doutor Rui de Sousa Martins
Prof.ª Doutora Rute Isabel Rodrigues Dias Gregório
Dr.ª Susana Rocha
Dr.ª Tânia Isabel Paim da Silva
Prof. Doutor Tomás Lopes Cavalheiro Ponce Dentinho
Dr.ª Vanda Maria de Melo Furtado Belém
Prof. Doutor Victor Hugo Lecoq de Lacerda Forjaz
Sr. Victor Manuel da Silva Cardoso
Dr. Vítor Hugo Fernandes do Castelo
Prof. Doutor Vítor Manuel Guimarães Veríssimo Serrão

SÓCIOS SUBSCRITORES

Sr. Amílcar João Flores Cabral

Eng.º Duarte Rafael Cota Bettencourt Moniz

Cónego Dr. Jacinto Alberto de Meneses Bento

Sr. Jorge de Faria e Maia de Aguiar

Sr. Jorge Gabriel Maiato Paim

P.e Jorge Manuel Mendonça Luís

P.e José Alves Trigueiro

Sr. José Baldaia Paim Vieira

Sr. José Liduíno Melo de Borba

Prof. Manuel Gregório de Ataíde

Manuel Miguel Vieira e Silva

Sr. Jorge Vicetto

Dr.^a Maria Luísa Bretão Nunes da Graça

Mestre Miguel Duarte Rosa Costa

Dr.^a Paula Elsa Carvalho Moniz

Sr. Paulo Agostinho Serpa Vieira da Areia

Pedro Jácome de Ornelas da Câmara Paim de Bruges

Dr. Roberto Manuel Garcia Nunes

**75.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO
DO
INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA**

**REPRODUÇÃO DOS PRIMEIROS ESTATUTOS
DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA
TERCEIRA ASSINADOS E RUBRICADOS
POR TODOS OS SÓCIOS FUNDADORES**

*Original depositado na
Biblioteca e Arquivo Regional Dr. Luís da Silva Ribeiro
Angra do Heroísmo*



Estatutos do INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA:

Art.º 1º. - O Instituto Histórico da Ilha Terceira tem a sua sede em Angra do Heroísmo e os seus fins são os seguintes:

a) Promover o estudo da história e das tradições das ilhas que formam o distrito de Angra do Heroísmo, e em especial da Ilha Terceira; b) Fazer o que estiver ao seu alcance para garantir a protecção e conservação dos monumentos, obras de valor artístico ou histórico, arquivos, documentos e tudo o mais que possa contribuir para manter intacta a memória dos factos históricos e das tradições das três ilhas; c) Promover o estudo da linguagem e das manifestações literárias e artísticas populares e bem assim dos usos e costumes das três ilhas, fazendo o possível para manter na sua pureza tudo o que a tal respeito convenha perseverar. - Art.º 2º. - O Instituto procurará atingir os seus fins por meio de reuniões, conferências, exposições, concertos, museus, e, dum modo geral, por todos os meios de estudo, publicidade e propaganda ao seu alcance. - §. único. - O Instituto publicará um boletim contendo estudos inéditos sobre as matérias que constituem os seus fins, reeditará aqueles que embora já publicados se houverem tornado raros e sejam dignos de divulgação e tomará a iniciativa ou facilitará pelos meios ao seu alcance, a publicação de manuscritos de reconhecido valor histórico. - Art.º 3º. O Instituto terá sócios efectivos e sócios contribuintes. - Art.º 4º. Sócios efectivos são aqueles que tem intervenção na actividade e na administra-

ção do Instituto. O seu número é limitado a vinte e pagam uma cota anual fixada nos termos destes estatutos. Esses sócios são originariamente os seguintes: Dr. Cândido Pamplona Forjaz, professor do Liceu; Dr. Elmiro Mendes, professor do Liceu; Francisco Coelho Maduro Dias, artista; Dr. Francisco Garcia da Rosa, professor do Seminário; Dr. Francisco Lourenço Valadão Junior, advogado; Capitão Frederico Lopes da Silva Junior; Gervásio Lima, escritor; Dr. Henrique Ferreira de Oliveira Braz, advogado; João Carlos da Costa Moniz, compositor musical; Padre Joaquim Esteves Coelho; Dr. Joaquim Moniz de Sá Corte Real e Amaral, professor do Liceu; Tenente Coronel José Agostinho; Cônego José Augusto Pereira, professor do Seminário; Dr. Luiz da Silva Ribeiro, étnologo; Dr. Manuel Cardoso do Couto, professor do Seminário; Dr. Manuel de Sousa Menezes, médico; Capitão Miguel Cristovam de Araujo; Doutor Ramiro Machado, médico; Raimundo Belo, publicista; Dr. Teotónio Machado Pires, advogado. - § 1.º. Os sócios efectivos deixam de o ser por livre desejo seu ou quando vão fixar residência fóra da Ilha Terceira, podendo então passar a contribuintes. - § 2.º - As vagas de sócio efectivo que ocorrem serão preenchidas por eleição dos sócios efectivos existentes em reunião ordinária dos mesmos, ou em reunião extraordinária expressamente convocada para tal fim. - Art.º 52. - Os sócios contribuintes são admitidos em reunião ordinária ou extraordinária dos sócios efectivos. Pagam cota igual à fixada para os sócios efe-



II

ctivos . Apenas tem o direito de receberem o boletim do Instituto gratuitamente e o de adquirirem as publicações do mesmo com a redução de preço fixada em reunião dos sócios efectivos. - Art.º 6º. - Todos os assuntos respeitantes á actividade do Instituto, á sua administração, e duma maneira geral á sua orientação e prossecução dos seus fins, são resolvidos em reunião dos sócios efectivos, na qual se achem presentes pelo menos metade dos sócios existentes e mais um. - § 1º. - As reuniões ordinárias dos sócios efectivos realizam-se periodicamente em datas fixadas para cada anno civil. As reuniões extraordinárias serão convocadas pelo presidente com oito dias de antecedência pelo menos, por sua iniciativa ou a requerimento de cinco sócios pelo menos. - Art.º 7º. - Os sócios efectivos podem eleger sócios honorários ou beneméritos as pessoas que julguem qualificaveis para tal distincção. Podem tambem ser eleitos sócios correspondentes do Instituto os autores de trabalhos relativos á história, á arte ou ao folclore das ilhas, seja qual fôr a localidade ou país da sua residência. Os sócios correspondentes pagam cota igual e têm direitos idénticos aos dos sócios contribuintes. - Art.º 8º - O Instituto subordina a sua actividade á alta protecção da Junta Geral do distrito, como entidade encarregada oficialmente de superintender, na área do mesmo, nos ramos de cultura que o Instituto se propõe versar. § único - O Presidente da Junta Geral será Presidente Honorário do Instituto e poderá assistir,


 por si ou por delegado seu, ás reuniões dos sócios efectivos, usar da palavra e exercer o direito de voto em qualquer matéria. - Artº 9º. - Haverá uma mesa composta de presidente, secretário e tesoureiro, que dirigirá toda a actividade e exercerá a administração do Instituto nos termos estabelecidos em reunião dos sócios efectivos. - § 1º - O periodo de exercício da mesa é de dois anos, salvas as circunstâncias referidas nos parágrafos seguintes. - § 2º - A primeira mesa funcionará até ao fim do ano de 1945 e será composta dos seguintes membros: presidente, Dr. Luiz da Silva Ribeiro; Secretário, Tenente Coronel José Agostinho; Tesoureiro, Dr. Teotónio Machado Pires. + § 3º. - A eleição da mesa terá lugar no primeiro domingo do mês de Dezembro de cada ano impar e a mesa eleita entrará em exercício no primeiro de Janeiro seguinte. Quando vagar algum cargo da mesa, será convocada imediatamente pelo presidente, ou pelo mais velho dos sócios existentes, na falta deste, uma reunião extraordinária para eleição do cargo que vagar, acabando o exercício dos sócios assim eleitos na data em que terminaria o exercício dos sócios que lhes substituíram. Todas as reuniões para eleições serão annunciadas nos jornais com oito dias de antecedência pelo menos. No caso de não comparecerem a uma reunião para qualquer eleição sócios em número suficiente para a mesma, será convocada segunda reunião que deliberará com qualquer número de sócios presentes. - Artº 10.º - Nos intervalos das reuniões, ou



III

Voluntário

quando estas não possam realizar-se por não comparência de número suficiente de sócios ás mesmas, o presidente do Instituto tomará todas as medidas que julgar convenientes para o conseguimento dos fins do Instituto, dentro do espirito destas estatutos, dando conta na primeira reunião dos sócios efectivos das medidas que tiver tomado. - Artº 12º. - Os sócios correspondentes e contribuintes, residentes fóra da séde do Instituto, podem constituir-se em núcleos com o fim de auxiliarem o Instituto na prossecução dos seus fins. A organização e funcionamento destes núcleos serão fixados pelo presidente. - Artº 13º. - Qualquer alteração aos presentes estatutos só poderá ser feita por iniciativa de dez sócios efectivos, pelo menos, apreciada em reunião convocada para tal fim com um mês de antecedência pelo menos, a qual decidirá por maioria. - Artº 14º. - No caso de dissolução do Instituto todos os bens do mesmo serão entregues á Junta Geral do distrito, que lhes dará a applicação que melhor entender.

Angra-do-Heroísmo, 16 de Novembro de 1942.

Dr. Amalio Lopez	<i>Francisco Augusto Lopes</i>
Dr. Estanislau Mendes	<i>Juão B. de Godinho Mendes</i>
Dr. Augusto Soares	<i>Francisco Coelho Machado</i>
Dr. João de Barros	<i>Estanislau Garcia da Silva</i>
Dr. Valente	<i>Francisco Lourenço - Voluntário</i>
Cap. Frederico Lopez	<i>Fredrico N. Lopez de Almeida</i>
Francisco Lourenço	<i>Francisco de Silveira Lourenço</i>

NOTA DO PRESIDENTE

*João Maria Mendes**

No dia 9 de Dezembro de 1942 o então Governador Civil de Angra do Heroísmo aprovava os Estatutos do recém criado Instituto Histórico da Ilha Terceira (IHIT), através de um Alvará hoje à guarda da Biblioteca e Arquivo de Angra.

Passados que são 75 anos sobre essa data que marca o arranque legal e institucional do Instituto Histórico é com muita honra que me cabe presidir a esta prestigiada instituição académica, cultural e científica da ilha Terceira no presente mandato de 2016/2017.

Foi durante o ano de 1942 que o núcleo fundador do Instituto se reuniu informalmente para o constituir e redigir o projeto de Estatutos, cujo original existente na Biblioteca e Arquivo Regional Dr. Luís da Silva Ribeiro se reproduz neste Boletim, os quais viriam a ser aprovados pela entidade administrativa competente da época. Só se conhece esse documento, dactilografado em papel selado, assinado e rubricado pelos Sócios Fundadores e datado de 16 de Novembro de 1942, dado que de outras possíveis reuniões anteriores, que se saiba, nada ficou escrito.

Pelos Relatórios publicados no “Boletim” sabe-se que a 1.^a Mesa do Instituto se reuniu a 15 do mesmo mês de Dezembro pedindo, de imediato, um subsídio à Junta Geral de Angra, prontamente concedido, e instalações nos Paços da mesma Junta Geral para aí funcionar e reunir, o que, igualmente, foi autorizado.

Outras duas datas marcam o início das atividades do IHIT: a sessão solene inaugural a 25 de Março de 1943 e a 1.^a reunião do Instituto a 7 de Junho de 1943, ambas na sala das sessões da Junta Geral.

Como curiosidade recorde-se que, para além dos Estatutos, a Mesa do IHIT elaborou e fez aprovar logo na sessão inaugural um Regulamento Interno, e na 2.^a reunião, realizada a 22 de Junho do mesmo ano, apreciou o projeto de um “emblema do Instituto” apresentado pelo sócio contribuinte José Florêncio de Avelar e desenhado por José Soares o qual, embora aprovado, veio a ser recusado com o argumento de que a “grande complexidade do desenho” não permitiria a sua execução, sendo de imediato encarregado de apresentar um novo projeto de emblema o sócio Francisco Coelho Maduro Dias.

* Presidente do IHIT.

Resta referir que a 1.^a Mesa que coordenou o Instituto era constituída pelo Dr. Luís da Silva Ribeiro, como Presidente; pelo Tenente-Coronel José Agostinho (que veio a suceder como 2.^o Presidente da Mesa), como Secretário; e pelo Dr. Teotónio Machado Pires (mais tarde veio a ser o 3.^o Presidente da Mesa), como Tesoureiro.

O IHIT sempre teve, desde a sua fundação, uma organização interna muito específica a qual, apesar de várias alterações estatutárias, mantém a sua matriz fundacional.

Será motivo de interesse um estudo aprofundado sobre a caracterização das pessoas que constituíram o núcleo fundacional (20 sócios), as suas motivações e o seu inter-relacionamento, dado que, à primeira vista, procediam de sectores da sociedade muito diversificados a nível político e de pensamento filosófico. Se há, pelo menos, dois sócios fundadores identificados com a Maçonaria não tiveram qualquer constrangimento em consociaram-se a quatro padres; se há republicanos provenientes dos partidos políticos da 1.^a República há ainda mais sócios perfeitamente perfilados com o Estado Novo nesta data já totalmente dominado pela ditadura de Oliveira Salazar.

O certo é que o Instituto conseguiu fazer, apesar ou com esta idiossincrasia de pessoas e de ideias, ao longo destes 75 anos da sua existência e funcionamento, um percurso de inalienável e reconhecido mérito através das áreas que se propôs realizar como seus fins e objetivos. E como as instituições são aquilo que são os seus membros, não haja dúvida que o valor intrínseco do IHIT se ficou a dever ao mérito indiscutível dos seus fundadores, dos sócios que o foram integrando ao longo destas sete décadas e dos titulares da Mesa que o foram coordenando. Não será despidendo recordar, e para dar apenas dois exemplos do valor de muitos dos seus associados e sem demérito para tantos outros, que um dos seus fundadores e 1.^o Presidente da Mesa, o Dr. Luís da Silva Ribeiro, é hoje o patrono da Biblioteca e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo; e que outro dos seus Presidentes, o Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, é o patrono da secção militar do Museu de Angra instalado no antigo Hospital da Boa Nova, sem esquecer essa outra grande figura de sábio e investigador que foi o Tenente-Coronel José Agostinho.

Sem pretender fazer uma história do IHIT, e para além das inúmeras iniciativas por ele levadas a efeito que são merecedoras de nota, creio que será de realçar três grandes projetos que a ilha Terceira e a cidade de Angra ficam a dever a esta instituição dado o IHIT estar na sua génese fundacional e de propositura: a Biblioteca e Arquivo, o Museu (que, na sua origem, funcionaram em conjunto no Palácio Bettencourt ali atrás da Sé) e a inscrição do centro histórico de Angra na lista do património mundial da UNESCO.

Por coincidência, neste ano de 2017 em que o IHIT comemora os seus 75 anos de existência, são variadíssimas as comemorações centenárias tanto a nível regional como nacional e internacional de outras importantes instituições, do nascimento ou intervenção de pessoas ou de acontecimentos que mudaram o curso da história, às quais gostaria de fazer uma breve referência embora de forma não exaustiva, até porque o IHIT celebrou ou associou-se às respetivas comemorações.

Nesta ilha, celebrou-se os 525 anos da fundação do Hospital de Santo Espírito, uma das mais antigas instituições da ilha Terceira, e mesmo dos Açores, com um percurso contínuo de funcionamento embora em quatro edifícios diferentes; os 400 anos do martírio do Beato João Baptista Machado em terras nipónicas; os 150 anos do nascimento

do notável músico Padre Tomás de Borba e os 100 anos de publicação ininterrupta do Almanaque do Campones.

A nível nacional comemora-se neste ano, entre outras efemérides, os 150 anos da abolição da pena de morte para crimes civis e o 1.º centenário das aparições de Nossa Senhora em Fátima.

Já a nível mundial ressaltam duas comemorações que tiveram um enorme impacto a nível europeu e mesmo mundial: os 500 anos das Teses de Martinho Lutero que deram origem à Reforma Protestante e, por consequência, à designada Contra-Reforma (ou Reforma da Igreja Católica) e os 100 anos da Revolução de Outubro (ou Revolução Vermelha ou ainda conhecida por Revolução Bolchevique) na Rússia.

De facto, no cômputo do tempo o IHIT é ainda uma jovem instituição embora com os seus pergaminhos bem firmados na cultura açoriana e que, por certo, continuará a desenvolver as suas atividades com o empenho criterioso, fundamentado e ponderado dos seus associados.

Para dar início as estas comemorações do 75.º aniversário a atual Mesa, por mim presidida, e composta pelos consócios Dr.ª Marta Bretão e Sr. Jácome de Bruges Bettencourt, incansáveis colaboradores e empenhados sócios efetivos, decidiu o IHIT realizar uma sessão comemorativa precisamente no dia 9 de Dezembro e no salão nobre dos Paços da Junta Geral, hoje sede da Secretaria Regional da Educação e Cultura do Governo dos Açores, convidando para palestrante a Presidente da Academia Portuguesa da História a Professora Doutora Manuela Mendonça.

Ao longo destes 75 anos o Instituto teve 10 Presidentes, quatro deles já falecidos (Dr. Luís Ribeiro, Tenente-Coronel José Agostinho, Dr. Teotónio Machado Pires e Dr. Manuel Baptista de Lima) e os restantes, felizmente, ainda vivos. Aos vivos, pedi-lhes que escrevessem uma nota sobre o Instituto o que todos, de bom grado, acederam. Assim, vão publicados os testemunhos do Dr. Álvaro Monjardino (5.º Presidente com exercício em vários mandatos), do Doutor José Guilherme Reis Leite (6.º Presidente), do Dr. Francisco dos Reis Maduro-Dias (7.º e 9.º Presidente) e do Dr. Eduardo Ferraz da Rosa (8.º Presidente). A todos eles o meu agradecimento pela colaboração.

Outras iniciativas estão a ser levadas a cabo para celebrar e recordar estes 75 anos de existência do Instituto Histórico e, caso se concretizem, serão referenciadas no Relatório de atividades para memória futura.

Uma última palavra de apreço e saudação a todos, homens e mulheres, que foram ou são consócios desta grande e prestigiada instituição cultural e a todos os organismos públicos ou privados que lhe deram e continuam a dar o seu apoio.

75 ANOS

*Álvaro Monjardino**

Fundado em 1942, numa iniciativa do que hoje se designaria por Sociedade Civil, o Instituto Histórico da Ilha Terceira nascia, como que naturalmente, na ilha dos Açores mais intensamente marcada pela História, portuguesa e não só – desde a decisão a que se deveram o povoamento deste arquipélago e as fórmulas político-administrativas que para esse fim tiveram de ser criadas, até à persistência actual de uma relevância estratégica que permanece num mundo onde se aceleraram, de um modo que não deixa de ser perturbador, as dinâmicas da globalização.

Ao longo de 3 gerações, foi o Instituto alargando o seu interesse inicial pelas questões etnográficas e a historiografia local a acções e influência relativamente ao património construído e à divulgação das aquisições em umas e outras dessas áreas através de iniciativas, publicações, colóquios e conferências públicas, bem como colaboração com os poderes instituídos.

Quem, como o signatário, tem mais anos de vida do que o Instituto, não pode deixar de o ver com o optimismo decorrente do que ele até agora tem vindo a realizar, fundamento da esperança numa ação crescentemente mentalizadora e educativa alargada à comunidade humana a que pertencemos.

* Foi o 5.º Presidente do IHIT de que é sócio efetivo.

O INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA NA ATUALIDADE

*José Guilherme Reis Leite**

No ano em que se comemora o 75.º aniversário da Fundação do Instituto Histórico da Ilha Terceira o nosso Presidente, Cónego Doutor João Maria Borges da Costa Sousa Mendes, pede aos antigos presidentes algumas palavras para publicação no boletim. Hesitante resolvo-me por alinhar meia dúzia de ideias sobre o renovado Instituto, para contribuir como incentivo destinado a fortalecer a sua continuidade.

Uma das virtudes desta instituição foi sem dúvida a sua capacidade de renovação adaptando-se às novas realidades dos Açores a fim de poder dar continuidade ao seu préstimo para as nossas ilhas.

O novo estatuto de 19 de novembro de 2014 pretende precisamente, depois de uma reflexão profunda, ser a nova face visível dos propósitos da instituição. Não é a primeira vez que se faz uma mudança de adaptação às novas realidades, pois em 1985, passados 43 anos dos estatutos iniciais, já se havia modificado as regras que nos orientam. Contudo, estas últimas modificações são bem mais profundas e quase se podem tomar como uma refundação do Instituto Histórico da Ilha Terceira. É verdade que não abandonam a sua matriz de academia de pares, onde todos são responsáveis por tudo e isso foi uma boa decisão, porque preservou a identidade principal que os pais fundadores lhe quiseram imprimir.

Por outro lado, ainda que mantendo o nome de Instituto Histórico, abriu muito o seu leque das áreas que são objeto de estudo e reflexão, com destaque para a geopolítica e a geoestratégia dos Açores no contexto dos interesses da Região Autónoma dos Açores e da política externa portuguesa, propondo-se através de vários mecanismos promover a educação cultural e estratégica junto da Comunidade e das Forças Armadas.

É uma grande ambição esta, que vai exigir um enorme esforço e capacidade de intervenção, mas que é essencial para a urgente criação de massa crítica nestas matérias decisivas para o progresso dos Açores.

* Foi o 6.º Presidente do IHIT de que é sócio efetivo.

Não sendo propriamente uma inovação é de realçar o ênfase dado a outra área, em que o Instituto tem tido ação meritória, a preservação do património material e imaterial dos Açores, principalmente agora que vivemos um tempo em que assistimos aos maiores atropelos cometidos em nome de um mau compreendido progresso ao qual tudo se sacrifica.

Assim se consiga, com trabalho e entusiasmo, moderar e revitalizar estas ações em que recaem grandes responsabilidades para o futuro dos Açorianos.

Na sequência de todas essas propostas e da adaptação às realidades do nosso tempo, o novo estatuto duplicou o número dos sócios efetivos, sobre quem recaem as maiores responsabilidades e tratou, e bem, de chamar ao seio da nossa instituição ilustres intelectuais das novas áreas do saber, muitos deles doutorados e que são a esperança do êxito da renovação do Instituto.

Não esqueçamos, porém, que o futuro depende da vontade dos sócios colaborarem ativamente na programação científica da nossa agremiação e suportarem com o seu trabalho o *Boletim*, que foi, é e será sempre a imagem da Instituição. Por ele nos julgarão e com ele atuaremos na sociedade, na cultura e no almejado progresso dos Açores.

PORQUÊ SER IHIT NO INÍCIO DO SÉCULO XXI?

*Francisco dos Reis Maduro-Dias**

Se se pensar que a Biblioteca e Arquivo - que hoje carrega a responsabilidade do nome de Luís da Silva Ribeiro -, surgiu por obra e pressão do ainda jovem Instituto; se se pensar que o Museu - o mais variado de coleções e de perspetivas, nos Açores -, também surge por essa via e por essa época; se se percorrer a volumosa coleção de estudos, de recolhas e de trabalhos, reunidos na já longa coleção dos volumes publicados do Boletim, percebe-se o porquê de uma entidade como o Instituto Histórico.

A intenção clara era a de dar corpo a uma instituição que reunisse os que se preocupavam tão profundamente com a *res publica* a ponto de colocarem, a par da intervenção pública na própria administração, uma outra intervenção, sua, pessoal, despida, já, de muitos dos habituais formalismos da burocracia, mas revestida, mesmo assim, da solidez necessária para servir de alicerce, sólido, à permanente busca do conhecimento da identidade, das suas narrativas e factos de suporte, em ordem à ação cultural pública e comunitária.

Daí uma academia, daí a intervenção que se lhe conhece, reunindo, curiosamente, sensibilidades políticas nem sempre sintonizadas com a ordem vigente, mas todas profundamente interessadas na terra onde viviam.

Foram mais de trinta anos assim corridos, em que o IHIT manteve uma relação estreita com os poderes públicos, exercendo ação cultural permanente, autónoma e activa, em sintonia com a Junta Geral do Distrito, as Câmaras Municipais, as comunidades.

Esta perspetiva teve e tem um senão. A nova arquitetura sócio-política, surgida após o 25 de Abril de 1974, e a Autonomia Regional dos Açores subsequente, “libertou” o Instituto dessa sua relação estreita com a Administração pública, pelo menos na forma

* Foi o 7.º e 9.º Presidente do IHIT de que é sócio efetivo.

como era entendida anteriormente, e um certo sentimento de “orfandade” instalou-se, de algum modo e durante tempo.

Não foi fácil ao Instituto, com um ADN tão profundamente marcado por essa perspectiva de serviço público, ganhar a autonomia criativa que a nova realidade pressupõe, até porque a lógica da sua existência sempre foi vista como passando por servir essa mesma *res publica* cuidando, muito mais, em fornecer a colaboração necessária, do que em “descobrir” novos ou diversos campos de acção, independentes - divergentes porventura - do pensar e agir dos poderes públicos.

Por tudo isso é interessante descortinar e seguir aquele fio, umbilical e condutor do pensamento e acção, que se percebe ao longo dos Boletins e logo desde as primeiras décadas, onde o espírito fundacional se vê, claro, com as linhas de pesquisa e trabalho levadas à estampa, por um lado, mas de imediato transformadas em troca de correspondência com a governança e a Administração, numa busca da consequente acção pública.

Um IHIT académico pela vontade de evoluir, em segurança, no saber e na estruturação e consolidação desse mesmo saber, que tem conseguido reunir, ao mesmo tempo, gente de intervenção.

Uma instituição que não se deixa ficar no conforto da troca e publicação de ideias, interna ou, mesmo, com gente de outras terras, mas que insiste em ser alma, consciência e acção nos espaços onde se insere e de que faz parte.

Definitivamente, as razões que levaram ao nascimento deste nosso Instituto afiguram-se-me perfeitamente válidas, passados estes 75 anos. No modo e nos argumentos, no percurso, na visão! Os campos de trabalho as propostas de acção poderão ser mais uns ou outros, mas isso é a espuma das ondas.

Um Depoimento Pessoal

MEMÓRIAS, HERANÇAS E PROSPECTIVA DO INSTITUTO HISTÓRICO DA ILHA TERCEIRA

*Eduardo Ferraz da Rosa**

1. Na presente comemoração dos 75 Anos da criação do Instituto Histórico da Ilha Terceira e na seqüência simbólica e integrada de uma série de empenhadas e conseguidas iniciativas do seu bom e prestigiante mandato, à semelhança do proposto a todos os anteriores titulares, solicitou-me o Doutor João Maria Mendes, actual Presidente da Mesa do nosso Instituto, um *depoimento sobre o IHIT* a propósito da nossa passagem pelo mesmo – na específica qualidade de antigo Presidente –, e bem assim sobre as *perspectivas presentes e futuras* desta distinta instituição açoriana.

– Com agrado o faço neste texto (que é afinal tanto um *testemunho pessoal* quanto um breve *memorial crítico e de reflexão* sobre o Instituto), no qual registarei algumas das principais ocorrências, factos e situações que marcaram o meu limitado período de exercício de presidência no IHIT. Para tal recorrerei, quando for caso disso, ao teor de diversas fontes e pronunciamentos públicos, especialmente actas, entrevistas e artigos de opinião, produzidos no quase distante mas bem lembrado contexto em atenção¹.

* Foi o 8.º Presidente do IHIT.

¹ Relatos sucintos, conquanto nem sempre muito fiéis e elucidativos dos reais factos (alguns até omissos...), situações parciais e debates então ocorridos, podem ser consultados no *Boletim do IHIT*, Vol. LXIV-LXV-LXVI (2006-2007-2008), pp.522-529. A situação financeira e administrativa do Instituto, carecida de saneamento, constituiu então o principal pomo da insanável discórdia havida, só mais tarde vindo o imbróglío a ficar arrumado ou pelo menos esquecido, (in)compreensivelmente! Porém, continua a não nos parecer, ainda hoje, nada aceitável o imprudente argumento invocado de que, “Financeiramente, as contas mantêm-se [manter-se-iam] positivas porque muitos dos projectos incluídos no Plano de Trabalhos são colocados em espera, até se encontrar o adequado e possível suporte financeiro” (sic). Ora, por exemplo, no caso dos subsídios fixos,

De resto, em quase todos os órgãos de Comunicação Social dos Açores foram-me na altura (2008) colocadas sucessivas e pertinentes questões sobre o Instituto, com destaque logo para aquele afastamento e notada ausência do IHIT no âmbito institucional da promoção e organização, concebidas pela Câmara Municipal de Angra e pela Direcção Regional da Cultura, das Comemorações dos 25 Anos de Classificação de Angra do Heroísmo como Cidade Património Mundial, conforme adiante tornarei a referir. E na altura, enquanto Presidente da Mesa do IHIT, tive logo oportunidade de me pronunciar com detalhe sobre os temas e problemas que iam sendo ali levantados...

– Dispersos, mas intimamente articulados, em intervenções, relatos e textos vários, esses e outros temas e problemas afins ficam agora finalmente aqui reunidos e suficientemente sintetizados no corpo desta única memória, em jeito de balanço crítico, embora à distância medida das consequências, heranças, perspectivas de futuro e desafios que ali nos eram colocados², porém que, de certo modo, possivelmente ainda se colocarão hoje ao IHIT e a todos nós.

2. Em 2008, a escolha para presidirmos ao Instituto Histórico da Ilha Terceira foi assumida, com honra, como um desafio e uma tremenda responsabilidade. Recordo isto assim, no *plural*, por referir-me não só a mim quanto também aos restantes membros da Mesa e a todos os outros Sócios a quem foi pedido um esforço grande no acompanhamento dos trabalhosos reptos do Instituto, a começar pela solicitada *reflexão crítica e prospectiva* que tentei fosse feita também com o *indispensável e aberto* contributo de pessoas até àquela data exteriores ou alheias ao IHIT, mas cujas relevantíssimas *experiências de vida institucional* e cultural, de saber *humanista*, de serviço *público*, de *qualificação intelectual* e de *competência técnico-científica*, não poderiam continuar a ser ignoradas, ou marginalizadas por nós, face às tarefas que teríamos pela frente.

– Tratava-se pois de uma propícia, conveniente e única oportunidade para o intencionado aprofundamento *reflexivo e interventivo* (complementar e mais sistemático), no âmbito da vocação e das possibilidades específicas do Instituto, para uma urgente *redefinição dinâmica de projectos* históricos, socioculturais e científicos, multi-sectoriais e pluridisciplinares, estruturantes para a Ilha Terceira e para os Açores. Reafirmo-o aliás, hoje também, tanto em fidelidade ao meu próprio e permanente entendimento dos *conceitos e produções* da Cultura, da História e da Ciência, como por relação às daí decor-

previstos e não processados, da DRC, estiveram os mesmos pendentes e suspensos, até que fossem entregues ao Governo Regional os anteriores, devidos e justificativos Relatórios de Execução por parte do IHIT... Este argumento foi-me reafirmado pelo então Director Regional da Cultura, Dr. Vasco Pereira da Costa, quando, logo que eleito Presidente da Mesa do IHIT, o interpelei duramente sobre o assunto.

² Já no ano de 2006, em Reuniões do Instituto, vinha-se acentuando bastante a necessidade de serem trilhados outros rumos e assumidos novos e alternativos projectos. Nesse sentido, reveja-se por exemplo as *Actas* dos dias 16.01.2006 e 27.01.2006, com as intervenções de Álvaro Monjardino, João Maria Mendes, Miguel Monjardino e de mim próprio... Cf. em *Boletim do IHIT*, Vol. LXIV-LXV-LXVI (2006-2007-2008), pp.495-499.

rentes representações e práticas socialmente *situadas e situáveis* no espaço e no tempo públicos e privados das nossas ilhas e do País.

Fundamentalmente, tratava-se, enfim, de fazer *passar a actos* contemporâneos de *conhecimento*, de *saber* e de *prática* aqueles bem exigentes *objectivos e fins* originários que presidiram à fundação mesma do Instituto Histórico, em 1942 – veja-se bem a data... –, numa altura, também então, em Portugal e nos Açores, de *grande e complexa viragem no contexto global da reconfiguração das identidades*, da *economia das trocas estratégicas e simbólicas* (como Bourdieu as denominava), e até da *consciência civilizacional* da Europa, do Ocidente e do Mundo.

3. Assim sendo, nos meses em que estivemos aguardando a passagem dos “dossiers pendentes” para análise e balanço detalhados, procurámos definir e delinear os contornos gerais e alguns dos almejados caminhos e capítulos daqueles anunciados projectos de *abertura e renovação* do IHIT:

– Projectos e intenções programáticas, que foram então concebidos e se nos afiguravam tão importantes como a reorganização interna do IHIT e a criação de estruturas e serviços mínimos para o seu funcionamento; a revisão dos Estatutos; o estabelecimento de parcerias estratégicas com outras entidades culturais, académicas e científicas; a procura do saneamento financeiro da instituição; o reposicionamento inter-institucional; a renovação do Boletim e da presença na Internet; a criação de núcleos orgânicos e novas áreas temáticas de intervenção, e – enfim – a celebração de contratos-programa de investigação e produção histórico-cultural, a par daquela irrecusável e inadiável, sempre insistida, urgente e prioritária *reflexão crítica e prospectiva* sobre o Instituto!

E foi assim que, em Março de 2008, como Presidente da Mesa do IHIT, tive ainda ensejo de firmar um *Protocolo de Colaboração* (nunca depois accionado...) com o Instituto da Democracia Portuguesa (IDP), que assinei em Angra do Heroísmo com o seu Presidente, Prof. Mendo Castro Henriques.

– No respectivo texto pode ler-se que, atendendo ao “mútuo interesse na Pesquisa, Investigação e Análise das grandes temáticas, valores permanentes e desafios da Sociedade, da História, da Cultura, dos Patrimónios, da Identidade e da Posição de Portugal na Europa e no Mundo”, os signatários promoveriam em conjunto “acções adequadas e parcerias credenciadas, o acesso alargado, o estudo participado e o debate aprofundado sobre o Passado, o Presente e o Futuro do País e da Região Autónoma dos Açores”, no sentido de “suscitar uma renovada consciência crítica e uma activa reflexão histórico-cultural e cívica em Portugal no seu todo, no Arquipélago em geral e na Ilha Terceira em particular, sobre essas mesmas realidades”.

Fundado em 2007, em Lisboa, o IDP é uma instituição da sociedade civil, politicamente independente e congregando membros de todo o espectro partidário, cuja princi-

pal actividade era a promoção de estudos, debates e investigação sobre grandes temas de importância nacional, nomeadamente sobre o lugar e o papel de Portugal na Península e na Europa, a Segurança Humana na Era da Globalização, a História e a Cultura Portuguesa, a Lusofonia, o Ordenamento do Território, a Identidade Nacional, o Futuro de Portugal e a Cidadania³.

Iniciado por nós foi também, na mesma altura, o planeamento da associação (depois gorada...) do IHIT às Comemorações Nacionais do *IV Centenário do Nascimento do Padre António Vieira (1608-2008)*, promovidas, sob o Alto Patrocínio da Presidência da República e do Patriarcado de Lisboa, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Católica Portuguesa (UCP), pelo Centro de Estudos de Filosofia da UCP e pela Província Portuguesa da Companhia de Jesus⁴.

4. Muitas das pertinentes questões que nos foram contextualmente colocadas em 2008 prendiam-se com o processo que levou à Classificação de Angra do Heroísmo como Cidade Património Mundial, valendo pois a pena retomar aqui esse historial.

– Ora o trabalho histórico-institucional conducente à Classificação da Cidade de Angra como Património Mundial (1983) iniciara-se em 1982, apenas vinte e tal meses após o grande Sismo de 80 (ano este, aliás, durante o qual aqui esteve uma Missão da UNESCO, constatando e inventariando, com rigor, a génese, o perfil e os copiosos significados histórico-civilizacionais da principal urbe terceirense).

Assim sendo, todas as vicissitudes – ainda assinaláveis no quadro de um *plurifacetado processo de mutação sociológica* (tal como procurei formulá-lo na Comunicação que fiz à *VI Semana de Estudos dos Açores*, realizada em 1983)⁵ –, as contingências, urgências, prioridades e pressões (sociais, económicas, técnicas e político-administrativas) desse difícil mas *globalmente vitorioso e positivo processo*, terão pesado, muitíssimo, nos *ganhos* e também no balanço das *falhas* e das *perdas* desse livremente almejado e novo estatuto histórico-urbano e cultural, muito embora o mesmo, como não podia deixar de ser, trouxesse consigo *obrigações* e implicasse *deveres*...

³ Cf. em “A União” (Angra do Heroísmo, 28.03.2008): “Cooperação para fomentar a identidade nacional”; e “Instituto Histórico quer desenvolver a Lusofonia”, em “Diário Insular” (Angra do Heroísmo, 27.03.2008).

⁴ Cf. em “Diário Insular” (Angra do Heroísmo, 14.03.2008): “Instituto Histórico da Terceira associa-se a Comemorações Vieirinas”, e em “A União” (Angra do Heroísmo, 14.03.2008): “Pelo Instituto Histórico – Terceira presente nas celebrações do IV centenário do Pe. António Vieira”.

⁵ Cf. Eduardo FERRAZ DA ROSA, “Paradigmas da Crise: Do Simbolismo Trágico à Gramática Social”, em *Problemática da Reconstrução*, Livro da VI Semana de Estudos dos Açores, 2 Vols., II, Angra do Heroísmo, IAC, 1983, pp. 115-127.



Em 1983, Angra do Heroísmo foi classificada como Património Mundial, na sequência de uma Candidatura junto do ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), processo concebido, preparado, instruído e acompanhado no seio do IHIT pelo Dr. Álvaro Monjardino.

Tal solicitação internacional (Nº 206 da *World Heritage List*), aliás pioneira a nível nacional, decorreu depois, articuladamente, com toda uma tramitação governativa e legislativa açoriana, acabando por plasmar-se no Decreto Regional 15/84-A de 13 de Abril, por sua vez substituído pelo de 29/99 de 31 de Julho:

– Pelo meio e no âmbito da gestão institucional possível deste assunto, procedeu-se à criação do Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo (depois estruturado pelo Decreto Regulamentar Regional 26/87 – A, de 26 de Agosto).

Formalmente intitulada então (1983) de *Património Mundial* pela UNESCO, Angra do Heroísmo foi *classificada e protegida* de acordo com os Critérios IV e VI da proposta original, onde vinham salientadas a importância do Porto e da Zona Histórica, numa perspectiva patrimonial *de conjunto*.

O papel de Angra como Cidade Património Mundial decorre todavia e ainda – ou, melhor, deveria ter sempre decorrido (tal como, espera-se, deverá acontecer no futuro) –, da manutenção mínima e do cumprimento zelador das bases e exigências que levaram à conquista, merecida, daquele estatuto!

4. Passado um quarto de século, teria sido possível – e necessário! – fazer-se um balanço daquilo que entretanto, também a este nível, se foi passando em Angra do Heroísmo... Julguei assim e desde logo que – mesmo atendendo às condicionantes conjunturais, estruturais, mentais e político-administrativas referidas –, o essencial dos pressupostos-base da Classificação da UNESCO e da sua vigência implementada estaria assegurado, embora com *impasses* cíclicos, recorrentes riscos e comprometimentos conhecidos, alguns até muito *pouco precaucionais* (lembrava a Marina, as Portas da Cidade, alguns projectos de arquitectura, engenharia civil, design urbanístico, resolução estética e integração de espaços naturais e humanos, protelamentos quase escandalosos de planeamentos e planos de pormenor e salvaguarda de conjuntos, monumentos e sítios, etc.).

– Todavia, quanto ao *aproveitamento e potenciação* daquele reconhecimento patrimonial (a nível interno e externo, cívico-educativo, socio-político-cultural, promocional, económico, turístico e de usufruto propriamente assumido, *participado e auto-conscienzializado* como coisa e causa nossa, legável consciência e eticamente à geração mais jovem e às vindouras), já o caso era diferente. Aqui e ali, as omissões, desatenções, esqueci-

mentos, incúrias, incompetências e indefinições revelavam-se realmente persistentes e constatáveis, graves e imperdoáveis, a diversas escalas e níveis...

Por outro lado, era talvez possível que, a esse propósito, percorrendo 25 anos de responsabilidades acumuladas, não fosse justo ou razoável atribuir culpas a ninguém em exclusivo...

Mas a verdade é que os nossos patrimónios continuavam (e continuam...) à espera de serem redescobertos, repensados, ensinados, valorizados, divulgados, prestigiados e assumidos não em discursos de cerimónia protocolar – balbuciantes ou expeditas retóricas de ocasião, como tantas vezes acontece –, antes como parte integrante daquele *projecto colectivo* de que já falámos, que *identifica e mobiliza a Cidade e a Sociedade*, a memória, a imaginação e a inteligência do nosso lugar na Cultura e na Civilização de que somos herdeiros, e onde devemos criativamente comparticipar como agentes criadores e recriadores de personalidade e consciência histórica!

– Tal programa, envolvendo o estudo e a compreensão de uma *complexa rede sociológica e societária* de identidades simbólicas, de instâncias narrativas, de espaços e tempos de representação e determinação da vida, dos mecanismos de decisão e do destino situado das nossas comunidades, também teria de atender dialogicamente à pluralidade das sensibilidades, razões, afectos e dinâmicas presentes e partilhadas.

Porém esse mesmo *projecto*, com certeza, também não poderá nunca – e jamais deveria ter sido – confundido ou identificado com qualquer espécie de defesa, museologicamente passadista ou ideologicamente arqueológica, de imobilismos ou de infundamentada rigidez absoluta na ordem das relações jurídicas da cidadania com os poderes autárquico ou governamental, isto é, no equilíbrio consensualizado (de algum modo legalmente contratualizado) entre as ordenações normativas, os modelos de ordenamento urbano, patrimonial e social, e os direitos individuais dos cidadãos, moradores e proprietários.

5. Facto público, institucionalmente bastante notado, recorrente e referido então, havia também sido a questão do afastamento do IHIT das Comemorações dos 25 anos de Classificação de Angra como Património Mundial⁶...

E na verdade a Câmara de Angra – ao contrário e apesar de algumas aberturas discretas e empenhos diligentes de executivos autárquicos e governamentais anteriores –, ignorando certamente o papel do IHIT (onde está sediado o Centro UNESCO dos Açores) no

⁶ Veja-se, por exemplo: Eduardo FERRAZ DA ROSA, “Angra Património Mundial é obra do Instituto Histórico” (Entrevista a “Diário Insular”, Angra do Heroísmo, 19.02.2008); “IHIT fora das comemorações de Angra Património Mundial”, em “Diário dos Açores” (Ponta Delgada, 20.02.2008); Lubélia DUARTE, Entrevista a Eduardo Ferraz da Rosa, “Há omissões, incúrias e incompetências graves e imperdoáveis”, em “Atlântico Expresso” (Ponta Delgada, 25.02.2008), e Eduardo FERRAZ DA ROSA, “Descoordenação e falta de liderança na Câmara de Angra do Heroísmo”, Entrevista a “A União” (Angra do Heroísmo, 25.02.2008).

processo de conquista para esta cidade e para o arquipélago daquele tão honroso estatuto patrimonial, entendeu, pura e simplesmente, deixar este Instituto à margem das anunciadas comemorações e festividades, emparceirando-se nelas apenas os ditames e as inspirações programáticas da Direção Regional da Cultura, do seu *tutelado* Instituto Açoriano de Cultura (IAC)⁷ e da Comissão das calmosas, estivais e vibrantes Festas Sanjoaninas!

– Já o afirmei e reafirmo que se ignorava os reais motivos de tão despropositada, injusta e incompreensível medida, que talvez fosse apenas outro resultado insólito de uma inocente, conquanto óbvia, ignorância por parte daquela pouco hábil, atabalhoada e leviana governança numa edilidade tão exigente, difícil e estratégica como a de Angra! Porém também foi possível reconhecer-se e admitir que tais medidas pudessem ter derivado de algum dos parceiros das ditas comemorações da Câmara, – resultante hipotética mas não de todo improvável perante conhecidos antecedentes, algumas supostas auto-suficiências ou emproadas crispações pessoais, político-culturais ou inter-institucionais face ao IHIT, aos seus membros ou a alguns deles⁸...

6. Afastado pois dos aludidos programas comemorativos, não deixaria porém o IHIT de continuar a trabalhar nesses temas. E todavia, mais do que realizar eventos de grande cartaz, muito festivos e festeiros e amiúde efémeros, importara aproveitar aquela data para aprofundar o significado do tão responsabilizante estatuto de Património Mundial, fazendo o balanço da experiência desse quarto de século decorrido, à luz de outros percursos, dos documentos fundadores e das referências da própria UNESCO, num esforço de contínua reflexão e produção críticas.

– De resto, o próprio IHIT, em 1986, editara já uma preciosa Colectânea de Textos sobre a *Preservação e Valorização do Património*, em cuja Introdução o Dr. Álvaro Monjardino bem relevara que os valores aduzidos representavam uma tarefa *colectiva* e que, por isso, “só é digna do Património que herdou a comunidade que o compreende, o respeita, o ama e o protege, assumindo-o como parte significativa do enquadramento físico e cultural, da sua vida de todos os dias”:

Essa reflexão, em termos simultaneamente *retrospectivos* e *prospectivos*, iria ser relançada, atendendo também à evolução das malhas territoriais, geopolíticas e urbanas de Angra, às novas vivências e práticas quotidianas, às re-perspectivações contemporâneas dos patrimónios sociais e simbólicos, e bem assim às aqui implicadas e exigíveis estratégias de re-identificação material e espiritual da urbe angrense e da ilha Terceira...

⁷ Esta referência ao IAC e à *tutela* que nele exerceria a DRC acabou por gerar uma série de posicionamentos e reacções polémicas que foram publicadas na imprensa regional (vg. “Açoriano Oriental”, a partir da edição de 03.03.2008), e em “Diário Insular” (DI). Cf. Eduardo FERRAZ DA ROSA, “As Políticas e as Tutelas do IAC, 1,2,3,4 e 5”, em DI (Angra do Heroísmo, 30.04; 01.05; 03.05; 06.06 e 05.05. 2008).

⁸ Foi indubitavelmente ainda também o caso do Dr. Jorge Forjaz, que responderia publicamente às afirmações, consideradas humilhantes e afrontosas do então presidente da autarquia angrense. Cf. “A polémica entre Forjaz e José Pedro Cardoso”, em “A União” (Angra do Heroísmo, 25.04.2008).

– Talvez até que todo este processo e as suas múltiplas facetas e alcances fossem assim ao menos mais conhecidos, ou não tivessem ainda sido devidamente estudados, na nossa sociedade e nos meios culturais e sociais, educativos, académicos, escolares e educacionais (nomeadamente a nível de componentes ou variantes *programáticas e curriculares regionais*, que tardam, ainda em 2017, em sair da cepa torta!).



Angra foi classificada – no duplo e conjugado horizonte dos Descobrimentos, das Economias e dos Intercâmbios dos Séculos XV-XVI-XVII, naquilo a que se poderá chamar a *Primeira Globalização* –, pelo significado histórico do seu Porto e da sua Zona Histórica (hoje, aliás, alargada praticamente desde os Portões de S. Pedro até S. Bento).

– Ora aquelas realidades e essas configurações ganharam novos sentidos, alcances e potencialidades locais e planetárias, que devem ser repensadas e novamente traduzidas hoje em capitais de conhecimento, saber, ciência, economias de escala, mobilidades, redes comunicacionais e acessibilidades, que são factores de Progresso, Qualidade de Vida e Desenvolvimento! E para tal talvez possamos vir a dar novamente um adequado contributo em tais tarefas, através do IHIT, do Instituto Açoriano de Cultura (IAC)⁹ e de outras congéneres instituições na Terceira e nas outras ilhas.

Sendo assim muitos e sérios os desafios que enfrentamos, sem dúvida, também aqui, não vejo realmente outro modo susceptível de enfrentá-los, ultrapassando impasses, diferendos, bloqueios e hegemonias de desinteresse e de incompetência, que não seja através do empenho *crítico e autocrítico* da sociedade civil organizada, da qualificação das pessoas e das instituições, de uma generosidade alargada e concertada entre todos (cidadãos e instituições públicas e privadas, agentes e criadores culturais, decisores políticos, planificadores educativos, empreendedores produtivos e promotores, e investidores económicos), em diálogo franco, trabalho sério e unidade consensual de esforços e saberes, cívica e socialmente mobilizáveis para afirmar e dignificar a nossa terra, ajudando a emancipar verdadeiramente os Açorianos e a Região Autónoma dos Açores!

– O caso de Angra era e é apenas um infeliz sinal e um triste sintoma (que até poderá nem ser dos mais aberrantes) no contexto muito mais vasto, daquilo que se passava e passa, comprovadamente, por entre *desentendimentos* e *antagonismos*, tantas vezes

⁹ No caso específico do Instituto Açoriano de Cultura (IAC), tive ocasião de caracterizar, em 1992, a sua génese, história e notáveis acções na minha *Conferência de Encerramento da X Semana de Estudos dos Açores*. Cf. Eduardo FERRAZ DA ROSA: “As Semanas de Estudos dos Açores: Um Projecto Solidário de Cultura e Desenvolvimento”, em *Desenvolvimento Insular – Actas e Comunicações da X Semana de Estudos dos Açores*, Angra do Heroísmo, IAC, 1992. *Ibid.*, em “A União” (Angra do Heroísmo, 23, 24, 26 e 27 de Setembro de 1994) e, com o título “Ecos da X Semana de Estudos dos Açores: Ajustar a Autonomia à Viabilidade de Um Sistema Económico”, em “Açoriano Oriental” (Ponta Delgada, 26 de Janeiro de 1995).

escusados e contraproducentes, noutras paragens ilhoas e noutros sectores da vida regional e nacional, a precisar, todos, de uma valente regeneração de ideias, ideais, valores, projectos, linguagens e práticas, sem esquecer, com certeza e com justiça, o muito que já tem sido feito, apesar de tudo, por relação ao *subdesenvolvimento*, ao *atraso* histórico, ao *abandono* e à *subalternização* em que, durante décadas e décadas a fio, até às portas da nossa conquistada Autonomia Regional, o País (ele próprio atrasado, periférico e inculto) e os seus *condutores e subordinados*, cá e lá, condenaram os Açores!

7. A conjuntura socio-histórica, política, intelectual e espiritual que a geração fundadora do nosso Instituto viveu, com a qual se confrontou e que de algum modo veio a determinar a filosofia, a natureza e a acção do IHIT prendia-se muito – como não podia deixar de ser –, com a promoção do *estudo da história* e das *tradições das ilhas*, com as *linguagens, manifestações, usos e costumes populares*, com a *protecção e conservação dos patrimónios*, etc., numa específica linha de *inteligência e de compreensão* da Civilização e da Cultura do Ocidente e das suas crises, mas em estreito e simultâneo aprofundamento, ou retoma, daquilo que os Açores e os Açorianos são ou eram...

Mas esta tentativa e projecto de compreensão, de produção de conhecimento e de ciência continham já um preciso *alcance estratégico*, relativamente não só à memória dos factos e das tradições, quanto ainda à dimensão *afirmativa e projectiva* da nossa identidade regional (ainda portuguesa, europeia e ocidental, conquanto diferenciada):

– Esse foi o cerne da grande herança e o maior legado da obra cultural, científica, ética e institucional de Luís da Silva Ribeiro e da sua escola e academia, apesar dos seus contornos ideográficos trazerem tanto o timbre da sua forte e carismática personalidade quanto as limitações do *estado da arte e das ciências* do seu tempo (de algum modo quase *finissecular*, nostálgico, romântico e saudosista), nomeadamente no que se refere aos paradigmas e categorias das suas sensibilidades, bastante refractárias a alguns dos modelos, discursos e valores da Modernidade, – o que é sobremaneira e perfeitamente perceptível no pendor tradicionalista e na dimensão histórico-etnográfica das suas matérias de investigação e das suas produções ensaísticas, literárias e estéticas, claramente avessas a *estrangeirismos* e às ditas *patologias* de um certo *modernismo* (visto como iconoclasta e artificial) e paradigmaticamente perfilhado por ele mesmo e por toda uma distinta linhagem conjugada de influências, credos e modelações ecléticas, onde desaguaram categorias axiológicas típicas, mitologias e representações ideográficas, conquanto amiúde ecléticas ou indistintas, de movimentos e círculos republicanos, integralistas, monárquicos, corporativos, nacionalistas, católicos (versão franciscana...), liberais, maçónicos e estado-novistas...

Em 2008, coloquei eu mesmo estas e outras confluentes questões (afinal interligadas em muitos dos contextos e crises ainda vigentes, face a tanta degradação ou ausência de valores que sofremos), exactamente quase nos mesmos termos que acabara de ler então num documento que a SEDES divulgou por aqueles dias em Portugal e que fiz reprodu-

zir entre nós¹⁰ porque ali estavam detectadas e formuladas muitas das questões que se arrastam há décadas no nosso País (e também no nosso Arquipélago), e que, visivelmente, desembocaram na atmosfera deste mal-estar difuso, na degradação da confiança nos sistemas vigentes e hegemónicos, nos descredibilizados agentes e actores políticos, educativos, culturais, religiosos e intelectuais, e – enfim – na alienação sistemática (teórica e prática) de muitos dos mais fundamentais valores éticos, comunicacionais e sociais que nos regem e cercam.

– Nada disto estará, *comparativa e analogamente*, muito longe da conjuntura vivida, sentida e pensada pela geração de Luís Ribeiro, ou ali ainda também detectável em germe e proporcionada *medida e metamorfose* na sua vida pessoal e na sua existência historicamente situada.

7. Nascido na última década de século XIX, a formação cultural, académica, social e intelectual de Luís da Silva Ribeiro traz, como não podia deixar de ser, de modo vário, a marca de um mundo finissecular ainda oitocentista, mas que viria logo a ser fundamentalmente moldada pelas problemáticas axiológicas e civilizacionais da tão decisiva quanto trágica primeira metade do Século XX.

Veja-se apenas que as épocas históricas e os acontecimentos históricos e sociopolíticos vividos ou presenciados por Luís Ribeiro incluem, nomeadamente, em Portugal, a queda da Monarquia e a implantação da República, a Ditadura Militar e o Estado Novo...

– De 1925 até 1952, com o traumático e humilhante acontecimento de 1931 pelo meio, e especialmente a partir daqui até à sua morte em 1955, o que de e em Luís Ribeiro se agiganta é uma e aquela figura de *clerc* (localmente assim também caracterizado, reverenciado e respeitado nos círculos e tertúlias da cidade de Angra e da Terceira, ou nos círculos de correspondência, ideários e afectos de alma e espírito em S. Miguel, no Continente, na Europa e na América Latina, Brasil em especial).

Finalmente, tal como por Luís Ribeiro, foi o IHIT moldado e conduzido com grande consequimento, superior qualificação e dedicação, sempre segundo a formação, o perfil e até o estilo intelectual, académico e político-institucional de cada um dos seus sucessivos responsáveis, naturalmente, sem esquecer as circunstâncias envolventes, as conjunturas, os apoios económicos, as parcerias, os meios disponíveis ou disponibilizados em cada conjuntura.

No meu caso, a uma interpelação, datada de 2008, sobre o nosso *ideário programático* como Presidente da Mesa do IHIT, afiançei que ele seria pautado por uma linha

¹⁰ Cf. em “A União” (Angra do Heroísmo, 23.02.2008), com o título “Tomada de posição da SEDES sobre o estado do país”.

de rumo propositadamente expressa como sendo a da nossa própria *intencionalidade*, ali formulada pelo lado da *simbologia* e com aquilo que está de certo modo implícito no quadro (pintado por Domingos Rebelo) de Luís Ribeiro – a quem Nemésio, apesar das divergências que sempre estiveram mais ou presentes entre os dois (e que o poeta da *Sapateia Açoriana* não deixou de realçar após o 25 de Abril de 74, na refrega do Verão Quente e das controvérsias separatistas e autonómicas¹¹ de 1975-76...), reconheceu ter exercido uma espécie de *tutoria anímica e consciencial açoriana* –, que preside ali ao *pulsar interior* da Sala de Reuniões do nosso Instituto Histórico.

– Gostaria pois, ainda hoje e para terminar este depoimento e repositório, que a nossa actual geração pudesse contribuir para ajudar a *repensar o projecto e os ideais permanentes* da nossa casa (e da ilha, e da Região!), *relançando* com idêntica validade e audácia, como não poderá deixar de ser, mas *para o nosso tempo*, o vigoroso e íntegro olhar de Luís Ribeiro, o seu entusiasmo *humano e humanista* – um pouco *utópico e sonhador*, às vezes *passional, afectado e sobranceiro*, outras *dúbio e esquivo*, é certo, mas ainda *realista e esperançoso* (apesar do seu *melancólico cepticismo* e das suas *angústias existenciais*...) –, numa actividade idêntica e culturalmente empenhada a bem da nossa terra e da nossa gente, e tendo ao menos por *mote e exemplo* a atitude de empenho e generosidade que dimanam da expressão simultaneamente *serena e audaz* do rosto e do espírito-guia do nosso fundador...

Nem mesmo atendendo a uma renovada leitura e tematização críticas, necessariamente desmistificadoras e não mitificantes de muitas das facetas do pensamento e da acção de Luís da Silva Ribeiro (por vezes quase *dissimulado* nos *Alteares e descidas* de bandeiras nas *torres e colunas* das suas crenças profundas, irmandades doutrinárias ou reservadas filiações...) – conforme também temos vindo a tentar clarificar e reenquadrar na nossa presente investigação em curso –, e assim ainda por relação a um estudo mais documentado e sistemático da sua vida e obra, nomeadamente perante os quadros evolutivos do seu *facetado posicionamento* face ao Republicanismo, à Maçonaria, ao Estado Novo, ao Nacionalismo, ao Regionalismo e à Autonomia dos Açores, nem por isso a sua figura, a sua memória e as suas heranças deixam de constituir um *ímpar legado* histórico-cultural, teórico e prático de referência para a nossa geração e para a nossa *comunidade de destino* com os homens e mulheres dos Açores, de Portugal e do Mundo, no século XXI.

¹¹ Cf. Eduardo FERRAZ DA ROSA, “Poder, Tradição e Utopia: Nemésio e a Autonomia dos Açores”, em *O Risco das Vozes – Estudos e Ensaios*, Prefácio de Carlos Reis, Lisboa, Academia Internacional da Cultura Portuguesa, 2006, pp.121-132.

**PALESTRA COMEMORATIVA
DOS 483 ANOS DA CRIAÇÃO
DA CIDADE DE ANGRA**

ANGRA, ALGUNS POETAS E EU

*Álamo Oliveira**

Começo por agradecer, a Sua Ex^a. o Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, o convite que me dirigiu para vir falar desta Cidade que, durante muitos anos, foi a minha casa e a minha escola. Sempre a vi e senti através de um coletivo de olhares – olhares que primaram e primam pela estranheza, pela surpresa e, paradoxalmente, por uma previsibilidade em dar continuidade à sua história social, mesmo quando parece hipnotizada pela apatia perante as contrariedades.

Pessoalmente, não conheço nenhuma outra Cidade que, em termos percentuais, apresente, em cerca de meio século, um grupo de poetas tão apaixonado, tão pronto a devolver-lhe todos os sonhos de grandeza, como a chamar-lhe a atenção para vaidades de colorido, há muito, desbotado.

Estou aqui, com alguns poetas nossos, para uma evocação de Angra – uma cidade que, há quase quinhentos anos, tem visto o Mundo girar cumprindo as premissas da História. Que a viagem não tropece nas palavras necessárias.

«Os Açores começam e acabam em Angra do Heroísmo»(1), escreveu em jeito de lápide, o Poeta Almeida Firmino, insuspeito no seu dizer, porque se trata de um alentejano, que se deixou ilhanizar ao ponto de querer desaparecer nas águas que banham as rochas de São Roque do Pico.

Mas pode dizer-se muito mais sobre uma cidade que, desde sempre, os poetas embalam, sendo ela, porém, quem os faz adormecer de amor.

Angra é, na verdade, uma cidade enformada de história, que se pode observar em muitas folhas e horas de pesquisa e de escrita, onde sempre se fica com a noção de que há muito mais para dizer. Há sínteses perfeitas sobre Angra que podem ser repescadas em muitas fontes sem pecado de presunção. Gaspar Frutuoso (séc. XVI) chamou-lhe «pequena Lisboa»(2); Pompeo Arditì (também séc. XVI) avaliou, em alta, quanto viu: «cidade muito populosa, muito bela e bem desenhada, com ruas largas e direitas»(3). E muito mais se pode dizer sobre uma cidade que foi entreposto do comércio à distância,

* Poeta e romancista. Sócio correspondente do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

que Linschooten desenhou a traço perfeito, daqui resultando, alguns séculos depois, um encontro de complicitades mediúnicas entre o comerciante holandês e uma personagem do *Pátio d'Alfândega Meia-noite*(4), com o nome excêntrico de Poeta Porreirinho. Os dois procedem à lavagem dos factos – os do passado e os de hoje. Os dois entendem que o heroísmo, que as lutas liberais fizeram bordar numa bandeira, não pode ofuscar o que foram os tempos de conquistas e de descobrimentos, de esconjurar tomadas de poder com ilhas adjacentes – ilhas que desejavam somente morrer livres e não em paz sujeitas, com supostas heroínas donas de sua casa e administradoras de seus maridos e filhos como Brianda Pereira; e outras de amores tomados em comunhão de bens e realeza, como Dona Violante do Canto, respeitosa e agrilhoadada e asilada para Espanha, por muito querer a D. António, o Prior do Crato, pretense rei de Portugal. Depois, como tanto se sabe, nem Ciprião de Figueiredo evitou o fim trágico do orgulho patriótico pela Terceira ter sido, sozinha, Portugal.

O Poeta Porreirinho há de roer as unhas como político caído em desgraça, porque reconhece que as informações de Linschooten são de fontes diretas. Ao lado, formando um par de jarras, Álvaro Martins Homem – desenhador da Cidade – deixou, preto no branco, que as boas casas de Angra se ficaram a dever aos castelhanos, em conjunto com a monumentalidade da fortaleza de S. João Batista – digo: de S. Filipe.

Seguem-se os tempos do comércio, com seus negociantes, seus contrabandistas, seus piratas, seus corretores de influências e Angra é a tal cidade cosmopolita e universal em encontros de línguas e de culturas, mas que se foi desvanecendo no tempo à medida que lhe sucumbiam as vontades, a inspiração e o golpe da afirmação. Após o período dos donatários e de outras tentativas não bem sucedidas de modelos de governação à distância, guardou-se a receita das «donas amélias» e a República teve, como primeiro presidente, um senhor do Faial. Chegaram novas leis administrativas para os Açores e, em apuros sucessivos, o arquipélago ficou dividido em três distritos. Angra, que fora capital das ilhas todas, tornou-se capital de três: Terceira, S. Jorge e Graciosa.

As cidades amam-se como antigas pessoas de família. O Poeta Porreirinho, como todos os poetas, passa sobre os anos sem romper as calças da memória. Aprendera muito novo que há várias formas de ser herói e que as mais heroicas não carecem de armas de fogo. A República, a primeira e a segunda, foi ganhando lastro ao longo dos anos. Em regime cauteloso foi-se impondo devagar sem fazer ondas de maior. Os governadores civis garantiam a unidade nacional e os presidentes das Juntas Gerais iam fazendo por justificar a existência. Politicamente, prevalecia o silêncio rolhado e a garantia era dada pela polícia da censura, pela da segurança pública, pelos militares do Castelo. É o quartel de Angra que o Poder central usa como lugar de exílio e de asilo, firmado nos exemplos que a história foi facultando: D. Afonso VI, Gugunhana, anti-salazaristas, independentistas, etc.. Culturalmente, apostou-se no pequeno prestígio de atos ocasionais, pois uma sociedade classista, bem maquilhada de tolerância, não vai além disso mesmo. Até na missa. Todavia, o fosso maior era entre um cidadão e uma pessoa do «monte». Por exemplo, um angrense, com topete de prosápia, não gostava de uma dança de Carnaval, por causa da ruralidade da mesma.

O quotidiano em Angra estava amontoado de comportamentos sociais insípidos, embora seja curioso lembrar que a importância das repartições públicas era medida pelo número de carimbos que havia em cima da secretária e pelo uso obrigatório de gravata. A segurança era feita por grupos de dois polícias e andavam em toda a parte. As famílias com melhores recursos moravam nos primeiros e segundos andares das casas da Cidade. No rés-do-chão, havia as lojas de comércio: fazendas, retrosaria, farmácias, sapatarias, latoarias, casas de pasto, cafés, pastelarias, correios. Para além disto, havia igrejas, escolas, consultórios, hospital, cemitérios, serviços públicos..., enfim, tudo o que uma cidade precisa para ser cidade. Mais: o Seminário Diocesano, graças a uma geração de professores bem formados, ajudava a garantir qualidade cultural a uma Cidade que parecia ter parado no tempo. Os seus jornais davam a informação possível. Mas, enquanto noticiavam despedimentos coletivos na Base das Lajes, relevavam a agenda social, informando quem ia de férias para fora da ilha, por causa da «estação calmosa». Bem perto destes colunáveis estavam os «filósofos da rua», que Augusto Gomes, muito justificadamente, gravou em livro.

Animou-se a vida cultural de Angra e das ilhas com a realização das Semanas de Estudo – uma iniciativa dos professores do Seminário e de outros intelectuais dos Açores. O futuro encarregou-se de dar visibilidade a alguns dos temas refletidos com vista ao desenvolvimento do arquipélago. É justo lembrar que as décadas de 50 e 60 foram marcadas pelas atividades culturais promovidas pelo Seminário de Angra, não só em sessões de exposição de saberes (as sabatinas) como em teatro e música. De vez em quando, a modernidade chegava à Cidade, mesmo que, somente, sob a forma de um desenho, feito por Mestre Maduro Dias, para o empedrado da Praça Velha.

Outras pequenas grandes coisas aconteciam com naturalidade, como as noites de baile no Clube Musical Angrense e no Lawn Tennis Club, as verbenas pelos Santos Populares no Castelo, os fados na cerca do Marítimo, as peças de teatro na Fanfarra Operária e na Recreio dos Artistas, mais as que vinham de Lisboa com selo profissional para o Teatro Angrense. Mas convém lembrar algumas iniciativas de mérito que aconteceram neste domínio, como o Teatro de Revista com João Ilhéu, textos clássicos portugueses com Maduro Dias, Coelho de Sousa, José Luís Louro (voltado para a modernidade) e outro angrense – José Orlando Bretão – preocupado com a formação teatral. ESpetrus não foi grupo de muita duração, mas saiu de um atrevimento teatral de Antonieta Costa e Avelino Soares, então pároco de S. Pedro. Em 1972, a paróquia celebrou quatro séculos de existência e decidiu-se proceder à apresentação cénica da encíclica *Populorum Progressio*, de Paulo VI. Era um documento malquisto pelo governo e que entrou em Portugal pela «porta do cavalo». A receção de Paulo VI, no Vaticano, aos líderes dos movimentos independentistas de África não foi apreciada. Representação proibida, apesar de estar integrada no programa das Sanjoaninas, que, nesse tempo, encerrava com a imponente procissão de S. Pedro. A autorização veio de Lisboa dois dias antes da data do espetáculo. Os técnicos enviados pela Philips, para montarem a luz e o som, trabalharam dia e noite. O espetáculo, com mais de 200 figurantes, foi realizado no Campo de Jogos da Cidade. Atrás fiadas discretas de soldados, armados com o que havia, zelavam para que centenas de espetadores não entrassem em revolução. Curiosamente, temia-se o

progresso dos povos. Porém, ninguém se pisou; se houve progresso não se deu por ele; o povo manteve-se sereno e, no dia 29 de junho, foi à procissão de S. Pedro.

Os dois jornais diários tinham suplementos culturais: *Artes e Letras* no «Diário Insular» e *Glacial* em «A União». O primeiro foi coordenado por João Dias Afonso e Emanuel Félix; o segundo por Carlos Faria, poeta e monárquico. Depois, surgiram outros suplementos já na era do «offset». E, assim, se fazia a formação e informação literária e artística da Cidade.

Os domingos eram dedicados a prazeres obrigatórios, quase. Ia-se à missa com a fé possível e a Pastelaria Athanásio aproveitava para servir café e doces a uma elite sem lugar de referência na igreja, sobretudo a quantos faltava a devoção suficiente para ouvir uma missa inteira. À tarde, os homens iam ao futebol e os que estavam de namoro, magalas e sopeiras incluídos, iam ao Jardim e subiam até ao «Preto» para momentos de melhor convivialidade. À tardinha, passeava-se a ver montras e à noite os homens iam com as esposas legítimas ao cinema.

Esta é a cidade que o Poeta Marcolino Candeias, que a tinha como «Angra cidade única e minha»(5), apresenta com um realismo poético encantador. A par e passo com a ode do Poeta, onde ele escarpaliza o outro lado do espelho social angrense, a resignação aparece como um dado adquirido em várias frentes: a inércia, a falta de imaginação e a desvantagem de inovar, aliadas a uma corrupção doméstica, que o Poeta Porreirinho denuncia porque a conhece pelo nome, e porque os pobres são sempre pobres até no roubar. Silenciosamente, esperava-se, com ar esquerdino e beatífico, uma pinga de socialismo. Valia o dia de S. Vapor, aquele que empurrava as pessoas para o Pátio d'Alfândega, para gozar um desejo húmido de sal, sentir que a emigração acontecia para provar que, do outro lado do Mundo, a felicidade surgia como qualquer coisa de mágico, como panaceia para todos os males, até para aqueles que o Castelo formatava e enviava para a guerra colonial.

Apagara-se a memória do bulício das atracagens dos navios de toda a Europa: as urcas inglesas, os galeões de Espanha e da Flandres, as caravelas da Escócia. Nesse tempo, a Cidade cheirava a mirra e a bálsamo da Arábia, à canela do Ceilão, ao cravo das Molucas. E alfandegavam-se cofres de laca e madreperla cheios de coralina, turquesas e aljófares, porcelanas e peças de seda do Cataio e tapeçarias da Pérsia. As casas senhoriais de Angra estavam mobiladas com armários de pau-santo, com mesas a brilhar com baixelas de prata e decoradas com panos flandrinhos. Mesmo ao lado, uma multidão de pobres alimentava-se com boga de junça.

Perto de cair uma pinga de socialismo, as pessoas do monte vinham à Cidade comprar a memória futura do casório e da família nos ateliers do Perlino, do Brum, do Lilaz, do Madeira; levantar a saca de encomendas, pagar impostos, consultar o senhor doutor; procurar o recato no vestir a metro nas lojas dos Barateiros, dos Linhos, das Chitas, do Espírito Santo, dos Farinhas e do Vidal; adquirir outros amanhos precisos no Pedrinho Amiguiño, no José Tomás, na Casa de Utilidades, no Ti Bailhão, na Latoaria Santos; revirar os olhos sobre uns livrinhos preciosos e cobiçados na Livraria Adriano e na Tipografia

Andrade, a do almanaque. E havia muitas outras lojas de importância comercial reconhecida, só uma, delas, chinesa, na baixa da Rua Direita, a dos pais do Noé Chu Peng Fung.

Entra-se na década de 70 como quem entra saindo. Mas, antes, em 1964, por força de um decreto de Salazar datado de 1963, as casas de «paz e sossego» fecharam. A de Angra, tão discreta e estrategicamente situada na Rua dos Canos Verdes, valia pela privacidade do nome pintado nos vidros da janela pelo lado de dentro, ficando ilegível pelo lado de fora. Mas esta estratégia de escrita parecia ter implícita uma proposta: a de se ver a Cidade de dentro para fora. O observador perdia pormenor, mas ganhava mundividência. Depois, o encerramento da «Paz e Sossego» em si, não alterou, em nada, o comportamento da sociedade: as senhoras passaram a ter um convívio maior com os seus admiradores, sobretudo com aqueles que estavam em estado de puberdade poética. As que quiseram encontraram trabalho como serventes nos «cafés». Mais clientes. Mais lucro. Patrões satisfeitos.

Angra entrou nos anos 70 ostentando uma flor no cabelo, dizendo adeus ao Estado Novo, após a cimeira de Nixon, Pompidou e Marcelo Caetano. Nixon mostrou que tinha uma base militar, exemplar e gratuita, nas Lajes da Terceira; Pompidou aproveitou para mostrar o seu super poluente Concorde; Marcelo Caetano deu-lhes as boas-vindas e apertou a mão aos dois. Dezenas de jornalistas disseram ao Mundo onde ficavam os Açores, cobrindo o acontecimento com a eficiência dos faxes – uma novidade técnica nas comunicações.

Em 1970, Emanuel Félix escreveu: «Ah! Cidade do Mar! Minha Cidade! Que vento forte poderia mudar o teu destino!»(6).

Na madrugada do dia 25 de abril de 1974, o jornalista Aranda e Silva telefonou, de Lisboa, para o Rádio Clube d'Angra, informando que havia um golpe de estado a ser executado por militares.

A notícia não motivou em Angra alaridos de rua. Houve mesmo um silêncio expectante, se bem que os gabinetes das autoridades locais tivessem permanecido em audição constante. Não admira que tenha sido assim. Poucos dias antes, falhara redondamente a intontona das Caldas e, mais uma vez, esta podia ser outro ovo mal chocado. Só que, à segunda, foi de vez.

À medida que a notícia se foi solidificando, o comportamento dos angrenses (e o dos açorianos, claro!) foi mudando. Caiu-se em pequenas tentações de denúncias de fascismos e de saneamentos; houve aproveitamentos para pequenas vinganças por partidarização analfabetizada; diziam-se palavras que vinham de fora e sem contexto; extremismos que quase se tocavam; consumo de liberdades sem que fosse reconhecida a fronteira. As paredes de Angra grafitaram-se com ódios postiços e colaram-se cartazes com «foras», «ruas», «votem em mim». Foi o tempo das palavras perderem credibilidade moral e significante.

O Poeta Porreirinho quis ver primeiro e agir depois, enquanto outros preferiram mergulhar de caras na recuperação do tempo perdido, no país dos silêncios amordaçados, das injustiças sociais, da liberdade encarcerada, da ditadura hissopada com água benta.

Parafrazeando o Poeta Marcolino Candeias, isto: «Que faremos nesta terra, cidade minha, meu povo/ a nossos corpos a nossas mãos a nossos braços/ diante deste espaço de ondas inquietas?»(7). O silêncio inicial do Poeta Porreirinho parece responder à pergunta, embora tenha sido um jornalista brasileiro (ele que desculpe não haver lembrança do seu nome) que, no jornal «Sempre Fixe», deixou um lacónico comentário sobre o «25 de abril»: «Aquilo não vai dar nada! São todos primos e primas!»

Entenda-se que esta consanguinidade não é só metaforicamente política. É mesmo parental. Veja-se como se unem «os primos e as primas» quando correm mal os negócios da banca. Tudo se lava. Até o dinheiro. E ele não se rompe nem se gasta. Apenas desaparece aqui para reaparecer acolá. Mas esta consanguinidade mostra também alguma instabilidade emocional, a que não são alheios os efeitos de uma mordaza com quase cinco décadas de eficácia.

Um outro Poeta – que é mais conhecido, mundialmente, como artista plástico – partiu muito jovem para Lisboa, pensando em Paris, se o dinheiro, para tanto lhe desse. Pertenceu ao grupo dos surrealistas portugueses, com direito ao prémio «Amadeo de Souza-Cardoso». Foi para Paris, onde deixou de pintar para pensar, para filosofar a Arte como linguagem necessária à Humanidade. Sem que deixasse saber, pintava interiormente. Nos finais dos anos 70, António Dacosta, angrense e «pintor europeu das ilhas»(8), começou a exteriorizar quanto acumulara dentro de si. Curiosamente, as suas «memórias» de infância emergiram em «louvor de», com visitas quase regulares à sua cidade de Angra – uma cidade que é um miradouro para o infinito, pois foi a própria História que a consagrou como espaço geneticamente universal.

O regresso de Dacosta à pintura e à sua Cidade acontece quando, separadas algumas águas ideológicas, se optou pelo modelo governativo autonómico. Trouxe consigo uma mão cheia de poemas. Alguns anos antes, Rogério Silva abriu, na sua própria residência, no Corpo Santo, a Galeria Gávea, daí resultando uma parceria com o suplemento *Glacial*, que, por sua vez, deu origem à edição de cadernos de poesia da novíssima geração de poetas de Angra. Em 1976, surgiu um grupo de teatro que tem vindo a fazer por merecer a credibilidade do nome: um alpendre de abrigo sociocultural.

La a Cidade «em passeio de burrinhos», como diria Camilo, a caminho de uma experiência governativa nunca dantes ensaiada. Repartiu-se o Governo regional pelas ilhas sob a máxima do «desenvolvimento, harmonioso». Tudo se conjugava para que os Açores se pudessem transformar no exercício de uma democracia modelo – o que, como se sabe, ainda nunca aconteceu. Tudo ficou a preto e branco tal e qual como as primeiras emissões da RTP-Açores.

De pousio, entrou o Poeta Porreirinho que foi sentar-se no banco verde do Pátio d'Alfândega – banco que era «o descanso dos cansados, o sossego dos iludidos. Ali, ele podia pensar, a lume brando, quantas coisas quisesse, com o corpo acostado, a cabeça inclinada em perfeita sonolência, as mãos sobre o colo, as pernas cruzadas ou escachadas em alternativa, consoante a gravidade dos pensamentos.»(9).

Compôs-se o governo com seus secretários e diretores de serviços, seus funcionários administrativos, técnicos e seus escriturários e contínuos. A máquina começou a

funcionar. As ruas de Angra animaram-se. Havia mais dinheiro. Era preciso gastá-lo. Os quadros da função pública todos os dias cresciam.

Quase se entrava no remanso doce do quotidiano quando o pior aconteceu. Faltavam vinte minutos para as quatro da tarde do primeiro de janeiro de 1980. No ar, pairava ainda o cheiro a suor de álcool com baile. A Ilha tremeu durante vinte segundos. A cidade de Angra colapsou. Escreveu Mestre Maduro Dias: «Quem mitrou/ de escárneo casas e palácios?// Quem ferrou/ (Que siglas?)/ A frente das igrejas?// Urnas e sepulcros/ Quem os devassou?// Foi no teu regaço, por cima dos teus ombros./ Que dei fé da Vida, ó Angra, minha mãe!» (10). O Poeta Porreirinho, por sua vez, escreveu: «Todos poderão sentir o estertor colossal da terra no âmago do seu próprio ventre e hão de ver uma nuvem de pó, semelhante ao cogumelo da bomba atômica, subir às alturas e delas descer cobrindo tudo com o peso leve de uma só cor. E há de ver-se seca a cama do mar desvendando os abismos nunca dantes sonhados. E há de ser amarela a baba da alma das casas com as tripas empastadas pelo sebo da fragilidade. Ficarão roucas as janelas, boquiabertas as portas e os tetos viajarão pelo vácuo até à base e algumas cortinas morrerão amorosamente entaladas pelos corpos das vidraças.»(). À noite, uma lua estupidamente clara, dava à cidade o aspeto das abóboras iluminadas para a noite das bruxas. O humor que sobejou não foi além da pergunta: «A tua casa sofreu muito?/ Não! Caiu de repente!» Porém, dessa noite de luar, restam os versos emocionantes do Poeta Maduro Dias: «As ruas eram mesas de função/ Depois da comezaina./ Toalha de luar enodoado./ Côdeas de telhados, costelas de tabiques./ Míolos de caliças./ E a noite esgazeada./ de borco./ estonteada./ Tapetes de sonho/ Ou pensos de gaze./ As ruas em coma.»(11). Mas foi o Poeta Santos Barros, outro angréense de berço, quem gritou a ordem: «Não perecerás, ó Destruída!»(12).

E Angra não pereceu! Pelo compridão da Cidade, desde as portas de Santa Catarina até aos portões de São Bento, as ruas foram limpas dos escombros. Começou a reconstrução. Choveu solidariedade. Angra era um cenário de guerra em tratamento de choque. Às seis horas da tarde, os angréenses desapareciam. A Cidade ficava entregue a gentes estranhas, que se diziam artistas de construção, consumidores de álcool e de cinepornografia e que vinham à cata de dinheiro fácil. Era impossível digerir a desgraça que se abatera sobre Angra. Reafirmou-se que a poesia não ajuda a levantar ânimos, nem mata a fome. À custa de muito dinheiro, a Cidade foi emergindo das suas ruínas, incluindo a igreja da Sé que, a meio das obras, ardeu. Deram trinta anos para se pagar a dívida da reconstrução.

Lavadas e maquilhadas, as casas foram murando as ruas, deixando a ilusão de que, tal como os seus moradores, tinham ido apenas dar um passeio. Mas, como se sabe, a Cidade nunca mais voltou a ser a mesma. Os angréenses deram, à sua fuga, caráter definitivo. Deixaram-se ficar pelas casas construídas para além da circular: Pico da Urze, São Carlos, Posto Santo, São Bento, Ladeira Grande, etc.. Para quem ficaram as casas de Angra? É uma pergunta inócua. Com certeza nem merece resposta. Sabe-se que é um deserto de gente. As ruas estão superpovoadas de carros. Só o Poeta parece ver que «andam a dar isto aos pedacinhos/ e ninguém diz nada meu amor!/(...)/ andam a dar isto./ e qualquer dia onde poremos os pés de manhã/ ...se acordarmos?!»(13).

Alguém quebrou, à Cidade, o seu espelho de água!

Os anos estão a passar. A memória de quem viveu o sismo já não cisma. As novas gerações têm visto os efeitos de um abalo na terra dos outros. Apesar de deserta de residentes, Angra procura universalizar-se socializando tecnologicamente com o Mundo e faz-se entender em todas as línguas. É importante que recomece a ser entreposto de todas as culturas, sustentando o privilégio de ser Património Mundial – estatuto que lhe foi conferido pelo seu desempenho na História universal.

Agora, o mais urgente é que os angeirenses reaprendam a amar a Cidade de Angra, de forma que a sintam sua sem o sentido de posse ditatorial, mas também não a transformando em espaço socialmente estrangeirado.

Apela-se aos angeirenses que vejam a sua Cidade através dos palácios, das casas senhoriais, das igrejas, do próprio traçado das ruas e das praças e que os entendam como elementos encantatórios do olhar. E que o mesmo aconteça quanto às varandas, ao recorte das janelas, às cores das casas, às flores, à festa, à gastronomia, às manifestações artísticas de qualquer expressão, ao roxo da quaresma, ao cor-de-rosa das beladonas, ao sorriso de quem passa, ao rosto preocupado de quem não tem o que mais precisa.

Angra tem de ser amada com respeito. Com muito respeito. E isso consegue-se com o exercício de uma pedagogia que ainda está por cumprir e que deve começar nas escolas. Montar o «Vasco da Gama» do Pátio d'Alfândega não é propriamente uma prova de equitação cívica. Há que aprender que viver em Angra ou vir a Angra é ter encontro com o passado e com o presente para vislumbrar o futuro. Não se pode deixar que lhe varram, para debaixo do tapete da indiferença, a nobreza e o heroísmo, nem se pode permitir que lhe assaltem a História como se ela fosse um incómodo.

Todos são bem-vindos! É assim que se entende a sua histórica hospitalidade. Em Angra, poderão usufruir da convivialidade, da segurança e da harmonia, servidas como iguarias peculiares e generosas.

«Angra – cidade do Mar!»(14), Emanuel Félix; «Cidade de Angra, posta em doce jeito/ Ao pé das ondas, junto ao Oceano...»(15), Maduro Dias; «Oh Angra minha e amada verdadeiramente/ chamada do 'Heroísmo'»(16), Marcolino Candeias; em Angra, vive «o povo mais unido dos Açores./ Para ele os poetas vão construir um mundo novo.»(17), Almeida Firmino; «Venho do mar/ Venho dos montes/ Sê amiga do meu repouso»(18), António Dacosta; «Há uma Angra para o gosto de cada um, para exaltar e dignificar a vida, para a ternura na solidão mesmo nas tardes de nada acontecer de jardim público e páteo da Alfândega, nas procissões e coroações de impérios.»(19), Santos Barros; «Ó Angra, nobre cidade./ Que tem barão e cutelo!// Vê-se a croinha do Pico/ Das muralhas do Castelo.// Não subo ao Monte Brasil./ Não sou facheiro nem facho./ Tenho o navio no peito./ Quando o quero sempre o acho.// Ó leal cidade de Angra./ Mimória do meu amor./ Pisão da minha alegria./ Castelo da minha dor!// Angra maioral cidade./ Desterro do Gugunhana/ Onde fui às cavalhadas/ No meu cavalo de cana.// Ó Angra da fidalguia/ E da procissão do triunfo!// Em amores puxei-lhe espadas./ Ganhou-me a dama de trunfo» (20), Vitorino Nemésio.

Angra proporciona um vasto leque de leituras. Para além de cidade histórica, é mística e mítica, real e sedutora, de penumbras e de cromatismos múltiplos. E não sendo

uma mulher fácil, enamora-se de coisas de nada: um cuidado na calçada, uma montra bonita, uma varanda florida, uma canção dedicada, um concerto de filarmónica, um jardim com flores e crianças, uma rua de travessia segura, um gesto solidário, um sorriso à chuva, conhecer o próximo, ajudar quem precisa. Depois, baba-se por um cumprimento com odor a maresia; por uma cócega de ternura feita no sôco de uma quadra popular; preza-se para aguardar, ao balcão da tarde, que os seus amores lhe tragam um ramo de sonhos festivos, atado com a coloração lilás do sol em poente consumado.

É o melhor do Poeta Porreirinho sobre Angra, a quem sempre quis como companheira sua, apesar de ter algumas folhas da memória em branco, ditadas pelo aumento do seu colesterol mental. São as falhas amargas do seu esquecimento, disfarçadas com doçaria conventual de nomes celestes, como toucinho do céu, papos d’ango, barrigas de freira. E para rematar há a realza da «dona amélia», o que provoca ao Poeta o sorriso enternecido da sua frase teatral ao sair de cena pela rua Direita até ao Pátio d’Alfândega: – A cidade de Angra, a minha cidade, é doce. E arrefiando à plateia do Mundo, acrescenta: – E é linda!

Raminho, agosto de 2017

Bibliografia utilizada:

- 1 e 17) FIRMINO, Almeida – *Lápide para a Cidade de Angra*, ed. Autor, Angra do Heroísmo, 1974
- 2, 3, 6 e 14) FÉLIX, Emanuel – *Angra no Último Quartel do Séc. XVI*, ed. Gávea Glacial, Angra do Heroísmo, 1970
- 4, 7, 9 e 11) OLIVEIRA, Álamo – *Pátio d’Alfândega Meia-noite*, ed. Vega, Lisboa, 1992
- 5, 7 e 16) CANDEIAS, Marcolino – *Na Distância deste Tempo*, col. «Gaiivota» n° 37, ed. SREC/DRAC, Angra do Heroísmo, 1970
- 8) NEMÉSIO dixit in revista «Variante», n° 1, Lisboa 1942
- 10, 12 e 15) DIAS, Maduro – *Melodia Íntima e Poemas de Eiramá*, col. «Gaiivota» n° 45, ed. SREC/DRAC, Angra do Heroísmo, 1985
- 13) OLIVEIRA, Álamo – *Itinerário das Gaiivotas*, col «Gaiivota» n° 23, ed. SREC/DRAC, Angra do Heroísmo, 1982
- 18) DACOSTA, António – *A Cal dos Muros*, ed. Assírio e Alvim, Lisboa, 1994
- 19) BARROS, J. H. Santos – *S. Mateus, Outros Lugares e Nomes*, ed. Vega, Lisboa 1981
- 20) NEMÉSIO, Vitorino – *Festa Redonda*, ed. Livraria Bertrand, Lisboa 1950

**NOS 500 ANOS
DAS TESES
DE MARTINHO LUTERO**

UMA LEITURA FILOSÓFICA DAS TESES DE WITTENBERG¹

Mário T. Cabral, ofs *

Este artigo consiste numa leitura filosófica das *Teses de Wittenberg*², a propósito dos quinhentos anos da sua publicação. Mais nenhum outro documento protestante é referido.

A avaliação filosófica de um sistema faz-se do seguinte modo: em primeiro lugar, interessa a coerência interna do próprio sistema. A este nível, não importa tanto a verdade objetiva das afirmações, mas antes a harmoniosa relação lógica das mesmas entre si. Um sistema é tanto mais válido quanto não apresentar choques entre as suas regras fundamentais e será refutado quando for provada uma incoerência lógica interna inequívoca.

* Doutor em Filosofia pela Universidade de Lisboa. Franciscano da Ordem Franciscana Secular. Sócio efetivo do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

¹ **Nota do IHIT** – *Este texto do Doutor Mário Cabral, redigido já no fim da sua vida, não pôde ser cabalmente revisto pelo autor. O IHIT teve acesso a uma cópia de trabalho, que o revela ainda em fase de revisão e de aperfeiçoamento, sobretudo porque nessa cópia surgem alguns comentários ou sugestões de um revisor que não o autor. No entanto, optou-se por publicar o texto, retiradas as duas ou mais opções que ainda continha na elaboração de certas frases, bem como os comentários intercalados por alguém que não o autor, em ordem ao refinamento da argumentação. Em alguns casos, aceitaram-se mesmo as sugestões do revisor (anónimo para nós), suprimindo pequenas partes do texto. Entenda-se a publicação do texto, nestas condições, como uma singela homenagem do IHIT, além do renovado prazer de ler textos de Mário Cabral.*

² “As 95 Teses Afixadas por Martinho Lutero na Abadia de Wittenberg em 31 de outubro de 1517, fundamentalmente ‘Contra o Comércio das Indulgências’” — <http://www.unidaipb.org.br/images/95%20teses.pdf> (Sexta-feira, 14 de Julho de 2017).

Não se pode alterar as regras fundamentais de um sistema sem o recusar. Assim, tendo em conta apenas este primeiro critério de avaliação, todo o sistema tem o direito filosófico de ser aceite como válido, até prova lógica em contrário. De outro modo, o consentimento ou rejeição de um sistema seria do domínio do mero gosto pessoal. Claro que uma pessoa pode não gostar de um determinado sistema, mas isto em nada obsta à integridade do mesmo, ou seja, ao seu rigor formal interno. O surgimento de um novo sistema não significa, só por si, que o anterior esteja errado.

Em segundo lugar, é importante testar um sistema comparando-o com a realidade, tal e qual a entendemos. Não haver adequação entre o sistema e a realidade não significa que o sistema perca todo o seu valor — nomeadamente porque a determinação da realidade não tem sido uma tarefa filosófica fácil e pacífica. Porém, quando dois ou mais sistemas se confrontam, a melhor adequação à realidade, tal e qual a conhecemos, de um, em detrimento da adequação de outros, é determinante para a escolha do sistema vitorioso (há crise epistemológica quando dois sistemas antagónicos e, na aparência, igualmente válidos coexistem).

Não vale confundir o desajuste global de um sistema à realidade, tal e qual a conhecemos, com a perversão prática de um sistema que tem uma adequação perfeita à realidade. Comparando com um jogo, qualquer pessoa que conheça as regras do futebol, por exemplo, está apta para reconhecer um bom jogador e distingui-lo de outro, medíocre. Jogar mal um jogo não põe em causa o próprio jogo.

Nas *Teses*, que são em número de 95, Lutero ora desmascara algumas perversões práticas do sistema católico, ora o interpreta de forma original, sem apresentar justificação para essa discrepância em relação à interpretação estabelecida; e nunca lhe aponta incoerências internas. Algumas das teses poderiam ser tomadas por uma louvável correção fraterna, não fora outras serem interpretações que, embora legítimas, abrem um sistema alternativo, incompatível com o existente — neste caso, outra religião —, sem contudo refutarem o catolicismo.

Pode fazer-se quatro conjuntos com as teses:

1. **TESES QUE SÃO INTERPRETAÇÕES ALTERNATIVAS DA MENSAGEM DE CRISTO** — Legítimas, sem dúvida, mas abrindo outro sistema, sem contudo refutar o primeiro. Lutero nunca justifica as suas interpretações, o que as enfraquece, colocando-as no campo da simples opinião. Dois assuntos, para além das indulgências, são completamente cismáticos: o Papa e o Purgatório³;
2. **TESES QUE PODERIAM SER CORREÇÕES FRATERNAS** — Mas que, por mais bem intencionadas que possam ser, ficam imediatamente anuladas pela existência das primeiras, e pelo tom provocatório geral das quartas⁴;
3. **TESES QUE A IGREJA PODE SUBSCREVER** — No sentido de corrigir e melhorar o desempenho prático da doutrina⁵;

³ Exemplos de teses deste grupo: 2; 3; 4; 13; 14-16; 22; 26; 54; 56; 62; 72; 73; 75/76; 77...

⁴ Exemplos de teses deste grupo: 80; 81; 82; 83; 90...

⁵ Exemplos de teses deste grupo: 27; 28; 35; 40; 41; 47; 48; 65/66; 68; 80; 81; 94...

4. TESES QUE SÃO MERAMENTE PROVOCATÓRIAS E PORTANTO INÚTEIS — Não afetam o sistema católico, não apresentam justificação, são pura retórica agressiva⁶.

Do ponto de vista estritamente filosófico, não é possível conciliar o sistema católico, onde a autoridade de Pedro é fundamental, com as *Teses*, onde a autoridade de Pedro é claramente recusada — nem são precisas mais interpretações diversas, como as indecisões sobre a doutrina do Purgatório, por exemplo⁷, ou sobre os tesouros da Igreja⁸, dado o lugar incontornável do Papa, o que coloca este assunto ao lado das indulgências, apresentado como o tema das *Teses*.

A justificação católica é, sempre, Jesus Cristo, a pedra angular, neste caso específico em duas passagens: quando diz: «Tu és Pedro e sobre esta pedra fundarei a minha Igreja (Mt. 16, 18)⁹; e quando declara: «Aquilo que ligares na terra será ligado no céu e aquilo que desligares na terra será desligado no céu» (Mt. 18, 18).

O mote das *Teses*, em geral, são as indulgências. Importa, pois, sintetizar a doutrina católica sobre a matéria, com base no *Catecismo*¹⁰. A indulgência é a remissão da pena temporal devida ao pecado e está relacionada com a penitência. Pode ser parcial ou plenária; pode ser para si, para outros irmãos vivos ou aplicada aos fiéis defuntos. O pecado tem uma dupla consequência: o pecado grave priva-nos da comunhão com Deus — *pena eterna*; e todo o pecado, mesmo o venial, é uma desordem — *pena temporal*. É muito importante atender ao seguinte: o perdão do pecado restabelece a comunhão com Deus e anula as penas eternas do pecado; mas subsistem as penas temporais, que carecem de penitência e de indulgência. A penitência não serve para apagar/pagar os pecados, mas para resolver os problemas que o pecado gerou. Qualquer pecador também sabe que a absolvição do seu pecado não acaba com a tendência para reincidir no mesmo; a penitência serve como disciplina, neste desiderato. Interessa ainda não esquecer a *Comunhão dos Santos*, porque «[...] a santidade de uns aproveita aos demais, muito para além do dano que o pecado de um tenha podido causar aos outros»¹¹.

As indulgências não são um tema menor dentro da fé cristã, como afirma Lutero¹². Na verdade, são primeiríssimas e originalíssimas: Jesus Cristo incarnou para nos redimir e a Paixão é a entrega do puro e inocente pela libertação dos pecadores. Já era assim importante no AT, onde o jejum, a oração e a penitência estão indissociavelmente ligados, já com sinais evidentes de comunhão dos santos (2 Mac 12, 46).

⁶ Exemplos de teses deste grupo: 9; 11; 21; 24; 27; 31; 32; 33; 49; 50; 51; 52; 57; 63; 64; 65; 66; 67; 69; 72; 73; 75; 86; 87; 88...

⁷ Exemplos de teses sobre o Purgatório: 10, 18...

⁸ Cf. T62.

⁹ Interessa ter presente o comentário de Santo Agostinho (Sermão 295, 1-2.4.7-8: PL 38, 1348-1352): «Pedro» vem de «pedra» e não pedra de Pedro, o que é muito relevante para não se confundir a pessoa histórica de Simão, o primeiro Papa, com a figura eterna do Papa / Cristo. «Pedro» vem de «pedra», como «cristão» vem de «Cristo».

¹⁰ *Catecismo da Igreja Católica — Segunda Edição Revista e Atualizada*, Gráfica de Coimbra, 1999, X, 1471-1475.

¹¹ *Ibidem*, 1475.

¹² T55.

A Paixão de Cristo foi desde sempre o modelo arquetípico da ação cristã.

Para além desta força teórica inequívoca (coerência interna), o sistema católico adequa-se melhor à natureza humana (adequação do sistema à realidade), quando comparado com a simples interioridade da proposta luterana, a qual, por mais autêntica que seja, não consegue apresentar provas externas de arrependimento real concreto, ou desejo de melhoras. Isto não se refere apenas à psicologia humana, mas é sobretudo considerada a intersubjetividade, central numa religião. Deus vê o homem por dentro, mas nenhum homem se vê a si próprio com clareza dentro de si próprio.

Na interpretação de Lutero, as indulgências são ou falsas ou verdadeiras: as indulgências falsas estão relacionadas com a penitência, a confissão e o poder dos sacerdotes; as indulgências verdadeiras estão relacionadas com o arrependimento e pesar interiores¹³. Como é que se provam estas e se as distingue daquelas, seja pela contradição, seja pela confluência?

Para começar, é o próprio Jesus Cristo que manda aqueles que são curados apresentarem-se aos sacerdotes, numa explícita demonstração de respeito pelo poder instituído — o que o próprio Lutero parece reconhecer na T7, que, tudo indica, entra em contradição com a T2. A T34 volta a insistir numa suposta ilegitimidade da Igreja, quando considera que a graça da indulgência é «estipulada por homens», como se a Igreja não fosse o Corpo de Cristo e, desde o AT, algum outro povo tivesse tido Deus tão próximo de si. Por outro lado, a única maneira de encontrar incompatibilidades entre indulgências é cometendo o equívoco, recorrente em Lutero, de tomar a indulgência pelo perdão. Não é a suficiência do arrependimento que leva à absolvição, mas a infinita misericórdia de Deus, como insiste São Paulo (Ef 2, 8-9). Pelos seus méritos, ninguém se salvaria — princípio caro ao protestantismo, aliás. Só a bondade infinita de Deus perdoa todo e qualquer pecado. As indulgências referem-se, repita-se, às marcas que o pecado deixa atrás de si, e que podem ser deveras graves. Por maiores que sejam o arrependimento e o pesar interiores (indulgências “verdadeiras”), nada restaura as hecatombes reais e concretas que o pecado deixa atrás de si, o que a penitência pode conseguir (indulgências “falsas”).

Concluindo, as *Teses* em nada beliscam a coerência interna do sistema católico. Lutero o que faz, por vezes, é interpretar um princípio fundamental de um outro modo, sem nunca apresentar a sua justificação, como no caso da autoridade papal. Com isto, coloca-se no reino da mera opinião, comparável a dizer: «Acho que não está certo que, no futebol, só o guarda-redes possa usar as mãos». É uma posição legítima, enquanto inaugurando um novo jogo, ou sistema, sem que o primeiro fique afetado, filosoficamente.

Fazendo uma estatística básica do número de teses de cada um dos quatro grupos aqui apresentados, conclui-se pelo baixo valor filosófico deste documento, pois que um quarto das teses são provocação retórica pura, sem interesse lógico ou argumentativo, em geral; e o grupo das teses que são interpretações não apresenta qualquer justificação, enquanto o mesmo não acontece com o sistema católico. Para além disso, apontar

¹³ TT: 2; 4; 34; 36; 39.

para as contradições da teoria na prática poderia configurar uma favorável correção fraterna, que a Igreja deveria agradecer – mas esta intenção, que parece estar subjacente a algumas teses, logo se escoa num tom global de grande violência e agressividade, nada racionais.

Quanto às indulgências – que, enfim, são o tema central do polémico documento — a interpretação luterana é equívoca e francamente mais fraca do que a católica, em termos teóricos e no que concerne à adequação do sistema à realidade, tal e qual a conhecemos, considerada a psicologia humana mas, sobretudo, a intersubjetividade, indispensável a uma religião.

As *Teses* são, com efeito, motivo de divórcio filosófico inconciliável com o sistema católico. Tal como a água e o azeite, não é possível homogeneizar o novo sistema luterano, tal e qual ele se apresenta neste panfleto, com a doutrina da Santa Madre Igreja.

Casa das Tramoias, Verão AD2017

AS 95 TESES PROPOSTAS POR MARTINHO LUTERO NA ABADIA DE WITTEMBERG A 31 DE OUTUBRO DE 1517, INTITULADAS

DISPUTATIO PRO DECLARATIONE VIRTUTIS INDULGENTIARUM

Movido pelo amor e pelo empenho em prol do esclarecimento da verdade, discutir-se-á em Wittemberg, sob a presidência do Rev. Padre Martinho Lutero, o que segue.

Aqueles que não puderem estar presentes para tratarem o assunto verbalmente conosco, o poderão fazer por escrito.

Em nome de nosso Senhor Jesus Cristo. Amém.

1.^a Tese

Dizendo nosso Senhor e Mestre Jesus Cristo: Arrependei-vos... etc., certamente quer que toda a vida dos seus crentes na terra seja contínuo e ininterrupto arrependimento.

2.^a Tese

E esta expressão não pode e não deve ser interpretada como referindo-se ao sacramento da penitência, isto é, à confissão e satisfação, a cargo dos sacerdotes.

3.^a Tese

Todavia não quer que apenas se entenda o arrependimento interno; o arrependimento interno nem mesmo é arrependimento quando não produz toda sorte de mortificação da carne.

4.^a Tese

Assim sendo, o arrependimento e o pesar, isto é, a verdadeira penitência, perdura enquanto o homem se desagradar de si mesmo, a saber, até à entrada para a vida eterna.

5.^a Tese

O papa não quer e não pode dispensar de outras penas além das que impôs ao seu alvitre ou nem acordo com os cânones, que são estatutos papais.

6.^a Tese

O papa não pode perdoar dívida, senão declarar e confirmar aquilo que já foi perdoado por Deus, ou então o faz nos casos que lhe foram reservados. Nestes casos, se desprezados, a dívida em absoluto deixaria de ser anulada ou perdoada.

7.^a Tese

Deus a ninguém perdoa a dívida sem que ao mesmo tempo o subordine, em sincera humildade, ao ministro, seu substituto.

8.^a Tese

Cânones poenitenciales, que são as ordenanças de prescrição da maneira em que se deve confessar e expiar, apenas são impostos aos vivos, e, de acordo com as mesmas ordenanças, não dizem respeito aos moribundos.

9.^a Tese

Eis por que o Espírito Santo nos faz bem mediante o papa, excluindo este de todos os seus decretos ou direitos o artigo da morte e da necessidade suprema.

10.^a Tese

Procedem desajuizadamente e mal os sacerdotes que reservam e impõe aos moribundos penitências canônicas ou para o purgatório a fim de ali serem cumpridas.

11.^a Tese

Este joio, que é o de transformar a penitência e satisfação, prevista pelos cânones ou estatutos, em penitência ou penas do purgatório, foi semeado enquanto os bispos dormiam.

12.^a Tese

Outrora *canônica poenae*, ou seja, penitência e satisfação por pecados cometidos, eram impostos, não depois, mas antes da absolvição, com a finalidade de provar a sinceridade do arrependimento e do pesar.

13.^a Tese

Os moribundos tudo satisfazem com a sua morte e estão mortos para o direito canônico, sendo, portanto, dispensados, com justiça, de sua imposição.

14.^a Tese

Piedade ou amor imperfeitos da parte daquele que se acha às portas da morte, necessariamente resultam em grande temor; logo, quanto menos o amor, tanto maior o temor.

15.^a Tese

Este temor e espanto em si tão só, sem nos referirmos a outras coisas, basta para causar o tormento e o horror do purgatório, pois se avizinham da angústia do desespero.

16.^a Tese

Inferno, purgatório e céu parecem ser tão diferentes quanto o são um do outro o desespero completo, incompleto ou quase desespero e certeza.

17.^a Tese

Parece que assim como no purgatório diminuem a angústia e o espanto das almas, também deve crescer e aumentar o amor.

18.^a Tese

Bem assim parece não ter sido provado, nem por boas razões e nem pela Escritura, que as almas do purgatório se encontram fora da possibilidade do mérito ou do crescimento no amor.

19.^a Tese

Parece ainda não ter sido provado que todas as almas do purgatório tenham certeza de sua salvação e não receiem mais por ela, não obstante nós termos esta certeza.

20.^a Tese

Por isso o papa não quer dizer e nem compreender com as palavras “perdão plenário de todas as penas” o perdão de todo o tormento, mas tão só as penas por ele impostas.

21.^a Tese

Eis por que erram os apregoadores de indulgências ao afirmarem ser o homem perdoado de todas as penas e salvo mediante indulgência do papa.

22.^a Tese

Com efeito, o papa nenhuma pena dispensa às almas do purgatório das que, segundo os cânones da igreja, deviam ter expiado e pago na presente vida.

23.^a Tese

Verdade é que se houver qualquer perdão plenário das penas, este apenas será dado aos mais perfeitos, que são muitos poucos.

24.^a Tese

Logo, a maioria do povo é ludibriado com as pomposas promessas do indistinto perdão, impressionando-se o homem singelo com as penas pagas.

25.^a Tese

Exatamente o mesmo poder geral que o papa tem sobre o purgatório, qualquer bispo e cura d'almas o tem no seu bispado e na sua paróquia, quer de modo especial e quer para com os seus em particular.

26.^a Tese

O papa faz muito bem em não conceder o perdão às almas em virtude do poder das chaves (coisa que não possui), mas pela ajuda ou em forma de intercessão.

27.^a Tese

Pregam futilidades humanas quantos alegam que no momento em que a moeda soa ao cair na caixa a alma se vai do purgatório.

28.^a Tese

Certo é que, no momento em que a moeda soa na caixa, vem lucro, e o amor ao dinheiro cresce e aumenta; a ajuda, porém, ou a intercessão da igreja tão só correspondem à vontade e ao agrado de Deus.

29.^a Tese

E quem sabe, se todas as almas do purgatório querem ser libertadas, quando há quem diga o que sucedeu com S. Severino e Pascoal.

30.^a Tese

Ninguém tem certeza da suficiência do arrependimento e pesar verdadeiros, muito menos certeza pode ter de haver alcançado pleno perdão dos seus pecados.

31.^a Tese

Tão raro como existe alguém que possui arrependimento e pesar verdadeiros, tão raro também é aquele que verdadeiramente alcança indulgência, sendo bem poucos os que se encontram.

32.^a Tese

Irão para o diabo, juntamente com os seus mestres, aqueles que julgam obter certeza de sua salvação mediante breves de indulgência.

33.^a Tese

Há que acautelar-se muito e ter cuidado daqueles que dizem: A indulgência do papa é a mais sublime e mais preciosa graça ou dádiva de Deus, pela qual o homem é reconciliado com Deus.

34.^a Tese

Tanto assim que a graça da indulgência apenas se refere à pena satisfatória, estipulada por homens.

35.^a Tese

Ensinam de maneira ímpia quantos alegam que aqueles que querem livrar almas do purgatório ou adquirir breves de confissão não necessitam de arrependimento e pesar.

36.^a Tese

Tudo o cristão que se arrepende verdadeiramente dos seus pecados e sente pesar por ter pecado, tem pleno perdão da pena e da dívida, perdão esse que lhe pertence mesmo sem breve de indulgência.

37.^a Tese

Todo e qualquer cristão verdadeiro, vivo ou morto, é participante de todos os bens de Cristo e da Igreja, por dádiva de Deus, mesmo sem breve de indulgência.

38.^a Tese

Entretanto se não devem desprezar o perdão e a distribuição deste pelo papa. Pois, conforme declarei, o seu perdão consiste numa declaração do perdão divino.

39.^a Tese

É extremamente difícil, mesmo para os mais doutos teólogos, exaltar diante do povo ao mesmo tempo a grande riqueza da indulgência e, ao contrário, o verdadeiro arrependimento e pesar.

40.^a Tese

O verdadeiro arrependimento e pesar buscam e amam o castigo; mas a profusão da indulgência livra das penas e faz com que se as aborreça, pelo menos quando há oportunidade para tanto.

41.^a Tese

É necessário pregar cautelosamente sobre a indulgência papal, para que o homem singelo não julgue erradamente ser a indulgência preferível às demais obras de caridade ou melhor do que elas.

42.^a Tese

Deve-se ensinar aos cristãos, não ser pensamento e opinião do papa que a aquisição de indulgências de alguma maneira possa ser comparada com qualquer obra de caridade.

43.^a Tese

Deve-se ensinar aos cristãos, proceder melhor quem dá aos pobres ou empresta ao necessitado do que os que compram indulgência.

44.^a Tese

É que pela obra de caridade cresce o amor ao próximo e o homem torna-se mais piedoso; pelas indulgências, porém, não se torna melhor senão mais seguro e livre da pena.

45.^a Tese

Deve-se ensinar aos cristãos que aquele que vê seu próximo padecer necessidade e a despeito disto gasta dinheiro com indulgências, não adquire indulgência do papa, mas desafia a ira de Deus.

46.^a Tese

Deve-se ensinar aos cristãos que, se não tiverem fartura, fiquem com o necessário para a casa e de maneira nenhuma o esbanjem com indulgências.

47.^a Tese

Deve-se ensinar aos cristãos ser a compra de indulgência livre e não ordenada.

48.^a Tese

Deve-se ensinar aos cristãos que se o papa precisa conceder mais indulgências, mais necessita de uma oração fervorosa do que de dinheiro.

49.^a Tese

Deve-se ensinar aos cristãos serem muito boas as indulgências do papa enquanto o homem não confiar nelas; mas muito prejudiciais quando, em consequência delas, se perde o temor de Deus.

50.^a Tese

Deve-se ensinar aos cristãos que se o papa tivesse conhecimento da traficância dos apregoadores de indulgência, preferiria ver a basílica de São Pedro ser reduzida a cinzas a ser edificada com a pele, a carne e os ossos de suas ovelhas.

51.^a Tese

Deve-se ensinar aos cristãos que o papa, por um dever seu, preferiria distribuir o seu dinheiro aos que em geral são despojados do dinheiro pelos apregoadores de indulgência, vendendo, se necessário, a própria basílica de São Pedro.

52.^a Tese

Esperar ser salvo mediante breves de indulgência é vaidade e mentira, mesmo se o comissário de indulgências e o próprio papa oferecessem sua alma como garantia.

53.^a Tese

São inimigos de Cristo e do papa quantos por causa da prédica de indulgências proíbem a palavra de Deus nas demais igrejas.

54.^a Tese

Comete-se injustiça contra a palavra de Deus quando, no mesmo sermão, se consagra tanto ou mais tempo à indulgência do que à pregação da palavra do Senhor.

55.^a Tese

A intenção do papa não pode ser outra do que celebrar a indulgência, que é a coisa menor, com um toque de sino, uma pompa, uma cerimônia, enquanto o evangelho, que é o essencial, importa ser anunciado mediante cem toques de sino, centenas de pompas e solenidades.

56.^a Tese

Os tesouros da igreja, dos quais o papa tira e distribui as indulgências, não são bastante mencionados e nem suficientemente conhecidos na Igreja de Cristo.

57.^a Tese

É evidente que não são bens temporais, porquanto muitos pregadores não os distribuem com facilidade, antes os ajuntam.

58.^a Tese

Também não são os merecimentos de Cristo e dos santos, porquanto estes sempre são suficientes, e, independente do papa, operam graça do homem interior e são a cruz, a morte e o inferno do homem exterior.

59.^a Tese

São Lourenço chama aos pobres, os quais são membros da Igreja, tesouros da Igreja, mas no sentido em que a palavra era usada na sua época.

60.^a Tese

Afirmamos com boa razão, sem temeridade ou leviandade, que estes tesouros são as chaves da Igreja, que lhe foram dadas pelo merecimento de Cristo.

61.^a Tese

Evidente é que, para o perdão das penas e para a absolvição em determinados casos, o poder do papa por si só basta.

62.^a Tese

O verdadeiro tesouro da Igreja é o santíssimo evangelho da glória e da graça de Deus.

63.^a Tese

Este tesouro, porém, é muito desprezado e odiado, porquanto faz com que os primeiros sejam os últimos.

64.^a Tese

Enquanto isso o tesouro das indulgências é notoriamente o mais apreciado, porque faz com que os últimos sejam os primeiros.

65.^a Tese

Por essa razão os tesouros evangélicos foram outrora as redes com que se apanhavam os ricos e abastados.

66.^a Tese

Os tesouros das indulgências, porém, são as redes com que hoje se apanham as riquezas dos homens.

67.^a Tese

As indulgências, apregoadas pelos seus vendedores como a mais sublime graça, decerto assim são consideradas porque lhes trazem grandes proventos.

68.^a Tese

Nem por isso semelhante indulgência é a mais ínfima graça, comparada com a graça de Deus e a piedade da cruz.

69.^a Tese

Os bispos e os sacerdotes são obrigados a receber os comissários das indulgências apostólicas com toda reverência.

70.^a Tese

Entretanto tem muito maior dever de conservar abertos os olhos e ouvidos, para que estes comissários, em vez de cumprirem as ordens recebidas do papa, não apregoem os seus próprios sonhos.

71.^a Tese

Quem levanta a sua voz contra a verdade das indulgências papais é excomungado e maldito.

72.^a Tese

Aquele, porém, que se insurgir contra as palavras insolentes e arrogantes dos apregoadores de indulgências, seja abençoado.

73.^a Tese

Da mesma maneira em que o papa usa de justiça ao fulminar com a excomunhão aos que em prejuízo do comércio de indulgências procedem astuciosamente.

74.^a Tese

Muito mais deseja atingir com o desfavor e a excomunhão àqueles que, sob pretexto de indulgências, prejudicam a santa caridade e a verdade pela sua maneira de agir.

75.^a Tese

Considerar a indulgência do papa tão poderosa, a ponto de absolver alguém dos pecados, mesmo que (coisa impossível de se expressar) tivesse deflorado a mãe de Deus, significa ser demente.

76.^a Tese

Bem ao contrário afirmamos que a indulgência do papa nem mesmo pode anular o menor pecado venial no que diz respeito a culpa que representa.

77.^a Tese

Afirmar que nem mesmo São Pedro, se no momento fosse papa, poderia dispensar maior indulgência, constitui insulto contra São Pedro e o papa.

78.^a Tese

Dizemos, ao contrário, que o atual papa, e todos os que o sucederam, é detentor de muito maior indulgência, isto é, o evangelho, dom de curar, etc., de acordo com o que diz 1 Corinto 12.6-9.

79.^a Tese

Alegar ter a cruz de indulgências, erguida e adornada com as armas do papa, tanto valor como a própria cruz de Cristo é blasfêmia.

80.^a Tese

Os bispos, padres e teólogos que consentem em semelhante linguagem diante do povo, terão de prestar contas desta atitude.

81.^a Tese

Semelhante pregação, a enaltecer atrevida e insolentemente a indulgência, torna difícil até homens doutos defenderem a honra e dignidade do papa contra a calúnia e as perguntas mordazes e astutas dos leigos.

82.^a Tese

Haja vista exemplo como este: Por que o papa não livra duma só vez todas as almas do purgatório, movido pela santíssima caridade e considerando a mais premente necessidade das mesmas, havendo santa razão para tanto, quando, em troca de vil dinheiro para a construção da basílica de São Pedro, livra inúmeras delas, logo por motivo bastante infundado?

83.^a Tese

Outrossim: Por que continuam as exéquias e missas de ano em sufrágio das almas dos defuntos e não se devolve o dinheiro recebido para esse fim ou não se permite os doadores busquem de novo os benefícios ou prebendas oferecidos em favor dos mortos, quando já não é justo continuar a rezar pelos que se acham remidos?

84.^a Tese

E: Que nova santidade de Deus e do papa é esta a consentir a um ímpio e inimigo resgate uma alma piedosa e agradável a Deus por amor ao dinheiro e não livrar esta mesma alma piedosa e amada por Deus do seu tormento por amor espontâneo e sem paga?

85.^a Tese

E: Por que os cânones de penitência, isto é, os preceitos de penitência, que faz muito caducaram e morreram de fato pelo desuso, tornam a remir mediante dinheiro, pela concessão de indulgência, como se continuassem em vigor e bem vivos?

86.^a Tese

E: Por que o papa, cuja fortuna é maior do que a de qualquer Cresco, não prefere construir a basílica de São Pedro de seu próprio bolso em vez de o fazer com o dinheiro de cristãos pobres?

87.^a Tese

E: Que perdoa ou concede o papa pela sua indulgência àqueles que pelo arrependimento completo tem direito ao perdão ou indulgência plenária?

88.^a Tese

Afinal: Que benefício maior poderia receber a igreja se o papa, que atualmente o faz uma vez ao dia cem vezes ao dia concedesse aos fiéis este perdão a título gratuito?

89.^a Tese

Visto o papa visar mais a salvação das almas mediante a indulgência do que o dinheiro, por que razão revoga os breves de indulgência outrora por ele concedidos, quando tem sempre as mesmas virtudes?

90.^a Tese

Desfazer estes argumentos muito sutis dos leigos, recorrendo apenas à força e não por razões sólidas apresentadas, significa expor a igreja e o papa ao escárnio dos inimigos e desgraçar os cristãos.

91.^a Tese

Se, portanto, a indulgência fosse apregoada no espírito e sentido do papa, estas objeções poderiam ser facilmente respondidas e nem mesmo teriam surgido.

92.^a Tese

Fora, pois, com todos este pregadores que dizem à igreja de Cristo: Paz! Paz! Sem que haja paz!

93.^a Tese

Abençoados, porém, sejam todos os pregadores que dizem à igreja de Cristo: Cruz! Cruz! Sem que haja cruz!

94.^a Tese

Admoeste-se os cristãos a que se empenhem em seguir seu Cabeça, Cristo, através da cruz, da morte e do inferno;

95.^a Tese

E desta maneira mais esperem entrar no reino dos céus por muitas aflições do que confiando em promessas de paz infundadas.

DECLARAÇÃO CONJUNTA DA FEDERAÇÃO LUTERANA MUNDIAL E DO PONTIFÍCIO CONSELHO PARA A PROMOÇÃO DA UNIDADE DOS CRISTÃOS NA CONCLUSÃO, EM 31 DE OUTUBRO DE 2017, DO ANO DE COMEMORAÇÃO COMUM DA REFORMA

Em 31 de outubro de 2017, o último dia do ano da comemoração ecumênica comum da Reforma, estamos muito gratos pelos dons espirituais e teológicos recebidos através da Reforma, uma comemoração que compartilhamos com os nossos parceiros ecumênicos em todo o mundo. Da mesma forma, pedimos perdão pelos nossos fracassos, os modos pelos quais os cristãos feriram o Corpo do Senhor e se ofenderam durante os 500 anos desde o início da Reforma até hoje.

Nós, luteranos e católicos, estamos profundamente gratos pela caminhada ecumênica que percorremos juntos nos últimos 50 anos. Essa peregrinação, apoiada pela nossa oração comum, culto e diálogo ecumênico, resultou na eliminação de preconceitos, maior compreensão mútua e identificação de acordos teológicos decisivos. Diante de tantas bênçãos ao longo do caminho, elevamos os nossos corações em louvor ao Deus uno e trino pela misericórdia recebida.

Neste dia, observamos um ano de eventos ecumênicos notáveis que começaram em 31 de outubro de 2016 com a oração comum luterana-católica em Lund, na Suécia, na presença dos nossos parceiros ecumênicos. Durante a presidência desse serviço, o Papa Francisco e o Bispo Munib A. Younan, então presidente da Federação Mundial Luterana, assinaram uma declaração conjunta que inclui o compromisso de continuar caminhando juntos a jornada ecumênica para a unidade pela qual Cristo rezou (cf. Jo. 17,21). No mesmo dia, o nosso serviço conjunto para aqueles que precisam da nossa ajuda e solidariedade também foi fortalecido por uma declaração de intenção entre a *Caritas Internationalis* e a Federação Luterana Mundial - Serviço Mundial.

O Papa Francisco e o Presidente Younan declararam juntos: “Muitos membros das nossas comunidades desejam receber a Eucaristia numa mesa como uma expressão concreta de plena união. Sentimos a dor daqueles que compartilham toda a sua vida, mas não

podem compartilhar a presença redentora de Deus na mesa da Eucaristia. Reconhecemos a nossa responsabilidade pastoral conjunta para responder à fome espiritual e à sede do nosso povo para sermos um em Cristo. Desejamos que esta ferida no Corpo de Cristo seja curada. Este é o propósito dos nossos esforços ecumênicos, que esperamos também progredir na renovação do nosso compromisso com o diálogo teológico “.

As bênçãos deste ano de memória incluem o fato de que, pela primeira vez, os luteranos e os católicos consideraram a Reforma a partir de uma perspectiva ecumênica, o que deu origem a uma nova abordagem dos acontecimentos do século XVI que levou à nossa separação. Reconhecemos que, embora o passado não possa ser alterado, a sua influência em nós hoje pode ser transformada para ser um estímulo ao crescimento da comunhão e um sinal de esperança para o mundo superar divisão e fragmentação. Mais uma vez, ficou claro que o que temos em comum é muito mais do que o que nos divide.

Alegra-nos a Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação, assinada numa cerimónia solene pela Federação Luterana Mundial e pela Igreja Católica Romana em 1999, também foi assinada em 2006 pelo Conselho Metodista Mundial e pela Comunhão Mundial das Igrejas Reformadas neste ano de comemoração. Além disso, hoje será bem-vinda e recebida pela Comunhão Anglicana numa solene cerimónia na Abadia de Westminster. Nesta base, as nossas comunhões cristãs podem construir um vínculo mais próximo de consenso espiritual e testemunho comum ao serviço do Evangelho.

Reconhecemos os inúmeros eventos comuns de oração e adoração que os luteranos e os católicos celebraram em conjunto com os seus parceiros ecumênicos em diferentes partes do mundo, os encontros teológicos e as publicações importantes que deram origem a este ano de comemoração.

Olhando para o futuro, comprometemo-nos a seguir o nosso caminho comum, guiado pelo Espírito de Deus, para uma maior unidade de acordo com a vontade de Nosso Senhor Jesus Cristo. Com a ajuda de Deus, pretendemos discernir através da oração a nossa compreensão da Igreja, da Eucaristia e do Ministério, buscando um consenso substancial que nos permita superar as diferenças que existem entre nós. Com profunda alegria e gratidão, confiamos “que aquele que começou em [nós] o bom trabalho o aperfeiçoará até o dia de Jesus Cristo” (Filipenses 1,6).

**NO 150.º ANIVERSÁRIO
DO NASCIMENTO DE
TOMÁS DE BORBA**

TOMÁS BORBA: UMA PERSONAGEM CENTRÍPETA E IRRADIANTE

*Duarte Manuel Gonçalves da Rosa**

Que cada país tivesse a sua distinção étnica, proclamava-o o nacionalismo, no sentido de que também na arte, no caso concreto da música, houvesse um distintivo gentílico, fruto da própria natureza – do pensar, do sentir, dos costumes, da educação e de tantas outras condicionantes –, que conferisse identidade própria.¹

Ter uma arte própria é tão natural como ter língua própria. O penoso trabalho para a conseguir é missão árdua e esforçada dos artistas quer pelo estudo, quer pela experimentação em trabalho de «oficina», a fim de adquirir a individualidade que há de caracterizar o seu espaço físico, social, psíquico e cultural, traduzindo «em linhas, cores, sons ou palavras, o ambiente e a história da sua terra.»²

* Doutor em História. Sócio efetivo do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

¹ Cf. Ernesto Vieira. «Música Portuguesa», *Eco Musical* (1-10-1914). N.º 179, Lisboa. «O modo de sentir e pensar do homem que habita países de nevoeiro e gelo é, por lei natural, diferente do modo por que pensa e sente o habitante dos países inundados de sol.

A educação, os costumes e a força evolutiva de cada civilização tornam essa diferença tão profunda, que chega a ser beleza para uns o que é hediondez para outros.

Esta diferença étnica constitui um dos títulos de direito à vida nacional; por isso cada nação procura ter arte própria como tem linguagem sua e usos privativos.»

² Cf. Idem. Ernesto Vieira, para argumentar as suas ideias, cita Almeida Garrett no elogio que este escritor fizera a outro «grande artista da palavra: José Estêvão»: «“O génio das artes, domina, com o seu poder criador, todas as formosuras da natureza, todos os feitos dos homens. O seu império termina com o império de Deus, Mas estas vastas possessões quase são estéreis se a inteligência inerte não é acendida pelo sentimento da nacionalidade.

Quando o coração do artista não bate por estas grandes paixões; quando ele não bebe as suas inspirações nas amenidades da terra que o viu nascer, nos costumes da raça que o educou, na história da nação em que vai cumprir os seus destinos; quando não estima como prémio dos seus estudos os louvores sempre queridos dos seus compatriotas; quando ao menos, vítima do desprezo e da injúria, não aspira à glória de fazer honrar a sua sepultura com as lágrimas do arrependimento e da vergonha; o pensamento artístico debilita-se por falta de poesia, a execução torna-se imperfeitas e as artes corrompem-se com a degeneração dos estados.”»

A não existência de uma música realmente portuguesa viva e autónoma leva a que se apele à reflexão sobre a índole portuguesa, ao estudo do carácter e do ser português nas diversas manifestações da inteligência que permitem haver literatura, pintura, escultura e arquitetura portuguesas. Compete ao artista músico nacional estudar o seu país, o seu meio, o seu povo, mais precisamente, estudar-se a si próprio. Ernesto Vieira refere o exemplo de Alfredo Keil, alertando para a necessidade de seguir-se e aprofundar-se, com os sacrifícios que estão inerentes a esse árduo trabalho, o seu exemplo: «Não temam porém a luta, que nenhuma causa triunfa sem mártires.»

Tomás Borba cultivou diversos géneros de composição musical. Lopes-Graça afirmou, na alocação proferida na Academia de Amadores de Música, por ocasião do centenário do nascimento do seu mestre, que ser compositor não era o seu principal objetivo, mas sim o ensino e, aí sim, destacam-se os trechos que escreveu para a educação musical e canto coral: obra bem-feita, acabada, onde está presente a preocupação com a voz das crianças nos seus diversos níveis etários, bem como a sua paulatina evolução; todavia, a sua obra não era fruto de simples amadorismo — das regras e ciência harmónica tinha conhecimento, como bem o demonstra o seu *Manual de Harmonia*.

Luís de Freitas Branco e Frederico de Freitas afirmam que Tomás Borba foi dos primeiros compositores portugueses a usar os «estilos do modalismo e cromatismo».³ Daí que tenha corrido o risco, dizem os mesmos compositores, de ser apodado de plagiador de Wagner pelos tarimbeiros da música portugueses, quando, segundo Freitas Branco, Borba «falava em Portugal a linguagem harmónica dos principais países culturais, num dado momento da evolução dos sons»; por isso, e para evitar querelas e pelejas, limitou-se a um estilo singelo; porém, continua este seu discípulo, «aqueles que ouviram a sua obra não publicada sabem bem como era diferente a sua verdadeira fisionomia de artista criador.»⁴

O que é certo é que, ávido de conhecimento e de experiências novas, e ainda quando não orientado, a sua obra consiste numa vertiginosa combinação de estilos, com inconsistências e fragilidades que vence depois de concluídos os estudos superiores. A peça para piano *Natal Feliz*, por exemplo, é ainda um exemplo dessa atitude. Paul Perera, pianista catalão, que a interpretou em 2004 na Escola Superior de Música da Catalunha e, posteriormente, em Angra do Heroísmo, observou que, apesar de basicamente ser constituída por dois movimentos, é muito eclética, pois nela reinam estilos muito diversos. Começa com uma apresentação divagante com harmonias abertas que concluem com dois temas de carácter popular, seguindo-se uma fuga a quatro vozes que começa com forma e harmonia próprias do Barroco, mudando subitamente para harmonias a partir de escalas de tons. O segundo movimento «Vivo» de forma rondó apresenta um tema principal.

³ Cf. Cf. Luís de Freitas Branco. «No Primeiro Aniversário do Falecimento do Professor Tomás Borba», *Gazeta Musical e de Todas as Artes*, n.º 6, Lisboa, março de 1951.

⁴ Cf. Idem.

Perera conclui que «Es una obra corta pero con mucha raridad. Quizás demasiada, dadas las dimensiones de la obra, pues a veces no hay espacio para las transiciones de un estilo a otro. Pero en fin es una obra agradable en su mayor parte.»⁵ Por outro lado, os *Prelúdios Fugados I e II*, obra composta na maturidade do artista, já demonstram uma mudança total, presenciando-se uma sólida construção fruto de um amadurecimento decorrente do talento já associado a aturado estudo.⁶

A obra borbiana espalha-se por diversos géneros, como consta do Catálogo colocado em linha e apresentado publicamente a 1 de outubro de 2008.

Poderá o mesmo ser consultado através da ligação:

www.bparah.azores.gov.pt/fundos+arquivo/privados/pessoais/bparah-tomas+borba.pdf

Borba, notando as lacunas do ensino da música em Portugal, contribuiu com a sua ação pedagógica e didática para colmatar essas deficiências. Como professor, formando e fazendo escola — assim dizem os seus discípulos —, participando ativamente nas instituições donde poderiam emanar as necessárias orientações para um ensino musical mais bem norteado, elaborando programas, compondo trechos a propósito dos seus ideais, publicando manuais.

No seu tempo, a receção e as ressonâncias ao seu trabalho tiveram eco, porém hoje não se conhece nenhum estudo sistemático, alargado e aprofundado sobre o eminente pedagogo. Por isso, sentindo que era urgente estudar e contribuir para o justo conhecimento deste terceirense, colocou-se como primeira motivação — já que havia trabalhado o seu espólio depositado na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo — a obrigação de estudar a sua personalidade e a sua obra, de modo a colocá-lo no lugar que justamente lhe pertence na História da Música Portuguesa. E assim surgiu a minha dissertação de doutoramento, publicada em 2014, pelo IAC e MPMP, com o título *Tomás Borba na História da Música Portuguesa do Século XX: Modernidade e Tolerância*, orientada por Rui Vieira Nery e Carlos Cordeiro.

Assim, o contacto com os documentos do Fundo Tomás Borba, e a forma empenhada, séria e coerente como este pautava a sua atuação, foi despertando em mim, mais e

⁵ Paul Perera, notas para o programa do concerto em Angra do Heroísmo que não chegou a ser impresso. O recital em que Perera interpretou a dita peça realizou-se a 21 de dezembro de 2004 e incluiu *Funérailles de Liszt*, a *Sonata* n.º 17 op. 31 n.º 2 «A Tempestade» de Beethoven, *Sonatine pour Ivette* de Montselvatge e *Valses Nobles et Sentimentales* de Ravel.

⁶ Sebastião da Gama, no seu Diário, refere que, tal como outro artista, «Nela [na aula] discorri eu sobre a fatal influência que sofre quem principia a escrever, a libertação que se vai dando em quem é verdadeiramente escritor e a falta de libertação ou estancamento do fôlego de quem não o é. Disse que no verdadeiro escritor aparece, ao lado de aquilo que não é dele, aquilo que já o é e que a influência se dá porque a gente topou de repente com alguém que sente justamente o que nós sentimos, e somos então, quase inconscientemente, arrastados por essa coincidência.»

O professor poeta, servindo-se do exemplo das manoletinhas e diamantinhas, passes de capote de toureio, o primeiro inventado por Manolete e o segundo por Diamantino Viseu, que no início da carreira fora influenciado por aquele matador espanhol, conclui que o verdadeiro artista fatalmente começa a «(...) libertar-se da influência e a trabalhar com o cunho próprio (...)». Cf. Sebastião da Gama. Diário. Ática, Lisboa, 1975.

mais, o interesse pela sua obra e assim, uma vez mais se sublinha, contribuir para o conhecimento de uma época da História da Música Portuguesa ainda pouco tratada; quiçá haja mais estudos e publicações dos nossos compositores do Renascimento e Maneirismo do que do nosso tempo e do passado mais recente.

A leitura das suas conferências, dos seus estudos e ensaios, dos apontamentos para as atividades letivas, das reflexões sobre o estado da arte e da pedagogia musical em Portugal, sobre a educação geral dos músicos, o afã de revolução pedagógica que incluísse o ensino artístico, mormente da música, nos currículos escolares dos diversos graus de ensino, tudo isso afigurava-se revelador de uma mentalidade moderna e tolerante.

Nado e criado na cidade de Angra do Heroísmo, Ilha Terceira, do arquipélago dos Açores, nela viveria 23 anos. Aqui realizaria os seus estudos literários e musicais.

Apesar da distância que separava os Açores de Portugal Continental, e tendo em conta as fronteiras marítimas que motivavam um isolamento acentuado pelas ligações marítimas, sujeitas muitas vezes às adversidades meteorológicas, Angra vivia, ainda assim, de forma vibrante as mudanças e revoluções políticas, com as decorrentes fricções e confrontos, que se verificavam a nível nacional. A realidade do estrangeiro também não lhe era desconhecida: a cidade, ao tempo de Borba, possuía uma vasta gama de periódicos, quase todos de cariz político, informando sobre a política interna e externa, *O Angrense* e *A Terceira* — os principais — de arraigada, ativa e não pacífica vertente política local. Apesar disso, não faltam informações sobre atividades sociais e culturais que se realizavam na cidade: numerosos colégios particulares, sociedades recreativas, culturais (algumas com escolas noturnas para trabalhadores) e musicais, grupos de teatro, orquestra, vinda de companhias dramáticas e líricas nacionais e até estrangeiras, recitais com músicos portugueses, algumas vezes estrangeiros, que pelo Arquipélago passavam.

Para além das escolas primárias, a cidade tinha o seu Liceu, uma Escola Industrial e Comercial, uma Escola Normal, e um Seminário Episcopal, que partilhou o mesmo espaço com o Liceu nos primeiros anos das suas existências. Os filhos das famílias com mais posses seguiam cursos superiores. Não é de admirar que uma cidade pequena, com tantos estabelecimentos de ensino oficiais e particulares, fosse aberta à cultura e ao culto das artes: teatro, música, etc.

Nas famílias angrenses, a convivência social e a participação nos eventos culturais era frequente: em 1889, Tomás Borba, então seminarista, compôs uma valsa, que foi tocada pela orquestra Lira Angrense, no Teatro Angrense, num espetáculo de beneficência.

Ao contrário de seus irmãos, que frequentaram o Liceu de Angra, Borba opta por estudar no Seminário. A sua vocação sacerdotal poderá ter sido alimentada ou mesmo motivada pelos seus estudos musicais na Clastra da Sé de Angra. O regulamento dizia que os moços-cantores deveriam destinar-se à carreira eclesiástica. Todo o ambiente a isso se proporcionava: os docentes eram clérigos, o espaço era adstrito à Catedral, a aprendizagem musical era em função da liturgia, daí que as obras estudadas fossem sacras. Além disso, os alunos tinham de integrar a Capela Catedralícia e participar em todas as funções sagradas solenes ou festivas.

O seu estudo no Seminário não foi propriamente brilhante. Mas Borba era ávido de saber e de adquirir novos conhecimentos científicos. Numa época marcada pela doutrina

conservadora decorrente do recente Concílio Vaticano I, e num Seminário caracterizado pela rigidez da ortodoxia proclamada pelo Concílio, estudos e leituras de filosofias divergentes não seriam vistos com bons olhos. O certo é que, ao chegar a Lisboa, Borba frequenta e conclui com distinção o Curso Superior de Letras onde, entre outras disciplinas, estudou Literatura e Filosofia Védicas.

Apesar de a Sé de Angra ter conhecido competentes mestres de capela, formados inclusivamente nas capelas da capital e com os melhores mestres, após o Liberalismo, o cargo deixou de ser de nomeação real, pelo menos não se encontram alvarás desse teor, até porque o Arquipélago deixou de estar sob a alçada da Ordem de Cristo, dada a extinção da mesma. Na época de Borba, para além do canto litúrgico e sua interpretação, da discutível qualidade do repertório sacro de escola italiana interpretado, não parece que a docência primasse por sólidos conhecimentos de harmonia e de interpretação instrumental: tónica, dominante e subdominante, rudimentos e tirar notas do instrumento deveriam constituir a frágil aprendizagem. Daí a decisão de Tomás Borba de partir para Lisboa, a fim de se apetrechar com mais e melhores conhecimentos literários e musicais.

No Real Conservatório de Lisboa, conclui os Cursos de Piano e o Curso Superior de Harmonia, Contraponto e Fuga, dotando-se, assim, das ferramentas necessárias para adquirir *métier* de compositor e corrigir as lacunas que o seu talento não conseguia por si próprio superar.

Simultaneamente, estudará letras, no Curso Superior de Letras, alargando horizontes e preparando-se para os desafios que os seus ideais de renovação pedagógica lhe iriam colocar. Aí, convive com intelectuais de alta craveira: Teófilo Braga, Adolfo Coelho, Augusto Sousa Lobo, A. José Viale, Zózimo Consiglieri Pedroso, Vasconcelos de Abreu, entre outros.

Em Tomás Borba encontramos um interesse inato e ávido de estudar, descobrir e saber. É por isso que os estudos, paralelos e complementares à formação teológica e musical, que realizou no Curso Superior de Letras de Lisboa, revelam uma certa ousadia, dado que estudou Filosofia Moderna, Sânscrito e Literatura e Filosofia Védica, revelando uma curiosidade e apreço pelo pensamento oriental que, para um sacerdote católico de uma época muito conservadora, poderiam afigurar-se quase heréticos.

Sem dúvida, Borba é o exemplo de sacerdote açoriano de quem seria de esperar uma atitude conservadora, mas que, inversamente, se revela um pensador livre e que se relaciona com a nata intelectual portuguesa, sem preferência política e ideológica, criando e mantendo amizade com Manuel Arriaga, Teófilo Braga, Guerra Junqueiro, Fialho de Almeida, Leite de Vasconcelos, Fidelino de Figueiredo, Alberto Pimentel, Afonso Lopes Vieira, Adolfo Portela, Antero de Figueiredo, Francisco de Lacerda, César Leiria, Ema Romero, Virgínia Gersão, Domitília de Carvalho, Viana da Motta, David de Sousa, entre outros. Numa período em que se verificava a oposição entre uma direita e uma esquerda esquizofrénicas, que não dialogavam, do qual são sabidas as ferinas desinteligências entre a República e a Igreja, Tomás Borba convive com esses intelectuais com um à-vontade e independência de espírito admiráveis, patenteando uma genuína idoneidade e capacidade para sulcar estas águas, sustentando relações francas, afetuosas e harmoniosas

com pensadores, poetas, compositores e intelectuais de todos os quadrantes ideológicos e culturais portugueses.

Um antigo discípulo, Fernando Lopes-Graça, diria que, por direito histórico, deve reconhecer-se que Tomás Borba esteve à frente do pequeno, esclarecido e de horizontes largos grupo de artistas músicos que se distinguia pelo seu pioneirismo doutrinal. Assim, na sua atividade docente, Borba irá lutar afincadamente por duas ideias-chave: a inclusão da disciplina de Canto Coral, em todos os níveis de ensino, e a cultura geral dos artistas músicos.

Mesmo não sendo chamado a pertencer às Comissões, o seu pensamento estará presente nas sucessivas reformas do Conservatório de Lisboa, mormente na de 1919, que bem espelha as suas convicções: para além das disciplinas específicas e das Ciências Musicais (Acústica, História da Música e Estética Musical), o conservatorial – palavra muito usada por Borba para designar o aluno do Conservatório – aprenderia Português, Francês, Italiano, História e Geografia.

Defraudados esses ideais por nova reforma, a de 1930, e com a justificação principal de falta de verbas, foram extintas as cadeiras do paralelo curso de letras. Ivo Cruz, antigo aluno de Borba e então diretor do Conservatório, tentou ainda, em 1938, já depois da aposentação do mestre, mas não creio que sem a sua opinião, implementar nova reforma, que não frutificou. Os ideais borbianos estavam subjacentes a essa reforma, na medida em que ela, a concretizar-se, incluiria nos currículos classes de Canto Coral Infantil, Educação Moral e Cívica, Higiene, Educação Física, Ginástica Rítmica (Método Dalcroze), História Geral e Pátria, História da Música, História das Artes Plásticas, Estética, Português, Pedagogia e Didática, etc. Para além disso, estavam previstas conferências, que complementariam a formação dos alunos.

Defendida por Tomás Borba, a terceira tese do Primeiro Congresso dos Músicos Portugueses, realizado em 1913, é a súpula dos sonhos e aspirações do músico e pedagogo: educação musical nas escolas e formação geral dos músicos.

A ele se deve, tendo sido seu primeiro professor, a disciplina de História da Música e Literatura Musical. Após renhida luta contra os tradicionalistas defensores do solfejo rezado, Borba conseguiu que se estabelecesse o ensino do solfejo entoado que já se vinha operando nos países mais desenvolvidos da Europa. Foi também Bibliotecário e Conservador do Museu do Conservatório, tendo para tal frequentado cursos que completaram a sua formação.

A docência de Borba estendeu-se também ao ensino liceal e normal: Liceu de Maria Pia de Lisboa — tendo aqui introduzido a Ginástica Rítmica, adiantando-se às experiências de Dalcroze — e na Escola Normal de Lisboa; dirigiu orfeões, como por exemplo o do Liceu da Lapa e o do Liceu Pedro Nunes; formou e dirigiu coros com crianças dos bairros pobres de Lisboa.

O reconhecimento dos altos ideais que norteavam a sua atividade pedagógica levou alguns governos a nomearem-no Vogal do Conselho Superior de Instrução Pública. Aí pôde dar largas à sua luta e conseguiu a criação oficial da disciplina de Canto Coral nas escolas dos diversos níveis de ensino.

Nomeado para elaborar os primeiros programas e manuais, Borba tratou logo de criar ferramentas que, através da arte musical, possibilitassem uma escola mais alegre,

onde a aprendizagem fosse mais saudável e feliz, apetrechando os alunos com uma formação moral que permitisse uma robusta personalidade aliada a um reto caráter.

A canção simples e bem construída musicalmente, evoluindo na sua dificuldade consoante a graduada aprendizagem, haveria de ensinar ao aluno a alegria de cantar, a beleza da vida e do meio, a disciplina de cantar em conjunto, a saúde adquirida pela boa interpretação vocal, e os preceitos básicos para uma saudável vida pessoal e social. Musicando cerca de duas centenas de poetas — desde os maiores aos menos conhecidos da nossa literatura — Borba contribuiu para que a projeção da literatura nacional, da divulgação cultural e da identidade portuguesa chegasse a todas as escolas e, por consequência, a todos os cantos do país. É que, além dos programas, Borba elaborou também os primeiros manuais.

Não se limitando só a sugestões verbais, o pedagogo, para os estudos no Conservatório, elaborou e publicou *Exercícios Graduados de Solfejo*, em três volumes, *Novos Exercícios Graduados de Solfejo*, em dois volumes, *Solfejos Autógrafos de Compositores Portugueses*, *Manual de Harmonia*, *Trechos Selectos para Uso das Classes de Português do Conservatório Nacional de Música de Lisboa*, *Trechos Selectos para Uso da Classe de Francês do Conservatório Nacional de Música*, e *Dicionário de Música*.

De referir que, para além dos exercícios da sua autoria, as obras de solfejo incluem um alargado número de obras de autores estrangeiros e portugueses, denotando assim o vasto conhecimento de literatura musical nacional e estrangeira que Borba possuía. Mais ainda, os *Solfejos Autógrafos de Compositores Portugueses* constituem a novidade de serem obras contemporâneas encomendadas pelo autor/diretor e coordenador da obra a compositores, instrumentistas e professores de música seus coevos, alguns seus discípulos, outros seus colegas, outros seus amigos, outros seus conhecidos ou alguém por quem nutria a mesma admiração e reconhecimento técnico, artístico e profissional. Daqui se poderá entender a eminência pedagógica de Tomás Borba, que, para as suas obras didáticas — de elevada qualidade científica, artística e musical —, solicita a cooperação dos melhores compositores portugueses, propondo-lhes a elaboração de solfejos autógrafos.

Só os *Novos Exercícios Graduados de Solfejo*, *Solfejos Autógrafos de Compositores Portugueses*, o *Manual de Harmonia* e as seletas literárias portuguesa e francesa, foram feitos especificamente para o estudo no Conservatório.

Já o *Dicionário de Música* é uma obra de referência quer para os diversos níveis de ensino, quer para os músicos, quer ainda para o público específico e geral.

Os *Exercícios Graduados de Solfejo* destinavam-se aos diversos níveis de ensino. Para os liceus, em dois volumes, fez publicar *Solfejos*, *Canções e Cânticos*. Para o ensino primário geral, superior e normal, publicou *Escola Musical*, em três volumes.

Para apoio às aulas, publicou diversas coletâneas de trechos corais: quatro volumes de *O Canto Coral nas Escolas* (I, II, III, IV, para uma, duas, três e quatro vozes, respetivamente), dois volumes de *Canções para as Crianças, para as Mães e para as Escolas* — deixou ordenadas mais de duas dezenas de coleções, com este título, que não publicou —, *Canto Infantil*, *Toadas da Nossa Terra* (Trovas Portuguesas ao Gosto Popular), *Cantigas da Minha Terra* e *Vá de Roda*.

Poucas edições estão datadas, pelo que só foi possível apurar os anos em que foram dadas à estampa através de notícias ou críticas dos periódicos.

Outro estabelecimento de ensino marcado pela sua presença é a Academia de Amadores de Música. Aí, para além da atividade docente, foi diretor artístico, tendo o ensejo de dar um alento novo a essa instituição, numa época que esta via a sua vida seriamente comprometida. Renovou o quadro docente, promoveu a sua biblioteca e arquivo, fez adquirir instrumentos, opinou na remodelação e adaptação das diversas sedes às necessidades do ensino específico da música, promoveu concertos e audições de alunos, fez proferir conferências por personalidades de forma a completar a formação dos discentes e dos sócios.

É durante a sua direção artística que se inserem obras de autores portugueses, inclusivamente dos docentes da instituição, nos programas, que os professores e artistas portugueses mais aparecem nos recitais, e é ainda sob a sua égide que dão os primeiros recitais a solo alunos e jovens artistas, como Sequeira Costa, por exemplo.

Nos anos finais dessa direção, tem ensejo de colaborar com Ema Romero dos Santos Fonseca da Câmara Reys na organização de concertos com obras inéditas. Além disso, foi ele quem convidou Fernando Lopes-Graça a partilhar com ele a direção artística da Academia e a lecionar, numa altura em que, por motivos políticos, se tinham fechado àquele as oportunidades de exercer cargos de função pública e a perseguição lhe obstruía a realização da vida artística: o concurso para professor do Conservatório fora revogado pelo Ministério do Interior, sendo-lhe vedadas as funções docentes devido às suas convicções políticas. Borba denotou coragem e nobreza de carácter ao enfrentar o poder político do Estado Novo, defrontando uma situação que lhe poderia ter saído muito cara, apesar da sua idade, da condição de sacerdote e da posição eminente que ocupava.

Como diretor artístico daquela instituição, proferiu várias lições, conferências e alocações explicativas das obras e autores que integravam os programas. Não só na Academia, mas também no Conservatório e em diversos espaços, pronunciou diversos trabalhos, ensaios, palestras, conferências, etc., em que perpassa o pensamento borbiano: o Canto Coral nas escolas, a música como fator preponderante de educação, a cultura geral dos artistas músicos, princípios de análise estética, objetivos, rumos, caminhos e metas pedagógicas — sobretudo musicais —, a música através da história, incluindo um cunho muito próprio decorrente da sua fé cristã.

Pela sua competência, profissionalismo, cultura, rigor técnico, exerceu muitos e importantes cargos: presidente do Conselho Musical do Sindicato Nacional dos Músicos, diretor do Montepio Filarmónico, Presidente da Assembleia-geral e do Conselho Musical da Associação de Classe dos Músicos Portugueses, vogal do Conselho Superior de Instrução Pública, membro da Comissão de Educação Artística da Junta de Educação Nacional, da Comissão de Catalogação da Inspeção-Geral das Bibliotecas e Arquivos, da Comissão de Apreciação de Livros da Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes, da Comissão para o Estudo do Direito de Representação, Execução, Radiodifusão, Fonocinematografia e Reprodução Músico-mecânica.

A sua formação foi sempre completada com viagens, quer turísticas, na companhia de amigos ou família, onde aproveitava o ensejo para sempre aprender e contactar com

pessoas das suas relações — Francisco de Lacerda, em Marselha, em 1912 —, quer para alargar a sua cultura — Frederico de Freitas refere como exemplo, sem datar, uma viagem com Marcos Garin a Bayreuth —, quer por motivos profissionais — a fim de se atualizar em função das responsabilidades que tinha no seu país (recorde-se a viagem que fez em 1925, pela Espanha, França e Itália, na companhia de sua sobrinha, a harpista e professora Cecília Borba) —, quer ainda por motivos de descanso. Nestas condições visitou a sua terra natal, muitas vezes trazendo profissionais do continente, que, em recitais por ele organizados, colaboravam com entusiastas amadores locais.

Borba é uma personalidade ímpar na vida musical portuguesa da primeira metade do século XX. A primeira fase da sua obra é influenciada pela linguagem de Wagner. O modalismo e o cromatismo são características dessa primeira fase, mas que perpassam, sobretudo o modalismo, por toda a sua obra, mesmo a mais tardia e sólida. Na sua juventude, e no seu afã de descobrir, os seus trabalhos revelam também características impressionistas, sobretudo nos movimentos de tons inteiros e na consequente ambiguidade tonal e politonalidade. A sua última fase, de pendor nacional, é muito mais singela.

As suas composições abrangem vários géneros: sacro (coral sinfónico, peças sacras de média proporção, canções sacras, cânticos litúrgicos, coros *a cappella*), canções de Natal, canções e coros para crianças, canções para a poesia trovadoresca, canção erudita de câmara, quadras, música para orquestra, para piano, para harpa, hinos, peças de teatro musicadas, e uma grande recolha de música popular.

De notar a sua preponderância pela inspiração na música popular e nos modos gregorianos como base de uma eruditização e estilização da música portuguesa.

As suas ideias e conceitos musicais deixaram escola. As sementes lançadas frutificaram. Se não, vejamos os legados de Luís de Freitas Branco, Francine Benoit, Manuel Ivo Cruz, Jorge Croner de Vasconcelos, Pedro de Freitas Branco, Eduardo Libório, António Fragoso, Flaviano Rodrigues, Varela Cid, Ruy Coelho, Artur Santos, Armando José Fernandes, Florinda Santos, Marina Dewander Gabriel, Fernando Lopes-Graça, Artur Fonseca — primeiro diretor do Conservatório Regional de Angra do Heroísmo.

Testemunho claro da sua competência profissional, artística e humana foi deixado pelos seus discípulos, a atestar a grandeza, a tolerância e o espírito aberto à modernidade do seu professor, mentor e amigo.

Ao lado dos mais novos, daqueles a quem o talento e o estudo proporcionariam um lugar de destaque no meio artístico e cultural português, não faltou o apoio do mestre, apontando caminhos, orientando com superior competência e tolerante convicção. A todos, mesmo aos que não seriam dotados para a arte, não faltou o sorriso e compreensão afáveis do mestre, como afirmaram Lopes-Graça, Francine Benoit, Luís de Freitas Branco, entre outros dos seus alunos que citei.

Como sacerdote, não se evidenciou muito, no sentido do carreirismo eclesiástico, porém foi um pastor reto no apostolado da formação das mentalidades e no ensino artístico, como agente importante no desenvolvimento do caráter e da personalidade. Assim mo testemunharam verbalmente seu sobrinho-neto Professor Doutor José Henrique Ferreira Marques, que com ele viveu, e sua sobrinha-neta Senhora Professora Doutora D.

Maria Lúcia Borba e Maia Garcia Marques, neta do seu irmão médico em Setúbal, Dr. Francisco de Paula Borba.

Integrou a colegiada da Igreja de Nossa Senhora dos Mártires, como organista e regente do coro, foi Comissário da Ordem Terceira do Carmo, membro da Venerável Ordem de S. Pedro e S. Paulo da Cidade de Lisboa, membro da Confraria de Santo António de Lisboa, irmão da Real Irmandade do Santíssimo Sacramento da Igreja Paroquial dos Mártires de Lisboa, sócio efetivo do Montepio do Clero Secular Português.

Deu o exemplo da caridade cristã ao não faltar com o seu apoio a Lopes-Graça, apesar das diversidades de filosofias e credos. A solidariedade levou-o a auxiliar e a incentivar outros açorianos a singrar no meio adverso lisboeta.

Ao bater-lhe à porta qualquer infortúnio, sempre encontrava o lenitivo e conforto quer moral, quer pecuniário, quer ainda através do apelo à solidariedade entre os seus patrícios e amigos.

Como pessoa, desde os tempos de Seminário e da Claustura da Sé, até aos estudos em Lisboa, no Conservatório e no Curso Superior de Letras, e, depois, na sua vida docente e nas diversas funções que exerceu em instituições diversas e de diversos propósitos, nas relações pessoais, familiares, amistosas e profissionais, primou sempre pela verdade, sinceridade, autenticidade, profissionalismo e retidão de carácter, praticando os valores cristãos de uma verdadeira fé convicta e inabalável, de forma afável, porém sem as pieguices de beatismo cínico. Modesto, pouco ou nada falava de si. Palavras decorrentes dos testemunhos escritos de seus alunos, que citei, e dos testemunhos de familiares vivos que o conheceram bem.

De que Tomás Borba é uma figura ímpar na vida musical portuguesa da primeira metade do século XX, pela modernidade e tolerância, não ficam dúvidas.

Já na sua juventude, em Angra do Heroísmo, na segunda metade do século XIX, Borba havia mostrado uma ânsia de aprender e de realizar coisas novas de modo que o seu talento e invulgar vontade de crescer o levou a arrostar com uma mudança de vida que não lhe foi fácil.

A um jovem sacerdote recém-ordenado competia curar almas da forma mais conservadora: numa paróquia quiçá rural, pregando, catequizando, confessando e levando a cabo outras tarefas mais de acordo com a tradicional visão de um presbítero, e não certamente o apostolado da cultura, do ensino, da arte e da música.

Espírito aberto e ávido de aprender, não se deixou ficar pelos limitados horizontes da sua decerto bela mas «pequena» terra natal, partindo para a capital a fim de realizar a sua vocação artística e humana.

A estada em Lisboa, que dependia da autorização e entendimento entre o Bispo de Angra e o Patriarca de Lisboa, foi-se alargando, desde um ano para estudar música até uma vida inteira de labor, sem dúvida devido ao sucesso como discente e docente na capital.

Foram certamente as suas faculdades, capacidade de trabalho e vontade de fazer triunfar os seus ideais que o levaram a um aturado estudo, concluindo os cursos do Conservatório em menor tempo do que o requerido e previsto nos currículos escolares.

Pessoa de largos horizontes, aproveitou os estudos e as oportunidades que estes lhe davam para trocar ideias e aprender com personalidades do mundo das letras, das artes, das ciências, da filosofia, da cultura e até da política.

Não deixou de completar a sua formação com o conhecimento prático advindo das viagens que realizou ao estrangeiro. Não perdia ocasião de cotejar a nossa realidade com os grandes centros culturais europeus, lamentando a nossa pequenez, não numa atitude derrotista, mas de crítica positiva, assente na esperança de um dia sermos um lugar privilegiado de cultura e civilização.

Era sua opinião, e disso fez motivo honroso de luta, que a civilização e a cultura só se atingem quando a educação dá um lugar privilegiado ao espírito, às artes, sobretudo à música, como fator inequívoco de disciplina, união, formação estética e desenvolvimento anímico, físico e humano, quer pessoal quer social.

Não se ficou pelas palavras, decerto necessárias, das suas conferências, ensaios e teses. Passou à ação. Conseguiu implementar a disciplina de Canto Coral nos currículos dos diversos níveis de ensino. Desde a sua ativa presença no Conselho Superior de Instrução Pública até à participação nas comissões de elaboração de programas, sendo mentor da primitiva e defraudada legislação de contratação de professores, até ainda à conceção e publicação de manuais, Borba deu um contributo notável e importante para uma reforma pedagógica que sonhava e que se alicerçava na aprendizagem musical. Pela música, aprendia-se também os princípios basilares do civismo e formação humana – física, psíquica e moral –, bem como a poesia portuguesa e o contexto histórico, social e cultural português.

Iniciador do ensino do solfejo entoado em Portugal, foi um defensor dos métodos modernos em pedagogia, defensor igualmente de quantos foram ou são adeptos do progresso e inimigos da rotina decadente. Por sua diligência, foram introduzidas, no ensino conservatorial, importantes cadeiras como História da Música e Literatura Musical, e disciplinas de cultura geral que promovessem a formação completa e sólida dos artistas músicos. A elevação da craveira intelectual dos músicos portugueses foi outra das suas preocupações. Promoveu o estudo dos fenómenos da harmonia moderna e dos compositores mais vanguardistas com linguagens arrojadas, incluindo exemplos das suas composições no seu Manual de Harmonia.

Esta luta pedagógica resultou de um espírito aberto, que estava disponível às novas tendências musicais, artísticas, científicas, sociais, culturais, filosóficas que pela Europa se vinham manifestando. Alimentando-se das lições do passado, entendia um futuro resultante de um presente livre, aberto e evoluído, sem preconceitos. Possuído de espírito largamente liberal, a sua ação pedagógica foi modelo de liberdade e responsabilidade, ajudando os alunos a orientar os talentos que desabrochavam no âmbito da criação artística.

Manteve sempre, quer na sua ideologia, quer na sua atuação, um poder de isenção que o permitiu atuar com um à-vontade superior, elevada lei moral e nobreza de caráter, semeando uma pedagogia esclarecida de espírito aberto às ideias renovadoras. Ademais, Borba exerceu a sua atividade num período revoltado da história da música portuguesa, num período de contraste e contacto entre uma renovação animadora e uma rotineira

decadência, tendo contribuído, porém, com um esforço incansável, para um determinado número de reformas e medidas que tornassem o Conservatório um bastião da cultura intelectual dos músicos e dos princípios da pedagogia moderna.

Promoveu a audição de compositores desconhecidos entre nós, aceitando com humildade a colaboração de quem, também movido pelos mesmos e desinteressados interesses, pretendia fazer algo pelo desenvolvimento cultural do país.

A música, os compositores e intérpretes portugueses também foram por ele impulsionados, sobretudo enquanto Diretor Artístico da Academia de Amadores de Música, de modo especial os seus contemporâneos.

Infelizmente, a costumada e paupérrima política cultural portuguesa não tinha condições para acolher e promover de forma correta os valores nacionais, desinteressando-se mesmo da educação artística do seu povo.

Não foi um saudosista sentimental do passado. Dele e das tradições bebia com respeito os ensinamentos que lhe permitiam ver com mais largueza e perceber a evolução que se vinham operando na música e na pedagogia, bem como alicerçar um sólido fundamento para a construção futura.

Numa época difícil da história da música portuguesa, enfrentou os defensores dos métodos rotineiros pugnando pelo pensamento moderno, contra o que resultava da incultura e inércia atrasadoras da classe dos artistas músicos. O amor à tradição não o impediu de ter um espírito rasgadamente progressivo. Aliada à tolerância, a firmeza foi uma arma da peleja.

Colocou-se sempre ao lado dos pequenos, porém temerários grupos de renovadores e reformadores, sem ninguém ofender, com a filantropia e tolerância que lhe caracterizaram a indulgente e animadora ação pedagógica.

Em suma, Borba revelou-se um pedagogo douto, moderno, de espírito aberto à renovação.

O seu espírito crítico, atento, isento e verdadeiro levaram-no assim a ser estimado e respeitado por todos, apaziguando muitas vezes querelas e promovendo a concórdia. Mostrou que o verdadeiro artista é dotado de um carácter irrepreensível.

Muito lhe deve a dignificação da classe docente artística e os músicos de forma geral: intérpretes e compositores. Defendeu a sólida cultura geral de todos estes, bem como uma competente política de gestão cultural.

Como compositor, deixou-nos uma obra que vai desde os trechos mais singelos de adolescência e juventude até aos reveladores de maturidade decorrente de aturado estudo e trabalho. Defensor do profissionalismo, o seu legado musical contém peças caracterizadas pelo cromatismo e modalismo até a uma madura singeleza de expressão nacional.

Do seu pressuposto de que são os artistas que alimentam a Pátria e da sua dedicação à educação musical, da qual fez um autêntico apostolado, resultou um infindo número de composições dedicadas ao canto coral e aprendizagem musical nas escolas e liceus, nos diversos níveis de ensino, visando a gradual aquisição de conhecimentos de acordo com as diferentes faixas etárias dos discentes. Dentro dos diversos géneros musicais, além da música sacra, foi a este que mais se dedicou, plenamente consciente de que a formação da criança e o evitar defeitos vocais dependem de um bem pensado, consciente e maduro

processo de ensino/aprendizagem do qual decorrem as suas singelas, porém bem construídas composições, que não só visam como alcançam os objetivos a que se propunha.

Em suma, como afirmou Francine Benoit, o que permanece imutável no percurso humano, profissional e espiritual de Borba é a abertura ao moderno e a tolerância. Um crente acima de tudo, não se deixou levar pelo movediço, inconstante e volúvel, não estagnou, foi firme perante o cambaleante, inflamado, benevolente e leal, aceitando os desafios, as alegrias, o sofrimento e a paz que caracterizam os homens de boa vontade.

Obras didáticas (publicadas)

- *Exercícios Graduados de Solfejo – 1.ª parte*
- *Exercícios Graduados de Solfejo – 2.ª parte*
- *Exercícios Graduados de Solfejo – 3.ª parte*
- *Solfejos Autógrafos de Compositores Portugueses*
- *Novos Exercícios Graduados de Solfejo – 1.ª parte*
- *Novos Exercícios Graduados de Solfejo – 2.ª parte*
- *Trechos Selectos para Uso das Classes de Português do Conservatório Nacional de Música de Lisboa*
- *Trechos Selectos para Uso da Classe de Francês do Conservatório Nacional de Música*
- *Escola Musical I*
- *Escola Musical II*
- *Escola Musical III*
- *Solfejos, Canções e Cânones I*
- *Solfejos, Canções e Cânones II*
- *Canções para as Crianças, para as Mães e para as Escolas I*
- *Canções para as Crianças, para as Mães e para as Escolas II*
- *O Canto Coral nas Escolas (Canções a 1 voz) – I*
- *O Canto Coral nas Escolas (Canções a 2 vozes) – II*
- *O Canto Coral nas Escolas (Canções a 3 vozes) – III*
- *O Canto Coral nas Escolas (Canções a 4 vozes) – IV*
- *Canto Infantil*
- *Toadas da Nossa Terra (Trovas Portuguesas ao Gosto Popular)*
- *Cantigas da Minha Terra*
- *Vá de Roda*

Restante obra

- *Canções para as Crianças, para as Mães e para as Escolas (26 colecções não publicadas)*
- *Música Coral, canções, cânones para o ensino da Música e Canto Coral nas escolas*
- *Canções de Gestos*
- *Música Sacra a capella, ou com acompanhamento de orquestra e/ou órgão*
- *Canções sacras*

- *Coros religiosos a 2 vozes (obra publicada)*
- *Coros e canções de Natal*
- *Cantigas medievais trovadorescas (canto e piano, e canto e pequeno grupo instrumental)*
- *Canção Erudita de Câmara (com textos de poetas portugueses – canto e piano) – algumas peças deste género foram publicadas*
- *Quadras (com textos de poetas portugueses – canto e piano) - algumas peças deste género foram publicadas*
- *Música para orquestra*
- *Música de câmara*
- *Música para piano (todas as peças deste género foram publicadas)*
- *Música para harpa*
- *Teatro escolar musicado*
- *Recolha de Música Popular*
- *Cantares Lusitanos I, II e III*
- *Hinos*

Além de composições musicais, Borba publicou obras didáticas, pedagógicas e de referência:

- *Manual de Harmonia*
- *Trechos Selectos para Uso das Classes de Português do Conservatório Nacional de Música de Lisboa*
- *Trechos Selectos para Uso da Classe de Francês do Conservatório Nacional de Música*
- *Dicionário de Música* (em colaboração com Lopes-Graça)

ARTIGOS

HISTÓRIA

DA PLANÍCIE PARA O ATLÂNTICO OS AÇORES NO OLHAR ATENTO DA DUQUESA DE BEJA*

Maria Odete Sequeira Martins**

Permitam-me que partilhe convosco alguns dos meus “amores”: o imenso prazer que me transmite o gosto pela leitura e pela escrita. Mas, se é verdade que gosto de escrever, também é certo que nem sempre consigo encontrar os termos adequados que traduzam exactamente, mais do que penso, aquilo que sinto. Tentarei, pois, expressar com as palavras possíveis, e salientando a fidalguia da hospitalidade com que fomos acolhidos, o quanto me considero honrada por vir falar, neste magnífico espaço da Câmara Municipal de Angra, a tão distinta assembleia.

Trago comigo a memória de uma Mulher singular, a Infanta D. Brites (1429? – 1506), duquesa de Beja e duquesa de Viseu, figura fascinante que venho estudando desde há já uns anos e que é, afinal, o motivo desta minha vinda aqui hoje.

Tanto quanto a documentação localizada me permitiu, intentei traçar os seus itinerários e posso garantir-vos que jamais atravessou o Oceano, o que não a impediu de conhecer a sua Ilha Terceira de Jesus Cristo, conhecimento patente no minucioso texto que ditou, estabelecendo os limites para a divisão da capitania, em 1474, observando cuidadosamente, qual carta corográfica, a “pintura”, conservada no seu palácio da planície, que representava a Ilha, e em que traçou uma mediana, após obter informações mais precisas, auscultando o parecer de homens das ilhas. Ouçamos a Duquesa: (...) *parto polla Ribeira Sequa que he aquem da Ribeira de Frey Joam ficando a Ribeira de Frey Joam a parte de Angra e da dita Ribeira Sequa pela metade da dita Ilha, até a outra banda, como se vai do Noroeste ao Sueste* (...)¹.

* Texto da comunicação à Academia Portuguesa da História na sessão de 29 de Março de 2017 realizada em Angra do Heroísmo a convite do Instituto Histórico da Ilha Terceira

** Doutora em História. Académica de número da Academia Portuguesa da História.

¹ ARQUIVO NACIONAL/TORRE DO TOMBO (de ora em diante AN/TT), *Chancelaria de D. Filipe I*, livro 4, fl. 72. Documento publicado in ARRUDA, Manuel Monteiro Velho, *Colecção de documentos relativos ao descobrimento e povoamento dos Açores*. Ponta Delgada: Oficina de Artes Gráficas, 1932; *Arquivo dos Açores*, vol. 4, Ponta Delgada, 1882, p. 213-215; MALDONADO, Padre Manuel Luis, *Fenix Angrense*, vol. 1. Angra do Heroísmo: Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1989, p. 91-92

Ora, viúva desde 1470 de um príncipe jurado em cortes, o infante D. Fernando (1433-1470), que tendo reunido um vasto património o tornava *o mayor senhor que nunca houve em Hespanha que não fosse rei*, como o definiu o erudito teatino D. António Caetano de Sousa², D. Brites, com a anuência do rei D. Afonso V, (1432-1481) tomara em suas mãos o governo da Casa ducal, considerada a menoridade dos filhos varões. (O primogénito, o duque D. João, teria ao tempo, cerca de 10 anos³. Faleceu prematuramente, tendo-lhe sucedido seu irmão, D. Diogo (145?-1484). E desde cedo que os Açores se tornaram uma prioridade na governação da Duquesa, decisão que também tem sido notada pelo historiador açoriano José Guilherme Reis Leite⁴, a quem cumprimento. Voltemos ao texto que referi. Tratava-se, então, de resolver uma contenda, que se reportava ainda ao tempo do governo de seu marido, sem haver sido dirimida. A questão envolvia Álvaro Martins Homem, um membro da Casa ducal, e o flamengo Jácome de Bruges, a quem o infante D. Henrique (1394-1460) havia entregue a capitania em 1450, assumindo-se assim como primeiro donatário da Ilha Terceira⁵. Tal atribuição não se havia revelado inteiramente pacífica, porquanto Álvaro Martins Homem advogava que o território da Ilha deveria ter sido partilhado, perfilando-se, naturalmente, como candidato a capitão donatário de uma das partes. Mas o tempo havia decorrido, a situação mantinha-se e os murmúrios permaneciam, repercutindo-se no viver quotidiano e, com certeza, ocasionando mal-estar. Não seria caso que o infante D. Fernando tivesse desconhecido, uma vez que na “pintura”, representando a Ilha Terceira, a que anteriormente aludi, havia mesmo desenhado algumas linhas, o que indicia que ponderara a possibilidade de a dividir. Mas, porque absorvido por outras preocupações, ou porque se teria centrado na gestão da Ilha da Madeira, ou porque o tempo de vida já lhe não permitiu actuar, certo é que nada decidiu. Então, consciente da importância das ilhas açorianas, entendeu a Duquesa que tal situação a se prolongar carregaria a degradação do ambiente, comprometendo o povoamento, tão necessário à demonstração e valorização do potencial dos seus recursos. Urgia, pois, pôr termo ao conflito. Por volta de 1472 ou 1473, (para este cálculo baseei-me na carta passada posteriormente a João Vaz Corte Real, datada de 2 de abril de 1474), aproveitando habilmente a ocasião que se lhe deparava, ao escutar os rumores que, suportados em ausência de notícias, insinuavam que Jácome de Bruges havia falecido, D. Brites não hesitou. Sem pretender ser fastidiosa, parece-me interessante, recordar a metodologia adoptada, que revela a qualidade da sua gestão. Avisadamente, munuiu-se de segurança, de molde a que as suas decisões não pudessem suscitar qualquer contestação. E quem

² SOUSA, D. António Caetano de Sousa, *História Genealógica da Casa Real*, Coimbra: Atlântida, 1947, livro 3, cap. VIII, p. 283

³ ALMEIDA, Fortunato de, *História da Igreja em Portugal*, nova edição preparada e dirigida por Damião Peres, vol. 1. Porto: Portucalense, 1967, p. 346, nota 2

⁴ *Veja-se* LEITE, José Guilherme, Reis, *7 ensaios sobre o povoamento dos Açores*, Praia da Vitória, Blu, 2012

⁵ Não foi localizada a carta de donataria a Jácome de Bruges, porquanto o traslado passado em Silves, a 2 de maio de 1450, parece ser apócrifo. *Veja-se* MENESES, Avelino de Freitas de, in *Nova História da Expansão Portuguesa*, dir. A. H. de Oliveira Marques e Joel Serrão, vol. 3, tomo 1, coord. de Artur Teodoro de Matos, *A Colonização Atlântica*. Lisboa: Estampa, 2005, p. 210

melhor que a mulher de Jácome de Bruges, provavelmente a flamenga Sancha de Tovar⁶, para certificar a veracidade dos boatos? Mas não admitindo delongas, a Duquesa definiu-lhe um prazo, para a resposta, o qual se esgotou, sem ter havido qualquer retorno. Então, e tendo conhecimento que o matrimónio não originara descendência varonil, mas tão só uma filha, Antónia Dias de Arsa⁷ que não poderia habilitar-se a suceder na capitania, face ao disposto na Lei Mental, que excluía a linha feminina, mesmo que legítima, considerou não haver dúvidas quanto à vacatura da capitania. Das diligências efectuadas, prudentemente, deu conta nos textos que fez redigir em 1474, como prova para memória futura. Na carta emitida em Évora, a 2 de abril, em que doava a capitania da Terceira, da parte de Angra, a João Vaz Corte Real, fidalgo da Casa de Beja, refere: (*... havendo eu por informação estar ora vaga a capitania da Ilha Terceira de Jesus Christo, do dito Senhor meu filho por se afirmar ser morto Jacome de Bruges, que até ora teve, do qual há muito que alguma nova se não há, posto que já muitas vezes mandei sua mulher, que a verdade dello soubesse, e me certificasse, assignando-lhe para isso tempo dum anno, e depois mais; a qual em alguma maneira com todallas diligencias que nisso fizesse, me não trouve dello certidão alguma...*)⁸. Anteriormente, na carta redigida igualmente em Évora, a 17 de fevereiro, desse mesmo ano, dirigida a Álvaro Martins Homem, a quem coube a capitania da Terceira, da parte da Praia, voltou a mencionar: (*... por me ser certificado o dito Jacome de Bruges ser morto e a sua capitania ficar devoluta ao dito senhor meu filho por elle não ter filho lidimo barão...*)⁹.

O texto de ambos os diplomas, em que, aos capitães, se delegavam as competências, é praticamente idêntico. Observemos, por exemplo, o documento respeitante a Álvaro Martins Homem. Era-lhe facultada a aplicação da justiça, mas mitigada, ou seja, na esfera do cível e do crime poderia sancionar quaisquer delitos, mas não poderia ditar penas de morte ou de talhamento de membros, que deveriam subir à apelação do senhorio donatário.

Por outro lado, para que nada ficasse omissivo ou sujeito a interpretações, declarava-se que, sem embargo da dita jurisdição, todos os mandados vindos do Ducado e respectiva correição deveriam ser integralmente cumpridos, como *cousa própria sua*. E em

⁶ Segundo CHAGAS, Frei Diogo das, *Espelho cristalino em jardim de várias flores*, prefácio de Artur Teodoro de Matos. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1989, p. 21, a mulher de Jácome de Bruges seria Sancha de Tovar. Segundo Pero Gonçalves, de quem adiante falarei, haveria uma outra possível esposa, Inês Gonçalves.

A propósito do desaparecimento de Jácome de Bruges, Frei Diogo das Chagas, op. cit., a p. 218-219, alude a uma suspeita de que caíra numa armadilha, que lhe fora montada por Diogo de Teive, que lhe cobijava a capitania.

⁷ Antónia de Arsa casaria com o fidalgo inglês Duarte Paim, que entrou em demanda com Diogo de Teive, a propósito da mesma capitania. CHAGAS, Frei Diogo das, op. cit., p. 219.

⁸ Documento publicado in *Archivo dos Açores*, vol. 4, Ponta Delgada, 1882, p. 159-160; MALDONADO, Padre Manuel Luis, op. cit., p. 93-95.

⁹ AN/TT, *Chancelaria de D. Filipe I*, liv. 4, fl. 72. Documento publicado in ARRUDA, Manuel Monteiro Velho, op. cit., p. 163; *Archivo dos Açores*, vol. 4, Ponta Delgada, 1882, p. 213-215

matéria de coisas próprias suas, vedava-se ao capitão a possibilidade de explorar, por sua conta, vieiros de ferrarias ou de outros quaisquer metais.

Seguiam-se as questões relacionadas com obrigações e direitos fiscais. Cometia-se ao capitão a cobrança anual de um marco de prata, ou o correspondente valor, ou duas tábuas a entregar em cada semana, relativamente à madeira que se serrasse nas serras de água¹⁰ existentes na ilha, reportando o respectivo dízimo ao senhorio; idêntica medida se consignava relativamente a moinhos e atafonas; determinava-se o exclusivo da venda de sal, se o houvesse, ao preço de meio real de prata o alqueire ou o seu valor *e mais não*, cuja venda seria livre durante o período em que o capitão não dispusesse do produto. Por outro lado, de todo o rendimento que pertencesse ao senhorio, referente à capitania, poderia o donatário arrecadar à razão de dez por um, constituindo uma renda passível de transmissão ao seu sucessor, desde que tal se fizesse através do herdeiro varão legítimo, ou seja, na estrita observância da Lei Mental.

O diploma emitido pela Duquesa constituía-se como uma carta de poder, mas, na minha perspectiva, definia-se também como um regimento e aí se manifestavam as preocupações com a intensificação do povoamento e, conseqüentemente, com a valorização dos terrenos, pugnando pelo seu trabalho. Assim, autorizava-se a emissão de cartas de foro, cujo contrato, de acordo com o estabelecido no foral outorgado à Ilha, caducaria ao fim de cinco anos, podendo, todavia, o período de tempo acordado ser reduzido, se se verificasse que as terras não estavam a ser devidamente aproveitadas. Tal situação abriria a possibilidade de o capitão celebrar novo aforamento, por anulação do contrato anterior. Quanto às terras trabalhadas, autorizava-se que os vizinhos e moradores pudessem vender, livremente, as suas herdades.

Por entre as palavras da escritura, que encerra as disposições marcadamente jurídico-administrativas, espreita-se a vivência da comunidade, a quem era permitido que o seu gado manso pudesse usufruir de pastagem por toda a capitania, na condição de se manter vigiado, acautelando-se, desta forma, a ocorrência de quaisquer danos; mas, se tal sucedesse, o dono dos animais responsabilizar-se-ia por todos os prejuízos causados e satisfaria ainda as coimas definidas nas posturas do concelho. Paralelamente à criação de gado, era permitido aos vizinhos caçar animais bravios, desde que houvessem obtido a necessária licença, passada pelo capitão ou pelo almoxarife; sendo-lhes, todavia, vedado capturar os animais que, por ordem do senhorio, se encontrassem em cerrados.

Conquanto todos os fornos de pão em que houvesse lugar a poia¹¹, caíssem na alçada do privilégio concedido ao capitão, a Duquesa, provavelmente pensando nas dificuldades com que algumas famílias se debatiam, consentia que os moradores pudessem fazer

¹⁰ As serras mecânicas movidas a energia hidráulica, cuja primeira referência, data de 1411, foram amplamente utilizadas nas ilhas atlânticas. Cf. AZEVEDO, Pedro de "Catálogo dos manuscritos do Museu Etnológico", in *O Archeólogo Português*, vol. 19, 1914, p. 75-76; MARQUES, João Martins da Silva, *Descobrimentos Portugueses, Documentos para a sua História*. Lisboa: INIC, 1944, vol. 1, doc. 353, 385, 404, 429, p. 450, 484, 515, 549; Suplemento ao vol. 1, doc. 133-134, p. 172-173; vol. 3, doc. 105, 172, p. 139, 260.

¹¹ Tributo que tinha de pagar quem fizesse forno para cozedura de pão a outrem, no total de 20 pães. *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, coordenação de José Pedro Machado, vol. IX. Lisboa: Amigos do Livro, 1981, p. 231

fornalhas para cozer o seu próprio pão. Relativamente às atafonas e moinhos de pão existentes, ou a edificar na capitania, todos constituíam igualmente privilégio do capitão, especificando-se que só poderiam existir outros, se ele o permitisse. Tal determinação não seria aplicável à mó de braço, que poderia ser feita por qualquer pessoa, desde que o cereal produzido se destinasse exclusivamente a uso doméstico.

No final da carta, em jeito de postscriptum, tendo decerto em mente evitar a eclosão de novos conflitos, a Duquesa determinava que os moinhos construídos por Álvaro Martins Homem, situados na agora capitania de Angra, deveriam reverter para João Vaz Corte Real, sob condição que este mandasse erguer moinhos, em idêntico número, na parte da Praia, ou então reembolsasse Álvaro Martins Homem pelo valor considerado justo, conforme avaliação a realizar por homens bons.

Mas, ao mesmo tempo que autorizava o capitão a aforar terras maninhas, a Duquesa, relembrava ou seja, acentuava, que a Ilha era pertença do Ducado, pelo que ordenava a reserva de alguns lotes, a fim de o senhorio deles poder dispor, em algum tempo, quando entendesse querer fazer mercê ou graça a alguém.

Ora, tudo parecia indicar que a questão da partilha da Ilha Terceira, se encontrava totalmente solucionada e a contento das partes, mas eis que a mercê feita a Álvaro Martins e seus descendentes foi posta em causa, em data que admito situar-se por volta de 1482¹², por Pero Gonçalves, natural de Ourense, que se dizia filho legítimo de Jácome de Bruges e de Inês Gonçalves, senhora com quem o capitão teria casado na referida localidade, onde haviam residido, vindo posteriormente habitar na cidade do Porto. Pero Gonçalves, argumentando que não fora chamado de imediato à herança apenas pelo facto de seu pai haver falecido abintestado, reclamava a capitania da Ilha Terceira, da parte da Praia, área onde aquele se havia sediado. Invocava a seu favor que o infante D. Henrique, quando entregara a capitania a Jácome de Bruges teria declarado que a mercê era igualmente extensível aos seus descendentes. Mas, por esta altura, a requerida capitania estava provida em Antão Martins Homem, que sucedera a seu pai, Álvaro Martins Homem, entretanto falecido. A demanda que, naturalmente, chegou ao Ducado terminou numa sentença, dada em Moura a 17 de março de 1483, assinada pelo duque D. Diogo, que considerava infundamentada a pretensão de Pero Gonçalves, uma vez que o reclamante, no prazo que se lhe havia determinado, não fizera prova do matrimónio havido entre sua mãe e Jácome de Bruges. Assim sendo, não havia lugar a alterações, pelo que se mantiveram as nomeações anteriores¹³. Refira-se a propósito que os cronistas açorianos apenas mencionam o casal Jácome de Bruges e Sancha de Tovar, identificando os seguintes filhos¹⁴: Gabriel

¹² Por desconhecermos a carta de Pero Gonçalves, a data que indicamos foi deduzida a partir da sentença com que culminou o processo.

¹³ Sentença publicada in *Archivo dos Açores*, vol. 4, Ponta Delgada, 1882, p. 28-33.

¹⁴ Em documento publicado por Francisco Ferreira Drummond in *Annaes da Ilha Terceira*, vol. 1, p. 477-479, referente à questão, apenas se considera o matrimónio de Jácome de Bruges e Sancha Rodrigues de Tovar, os quais haviam tido somente duas filhas. Idêntica informação é transmitida por SOARES, Eduardo de Campos de Castro de Azevedo a p. 162, do vol.1 da obra *Nobiliário da Ilha Terceira*, Porto: Livraria Fernando Machado, 1944, que apenas identifica Antónia, referindo que a outra irmã teria professado num mosteiro do continente.

de Bruges, que residiu na Ilha do Faial e faleceu sem deixar descendência, e Antónia Dias de Arsa, a quem também já aludi, casada com o fidalgo inglês Duarte Paim. Donde, poderemos perguntarmo-nos se se estaria perante um aventureiro, ou então de um filho natural, não reconhecido¹⁵. Que buscaria Pero Gonçalves? Naturalmente prestígio, mas também os réditos que lhe garantiriam o cargo e que não eram despiciendos. De facto, desde o início do povoamento que as ilhas açorianas apresentavam nos mercados produtos competitivos: o trigo, cultura de enorme interesse para o Reino face á carência desde sempre sentida¹⁶, a cana-de-açúcar, a urzela, introduzida no Faial cerca de 1470¹⁷ e o pastel. Tais culturas atraíam às ilhas mercadores nacionais, mas igualmente estrangeiros, que colocavam na Flandres o pastel e a urzela, procurados pelos tintureiros pela delicadeza das tonalidades que proporcionavam: azul, no caso do pastel e púrpura, no caso da urzela. Fosse qual fosse o papel que Pero Gonçalves havia representado no pleito, dificilmente a sentença de D. Brites poderia ir contra uma determinação que havia tomado, e digo D. Brites porque creio que o duque D. Diogo, enquanto real donatário, apenas se limitou a firmar o estabelecido na escritura, apondo a sua assinatura, como de direito lhe cumpria, por ter atingido a maioridade. Aliás, observando a data da sentença - 17 de março de 1483 - e o local onde foi redigida, Moura, verificamos que era exactamente a localidade onde a Duquesa ainda se encontrava, observando o estipulado no Tratado das Terçarias, corolário do Tratado de Alcáçovas/Toledo¹⁸. É sabido que o duque D. Diogo, que estivera na corte dos Reis Católicos, cumprindo cláusulas do mesmo tratado (das Terçarias), já havia regressado de Castela, mas do seu percurso pouco se conhece, para além de uma aventura galante, no reino vizinho, que manchava a honra de uma aristocrata de alta linhagem e nesta altura, embrenhava-se noutros assuntos: a conspiração contra o Rei, seu cunhado. Esta última aventura, muito mais perigosa que a anterior, teve um dramático desfecho, em Setúbal, em agosto do ano seguinte, como se sabe.

Mas se abordei o caso de Pero Gonçalves, que não teve quaisquer consequências, é porque me faz pensar que aos ouvidos da Duquesa haveria chegado algum rumor insinuando a existência de outro filho de Jácome de Bruges, para além do falecido Gabriel de Bruges. Reparemos no cuidado que pôs ao narrar as diligências que fizera para demonstrar a vacatura da capitania. Daí que me interrogo: se nada soubesse, enquanto senhoria, precisava de fazer provanças das suas determinações?!

Um outro documento que se refere à Ilha Terceira, deixa transparecer que alguma coisa aí ocorria que não agradava à Duquesa. Refiro-me a uma carta, datada também de

¹⁵ Hipótese lançada igualmente por Ernesto do Canto, in *Archivo dos Açores*, vol. 4, Ponta Delgada, 1882, p. 32.

¹⁶ “O cereal aí produzido representaria um comércio relevante no comércio português com a costa ocidental africana e com o Oriente”. Cf. MATOS, Artur Teodoro de, “Açores: ponto de convergência de rotas comerciais”, in *Oceanos*, 1, Junho de 1989, p. 83

¹⁷ FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*. Funchal, 1873, liv, 3, p. 63

¹⁸ Tratado firmado em Alcáçovas, a 4 de setembro de 1479, confirmado por Isabel, a Católica, em Trujillo, a 27 do mesmo mês e ratificado por Isabel e Fernando, em Toledo, a 6 de março de 1480. AN/TT, *Gaveta* 18, maço 8, doc. 16; ARCHIVO GENERAL DE SIMANCAS, *Patronato Real*, nº 4089, legajo 49, doc. 44. Documento publicado in *Documentos referentes a las relaciones com Portugal durante el reinado de los Reyes Católicos*, edición preparada y anotada por Antonio de la Torre y Luis Suarez Fernandez, vol. 1, Valladolid, 1958, p. 284-327

Moura, a 20 de abril de 1482, dirigida a Afonso do Amaral, que fora enviado à Ilha, a fim de esclarecer, (cito), *uma suspeição*, que envolvia João Vaz Corte Real, capitão, da parte de Angra. As inquirições e autos daí resultantes não foram de molde a solucionar o caso (caso que a carta não identifica), levando D. Brites, que, pelos vistos não admitia que as questões não fossem devidamente tratadas, a tomar outras medidas. Assim, informa Afonso do Amaral que iria enviar à Ilha Terceira outra pessoa: o ouvidor Garcia Álvares, escudeiro, morador em Beja, a quem deveria entregar, de imediato, a vara da justiça, bem como todas as inquirições e autos, que conservava em sua posse. Findava, assim, a missão de Afonso do Amaral nos Açores, pelo que, conforme ordem da Duquesa, não lhe restava mais que organizar o regresso, (cito) *no primeiro navio* que dali partisse¹⁹. Independentemente de esclarecer qual era o cerne do problema, importa-me salientar o carácter de D. Brites, através da força que as palavras que ditou não suavizam.

Viajamos agora para outra Ilha, para São Miguel. Em data que não posso precisar exactamente, por não ter localizado o documento respeitante, mas em momento que seguramente se situou pouco tempo depois do falecimento de D. Fernando, os moradores de São Miguel dirigiram-se à Duquesa, pedindo providências: queixavam-se que *eram na dita ylha mal servidos por mingua de hum vigairo ou capellam*²⁰. Presume-se, pois, que, embora dispusessem de igreja, conforme o testamento do infante D. Henrique, em que se elencavam as suas fundações no arquipélago²¹ e, que, certamente teria dotado com respectivo ministro, nesta data não havia quem prestasse a devida assistência religiosa. Atendeu logo D. Brites a apresentação, por carta datada de 12 de fevereiro de 1471, redigida ainda em Setúbal, indicando uma pessoa de sua confiança, Frei Estevão Vaz, que fora capelão de seu pai, o infante D. João²².

Esta decisão de certo modo tão asinha, suscita-me alguns comentários. Primeiro: considerando que se devia comunicar a identidade do novo senhorio o mais cedo possível às comunidades, não tenho quaisquer dúvidas sobre a existência de um diploma, dirigido aos Açores, idêntico ao que a Duquesa remeteu aos fidalgos, cavaleiros, escudeiros, vereadores, procurador e homens bons, da Ilha da Madeira, da parte do Funchal e Machico, datada de Setúbal, a 8 de outubro de 1470, dando conta do falecimento de D. Fernando e referindo que o então donatário era seu filho primogénito, o duque D. João. Segundo, atentando no texto da carta para a Ilha da Madeira e na carta dirigida às gentes da ilha de São Miguel, a propósito da nomeação de um vigário, observa-se que, mais que um mero anúncio de circunstância, ou uma simples nomeação, se denota, nos termos escolhidos, a afirmação de

¹⁹ *Arquivo dos Açores*, vol. 12, Ponta Delgada, 1892, p. 431

²⁰ AN/TT, *Ordem de Cristo. Convento de Tomar*, liv. 52, fl. 22. Documento publicado in *Arquivo dos Açores*, vol. 3, Ponta Delgada, 1881, p. 9-10

²¹ Foram as seguintes as igrejas fundadas pelo infante D. Henrique no arquipélago dos Açores, mencionadas no testamento: a igreja de São Luís, na Ilha de São Luís; a igreja de São Dinis, na Ilha de São Dinis; a igreja de São Jorge, na Ilha de São Jorge; a igreja de São Tomás, na Ilha de São Tomás; a igreja de Santa Iria, na Ilha de Santa Iria; a igreja de Jesus Cristo, na Ilha de Jesus Cristo, uma igreja na Ilha Graciosa; a igreja de São Miguel, na Ilha de São Miguel e a igreja de Santa Maria, na Ilha de Santa Maria. Cf. *Arquivo dos Açores*, vol. 1. Ponta Delgada, 1878, p. 334.

²² AN/TT, *Ordem de Cristo. Convento de Tomar*, liv. 52, fl. 22. Publicado in *Arquivo dos Açores*, vol. 3, Ponta Delgada, 1881, p. 9-10

uma personalidade, ou seja, de um exercício de poder que, conquanto “regente”, se impõe, todavia, de *per si*. Vejamos como a Duquesa se dirige às gentes da Ilha da Madeira: (... *Eu como tytor e curador do dyto senhor duque meu filho mando ora tomar a pose de todas suas ylhas e terras deste reyno. E asy mando a essa ylha Gonçallo Godinho caualleiro de sua casa pera por ele tomar a dita pose segundo leua em meu regimento. E porem eu vos emcomendo e mando que lhe des a dita pose e lhe obedeçaes em todo (...) o que de asy fazerdes aallem de eu saber que soes taaes que em toda cousa fazees o que deuees (...) eu e elle de vos fazer sempre toda merçee honrra fauor liberdade que se deua fazer aos que a merecem...*)²³. Reparemos na sequência das ordens: eu e ele, ou seja, não se pondo de modo algum a ideia de usurpação de poderes, certo é que o senhorio legítimo, provavelmente porque menor, vinha em segundo lugar, afirmando-se a primazia de D. Brites Terceiro, retornando à carta dirigida à Ilha de São Miguel, cujo teor se reporta a uma decisão de natureza espiritual, âmbito das competências cometidas à Ordem de Cristo, uma vez mais vemos a Duquesa intervir, sem que lhe fossem colocadas quaisquer objecções, já que também ela assumia o papel reservado ao mestre da Ordem, naturalmente sempre em nome de seu filho, mas agindo com a aprovação da cúria romana²⁴.

Ainda neste âmbito a 4 de maio de 1473, estando então em Beja, D. Brites iria confirmar uma permuta que o vigário Frei Estevão Vaz, que dois anos antes havia indicado para a Ilha de São Miguel, celebrara com Frei Gonçalo Moniz, vigário de Câmara de Lobos, no arquipélago da Madeira²⁵.

Dominando as regras da política, a Duquesa sabia que um bom governante deveria ter em conta, tanto as crenças dos seus súbditos, dando-lhe condições para que pudessem observar os preceitos doutrinários, como os seus anseios mais terrenos. Anseios que não deixariam igualmente de corresponder aos objectivos gizados pelo donatário. Está neste caso Rui Gonçalves da Câmara, fidalgo da casa de Viseu-Beja, que, por volta dos anos 70, chegou à Ilha de São Miguel, tornando-se o 3º capitão donatário, na sequência de compra que fizera ao anterior, João Soares de Albergaria.

Recordemos que as ilhas de São Miguel e de Santa Maria haviam tido como primeiro capitão a Frei Gonçalo Velho Cabral, comendador de Almourol e estribeiro do infante D. Henrique, que as descobrira a seu mando, por volta de 1432 ou de 1433, segundo narra Frei Diogo das Chagas²⁶. O mesmo autor refere que Gonçalo Velho retornaria para o Reino, deixando nas ilhas dois sobrinhos, um dos quais o referido João Soares de Albergaria, igualmente elemento da casa ducal, que lhe viria a suceder. Mas a Ilha, que (cito) *naqueles princípios polos muitos fumos e fogos que nella ardiam, era mui fea e medonha*²⁷, coisa que não tranquilizava João Soares, pelo que preferiu fixar a

²³ *Vereações da Câmara do Funchal. Séc. XV*. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995, p. 15; *Arquivo Histórico da Madeira. Série documental*, vol. 15, 1972, p. 55

²⁴ Sobre o assunto veja-se a bula *Nuper carissimo*, do Papa Sisto IV, dirigida à Duquesa, datada de 19 de junho de 1475. AN/TT, *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 30, fl. 118; IDEM, *Leitura Nova. Livro de Mestrados*, fl. 153-153v.

²⁵ *Arquivo dos Açores*, vol. 3, Ponta Delgada, 1881 p. 10

²⁶ CHAGAS, Frei Diogo das, op. cit., p. 127

²⁷ CHAGAS, Frei Diogo das, op. cit., p. 127

sua residência na Ilha de Santa Maria, por ser mais fresca e alegre e, exactamente por isso, estar também, ao tempo, mais povoada. Donde, face ao seu desinteresse por São Miguel, não lhe foi difícil a João Soares fechar negócio com Rui Gonçalves da Câmara, segundogénito de João Gonçalves Zarco, capitão donatário da Ilha da Madeira, da parte do Funchal. A ordem do nascimento impedia este de aspirar à sucessão de seu pai na capitania da Madeira, sucessão em que se perfilava o primogénito, João Gonçalves da Câmara. Claramente que Rui Gonçalves não se revia senão num cargo compatível com o de seu irmão, percepção que também encontramos em Velho Arruda: (... *É possível que desejasse possuir terras, onde directamente mandasse e governasse não se sujeitando ao lugar secundário que tinha naquela capitania, sob o governo de seu irmão...*)²⁸. Esta vontade de deter um património sólido, visível e só seu, manifesta-se igualmente na carta do rei D. Afonso V, datada de Carnide, a 21 de junho de 1473, fazendo-lhe mercê, em regime de juro e herdade, de quaisquer ilhas que, por sua iniciativa fossem encontradas, desde que não se localizassem além de Cabo Verde. O documento concedia autorização para Rui Gonçalves da Câmara poder emitir carta de foral, usufruindo os futuros moradores e vizinhos de idênticos privilégios outorgados à Ilha da Madeira²⁹. Mas, não vendo viabilidade de concretização deste projecto a curto prazo, Rui Gonçalves da Câmara percebeu que lhe era mais favorável e passível de realizar os seus desejos, procurando uma alternativa, que afinal estava bem mais próxima: a compra da Ilha de São Miguel a João Soares de Albergaria. Desconhece-se o valor exacto do negócio: 1 500 cruzados? 600 000 reais? 2 000 cruzados em dinheiro e 4 000 arrobas de açúcar?³⁰ Fosse qual tivesse sido o montante da aquisição, o que importa salientar é que a compra da capitania, se veio satisfazer a ambição do novo capitão, veio igualmente dar um novo alento à Ilha, que contava agora com um dirigente, que transportava consigo toda uma vivência assente no conhecimento, com provas dadas, de uma experiência de povoamento no arquipélago vizinho. A Duquesa tê-lo-á também entendido, e por carta dada em Évora a 10 de março de 1474³¹, deu provimento ao acordo celebrado, não deixando de apôr uma censura à anterior administração, ao anotar que a ilha (... *des o começo de sua pouoação ate o prezente he muy mal aproueitada e pouco pouoada e comsyrãdo quãto sera seruiço e proveito do dito senhor [o duque D. Diogo] e bem destes Reinos e natuaraes deles a dita ilha ser melhor aproueitada e povoada pelas muitas mercadorias que dellas poderão vir...*). Em seguida, determinava as competências que assistiam a Rui Gonçalves da Câmara, idênticas às dispostas na carta dada a João Vaz Corte Real. A novidade transmitida por este diploma centrava-se na mercê, que lhe fazia, quanto ao direito de sucessão. Observando que Rui Gonçalves da Câmara, casado com D. Maria

²⁸ ARRUDA, Manuel Monteiro Velho, op. cit., p. CXLVI.

²⁹ AN/TT. *Leitura Nova. Ilhas*, fl. 1v; Documento publicado in MARQUES, João Martins da Silva, op. cit., vol. 3, doc. 98, p. 130-131.

³⁰ FRUTUOSO, Gaspar, op.cit., vol. 2, p. 101. Aquando do casamento de seu filho João Rodrigues da Câmara com D. Inês da Silveira, Rui Gonçalves da Câmara declarou que a aquisição se havia cifrado em 800 000 reais brancos. AN/TT. *Leitura Nova. Ilhas*, fl. 53

³¹ Inserta no alvará de confirmação dado pelo duque D. Diogo, em Estremoz, a 26 de julho de 1483. *Livro da Provedoria das Ilhas de S. Miguel e de Santa Maria*, fl. 3-6v

de Bettencourt, não dispunha até então de herdeiro legítimo, e não ignorando a Duquesa que o novo capitão havia diversos filhos bastardos³², a quem pretendia acautelar o futuro, preservando igualmente a sua própria memória, sagaz e subtilmente D. Brites desfez o impasse, declarando que (...*caso elle nam auer filho nem filha lidima e temdo filhos bastardos me prazera que erde a dita capitania per seu falecimento hum dos ditos seus filhos bastardos o que pera ello for mais desposto...*). Estaria já a Duquesa a pensar na possibilidade de um enlace para a sua donzela D. Inês da Silveira ou de Melo, filha de Rui Dias Pereira, alcaide mor de Serpa, e de sua segunda mulher Maria de Melo? Certo é que o rei D. Afonso V, por carta dada em Santarém, a 20 de maio do mesmo ano de 1474³³, em que valida o teor do texto da escritura firmada pela Duquesa, ao declarar: (... *confirmamos a dita doaçam como em ella he cõteudo e posto que ella seja feita pela dita ynfiãte titor do dito seu filho a nos praz que uallha como se por elle feita fosse sendo de idade comprida...*), iria regular igualmente a sucessão na capitania, autorizando-a que a ela se pudesse habilitar um filho natural, que o pai indicaria, sendo também extensível aos seus descendentes. Assim, João Rodrigues da Câmara, filho da canária Catarina Gonçalves, legitimado por escritura lavrada em São Miguel, a 10 de abril de 1496³⁴, viria a assumir o cargo de seu pai, tornando-se no 4.º capitão donatário de São Miguel. A Duquesa, que negociou com Rui Gonçalves da Câmara o matrimónio de D. Inês da Silveira, por escritura lavrada em Estremoz, a 26 de julho de 1483³⁵, sentando a sua donzela na capitania, ao mesmo tempo que velava pelo seu futuro, fortalecia, no Atlântico, os laços de solidariedade, tão caros ao Ducado.

Da leitura do referido diploma, que acordando o seu matrimónio levaria D. Inês da Silveira a partir para os Açores, fica-me a percepção de que o texto foi minuciosamente urdido pela Infanta, tendo o cuidado de não deixar quaisquer pontas soltas, evitando o aparecimento de eventuais surpresas. De facto, o contrato que mandou lavrar estava desde logo selado por uma cláusula essencial: a nomeação do noivo pelo pai, com vista à sucessão na capitania, aliada à exigência da legitimação de João Gonçalves da Câmara, condição jurídica indispensável para poder assumir a capitania. Rui Gonçalves da Câmara declarou então que era de facto esse o filho escolhido para continuar a sua linhagem no governo de São Miguel (... *que esta nomeaçam que assy fazia ao dito Joham Roiz avia por exerudados todollos outros seus filhos bastardos e prometia de nunca nomear nenhum dellos pera aver de empedir nem contradizer esta nomeaçam ...*). Deste modo, a sucessão na capitania apenas poderia ser revertida no caso de a natureza vir a surpreender Rui

³² Para além de João Rodrigues da Câmara, seu sucessor na capitania, são conhecidos os seguintes bastardos, que igualmente legitimou: Antão Rodrigues da Câmara, filho de Maria Rodrigues; Brites Rodrigues da Câmara, filha de Brites Gonçalves e Pedro Rodrigues da Câmara, filho de Isabel Álvares. AN/TT, *Leitura Nova. Legitimações*, liv. 2, fl. 198-198v, 203-203v.

³³ AN/TT, *Leitura Nova. Ilhas*, fl. 17v; 26-26v. Confirmação de D. Manuel I em Évora, a 6 de maio de 1496. IDEM, *ibidem*, fl. 522v.

³⁴ Inserta em confirmação de D. Manuel, dada em Setúbal, a 4 de junho do mesmo ano. IDEM, *Leitura Nova, Legitimações*, liv. 2, fl. 203v.

³⁵ AN/TT, *Leitura Nova. Livro Ilhas*, fl. 52v-55. O duque D. Diogo confirmaria o contrato em carta firmada no mesmo local e data.

Gonçalves da Câmara: ou com o prematuro falecimento do referido seu filho João e de um eventual filho deste, e nesse caso poderia nomear um dos outros bastardos, ou ainda com o nascimento de um filho legítimo. Se bem que esta última eventualidade não parecesse então muito credível, também não se poderia descartar, e um tal acontecimento anularia, naturalmente, as disposições anteriores, quanto à sucessão. Então, se o casamento entre João Gonçalves da Câmara e D. Inês da Silveira se houvesse já realizado, o capitão obrigaria-se a doar ao filho 800 000 reais brancos, no caso deste não lhe puder suceder, quantia que, segundo declarava, correspondia ao valor porque tinha adquirido a capitania a João Soares de Albergaria. Por outro lado, e ainda pensando em futuros filhos legítimos, se os houvesse ao tempo do seu falecimento, e considerando que seriam de menor idade, declarava que o governo da capitania seria, provisoriamente, da responsabilidade deste seu filho, João Rodrigues da Câmara, situação que se poderia tornar definitiva no caso do presumível legítimo herdeiro falecer. Posto isto, e considerando que, mesmo no caso de seu filho João aceder à capitania, isso só ocorreria após o seu falecimento, o capitão doava ao novo casal, a partir de janeiro de 1484, 40 000 reais brancos anuais, destinados a custear as despesas da manutenção da sua casa, quantia assegurada pelos seus bens, em particular pelos rendimentos de uma quintã, que possuía no Funchal.

Por sua vez, o noivo concederia a D. Inês, a título de arras, 2 000 coroas, de preço de 120 reais a coroa, falecendo ele primeiro que ela, as quais seriam devidas a sua esposa, mesmo se o casal não houvesse tido filhos. A noiva teria igualmente direito a receber todo o seu dote, mencionando-se a parte correspondente à doação da duquesa D. Brites, no montante de 2 000 coroas. Além do dote e arras, após a celebração do matrimónio, por palavras de presente, e a sua consumação, D. Inês teria direito a metade de todos os bens existentes na casa, independentemente do modo como haviam sido obtidos, fosse por aquisição feita por ambos os cônjuges, ou por outra qualquer forma. Ainda no caso de João Gonçalves da Câmara falecer primeiro que D. Inês, reverteriam para sua mulher todas as suas joias de ouro e de prata, cordões, anéis, pedras preciosas, bem como os seus fatos e toda a roupa e ornamentos de casa, (*... as quaaes cousas todas e cada humma dellas dixे o dito Joham Roiz que lhe daua liuremente e leixaua e nom queria que seus herdeiros com ella partisem nem podesem partir mas que todo liuremente ficasse a ella dita sua molher alem das cousas sobreditas ...*)³⁶.

Ao apresentar o documento, referi que no texto se sentia a mão da Duquesa. Mas não era necessário deter-me a congeminar e a interpretar eventuais códigos. A escritura responde com toda a clareza: (*...os quaaes apomtamentos e comdições todas juntamente e cada humma per sy foram vistas e emjaminadas per a dita Senhora Infante e per o dito Ruy Gomçalluez capitam e per o dito Joham Roiz seu filho e semdo a dita Senhora comçertada com elles e assy elles com sua Senhoria ho outorgaram e comsetiram e ouueram por firme e valioosso e prometeram de comprir assy em todo como aquy he contheudo e mandou a dita Senhora com acordo e prazimento dos sobre ditos que se espresse todo e se asemtasse aquy pera sua Senhoria e os sobreditos pay e filho o asinarem e depois ser mostrado ao dito Senhor duque e o veer e outorgar e confirmar em*

³⁶ AN/TT, *Leitura Nova. Ilhas*, fl. 54-54v

todas aquellas cousas e partes que a sua Senhoria principallmente pertemçerem e assy per as outras e todas se fazerem com seu prazer...).

A Duquesa tudo dispunha, e consoante as circunstâncias, poderia mesmo repensar as suas determinações. Assim, e considerando o direito inerente à legitimidade, reescreve : (...) *e depois disto assy asemtado por declaraçam de humma duuida que sobreveo dixee a dita Senhora Infante e o dito Joham Roiz que posto que em cima em huum capitollo apomte que ficado filho lídimo em idade que nom possa rreger que lhe aja de ser dado carreguo e gouernaçam da dita ylha e que por ello aja d'aver as remdas da capitania e prooes della cetera que ham por bem e declaram que em tall casso aja ssoomente o dito Joham Roiz a metade da dita remda o tempo que a dita capitania reger e guovernar e que a outra metade aja o dito filho lídimo pera sua manutenção...)*³⁷.

Voltemo-nos agora para a Ilha de Santa Maria, para recuperar o que acima se disse relativamente a João Soares de Albergaria, a quem D. Brites, dirigiu carta, nos moldes anteriormente referidos, datada de Évora, a 12 de maio de 1474. A Duquesa conferiu, ou, na prática confirmou-lhe a capitania, mas não deixando de lhe recomendar que observasse a forma como João Rodrigues da Câmara geria a Ilha da Madeira: (... *eu dou carego a João Soares cavaleiro de sua casa [do duque D. Diogo] na Ilha de Santa Maria que elle seja capitão em ella asy e pella guisa que ho hé em a sua Ilha da Madeira João Gonçallvez...)*³⁸), afirmando também que mandara elaborar foral respeitante à referida Ilha, ou seja, determinava com precisão os direitos e deveres a observar. Uma vez mais se revela a presença constante da Duquesa na administração, no caso concreto, orientando e indicando mesmo um modelo.

À Ilha de São Jorge foi igualmente atribuído um capitão, na pessoa de João Vaz Corte Real, o mesmo que já detinha a capitania da Ilha Terceira, da parte de Angra. Pese embora a carta de doação, emitida em Moura, a 4 de maio de 1483³⁹, se apresente com a assinatura do duque D. Diogo, continuo a vislumbrar a mão de D. Brites, nomeadamente porque na referida data se encontrava em Moura, no contexto das Tercerias, como se disse. Não creio, como anteriormente afirmei, que o jovem duque se preocupasse com a administração do património, enredado que estava em movimentos conspiratórios, tendentes a reverter a ordem política a seu favor. A menos que pretendesse aliciar João Vaz Corte Real para a sua causa!

Também a Ilha do Faial foi objecto do olhar da Duquesa, cuja capitania, recordemos, fora doada pelo infante D. Fernando ao flamengo Jos de Utra, e a seus descendentes, com as mesmas prerrogativas dadas aos capitães das restantes ilhas⁴⁰. Pelo teor do

³⁷ IDEM, *Ibidem*, 54v

Em 1510, D. Inês já então viúva, embarcou para Lisboa, acompanhada de quatro filhos, mas a nau que os transportava naufragou, tendo todos morrido. Da sua descendência restou Rui Gonçalves da Câmara, que herdaria a capitania, e um outro filho, monge no Mosteiro de Alcobaça. AN/TT, *Leitura Nova. Ilhas*, fl. 133v; IDEM, *Leitura Nova. Místicos*, liv. 6, fl. 14

³⁸ IDEM, *Leitura Nova. Ilhas*, fl. 1-1v; *Livro primeiro de Registo da Provedoria das Ilhas de S. Miguel e Santa Maria*, fl. 8-9

³⁹ Confirmada pelo duque D. Manuel em Santarém a 5 de abril de 1488. AN/TT, *Livro terceiro das confirmações gerais*, fl. 172.

⁴⁰ MARQUES, João Martins da Silva, op. cit., vol. 3, doc. 54, p. 76-77.

alvará, datado de março de 1481⁴¹, dirigido ao referido capitão, verifica-se que D. Brites não punha em causa a posse da capitania, reconhecendo mesmo que a administração da Ilha decorria de feição, pelo que lhe propõe que se responsabilizasse igualmente pela ilha sobranceira ao Faial, o Pico, até que Álvaro de Ornelas, cavaleiro da Casa Real, morador na Ilha da Madeira, a quem havia dado um prazo de alguns meses, ou seja, até setembro, se decidisse a deslocar-se para lá, ou a enviar moradores, com vista ao seu povoamento. Não obstante a distância, com que o mar a separava, D. Brites não perdia de vista o conjunto do arquipélago. Sempre focada na sua valorização, não admitia que as terras ficassem abandonadas ou desaproveitadas. Em novo alvará, datado igualmente de Moura, a 29 de dezembro do ano seguinte, constatando que Álvaro de Ornelas não havia correspondido à sua resolução, quanto ao povoamento do Pico, no prazo que lhe fora definido, situação que se configurava como de desinteresse, a Duquesa, de acordo com o anteriormente planeado, entregou a capitania a Jos Dutra. É interessante ainda atentar no texto do primeiro alvará, que atrás referi, em que D. Brites precisa o seu despacho expondo uma calendarização de acções, em alternativa: se se desse o caso que o capitão não quisesse ou não pudesse povoar, deveria promover a distribuição de pastagens a usufruir pelos moradores do Faial, que ali poderiam colocar os seus gados, sem prejuízo de, em qualquer momento, a ilha poder ser doada, a quem se dispusesse a fomentar o seu povoamento e o conseqüente aproveitamento dos recursos aí existentes. Quando tal ocorresse, os animais pertencentes aos moradores da ilha vizinha do Faial, deveriam ser retirados⁴².

Tanto quanto os documentos localizados nos revelam, Álvaro de Ornelas, retido na Ilha da Madeira, nem se interessou pela Ilha do Pico, nem tampouco pela de São Jorge, motivo que levou a Duquesa a convocar João Vaz Corte Real para também ele se encarregar de dinamizar o povoamento da Ilha. Estamos, de novo, perante uma afirmação que não posso comprovar em absoluto, mas que assumo como muito provável, ou seja, a carta que documenta a entrega da capitania a João Vaz, firmada pelo duque D. Diogo, regista o local onde foi redigida, em Moura, e o dia 4 de maio de 1483⁴³. Donde, terá sido também da iniciativa da Duquesa. Constata-se que o clausulado, quer no que se refere à faculdade de exercer a justiça, quer às demais delegações e orientações, se mostra muito semelhante ao das cartas anteriormente dadas, como seria, aliás, expectável⁴⁴.

Na Ilha Graciosa foi 2º capitão donatário Pero Correia da Cunha, fidalgo da casa do rei D. Afonso V, que se teria fixado na Ilha por volta de 1475⁴⁵. Casado com uma filha de Bartolomeu Perestrelo, Izeu Perestrelo de Mendonça, Pero Correia, vindo do arquipélago da Madeira, transportava consigo conhecimentos que lhe seriam preciosos. Não temos notícia de acção directa de D. Brites na Graciosa, mas admito que considerasse que o capitão se encontrava já suficientemente habilitado para o exercício do cargo,

⁴¹ O alvará não refere o local onde foi redigido, mas foi com toda a certeza firmado em Moura, porquanto nesta data aí se encontrava a Duquesa.

⁴² ARRUDA, Manuel Monteiro Velho, op. cit., p. 154-155.

⁴³ *Arquivo dos Açores*, vol. 3, Ponta Delgada, 1881, p. 13-15.

⁴⁴ AN/TT, *Confirmações gerais*, liv. 3, fl. 172.

⁴⁵ CHAGAS, Frei Diogo das, op. cit., p. 455. FRUTUOSO, Gaspar, in op. cit., liv. 2, p. 65-6, tem outra opinião. Segundo o autor, já em 1458, Pero Correia se intitulava capitão da Graciosa.

tendo nomeadamente observado a administração do sogro, 1º capitão donatário de Porto Santo. Provavelmente estaria tranquila, em consonância com o relato de Frei Diogo das Chagas que refere que, embora a Ilha se encontrasse povoada desde 1474, fora a chegada de Pero Correia que lhe dera maior impulso.

Ora bem, a documentação que chegou até nós, conforme já foi notado por diversos autores, demonstra não só o interesse da Duquesa pelas ilhas deste seu arquipélago, mas revela também a metodologia e os procedimentos utilizados na sua governação. Conquanto privilegie gente da sua Casa, D. Brites não se limita a fazer meras nomeações, com vista a satisfazer áulicos e, simultaneamente, granjear clientelas e solidariedades, cobráveis em qualquer altura. As cartas que emitiu, constituindo documentos probatórios, comprometiam os dirigentes nomeados para as capitánias, incentivando-os ao povoamento dos Açores e à conseqüente valorização do território. Política acertada que deu novo impulso aos objectivos. Essa é igualmente a opinião do historiador açoriano Avelino de Freitas de Meneses, a quem também cumprimos, que justifica a situação em que as ilhas se encontravam anteriormente ao aparecimento desta nova governante, por o infante D. Fernando se haver demasiadamente concentrado na gestão da Ilha da Madeira, não lhe restando espaço para prestar a atenção que os Açores careciam, e diga-se, mereciam. Onde, na opinião do autor, o arquipélago mantinha-se até ao momento numa relativa inação, com todos os prejuízos daí decorrentes. Com a entrada em cena da Duquesa, operou-se uma verdadeira revolução, cujos frutos cedo se fizeram sentir.

Tenhamos presente o caso da Ilha Terceira, cuja divisão em duas capitánias veio demonstrar a visão de D. Brites que, enquanto solucionava uma contenda, fomentava, em simultâneo, uma gestão mais eficaz, incentivando os respetivos capitães que, querendo honrar os seus pergaminhos, seriam levados a tomar as medidas adequadas, com vista à fixação de populações, o que carrearia o desenvolvimento económico, bem como a maior facilidade de organização da defesa, contra eventuais ataques, nomeadamente de corsários. Era, afinal, também uma forma de espicaçar a emulação, de entre os capitães, sob pena de uma parte do arquipélago tomar a supremacia.

Consideremos, também, por exemplo, a Ilha de São Miguel, onde Rui Gonçalves da Câmara pôs em prática o modelo de desenvolvimento, que trouxera da Ilha da Madeira, e que já havia dado provas de sucesso⁴⁶. O desbravamento sistemático, que fez empreender⁴⁷, conduziu à prossecução de um dos objectivos essenciais, ou seja, estimular o desejo das pessoas em quererem vir habitar a Ilha, onde, graças ainda às medidas adoptadas pelo capitão, teriam um pedaço de território para explorar.

Por outro lado, ao cotejarmos as cartas de mercê emitidas por D. Brites, referentes a capitánias, verificamos a quase sobreposição dos textos, manifestando a preocupação da Duquesa em uniformizar a administração. Esta atitude de gestora, patente no caso dos Açores, foi rapidamente também constatada, como novidade, pelos historiadores açoria-

⁴⁶ MENESES, Avelino de Freitas de, "Povoamento e administração", in *Oceanos*, 1, Junho de 1989, p. 62.

⁴⁷ Refere o padre António Cordeiro que o capitão era tão solícito que ele próprio supervisionava os trabalhos que decorriam na Ilha. CORDEIRO, António, *História Insulana das Ilhas a Portugal sujeitas no Oceano Occidental*. Lisboa, 1717, p. 171

nos, como Manuel Monteiro Velho Arruda, que classifica as primeiras cartas de doação referentes às capitânias de São Miguel e de Santa Maria, de documentos legislativos muito rudimentares. Também o franciscano Frei Diogo das Chagas viria confirmar esta afirmação ao lamentar-se de que, malgrado todos os esforços despendidos, não conseguira descortinar qualquer carta passada pelo infante D. Henrique, nem pelo infante D. Fernando a João Soares de Albergaria, admitindo que se trataria meramente de doações orais. *Todas passou a Senhora Dona Britis*, conclui⁴⁸. E “todas passou” a Senhora Dona Brites, num tempo que decorreu entre 1470 a 1483, e em que a sua intervenção se fez notar nos mais variados cenários.

Ora, refletindo sobre o facto da chancelaria da Infanta D. Brites não ter sido ainda localizada, (nem sequer o próprio testamento, que sei ter existido), estou convicta que se não esgota nestes breves apontamentos o olhar que a infanta D. Brites dedicou às suas ilhas, sitas no além Atlântico. Mar onde nunca se aventurou, mas de que conhecia as potencialidades das terras que aí emergiam. Da fertilidade dos solos, do esforço dos seus habitantes, da gestão bem realizada, falavam os frutos recolhidos, nomeadamente através dos mercadores que aí acorriam, colocando a resultante nos mercados nacionais, europeus e africanos. Os consequentes rendimentos, que naturalmente interessavam à Casa ducal, e igualmente engrossavam os cabedais dos capitães donatários, importavam igualmente à Coroa, que, satisfazendo populações, se afirmava e prestigiava.

À fina percepção política, de que a Duquesa era dotada, não lhe escaparia que nos Açores se encontrava ainda um verdadeiro tesouro, consubstanciado em si, ou seja, na sua localização. Na esteira de Artur Teodoro de Matos, para citar ainda um outro historiador açoriano, a quem igualmente cumprimento, o arquipélago assumia-se como plataforma, onde convergiam as rotas comerciais. Naus e caravelas acostavam aos seus excelentes ancoradouros, para fazer aguada. Aí se viam as naus que, retornando da costa da Guiné, traziam para a Europa a malagueta, a pimenta, o fulgente ouro da Mina e uma outra “mercadoria”, igualmente muito apreciada, escravos, cujo comércio se manteve ao longo dos séculos.

Todo este circuito interessava à Casa de Beja, e particularmente à Duquesa, a quem, por exemplo, seu filho, o duque D. Manuel, por carta dada em Setúbal a 10 de setembro de 1484, concedeu um padrão de 1 milhão e 200 mil reais brancos, pagáveis anualmente na vintena da Guiné, imposto sobre os direitos de resgate de escravos, de ouro, de pescarias e de outros proveitos extraídos da região⁴⁹.

Já idosa, D. Brites faleceu em 1506, com cerca de 77 anos, a crer numa inscrição gravada na campa, existente no Mosteiro de Santa Maria da Conceição de Beja, haveria de ter rejubilado ao saber que nos portos das ilhas, que com tanta dedicação gerira, aportavam as pesadas naus da carreira da Índia, que do longínquo Oriente, traziam, entre outras mercadorias exóticas, as especiarias, as sedas lavradas e as finas porcelana.

Ora, anteriormente ao desaparecimento do marido, não temos, não tenho, qualquer notícia do quotidiano de D. Brites, presumindo que, naturalmente se limitaria aos labo-

⁴⁸ CHAGAS, Frei Diogo das, op.cit., p. 129

⁴⁹ AN/TT, *Leitura Nova. Místicos*, liv. 1, fl. 51-52

res do espaço doméstico, definidos para as boas esposas: o cuidado da casa e dos filhos. Permaneciam, assim, ocultas as suas aptidões e capacidades que, nesta conjuntura, não perdendo tempo a embiocar-se no burel do luto e a carpir mágoas, de imediato fez valer, assumindo inteiramente a complexidade da casa senhorial, fosse na administração e gestão, fosse na condução de uma corte, que já se antevia mesmo como alternativa à própria Casa Real.

A Duquesa foi uma Mulher que ousou trilhar múltiplos caminhos e ocupar espaços que, em regra, privilegiavam o elemento masculino.

Estou a pensar no governo da Ordem de Cristo, de cuja intervenção selecionei um momento: a carta escrita em Tomar, na sede da Ordem, datada dos primeiros dias de janeiro de 1472, dirigida à Ilha da Madeira, opondo-se firmemente, à pretensão do Bispo de Tânger, que pretendia anexar a Ilha à sua diocese e aí fixar a sua residência⁵⁰.

Estou a pensar naquele agosto de 1476, quando se deslocou à cidade do Porto, para integrar o conselho de Grandes, solicitado pelo rei D. Afonso V, que pretendia auscultar os seus áulicos, antes de empreender a viagem que o levaria a França, com o fim de granjear o apoio de Luís XI, no acarinhado projeto de união ibérica, um castelo de cartas, que o desastre do recontro de Toro havia desmoronado. *Par inter pares* a Duquesa foi a única mulher presente na magna reunião⁵¹.

Estou a pensar no momento em que cruzou a fronteira, para se encontrar, em Alcântara, com outra mulher, a também poderosa e sagaz, Isabel a *Católica*, sua sobrinha, cumprindo uma missão da mais elevada importância: negociar a paz com Castela, pondo termo às investidas que, mesmo após o desaire de Toro, continuavam a talar campos de cultivo e a ceifar vidas.

Estou também a pensar no período que decorreu de agosto de 1480 a maio de 1483, tempo em que, na sequência do Tratado de Alcáçovas-Toledo, e cumprindo as cláusulas do Tratado das Terçarias, a Duquesa assumiu, em Moura, a custódia de dois jovens: o infante D. Afonso (1475-1491), filho do ainda príncipe D. João, futuro D. João II (1455-1495), e a princesa D. Isabel de Aragón (1470-1498), primogénita dos Reis Católicos, que garantiam o cumprimento do acordado entre os monarcas de ambos os Reinos. Uma vez mais se reconhecia que D. Brites era a pessoa que concitava a confiança das partes, a quem não se hesitou em entregar em suas mãos o próprio futuro, ou seja, mais do que uma criança, o infante D. Afonso era o herdeiro da coroa portuguesa e D. Isabel, posicionava-se como presuntiva herdeira da coroa castelhana, já que era a segunda pessoa na linha da sucessão.

Estou ainda a pensar, em tempos mais agrestes, também em plena década de 80, em que vemos a Duquesa terçar armas contra D. João II, seu genro e sobrinho, envergando então as vestes de matriarca de uma família alargada, sem jamais soçobrar, mesmo perante a execução de seu genro, o duque D. Fernando de Bragança (1430-1483), em

⁵⁰ *Vereações da Câmara Municipal do Funchal. Século XV*, prefácio e notas de José Pereira da Costa. Funchal: Centro de Estudos de História do Atlântico, 1995, p. 36

⁵¹ GÓIS, Damião de, *Crónica do príncipe D. João*, edição crítica e anotada por Graça Almeida Rodrigues. Lisboa: Universidade Nova, 1977, cap. LXXXVIII, p. 183, cap. LXXXIX, p. 183; PINA, Rui de, *Chronica do Senhor Rei D. Afonso V*, in *Crónicas de Rui de Pina*, introdução e revisão de M. Lopes de Almeida, Coleção Tesouros da Literatura e da História. Porto: Lello & Irmão, 1977, cap. CXIII, p. 851

1483, na praça pública de Évora, e o assassinato de seu filho, o duque D. Diogo, ocorrido em Setúbal em 1484. Afinando sagazmente os pontos de uma teia que vinha tecendo, e ajustando-se à morte accidental do jovem príncipe D. Afonso, seu neto, na ribeira de Santarém, haveria de afastar definitivamente o bastardo D. Jorge de Lencastre (1481-1550), dos degraus do trono, fazendo ascender o último dos filhos que gerara, o duque D. Manuel (1469-1521).

É tempo de terminar e gostaria de o fazer com a proposta de um retrato de D. Brites. Dela se conhecem apenas duas possíveis representações, já que nenhuma foi realizada durante a sua vida: um óleo sobre tela, datado de 1678, exposto no Mosteiro de Santa Maria da Conceição de Beja, sua fundação, hoje Museu Regional de Beja,



e outro, uma gravura aguarelada a sépia, inserta no manuscrito de Vasco Freire, que o autor intitulou *Das Antiquidades de Beja*⁵², igualmente datando do século XVII.

⁵² BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL, Reservados, cod. 885, fl. 100



Ambos a apresentam de forma serena, hierática, com o objectivo preciso de que se reconheça uma mulher piedosa e de consciência tranquila. Ora, em meu entender, estes retratos pouco nos dão a conhecer sobre a complexa mundividência da Duquesa. Faltou-lhe, faltou-nos, o pincel de um artista que nos pudesse devolver uma outra figura. Ouso, então, com vossa licença, propor uma imagem um tanto diferente das conhecidas, em que a Duquesa, tendo por cenário uma tapeçaria de Arras, representando cenas alusivas ao velho regime senhorial, surgiria ao centro, no conforto da sua Casa, como uma grande dama do Renascimento, ciosa dos seus privilégios e ornada com os apanágios do seu estatuto, lendo e analisando as novas que lhe chegavam dos seus vastos domínios, mas atenta ao horizonte. Horizonte onde morava o grande mar oceano, que o balcão do seu palácio, assente na planície, lhe permitia vislumbrar.

E estou em crer que esse Atlântico, assim tão perto e tão familiar, confirmaria à Duquesa tudo quanto ela antevira:

Contar-lhe-ia que a localização e condição geográfica das suas ilhas se tinham revelado imprescindíveis para se haverem concretizado, com êxito, os planos da Expansão, sonhados e delineados pelos Príncipes da Casa de Avis;

contar-lhe-ia que à sua Ilha Terceira de Jesus Cristo iriam aportar os galeões do Império, vindos das Américas, recheados de prata, com destino à velha Andaluzia;

contar-lhe-ia que a sua Angra implodira: não era mais uma pequena e remota povoação, mas a cidade onde se entrecruzavam todas as culturas;

e dir-lhe-ia ainda, que atravessando os séculos, este seu arquipélago se iria manter como um polo de atração, e que a então longínqua nova ordem internacional haveria de continuar a considerar os Açores como da maior importância geoestratégica.

Angra do Heroísmo, 29 de março de 2017

OS SÍNODOS DA PENÍNSULA IBÉRICA NO SÉCULO XVI

As Reformas do Clero nas Constituições Sinodais*

*Adriano Manuel Torres Borges***

INTRODUÇÃO

No mundo católico e cristão, em termos mais abrangentes, a questão das Reformas que modificaram para sempre a Europa e o mundo no século XVI, têm sido, ao longo destes praticamente cinco séculos, motivo de muitas investigações e de interpretações que, para bem da verdade, foi muitas vezes parcial e balanceada por paixões de proselitismo e ou de ataque à facção contrária. Limitações estas que têm sido, a pouco e pouco, superadas pela moderna historiografia.

Tendo isto em conta, escolhemos como pano de fundo para a presente investigação as reformas promulgadas pelos Sínodos da Península Ibérica no século XVI, acentuando as diferenças e semelhanças antes e depois do Concílio de Trento, limitando este tratamento ao campo das tentativas reformadoras para o clero daquela época e, finalmente, apresentando o caso concreto das Constituições Sinodais da Diocese de Angra de 1559.

Para o bom curso da investigação, tivemos de nos deter nas fontes que nos pudessem orientar o melhor possível. Daí que, para além das Constituições do Sínodo já mencionado, socorremo-nos de outras que foram impressas e que se encontram publicadas, correspondentes à Península Ibérica e de alguns territórios de domínio desta, nomeadamente dos Arquipélagos da Madeira e das Canárias.

O confronto das fontes, permite-nos ir beber às origens aquilo que foram as orientações para a Igreja peninsular daquele século, e desta forma também poderemos perceber

* Tese de Licenciatura em História da Igreja apresentada na Faculdade de História da Igreja e Bens Culturais da Pontifícia Universidade Gregoriana, Roma, sendo Orientador o Prof. Silvano Giordano.

** Licenciado em História da Igreja. Cónego da Sé de Angra. Sócio correspondente do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

como era a vivência do clero, sobretudo das suas dificuldades reais em viverem alguns aspectos que o seu estado obrigava. Devemos ressaltar que as Constituições são sempre uma forma negativa de apresentar as legislações, isto é, referem-se a situações anómalas e abusivas e não referem o que porventura seria o seu oposto, nomeadamente as muitas outras situações de honestidade, de sapiência e atrevo-me a dizer até de santidade que se encontraria entre o clero daquele tempo. Mas isto não exclui, como referem as Constituições, que uma grande parte, senão a maioria, estaria num estado degradante e com necessidade urgente de reformas.

A par das fontes, existem já preciosos estudos, que nos auxiliaram no decorrer da investigação e que abrem muitas perspectivas para a compreensão da temática exposta. Mais além disto, pensamos, que ainda muito se poderá fazer, nomeadamente um confronto entre as Constituições, as visitas pastorais realizadas às paróquias e os relatórios das visitas *ad Sacra Limina*. Postas em confronto, poderemos chegar a uma análise mais perto da realidade histórica, contando também com as limitações próprias de cada uma destas fontes.

Uma nota importante é o facto de não ser hoje possível, para o investigador, o acesso a uma fonte que seria de grande valor, que é o caso das actas. Sobre cada Sínodo eram realizadas actas e que, infelizmente, a maior parte se perdeu no tempo. Porventura ainda é possível encontrar algumas, sendo as mais antigas de Portugal, as do Sínodo de Évora de 1534. Dão-nos uma perspectiva de como era o andamento do Sínodo e de como se chegavam às Constituições que tinham força de lei diocesana. Quanto ao caso a apresentar, o Sínodo dos Açores, infelizmente não existem as actas correspondentes àquele acontecimento único na história daquela diocese.

Este confronto das fontes orientou a metodologia utilizada. Ou seja, os encontros e desencontros das temáticas constantes nas constituições; as diferenças entre os dois grandes espaços da Península Ibérica, a saber, Portugal e a Espanha; as variantes e especificidades encontradas nalgumas dioceses; e, sobretudo, as diferenças e novidades aportadas pelo Concílio de Trento às Dioceses, acentuando o antes e o depois daquela reunião conciliar: Houve ou não mudança? Se as houve, de que tipo foram? Quem foram os protagonistas? Em que medida os Sínodos foram importantes no movimento da Reforma? A situação das várias dioceses era muito diferente?

Estas são as perguntas mais pertinentes a que este trabalho pretende ajudar a resolver. Sem a pretensão de ser uma resolução definitiva e fechada, mas um contributo para uma visão mais alargada da história da Igreja, das problemáticas e contornos que a envolveram.

Para seguir uma linha de pensamento e de investigação com lógica interna, seguimos um esquema que nos pareceu o mais adaptado: no primeiro capítulo partimos da Igreja em geral, mais especificamente, das constantes tentativas de reforma que acompanharam o século XVI, nomeadamente, seguindo aquele que foi o esforço dos Papas, auxiliados ou não pelos Cardeais e pela Cúria romana. Neste sentido, pondo em realce não só as tentativas, mas também os avanços e recuos que marcaram os pontificados daquele século que trouxeram uma mudança radical ao rosto da cristandade.

O segundo capítulo, passamos do mais geral para o particular, ou seja, a análise, sempre no campo das reformas, dos Sínodos diocesanos da Península, destacando a aproximação com as normas universais vindas de Roma e dos Concílios, quer os gerais, quer os regionais, e ressaltando as medidas proporcionadas por alguns Bispos a nível local, mas que serviram, num tempo posterior, de grande contributo para toda a Igreja. A estes podemos designar como homens fora do seu tempo, porque foram capazes de fazer uma leitura de longo alcance para a Igreja universal e que tantas vezes foi retardada e posta em segundo plano.

Para exemplificar tudo isto, detivemo-nos no terceiro capítulo na análise de um caso particular – as Constituições da Diocese de Angra – mais especificamente na situação da clerezia e das medidas que foram necessárias tomar nas ilhas do Arquipélago dos Açores.

CAPITULO I

AS REFORMAS DO SÉCULO XVI

1. Tentativas de Reformas antes e depois do Concílio de Trento

De modo muito geral e breve, faremos neste primeiro capítulo uma abordagem à situação religiosa na Europa nos séculos XV e XVI, pondo ênfase às principais reformas, que devido à complexidade do termo reforma e às suas várias acessões, limitaremos, neste estudo, somente o que concerne às tentativas de Reforma da Igreja numa visão *ad intra* e que foram acontecendo pelas mais variadas circunstâncias, mas sobretudo fruto da necessidade. A grande *vontade* consistia em reformar o clero secular (e também o regular, mas que não será tratado neste estudo) a começar pela Cúria romana, em especial o Colégio Cardinalício e a partir destes, os fiéis em geral.

Em primeiro lugar, devemos esclarecer o próprio conceito de reforma, que à partida apresenta uma diversidade de concepções, conforme à situação a que se refere. Assim, temos a Reforma Protestante, entendido como movimento religioso iniciado no século XVI por Martinho Lutero, que *protestou* contra diversos pontos da doutrina da Igreja Católica; por Reforma Católica designamos, seguindo Jedin, “*as tentativas de renovação que se deram na Igreja do século XV ao século XVI*”¹, sem querermos omitir a importância e influência que teve o movimento protestante no desenvolvimento desta movimentação no seio da Igreja. Precisamente por isso, a maioria dos autores preferem referir-se a reformas, em vez de usar este termo só no singular.

Não nos podemos alargar muito no tempo, porque nem é isto que visará este trabalho, se bem que as reformas na Igreja foram ao longo da história quase uma constante preocupação. Como referido, limitaremos os séculos XV e XVI, começando a partir dos concílios reformadores e das evoluções das propostas de reformas, mais ou menos acentuadas.

Se a primeira preocupação da reforma seria o todo da Igreja, não restam dúvidas que se devia começar pelo Colégio dos Cardeais. Segundo Jedin², as reformas dos cardeais

¹ *Storia della Chiesa*, dir. Hubert Jedin, Vol. VI. Milano 2001. pp. 513 – 514. Não usaremos o termo contra reforma, por ser demasiado limitativo no tempo, por se referir simplesmente à sucessão de acontecimentos depois da crise protestante. Mas o nosso objectivo principal é o de relatar as tentativas de reforma, mesmo antes do aparecimento do protestantismo.

² JEDIN, H., *Chiesa della fede, Chiesa della storia*. Brescia 1972.

recaíam em três campos: a composição pessoal do Colégio; a sua entrada neste mesmo Colégio; e a sua posição na hierarquia eclesiástica, em relação ao Papa e em relação aos Bispos. Em todos estes três campos, as propostas de reforma partiam de condições históricas muito concretas³.

O Concílio de Constança⁴ decreta que os Cardeais sejam homens doutos, não muito jovens, julgados aptos pela sua origem e conduta de vida; que tivessem no mínimo 30 anos, e que entre todo o Colégio houvesse quatro doutores em teologia; que não fossem parentes uns dos outros, nem dois da mesma Ordem. Muitos seriam bastante jovens, incultos, pouco pios e incapazes de prestarem o serviço de bons conselheiros do Papa. Pede também o Concílio que os Cardeais fossem de vários países, para que o papado não se tornasse uma questão hereditária de uma nação. Foi aprovado o decreto *Frequens*, no qual se estabelece a convocação frequente de outros concílios, como instrumento necessário na obra de reforma da Igreja.

Entre os Concílios de Constança e o de Basileia⁵, houve algumas boas vontades em fazer reformas, da parte dos Papas e dos próprios Cardeais. Mas na realidade, nunca aconteceram mudanças substanciais, nem as que foram, as poderemos entender como efectivas, apesar de se insistir nas mesmas teclas referentes ao modo de vida, à cura dos títulos e às comendas.

Martinho V⁶ (1417 - 1431), quando sobe ao trono pontifício, deve enfrentar diversas questões, entre elas a “perspectiva de reforma eclesial”⁷. Nomeia uma Comissão de três Cardeais, para que elaborassem propostas de reforma. Apesar de nunca terem tido força de lei, o Papa emanou uma Bula em 1425 sem grandes novidades e escusando-se referir a questão mais delicada e que gerava maiores polémicas, que era a questão das rendas. Apesar disto, a sua actuação como Papa fica marcada não só pelo tão desejado regresso de Avinhão para Roma, mas também pela reforma que opera na Cúria romana, seguindo as directrizes do Concílio de Constança, onde se afirmava que “a reforma da Igreja significava também a reforma da Cúria”⁸.

Em Basileia tomaram-se algumas decisões bastante profundas e com orientações de uma linha bem precisa, mas que não foram avante devido ao seu teor e força de lei, que daria bastante mais poder ao Colégio Cardinalício, limitando, em alguns aspectos, o poder do Papa.

Nicolau V (1447 – 1455), quando proclamou o Jubileu de 1450, tinha como projecto um convite à reforma geral, à penitência e à conversão. O Jubileu funcionaria como

³ ROSSI, Cardinale Angelo, *Il Collegio cardinalizio*, Vaticano 1990.

⁴ Teve lugar entre 1414 e 1418 em Constança (Cf. *Conciliorum Oecumenicorum Decreta*, a cura di Giuseppe Alberigo. Bologna 2002 (2). pp. 403 - 452). O principal objectivo foi acabar com o cisma papal que tinha resultado do Papado de Avinhão. In *Dizionario dell'età delle Riforme (1492-1622)* à cura di CAVALLOTTO, Stefano e di MEZZADRI, Luigi. Roma 2006, p. 154.

⁵ Iniciou-se em Basileia, Suíça, e decorreu entre 1431 e 1445. Demorou treze anos para que se fizesse este novo Concílio, apesar do decreto *Frequens* de Constança afirmar que deveria ser feito a cada cinco anos de distância do fecho do último. *Ibidem*. pp. 151 - 153.

⁶ *Dizionario Storico Del Papato*, diretto da Pilippe Levillain. Milano 1996. pp. 929 - 932

⁷ *Enciclopedia dei Papi*. Vol. II. Roma 2000. p. 621.

⁸ *Ibidem*, p. 626.

um grandioso anúncio da renovação espiritual de toda a cristandade. A nova época que a Igreja iria entrar teria de ser caracterizada pela emenda dos costumes e pelo fervor religioso.⁹

Todavia, não se pode afirmar que as suas pretendidas reformas tivessem sido eficazes: de facto fizeram-se tentativas, mas as mais importantes não saíram da boa vontade do Papa, a começar pela própria Cúria Romana¹⁰. Mas o seu principal ponto de honra na reforma eclesiástica foi o extraordinário trabalho realizado pelo seu legado pontifício, não menos extraordinário, Nicolau de Cusa, na Alemanha, Boémia e países vizinhos: “conseguiu, em parte, a moralizar os costumes do clero, eliminando a simonia e o concubinato”¹¹. A questão do concubinato tinha sido repudiada por Nicolau numa Bula dirigida aos religiosos, na qual não só condena-o, mas que todos deviam abandonar a concubina dentro de nove dias, a contar da expedição da mesma.¹²

Sucede-lhe Calixto III¹³ (1455 – 1458), Borgia, cujos objectivos principais passaram pela paz e a concórdia entre os príncipes italianos e sobretudo a luta contra a sempre ameaçadora força dos turcos, enviando por toda a Europa os seus legados a pregarem o início de uma nova cruzada. Porém não teve êxito porque os principais príncipes europeus estavam demasiadamente preocupados com os seus problemas internos, para aderirem a esta ideia do Papa.¹⁴ Internamente foram, a bem dizer, quase nulas as suas reformas. Bem pelo contrário, privilegiou de sobremaneira os familiares, sendo por isso acusado de excessivo nepotismo.

Com Pio II¹⁵ (1458 – 1464), aparece numa situação internacional demasiado tensa, com vários focos de guerras por toda a Europa, contando sempre com a constante ameaça do perigo turco. Tentou resolver tudo diplomaticamente, mas não se coibiu de usar de nepotismo, nomeando o seu sobrinho, o cardeal Tedeschini Piccolomini, vigário de Roma e para o Estado da Igreja¹⁶. Esboçou algumas reformas contra a luxúria e a vida mundana de alguns cardeais. Com a ajuda de Nicolau de Cusa, que elabora uma proposta chamada *Reformatio generalis*, onde pretendia não reformas radicais, mas um regresso à forma primitiva de Igreja e contra o *cumulus beneficiorum*, Pio II escreve uma Bula intitulada *Pastor Aeternus*, mas que ficou só no papel porque nunca chegou a ser publicada.

Fazendo um balanço desta época, e seguindo Jedin¹⁷, as reformas flutuavam em três âmbitos: luta contra acumulação de prebendas; internacionalização do colégio cardinalício; e uma tendência a restringir ou a alargar a influência dos cardeais.

⁹ LLORCA, B.; VILLOSLADA, R. Garcia; MONTALBAN, F.J., *Historia de la Iglesia Católica*, Vol. III, Madrid 1987. pp. 342- 365.

¹⁰ Neste aspecto apareceu a extraordinária figura do Cardeal Domenico Capranica, com um notável projecto de Reforma, que sobre a cúria romana diz: “*omnis vitii et corruptionis plena est*”. (Cf. PASTOR, L., *Storia dei Papi dalla fine del médio evo*, Vol. I, Roma 1931. pp. 408-409).

¹¹ *Dizionario Storico Del Papato*. p. 1000; *Dizionario dell'età delle Riforme*, pp. 202 – 204.

¹² *Enciclopedia dei Papi*. Vol. II. p. 652.

¹³ *Dizionario Storico Del Papato*. pp. 215 – 216.

¹⁴ *Enciclopedia dei Papi*. Vol. II. p. 659.

¹⁵ *Ibidem*. pp. 1140 – 1142.

¹⁶ *Enciclopedia dei Papi*. Vol. II. pp.683.

¹⁷ Cf. JEDIN, *Chiesa della fede*, p. 165.

A internacionalização do Colégio dos Cardeais variou bastante conforme os períodos e os Papas. Entre os pontificados de Eugénio IV e Pio II todas as nações maiores estavam representadas no Colégio cardinalício; só no pontificado de Sisto IV é que os italianos tornam-se maioria, em segunda linha a espanhola e franceses, e um pequeno número, bastante esporádico, de outros países.

Ao chegar à cátedra pontifícia, Paulo II¹⁸ (1464 – 1471) tinha participado num pacto com todos os cardeais que continha um juramento em dezoito pontos para a reforma da Igreja. Mas, de forma absolutista, não seguiu nenhuma daquelas orientações, fazendo, pelo contrário, um outro documento com novas orientações, obrigando os Cardeais a assinar¹⁹. Assim perdeu-se, uma vez mais, outra excelente oportunidade de se fazerem reformas.

Num momento bastante difícil a nível social, aparece Sisto IV²⁰ (1471 – 1484) teólogo e político consumado, que não conhecia a simplicidade franciscana. Mas eram-lhe alheios todos estes problemas. Daí que confiou, e mal, a familiares a maior parte das questões governativas. No campo eclesiástico, privilegiou a sua Ordem e protegeu os mendicantes.

Inocêncio VIII²¹ (1484 – 1492) era um homem indeciso e sem carácter, foi toda a sua vida dominado pelo potente Cardeal Della Rovere, que supostamente manejou o conclave para a eleição de Inocêncio. Portanto, recaí sobre ele a suspeição de simonia. Podemos acrescentar que não só seria de carácter débil, mas a sua falta de saúde fazia com que constantemente se recolhesse, vítima de grandes febres, entregando assim o governo da Igreja ao Della Rovere²². A nível reformador, nada a registar a não ser a sua Bula contra a bruxaria e o problema dos hebreus convertidos em Espanha.

De Sisto IV a Alexandre VI, as reformas no Colégio Cardinalício situavam-se a nível da limitação do luxo nas suas vidas privadas e dos seus familiares, na limitação dos direitos corporativos do Colégio, a sua despolitização e a sempre constante preocupação da acumulação das prebendas²³.

Alexandre VI²⁴ (1492 – 1503), um verdadeiro senhor renascimental, possuidor de uma grande sensualidade e influenciado pelo amor aos filhos. O seu pontificado foi sempre marcado por diversas guerras e intrigas políticas; apesar disso, depois do homicídio do filho, Giovanni Borgia, que na noite de 14 para 15 de Junho de 1497, foi morto e o seu corpo atirado ao rio Tibre, provocou-lhe grande impressão, “*vendo nisso um castigo e admoestação divina*”²⁵. Por isso, durante algum tempo ainda pensou na necessidade de reformar a Igreja, a começar por si mesmo. Sentindo-se bastante comovido, nomeia uma Comissão de Cardeais com o objectivo de elaborarem um vasto projecto de reformas “*in capite et in membris*”. Bem auxiliado por grandes nomes como Carafa, Pallavicini,

¹⁸ Dizionario Storico Del Papato, pp. 1077 – 1079.

¹⁹ Enciclopedia dei Papi. Vol. II. pp. 688.

²⁰ Dizionario Storico Del Papato. pp. 799 – 801.

²¹ *Ibidem*. pp. 799 – 801.

²² Enciclopedia dei Papi. Vol. III. pp. 2 - 3.

²³ JEDIN, H., *Chiesa della fede*, p. 169.

²⁴ Dizionario Storico Del Papato, pp. 31 – 34.

²⁵ Enciclopedia dei Papi Vol. III, p. 17. Alude-se ao facto que poderá ter sido morto pelo próprio irmão César.

Piccolomini, entre outros, as suas propostas representam o programa mais completo de reforma traçado entre o Concílio de Basileia e o de Latrão. O papa publica a Bula que refere diversos problemas existentes entre os cardeais: excessivo número de familiares, organização de caçadas, participação na lotaria e em torneios, organização de comédias e espectáculos clássicos e pagãos e o patrocínio de sepulturas dispendiosas para si mesmos, que o Papa imporá como limite de despesa, 1500 florins²⁶.

Esta Bula poderia ter tido um efeito revolucionário, mas a situação era demasiado grave e tinha assumido proporções enormes, devido à acumulação de benefícios por cada Cardeal, especialmente dos Cardeais *nipotes*.

As intenções do Papa sofrem novo revés e vê-se absorvido pelos problemas do sempre incerto equilíbrio italiano da época. Portanto, daí nada resulta, apesar dos incessantes apelos de Savonarola à reforma.

Pio III (um mês em 1503) tem a relatar simplesmente que era um homem honesto que evitou qualquer tipo de nepotismo.

Conhecedor da corte papal e das suas constantes mutações políticas, finalmente, chega ao poder Júlio II²⁷ (1503 – 1513). Não nos interessam os meandros político-militares em que constantemente andou, basta-nos simplesmente afirmar que a nível de reformas na Igreja nada há de notável, tirando o início do V Concílio de Latrão (que só se concluiu em 1517) onde, para além de outras coisas, faz condenar as práticas simoníacas que poderiam servir para adquirir votos em futuros conclaves. Mas as reuniões conciliares que se fizeram enquanto era vivo tiveram, na sua grande maioria, um cariz exclusivamente político de oposição ao conciliábulo Pisano e à França²⁸.

Leão X²⁹ (1513 – 1521), filho de Lourenço, o Magnífico, aproveitou a sua principesca elegância e afabilidade para resolver questões de ordem política, mas a sumptuosidade da corte pontifícia exigia grandes somas de dinheiro, e este chegava pelo aumento dos direitos da Chancelaria e até pela venda de títulos cardinalícios. Enquanto isto, o Concílio de Latrão aconselhava ao clero modéstia, humildade e pureza de costumes. O Concílio tomou boas decisões para a reforma da Igreja, mas, segundo Mezzadri, nem o Papa, nem a Cúria romana tinham intenção de pôr em prática as disposições conciliares.³⁰ A forma como governava a Igreja e a agenda política, valeram ao Papa bastantes inimizades, nomeadamente aquela conduzida pelo Cardeal Petrucci, juntamente com outros purpurados e que ficou conhecida na história como a “Conjura dos Cardeais”³¹.

Adriano VI³² (1522 – 1523) no seu discurso de entronização propôs como linha de acção, entre outras, a reforma da Igreja. Homem simples, mas rigoroso devido à influên-

²⁶ JEDIN, H., *Chiesa della fede*, pp. 170 – 174.

²⁷ Dizionario Storico Del Papato. pp. 680 – 683.

²⁸ Enciclopedia dei Papi. Vol. III. p. 39.

²⁹ Dizionario Storico Del Papato. pp. 855 – 858.

³⁰ *Dizionario dell'età delle Riforme*, pp. 165.

³¹ Enciclopedia dei Papi. Vol. III. pp. 53 – 55.

³² Dizionario Storico Del Papato. pp. 14 – 15. Este Papa de origem holandesa, teve uma relação muito estreita com a Espanha e uma relação mais directa ainda com Carlos V (Carlos I da Espanha), já que foi encarregue de ser seu tutor quando este era pequeno. Apesar de durante a sua actividade como Papa nem sempre terem ficado de acordo com relação às tomadas de posição políticas de Carlos V. Cf. *Dizionario dell'età delle Riforme*, pp. 10 – 12.

cia da sua formação marcada pela *devotio moderna*³³, seria o Papa ideal para a urgente reforma da Igreja. Mas as diversas circunstâncias externas, a hostilidade do ambiente da cúria romana e a brevidade do seu pontificado (vinte meses) não permitiram grandes avanços. As reformas por ele preconizadas para a Cúria estavam marcadas pelo seu espírito de grande severidade, mas os ambientes curiais mostraram-se ferozes contra as invectivas daquele Papa estrangeiro e tudo fizeram para que não fossem avante³⁴.

Clemente VII³⁵ (1523 – 1534) homem sem grandeza de horizontes e incapaz de uma visão de conjunto; sobre ele podemos afirmar que tudo correu mal durante o seu pontificado: saque de Roma (1527), separação com Inglaterra (excomunhão de Henrique VIII³⁶ em 1533) e a lista poderia não terminar aqui. Pressionado por Carlos V para convocar um Concílio, Clemente não vê com bons olhos um tal acontecimento e, para perder tempo, anuncia uma reforma da Cúria, emite uma bula que condena a acumulação de benefícios e institui comissários visitantes para as várias igrejas e conventos³⁷.

Paulo III³⁸ (1534 – 1549) teve uma vida bastante manchada pelos seus pecados pessoais e, depois de subir à cátedra de Pedro, pelo excessivo e desavergonhado nepotismo. Mas é obrigação ressaltar a sua acção reformadora que passou não só pelo renovamento do Sacro Colégio³⁹, mas também pela aprovação de novas Ordens religiosas (sendo a mais famosa e mediática a Companhia de Jesus), a promulgação de Bulas⁴⁰ e conseguiu o controlo das deliberações do Concílio de Trento, este sem dúvida o início do maior movimento reformador de toda esta época. Nomeia uma comissão consultiva chamada *Consilium de emendada ecclesia*⁴¹, em 1537, composta de homens convictos da necessidade de reforma da Igreja: Gasparo Contarini, Gian Pietro Carafa (depois se torna Paulo IV), Jacopo Sadoletto, Reginald Pole, Gian Matteo Giberti, Gregório Cortese, entre outros. Expuseram num documento tudo o que pensavam sobre a vida da Igreja e das maiores necessidades de Reforma, a começar por Roma: *Purga Romam, purgatur mundus*.⁴² Para a reforma do colégio cardinalício, apresentam duas propostas importantes: a separação do cardinalato de episcopados distantes e a restauração do Colégio a senado papal politicamente independente e guiado exclusivamente por interesses eclesiásticos.

³³ Corrente espiritual iniciada no séc. XIV na Holanda, inspirada em Santo Agostinho, que punha a tónica na preeminência da caridade, simplificando o esforço meditativo e as práticas ascéticas. Invadiu os mosteiros e irradiou para os fiéis. Para a sua popularidade contribuíram nomeadamente a *Imitação de Cristo*, atribuída a Tomás Kempis (séc. XV) e os *Exercícios Espirituais* de Sto. Inácio de Loyola (séc. XVI). Cf. Dicionário da História Religiosa de Portugal, Vol. II, pp. 603 -605.

³⁴ Enciclopedia dei Papi. Vol. III. pp. 65s.

³⁵ Dizionario Storico Del Papato. pp. 330 – 333.

³⁶ *Historical Dictionary of the Reformation and Counter-Reformation*. Diretto da Hans J. Hillerbrand. London 2000. pp. 103 – 105.

³⁷ Enciclopedia dei Papi. Vol. III. pp. 80s.

³⁸ Dizionario Storico Del Papato. pp. 1079 – 1083.

³⁹ Para além de ter beneficiado familiares, a renovação do Sacro Colégio trouxe uma elevação espiritual e cultural do mais alto calibre. A partir deste momento a Igreja contava directamente com grandes homens para dar início à tão almejada reforma. (Cf. JEDIN, H., *Chiesa della fede*, pp 175 – 180.)

⁴⁰ Não que seja a de maior importância, mas apraz nos afirmar que foi este Papa, que pela Bula *Aequum reputamus*, de 1534, criou a Diocese de Angra, que trataremos com mais pormenor no terceiro capítulo.

⁴¹ *Dizionario dell'età delle Riforme*. pp. 182 – 184.

⁴² Enciclopedia dei Papi. Vol. III. pp. 99 - 101.

Como reacção, a Cúria foi totalmente contra, afirmando que uma reforma tal qual eles a queriam, seria dar razão aos luteranos. Apesar de todos os esforços, a tão almejada reforma não passaria ainda de letra morta. Com algumas normas já emanadas por Trento, nomeadamente a obrigação de residência e o terem de se desfazer dos seus episcopados, o Papa tentou que se passasse a uma efectivação das leis, mas na realidade alguns Cardeais não fizeram mais do que demitirem-se das suas funções mas em favor de familiares e os que seriam mais prejudicados, nomeadamente os nipotes do Papa, souberam continuar a beneficiar financeiramente dos seus episcopados⁴³.

Júlio III⁴⁴ (1550 – 1555) era também um homem fruto do seu tempo: amante da caça, do teatro, de festas e banquetes, mas praticava regularmente a devoção⁴⁵ e era favorável à reforma. Fez vários providimentos de reforma, instituindo, no próprio ano da sua eleição, uma comissão de seis cardeais, renovada depois da suspensão do Concílio. Reduziu as dimensões da sua corte, reprimiu os abusos da Datária⁴⁶, do Conclave, da Penitenciária, da Assinatura; pôs em marcha um processo de reformar a pregação, a confissão, os conventos e a residência dos Bispos.

A opinião dos historiadores sobre Júlio III varia bastante: falam da sua vontade de reforma, admitindo porém que não deram grandes frutos; uns colocam-no entre os papas reformadores, mas outros preferem coloca-lo ainda entre os papas renascentistas devido à sua falta de firmeza moral e ao seu estilo de vida. Mas podemos afirmar que são dignas de registo como obras deste Papa, a retomada do Concílio e os vários projectos de reforma que foram elaborados em Roma, para além da atenção que teve com as Ordens Religiosas e o encorajamento que deu a evangelização do novo mundo⁴⁷.

Em apenas vinte e dois dias de pontificado, Marcelo II⁴⁸ (1555) deu mostras de querer realmente uma Igreja reformada e ao serviço do Reino de Cristo e da glória de Deus. Ocupou-se dos regulamentos do conclave, da Assinatura, dos Consistórios, e da Penitenciária. Houve realmente esperanças que este fosse o papa reformador tão desejado, mas a brevidade do seu pontificado não permitiu ir mais além.

Paulo IV⁴⁹ (1555 – 1559) deixou a sua marca devido ao seu grande fervor pela reforma da Igreja, estimulando um progresso espiritual dos Cardeais e procedeu severamente contra os considerados indignos. Pensava-se que retomaria o Concílio de Trento, que estava suspenso desde 1552, mas ele duvidava se este fosse capaz de realizar as reformas desejadas, Considerando-o mesmo inútil e contraproducente aos fins da reforma ecle-

⁴³ JEDIN, H., *Chiesa della fede*, p. 179.

⁴⁴ *Dizionario Storico Del Papato*, pp. 683 – 684.

⁴⁵ Não nos podemos admirar deste pormenor da devoção, já que a grande maioria dos papas não o era. Recordamos, como exemplo, o facto de Adriano VI celebrar missa todos os dias ter causado admiração entre os seus contemporâneos, nomeadamente aqueles que viviam mais próximos da Casa papal. Significando que esta prática não era normal, visto que os Papas normalmente “assistiam” à Eucaristia e não a celebravam, e nem a missa era celebrada todos os dias.

⁴⁶ Órgão da Cúria Romana, anexo à Chancelaria Apostólica, criado no séc. XII para datar e autenticar documentos pontifícios. Mais tarde, passou a ter funções de velar por bens eclesiásticos. As suas funções passaram depois para a Chancelaria, e desde Paulo VI (Cf. *Dizionario Storico Del Papato*, pp. 488 – 490).

⁴⁷ *Enciclopedia dei Papi*. Vol. III. pp. 118s.

⁴⁸ *Dizionario Storico Del Papato*, pp. 921 – 922.

⁴⁹ *Ibidem*, pp. 1083 – 1084.

siástica.⁵⁰ Formou uma Congregação geral para elaborarem um plano, mas como este tardava, o Papa tomou a reforma nas suas mãos: reformou o Ofício da Datária, aboliu para os Cardeais o direito de regresso ao benefício⁵¹, impôs a obrigação de residência, impele os religiosos a observarem a vida claustral, castiga a simonia e o concubinato e tentou restabelecer a moral pública, sobretudo no coração da cristandade, Roma.

Pio IV⁵² (1559 – 1565), com a ajuda do seu sobrinho, o Cardeal Carlos Borromeu⁵³, fez vários esforços vigorosos para a reforma da Igreja. Reabre a última fase do Concílio, onde se fazem promulgar variadíssimos decretos. Sobre a reforma interna⁵⁴, aparece em primeiro lugar o clero paroquial: recrutamento, formação, moralidade, dignidade e as suas rendas. Cria-se a instituição Seminário. Mas também houve normativas para o alto clero, Cardeais e Bispos: escolha, obrigação de residência, visitas episcopais, supressão da acumulação de benefícios, estilo de vida.

2. Situação religiosa na Península Ibérica

Os monarcas Peninsulares, no que toca a política eclesiástica, não se limitavam somente ao terreno das provisões episcopais, mas em tudo o que dizia respeito ao clero, impulsionados pelas coordenadas do Renascimento, com um Estado moderno, com a necessidade da Reforma, com o processo de secularização e das tensões económicas da altura. Os reis tentaram sempre que esta classe estivesse submetida à Coroa, apesar da liberdade eclesiástica e dos privilégios clericais. A mesma situação era vivida, e aceite desta forma, na maioria dos Estados católicos da Europa desta época.

Nesta época, a designação de Bispos para Portugal era prerrogativa da coroa portuguesa, ficando para o Papa o direito de confirmar esta eleição. Quando vagava uma diocese, as escolhas eram de decisão régia, mas isto não significava que ele as escolhesse pessoalmente e sozinho. Para isto concorriam muitas outras pessoas, movidas por interesses diversos, por vezes até bem longe dos interesses pastorais ou até das qualidades do eleito. Previamente, o Conselho ou a Câmara comunicavam ao Monarca a sede vacante e informavam também o valor da Mitra, das pensões oriundas das rendas e das que se poderiam impor, bem como dos possíveis candidatos àquele lugar. O rei recolhia informações dos eclesiásticos mais próximos de si, sobretudo pelo confessor real que tinha uma grande influência nas nomeações eclesiásticas⁵⁵, da aristocracia cortesã mais influente,

⁵⁰ Enciclopedia dei Papi. Vol. III. pp. 134.

⁵¹ Mas é evidente que nem todos cumpriram as ordens e decretos do Papa. Por exemplo, Alexandre Farnese, nipote de Paulo III, só no Reino de Portugal, contava nesta época com 32 regressos. (Cf. JEDIN, H., *Chiesa della fede*, pp. 184).

⁵² Dizionario Storico Del Papato. pp. 1143 – 1144.

⁵³ São Carlos Borromeu, considerado o primeiro bispo a fundar seminários para a formação dos futuros padres; promoveu sínodos diocesanos; abundou em escritos catequéticos e conhecimento da doutrina católica. É considerado um dos Bispos exemplares do tempo da Reforma. Foi canonizado em 1610 por Paulo V. (Cf. *Historical Dictionary of the Reformation*, p. 22).

⁵⁴ Enciclopedia dei Papi. Vol. III. pp. 150 – 154.

⁵⁵ Barrio Gozalo, Maximiliano, *Perfil socio-económico de una elite de poder de la Corona de Aragón. I. Los obispos del reino de Aragón (1556-1834)*, in *Anthologica Annua*, 43 (1996). pp. 130 -131.

da família do monarca, dos cabidos das sés, etc. Portanto, como muitas dioceses eram lugares que suscitavam cobiça, pelos benefícios daí advindos e, antes de Trento, sem a necessidade de residência, muitas eram as influências e pressões para que algumas mitras mais apetecíveis e, sobretudo as mais rentáveis, fossem atribuídas a certas pessoas.

Há alguma dificuldade no que toca este aspecto do estrato social devido à falta de informação concreta. A única forma de se poder fazer uma análise encontram-se nos processos informativos quando alguém era apresentado para ser Bispo de uma determinada Diocese e, mesmo assim, não são dados de todo precisos. Uma das perguntas abordava o tema de ser “filho legítimo” e acrescentando se “os pais seriam honestos e católicos”. Se pertencessem a um grau muito elevado da estratificação social, este era descrito ao pormenor⁵⁶. Caso contrário limitavam-se a dizer que seus pais eram ou fidalgos notórios de uma primeira nobreza de tal vale ou montanha; ou cavaleiros principais de uma conhecida nobreza; ou cavaleiros muito qualificados, fidalgos notórios e de casa solarenga; ou pessoas distintas e de nobreza notória; ou ainda de sangue notório e cristãos velhos, limpos de toda a má raça⁵⁷.

Perante este cenário e seguindo Barrio Gozalo, dividindo simplesmente em nobres e não nobres, sem entrar nos graus hierarquizados que cada um possuiria, chegamos à seguinte conclusão que pelo menos na primeira metade do século XVII, 91% dos Bispos pertenciam à nobreza. Na segunda metade estariam já reduzidos a 64 % do total. Em Portugal, nesta mesma época, temos o exemplo de Braga e de Coimbra para os que acediam a lugares de grande relevância nas dioceses, respectivamente a primeira teria 44% pertencentes à nobreza e a segunda conta com a maioria⁵⁸. Estes dados põem de manifesto a importância e o peso que a nobreza tinha para a nomeação dos Bispos.

As razões desta situação prendiam, com a estima que universalmente se lhes concedia; suponha-se que seu nível cultural fosse mais alto; residiram em colégios maiores; graças às suas relações davam o maior contingente aos altos cargos civis e eclesiásticos. Muitos destes prelados eram filhos segundos⁵⁹ e em alguns casos, também bastardos dos grandes senhores. Procuravam na Igreja e seus respectivos benefícios e posição social

⁵⁶ *Idem*, *Perfil socio-económico de una élite de poder. III. Los obispos del reino de Galicia (1600-1840)*, in *Anthologica Annua*, 32 (1985), p. 36.

⁵⁷ Referência aos judeus, ou cristãos novos. Se bem que a temática sobre os judeus na Península Ibérica não será contemplada neste trabalho, a bibliografia sobre este assunto é bastante vasta. Sobre estes pormenores remeto para: Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *História religiosa de Portugal*, 2 vol., *Humanismos e Reformas*, pp. 49 – 64.

⁵⁸ AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *História religiosa de Portugal*, 3 v., Lisboa, (I: Medievo, fino al XV secolo. II: Età moderna, XVI-XVIII secolo. III: Época contemporanea, XIX-XX secolo). p. 359.

⁵⁹ Segundo a lei do tempo, os filhos segundos, normalmente não tinham direito a herdar nada ou quase nada. Já que os bens e os títulos dos progenitores passavam só para o filho mais velho. Chama-se a isto o sistema linhagista que tem origem a partir do século XI na Europa e que substitui o da sucessão cognática em que os bens eram distribuídos por todos os irmãos. Assim, se separavam bens e a separação causava o enfraquecimento das famílias. Em Portugal temos o caso do Cardeal D. Henrique que era o 9º filho dos 13 que teve o Rei D. Manuel: foi Cardeal por vontade do pai e mais tarde tornou-se regente do Reino na menoridade de D. Sebastião e sucede-lhe como rei aquando da morte deste em Alcácer Quibir. Sem descendência, o trono português passa para o Rei de Espanha, tornando-se Filipe I de Portugal. Era um rei e duas coroas, à semelhança do que se passou no Império Austro-húngaro, em que o Rei era, respectivamente Imperador Carlos I para a Áustria e Carlos IV para a Hungria.

aquilo que por defeito de nascimento não lhes era atribuído. Se bem que o caso dos bastardos não era muito aceitável, houve casos em que isto aconteceu. Nas cortes de Madrid de 1588-1590 suplicaram ao rei, Filipe II, que os bastardos pudessem ser clérigos e, conseqüentemente, ter benefícios. A norma nunca foi esta, mas, por intervenção régia, muitos casos sucederam, nomeadamente na Catedral de Santiago encontramos um filho bastardo da família real: Maximiliano de Áustria⁶⁰, neto do Imperador Maximiliano II e filho do Arquiduque Leopoldo e de uma senhora Catalã, Dona Marina. Em Portugal, as prestigiosas Dioceses de Braga, Lisboa e Évora, estiveram quase sempre reservadas aos filhos, mesmo os bastardos, das mais distintas estirpes portuguesas⁶¹. Mas era sobretudo a família real que procurava estas maiores distinções. A diocese de Évora é um sinal evidente desta situação: neste período a diocese teve quinze bispos, entre os quais, dois eram filhos ilegítimos do rei (ao cardeais Afonso e Henrique); dois filhos do Duque de Bragança; um filho ilegítimo do 2º Marquês de Ferreira; um filho do primeiro Conde de Vila Franca; um filho ilegítimo do Duque de Medina e Sidónia (meio irmão de D. Luísa de Gusmão, rainha de Portugal); um filho do 1º Marquês de Nisa; um filho dos Condes de São Vicente e um dos Marqueses de Távora⁶².

Já desde a subida ao trono de Isabel e Fernando⁶³, quando herdaram a coroa de Castela, devido à morte do meio-irmão de Isabel, Henrique IV, a Igreja espanhola encontrava-se em grande necessidade de reforma. Durante os anos de incertezas políticas que precederam a morte de Henrique IV, o alto clero tinha-se dedicado às práticas belicosas que era característica de muitos dos prelados do fim da Idade Média. Nisso, a Espanha não se diferenciava do resto da Europa, pois os seus bispos, com frequência, se tornavam mais guerreiros⁶⁴ do que pastores e envolviam-se nas intrigas políticas da época, não para o bem dos seus rebanhos, mas para os seus próprios interesses políticos e económicos.

⁶⁰ Nasceu em Jaén em 1555 e Filipe II foi encarregue da sua educação e depois destinou-o para o serviço da Igreja.

⁶¹ Por exemplo, um dos principais conselheiros de D. João III (1502 – 1557), Francisco de Portugal (1º Conde e Vimioso), e António Ataíde (1º Conde da Castanheira), exerceram influências que valeram a promoção de familiares ao episcopado. Exemplos disso foram as Dioceses do Funchal, da Guarda, Viseu, etc. (Cf. Dicionário da História Religiosa de Portugal, Vol. II, pp. 225 – 235).

⁶² PAIVA, José Pedro, *Origens e carreiras episcopais no Portugal moderno: uma visão comparada*. in Colóquio Internacional: a Igreja e o clero português no contexto europeu. Lisboa 2005. p. 283.

⁶³ Reconhecemos por Reis Católicos a Fernando II de Aragão e Isabel I rainha de Castela e Leão, que em finais do século XIV e começos do século XV unificariam sob a mesma coroa todos os estados hispânicos (excepto Portugal, seria o seu bisneto Filipe II em 1580 quem completaria a união temporal de toda a Península Ibérica). Foi Alexandre VI quem autorizou este título em 1496 a Fernando e a Isabel, devido ao facto de “saberem harmonizar perfeitamente os interesses nacionais e patrióticos com os da Santa Igreja”. (Cf. LLORCA, B.; (ed. alt), *Historia de la Iglesia Católica*, Vol. III, página 606, Madrid 1987).

⁶⁴ Grandes autoridades da Igreja lideraram exércitos, inclusive papas o fizeram. Exemplos famosos desta situação foram os Cardeais franceses Richelieu, duque e político (Paris, 1585 - idem, 1642) e primeiro-ministro de Luís XIII de 1628 a 1642; foi arquitecto do absolutismo na França e da liderança francesa na Europa; e o seu sucessor, Mazarino (1602-1661), que nasceu na Itália, mas por várias vicissitudes acabou como Primeiro-ministro da França, onde exercia a função de núncio, depois de ter adquirido a nacionalidade daquele país e de ter sido nomeado Cardeal (sem nunca ter sido ordenado padre). Um outro exemplo, bem mais elucidativo, é o caso do cardeal Infante Dom Fernando de Áustria, Infante de Espanha, filho de Felipe III (Felipe II de Portugal), governador de Milão e dos Países Baixos Espanhóis, vice rei da Catalunha, Cardeal-Arcebispo de Toledo e comandante das forças espanholas durante a Guerra dos Trinta Anos (Cf. *Historia de Espana*, a cura de PIDAL, Ramon Menéndez, “*La Espana de Felipe III*. Vol. XXIV. Madrid 1979. pp. 150 – 159).

Toda e qualquer tentativa de se estudar as reformas operadas pelos monarcas do século XVI, relativamente ao clero, há que ter sempre como base duas premissas importantes: Primeiro, que toda a orientação estava na linha de querer um controle sobre a classe clerical, tendo-a devidamente submetida. E, em segundo lugar, aparece o não menos importante problema da jurisdição. Mas em todos os sentidos, as tentativas de reforma, mesmo que impulsionadas por estas duas razões, estavam mascaradas por outras bases ou premissas menos preocupantes para os monarcas, mas que serviam como rampa de lançamento e rosto para as tentativas reformadoras desejadas. Eram sobretudo a reforma moral, cultural e a dos benefícios.

As iniciativas dos monarcas tinham como bandeira a vontade de terem nos seus reinos “um clero que fosse natural daquelas paragens, celibatário e honesto, que fosse um bom suporte para as coroas e que possuísse um alto grau de formação cultural”. Contra esta vontade de “nacionalização” do clero, estava a Câmara Apostólica, porque via na Espanha uma enorme fonte de rendimentos com bom mercado de benefícios⁶⁵. As vontades eram tão opostas, que o Rei Fernando publicou um documento contra a provisão de benefícios a estrangeiros. Contra esta tomada de posição, o Papa Leão escreve o Breve⁶⁶ *Nunquam non modo*, de 17 de Julho de 1521, que, de forma enérgica, protesta contra esta decisão real, argumentando que também os espanhóis recebiam benefícios em outras nações que não a Espanha.

Em Portugal, nos séculos XIV e XV, o centralismo papal na escolha e provimento dos prelados havia confiado muitas dioceses lusas a um vasto conjunto de estrangeiros. Mas esta situação muda na primeira metade do século XVI, nos reinados de D. Manuel, de D. João III e na regência de D. Catarina, onde ainda foram dadas algumas mitras a estrangeiros⁶⁷, sobretudo do reino vizinho, por razões de estratégia política. A partir destas datas, muda radicalmente e encontramos simplesmente casos esporádicos, mas sempre por objectivos de ordem política.

Em 1523, Adriano VI concede a Carlos I o direito de apresentação de pessoas idóneas para ocuparem os lugares das Igrejas das Coroas de Aragão e Castela. Assim, os monarcas começam a controlar as pessoas que irão ocupar estes lugares e fazendo com estes um jogo de desafio de poderes: caso o seu comportamento fosse de acordo com as políticas do rei, seriam premiados com a ascensão a uma Igreja mais rica; caso contrário, se a sua actuação não estivesse de acordo com os ditames da Coroa, ficaria sempre no mesmo lugar.

⁶⁵ Neste particular devemos realçar que esta prerrogativa não era só a vontade dos soberanos, mas também espelhava-se entre os prelados espanhóis. Exemplos disso aparecem nos pareceres dos Bispos aquando da preparação do Concílio de Latrão de 1512. (Cf. *Historia da Iglesia en España*, Vol. III – 1º, dirigido por José Luís Gonzalez Novalin, Madrid 1980, pág. 171).

⁶⁶ É um documento curto e menos solene do que uma Bula, que normalmente trata de questões privadas, como dispensa de irregularidades para exercer alguma função na Igreja, dispensa de certos impedimentos do matrimónio, autorização de oratório doméstico com o Santíssimo Sacramento, autorização para vender bens da Igreja, outros benefícios e favores especiais. (Cf. *Enciclopédia Cattolica*, Roma, Città del Vaticano 1949, p. 79).

⁶⁷ Seis espanhóis, quatro italianos, um austríaco, um inglês, um francês e um angualês. De um total de 480, a percentagem fica reduzida a 0,3%. (Cf. AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *História religiosa de Portugal*, 2 vol., *Humanismos e Reformas*, p. 229.)

Assim sendo, as condições passavam a ter em conta o lugar do nascimento; a legitimidade e idade do candidato⁶⁸; se está ordenado “in sacris”; vida, fama, e costumes; título universitário; cargos desempenhados; se tem algum defeito corporal ou espiritual; impedimento canónico que o impeça de ser Bispo; se é digno desta dignidade.

Em resumo podemos recuperar que davam importância a serem naturais daquele reino; que a sociedade os visse como homens honestos; provados nas letras com as capacidades daí inerentes; ordenados *in sacris*; filhos legítimos do matrimónio; limpos de sangue.

O rei esperava que o Bispo não fosse só um zeloso pastor, mas também um auxiliar político que exortasse o povo à obediência.

Outro critério para ser-se Bispo, era a formação cultural. Em 1578, Filipe II, escreve aos prelados para que estes indiquem nomes de pessoas que fossem idóneas para serem candidatas aos Bispados ou outras dignidades eclesiásticas, pedindo que sejam graduados em teologia ou cânones por universidades aprovadas⁶⁹. Com isto, as listas e consequentes nomeações incluíam as seguintes médias por Regiões.

Galiza⁷⁰: doutores (61,11%), licenciados (17,46 %), bacharéis (3,17%) e mestres (16, 67 %); Aragão⁷¹: doutores (60,24%), licenciados (10,24 %), bacharéis (0,60%) e mestres (24, 70 %); Nenhum (4,22%).

Em Portugal, os dados não são tão matemáticos, mas dos 395 Bispos, temos informação para 286 (que perfazem 72% da totalidade). Entre estes, 168 eram teólogos, 115 canonistas e 3 em leis.⁷²

As áreas de estudo preferidas vão desde a Teologia às artes, passando pela Filosofia e pela jurisprudência.

Neste grupo dos que se destinavam a ocupar os cargos mais altos, encontramos uma grande semelhança de origem e de formação: Primeiro estudavam gramática na sua vila ou cidade natal; depois vão para a universidade e obtêm bolsa de estudos num colégio; se por acaso se tratasse de um dos colégios maiores a sua fortuna futura estava assegurada, porque o seu poder era indiscutível. Destes colégios, muitos passavam a desfrutar de alguma prebenda nos cabidos das catedrais ou colegiais, e outros buscavam acomodação na burocracia civil (ouvidores, fiscais, conselheiros, etc.), ou na eclesiástica (provedor ou vigário geral, auditor, etc.), para que depois pudessem dar o salto a uma mitra.

⁶⁸ Para o Bispo não havia uma idade demarcada, se bem que teriam em conta a quantidade de experiência acumulada, significando anos, para estas nomeações. Para os restantes graus estava dividido da seguinte forma: sete anos para a prima-tonsura; 21 anos para o subdiaconado; e 25 anos para o presbiterado. Contudo muitos recebiam quer as ordens menores (ostiário, leitor, exorcista, acólito), quer as maiores (subdiacono, diácono e presbítero) na mesma cerimónia. (Cf. AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *História religiosa de Portugal*, 3 v., Lisboa, 2000-2002 (I: Medioevo, fino al XV secolo. II: Età moderna, XVI-XVIII secolo. III: Epoca contemporanea, XIX-XX secolo), p. 358).

⁶⁹ As preferidas eram a de Alcalá, Salamanca e Valladolid na Espanha; em Portugal estudavam sobretudo nas universidades de Coimbra e de Lisboa. Contando que alguns estudavam no estrangeiro, nomeadamente em Roma e Bolonha.

⁷⁰ Barrio Gozalo, Maximiliano, *Perfil socio-económico de una elite de poder. III. Los obispos del reino de Galicia (1600-1840)*, in *Anthologica Annua*, 32 (1985).

⁷¹ *Idem*, *Perfil socio-económico de una élite de poder de la Corona de Aragón. I. Los obispos del reino de Aragón (1556-1834)*, in *Anthologica Annua*, 43 (1996).

⁷² PAIVA, José Pedro, *Origens e carreiras*, p. 285.

Quanto aos outros, a formação era muito mais simplificada, sobretudo antes do Concílio de Trento ter implementado a construção de Seminários⁷³ para a formação dos candidatos, nas aldeias os párocos escolhiam os rapazes mais inteligentes e piedosos para os ajudarem na missa e iam-nos ensinando a ler, a escrever e a cantar, dando-lhes também alguns rudimentos de latim. Mais raramente estes meninos podiam frequentar alguma escola paroquial. Nos meios urbanos, o ensino processava-se não só nas escolas paroquiais, mas também nas escolas que estavam apenas às colegiadas, catedrais e mosteiros, existindo para além disso mestres espalhados por diversos conventos e professores particulares. Aprendiam o latim, o cômputo eclesiástico, o canto litúrgico, assim como diversas matérias relacionadas com o serviço da Igreja, tais como a história sagrada, oratória, teologia e moral⁷⁴.

A outra questão prendia-se com a vontade de terem em seus reinos um clero honesto que acatasse a lei do celibato eclesiástico e vivesse uma continência exemplar. De facto, encontramos nesta época uma situação deplorável que não conhecia fronteiras, mas que piorava de sobremaneira nas Dioceses que não tinham Bispo residencial ou estavam longe dos centros de governo quer régio como eclesiástico.

No século XV estava vigente a lei de que a manceba que acompanhasse o sacerdote devia pagar um marco de prata, mas com a condição de que o clérigo se comprometesse a observar o compromisso do celibato. Além de ser uma situação de descriminação e desigualdade de tratamentos entre homem e mulher, mas vexatório era a imposição de que a manceba devia usar um sinal externo no seu vestido para ser distinguida nas ruas como mulher do sacerdote.

Os reis revogaram esta lei nos finais deste século, mas o problema não desaparece por completo, visto que é retomado no início do século XVI, impondo até penas bastante graves às mancebas ou mulheres que acompanhassem os clérigos⁷⁵ e, veremos nos capítulos adiante, estas penas também se estendem aos próprios clérigos como deprenderemos das Constituições Sinodais.

Apesar dos critérios rigorosos que os reis e o próprio Imperador Carlos V tentaram impor aos clérigos, com o apoio de muitos prelados e dos próprios Papas, a solução definitiva para a questão do celibato só aparece no Concílio de Trento⁷⁶. A ajuntar, deve-

⁷³ No cânone 18 da sessione XXIII (Cf. *Conciliorum Oecumenicorum Decreta*, a cura di Giuseppe Alberigo. Bologna 2002 (2). pp. 750s). os Padre tridentinos aprovaram a fundação de seminários, inspirando-se nos colégios espanhóis e nos colégios dos jesuítas. Se bem que não se tornou logo obrigatório que os clérigos tivessem de se formar neste locais. (Cf. *Dizionario dell'età delle Riforme*, pp. 528 e 529.)

⁷⁴ Com tudo isso, eram frequentes as queixas relativas a clérigos que não sabiam latim, não eram capazes de ler e de cantar correctamente, desconheciam as orações e os princípios da fé cristã, ou revelavam outras falhas graves de ignorância. Dai que se decidiram com imposições sinodais em fazerem exames prévios à ordenação e, sem os quais, esta era considerada inválida. A este respeito, no *Consilium de Emendanda Ecclesia* de 1537 se criticava o facto de se promover às Ordens sacras e ao sacerdócio, “*uomini anche ignorantissimi, di origini villissima, di cativi costumi, di giovane età*”. Ibidem, pp. 528 e 529.

⁷⁵ A primeira vez, ela pagaria um marco de prata e ficaria um ano de desterro; à segunda, pagaria um marco de prata, com a agravante de ficar dois anos desterrada; na terceira vez, a gravidade aumentava de sobremaneira, tendo de pagar um marco de prata, levaria cem açoites em público e ficaria um ano desterrada.

⁷⁶ Dizer-se que a solução definitiva veio com o Concílio de Trento é verdade teoricamente. Porque, de facto, continuaram a existir imensos casos em que o celibato não foi respeitado. Portanto, na teoria podemos fixar

mos dizer que estes mesmos monarcas fervorosos nestas questões tinham as suas vidas privadas cheias de contra testemunhos relativamente ao que queriam como obrigatório para os clérigos.

A questão de retirar ao clero os benefícios não era de fácil resolução para os monarcas, porque trazia consigo uma quantidade de problemas indesejáveis. Mesmo assim, estes foram procedendo de forma condescendente segundo o valor e a importância dos benefícios. Aqueles sobre os quais os monarcas tinham poder de atribuir, devido ao direito de patronato, iam a pouco e pouco cedendo-os aos nobres e a letrados. Restavam os outros que eram cedidos directamente pelos Bispos. O esforço dos monarcas consistiu em que estes fossem atribuídos a clérigos que servissem a Coroa, as pessoas e as empresas⁷⁷. Aos que se rebelavam, aos contestatários e aos inconformistas⁷⁸ era-lhes dado um tratamento rigoroso pela parte dos governantes. Inclusive recorreram a Roma para que pusesse ordem entre os clérigos que abusavam do púlpito, usando-o como arma de arremesso contra o governo. Noutra fase, chegou-se mesmo a usar a Inquisição como uma presença que incutia respeito e como estimulante para os mais reacçãoários, não só a nível moral, mas também económico para que suportassem as já mencionadas empresas. Em síntese podemos afirmar, seguindo Terricabras⁷⁹, que os reis não tentavam dominar os Bispos, nem a Igreja a nível dogmático, mas sim nos aspectos disciplinares, jurisdicionais e fiscais.

3. Reforma Tridentina

O Concílio de Trento surge como um marco determinante na concepção pastoral e no modelo de clero. A par da exaltação da fé figurava a reforma do clero e do povo cristão. Era uma urgência da Igreja de então, apesar de se ter apressado e ganho contornos especiais devido à Reforma protestante, mas já se notavam perspectivas sérias de reformas como as que anteriormente apresentamos, ou seja mesmo no coração da cristandade e, sobretudo através de certos prelados que tentavam incutir nas suas dioceses aquilo que veremos através do estudo e apresentação das Constituições Sinodais de então, e no próprio V Concílio de Latrão⁸⁰, não tendo porém alcançado a eficácia desejada.

esta data como taxativa nesta questão, mas na realidade continuaram existir. Basta que para confirmar tal facto, se leiam os vários documentos emanados pelos sínodos Diocesanos e outros, sobre este assunto. Mas sobre Trento desenvolveremos noutro tópico.

⁷⁷ Empresas aqui significam as iniciativas que os monarcas tomavam e para as quais necessitava de apoio económico. Nomeadamente todos os aspectos relacionados com a guerra e os provimentos necessários para o exército.

⁷⁸ A pregação era a forma mais privilegiada destes clérigos se manifestarem contra as decisões governativas. Era mesmo chamada de pregação política. Todos os monarcas foram alvo desta fúria clerical sobretudo no aspecto da cooperação económico, que se manifestava em taxas fixas para sustentar as empresas imperiais. Este facto levou a que os reis considerassem este acto de rebeldia como lesa pátria. (Cf. *Historia da Iglesia en España*, Vol. III – 1º, dirigido por José Luís Gonzalez Novalin, pág. 174).

⁷⁹ Fernández Terricabras, Ignasi, *Felipe II y el clero secular. La aplicación del concilio de Trento*, Madrid, Sociedad estatal para la conmemoración de los centenarios de Felipe II y Carlos V, 2000. pp. 258 - 267.

⁸⁰ O Quinto Concílio de Latrão foi o maior dos concílios ecuménicos medievais. De 10 de Maio de 1512 a 16 de Março de 1517 Papas Júlio II (1503 - 1513) e Leão X (1513 - 1521). *Dizionario dell'età delle Riforme*, pp. 162 – 165.

Trento procurou, de forma clara e bem definida, uma reforma abrangente de todo o corpo eclesial. Daí que a época moderna estar bastante marcada pelo antes e depois de Trento, melhor dizendo, pelo antes e depois de 1563. As reformas, no seu geral, têm de ter abordagens diferentes conforme a época que aconteceram: as do fim do século XV e início de XVI, têm significados e consequências distintas das sucedidas depois da já referida data de Trento.

Os Bispos, antes de Trento, podem ser caracterizados, quase na sua maioria, se bem que apareceram sempre homens que se diferenciaram pelas suas qualidades individuais, como personalidades que não residiam nas suas dioceses, existindo mesmo não poucos casos que nem chegaram a conhecê-las⁸¹. A pregação, o múnus pastoral, as visitas, os Sínodos, eram sem dúvida fruto da não residência e de interesses bastante diversos da cura pastoral.

Além do mais, segundo Jedin⁸², estes Bispos tinham três tipos de obstáculos: Os primeiros viriam do “alto”, ou seja da Cúria romana que permitiam isenções a mosteiros, a Ordens religiosas ou mesmo a pessoas singulares, criando verdadeiras zonas isentas dentro das dioceses. Outras vezes, eram os próprios Papas a concederem benefícios directamente, impedindo, desta forma, o Bispo de ter uma política pessoal com finalidades precisas. Um segundo obstáculo, e que Jedin considera de “baixo”, ou seja, aquele que provinha dos capítulos das catedrais, mas sobretudo dos Arcediagos, os quais se insinuavam entre o Bispo e o clero e entre este e os fiéis; faziam visitas pastorais, investiam párocos e exerciam, por meio dos seus oficiais, uma jurisdição no campo matrimonial e disciplinar. Por fim, o último obstáculo vinha do externo, que eram os entraves próprios do padroado, que procediam dos monarcas e senhores, mas que já foi sobejamente desenvolvido anteriormente.

O Concílio tornou-se consciente que a autoridade do Bispo teria de ser necessariamente reforçada. Não só era o mais justo obrigar a que residissem, que era de facto o busílis da questão, mas passava também necessariamente por dar-lhes mais formas de prosseguirem a reforma desejada. Esta só poderia vir por um reforço da autoridade do Bispo na sua Diocese, anulando ou reduzindo, conforme os casos, os obstáculos supra-mencionados.

A inteligência da fé e a conformidade cultural exigiam um clero culto e renovado que pudesse dar continuidade à actuação pontifícia e episcopal. Os decretos imponham um novo modelo de prelado, caracterizado pela residência, pregação, múnus pastoral, promovendo as visitas, os Sínodos⁸³ e os Seminários, e também dedicados à caridade e à assistência. A nível de nomeações, procurou-se manter um equilíbrio entre seculares e

⁸¹ Exemplos destes são abundantes. Faço menção de um caso da Diocese de Angra (que será objecto de estudo no 3º capítulo), antes do Concílio: o segundo Bispo de Angra, Dr. Rui Gomes Pinheiro ou Rodrigo Pinheiro, filho natural de D. Diogo Pinheiro, D. Prior de Tomar e primeiro Bispo do Funchal, nunca veio à Diocese, por exercer outros cargos em Lisboa. Mandou vários visitantes e constituiu um Vigário Geral que governava a Diocese em seu nome. (Cf. PEREIRA, J. A. *A Diocese de Angra na História dos seus Prelados*, pp. 23 – 25).

⁸² JEDIN, *Chiesa Della Fede*. pp. 275 – 289.

⁸³ Que será desenvolvido nos capítulos seguintes.

religiosos, para se evitar descontentamento no seio do poderoso corpo clerical que podiam ser prejudiciais, quer no equilíbrio social interno, quer nas suas relações externas com a Igreja de Roma; dá-se uma quase total consumação de nacionalização dos Bispos, cada vez mais raramente estrangeiros; intensificou-se o recrutamento de prelados vindos de famílias da alta fidalguia; foi-se melhorando o nível de formação académica dos titulares de mitras; aos poucos desaparecem os bispos muito jovens e inexperientes, para dar lugar a um corpo mais maduro, preparado e com trajectórias anteriores que auguravam desempenhos mais competentes à frente das dioceses.

A prática das visitas, pelo visitador ou pelo próprio Bispo, tornam-se um dos meios mais eficazes de controlar a reforma pretendida, com a incidência no respeitante à cura de almas, à vida e aos costumes. A eficácia só poderia advir do envolvimento do episcopado e do clero, movidos pela conversão interior acompanhados por uma sólida formação doutrinal e pastoral.

A pedagogia relativa ao sacramento da Ordem, as condições para o seu ministério, a formação exigida, a vida interior, os costumes, as vestes talares, o afastamento de todas as actividades profanas, mesmo que legítimas, e a obrigação estrita de residência confluíam no sentido de impor um novo tipo de clero paroquial. Eram constantes as críticas à ignorância, ao incumprimento dos deveres e às funções e hábitos pouco cristãos de boa parte do clero.

As constituições sinodais pós Trento tinham dois objectivos: a santidade de vida e a administração. Juntamente com as visitas, os Sínodos tornaram a face mais visível do projecto de reforma.

Este Concílio tentou reformar também o sistema beneficencial, sobretudo o acumulativismo⁸⁴, mas apesar das boas vontades, este sistema foi conservado, se bem que se sabia ser uma das causas geradoras dos maiores abusos. Apesar de tudo, conseguiu inserir algumas condicionantes que permitiam ao Bispo de ter um maior controlo sobre estes e, consequentemente, sobre a qualidade do clero paroquial.

Esta reforma dependia juridicamente do direito de padroado, que se encontrava dividido nas mãos do Papa, do monarca, dos Bispos, das ordens monásticas e militares, da universidade e dos seculares, administrados muitas vezes por comendas. Tendo em conta este rendilhado, tornava-se muito difícil que Trento conseguisse fazer uma reforma efectiva nesta matéria.

Em forma de resumo, Trento decreta para os Bispos uma exigência de empenho pessoal, qual maestro e pastor dos fiéis; obriga que a preparação do clero seja feita em Seminários, e que os Bispos deviam institui-los, mas o próprio Concílio não obriga os aspirantes ao sacerdócio a frequentá-los; só o Bispo deve ordenar todos os graus dos can-

⁸⁴ O caso português mais conhecido e porventura o mais escandaloso é o do Cardeal D. Jorge da Costa, que ficou para a história como Cardeal Alpedrinha. Possuía uma quantia enorme de benefícios: Era Deão e Chantre de 8 Sés; possuía 25 abadias e 9 Bispados (em Portugal e na Itália); Sisto IV criou-o Cardeal em 1476 com o título dos Santos Pedro e Marcelino e mais tarde teve o título de Santa Maria de Trastevere. Foi legado de Veneza e de Ferrara; foi Decano do Sacro Colégio; e teve muitas igrejas particulares e opulentíssimas rendas e outros benefícios. (Cf. CASTRO, José, *Portugal no Concílio de Trento*, Vol. I. Lisboa 1944. pp. 29 – 30).

didatos ao sacerdócio; retomarem a norma de se fazerem Sínodos, onde sairão reforçados os seus poderes legislativos.

3.1. *Trento em Portugal*

Em Portugal, deu-se uma rápida divulgação dos decretos tridentinos.⁸⁵ Deveu-se sobretudo à acção daquele que viria a ser conhecido como o Cardeal-Rei, ainda como regente durante a menoridade de D. Sebastião, foi determinante para que desde muito cedo Portugal estivesse ao lado dos reformadores tridentinos.

O uso da língua vernácula nesta divulgação, em vez do latim, foi também um dos factores que proporcionou esta rápida divulgação, juntando ao facto que o braço secular se juntou ao espiritual, devido à excelente acção do grande arcebispo de Braga D. Frei Bartolomeu dos Mártires. Ambos ordenaram traduções e edições dos decretos tridentinos, de forma que todos pudessem ter um acesso mais fácil e as compreendessem melhor.

As conseqüências mais notórias da divulgação, são a incorporação nas Constituições Sinodais dos fins do século XVI e XVII, que será desenvolvido posteriormente, o aumento das visitas pastorais, a lenta mas progressiva instituição de Seminários, às missões, às pregações, ao uso das imagens e da iconografia, ao culto dos santos e das relíquias.

Estes decretos foram apenas um dos suportes, com afirmação mais legalista, porque as tentativas de reformas já se faziam sentir desde o século XV, sobretudo estando em causa um maior cuidado na formação sacerdotal e na cura de almas. Mas também para os fiéis em geral, nomeadamente a frequência dos sacramentos e práticas devocionais, o comportamento moral e social.

Neste ambiente de reforma, devemos pôr realce nas iniciativas protagonizadas por algumas figuras eminentes, quer de Portugal como da Espanha. Seguindo as palavras de Jedin, “...o novo tipo ideal de Bispo, apóstolo e pastor, converteu-se num elemento essencial da reforma tridentina”⁸⁶, houve um estudo publicado em 1963⁸⁷ que reconhece algumas das figuras que mais se destacaram, nomeadamente na Península Ibérica. Da Espanha apresenta Juan Bernal Diaz de Luco, Francisco de Vitoria, Bartolome Carranza, Domingo de Soto e Luís de Granada, que foram de facto figuras que marcaram o antes e depois de Trento, como exemplos do que devia ser um Bispo reformado e reformador.

Em Portugal, pomos ênfase talvez na maior figura e exemplo de Bispo tridentino, que foi D. Bartolomeu dos Mártires⁸⁸. Havia já escrito o *Stimulus pastorum* a pensar na

⁸⁵ SILVA, Amélia Maria Polónia da, *Recepção do Concílio de Trento em Portugal: as normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos Bispos do Reino, em 1553*, Revista da Faculdade de Letras – História, II Série – Volume VII, 1990 Lisboa. pp. 133 – 143.

⁸⁶ JEDIN, *Il tipo ideale di vescovo secondo la Riforma Cattolica*, Brescia 1950. p. 10.

⁸⁷ TELLECHEA IDIGORAS, Jose Ignacio, *El Obispo ideal en el siglo de la Reforma*, Roma 1963.

⁸⁸ CASTRO, Aníbal Pinto de, *D. Frei Bartolomeu dos Mártires, um Bispo tridentino para a modernidade*, Coimbra 1999. Apraz-nos dizer que o *Stimulus Pastores* teve tão boa aceitação que, mesmo passados quatro séculos, este livro foi novamente editado e distribuído aos Bispos (Pastores) presentes no Concílio Vaticano II, a pedido do próprio Papa. Sinal da vitalidade da doutrina que lá contém.

figura modelo de Prelado, mas não se deixou ficar por aqui, desde logo disponibilizou-se para escrever um *Catecismo ou Doutrina cristã e práticas espirituais* (1564) para servir curas e leigos. Foi elaborado para ser lido ao povo, e recordemos que em Portugal o seu sucesso foi tão grande que superou editorialmente o *Catecismo romano* de 1566. Continua uma segunda parte constituída por sermões breves sobre as festas principais de Cristo e de Nossa Senhora.

Teve um papel pioneiro nas visitas, que pessoalmente fazia à sua extensa Diocese. Além disto, fez uma aposta forte na formação do seu clero, quer fundando o primeiro Seminário⁸⁹ do país, não sem algumas vozes em contrário, nomeadamente d próprio clero da Diocese⁹⁰, quer na atenção que dá ao Colégio de São Paulo, fundado pelo anterior Arcebispo, dirigido pelos jesuítas e que era preferencialmente destinado para o ensino das humanidades em Portugal. Possuidor de uma boa preparação teológica, que a elevava a níveis superiores devido à sua espiritualidade, fez com que se apercebesse da necessidade de reforma da sua Igreja. “A sua prioridade era a reforma dos fundamentos e das regras que regiam a escolha e a actividade dos Bispos e dos párocos”⁹¹. Daí que, um ponto essencial da sua luta fosse a residência, que era uma praga estendida a toda a Igreja da época. No seu *Catecismo* afirma: “[...] convém que o cura more entre as suas ovelhas, no lugar que for mais cómodo para ser facilmente achado delas”, e mais adiante afirma “[...] tragam os Reitores das paróquias diante dos olhos e Decreto do Sagrado Concílio Tridentino, em o qual se determina e declara que está em pecado mortal o Reitor que não faz residência pessoal em sua Igreja”⁹².

O seu esforço reformador já era anterior a Trento, mas sem dúvida que os decretos tridentinos vieram dar mais força à sua acção, daí que a sua memória se tenha perpetuado nos séculos e, ainda hoje seja digna de menção.

⁸⁹ O seminário de Braga foi o primeiro do país, confirmado e aprovado por um breve do Papa S. Pio V em 1569, mas só foi inaugurado em 1572. Seguiram-se outros: Lisboa em 1571; Évora em 1577; Viseu em 1587; Portalegre em 1590; todos estes do século do Concílio. A Diocese de Angra, que neste trabalho será apresentada nas suas Constituições Sinodais, só terá um Seminário em 1864. (Cf. *Os Seminários em Portugal, Estudo comemorativo do Decreto Tridentino e da sua execução em Portugal*, da Comissão Episcopal para a disciplina dos Seminários. Coimbra 1964).

⁹⁰ O Clero bracarense opôs-se inicialmente à criação do Seminário, por causa do imposto que seria exigido a cada um deles sobre as receitas dos respectivos benefícios. Para tal oposição alegam que na Diocese havia abundância de clero, tanto secular como religioso. (Cf. A. Leite. *O Decreto Tridentino sobre os Seminários, in Brotéria*, Vol. LXXVII. Lisboa 1963. pp. 165 – 177). Em outro artigo do mesmo ano, agora da Revista *Lumen*, podemos concluir que esta situação não só aconteceu em Braga: “Em Portugal, assim como noutras nações, houve algumas dificuldades e resistências contra o estabelecimento de Seminários”. *Lumen*, Vol. XXVII. Lisboa 1963. pp. 531 – 538.

⁹¹ CASTRO, Aníbal Pinto de, *D. Frei Bartolomeu dos Mártires*, p. 37.

⁹² *Catecismo ou Doutrina cristã e práticas espirituais*, de Frei Bartolomeu dos Mártires, 15ª edição à cura de Arlindo Ribeiro da Cunha. Fátima 1962. pp. 341 – 342.

CAPÍTULO II

OS SÍNODOS DIOCESANOS

1. Os Sínodos na história

Uma das maiores tentações de qualquer trabalho de investigação histórica são os anacronismos, ou seja, olharmos para um dado acontecimento ou fenómeno da história com os *olhos* da actualidade e com as ideias que temos porventura hoje.

Assim, ao iniciar este segundo capítulo, é oportuno fazermos uma precisão do termo “Sínodo”⁹³ para que a abordagem a ser feita seja o mais correcta possível e não dê lugar a confusões e a imprecisões.

Sínodo indica “*um caminhar juntamente, para um mesmo fim*”⁹⁴, isto é, um grupo de pessoas que, em conjunto, tentam atingir um mesma meta. Como explicita em nota de rodapé, Sínodo é a síntese de duas palavras e o sentido é o “*de uma assembleia de companheiros de viagem, de pessoas que se encontram para um objectivo, com um futuro parcialmente ignoto à sua frente, na esperança e na espera*”⁹⁵.

Jedin, na introdução que faz ao seu livro “*Breve storia dei concili*”⁹⁶, acrescenta que a palavra sínodo não é só ajuntamento, reunião, assembleia mas também refere-se ao lugar, ao espaço físico onde se juntam. Portanto, uma palavra para duas acessões, mas que se podem identificar perfeitamente.

Como neste trabalho vamos desenvolver só as questões relacionados com os Sínodos Diocesanos, elaboraremos, se bem que de forma bastante breve, um pouco da sua evolução ao longo da história, sabendo de antemão que, pelo menos inicialmente, não havia distinção entre eles, e depois centrar-nos-emos especificamente na Península Ibérica e naqueles que foram realizados na centúria de 1500.

⁹³ Συν – juntos; ó odón – caminho ou viagem.

⁹⁴ *Dizionario dell’età delle Riforme (1492-1622)* à cura di CAVALLOTTO, Stefano e di MEZZADRI, Luigi. Roma 2006, p. 537.

⁹⁵ TANNER, Norman, *I Concili della Chiesa*. Milano 1999. p. 9.

⁹⁶ JEDIN, Hubert, *Breve storia dei concili*, Brescia 2006. p.10 . Outro aspecto que necessita de ser diferenciado é que esta mesma palavra é aplicada indistintamente a outras assembleias cristãs, nomeadamente o Sínodo dos Bispos, os Sínodos Regionais, Provinciais e Nacionais. A palavra inicial que os une assume sempre a mesma função, distinguindo-os simplesmente o adjectivo que os acompanha e classifica. Na já citada introdução, encontramos uma boa panorâmica geral destes variados tipos e dá-nos, para cada um, um bom esclarecimento. Neste trabalho ocupar-nos-emos simplesmente dos Sínodos Diocesanos.

Os mais antigos testemunhos aparecem-nos no século II. No Oriente começam a reunir-se em Sínodos os Bispos vizinhos ou os Bispos de determinadas zonas. Mas é no III século que começam a aparecer propriamente os Sínodos Regionais, cujo objectivo era “*afrontar problemas de natureza complexa, que já não era possível resolver mediante um reenvio à Tradição dos Apóstolos, ou problemas que um único Bispo não estava à altura de responder*”⁹⁷.

Sem nos referirmos aos Concílios gerais, o primeiro milénio da Cristandade foi marcado mais ou menos por reuniões sinodais que tinham em vista os objectivos mencionados por Shatz, acrescentando-se simplesmente os vários problemas que surgem por causa das heresias que tinham resposta não só da Igreja universal, mas também das comunidades locais.

No segundo milénio, os Sínodos Diocesanos tiveram um lugar de destaque na vivência das Igrejas particulares e sobretudo nas constantes reformas que se aspiravam para o seio da Igreja. Os das Igrejas particulares são, a nível de importância, imediatamente abaixo aos Sínodos Regionais – dos quais a Península Ibérica foi bastante pródiga e fértil – e derivam sobretudo da necessidade legislativa da Igreja. Ou seja, universalmente eram emanadas leis através dos Concílios e, mais localizadas, pelos Sínodos Regionais e depois competia ao Bispo fazer com que estas fossem aplicadas nas suas Dioceses. Isto tornava-os verdadeiros administradores de leis, conferindo-lhe um poder local bastante grande, enquanto legislador na sua Diocese.

O Bispo exercia o poder local como autoridade não contestada, enquanto autoridade, quer pelo clero religioso e secular, quer por todos os leigos dentro do território diocesano. Os Sínodos eram a forma mais expressiva do Bispo tornar visível a sua *autoritas* perante todo o clero, principalmente daqueles que tinham a seu cargo a cura de almas.

Já em meados do século XII, o *Decreto Graciano* falava sobre os Sínodos e da utilidade da sua celebração anual, mas ainda a título de recomendação. No século XIII, o IV Concílio de Latrão (1215), através dos seus setenta decretos, impôs um conjunto de normas para a Igreja Universal, no cânone 6 aponta a necessidade da prática sinodal regular a todas as províncias metropolitanas e que as normas dos Concílios Provinciais deviam ser publicadas nos Sínodos Diocesanos, estipulando ainda que estes últimos deviam ter uma periodicidade anual.

Contudo, esta legislação do Concílio de Latrão não teve uma aplicação prática, pelo menos no que toca à extensão (ou seja, a todas as Dioceses) e muito menos no que se refere à sua periodicidade.

Com o passar do tempo dá-se uma evolução dos Sínodos, agora já com uma vocação de quase assembleia legislativa geral, onde se promulgavam Constituições ou leis fundamentais sobre o clero e o laicado. A partir do século XIV nota-se uma certa mudança na incidência legislativa, desde que essa não afectasse nem fosse uma ameaça para a autoridade do Bispo diocesano.

Foi preciso esperar mais de duzentos anos depois de Latrão, para que aparecessem medidas mais pormenorizadas e concretas sobre a matéria em causa. O Concílio de

⁹⁷ SCHATZ, Klaus, *Storia dei concili, la Chiesa nei suoi punti focali*, Bologna 1999, p. 17.

Basileia em 1433 regulamentou a obrigatoriedade da sua convenção anual em todas as Dioceses, feita e presidida pelo Bispo ou, em caso de impedimento⁹⁸, por um vigário seu representante, acrescentando ainda que nenhum laico poderia estar presente. Este Concílio foi bastante incisivo nestas questões, apresentando mesmo o andamento que devia ter cada Sínodo: um sermão na abertura leitura dos Estatutos Provinciais e Sinodais em vigor e, por fim, a análise da vida e vivência dos cristãos com vista à sua correcção por parte do Bispo diocesano.

Basta uma leitura atenta de algumas Constituições Sinodais para confirmarmos que esta ordem passou a ser regra neste tipo de assembleias, não só antes de Trento, mas continuando mesmo depois.

O Concílio de Trento teve neste campo, bem como numa grande variedade de temas como o tempo e a situação o exigiam, uma acção preponderante, não só no que concerne a novas regulamentações mas também revigorando os decretos já existentes. Esta insistência constitui mais uma prova que as normas anteriores nem sempre foram cumpridas, ou pelo menos seguidas à risca. Assim, na Sessão XXIV, em 11 de Novembro de 1563, no *Decretum de Reformatione*, capítulo 2, reafirma a disposição que obrigava à realização de Concílios Provinciais de três em três anos e de Sínodos Diocesanos anualmente.

Como veremos depois, nem mesmo o Concílio de Trento conseguiu impor a obrigatoriedade da celebração anual destas magnas assembleias diocesanas.

2. Como funcionava a “máquina” sinodal

Para que se faça uma boa síntese da forma como funcionavam os Sínodos e da sua estrutura interna, temos que nos situar primeiro. O pano de fundo da presente investigação é a península Ibérica, como já foi acenado, e o período é o século XVI. Deste período temos uma preciosa fonte de investigação que é o *Synodicon Hispanum*⁹⁹, que é uma edição crítica dirigida por António Garcia y Garcia, contendo as notícias recolhidas e as Constituições impressas dos Sínodos peninsulares até ao século XVI. O seu maior limite, como fonte para este trabalho, é que os apresenta cronologicamente mas acabando nos limiares do Concílio de Trento. Assim, pelo menos para a que é hoje chamada Espanha, não tivemos acesso aos que sucederam a Trento, isto para uma análise estatística preci-

⁹⁸ A não presença dos Bispos em alguns Sínodos era uma situação bastante comum, seja por sede vacante ou pela simples ausência do Bispo, que antes da normativa de Trento sobre a residência era uma coisa bastante normal. Registamos alguns casos em que os Bispos se encontravam fora das fronteiras da sua Diocese, em serviço, nomeadamente nas cortes dos reis, onde muitas vezes figuravam, por direito ou por escolha pessoal do Rei, para conselheiros, pregadores da Casa Régia ou ainda Capelão Real. Um exemplo é o Bispo D. Pedro Vaz Gavião, Bispo da Guarda entre 1496 e 1516 e simultaneamente era o capelão de D. Manuel rei Portugal. Neste caso, eram presididos por um provisor ou, em alguns casos, por um canónico. Exemplos efectivos desta situação encontram-se nos Sínodos de Orense de 1509 e 1510 (Cf. *Synodicon Hispanum*, vol. I, pp. 142 ss; vol. II, p. 223). Outro exemplo bastante conhecido é o caso de D. Francisco de Mendoza y Bobadilla que foi Bispo da corte e cardeal da cúria, desenvolvendo muitas actividades em ambos os postos, tanto ao serviço de Carlos V e Filipe II, como ao serviço do Papa.

⁹⁹ GARCIA Y GARCIA, Antonio, *Synodicon Hispanum*, Vols. I – VI, 1981 - 1993

sa. Contudo, tendo acesso ao que sucedeu em Portugal, e comparando as constituições, notamos que são bastante semelhantes e, muitas vezes, serviram de modelo umas às outras, assim podemos chegar a conclusões que tenham um bom grau de fiabilidade. Acrescente-se o facto que estes dois países estiveram unidos sob uma só coroa entre 1580 e 1640, no chamado domínio filipino, daí que necessariamente houve intercâmbios entre as Dioceses.

Assim, para a dita Espanha, de 1500 até Trento realizaram-se 53 Sínodos, dos quais possuímos as Constituições da maioria deles e de alguns, notícias bem precisas. De Portugal, contando com as Ilhas Atlânticas, realizaram-se 32 Sínodos no século XVI, dos quais 20 foram realizados antes e durante o Concílio de Trento, e somente 12 depois deste período.

Quer de um país, quer do outro, estas somas não referem os espaços extraterritoriais que estas potências dominavam fora das suas fronteiras ibéricas. Acrescentamos as ilhas Atlânticas pelo facto de serem importantes para o desenvolvimento do presente trabalho, já que o terceiro capítulo será dedicado às Constituições realizadas na então jovem diocese de Angra, nas ilhas dos Açores, saídas do Sínodo de 1559.

Reunidos em assembleia¹⁰⁰, normalmente na Catedral ou no Paço Episcopal, ali se discutiam os assuntos importantes para a vida de toda a Diocese. Começavam pelas leis já emanadas por Roma ou dos Concílios gerais e provinciais. Outras vezes sucedia que se incorporavam nas Constituições normas dos Bispos, ou sejam, os Decretos Episcopais, que a partir daquele momento passam também elas a fazer parte por lei e por direito das regras para aquela Diocese. No dizer de António Garcia y Garcia “*ficam por assim dizer, sinodificadas*”¹⁰¹. É o exemplo de Plasencia em que o Bispo Gutierre Alvarez de Toledo mandou que se incorporassem nas constituições o que havia promulgado o seu antigo antecessor, Vicente Árias de Balboa em 1412.

Na forma, escrita ou impressa, em primeiro lugar aparece a data e o local onde se deu o Sínodo, realizando-se sempre na cidade coração da Diocese. Depois elencam-se todos os presentes, por ordem hierarquizada de importância: o Bispo que convoca e preside ou, em caso de Sede vacante, do notário que as redige; o Deão e os Cónegos; Arciprestes; Rectores; Capelães; vigários; curas e lugares tenentes; racioneros e todas as pessoas eclesiásticas. De salientar que só os que ocupavam graus mais altos em dignidade é que viam junto à sua função também o seu nome escrito¹⁰², os restantes eram simplesmente designados em forma colectiva. Nas próprias constituições encontramos orientações precisas de quem devia estar presente e até indo ao pormenor das vestes a usar: “*os dom abades bentos e dom priores das ordens de Sam Bento e Sancto Agostinho do nosso Arcebispado [...] sempre venham com suas mitras e bagos e com ornamentos*

¹⁰⁰ Para se perceber bem como funcionava todo o aparato do Sínodo há que consultar as Actas Sinodais dos mesmos. Infelizmente, nem todas chegaram até nós. As mais antigas portuguesas que se conhecem são as do Sínodo de Évora de 1534 (in «Anais da Academia portuguesa de História», II série, 20, 1971). Dá-nos com bastante pormenor como era “vividio” o Sínodo. Desde a preparação anterior, até aos acontecimentos diários dos dias da reunião sinodal.

¹⁰¹ *Ibidem*, Plasencia 1499, Vol. V, p. 340.

¹⁰² *Ibidem*, Mondoñedo 1522, Vol. I.

*necessários para se revestirem em pontifical [...] e a outra clerezia toda venha com suas sobrepellizias limpas e sãs”.*¹⁰³

O centro das maiores atenções das Constituições, regra geral, era os clérigos: situações viciosas e imorais e, mesmo ainda muito antes de Trento, já se nota uma grande preocupação pela ignorância generalizada.

O Sínodo devia ser composto por todo o clero da Diocese, secular e regular, reitores paroquiais e os prelados dos mosteiros. E aqueles que não estivessem presentes, deviam fazer-se representar e justificar a sua ausência com razões credíveis. Caso contrário haviam sanções prescritas para os prevaricadores; o sínodo de Braga de 1505 prevê sanções económicas¹⁰⁴, e as Constituições da Diocese Orense¹⁰⁵ vão mais longe, prevendo a pena de excomunhão para os faltosos.

A extensão das leis promulgadas variam com o passar do tempo, conforme a Diocese que as emana e, sobretudo consoante o Bispo que as dirige. Isto é, vemos algumas variações bastante significativas e incisivas conforme a vontade reformadora do Bispo da Diocese, sabendo nós que nem sempre estas vontades foram respeitadas.

A tendência geral das ditas legislações é de aumentar com o tempo, à medida que nos aproximamos do século que é o objecto do presente estudo. Isto dado que se introduzem não só os problemas a corrigir e as penas consequentes – poderíamos dizer, uma legislação negativa – mas também aparece mais amiúde a introdução das coisas que deviam conhecer a fim de ensinar ao povo – uma legislação positiva.

Nota-se também que a evolução social e económica da sociedade incidia na vida das dioceses, nomeadamente na vida do clero. A título de exemplo ilustrativo, a grande preocupação das normas sinodais a partir do século XV, incide sobre a moralidade da vida do clero, na precariedade da vida litúrgica e da administração dos Sacramentos. Outro aspecto de bastante interesse e que em algumas Dioceses começa a ser uma orientação precisa, é o da cura e gestão dos patrimónios das Igrejas, denotando que este aspecto seria também um dos mais descurados.

No plano espiritual realça-se sobretudo a linguagem utilizada, adornada de citações bíblicas e espirituais que pretendem dar significado e força de legitimidade ao que está a ser legislado.

No mesmo sentido desta orientação espiritual, nota-se também uma tentativa de levar todos os fiéis a uma vivência cristã mais autêntica e digna da parte de todos, apresentando reformas que visam limpar tudo o que não é próprio de um verdadeiro cristão, condenando com penas bastante duras os desvios mais graves, tais como os dos hereges, das feiticeiras, das benzedeadas e dos adivinhos. Ou seja, tudo o que estava no campo das superstições, bem cimentado na mentalidade de então.

Os Sínodos e depois as visitas às paróquias efectuadas pelo Bispo ou por um delegado seu representante, foram naqueles séculos os meios mais eficazes de controlo da hierarquia sobre o clero e os demais fiéis.

¹⁰³ *Ibidem*, Braga 1505, Vol. II, p. 142.

¹⁰⁴ *Ibidem*, Vol. II, p. 142. A quantia a pagar pelos ausentes era de três dobras de ouro. Esta soma era considerada bastante pesada, daí que concluímos que a ausência era considerada bastante grave.

¹⁰⁵ *Ibidem*, vol. I, p. 141.

Relacionado com esta situação podemos aludir a questão da frequência. À primeira vista notamos que é muito intermitente, significando em primeiro lugar que as orientações conciliares eram letra morta. Mas podíamos referir, se bem que no campo da especulação, algumas razões para tal facto: anualmente poderiam ter concluído não haver necessidade de se alterar as regras emanadas, pelo facto que ainda todas estariam actuais; realmente as situações mencionadas não mudariam assim com tanta velocidade. Outros factores poderiam ser as distâncias a percorrer e as despesas inerentes à realização de tão grande assembleia, a qual era sustentada pela mesa do Bispo e com uma cotização fixa para todos os clérigos beneficiados. Mas sobretudo seriam as visitas pastorais a impedir que se realizassem com a frequência pretendida o Sínodos, visto que seria o Bispo a constatar *in loco*, o que se passaria na Diocese e até que ponto seria necessário ou não rever as Constituições Diocesanas.

Para que estas hipóteses, especulativas sempre, fossem comprovadas, teríamos de realizar um outro tipo de estudo, com acesso a outras fontes, nomeadamente os livros de Tombo paroquiais e os relatórios das visitas pastorais, tendo em conta também as limitações de um e de outro.

Contudo, encontramos Bispos que tinham um espírito reformador *avant la lettre*, e com preocupações pastorais insígnies. Exemplo é o Bispo de Tuy, D. Diego de Avallaneda (1526 – 1537), que sob o seu governo mandou celebrar Sínodos durante cinco anos consecutivos entre 1526 e 1530.¹⁰⁶ De realçar que este Bispo realizou em 1528 uma visita pastoral por toda a Diocese, facto este anormal para a época a que se refere, por não ser uma prática generalizada, resultando daí que nos últimos dois Sínodos vemos alterações bastante significativas resultantes de informações mais precisas recolhidas no terreno.

3. Razões para a convocação dos Sínodos

Exporemos de seguida as mais variadas razões apresentadas para que o Bispo convocasse a assembleia sinodal. Em primeiro lugar, e sempre a razão mais evocada é para que se dê cumprimento aos cânones lateranenses e às demais disposições já referidas anteriormente da parte de outras instâncias da Igreja.

Esta orientação conciliar aparece devido à necessidade latente de reforma que se vivia por toda a cristandade, e o lugar com maiores probabilidades de sucesso seriam as Dioceses. Daí que os Bispos assumam um papel de relevo nesta missão eclesial, promovendo legislação adequada às suas realidades e que pudessem pôr cobro às anomalias aí existentes. Estas aparecem como a maior das razões para que se celebrem os Sínodos. A título ilustrativo apresentamos as Constituições da Diocese de Braga¹⁰⁷ de 1505 e as de Mondoñedo¹⁰⁸ de 1541, onde se afirma: “*y como la malícia humana sempre crezca y a charidad y amor de los próximos disminuya*”, acharam por bem encontrar medidas que pusessem cobro a estas situações.

¹⁰⁶ *Ibidem*, Tuy, Vol. I. pp. 391ss.

¹⁰⁷ *Ibidem*, vol. II, p. 140.

¹⁰⁸ *Ibidem*, vol. I, p. 73.

Outro dos problemas que afectavam as comunidades, nomeadamente a clerical, era a posse indevida de benefícios. A este respeito, outras normas de Mondoñedo de 1547¹⁰⁹ afirmam que as novas constituições são como um “*remédio oportuno*” para se pôr cobro a uma situação de apropriação ilegal de rendimentos e que, segundo se depreende, parecia ser uma situação bastante frequente naquela diocese espanhola.

Outra das razões que aparecem com bastante frequência, era o facto de algumas Constituições mostrarem-se já sem aplicação na vida prática, ou seja, inócuas e havia necessidade de “*hemendarse, quitar-se e corrigir-se lo que neçessario fuere*”¹¹⁰. Passado algum tempo, e nalguns casos até bastante tempo, sentiam necessidade de rever alguns cânones das Constituições, visto que já não tinham aplicação prática. Noutros casos, isto acontecia porque anteriormente haviam adoptado constituições doutras Dioceses e agora sentiam que aquelas não estavam adaptadas à sua realidade. Nesta linha, o Sínodo de Tuy afirma que “*as nuevas constituciones puedan remediar las nuevas maliçias y formas de pecar*.”¹¹¹ Um aspecto que começa também a ser comum é o facto do Bispo aperceber-se que as Constituições em vigor precisariam de ser reformuladas ou *agiornadas*, diríamos nós hoje, como afirma o Bispo de Astorga, Pedro de Acuña e Avellaneda, depois de ter feito visita canónica à Diocese: “*junto com sus próprias experiencias pastorales y las sugerencias que emergiam de la visita, intenta recoger lo que habia de valido en las anteriores constituciones sinodales, anulando el resto*”¹¹².

Noutros casos, não são os Bispos a sentirem a necessidade de reunir a clerezia, mas são estes a requerem Constituições para que saibam a “*manera que han de tener en su officio sacerdotal e na honestidade e regimiento de sus ovejas e de sus personas e iglesias*”¹¹³. Mas, a regra geral seria o Ordinário do lugar a convocar por decisão própria e para comunicar as coisas “*conbynientes al servicio de Dios y deçençia y byda y honestidad del abyto saçerdotal*”¹¹⁴.

Um outro aspecto de bastante interesse, sobretudo porque corrobora o facto de intrinsecamente e antes do movimento da Reforma Protestante, muitas Igrejas locais já sentiam a necessidade de combater a ignorância do clero. Daí que o Sínodo de Tuy de 1526 alude à falta de formação dos clérigos e institui já orientações bem precisas, ainda que pobres e limitadas, sobre a forma como se hão-de preparar os clérigos¹¹⁵.

A nível mais geral, mas como plano reformador, aparece-nos um Sínodo realizado na Diocese de Leon em 1526¹¹⁶, com um vasto programa de intenções de cariz reformista. Pertence ao número dos grandes Sínodos pretridentinos que intentam uma codificação geral do direito diocesano, junto com uma reforma disciplinar do povo e do clero.

¹⁰⁹ *Ibidem*, vol I, p. 81.

¹¹⁰ *Ibidem*, Orense 1538, Vol. I, p. 144; Orense 1539, Vol. I, p. 146; Guarda 1500, Vol. II, p. 224; Oviedo 1535, Vol. III, p. 455.

¹¹¹ *Ibidem*, Tuy 1528, Vol. I, p. 397.

¹¹² *Ibidem*, Astorga 1553, Vol. VI, p. 15.

¹¹³ *Ibidem*, Orense 1543 – 1544, Vol. I, p. 150.

¹¹⁴ *Ibidem*, Tuy 1527, Vol. I, p. 395.

¹¹⁵ *Ibidem*, Vol. I, pp. 393 – 394.

¹¹⁶ *Ibidem*, Vol. III, p. 317.

Também de bastante interesse e valor foi a acção desenvolvida pelo Bispo Cristobal de Rojas y Sandoval (1502 – 1580), que foi, sucessivamente, Bispo de Oviedo, Badajoz, Córdoba e Sevilha. Celebrou numerosos Sínodos em todas as Dioceses que passou, chegando até nós a notícia de pelo menos dez que convocou e presidiu e além desta actividade mais localizada, presidiu a um Concílio Provincial em Toledo entre 1565 e 1566. A sua participação na segunda etapa do Concílio de Trento (1551 – 1552) impulsionou-o imediatamente em pôr em prática às reformas aludidas. Isto comprova-se não só pela quantidade, mas também na qualidade das medidas adoptadas em cada um dos Sínodos por ele celebrados¹¹⁷.

Outra preocupação da maioria das Dioceses, quer portuguesas como espanholas, era a necessidade de se expor ordenadamente as festas litúrgicas que se deviam celebrar e respeitar em todas as paróquias. Trata-se de um verdadeiro calendário litúrgico, contendo os nomes dos Santos, bem como de Cristo e da Virgem Maria, e as respectivas datas em que se deveria celebrar as suas memórias.

Em outras encontramos indicações puramente de índole pastoral, por exemplo a criação de confrarias do Santíssimo Sacramento em todas as Igrejas paroquiais da Diocese¹¹⁸.

As necessidades de reforma e as orientações que eram emanadas através das constituições nem sempre eram pacíficas. Ou seja, não só estamos certos de poder concluir que muitas delas seriam durante vários anos ignoradas pela maioria do clero, quer por simples ignorância, quer por falta de vontade, mas também temos notícia de verdadeiras lutas entre o Bispo, enquanto legislador, e o clero. Muitas vezes isto acontecia com o clero que, em princípio, teria mais responsabilidades e, provavelmente, os que teriam também mais benefícios, consequentemente, mais coisas a perder. Exemplo bem concreto desta situação é a notícia do Sínodo de Oviedo de 1515¹¹⁹, onde se fala de um “*enfrentamento armado entre o Bispo e o cabido*”. Segundo António Garcia y Garcia, ficou conhecido como o “*Sínodo de espadas*”.

Depois do Concílio de Trento, as motivações para que se convoque Sínodo vão sempre na linha de continuar a Reforma, já antes alvitrada, mas com claras referências às conclusões conciliares. Assim, em Coimbra, o Bispo D. Afonso de Castelo Branco, publicou em 1591 novas Constituições Sinodais, seguindo as que já existiam, mas introduzindo elementos novos, como o próprio afirmou: “[...] *tomando das anteriores [...] o que não se achou alterado e pareceu que convinha; mudando e acrescentando o mais que conforme ao mesmo concílio [Trento] e sagrados Cânones*”¹²⁰.

¹¹⁷ *Ibidem*, Vol. III, p. 459.

¹¹⁸ *Ibidem*, Santiago de Compostela 1559, Vol. I, p. 334.

¹¹⁹ *Ibidem*, Vol. III, p. 454. De certeza absoluta que estas situações deviam ser bastante comuns. Não nos referimos exclusivamente a lutas armadas, porque este foi de certeza um facto isolado. Mas terá havido muitos confrontos entre a autoridade e o clero, naquilo que se referia à disciplina e à perda de privilégios. Em todos os tempos e lugares, a perda de um privilégio – benefício – foi sempre motivo de descontentamento e, de consequência, de confronto.

¹²⁰ CARDOSO, A: Brito, *Sínodos e Constituições da Diocese de Coimbra*. in Lumen 1987. p. 407.

4. Estrutura das Constituições

A estrutura interna das Constituições Sinodais é muito semelhante entre si, bem como aos assuntos que tratam. Podemos apresentar várias razões para explicar estas semelhanças, apesar de para algumas delas temos necessariamente de entrar no campo da especulação, mas são hipóteses bastante válidas.

Em primeiro lugar, haviam orientações idênticas emanadas pelos Concílios, gerais e provinciais, daí naturalmente a grande proximidade entre elas. Mas podemos juntar ainda outras, nomeadamente, relacionado com as problemáticas semelhantes que se viveriam nas Dioceses, concluindo-se que haveriam problemas e emergências iguais; outra será o movimento dos Bispos entre as Dioceses. Já acenamos para o caso do Bispo Cristobal de Rojas y Sandoval, mas outros casos poderíamos juntar¹²¹, por esta ser uma situação bastante comum, porque muitas dioceses eram consideradas como promoções relativamente à anterior. Assim, tendo o mesmo legislador é natural que aparecessem as mesmas leis. Sabemos também que houve constituições que serviram de base a outras e casos em que existe mesmo uma cópia literal, se bem que não de todos os cânones, mas de grande parte. Este é o caso dos Sínodos de 1553 da Diocese de Astorga e da Diocese de Oviedo, que foram impressos no mesmo ano, levando-nos a concluir que houve entre ambos um texto base que serviu para as suas redacções. Esta situação não é nova, porque já anteriormente aconteceram situações semelhantes, por exemplo o Sínodo de Lisboa de cerca de 1240, adoptou para aquela Diocese uma parte notável dos estatutos Sinodais do Bispo de Paris, Eudes de Sully¹²².

Geralmente as Constituições começam sempre nomeando quem as ordenou, ou as mandou fazer, fazendo ressaltar que muitas vezes não era o Bispo diocesano titular, como atrás já foi mencionado e explicando as razões pelas quais estes nem sempre estariam presentes, mas um provisor ou canónico por instrução do Ordinário local.

Depois elencam-se as razões que levaram à realização do Sínodo e, de seguida, entram nas questões mais particulares, começando pela vida do clero secular e regular, se os há nos limites e jurisdição daquela diocese; como e quando devem celebrar missa, ficando o beneficiado com a obrigação de celebrar pelo menos três missas ao ano; em relação às vestimentas próprias e os cuidados de limpeza a ter com elas; ainda sempre no aspecto exterior há constantes referências à tonsura, inclusive o tamanho que deve ter consoante o grau em que cada clérigo se encontra; os cabelos e a barba, esta deve ser rapada, segundo algumas constituições de mês a mês, mas outras são mais rigorosas e impõem como um hábito quinzenal; preocupando-se também com a limpeza das igrejas, com os ornamentos sagrados e com os óleos santos – pelo facto de com facilidade estes

¹²¹ É o caso de outro Bispo, exemplar como reformador, e que ocupou sucessivamente as dioceses de Zamora (1487), Salamanca (1494), Jaen (1498), Palencia (1500) e Sevilha (1504 a 1523).

¹²² PEREIRA, Isaías da Rosa, *A vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos Sínodos medievais portugueses*, in “*Lusitânia Sacra*”, Lisboa 1978, p. 44. Noutro artigo, o mesmo autor refere que “os estatutos Sinodais do Bispo de Paris, Eudy de Sully (1196 – 1208), emigraram para várias diocese francesas, para o norte da Europa e chegaram até à Diocese de Lisboa.” “Sínodo diocesano de Évora de 1534” in «Anais da Academia portuguesa de História», II série, 20. Lisboa 1971. pp. 171 – 172.

ficarem impróprios para administração dos Sacramentos, faziam parte da preocupação das autoridades, não só referidos nas Constituições, mas também fazia parte das coisas a ter em ordem aquando das visitas canónicas às paróquias.

Interessante é o facto de se mencionar não só a conduta externa, como no caso das roupas, mas de irem também à conduta interna, nomeadamente sobre as próprias conversas e falas que seriam dignas ou não de um clérigo: *“a vida dos clérigos não somente há-de ser diferenciada da dos leigos nas obras, mas ainda nas vestiduras e falas, porque as coisas exteriores dão grande sinal e conhecimento daquelas que os homens não podem ver nem conhecer”*¹²³.

Outro aspecto relevante é o referente às armas, que parece ser um costume normal entre todos incluindo os clérigos. Daí que constantemente se chame a atenção para que as não tragam por razão nenhuma e com penas bastante severas para aqueles que não cumprirem este mandato, porque *“as armas dos clérigos devem ser lágrimas e orações”*. Esta expressão aparece em quase todas as Constituições que tivemos oportunidade de analisar, sendo mesmo utilizada quase como uma fórmula. Ainda as de Braga de 1505 acrescentam que as únicas armas permitidas são: *“uma ou duas facas que sejam estreitas e curtas tais que pareçam para serventia de seu comer ou caça”*.

Regra geral, ordenam que não sejam só os clérigos, mas também que os sacristães não deverão portar qualquer espécie de arma. Isto deve-se sobretudo ao facto que se pedia que o sacristão fosse clérigo ou no mínimo solteiro, porque *“as coisas eclesiásticas, se se puder, sejam tratadas por mãos de clérigos e não de leigos”*¹²⁴. Sendo assim, estes também estariam obrigados a obedecer, em caso de serem clérigos, às leis aplicáveis ao seu grau. Apesar disto, a Diocese de Plasencia¹²⁵, reunida em Sínodo em 1534, repete a mesma regra sobre os sacristães, acrescentando porém que se prefiram os solteiros aos casados, não referindo o facto de terem de ser clérigos.

Em relação às coisas sagradas, eram muito rigorosos no que tocava à proximidade das mulheres. O Sínodo de Segóvia¹²⁶ afirma que a nenhuma mulher é permitido aproximar-se do Santíssimo Sacramento, nem a nenhuma coisa consagrada ou bendita, mesmo que seja para enfeitarem os altares.

Ainda na vida moral mais coisas são referenciadas, por exemplo o que devem rezar, como devem celebrar os ofícios divinos e dar os Sacramentos. Devem confessar-se e comungar duas ou três vezes no ano, conforme o lugar; mas noutros insiste-se numa maior frequência ao sacramento da confissão para que celebrem mais dignamente; assim o Sínodo de Segóvia¹²⁷ de 1529 pede que todos os clérigos de missa se reconciliem de dois em dois meses.

Em relação ao Sacramento da Eucaristia, aparecem regras bastante concretas, por exemplo no que toca ao número de missas a celebrar. Regra geral devem celebrar uma só missa, onde devem dizer as palavras da Consagração e consumir o Corpo e o Sangue de

¹²³ *Synodicon*, Braga 1505, Vol. II, p. 144.

¹²⁴ *Ibidem*, Plasencia 1499, Vol. V, p. 370.

¹²⁵ *Ibidem*, Vol. V, p. 446.

¹²⁶ *Ibidem*, Segóvia 1529, Vol. I, p. 524.

¹²⁷ *Ibidem*, Vol. VI, p. 511.

Cristo realmente. Acrescentam porém algumas excepções: podem celebrar três missas no dia de Natal; ou, em caso que apareça uma “grande pessoa” que não tenha ouvido missa, o sacerdote pode celebrar segunda vez; e por último, se a paróquia tiver anexos (ermidas) pode também fazer uma segunda celebração. Em qualquer dos casos, deve o sacerdote estar sempre em jejum, sem nunca tomar a “*ablucion*”¹²⁸ Estas regras sobre o número de missas e, sobretudo, o facto de se chamar a atenção de terem de dizer as palavras da consagração e de consumirem as sagradas espécies, faz-nos pensar que decerto haveriam muitos abusos nesta área.

Mais se acrescenta que não devem ser negociantes, nem concubinários¹²⁹, não participarem em jogos¹³⁰ e não beber em tabernas; e que ninguém ouse usurpar os bens das igrejas. Neste último aspecto, o Sínodo de Lisboa de 1565, acrescenta que em cada paróquia haja um livro de tomo onde se anotem todos os bens daquela igreja, inclusive pesando as pratas que lá existam para que não hajam desvios nem trocas por outras de valor menor.

Um aspecto que aparece já nas Constituições anteriores ao século XVI, e com esboços bastante concretos, é a questão da preparação que deveria haver para aqueles que devem aceder às ordens e da comprovação destes conhecimentos através de um exame. Nesta altura prevê-se uma coisa bastante simples, mas é já um embrião de Reforma que depois terá seguimento em outras instâncias da Igreja, culminando em as normativas de Trento. O Sínodo de Orense¹³¹ de 1543 – 1544 afirma que todos os clérigos com menos de trinta anos sejam obrigados a estudar de tal modo que possam discernir o pecado mortal do venial e conhecerem os casos em que possam ou não absolver o penitente. Os que porventura já estudaram são obrigados a ir perante o Bispo que os examinará das suas competências.

Relacionado com este aspecto, aparece a razão porque é que deviam ter conhecimentos, porque era sua obrigação ensinar aos “*fregueses em dia de Domingo*” o Pater noster, a Ave-maria e os preceitos e artigos da fé. Aqui aparece mesmo em forma de catecismo aquilo que estavam obrigados a ensinar e que serviria como guia para as catequeses dominicais, acrescentando um conjunto de matérias em que deveriam ser versados: os mandamentos da Lei de Deus e os da Santa Madre Igreja; os pecados mortais, veniais e capitais e das suas circunstâncias; os sacramentos, dividindo-os em sacramentos de necessidade (baptismo, confirmação, penitência, comunhão e extrema-unção) e os de vontade (ordem e casamento); as obras de misericórdia; as virtudes teológicas e cardeais; os dons do Espírito Santo; as potências e os inimigos da alma; as bem-aventuranças.

¹²⁸ A “*ablucion*” era algo que podiam comer depois de consumirem o Corpo e o sangue de Cristo. Esta prática era normal, sobretudo nas grandes celebrações em que as pessoas, por obrigação do sagrado jejum eucarístico, sobretudo as mais fracas, levavam consigo alguma coisa que pudessem comer depois de terem recebido a comunhão.

¹²⁹ O tema das concubinarias aparece em todas as constituições e pretendemos desenvolvê-lo um pouco mais no terceiro capítulo; aqui neste fazemos só o seu apontamento.

¹³⁰ “... não joguem publicamente à bola e a outros jogos desonestos [cartas] *sob pena de dez dias presos nos cárceres de Sua Senhoria [Bispo] e de um florim de oiro*” (Cf. *Syndicon*, Segóvia 1529, Vol. VI, p. 518.)

¹³¹ *Ibidem*, Vol. I, p. 225.

Muitos Sínodos chamam já a atenção para que todo o clérigo resida na sua igreja, antecedendo uma vez mais as emanações de Trento, com castigos bastante severos para os prevaricadores, chegando mesmo à perda do seu benefício.

Outro tema, que aparece de quando em vez, é o relacionado com as questões de superstição, quer popular, quer aquelas em que os próprios clérigos participam. Contra estes que embarcam em tais actos, as Constituições são bastante severas e as de Plasencia¹³² de 1534 ordenam mesmo a pena de excomunhão, aludindo a um hábito de algumas pessoas daquela Diocese de mandarem celebrar missas de Santo Amador e do Conde, onde estariam um certo número de velas acesas e num ordem própria, senão a missa não teria o efeito desejado. Em outros locais fala-se das missas de parelhas, ou seja, três clérigos que celebram missa contemporaneamente e devem vestir e despir os santos ornamentos ao mesmo tempo. Para aqueles que praticam a adivinhação e para os que os frequentam e acreditam neles aparecem penas rigorosas¹³³.

Um caso particular, e sem dúvida de bastante interesse, é o da pregação de indulgências. O Sínodo da Diocese da Guarda¹³⁴ chama a atenção para o cuidado que se deve ter com os falsos pregadores de indulgências. É notório que este facto não apareça em mais nenhuma das Constituições que foram objecto de análise para esta investigação e que só pode ter origem em algum problema relacionado com isto, todavia circunscrito àquela região e que não é mencionado em nenhuma outra.

Uma outra parte das Constituições é dedicada à vida dos fiéis em geral, com enfoques especiais para a participação na vida sacramental: confessarem-se e comungarem na Quaresma; que os enfermos também se confessem e recebam a comunhão, e quando a hora chegar e seja pedido, recebam a extrema-unção¹³⁵.

Acrescenta-se em muitos casos uma listagem das festas que todos devem guardar e jejuar e normas concretas para a vivência do Domingo, aludindo aquilo que não se pode nem se deve fazer neste dia santo, norma esta que é extensiva quer para o povo como igualmente para o clero. Entre todas estas obrigações religiosas, aparece um especial enfoque para alguns dias de santificação: a Quarta-feira de Cinzas, o Domingo de Ramos e as cerimónias da Semana Santa, sobretudo para a celebração da ressurreição. Durante o ano litúrgico, é pedido que se solenize as festas do Espírito Santo, da Natividade, da Epifania e a do Corpus Christi¹³⁶.

Outro âmbito que sentiram necessidade de legislar, prendia-se com os comportamentos e atitudes a ter nos espaços sagrados, ou seja, nas igrejas. Pede-se que não se façam coisas desonestas, tais como: bailar, dançar, jogar, cantar ou coisas desonestas em que se reverta a natureza humana, como são homens vestirem-se de mulheres e vice-versa¹³⁷.

¹³² *Ibidem*, Vol. V, pp. 456s.

¹³³ *Ibidem*, Orense 1543 – 1544, Vol. I, p. 235.

¹³⁴ *Ibidem*, Vol. II, p. 255.

¹³⁵ A extrema-unção, naquela época, devia ser ministrada por dois sacerdotes na casa do doente. Só em casos em que o enfermo se encontrasse num estado que não aguentasse esperar para que viesse outro – para os casos em que era necessário vir um de outra paróquia vizinha – então um só clérigo administraria este sacramento. (Cf. *Ibidem*, Guarda 1500, Vol. II, p. 234.)

¹³⁶ *Ibidem*, Orense 1543 - 1544, Vol. I, pp. 227 – 220.

¹³⁷ *Ibidem*, Plasencia 1499, Vol. V. p. 354; Segóvia 1529, Vol. VI. p. 521.

Da análise feita, estamos em condições de concluir que as Constituições antes e depois de Trento são bastante semelhantes, e indo mais longe, podemos afirmar que são quase idênticas. Um dos pontos mais em destaque depois de Trento é a insistência no culto mariano, por exemplo a obrigação de rezar as horas de Nossa Senhora, que é uma consequência reactiva às ideias dos reformistas. Outro ponto que se focaliza bastante é o da formação sacerdotal, mas que aparece mais como reafirmação daquilo que já se legislava à bastante tempo, nomeadamente as disposições do III Concílio de Latrão (1179), cânones 3 e 18, e do IV Concílio de Latrão (1215), cânone 11. A partir de Trento, dá-se uma perspectiva diferente à formação do clero, visto que aí ficou assente a ideia da criação dos chamados Seminários.

Assim, no nosso entender, concluímos que a nível de legislação sinodal não houve grandes mudanças depois do Concílio do século XVI. Houve sim, um controlo mais efectivo à vida concreta das populações, leigos e clérigos, mas que foi conseguido sobretudo através das visitas pastorais às comunidades locais. Foi através destas que se conseguiu uma reforma mais efectiva na Igreja. Reforma esta que não foi automaticamente realizada, mas que levou bastante tempo a ser realizada.

Como vimos ao longo de todo este capítulo, as Constituições Sinodais são uma preciosa e inestimável fonte para o estudo da vida das Dioceses. A riqueza das suas informações merecem uma atenção mais detida em cada um dos seus argumentos, mas as limitações próprias que um trabalho deste tipo supõe não permitem que se faça. Um aprofundamento de bastante interesse será a comparação da legislação sinodal com os relatórios das visitas, que dará uma visão mais realista entre aquilo que se legislava e aquilo que seria vivido. Mas ao registarmos este aspecto, fazemo-lo como um dos limites do presente trabalho.

No terceiro capítulo limitar-nos-emos simplesmente à Diocese de Angra e, dentro destas, aprofundaremos a vida e costumes dos clérigos, seguindo as orientações das Constituições ali emanadas em 1559.

CAPÍTULO III

Constituições Sinodais da Diocese de Angra

1. Etapas evolutivas da Diocese de Angra até à sua criação

1.1 *Açores no mapa mundi*

A oeste de Portugal, quase no meio do Atlântico, entre os paralelos 36° 59' e 39° 44' de latitude norte, e 24° 41' e 31° 16' de longitude oeste, fica o arquipélago dos Açores¹³⁸, constituído por nove ilhas¹³⁹, todas elas habitadas.

O seu descobrimento ou achamento encontra-se envolto em algumas névoas e tem sido motivo de algumas controvérsias¹⁴⁰, sobretudo no que respeita ao facto se seriam, ou não, conhecidas pelos primeiros que tradicionalmente arribaram aquelas ilhas. Não interessa a este trabalho um elenco das variadas hipóteses, mas provavelmente estas ilhas já seriam conhecidas antes dos portugueses lá chegarem, como atestam alguns mapas anteriores ao século XV, apesar de conterem muitas irregularidades, nomeadamente uma incorrecta orientação e um desenho defeituoso¹⁴¹. Mas o que a nós interessa é que por volta de 1420 estas ilhas são encontradas – “descobertas” – e passam a fazer parte da cartografia oficial e tornam-se pertença daqueles que lá chegaram, ou sejam, os portugueses sob as ordens do seu rei¹⁴². Importante também é de realçar que o achamento dos Açores faziam plano da política de expansão marítima portuguesa¹⁴³. Esta proeza também não é

¹³⁸ FERREIRA, António de Brum, *A geografia física dos Açores in História dos Açores do descobrimento até ao século XX*. Angra do Heroísmo 2008. p. 21.

¹³⁹ Santa Maria, São Miguel, Terceira, Faial, Pico, São Jorge, Graciosa, Flores e Corvo.

¹⁴⁰ CARITA, Rui, *O descobrimento dos Açores, in História dos Açores, do descobrimento ao século XX*, Angra do Heroísmo 2008. Sendo este o estudo mais recente sobre a problemática, o autor apresenta as duas correntes de opinião dominantes: “*a que defende a autoria portuguesa do descobrimento no século XV e a que propõe um conhecimento prévio, geralmente trecentista, quando não ainda muito mais antigo*” (p. 49). O autor tende a aceitar a primeira como sendo a mais correcta e apresenta razões credíveis para tal, dizendo mesmo que se trata de “*um mito o conhecimento das ilhas dos açores antes dos descobrimentos henriquinos*” (p. 53), daí que seguiremos também esta linha.

¹⁴¹ MENESES, Avelino de Freitas de, *Estudos de História dos Açores*, Vol. I Ponta Delgada 1994. pp. 79 - 81. Apresenta um quadro geral da problemática descoberta/achamento, relacionando com a mesma situação em relação ao arquipélago da Madeira.

¹⁴² O rei de Portugal de então era D. João I (1385 – 1433; Cf. SERÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. I. pp. 293 – 298).

¹⁴³ COSTA, Carreiro da, *Esboço histórico dos Açores*. Ponta Delgada 1978. pp. 29 – 30. Apresenta um conjunto de razões que justificam a vontade de expansão portuguesa, nomeadamente para aquela zona do Atlântico.

pacífica quanto à sua autoria. Aceitam unanimemente que eram marinheiros da casa ou ao serviço do Infante D. Henrique¹⁴⁴, mas uns atribuem ao Frei Gonçalo Velho Cabral, e outros a Diogo de Silves, de qualquer maneira esta empresa foi levada a cabo no princípio do decénio de 1430¹⁴⁵. A primeira a ser avistada foi a ilha de Santa Maria¹⁴⁶ e seguiram-se as restantes. As últimas a serem registadas foram as do grupo ocidental, Flores e Corvo, quando decorria o ano de 1452, pelo navegador Diogo de Teive.

Outra problemática é também o nome que foi dado às ilhas “Açores”. Também existem algumas teses que apontam vários caminhos, nem todos credíveis, sobre o seu nome que se manteve inalterável até aos nossos dias. Sabe-se que as primeiras aves que avistaram quando ali aportaram eram aves de rapina, o Milhafre¹⁴⁷. A tese mais consensual é que houve confusão e pensaram ser uma outra ave, com características idênticas, o Açor. Daí o seu nome em toda a cartografia a partir desta época. Depois de um certo período de tempo, deu-se início ao povoamento, a começar pelas primeiras a serem descobertas. A paisagem era densa e muito abundante e o processo normal naquela época era o de lançar gado e introduzir as sementes dos principais víveres, sobretudo cereais e legumes¹⁴⁸. Sabe-se que o povoamento das ilhas se deveu a portugueses de várias províncias do Reino, nomeadamente da Estremadura, do Alto Alentejo e do Algarve e também, de uma maneira considerável, a elementos flamengos, circunstância que se explica pela intervenção de D. Isabel, condessa da Flandres e mulher de Filipe de Borgonha, junto de seu irmão o infante D. Henrique, primeiro donatário dos Açores. Também nesses primeiros tempos de vida humana nos Açores teriam participado do povoamento elementos mouros e judeus, certamente todos foram baptizados como atesta Frutuoso¹⁴⁹, e por ser da vontade expressa do Infante D. Henrique que estas terras fossem habitadas por cristãos.

Relativamente à jurisdição canónica¹⁵⁰, que a nós mais interessa no presente trabalho, a administração da Diocese de Angra passou por três fases distintas: desde o povoamento até

¹⁴⁴ O Infante Dom Henrique (1394 – 1460) era filho de D. João I. Foi uma importante figura do início da era das descobertas, para as quais muito contribuiu. Daí que ficou conhecido na História como *Infante de Sagres* ou o *Navegador* (Cf. SERÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. I. pp. 247 – 248).

¹⁴⁵ CARITA, *O descobrimento*. p. 52.

¹⁴⁶ Os nomes das ilhas estavam muito ligados à religiosidade, tão vincada naquela época. Assim os nomes correspondiam a nomes de Santos, de Cristo e da Virgem Maria, como no caso da primeira. Segundo consta, foi avistada a 15 de Agosto. Outras são: S. Miguel, S. Jorge, Santa Iria, São Tomás e a Terceira de Jesus Cristo. De notar, que com o passar dos anos, a algumas delas foi-lhes mudado o nome.

¹⁴⁷ Deriva este nome das aves desta natureza que ali se encontravam; mas certamente que nisto houve manifesto equívoco; (Cf. DRUMOND, Francisco Ferreira, *Apontamentos topográficos, políticos, civis e eclesiásticos para a história da nove ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha terceira*, Angra do Heroísmo 1990. pp. 1 – 2).

¹⁴⁸ MENEZES, *O povoamento*, in *História dos Açores do descobrimento ao século XX*. Angra do Heroísmo 2008. p. 64.

¹⁴⁹ FRUTUOSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, Livro III, Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 2005. p. 72. Obra escrita entre 1565 e 1591, editada pela primeira vez em 1873.

¹⁵⁰ MENDES, João Maria de Sousa, *O sacerdócio ministerial nas Constituições do Bispo de Angra (1559)*, in *Revista Atlântida – Ciências Sociais*, IAC, Vol. V, Angra do Heroísmo 1991. O autor desenvolve de forma sucinta, mas bastante clara as três etapas da administração diocesana, e conclui a sua exposição com uma análise ao sacerdócio ministerial nas Constituições que também trataremos. Enquanto que ele trata, no campo do Direito, os aspectos relativos ao Sacramento da Ordem, o presente trabalho desenvolverá as reformas relativas ao clero apresentadas nas Constituições de Angra.

1514 esteve sob a jurisdição da Ordem de Cristo¹⁵¹; até 1534, sob a jurisdição da Diocese do Funchal; e, com a criação da Diocese em 1534, passa a ter jurisdição própria. No segundo ponto tentaremos, se bem que de forma breve, fazer um esboço de cada uma das diferentes etapas de modo a que se tenha uma ideia clara do processo evolutivo da referida Diocese.

1.2. *Administração diocesana da Ordem de Cristo*

Após o seu descobrimento e durante pouco mais de meio século, a Ordem de Cristo foi a responsável pela vida destas ilhas, por doação¹⁵² do rei português ao Infante D. Henrique, mestre da mesma. Abrangia dois campos distintos, mas interligados pela mesma fonte de poder. A Ordem exercia a sua autoridade numa dupla perspectiva: jurisdição temporal e jurisdição espiritual¹⁵³.

Temporalmente, o poder era exercido pelo Capitão do Donatário, que estavam à frente das diversas capitánias em que se dividiram as ilhas. Espiritualmente, era o Dom Prior de Tomar, freire da Ordem, que tinha a missão de enviar sacerdotes, seculares ou regulares¹⁵⁴ para as terras descobertas, providenciar a sua sustentação e de fazer visitar as várias ilhas por Bispos titulares ou de “anel”, que conferiam Ordens e sagravam as Igrejas e Capelas que se tinham construídas entretanto¹⁵⁵. Além do mais, “*tinham obrigação de vigiar as atitudes, comportamentos e procedimentos de foro espiritual, quer dos seculares, quer dos regulares*”¹⁵⁶.

¹⁵¹ FONSECA, Luís Adão da, *Ordens Militares*, in Dicionário da História Religiosa de Portugal, 2001. O nascimento desta Ordem foi obra do Rei D. Dinis (SERÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. I, pp. 247 – 248; 254 – 258), que, após algumas negociações consegue, em 1319, que o património da Ordem do Templários, já dissolvido, passe para uma nova Ordem, realmente portuguesa: a Ordem de Cristo. Conseguindo assim que os bens dos Templários (que eram muitos) não fossem desbaratados em mãos não portuguesas.

¹⁵² As terras descobertas foram doadas a esta Ordem por ter sido esta a subsidiária a tarefa dos descobrimentos. Assim D. Afonso V, por carta régia, entrega-lhe o governo do território “*nullius diocesis*”. (Cf. MENDES, João Maria de Sousa, *O Sacerdócio Ministerial...* p. 117.)

¹⁵³ O mesmo autor, acima referenciado, publicou outro artigo dedicado à questão da jurisdição nos Açores. Quanto a esta dupla função da Ordem de Cristo, afirma o autor, não foi sempre bem clara a sua distinção no respeito à efectiva governação, havendo algumas sobreposições. (Cf. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol. L, Angra do Heroísmo 1992, pp. 73 – 111.)

¹⁵⁴ Como a Ordem não possuiria muitos clérigos ordenados de Ordens sacras (“clérigos de missa”), foram requisitados muitos religiosos para evangelizarem estas ilhas. Esta opção deveu-se à vontade do Infante, que no seu já citado testamento. “*Depois dos franciscanos, e ainda no decurso do século XVI, instalaram-se nos Açores os eremitas de Santo Agostinho e os Jesuítas*” (Cf. COSTA, Susana Goulart, *A Igreja: implantação, práticas e resultados*, p. 186).

¹⁵⁵ *Arquivo dos Açores*, Vol. I, pp. 331 – 336. Neste volume está impresso o testamento do Infante D. Henrique e onde consta que este mandou edificar diversas igrejas e capelas em todas as ilhas. De sua vontade também é o facto da vinda de clérigos estranhos à Ordem, visto esta não possuir clérigos de missa em número suficiente foram requisitados muitos religiosos para evangelizarem estas ilhas. Papel muito importante teve os Franciscanos que acompanharam os primeiros colonos que chegaram aos Açores. Temos notícia que em 1445 e 1446 já existiam oratórios desta ordem mendicante em algumas das ilhas e foram sem dúvida eles os primeiros a influenciar a religiosidade açoriana. (Cf. Monteiro, Jacinto, *A primitiva Igreja Açoriana*, in Atlântida, Vol. XXIX, Angra do Heroísmo 1984).

¹⁵⁶ COSTA, Susana Goulart, *A Igreja: implantação, práticas e resultados*, in História dos Açores do descobrimento até ao século XX. Angra do Heroísmo 2008, p. 174.

1.3. *Período da jurisdição da Diocese do Funchal*

Pela Bula *Pro excellenti*¹⁵⁷, de 12 de Junho de 1514 o Papa Leão X eleva o Funchal a Diocese¹⁵⁸, a primeira a ser erecta nos domínios das descobertas portuguesas, com jurisdição sobre toda a área ocupada pelos portugueses no Atlântico e no Índico, tornando-se desta forma a maior de todas as Dioceses já existentes no mundo inteiro¹⁵⁹.

Assim, as ilhas dos Açores passaram a fazer parte da jurisdição funchalense. Mas esta jurisdição só existiu por um período de 20 anos, visto que em 1534 foi criado o Bispado de Angra. Durante este breve período realçam-se sobretudo algumas visitas efectuadas aos Açores por mandato do Bispo do Funchal, como consta a sua presença através da sagração de algumas igrejas Matriz¹⁶⁰.

Mas só a proximidade¹⁶¹, que não é assim tão real para aqueles tempos, não justificam a ligação à Diocese do Funchal. Assim, pensamos que desde o início haveria intenção de criar novas dioceses, daí que o período foi realmente curto – 20 anos – isto por razões de ordem burocrática entre o reinado português e a Santa Sé.

1.4. *Criação da Diocese de Angra*

A criação da Diocese do Funchal deveu-se ao facto de ser já impraticável o governo de tão grande extensão de territórios por parte da Ordem de Cristo. Mas a criação de uma só uma Diocese não resolveu o problema, como veremos. Começam então os esforços da parte do rei D. João III (1521 – 1557) junto da Santa Sé para a criação de novas Dioceses nas terras já descobertas ou conquistadas, fazendo este plano parte da sua política eclesiástica.

Depois de alguns erros de origem geográfica, em 3 de Novembro de 1534 o Papa Paulo III, pela Bula *Equum reputamus*, cria a nova Diocese de Angra, situando a Sé na jovem cidade¹⁶² que lhe deu o nome, na Ilha Terceira. O Funchal, um ano antes, havia

¹⁵⁷ WITTE, Charles Martial, *Les Bulles d'erection de la province ecclesiastique de Funchal*. Funchal 1962 -1963. p. 79.

¹⁵⁸ VIEIRA, Alberto, *Diocese do Funchal*, in Dicionário da História Religiosa de Portugal, 2001.

¹⁵⁹ “A jurisdição funchalense foi enorme, considerada mesmo a maior do mundo, abrangeu os territórios da conquista portuguesa de além-mar em África, na Índia, no Japão e no Brasil.” (Cf. MOTA, Valdemar, *Visitadores eclesiásticos nos Açores*, in Atlântida, VOL. XXX. Angra do Heroísmo 1985. p. 218.)

¹⁶⁰ *Arquivo dos Açores*, Vol. II, p. 63.

¹⁶¹ COSTA, Susana Goulart, *A Igreja: implantação, práticas e resultados*. pp. 174 – 175. Segundo a autora é “a proximidade geográfica dos dois arquipélagos atlânticos justifica que a tutela espiritual das ilhas açorianas passe a depender da diocese madeirense.” Opinião que não compartilhamos.

¹⁶² Idem, Vol. I. p. 317. Em Agosto daquele ano a Vila de Angra foi elevada a cidade. Alguns historiadores são da opinião que esta elevação à categoria de cidade teria como objectivo de ser a sede do Bispado. Todavia, pensamos que a ideia inicial para sede fosse sempre Angra, mesmo sendo Vila. Inicialmente é nomeada para sede a Ilha de S. Miguel, mas com confusão no nome da Igreja mãe, mas isto deveu-se simplesmente a erros de origem geográfica, visto que estas ilhas ainda não eram assim tão bem conhecidas de todos. (Cf. DRUMOND, Francisco Ferreira, *Apontamentos topográficos, políticos, civis e eclesiásticos para a história da nove ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha terceira*, Angra do Heroísmo 1990. p.186.)

passado a Arquidiocese, e a de Angra passa a ser sufragânea desta até à sua extinção como Arquidiocese¹⁶³, passando depois a fazer parte da Província eclesiástica de Lisboa, situação esta que permanece até aos dias de hoje.

2. Sínodo de 1559

Antes de entrarmos na estrutura das Constituições, propriamente ditas, achamos conveniente introduzir algumas notas de referência ao Bispo que as impulsionou e foi, sem dúvida, o seu grande mentor. Referimo-nos a D. Frei Jorge de Santiago, da Ordem dos Pregadores e terceiro Bispo desta Diocese, nomeado em 1552¹⁶⁴. Foi precedido por D. Agostinho Ribeiro¹⁶⁵ e por D. Rodrigo Pinheiro, este último nunca se deslocou aos Açores, facto este que era então muito comum entre os bispos de outras Dioceses¹⁶⁶. Entre o primeiro e o terceiro Bispo, a Diocese esteve 15 anos sem Bispo residente.

D. Frei Jorge de Santiago era um eminente teólogo, laureado em Paris, onde também leccionou por algum tempo. A sua grande fama como teólogo levou a que D. João III o enviasse ao Concílio de Trento¹⁶⁷, onde participou activamente¹⁶⁸ nas primeiras dez sessões do Concílio. Em 1553, inflamado pelas novas orientações daquele Concílio, entra na Diocese e começa desde logo a tentar pôr em prática as reformas tão almejadas. Em primeiro lugar visita uma parte da Diocese para sentir-lhe o pulso e ver *in loco*, como ia a vivência religiosa daquelas gentes e sobretudo dos que estavam á frente dos destinos das comunidades:

¹⁶³ Em 1551, uma nova reorganização das dioceses de Portugal e do seu império levou à extinção da arquidiocese do Funchal e ao regresso à sua condição de simples diocese dependente da arquidiocese (mais tarde Patriarcado) de Lisboa; (Cf. VIEIRA, Alberto, *Diocese do Funchal*, in Dicionário da História Religiosa de Portugal, 2001).

¹⁶⁴ PEREIRA, J. A., *A Diocese de Angra na História dos seus prelados*, Angra do Heroísmo 1950. Se bem que de forma sucinta e limitando-se a transcrever documentos, esta obra foi a primeira tentativa de se fazer uma história da dita Diocese. E a bem da verdade, infelizmente devemos dizer que esta história ainda está por escrever. Seguiremos esta obra para as principais informações sobre os Bispos.

¹⁶⁵ “*Simultaneamente com a nomeação do primeiro Bispo, foi criado o Cabido da Sé de Angra, o qual veio a ser composto de deão, arceidiago, chantre, tesoureiro, mestre-escola, cônego teologal, cônego penitenciaro, dez cônegos e outras tantas prebendas.*” (Cf. MOTA, Valdemar, *Santa Sé do Salvador, Igreja Catedral dos Açores*, Angra do Heroísmo 2007. p. 18).

¹⁶⁶ Um exemplo bem próximo dos Açores é o do Funchal. Os primeiros Bispos nomeados para os Arquipélagos da Madeira e das Canárias, nunca aportaram àquelas ilhas (Cf. VIEIRA, Alberto, *As Constituições Sinodais e Administração Das Dioceses Insulares (Angra, Funchal e Las Palmas) nos séculos XV a XVII*, in Congresso Internacional «Missionação portuguesa e encontro de culturas». Actas. Vol. I. Braga 1993. p. 460).

¹⁶⁷ ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*. Coimbra 1915. pp. 546 – 549. O monarca referido enviou ao Concílio Frei Jorge de Santiago, Frei Jerónimo de Azambuja e Frei Gaspar dos Reis, todos dominicanos e professores de teologia. Curioso o facto relativo ao futuro Bispo dos Açores, é que adoeceu em Castela em 7 de Dezembro de 1545, que lhe fez retardar a sua chegada à Itália. Só chegaria a Trento a 4 de Janeiro do ano seguinte.

¹⁶⁸ CASTRO, José de, *Portugueses em Trento*, in Lúmen, Lisboa 1961. p. 741. Faz uma apresentação de todos os portugueses que estiveram no concílio de Trento, dedicando espaço à presença e intervenções do Frei Jorge de Santiago no Concílio. Acrescenta também uma pequena nota biográfica.

Que tal e tão grande seja a obrigação dos Prelados [...] procurar a salvação das almas, o bom governo das ygrejas, a concertada vida e honestidade dos eclesiásticos, e os bons costumes dos seculares: e finalmente, que huns e outros a justiça seja inteiramente ministrada.¹⁶⁹

Depois desta árdua tarefa de fazer a visita pastoral a todas as ilhas, com a duração de seis anos, tendo em conta o século em que estávamos e as dificuldades de viajar de barco nas águas atlânticas numa extensão de 2.355 Km², resolve convocar a primeira assembleia sinodal daquela diocese. O Sínodo é convocado para a Sé Catedral de Angra, tendo o seu início a 4 de Maio de 1559, dia da Ascensão, e terminado na primeira oitava do Espírito Santo do mesmo ano¹⁷⁰.

Um estudo feito por Alberto Vieira sobre as Constituições dos Açores, Funchal e Las Palmas, conclui que existem muitas semelhanças entre elas, sobretudo as de pertença portuguesa, “na realidade ambas estas constituições deverão basear-se num texto comum que seria o das de Lisboa, aprovadas no Sínodo de 25 de Agosto de 153.”¹⁷¹.

2.1. Estrutura e argumentos das Constituições

O Sínodo foi realizado em 1559, como anteriormente já se disse, mas a primeira impressão em forma de livro foi terminada um ano depois, 1560 em Lisboa¹⁷².

Como estrutura, estas Constituições estão divididas por trinta e cinco Títulos, ou Capítulos. Como é norma em outros documentos deste tipo, cada capítulo desenvolve um tema preciso e, que por sua vez podem estar ligados, ou não, com o anterior ou com aquele que se segue. Neste aspecto, o caso mais notório são os títulos dedicados aos sacramentos.

A divisão é, em esquema geral, a seguinte¹⁷³: os primeiros onze títulos são dedicados a questões de âmbito mais espiritual e às normas para a vida cristã na sua totalidade.

¹⁶⁹ Constituições, p. III.

¹⁷⁰ ENES, Fernanda, *Diocese de Angra*, in Dicionário da História Religiosa de Portugal, 2001.

¹⁷¹ VIEIRA, Alberto, *As Constituições Sinodais e Administração Das Dioceses*, p. 465. Da mesma opinião são a maioria dos historiadores. Esta não é uma novidade, como já desenvolvemos no capítulo anterior, e no caso dos Açores a ligação a Lisboa é lógica por ser sua sufragânea.

¹⁷² Foi impresso na casa de João Blavio Colónia. Os exemplares desta primeira edição, de grande beleza, são raríssimos. Segundo Isaiás da Rosa Pereira, secundado por muitos outros historiadores, existe só um exemplar que se encontra na Biblioteca Nacional de Lisboa, pertencente a alguma Igreja ou clérigo da ilha de S. Miguel (Cf. PEREIRA, Isaiás da Rosa, *As Constituições Sinodais de Angra de 1559*, in “Os Açores e o Atlântico”, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo 1984). Depois de alguns contratempos e entraves de ordem burocrática, conseguimos saber e ter acesso a uma cópia numerizada em formato digital, de um outro exemplar que existe na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Angra do Heroísmo. Segundo o Director Regional da Cultura, Marcolino Candeias, existem outros exemplares em Bibliotecas açorianas, mas o exemplar de Angra é o mais bem conservado de todo o país. Para o presente trabalho, e para uma maior facilitação de manuseamento, utilizamos a segunda edição de 1881 feita em Angra, que contém algumas notas com decisões disciplinares do Bispo de então, D. João Maria Pereira do Amaral e Pimentel (1871 – 1889).

¹⁷³ “*Note-se que muitos deste assuntos são tratados nas Constituições Sinodais de todos os Bispos e alguns até desde o século XIII, o que não admira por serem pontos de doutrina e disciplina comum na Igreja*” (Cf. PEREIRA, Isaiás da Rosa, *As Constituições Sinodais de Angra de 1559*, in “Os Açores e o Atlântico”,

Estes contêm esclarecimentos sobre a fé, todos os sacramentos e observações a estes relacionados, por exemplo o cuidado a ter com os santos óleos. Ainda num campo mais de nível espiritual aparece um elenco das festas do ano a respeitar e o que se deve ou não fazer nestes dias reservados a Deus.

Depois há um corpo central que está directamente relacionado com a vida do clero¹⁷⁴ (17 títulos); os assuntos estão totalmente dedicados aos pastores e àqueles que, de uma forma ou de outra, têm relação com este ministério: benefícios, ofícios divinos, honestidade, imunidades e obrigações.

Finalmente há uma parte dedicada à sociedade civil e ao seu bom funcionamento: testamentos, bruxarias, barregueiros¹⁷⁵, onzeneiros, jogos querelas e denúncias feitas à justiça.

No fim das Constituições aparecem, em forma de apêndice, os cânones penitenciais, que são acrescentados para que todos, confessores e penitentes “*milhor alcancem a gravidade dos peccados*”¹⁷⁶ e que lhes sirva de guia de orientação. São quarenta cânones, chamados “Sanctos cânones penitenciais” que regulam a vida de todos, mas ressalvam que existem muitos mais, mas que enumerá-los a todos a lista seria muito longa, como afirma o Bispo, sempre na introdução aos cânones: “*soamente pareceo bem poerense aquy estes, por acontecerem mais vezes, aos quaes os outros se podem reduzir*”.

Seguem-se os casos reservados ao Papa, que são em número de vinte; estes são especialmente endereçados aos confessores para que “*não atemtem absolverdo que não podem, enlaçandose a sy, e perjudicando aos penitentes*”¹⁷⁷.

As Constituições encerram com a inserção de um resumo dos casos contidas na Bula *In Coena Domini*.

Depois de promulgadas e impressas, estas deviam estar presentes em todas as igrejas do Bispado onde houvesse vigário e beneficiados, no coro, encadernada em “taboas de madeira”, preso por cadeias de ferro a fim de todas as pessoas poderem facilmente tomar conhecimento da legislação em vigor. Esta orientação do Bispo, não é uma novidade para esta Diocese, mas a este propósito podemos pôr algumas objecções à sua real concretização: um volume deste tipo quanto custaria? Estariam todas as paróquias em condições económicas de pagar os seus custos? Será que todas o adquiriram realmente? E, se o fizeram, que fim tiveram?

Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo 1984, p. 813). O autor refere-se às Constituições portuguesas, mas neste ponto estamos aptos a confirmar que estas mesmas situações se estendiam a toda à Península Ibérica e, porventura, até todo o mundo católico.

¹⁷⁴ MARQUES, José, *Sínodos bracarense e renovação pastoral*, in *Theológica*, II Série, vol. XXIX. Braga 1994. É importante fazermos notar que em todas as dioceses, antes e depois de Trento, houve uma particular atenção à situação do clero, como afirma o autor a respeito de Braga: “*o clero estava no centro das atenções do prelado e da assembleia sinodal, que legislou sobre aspectos da formação e da vida dos sacerdotes*”. p. 279.

¹⁷⁵ Barregueiro é aquele que vive com uma mulher em comunhão de cama, mesa e habitação sem com ela ser casado, nem ter intenção de o fazer. Esta situação era comum não só a homens solteiros, mas também a casados e, infelizmente, também a muitos clérigos, religiosos ou seculares. A mulher é chamada de barregã. Este assunto relativo à situação do clero será desenvolvido mais à frente neste trabalho.

¹⁷⁶ *Constituições*, Introdução aos cânones penitenciais. p. 188.

¹⁷⁷ *Ibidem*, p. 198.

Para responder a estas perguntas temos de entrar pelo campo da especulação, mas que podem abrir luzes para uma possibilidade de resposta.

Podemos partir do princípio que o desejo do Bispo de que todas tivessem um exemplar nunca tivesse sido realizado na totalidade. E isto por várias razões: muitas de facto não teriam hipóteses económicas para custear uma obra desta envergadura; depois, podemos aludir a uma razão mais lógica, que prende-se com o facto que muita gente nem sabia ler, portanto esta não era uma prioridade das paróquias, ou seja, não havia necessidade. Um facto importante era que os párocos deviam ler dois títulos desses em cada domingo pelo ano fora. Ou não cumpriram este mandato, ou, uma outra solução para o seu desaparecimento, é a hipótese que com o uso “exagerado” foram, com o passar dos anos, se deteriorando ao ponto de serem postos fora de circulação. Ainda outra explicação, é que estas teriam sido excluídas pelo facto que em 1881, ter sido feita uma segunda edição, realizada pelo semanário de Angra *O Católico* e que contém notas de decisões disciplinares do Bispo de então, e estas passaram a estar em vigor.

Todas estas hipóteses, repetimos que se tratam de meras especulações, tentam explicar um facto estranho: “este livro desapareceu de todas as igrejas do arquipélago açoriano”¹⁷⁸.

2.2. *Ensino da Doutrina Cristã*

Uma das coisas mais interessantes no estudo das Constituições está relacionado com o ensino da doutrina cristã. O que se ensinava? Quais eram os conteúdos? Como se ensinava?

A cada uma destas questões encontramos resposta nas Constituições, de forma bem pormenorizada que nos leva a concluir que esta questão seria bastante descuidada e, ao mesmo tempo, devia haver alguns abusos nos conteúdos e nas formas. Daí que são dadas indicações bem precisas para tudo o que se deveria fazer e dizer.

Assim aparece a obrigatoriedade de ensinar todos os Domingos o *Pater Noster*, a Ave-maria, os mandamentos e o Credo. A este especifica-se que deve ser feito em linguagem, significando com isto que devia ser na língua vernácula, com o objectivo que todos percebessem bem os conteúdos mais importantes da fé.

Depois as orientações, podemos assim dizer, ramificam-se porque aparecem indicações precisas sobre o que se devia ensinar em cada tempo litúrgico. Desde o Natal até à Páscoa, além do anteriormente dito, também os pecados mortais, “*para que deles se saibam acusar na confissão*” e as obras de misericórdia.

Mas as normas não iam só no sentido da catequese, porque de seguida o pároco teria outras obrigações mais de cariz pastoral, podemos dizer nós hoje: apregoar quem iria casar; admoestar os que não iam à igreja, não se confessavam nem comungavam, ou não faziam actos de cristãos notoriamente; indicação dos santos que caíam na semana seguinte, que fossem de guardar ou de jejuar; encomendar o estado eclesiástico e o es-

¹⁷⁸ PEREIRA, Isaiás da Rosa, *As Constituições Sinodais de Angra*, p. 813.

tado real, para que se rezasse por Bispos, sacerdotes e governantes; pediriam para rezar pelos que estivessem em pecado mortal, pelos que estavam em contínua guerra contra os infiéis, pelos navegantes e pelos benfeitores da igreja; imporiam penitências aos que não guardavam os dias de festa ou não jejuavam nos dias prescritos;

Antes de concluir, apareciam as coisas de pormenores relacionados com o bom funcionamento da comunidade, ou como um serviço público: anunciar as coisas furtadas ou perdidas; publicação as cartas do Provisor ou do Ouvidor; encomendar os muito pobres para que lhes fizessem esmola.

Em seguida todos rezavam a confissão e o sacerdote dava a absolvição; no fim notificava os aniversários pelos defuntos que devessem fazer naquela semana.

Tudo isto se passava na chamada “estação da missa”¹⁷⁹, ou seja, a pregação e ensino dominical da doutrina. Por esta extensa lista de coisas, e acrescentando a totalidade da Eucaristia, deduzimos facilmente que se tratavam de cerimónias bastante demoradas¹⁸⁰.

Por aquilo que se deduz das visitas pastorais, que se deram posteriormente, facilmente deduzimos que o ensino ao povo não era realizado por todos. Por exemplo, nas visitas pastorais à Igreja Matriz de São Sebastião¹⁸¹, em Ponta Delgada, várias vezes os visitantes fazem referência a este facto. Por exemplo, em 1674 o visitante afirma que a ignorância da doutrina é grande; em 1695, D. António Vieira Leitão determina por Pastoral que em todas as igrejas da diocese se ministre a doutrina em todas as homilias das missas dominicais; e em 1725 o visitante afirma que há muita falta de conhecimento da doutrina. Por estes exemplos, fica bem ilustrada como andaria a situação. De qualquer das formas, noutros lugares as coisas podiam seguir rumos diferentes, porque a repetição semanal, se a faziam, de todas as fórmulas catequéticas, mais cedo ou mais tarde, o povo havia de as memorizar, se é que as já não soubesse, como nos casos do Pai-nosso e da Ave-maria. Podemos ainda aludir para outras situações que decerto não se repetiriam todas as semanas, por exemplo, a alusão aos pobres, às coisas furtadas e perdidas, apregoar os que iam casar. Com toda a certeza, muitas destas coisas seriam esporádicas, daí que nem sempre a missa fosse tão longa como poderíamos ser levados a pensar.

Podemos incluir neste ponto mais dois aspectos, que não estando directamente relacionados com o ensino da doutrina cristã, estão relacionados com a piedade, ou sejam, as procissões e as festas a respeitar durante o ano.

Quanto às procissões, como forma de manifestação visível da fé popular, a legislação sinodal refere como mais importantes, segundo Isaías da Rosa Pereira¹⁸², a do Corpus

¹⁷⁹ ENES, Maria Fernanda Dinis Teixeira, *Reforma tridentina e religião vivida, (Os Açores na época moderna)*. Ponta Delgada 1991. p. 77. “A homília ou estação, como lhe chamam os documentos da época moderna [...] É o exercício semanal da Palavra no ensino da doutrina”.

¹⁸⁰ *Ibidem*. p. 79. “Outras visitas aludem à excessiva duração das estações por nelas se lerem as pastorais e os mandatos do prelado, cartas de excomunhão, rol dos que faltavam aos officios, pelo que o visitante ordena que se fizessem antes da missa”.

¹⁸¹ *Idem*, *As visitas pastorais da Matriz de São Sebastião de Ponta Delgada (1674 – 1739)*. Ponta Delgada 1986. pp. 37 – 39.

¹⁸² PEREIRA, Isaías da Rosa, *As Constituições Sinodais de Angra*, p. 814. Devemos acrescentar, só como informação adicional, que nos dias de hoje não se encontram quaisquer sinais das procissões da Visitação de Nossa Senhora nem do Anjo Custódio. Seria interessante um estudo, porventura ainda não feito, sobre onde eram feitas estas procissões, quando acabaram e quais as razões deste desfecho.

Christi, a Visitação de Nossa Senhora¹⁸³ e a do Anjo Custódio¹⁸⁴. Havia uma obrigação imposta, para que todos participassem, nomeadamente o clero dos diversos lugares, bem como os religiosos. A cruz paroquial devia ser levada pelo tesoureiro da igreja, ou por pessoa honrada e não por um escravo¹⁸⁵, como às vezes se fazia. O clero não devia ir “palrando”, mas com a seriedade que uma manifestação de fé o exigia.

O outro aspecto são as festas do ano, que eram muitas, contando-se o seu número em 29, sem incluir aqui os domingos, e às quais devemos acrescentar a festa de cada padroeiro local, perfazendo um total de trinta em cada ano¹⁸⁶. Em termos estatísticos isto daria uma média de 2,5 a cada mês, ressalvando todavia que a sua distribuição não era uniforme¹⁸⁷.

2.3. *Da vida e honestidade dos clérigos*

Uma passagem pelas Constituições que nos foram possíveis de analisar, concluímos que este tema, da vida e honestidade dos clérigos, é uma constante em todas elas, fazendo parte integrante das preocupações dos Bispos para com o seu clero. Sabemos que a vida clerical, desde há muito¹⁸⁸, se encontrava em estado de degradação terrível, constituindo mesmo um escândalo para os fiéis. Daí que as medidas que se tomam têm em vista a correção destes costumes escandalizadores que eram uma prática comum na Igreja, e por mais que se tentasse, houve muitas questões que foram uma constante ao longo da História da Igreja, nomeadamente a questão do celibato sacerdotal: “*A maior parte dos membros da Igreja havia entrado na vida fácil, deixando-se corromper pelas solicitações materiais. A situação era deveras gritante*”¹⁸⁹.

¹⁸³ Desde o início, em terras açorianas houve grande devoção a Nossa Senhora. Por exemplo, só na Ilha de Santa Maria, existem mais de 20 igrejas e Ermidas sob a invocação da Mãe do Filho de Deus. (Cf. LIMA, Manuel C. Baptista de, *Nossa Senhora na História Açoriana*, in *Atlântida*, tomo I. Angra do Heroísmo 1957. pp. 144 – 145). Em todos os Açores encontramos 56 invocações diversas aplicadas a Paria, sendo as mais difundidas as de Nossa Senhora do Rosário (33) e de Nossa Senhora da Conceição (23). (Cf. ENES, Maria Fernanda Dinis Teixeira, *Reforma tridentina e religião*. pp. 261 – 264).

¹⁸⁴ O Rei D. Manuel (1495 – 1521, Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, Vol. III. pp. 11 – 13) por carta régia de 23 de Maio de 1516 determinou que todos os anos se fizessem procissão solene no dia 2 de Julho, dia da visitação de Maria; e, no terceiro Domingo de Julho, deviam realizar a procissão do Anjo Custódio. (Cf. ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja*. p. 624).

¹⁸⁵ Ao contrário doutros lugares de pertença da coroa portuguesa, a escravatura nunca foi um facto evidente nos Açores. A introdução desta regra aqui é, sem dúvida, fruto de cópia de Constituições de outras partes. Por exemplo, os arquipélagos da Madeira e das Canárias, os Bispos incluíram um capítulo especial de recomendações para os escravos, porque aí a “escravatura assumiu uma dimensão relevante na estrutura social”. (Cf. VIEIRA, Alberto, *As Constituições Sinodais e Administração Das Dioceses Insulares...* p. 467.)

¹⁸⁶ COSTA, Carreiro da, *Esboço histórico dos Açores*, Ponta Delgada 1978. pp. 270 – 275.

¹⁸⁷ Os meses com mais festas eram o de Dezembro, com seis, o de Agosto com quatro e o de Setembro com três. Em tempos de grande fadiga corporal para as pessoas, sobretudo para os homens do campo, que trabalhavam de sol a sol, um dia festivo / religioso, era também uma oportunidade de descansar. Neste aspecto a religião também contribuía para o bem-estar das pessoas.

¹⁸⁸ “*É suficientemente conhecida a difícil situação do clero do século XI e a acção de Gregório VII e dos seus colaboradores numa tentativa de moralizar os costumes do clero.*” (Cf. PEREIRA, Isaías da Rosa, *A vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos sínodos medievais portugueses*, in *Lusitânia Sacra*, Tomo X, 1978. p. 42.)

¹⁸⁹ VIEIRA, Alberto, *As Constituições Sinodais e Administração Das Dioceses Insulares*. p. 460.

Mas comecemos pela apresentação exterior do clero, que era considerado como um espelho da pureza da alma e da grandeza espiritual, ou seja o traje eclesiástico e a tonsura. Aquilo que os Sínodos legislavam, não era mais do que adaptar as normas conciliares às realidades das dioceses. Assim, já no IV Concílio de Latrão, no cânone 16, proibia uma série de coisas aos clérigos: participar em pantomimas, jogos, sobretudo de dados e de azar, de frequentar tabernas; quanto ao vestuário e à apresentação exterior, dá orientações bem precisas: usar tonsura, o tipo de calçado, as capas, os anéis e outros objectos de ouro.

Na Constituição da diocese de Angra, o título XVI é o dedicado à vida e honestidade do clero, e está subdividido em nove artigos¹⁹⁰. Faremos uma análise aos que nos parecem mais importantes e, ao mesmo tempo, tentaremos ressaltar algumas questões que nos parecem pertinentes e características para nos dar uma visão de como era a vida da clerezia naquelas paragens.

Assim, este título começa com a tonsura e o hábito clerical, para que “*por fora mostrassem as virtudes e honestidades de dentro*”, dirigido “*às Dignidades, Cônegos, e Beneficiados da nossa See, e a todos os outros clérigos de ordens sacras, ou beneficiados*”. A curiosidade destas orientações reside num facto peculiar: já em outras constituições analisadas nos capítulos anteriores, se alude ao tamanho que devia ter a tonsura, que devia ser do tamanho¹⁹¹ da hóstia grande para os de ordens maiores, e para os restantes, que fosse do tamanho da hóstia pequena. No caso dos Açores, o Bispo acrescenta um desenho em tamanho real de dois círculos, um maior e outro menor, aos quais deviam corresponder o tamanho das coroas abertas ou a abrir. Mais ordena que deve ser rapada de 20 em 20 dias¹⁹².

Quanto aos cabelos, são todos unânimes em que este devem ser curtos, que lhes apareça a orelha, mas não exagerado o corte de maneira que “*não andem tosquiados, por ser cousa de leigos e de soldados*”. Interessante notar que, ao contrário das outras que aconselham o seu corte de 15 em 15 dias ou mensalmente, as Constituições de Angra, não mencionam a barba. Pode isto ser um pormenor de quase sem importância, mas podemos inclui-lo como sendo um dos aspectos exteriores do clero açoriano, ou quanto menos uma característica comum a muitos.

Se estas regras eram mais disciplinares e até higiénicas – cabelo e barba – este primeiro artigo faz outras referências relacionadas com os adornos: não “*tragam joya de ouro nem de prata ao pescoço, nem em lugar que se possa ver, nem cintos lavrados com ouro ou prata*”. Estas observações vão até para a totalidade das vestimentas, não permitindo o uso de luvas perfumadas nem lenços lavrados e os sapatos, que deviam ser pretos. Acrescentando que “*as pessoas eclesiásticas em nenhum lugar usem saios curtos*” e, todas as suas indumentárias deviam ser sempre de cores honestas¹⁹³.

¹⁹⁰ *Constituições de Angra*, pp. 104 – 117.

¹⁹¹ Isto não aparece em todas as Constituições. Existem outras que dão indicações mais vagas, nomeadamente a de Lisboa de 1565, diz simplesmente que sejam cortadas de tal maneira que haja “*deferença entre a rasura dos sacerdotes e a dos outros clérigos de ordens sacras e dos religiosos*”. (Cf. *Constituições do Bispado de Lisboa de 1565*, Título X).

¹⁹² Também neste pormenor, não existe consenso entre as Constituições, variando no número de dias de intervalo em que devia ser novamente rapada. Por exemplo, as de Lisboa de 1565 recomendam que seja de 15 em 15 dias.

¹⁹³ Por exemplo, o verde, o vermelho e amarela são proibidas em todas as Constituições. As cores consideradas honestas eram apenas o preto, o castanho e o branco.

Estas orientações prendiam-se não só com os sinais de luxo, mas também com a vaidade e que os clérigos deviam evitar a todo o custo e viverem com a simplicidade que se requer num homem que se dedica ao serviço de Deus. Em suma,

Procurava-se que os clérigos vivam modestamente, que não imitem as vaidades do século, afastando os ornatos supérfluos ou luxuosos incompatíveis com o estado de vida em que o desapego das «vaidades mundanais» e da riqueza são exigência fundamental. Isto não só por ascese pessoal, mas também porque deviam ser exemplo para o povo cristão.¹⁹⁴

Outro assunto que estaria na ordem do dia, e que pela sua repetição constante, seria um problema grave e embaraço para todas as dioceses, é a questão do porte de armas. Nenhum clérigo as poderia portar, nem “*nem offensivas nem defensivas, de qualquer forma e qualidade que sejam*”, porque as únicas armas dos clérigos “*para sua defesam e necessidades devem ser lágrimas e orações*” – este é quase como que o pregão repetido em toda a parte, referido a este assunto. Porventura, esta expressão deve ter sido extraída do cânone de algum Concílio ou uma citação de um Padre da Igreja, visto que se encontram em tão variados pontos de toda a Península Ibérica. Mas a questão de fundo é que não só era comum esta situação, como também nos alude para um certo ambiente de violência que se viveria nestas épocas e do qual os clérigos também estariam imbuídos. Angra, bem como as outras, afirma que “*não ameacem pessoa alguma pera a matar, ferir, espanquear, ou enjuriar*”, ameaçando com penas bastante graves para os que prevaricassem.

Quanto aos jogos as proibições e penas são também de cariz grave, porque o clérigo que joga não só perde tempo, “*que he mais de estimar*” mas que pode cair em risco de agravar a salvação da sua alma, visto que nestes jogos “*se seguem blasfêmias e perjúrios e graves ofensas a nosso Senhor*”, “*a Deos e a sancta Maria, e dos sanctos*”. Por tudo isto, ao estado dos sacerdotes e dos clérigos muito repugna serem dados a jogos de fortuna – cartas, dados e tavolas – e, pior ainda, são exemplo muito mau para os fiéis, porque “*sam notados de leviandade, e tido em menos preço do que a sua ordem e habito require*”¹⁹⁵.

Dentre as principais preocupações dos Bispos em relação à vida moral do clero, estava a castidade. De longa data, os subdiáconos, diáconos e presbíteros eram obrigados ao celibato¹⁹⁶, mas o casamento dos clérigos não era inválido. Foi o II Concílio de Latrão, cânone 7, que declarou nulos os casamentos dos clérigos de ordens sacras.

¹⁹⁴ PEREIRA, Isaías da Rosa, *A vida do clero e o ensino da doutrina cristã...* p. 48.

¹⁹⁵ Mais à frente, sempre no mesmo título XVI, mas no artigo sexto, declara: “*por ser desonesto [...] não luytem, nem baylem, nem dancem, nem andem em follias e outros jogos, nem cantem cantigas profanas e seculares [...] nem sejam jograes, nem chocarreiros (bobo), fazendose diabretes, ou trazendo máscaras, ou barbas postiças, ou fazendose momos vestindose de vestidos desonestos*”. Mais se acrescenta um pormenor que seria só dedicado a uma ilha, a Terceira, o que está relacionado com a proibição de participarem em touradas, costume este que ainda hoje se verifica naquela ilha. (Cf. *Constituições*, Título XVI, Constituição sexta. p. 113.)

¹⁹⁶ Sobre a questão do celibato sacerdotal e da sua origem e obrigatoriedade não vou aprofundar visto que este não é o tema principal da nossa questão. Para o caso, interessa-nos saber que era já nesta altura obrigatório. Desde o século IV, em Elvira, até ao século XII, não é permitido aos clérigos de ordens maiores contrair matrimónio depois da ordenação. No entanto, “*se estes clérigos atentam matrimónio, ele é considerado válido, embora ilícito.*” A partir do II Concílio de Latrão em 1139, passa além de ilícito a inválido. Em Trento, as coisas agravam-se porque este Concílio “*declara anátema todo aquele que afirmar que os clérigos constituídos nas ordens*

Estas orientações, ou melhor, proibições, não foram automaticamente assumidas pela grande maioria do clero. A este respeito, as Constituições sinodais¹⁹⁷ imediatamente a seguir a Latrão continuam a referir os mesmos problemas e, nem mesmo depois de Trento elas acabaram de vez, como se notam pelas frequentes referências à mesma problemática.

As penas eram bastante graves, quer para o clérigo, quer para a concubina. Esta era alvo das maiores penas: desde a excomunhão, privação de sepultura eclesiástica, nem celebrar-se os ofícios divinos¹⁹⁸.

Em Angra, não fogem àquilo que é regra geral, quer nas leis quer nas conclusões que se podem tirar. Ou seja, as leis aparecem porque decerto havia problemas relacionados. Assim proíbe-se que “*que não tenham em suas casas molheres, ou escravas brancas em que aj sospeçam violenta, nem vão a casa dellas, nem ellas a casa delles.*”¹⁹⁹ E caso as tenham, é-lhes dado um mês a partir da data de entrada em vigor das Constituições para que as deixem, com penas para aqueles que não cumpra estas orientações. Acrescentando que, quando as largarem, não “*vivirá na mesma rua ou visinhança onde viver a molher com que antes foy infamado sob ditas penas*”. Contudo, é-lhes permitido que continuem a prover economicamente as ditas mulheres²⁰⁰: *tolleramos [...] que lhe possa dar alguma ajuda, ou esmola pera seu mantimento*”. Mas esta tolerância, podemos dizer até quase como uma caridade cristã, devia ser feita com “*muyta cautela se sem escândalo do povo*”.

Para os clérigos as penas eram também graves, iam desde o pagamento de um marco de prata, até à pena de excomunhão passando pela pena de degredo e perda do benefício. Canonicamente a pena de excomunhão era, sem dúvida, a mais pesada. Mas em tempos de bastante dificuldade económica a excomunhão não era o pior, visto que esta não incluía a perda do benefício. Mas perdê-lo significava a perda do sustento próprio e porventura de algum familiar que lhe estaria dependente. A este juntava-se outro considerado de bastante penar para os clérigos de então: o degredo. Implicava a saída do clérigo para fora do bispado por um período que podia ir de dois a sete anos, conforme a gravidade da pena. De salientar que esta pena era para aqueles que “*por sua pobreza não tiverem para pagar estas penas*”²⁰¹. Para aqueles que o pudessem fazer era-lhes aplicado penas monetárias e, se reincidentes, as estas eram agravadas, como dito anteriormente²⁰².

sacras podem contrair matrimónio e o retenham válido” (Cf. FERREIRA, Ricardo Jorge Alves, *Impedimento matrimonial de ordem sacra*, in Lusitânia canónica, série C, monografias, 2. Lisboa 2006. pp. 267 – 272.)

¹⁹⁷ PEREIRA, Isaías da Rosa, *A vida do clero e o ensino da doutrina cristã...* pp. 42 –44. Cita os exemplos dos Sínodos de Braga de 1281 e de 1333 e o de Lisboa de 1403. Aqui só referências aos medievais.

¹⁹⁸ Das constituições em geral, mais penas havia: a primeira vez, ela pagaria um marco de prata e ficaria um ano de desterro; à segunda, pagaria um marco de prata, com a agravante de ficar dois anos desterrada; na terceira vez, a gravidade aumentava de sobremaneira, tendo de pagar um marco de prata, levaria cem açoites em público e ficaria um ano desterrada.

¹⁹⁹ *Constituições*, Título XVI, Constituição sétima. p. 115.

²⁰⁰ De todas as Constituições que nos foi possível analisar, não encontramos nenhuma com a mesma observação, tornando este pormenor um *unicum* para o Bispado dos Açores.

²⁰¹ Nos Açores o degredo para fora do Bispado parece que nunca foi uma prática corrente. Contudo, era normal até há tempos bastante recente, que um padre fosse deslocado para outra ilha quando alguma situação mais incómoda o afectasse. Regra geral iriam para ilhas mais pequenas e afastadas dos centros maiores.

²⁰² Decerto haveriam muitos clérigos pobres, sobretudo os que não possuiriam benefícios, ou estes fossem insuficientes. De qualquer das formas, “além das «ordinárias», a clerezia açoriana dispunha de outras fontes de receitas, que eram os ofícios funerários, a venda de sepulturas, as missas de sufrágio... (Cf. SANTOS, João Marinho dos, *Os Açores nos séculos XV e XVI*, Vol. II. Maia 1989. p. 577).

Na mesma sequência lógica, era normal que estes clérigos que tinham em suas casas mulheres, elas não estariam ali só para o serviço doméstico, mas é certo que com elas mantinham relações de índole sexual e daí resultassem prole. As Constituições são bastante duras para com os filhos ou netos do padre: “*que o filho ou neto de clérigo não ajude a missa de seu pay ou avoo, nem sirva na mesma ygreja, nem o pai seja presente ao baptismo, matrimónio, vodas ou exéquias de seu filho*”²⁰³.

Toda esta sequência de proibições atingia com mais incisão os descendentes e não aqueles – clérigos – que praticavam o mal. A razão principal apresentada para estas proibições não se prendiam com questões de índole dogmática ou mesmo de lei, mas para que “*não gerasse escândalo e memoria de deshonestidade*”. Interessante é que, em outras Constituições, o filho do sacerdote não podia também ele ser sacerdote ou beneficiado. Aqui porém, a única coisa que lhes é negada, é que filho e pai estejam presentes no mesmo altar, não negando a possibilidade de este poder receber as ordens sacras²⁰⁴.

Em relação a estas Constituições, e mesmo nos assuntos referentes ao clero, muito mais há para aprofundar. Mas por razões metodológicas e de limitação de espaço apresentamos estas como sendo as mais significativas. Contudo, parece-nos, que o que aqui foi descrito pode ser útil para uma caracterização da vivência do estado clerical no século XVI, nomeadamente nas ilhas açorianas, que não deviam estar muito longe daquilo que se viveria noutras paragens.

²⁰³ *Constituições*, Título XVI, Constituição oitava. p. 116.

²⁰⁴ As de Lisboa referem a mesma situação. *Constituições do Bispado de Lisboa de 1565*, Título XVII.

Conclusão

Ao terminar esta digressão sobre a temática proposta para este trabalho, estamos aptos para chegarmos a algumas conclusões relativamente à questão das Reformas na Igreja no século XVI e que tão profundas marcas deixaram, não só no seio da cristandade, mas de uma forma mais abrangente, em toda a fisionomia da Europa cristã.

O centro do nosso estudo foi a Península Ibérica, mas as conclusões reflectem também um pouco daquilo que se passava em toda a cristandade. O quadro que nos aparece, depois do estudo efectuado, faz-nos ver como se encontrava a Igreja no meio dos meandros do mundo e condicionada pelo mesmo. O cenário não é propriamente atraente, mas é nosso mister apresentar a realidade tal qual ela é, ou o mais próximo que nos seja possível, sem descurarmos nem mascararmos nenhum dos seus aspectos, por mais incómodos que sejam.

Assim, o cenário que encontramos estava pintado com cores que não condiziam com a Igreja fundada por Cristo. Por todo o lado a nobreza debatia-se para obter os melhores benefícios, porque estes permitiam a vida de fausto e de poder que desejavam e que, em certo sentido, tinham tido desde o berço. Esta procura dos melhores benefícios por pessoas que não tinham qualquer vontade de se submeter às leis da Igreja, fez com que, com o passar dos tempos, esta caísse num poço sem fundo e que se manifestava numa decadência quase total. A entrada directa no alto clero fez com que a imagem que temos desta classe seja a pior possível: muitos viviam como príncipes, abusando do luxo e da luxúria, amando mais a caça e a boa mesa, do que a ciência e a piedade. A grande maioria não se preocupava com as suas dioceses, a não ser com os proventos que de lá recebiam para sustentar a vida devassa e imoral que levavam. O dinheiro da mitra, que originariamente deveria ser endereçado para o culto, aos pobres e às obras pias, era então empregue para alimentar as vidas principescas dos homens que tinham a missão de continuadores dos Apóstolos.

Infelizmente esta situação não era só vivida pelos Bispos. Na Cúria, os Cardeais e, demasiadas vezes, os próprios Papas, estavam entregues aos mesmos costumes e imoralidades. Roma havia-se tornado num trampolim para se obterem vantagens e prazeres pessoais. A situação não era melhor entre os beneficiados das dioceses. Claro que em escalas diferentes, mas os cônegos e os que possuíam os melhores benefícios, levavam o mesmo tipo de vida escandalosa.

O baixo clero era pobre em posses, em instrução e em costumes. Acompanhando aquilo que era o exemplo que vinha de cima, encontramos uma clerezia sem grandes fontes de rendimentos, com uma instrução muito básica ou, em alguns casos, quase nula, mas com uma moralidade que deixava muito a desejar e, pela proximidade que tinham dos fiéis, eram constantemente motivo de escândalo para estes. Além da ignorância e de uma vida moralmente corrompida, usavam armas, praticavam jogos e exerciam profis-

sões indignas da sua situação clerical. Por toda a parte se encontravam clérigos concubinários, levando uma vida de costumes licenciosos que eram do domínio público. Mais facilmente eram encontrados a fazerem coisas mundanas, do que nas igrejas a cumprirem o seu ofício. Eram desleixados, não celebravam e não se confessavam: a igreja era simplesmente uma forma de tirar proveito, não a servindo, como era sua obrigação, mas servindo-se o melhor possível dela.

Dentro deste quadro negro, e a bem da verdade, e por outro lado temos de apontar os inúmeros casos de grandes personagens que estiveram nos antípodas dos atrás descritos. Homens e mulheres que tomaram sobre si as rédeas da almejada reforma, começando pelas suas vidas privadas. Apesar dos muitos pecados e da quantidade de gente indigna que ocupou os mais variados cargos na Igreja, desde o simples cura até à tiara pontifícia, aprez-nos afirmar que o século XVI foi também um século de onde saíram grandes santos e santas que transfiguraram o rosto da Igreja: Filipe de Nery, Pedro Alcântara, Inácio de Loyola, João de Deus, Francisco Xavier, Pio V, Carlos Borromeu, Bartolomeu dos Mártires, Teresa de Jesus, e isto só para citar alguns nomes, mas muitos mais aqui se poderiam incluir. Bons Papas, santos Bispos e muitos homens e mulheres de Deus fizeram da reforma o mote das suas vidas e daqueles que lhes foram confiados. Para não mencionarmos a quantidade inumerável de gente anónima que viveu uma vida de verdadeira piedade e que nem sempre a história lhes deu a devida importância, mas que tiveram um papel marcante nas comunidades por onde passaram.

A este ponto estamos aptos para responder às perguntas que este trabalho tentou dar resposta e, ao mesmo tempo, explorar as novas perspectivas que porventura apareceram.

Podemos afirmar que a nível geral a perspectiva de reforma acompanhou quase sempre a Igreja. O segundo milénio da Igreja está repleto de apelos e de tentativas de pôr ordem naquilo que estava fora dos parâmetros desejados. Assim, não só as personalidades individuais, mas também os concílios foram importantes no tocar as feridas com o dedo para que sanassem. Mas apesar de todos os esforços e de notarmos muitas boas vontades e de constantes vozes a apelar e a denunciar o estado de decadência, a grande e triste verdade é que estas nunca se tornaram efectivas, pelo menos na globalidade. De quando em vez, notamos que as reformas foram feitas, mas as mais urgentes foram sempre ficando para segundo plano. O exemplo mais gritante era a acumulação de prebendas por parte do alto clero, e que era sempre referenciado nas perspectivas de reformas, mas que nunca foi alcançado na totalidade.

Apelava-se para uma reforma das bases, mas era um objectivo de difícil concretização, visto o estado de coisas nas esferas mais altas. Os Concílios pediam ao clero modéstia, humildade e pureza e os que deviam ser os mais responsáveis enquanto rostos mais visíveis da hierarquia, viviam de forma dissoluta, para grande escândalo de todos. Era importante que a reforma começasse, contudo esta devia ter o seu início naqueles que tinham maiores obrigações, ou seja, o alto clero constituído por Bispos, purpurados e inclusive pela própria casa papal.

O tardar da reforma ou da inconsequência de muitas tentativas, não se devia só ao mau exemplo dos prelados, porque também havia, como atrás mencionado, muita gente que marchava na direcção certa e que lutava por uma Igreja com maior grau de santidade.

Haviam outras razões, sobretudo circunstâncias externas, que contribuíram em boa medida para o condicionamento limitado das almeçadas reformas: situação política europeia e em particular a condição sempre periclitante dos estados italianos; o saque de Roma e as suas consequências para a cidade de residência papal; as novas ideias doutrinárias dos protestantes, que dividiram a Europa não só a nível religioso, mas com marcadas influências noutros campos da acção humana; o problema da Inglaterra de Henrique VIII, com novas consequências tão nefastas para a cristandade.

A par destas, mas internamente, a Igreja estava aos poucos se corroendo e travada devido ao ambiente curial, sempre hostil a mudanças, sobretudo aquelas que incluem menos privilégios e mais obrigações. Nesta mesma linha encontravam-se todos aqueles que mais poderiam perder se a Igreja realmente desse uma volta reformadora que incluísse a perda de regalias para si mesmos e para os seus familiares. Assim, a luta de muita gente, que vivia à sombra destas situações, era a de travar o mais possível as medidas que compreendessem o anular, ou pelo menos, o minorar de vantagens pessoais.

As propostas que surgiram do mais alto patamar da hierarquia católica, encontraram também elas dificuldades em vingar, não só pelas razões atrás mencionadas, nomeadamente um interesse excessivo dos Papas nas questões políticas da época e nos entraves curiais, mas também a brevidade de alguns pontificados que pareciam que iriam trazer uma lufada de ar novo à Igreja. O tempo passava e apareciam sempre situações e distrações que fazia com que se desviassem do objectivo primordial.

Assim andava a Europa e a Península Ibérica trilhava os mesmos caminhos. Acrescentamos que nestes dois países, Portugal e Espanha, a influência das coroas nas questões eclesiásticas era bastante acentuada, sobretudo nas provisões dos benefícios, com o objectivo de exercerem um controlo nos lugares chave do governo da Igreja.

Perante este cenário, parece-nos que nunca houve um verdadeiro equilíbrio de forças, na medida em que os pesos da balança pendiam sempre mais para os que maior poder e controlo tinham, e a estes nem sempre interessavam as mudanças. A eficácia da reforma só poderia acontecer se houvesse um envolvimento de todos, sobretudo do clero e do episcopado, como principais responsáveis das comunidades, e que estes fossem movidos por uma conversão interior e que ao mesmo tempo tudo isto fosse acompanhado por uma sólida formação doutrinária, espiritual e pastoral.

Na continuidade da investigação feita, acenamos já à situação da igreja, às manifestações na Europa e na Península Ibérica. Assim passamos ao terceiro passo, que passou por analisar como estes projectos de reforma se reflectiram nas bases, nomeadamente na Dioceses. Isto passou por uma análise das Constituições Sinodais que se realizaram durante o século XVI, com especial enfoque para as realizadas antes da magna reunião de Trento.

Os Sínodos foram os espaços ideais para que a reforma começasse a ser efectiva através da legislação que daí se emanava. Já vigorava à bastante tempo a lei que obrigava a que anualmente se fizessem Sínodos nas dioceses, mas apesar de todos os esforços, na verdade nunca este ideal foi atingido. Como as razões para esta falha foram apresentadas no decorrer da investigação, interessa-nos apresentar os pontos essenciais e relacionados com a reforma do clero, em que as Constituições foram insistindo, apresentando as

conclusões do caso de estudo em concreto, ou seja, as Constituições Sinodais da Diocese Angra.

Depois da análise feita a um número razoável de Constituições Ibéricas, concluímos que as melhores constituições, ou sejam, as que reformas mais consistente apresentam, são aquelas que foram impulsionadas por prelados de grande zelo pastoral e com uma visão de Igreja que ia para além das fronteiras diocesanas e, à medida que nos aproximamos do Concílio de Trento, encontramos os que foram os grandes autores da teologia reformista tridentina a reformular as suas dioceses. Neste último caso está o Bispo de Angra, D. Frei Jorge de Santiago, que participou activamente nas sessões conciliares como teólogo e deu origem à legislação sinodal da referida Diocese. A sua máxima, como Bispo, foi pôr em primeiro lugar a sua obrigação como Prelado: procurar a salvação das almas, o bom governo das igrejas, a concertada vida e honestidade dos eclesiásticos e os *Bona* costumes dos seculares.

Além das adaptações necessárias a cada lugar, os Bispos preocupavam-se sobretudo em orientar as normas diocesanas conforme as legislações nascidas dos Concílios gerais e provinciais. Daí que as novidades eram bem poucas, notando-se de quando em vez alguns pormenores de cariz local, ou, noutros casos, situações especiais de alguma diocese em particular. A adaptação das normas gerais sugerem-nos uma vez mais que o ambiente de decadência era geral e daí que se poderia aplicar normas universais para os lugares em particular.

Quanto ao clero pretendia-se que houvesse uma mudança radical em quase tudo o que faziam e mesmo no que eram. Como as Constituições do século XVI, repetem em grande parte o que já nos séculos anteriores, nomeadamente o século XII e XIII, se dizia, aponta-nos que a insistência nas mesmas coisas significa que sabiam da necessidade da reforma e, ao mesmo tempo, não passavam de tentativas e projectos nunca alcançados. Reformando o clero, seria uma quase garantia de que se renovariam também as comunidades através destes.

Apresentam como importante a sua apresentação externa – vestes, barba, tonsura –, porque esta manifestaria as virtudes da vida interior. Nesta mesma orientação aparecem todas as proibições – jogos, pantominas, frequentar lugares suspeitosos, porte de armas – para não causar escândalo aos fiéis e não *perder* o próprio clérigo. Depois toca-se num dos pontos mais fulcrais e fonte de escândalos, que era o problema do concubinato. Quase desde sempre a Igreja conviveu a paredes-meias com esta problemática entre o clero de todos os graus. Paralelamente às mais variadas condições viciosas em que viviam, esta era sem dúvida a que mais escândalo provocava e, pela análise das Constituições, conclui-se que era um fenómeno generalizado e quase aceite como normal entre os eclesiásticos. Os Concílios gerais, os inúmeros concílios particulares e as reuniões sinodais lutaram arduamente para sanar este estado de coisas, mas foi quase sempre em vão. Sem juízos de valor, a quebra do celibato foi uma chaga aberta no coração da Igreja, cujo valor, levou muito tempo a vingar apesar dos frequentes apelos a viverem-no como estado de vida perfeito, exprimindo uma doação por amor do reino dos céus.

Na Diocese de Angra, esta questão também representava um problema: o concubinato parece ter sido naquelas ilhas uma prática comum. Ilhas dispersas, afastadas umas das

outras e sem grandes possibilidades de ligação próxima com o centro da Diocese e, conseqüentemente, com o Bispo, era natural que situações destas pudessem acontecer. Antes de Trento, sem grandes vigilâncias, poderá ter sido uma forma de vida bastante normal entre aqueles clérigos – extensivo também às outras dioceses peninsulares e europeias, porventura por razões diferentes – apesar desta já ser norma vigente e a respeitar na Igreja desde há muito. Depois do Concílio, com o aumento do número de visitas pastorais às paróquias, o controlo foi mais próximo e talvez mais eficaz. A acrescentar a isso, as várias medidas que se foram tomando, nomeadamente o cuidado na formação dos futuros clérigos, o aumento da idade para aceder às ordens e a dignidade pessoal dos candidatos, contribuiu sem dúvida para que este processo reformador fosse mais eficaz. Contudo, mesmo depois de Trento, não poucas Constituições Sinodais e relatórios de visitas pastorais continuam a insistir no mesmo facto, querendo isto dizer que a resolução não foi imediata.

A nível mais geral concluímos que a situação do clero era semelhante por toda a parte: clero indigno, sem formação quase nenhuma, mesmo roçando a ignorância, com comportamentos impróprios para alguém do seu estado, descuidado no serviço que lhe fora destinado – ofício divino e sacramentos –, muitos mesmo sem a mínima consciência da sua posição, em todos os sentidos, como clérigos.

Uma nota de grande importância prende-se com uma ressalva que é necessário fazer-se. A legislação que se faz, seja ela qual for, não é simplesmente preventiva, ou seja, para se evitarem eventuais acontecimentos futuros. Não. As leis aparecem porque existem casos reais e que não são meras excepções. Mas o facto de esta ser regra geral, não significa que também não houvesse o outro lado da moeda, isto é, muitos outros que viveriam uma vida de honestidade e conforme as orientações da Igreja. Mas como a legislação serve para alertar e punir, estes casos não são necessários de referência. Destas excepções temos notícia através de outras documentações, nomeadamente os relatórios das visitas às paróquias e da visitas *ad Limina*, onde sobressaem outro tipo de clérigo e, por vezes, até encontramos elogios à forma como certas comunidades viviam o evangelho, orientados pelos seus pastores.

Por fim, numa análise fria e sem preconceitos de qualquer tipo, estamos em posição de afirmar que as reformas da e para a Igreja já estavam a ser preconizadas muito antes da crise religiosa europeia do século XVI. Com toda a certeza que não seria preciso um Lutero para que a Igreja voltasse a seguir na senda do seu fundador. As reformas estavam no papel e era desejo de uma boa parte da Igreja, porém e infelizmente, muitas levaram demasiado tempo a serem concretizadas. O protestantismo apressou-a porventura, foi a faísca que fez acender a fogueira e que fez abrir os olhos à hierarquia para uma urgente e mais empenhada vontade de por em prática aquilo que já estava de há muito, a ser recomendado dentro do seu próprio seio. Assim, o Concílio de Trento aparece como o acontecimento central e determinante do século XVI no sentido em que proporcionou uma reforma profunda da Igreja. Ainda que, este Concílio não tenha trazido grandes novidades reformistas, mas sim instrumentos eficazes para combater as muitas doenças que a Igreja sofria, sistematizando e clarificando aspectos fulcrais da doutrina católica.

De tudo isto concluímos que os Sínodos, com certeza a par de outros meios, foram de uma importância fundamental para o renovamento da Igreja, porque, se bem que

muitas vezes ainda de forma embrionária, encontramos em todos eles as orientações mais importantes que viriam a servir de guia para o futuro da Igreja a partir de Trento. Os Sínodos permitiram levar a legislação às Dioceses, e a partir daí começar um verdadeiro movimento de revitalização da Igreja, que apesar dos mais variados contratemplos e erros ao longo da história, sempre de origem humana, fizeram com que a Igreja continuasse a perpetuar-se no tempo. O Sínodo como espaço de encontro entre o Bispo e o clero, foi na época moderna o meio mais eficaz de se fazer um caminho de purificação da memória. Esta foi-se urdindo com um olhar sobre o passado para dele se colherem as necessárias lições, permitindo-se assim o corrigirem-se desvios e recuperarem-se valores perenes consagrados pela Tradição e consubstanciados pelas Escrituras sacras. Paralelamente, ofereceram sempre razões de renovadas esperanças, perspectivando um futuro melhor para as Igrejas locais sempre em sintonia com a Igreja universal.

Bibliografia

- BARRIO GOZALO, Maximiliano, *Perfil socio-económico de una élite de poder de la Corona de Aragón. I. Los obispos del reino de Aragón (1556-1834)*, in *Anthologica Annua*, 43 (1996). pp. 130 -131.
- _____, *Perfil socio-económico de una élite de poder. III. Los obispos del reino de Galicia (1600-1840)*, in *Anthologica Annua*, 32 (1985). p. 36.
- CARDOSO, A: Brito, *Sínodos e Constituições da Diocese de Coimbra*, in *Lumen* 1987. p. 407.
- CARITA, Rui, *O descobrimento dos Açores*, in *História dos Açores, do descobrimento ao século XX*, Angra do Heroísmo 2008. pp. 49; 52 – 53.
- CASTRO, José de, *Portugueses em Trento*, in *Lumen*, Lisboa 1961. pp. 29 – 30; 741.
- CASTRO, Aníbal Pinto de, *D. Frei Bartolomeu dos Mártires, um Bispo tridentino para a modernidade*. Coimbra 1999.
- Catecismo ou Doutrina cristã e práticas espirituais, de Frei Bartolomeu dos Mártires*, 15ª edição à cura de Arlindo Ribeiro da Cunha. Fátima 1962.
- COSTA, Carreiro da, *Esboço histórico dos Açores*. Ponta Delgada 1978.
- COSTA, Susana Goulart, *A Igreja: implantação, práticas e resultados*, in *História dos Açores do descobrimento até ao século XX*. Angra do Heroísmo 2008.
- DRUMOND, Francisco Ferreira, *Apontamentos topográficos, políticos, civis e eclesiásticos para a história da nove ilhas dos Açores servindo de suplemento aos Anais da Ilha terceira*. Angra do Heroísmo 1990.
- ENES, Fernanda, Diocese de Angra, in *Dicionário da História Religiosa de Portugal*, 2001.
- ENES, *As visitas pastorais da Matriz de São Sebastião de Ponta Delgada (1674 – 1739)*. Ponta Delgada 1986.
- _____, *Reforma tridentina e religião vivida, (Os Açores na época moderna)*. Ponta Delgada 1991.
- FERNANDEZ TERRICABRAS, Ignasi, *Felipe II y el clero secular. La aplicación del concilio de Trento*. Madrid, Sociedad estatal para la conmemoración de los centenarios de Felipe II y Carlos V, 2000. pp. 258 – 267.

- FERREIRA, Antonio de Brum, *A geografia física dos Açores*, in História dos Açores do descobrimento até ao século XX. Angra do Heroísmo 2008. p. 21.
- FERREIRA, Ricardo Jorge Alves, *Impedimento matrimonial de ordem sacra*, in Lusitânia canónica, série C, monografias, 2. Lisboa 2006. pp. 267 – 272.
- FONSECA, Luís Adão da, *Ordens Militares*, in Dicionário da História Religiosa de Portugal, 2001.
- LEITE, A., *O Decreto Tridentino sobre os Seminários*, in Brotéria, Vol. LXXVII. Lisboa 1963. pp. 165 – 177.
- LIMA, Manuel C. Baptista de, *Nossa Senhora na História Açoriana*, in Atlântida, tomo I. Angra do Heroísmo 1957. pp. 144 – 145.
- MARQUES, José, *Sínodos bracarense e renovação pastoral*, in Theológica, II Série, vol. XXIX. Braga 1994. p. 279.
- MENDES, João Maria de Sousa, *O sacerdócio ministerial nas Constituições do Bispado de Angra (1559)*, in Atlântida – Ciências Sociais, IAC, Vol. V, Angra do Heroísmo 1991. p. 117.
- _____, *A forma canónica nas constituições sinodais do Bispado de Angra*. Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira, Vol. LXI, Angra do Heroísmo 2003. 73 – 111.
- MENESES, Avelino de Freitas de, *Estudos de História dos Açores*, Vol. I Ponta Delgada 1994.
- _____, *O povoamento*, in História dos Açores do descobrimento ao século XX, Angra do Heroísmo 2008.
- MONTEIRO, Jacinto, *A primitiva Igreja Açoriana*, in Atlântida, Vol. XXIX, Angra do Heroísmo 1984.
- MOTA, Valdemar, *Visitadores eclesíasticos nos Açores*, in Atlântida, Vol. XXX. Angra do Heroísmo 1985.
- _____, *Santa Sé do Salvador, Igreja Catedral dos Açores*. Angra do Heroísmo 2007.
- Os Seminários em Portugal, Estudo comemorativo do Decreto Tridentino e da sua execução em Portugal*, da Comissão Episcopal para a disciplina dos Seminários. Coimbra 1964.
- PAIVA, José Pedro, *Origens e carreiras episcopais no Portugal moderno: uma visão comparada*. in Colóquio Internacional: a Igreja e o clero português no contexto europeu. Lisboa 2005. pp. 283; 285.

- PEREIRA, Isaías da Rosa, *As Constituições Sinodais de Angra de 1559*, in “Os Açores e o Atlântico”, Instituto Histórico da Ilha Terceira, Angra do Heroísmo 1984. pp. 813 – 814.
- _____, *A vida do clero e o ensino da doutrina cristã através dos Sínodos medievais portugueses*, in “Lusitânia Sacra”, Lisboa 1978. pp. 42 -48.
- _____, *Sínodo diocesano de Évora de 1534”* in «Anais da Academia portuguesa de História», II série, 20. Lisboa 1971. pp. 171 – 172.
- PEREIRA, J. A., *A Diocese de Angra na História dos seus prelados*. Angra do Heroísmo 1950. pp. 23 – 25.
- WITTE, Charles Martial, *Les Bulles d’erection de la province ecclesiastique de Funchal*. Funchal 1962 -1963.
- ROSSI, Cardinale Angelo, *Il Collegio cardinalizio*, Vaticano 1990.
- SANTOS, João Marinho dos, *Os Açores nos séculos XV e XVI*, Vol. II. Maia 1989.
- SCHATZ, Klaus, *Storia dei concili, la Chiesa nei suoi punti focali*. Bologna 1999.
- SILVA, Amélia Maria Polónia da, *Recepção do Concílio de Trento em Portugal: as normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos Bispos do Reino em 1553*. Revista da Faculdade de Letras – História, II Série – Volume VII, 1990 Lisboa. pp. 133 – 143.
- TANNER, Norman, *I Concili della Chiesa*. Milano 1999.
- TELLECHEA IDIGORAS, Jose Ignacio, *El Obispo ideal en el siglo de la Reforma*. Roma 1963.
- VIEIRA, Alberto, *Diocese do Funchal*, in Dicionário da História Religiosa de Portugal, 2001.
- _____, *As Constituições Sinodais e Administração Das Dioceses Insulares (Angra, Funchal e Las Palmas) nos séculos XV a XVII*. In Congresso Internacional «Missionação portuguesa e encontro de culturas». Actas. Vol. I. Braga 1993. pp. 460 – 467.

DICIONÁRIOS

- ALMEIDA, Fortunato, *História da Igreja em Portugal*. Coimbra 1915. pp. 546 – 549; 624.
- AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História religiosa de Portugal*. Lisboa, 2000-2002. Vol. II, pp. 225 – 235; 603 -605.

AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.), *História religiosa de Portugal*, 3 volumes. Lisboa, 2000-2002. 2 vol. pp. 49 – 64; 358; 359.

CAVALLOTTO, Stefano; MEZZADRI, Luigi (direttori), *Dizionario dell'età delle Riforme (1492-1622)*. Roma 2006. pp. 10 – 12; 154; 151 – 153; 162 – 165; 182 – 184; 202 – 204; 528 - 529; 537.

Enciclopédia Cattolica, Roma, Città del Vaticano 1949. p. 79.

Enciclopedia dei Papi, Roma 2000. Vol. II. pp. 621; 626; 652; 659; 683; 688; Vol. III. pp. 2 – 3; 17; 39; 53 – 55; 65-66; 80 – 81; 99 – 101; 118 – 119; 134; 150 – 154.

HILLERBRAND, Hans J., *Historical Dictionary of the Reformation and Counter-Reformation*. London 2000. pp. 22; 103 – 105.

LEVILLAIN, Pilippe, (dir), *Dizionario storico del papato*. Milano 1996. pp. 14 – 15; 31 – 34; 215 – 216; 330 – 333; 488 – 490; 680 – 684; 799 – 801; 855 – 858; 921 – 922; 929 – 932; 1000; 1083 – 1084; 1140 – 1144; 1077 – 1083.

PASTOR, L., *Storia dei Papi dalla fine del médio evo*, Vol. I, Roma 1931. pp. 408-409.

FONTES

Arquivo dos Açores.

Constituições Synodaes do Bispado d'Angra, feitas pelo Ex.mo e Rev.mo Sr. Bispo D. Jorge de Santiago, aprovadas em Synodo Espiscopal celebrado na Sé Cathedral no anno 1559. Angra do Heroísmo 1881.

Constituições do Bispado de Lisboa de 1565.

GARCIA e GARCIA, António (dir), *Synodicon Hispanum*, 6 volumes. Madrid 1981 – 1993.

MANUAIS

ALBERIGO, Giuseppe, *Conciliarum Oecumenicorum Decreta*. Bologna 2002 (2). pp. 403 – 452; 750- 751.

GONZALEZ NOVALIN, Jose Luis (dir), *Historia da Iglesia en España*, Vol. III – 1º, Madrid 1980. pp. 171; 174;

LLORCA, B.; VILLOSLADA, R. Garcia; MONTALBAN, F.J., *Historia de la Iglesia Católica*, Vol. III, Madrid 1987. pp. 342- 365; 606.

JEDIN, Hubert (dir), *Storia della Chiesa*, Vol. VI. Milano 2001.

JEDIN, Hubert , *Chiesa della fede, Chiesa della storia*. Brescia 1972.

JEDIN, Hubert , *Il tipo ideale di vescovo secondo la Riforma Cattolica*. Brescia 1950.

JEDIN, Hubert, *Breve storia dei concili*. Brescia 2006.

MENENDEZ PIDAL, Ramon, *Historia de Espana*, “*La Espana de Felipe III*”. Vol. XXIV. Madrid 1979. pp. 150 – 159.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Historia de Portugal*, Vol. I. pp. 247 – 248; 293 – 298; . 247 – 248; 254 – 258; Vol. III. pp. 11 – 13.

ASTROLÁBIO PLANISFÉRICO ÁRABE DO SÉCULO XVII/XVIII DO MUSEU DE ANGRA DO HEROÍSMO: FALSO ABD AL – A’IMMA

*Félix Rodrigues**

Introdução

Astrolábio é um termo de origem grega, formado por dois vocábulos. O primeiro, *astron*, significa astro ou estrela, e o segundo do verbo *lambanein*, quer dizer “apoderar-se”. Assim, astrolábio quer dizer “domar os astros” ou, em português arcaico, “pesar os astros”.

Este instrumento astronómico é muito provavelmente de origem grega, mas não se sabe ao certo a data do seu aparecimento nem qual era a sua primeira forma ou modo de utilização. Soares Dias (2009, p. 84) afirma que o astrolábio foi criado por Ptolomeu (século II d.C.) e adaptado pelos portugueses à navegação no Atlântico, tendo-se tornado nessa época um instrumento indispensável às grandes navegações europeias. Sobre a utilização do astrolábio para a viagem de caravelas, por “mares nunca dantes navegados”, os portugueses foram efetivamente pioneiros e especialistas no seu uso, mas quanto à autoria da sua construção há quem defenda que esta se deve a Hiparco de Niceia (180 a.C.) (Contador, 2008), a Eudóxido de Cnido (409-356 a.C.) ou Apolónio de Perga (séculos III-II a.C.) (Pereira da Silva, 1924).

O que é inequívoco é que o astrolábio teve importantes utilizações durante a Idade Média ao nível da astronomia e astrologia, cujas áreas se fundiam e confundiam. Este instrumento foi efectivamente aperfeiçoado pelos árabes com o objectivo de ter uma representação do céu num determinado local e num determinado instante. Assim, os astrolábios árabes tinham três finalidades: determinar a altura de um astro no céu, fornecer o aspecto do céu num determinado dia num determinado local e até mesmo ser um ca-

* Doutorado em Ciências do Ambiente. Professor da Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente da Universidade dos Açores. Sócio efetivo do IHIT.

lendário perpétuo (King, 2014). Conhecer os tipos de astrolábios, as suas especificidades ou as suas utilizações, tem grande importância a nível da história da astronomia, mas também a nível da identidade cultural portuguesa e global, por se entender que a cultura, apesar de ser um sistema complexo, inclui pelo menos o conhecimento e a arte.

Os astrolábios árabes eram constituídos normalmente por uma peça central, denominada *mater*, um círculo com bordo saliente e graduado, onde encaixavam diversas lâminas circulares, os *tímpanos* ou *tábulas* e recobertos por um disco circular, a *aranha*, *rete* ou *aranea* (Gingench, King & Saliba, 1972). Muitas dessas características foram mantidas nos astrolábios portugueses.

O Astrolábio Planisférico árabe do Museu de Angra do Heroísmo: falso Abd al – A’imma

Foi possível observar e estudar o exemplar de astrolábio planisférico árabe, da coleção do Museu de Angra do Heroísmo, internamente classificado como sendo um falso Abd al – A’imma do século XVI/XVII.

Abd al – A’imma é provavelmente um dos mais conhecidos e profícuos decoradores persas de astrolábios, membro da escola de astrolabistas de Isfão (1678-1722), no Irão (Gingerich *et al.*, 1972).

O astrolábio árabe da coleção do Museu de Angra do Heroísmo possui cinco lâminas circulares, com inscrições no alfabeto árabe, tanto na frente como no verso, o que corresponderá a dez possíveis discos ou aspectos distintos do céu em vários locais (latitudes) do mundo árabe. Para além desses discos existe, no eixo central, a *clavus*, que atravessando o centro, serve de base ao denominado *cavalo*. O *cavalo* contém duas zonas: uma designada de face (*fácies*), e outra que se lhe opõe, o *dorso* ou *dorsum*, que para além de possuir uma margem graduada, utilizada para determinar a altura de qualquer astro em relação ao horizonte, contém também o que parece ser um calendário perpétuo. O verso desse astrolábio é dividido em quatro quadrantes, definido por dois diâmetros. Os quadrantes superiores possuem aparentes divisões para cálculo de alturas dos astros e de latitudes.

Gingerich *et al.*, (1972) classificam os astrolábios conotados com Abd al-A’imma em duas categorias: uma que corresponde a astrolábios muito precisos do ponto de vista astronómico (a grande maioria), e outra, a que chamam de “degenerados ou falsos” que contém muitas imprecisões científicas e que crêem serem imitações dos primeiros, com fins meramente decorativos. Poderia pensar-se que o segundo tipo de astrolábios serviriam os propósitos da astrologia, mas tal não é verdade, pois nessa época a astrologia era tão precisa quanto a astronomia.

A maioria dos astrolábios no grupo das falsificações tem uma data inscrita no verso abaixo do nome de Abd al – A’imma (Gingerich *et al.*, 1972). A peça histórica do Museu de Angra do Heroísmo não tem essa data, mas tal não implica que seja forçosamente uma falsificação.

Na figura 1, extraída de Gingerich *et al.*, (1972), o astrolábio da direita é astronomicamente correcto: mostra no canto superior direito uma gradação entre os arcos concêntri-

cos, em contraste com o da esquerda (Museum of the History of the Science, 2016), que é uma “falsificação” por apresentar arcos concêntricos sem graduação alguma entre eles.

O astrolábio árabe do Museu da Angra do Heroísmo tem as características do astrolábio da esquerda da figura 1.

Para melhor percebermos a utilidade astronómica dos astrolábios de Abd al-A’imma, veja-se por exemplo as descrições que Sédillot, (1868) faz de dois astrolábios oferecidos pelo Príncipe Ali-Kouli-Mirza ao governo francês e produzidos por esse astrónomo persa.



Figura 1 - Falso Abd al A’imma (esquerda) (adaptada de Truong, 2015) e verdadeiro Abd al – A’imma (direita) (adaptada do Museum of the History of the Science, 2016).

Os astrolábios de Abd al – A’imma astronOMICAMENTE correctos, têm aranhas ricamente decoradas e assimétricas (ver figura2), em oposição aos que tinham propósitos decorativos, onde essas ornamentações apresentavam simetria em relação a um eixo. O astrolábio árabe do Museu de Angra do Heroísmo possui uma aranha ricamente decorada e simétrica, mais uma vez indiciando tratar-se de um falso Abd al – A’imma.

Nos astrolábios atribuídos a Abd al – A’imma, a aranha não pode apresentar simetria, por ser uma carta estelar, onde as folhas das plantas aí representadas apontam para a posição das estrelas mais brilhantes no céu.

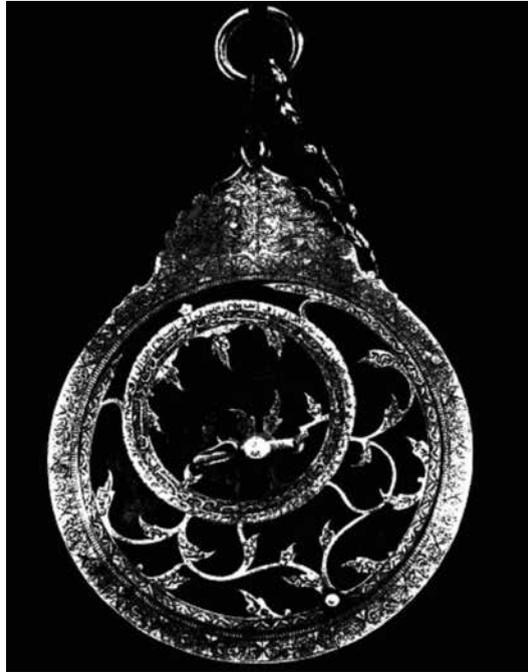


Figura 2 - Aranha de um verdadeiro Abd al - A'imma (imagem extraída de Gülener, 1996 referente a um astrolábio Abd al -A'imma de Washington, de 1492, que esteve na Exposição Mundial de Hamburgo em 1963).

É comum encontrar no verso dos astrolábios de Abd al -A'imma, à semelhança dos astrolábios da escola de Isfão, dois arcos no quadrante superior direito, um para determinação da altitude do Sol ao meio-dia e outro para quando o sol se encontra no azimute de qibla (direcção de Meca), tal qual como descrito por Sédillot (1868). O mesmo não poderá ser dito relativamente aos astrolábios “degenerados ou falsos”. Na figura 3 são bem visíveis, no quadrante superior direito, os dois conjuntos de arcos, sete para a esquerda e três para a direita, que se interceptam sensivelmente a 1/3 do raio do astrolábio.

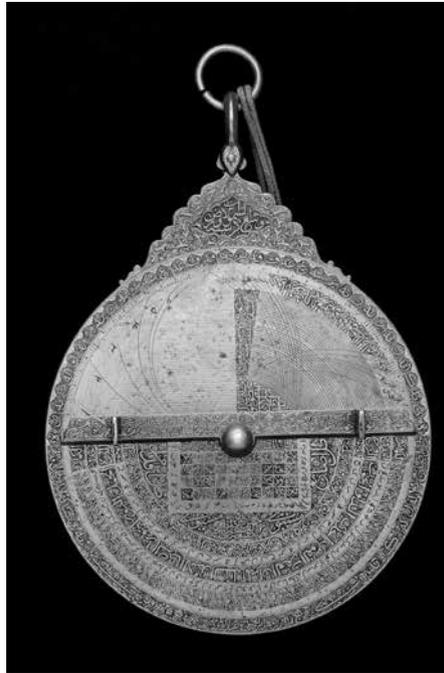


Figura 3- Arcos para a determinação das horas e de quibla num astrolábio de Abd al – A'imma (Imagem do Museum of the History of Science, 2017)

Os discos que se encaixam na base de um astrolábio árabe, contendo “circunferências” ou arcos de circunferência, correspondem a projecções estereográficas polares da esfera celeste sobre um plano. Nos astrolábios astronômicamente correctos correspondem a raios que apresentam uma razão de 1:2,33 (Gingerich *et al*, 1972). Essa razão é verificada tanto nos discos como nas projecções estereográficas polares da esfera celeste existentes na aranha. Cada disco ou lâmina, ao assentar na madre, tinha, na face voltada para cima a projecção estereográfica polar de determinada latitude terrestre.

Chamam-se *almucântaras* aos círculos paralelos ao horizonte.

Na figura 4 apresenta-se um diagrama de um astrolábio árabe, onde se identificam as linhas do horizonte, do equador, dos trópicos de Câncer e de Capricórnio, bem como o zénite, entre outras funcionalidades e informações contidas tanto na *rete* como em cada placa ou disco. Não é claro que todas essas funcionalidades estejam presentes no astrolábio árabe do Museu de Angra do Heroísmo, pois não nos foi possível manusear esse objecto de forma a medirmos razões ou a verificar se as posições dos vários *almucântaras* eram corretas.

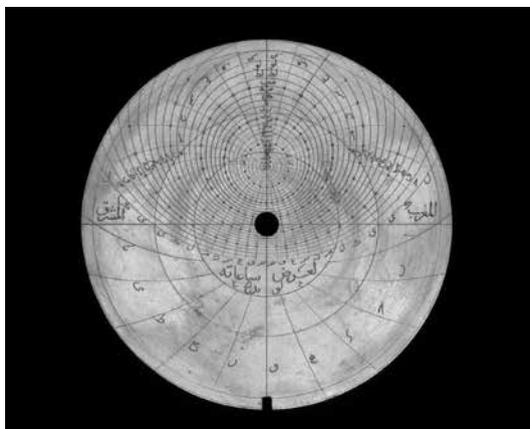


Figura 4 - Esquema das funcionalidades de um astrolábio árabe (Imagem do Museum of the History of Science, 2017).

Na figura 5 apresenta-se, em esquema, a forma como o astrolábio árabe deveria ser montado, indicando-se também o nome das peças que o constituem. Todos esses elementos estão presentes no astrolábio árabe, propriedade do Museu de Angra do Heroísmo.

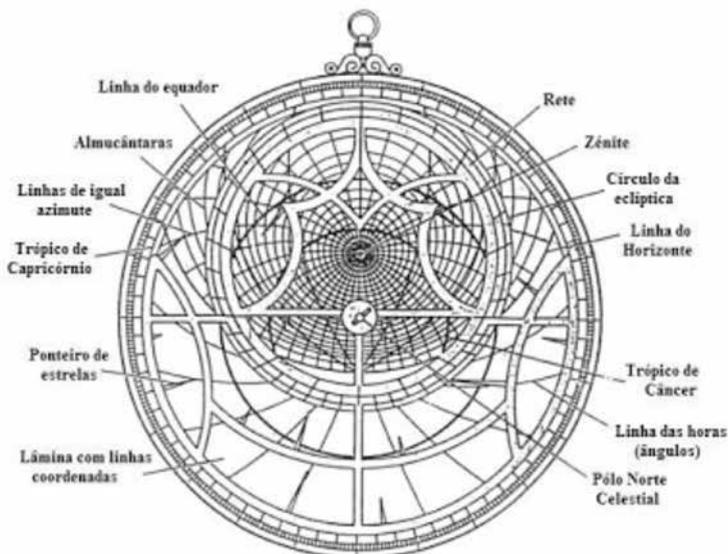


Figura 5 - Peças fundamentais de um astrolábio árabe.

Tal como anteriormente referido, os astrolábios árabes da Escola de Isfãão também incorporavam um calendário perpétuo, com instruções precisas para a contagem do tempo e identificação dos dias da semana, numa lógica semelhante à do “*Calendario perpetuo allegorico, dedicado a Sua Magestade Senhor Dom Pedro Primeiro, Imperador Constitucional & defensor perpetuo do Brasil, ca. 1826*”, que o Museu de Angra do Heroísmo também possui um exemplar. As instruções associadas a esse calendário não eram universais, mas válidas para o calendário islâmico, por um período de apenas 60 anos.

Na figura 6 apresenta-se um desses calendários perpétuos contidos nos astrolábios árabes, muito semelhante ao que está presente no astrolábio do Museu de Angra do Heroísmo. Tudo leva a crer que o calendário perpétuo incorporado no astrolábio que aqui se tem referido seja uma réplica exacta de um calendário perpétuo árabe, pois este tinha uma utilidade prática, mesmo para quem não entendesse de astronomia.



Figura 6 - Calendário perpétuo, inscrito nos astrolábios árabes (Imagem adaptada do Museum of the History of Science, 2017).

Nos astrolábios de Abd al –A'imma astronômicamente correctos, todos os elementos anteriormente referidos estão presentes, no entanto nos astrolábios “degenerados”, faltam alguns desses elementos, e por exemplo, a estrela Vega (que em árabe significa ave de rapina) é representada pela cabeça de uma ave, uma representação que não se encontra nos astrolábios astronômicamente correctos (King, 1999). Nos astrolábios correctos, a estrela Vega é representada por um ponto semelhante ao olho de um pássaro (Gingerich *et al*, 1972). No astrolábio de Angra do Heroísmo, a estrela Vega é representada pela cabeça de uma ave, o que aponta claramente para um falso astrolábio Abd al –A'imma.

As constelações atuais têm nomes de personagens da mitologia grega, mas as estrelas, na sua maioria, continuam com nomes árabes. Na constelação de Oriente, “O caçador”, temos a estrela Betelgeuse, que significa em árabe, “ombro do gigante”. Na constelação da Virgem, que é usualmente representada por uma donzela com cereais no colo (indicava aos antigos, o período da colheita, que nessa altura era um trabalho essencialmente feminino) a estrela mais brilhante recebe o nome de Spica (espiga em árabe). A estrela Sirius, que faz parte da constelação de Cão Maior (*Canis Major*), tem um nome árabe que significa “ardente”, por ser a estrela mais brilhante que podemos observar no céu a olho nu.

O nome “Altair”, associado à estrela alfa da Águia, provém do nome dado pelos Árabes ao conjunto formado pelas estrelas Alfa, Beta e Gama dessa constelação: “*Al Nasr al Tair*”, a Águia Voadora. Altair é a décima segunda estrela com maior brilho aparente de todo o céu.

O nome da estrela mais brilhante do Cisne, Deneb, provém de “*Al Dhanab al Dajjah*”, a “Cauda da Galinha”, pois para os árabes era esse o animal representado pela constelação. Há várias estrelas com o nome “*Deneb*”, pois a palavra significa “cauda” em árabe. No entanto, quando esse termo é usado isoladamente, refere-se à estrela Alfa de Cisne, enquanto que, tratando-se de outras estrelas, é-lhes acrescentado o nome da respectiva constelação, como é o caso de *Deneb Kaitos* (Beta da Baleia), de *Deneb Delfim* (Épsilon do Delfim) ou *Deneb Okab* (Delta da Águia). Há também estrelas cujo nome deriva de *Deneb*, como é o caso de Denebola, a estrela Beta de Leão.

Para os árabes, a Úrsula Maior era representada por uma caravana no horizonte, a que por exemplo Camões chama de “Carreta”, o Triângulo de Verão, por uma águia em voo, e a estrela Antares (estrela nitidamente vermelha) na constelação de Escorpião, pelo coração de um escorpião.

Lupus, o Lobo, é uma antiga “constelação”. O seu nome pode derivar de um erro de tradução do árabe, ou seja de “*Al Fahd*”, que quer dizer Leopardo ou Pantera. A constelação tem sofrido algumas alterações ao longo do tempo. Inicialmente poderia ter representado o porco de Erymancia, que foi caçado por Hércules e Centauros, mas atualmente é designada pela constelação de Lobo que se situa entre a constelação de Sagitário (centauro) e a constelação de Escorpião.

Lepus (Lep), a Lebre, é uma constelação do hemisfério celestial sul logo ao sul do equador celeste, abaixo da constelação de Oriente, e possivelmente representando uma lebre sendo caçada por Oriente, o caçador. *Lepus* é uma das 48 constelações de Pto-

meu, e figura também entre as 88 constelações modernas. Dada a posição celestial dessa constelação, os árabes conheciam-na certamente, uma vez que lhe atribuíam o mesmo nome que lhe deu Ptolomeu.

No astrolábio planisférico árabe do Museu de Angra do Heroísmo, classificado como sendo do século XVI/XVII, e que é um Falso Abd al – A'imma, é possível observar na *rete*, os símbolos da lebre, da águia e da galinha, alusivos a constelações quer do hemisfério celestial norte quer do hemisfério celestial sul.

As projecções estereográficas polares da esfera celeste mais comuns nos discos dos astrolábios árabes (Sédillot, 1868; Gingerich *et al*, 1972; King, 1999) eram Meca, latitude 22°N e Medina na latitude 25°N. No entanto era possível encontrarem-se nos astrolábios árabes mais antigos (século XIII) as projecções estereográficas polares da esfera celeste do Cairo (30°N), Bagdad (33°M), Marraquexe (31°N), Jerusalém (32°N), Ceuta (36°N) e Sevilha (37°30'N). No século XV algumas lâminas de astrolábios árabes projectavam o céu de Fez (34°30'N), Tetuán (35°30'N), Málaga (36°40'N) e Córdoba (38°30'N). No século XVII era possível encontrar discos referentes a Saragoça, Alexandria, Damasco, Tarsos, Sardenha, Azerbeijão, Valência, Toledo e Roma (King, 1999). Ora, as lâminas do astrolábio árabe do Museu de Angra do Heroísmo, não correspondem a projecções estereográficas de nenhum dos locais referidos anteriormente, o que corresponde mais uma vez a um falso Abd al – A'imma.

Conclusão:

O astrolábio árabe do Museu de Angra do Heroísmo, é sem dúvida um falso Abd al-A'imma, pelo que não se pode atribuir a essa peça uma cronologia que o remete para os séculos XVI/XVII, mas sim para os séculos XVII/XVIII.

Apesar de esse astrolábio não ter sido construído por astrónomos competentes, tem imensas informações astronómicas com alguma veracidade científica e a peça em si é valiosa, mesmo tratando-se de um falso Abd al-A'imma. Trata-se assim de uma peça com valor para a história da ciência e revela o fascínio da sociedade persa e ocidental pela astronomia, apesar de grande parte da população não dominar todos os seus fundamentos.

Bibliografia:

- Contador, P.M.. 2008. *Matemática, uma breve história*. Vol I. 3ª Edição. Editora Livraria da Física. São Paulo.
- Gingench, O., King, D. and Saliba, G. 1972. The Abd al-A'Imma Astrolabe Forgeries. *Journal for the History of Astronomy*. **3**: 188-98.
- Gülener, A. 1996. Gökyüzünün Sanatsal Cep Bilgisayarları. *Usturlaplar*. **35**: 216-221
- King, D. 2014. *World-maps for finding the direction and distance to Mecca: Innovation and tradition in Islamic Science*. 2ª Edition. Brill. Boston.
- Museum of the History of the Science. 2017. *Astrolabe Catalogue*. https://www.mhs.ox.ac.uk/astrolabe/catalogue/browseReport/Astrolabe_ID=125.html. Data de consulta: setembro de 2017.
- Pereira da Silva, L. 1924. *O astrolábio da Sociedade de Geografia e o nócio de Pedro Nunes*. Imprensa Nacional. 12 p. - Extracto do Jornal de Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais, 3ª série, 17. UCLEJC.
- Sédillot, L. 1868. *Annales de l'Observatoire imperial de Paris. Memoires*. T. 9. Paris : Gauthier-Villars. pp. 164-171.
- Soares Dias, J.F. 2009. *A construção da Identidade na infância no contexto multicultural português: Um estudo dum caso*. Tese de Doutoramento. Faculdade da Educação. Universidade de Santiago de Compostela. Santiago de Compostela
- Truong, A. 2015. *Rare and Precious Works of Art Spanning Over 1,000 Years on 7 October at Sotheby's London*. <http://www.alaintruong.com/archives /2015/09/27/32691424.html>. Data de consulta: maio de 2016.

DO HISTORIADOR FRANCISCO FERREIRA DRUMMOND

DA MEMÓRIA AOS ANAIS DO SENTENCIOSO AO ASSERTIVO

*Dionísio Mendes de Sousa**

Na introdução à nova edição dos *Anais da Ilha Terceira* de Francisco Ferreira Drummond, o historiador José Guilherme Reis Leite diz que “a história da Capitania da Praia, que o autor desenvolvia por encomenda do Município Praiense e que seria publicada em 1846, onde as linhas essenciais do seu percurso historiográfico surgiam bem vincadas.”¹

Certamente que a afirmação está correcta quanto ao essencial do modelo da historiografia de Drummond.

Ele tem a sua primeira aplicação na *Memória histórica da Capitania da Vila Praia da Vitória*. (daqui em diante simplesmente *Memória* e simplesmente *Anais*).²

Mas se compararmos com o modelo, digamos, definitivo dos *Anais* creio que se podem assinalar algumas diferenças, quer quanto a factos e datas, mas, principalmente, quanto ao tom, mais ou menos sentencioso e paradigmático, e quanto ao relevo dado ou não a determinados aspectos da história da ilha Terceira.

Quanto ao modelo de historiografia de Drummond pode-se, com efeito, dizer que a sua coluna vertebral já estrutura a *Memória*.

Um exemplo concreto é o da periodização da narrativa histórica.

A periodização usada na *Memória* para a capitania da Vila da Praia e a utilizada para a Ilha Terceira nos *Anais*, descontadas as diferenças inerentes aos próprios temas, revela um paralelismo quase coincidente ponto a ponto entre uma e outra.³

* Licenciado em Filosofia. Sócio correspondente do IHIT.

¹ Francisco Ferreira Drummond, *Anais da Ilha Terceira*, Câmara Municipal e IHIT, Angra, 2016 pag. 21.

² Francisco Ferreira Drummond, “Memória histórica da Capitania da Vila da Praia da Vitória”, in *Memória Histórica do Horrível Terramoto de 15.VI.1843 que assolou a Vila da Praia da Vitória*, Félix José da Costa Junior, José Ignácio d’Almeida Monjardino e Francisco Ferreira Drummond, Ed. Câmara Municipal da Praia, 1983, pag.23.

³ Idem pp 23 e ss.

Nos *Anais* temos a primeira época (desde o descobrimento da ilha até à constituição da capitania da Praia (1449-1456), a segunda época (1450-1540) e depois a terceira época até 1561.⁴

Na *Memória* temos, em paralelo, primeiros donatários da ilha e da Praia, respectivamente, Jácome de Bruges e Álvaro Martins Homem (1456-1482) segundo donatário, Antão Martins Homem (1483-1519) e em terceiro lugar, desde o terceiro donatário, Álvaro Martins Homem (1520) até ao governo dos Filipes. (1583).⁵

Penso mesmo que, em face desta periodização similar e como razão de fundo para ela, se pode arriscar a afirmação de que a primeira e segunda época dos *Anais*, salvo alguns capítulos de enquadramento, como o capítulo primeiro e segundo, são uma reedição revista e melhorada, mas muito pouco ampliada da *Memória*.

Drummond inicia a *Memória* com a seguinte página:

“Sobre o tempo prefixo em que foi descoberta e investigada a ilha Terceira de Jesus Cristo (atente-se no termo “investigada” e não propriamente “povoada”) variam miseravelmente os autores, sendo uns de opinião fôra o seu descobrimento em 1432 e outros de que tivera lugar depois do descobrimento das ilhas de Cabo Verde, que foi em 1446.

O certo é que no ano de 1449 já ela estava descoberta e a 2 de Março de 1450 foi doada pelo Grão Mestre da Ordem de Cristo, o Infante D. Henrique, ao cavaleiro Jácome de Bruges, flamengo de nação e casado na corte com Sancha Rodrigues de Toar, para que a povoasse com gente que fosse de fé católica e, por isso mesmo, houvesse os dízimos de todos os dízimos que à Ordem de Cristo pertencessem, e àqueles que de sua geração descendessem.”⁶

Transcrita a página inicial da *Memória* alinhe-se uma primeira observação:

Na *Memória* Drummond opta pela data de 1449 como data em que a Terceira já teria sido descoberta, mas sem apresentar qualquer justificação para a sua escolha.

Vai apresentá-la nos *Anais* pelo testemunho de Gomes Eanes de Zurara que refere fragmentos de escritos a que teve acesso e a que chama “lembranças”. E acrescenta Zurara. “Nas quais lembranças achámos que, no ano de mil quatrocentos e quarenta e nove, deu el-rei licença ao Infante D. Henrique para que pudesse mandar povoar as sete ilhas do Açores, as quais já naquele tempo eram descobertas, e nelas havia sido lançado algum gado por mandado do mesmo Infante.”⁷

E vai concluir este capítulo primeiro dos *Anais* com a seguinte afirmação:

“Não aparece vestígio algum nesses escritos da era precisa dos nossos descobrimentos, especialmente da ilha Terceira, porém, do pouco que achámos bem se infere estar a referida ilha explorada antes do ano de 1449, (destaque-se, de novo, o termo

⁴ Idem nota 1, pp.47-48

⁵ Idem nota 2, pp.23 e ss.

⁶ Idem nota 2 pag.23

⁷ Idem nota 2, pag.23

“explorada” e não “povoada”) e se tratara já dela para se povoar, como se povoou nos anos imediatos”.⁸

Penso que o relevo dado por Drummond a uma questão ou a um tema se pode avaliar, tanto pelo seu conteúdo como pelo lugar que o autor lhe reserva no texto.

Na *Memória* a importância conferida por Drummond à questão da descoberta da ilha é notória pois enquadra todo o texto.

Seria de esperar que nos *Anais*, maior relevo lhe fosse conferido ainda, já que o tema é a própria ilha Terceira em geral e não apenas uma parte dela como na *Memória*.

Acontece, porém, que nos *Anais* Drummond começa por secundarizar a questão reduzindo-a uma nota e nos termos seguintes:

“Sobre o tempo prefixo em que foram descobertas as ilhas variam miseravelmente os autores. João de Barros lhes dá o ano de 1420, os autores da *História Universal*, *tomo 12* lhe assinalam os anos de 1418 e 1419 e bem assim o *Globo Terrestre* e o Padre Cordeiro na *História Insulana*, *livro III, capítulo I* onde se queixa da confusão dos historiadores em cujo número vai o Doutor Frutuoso.

Porém, o certo é que nenhuma as dá como descobertas antes de 1418 nem começadas a povoar antes de 1440.”⁹

Drummond repete-se no início da nota, mas os argumentos e autores citados são outros. O que significa que Drummond continuou a investigar o assunto, mas que o relega para uma simples anotação marginal.

Não me parece descabido a propósito desta questão da descoberta da ilha e o seu resultado final para Drummond, lembrar aquilo que ele diz no Prefácio da *Memória*:

“Mesquinho fruto dos meus penosos trabalhos”.¹⁰

Pode-se mesmo acrescentar que, também nesse aspecto, Drummond se antecipa às tendências da historiografia mais recente dos Açores que se centra, nomeadamente no caso da Terceira, não na descoberta, mas no povoamento. Drummond também, como veremos no decorrer deste texto.

Na segunda página da *Memória* Drummond escreve:

“No ano seguinte de 1451 saiu o doado Jácome de Bruges para a ilha Terceira com dois navios carregados à sua custa de toda a casta de gados úteis ao serviço dos homens e nele os lançou (...). Ignora-se perfeitamente em que dia chegou e onde foi o seu desembarque e da mesma forma se perde na tenebrosa noite dos tempos, em que dia mês e ano aportou a segunda vez com os seus adjuntos e mais povoadores da ilha. Porém não se pode duvidar que o lugar de *Porta Alegre*, hoje denominado *Santana – A Velha*, fosse a sua primeira habitação, bem próximo, ou talvez no mesmo ano de 1450, em que o capitão Bruges, atraído das comodidades que lhe oferecia o sítio da Praia, nele veio fazer assento e lançar os fundamentos da Igreja de Santa Cruz.”¹¹

⁸ Idem nota 4, pag.57

⁹ Idem nota 1, pag.50

¹⁰ Idem nota 2, pag.19

¹¹ Idem nota 2, pag.29

Sobre a data provável em que Porta Alegre é abandonada a favor da Praia já vimos que no texto da *Memoria Drummond* avança com a data de 1450. Comparemos com um texto paralelo dos *Anais*:

“Deixámos em Porta Alegre e na Ribeira de Frei João alguns habitantes, no mesmo ano de 1456 foi o capitão Bruges estabelecer-se no lugar da Praia, que lhe oferecia melhores vantagens na cultura das terras e comércio futuro. E querendo prover ao culto divino a que era obrigado ali lançou os alicerces da Igreja de Santa Cruz no intento de servir a grande povoação que naquele sítio e suas imediações se havia de estender; no entretanto tomando para si a serra de Santiago a repartiu com o seu amigo Diogo de Teive.¹²”

Adiantem-se, para já, dois dados:

A data de 1456 para início do povoamento da Praia é para Drummond tão “irrefragável” (já veremos que é termo do próprio Drummond) como a data de 1450 da carta de doação da capitania da Terceira a Jácome de Bruges, porque se baseia noutro tipo de documento, mas de igual validade que é - diz ele em nota - “pela inscrição na pedra fundamental dessa Igreja (Matriz da Praia) se conhece este facto importantíssimo para a cronologia.”

O outro dado é o texto seguinte:

“Vacilei com o temor de tropeçar, e às vezes sem tino, enquanto não saí do complicado labirinto em que me prendia a cada passo.

Agora, porém, com melhores auspícios, venho datar com segurança o nascimento e povoação desta ilha entregue ao nobre cavaleiro Jácome de Bruges.

Seguro é o norte que sigo; já não temo as borrascas da incerteza; ofereceu-se-me a luz em documento único e irrefragável”.¹³

Memorize-se esta data de 1456, porque será um número padrão, para poder apreciar a justeza e mérito de Drummond na sua escolha.

Para o deixar suficiente e claramente evidenciado vamos compará-la com os mais recentes resultados da actual investigação sobre o assunto.

Vamos a isso, embora de forma sumária.

São três os mais recentes e abalizados historiadores que reanalisaram com dados novos e técnicas aperfeiçoadas, esta “floresta de enganos” que é o povoamento da Terceira.

Em primeiro lugar, quem lhe deu esta vicentina designação no seu livro “7 ensaios sobre o povoamento dos Açores – Reis Leite.

Segundo Reis Leite, na datação do início do povoamento da Terceira “incautamente – escreve ele – os genealogistas, os cronistas e a maioria dos historiadores aceitaram a partir dela (da carta de 20 de Março de 1450 da nomeação do primeiro donatário da ilha Terceira – Jácome de Bruges) que de imediato, em 1450 portanto, se tinha iniciado o povoamento da ilha. Porém, nada autoriza esta dedução”.¹⁴

¹² Idem nota 1, pag.89

¹³ Idem nota 1, pp.67-68

¹⁴ Reis Leite, *7 Ensaios sobre o Povoamento dos Açores*. Blu Edições, pag.40

Note-se que esta crítica não se pode aplicar a Drummond, porque já ficou claro no que atrás se disse que a data por ele aceite e comprovada é a de 1456.

Como vimos, ele começou por aceitar a data de 1450 na *Memória*. Mas, mesmo nesse texto de forma dubitativa. Relembrem-se os termos exactos de Drummond transcritos acima na pág. 4: *bem próximo, ou talvez no mesmo ano de 1450*.

Como já o fizera Ferreira Drummond, Reis Leite rejeita esta data de 1450, mas vai dilatá-la para 1460, e ainda à semelhança do que já fizera Drummond para a data de 1456, vai ligá-la a um novo dado documental – a carta do Infante D. Henrique de 1460, que faz a doação a D. Fernando das ilhas Terceira e Graciosa “*que ora estão por povoar*.”

Desta expressão retira Reis Leite a conclusão de que estas ilhas estavam “despovoadas”, no sentido mais estrito do termo, “sem gente”, como ele próprio interpreta e que, portanto, o primeiro donatário da ilha, Jácome de Bruges, para além do clima de tragédia que marcou a sua vida de donatário e de ser humano, tinha fracassado também nesse objectivo primacial da sua missão e contrato de levar avante o povoamento da Terceira.

Embora tendo em conta outros argumentos de convergência e de contexto a conclusão de Reis Leite assenta a sua força (ou fragilidade) na interpretação no sentido mais estrito desta expressão: Ilhas que “*por ora estão por povoar*.”

Mas esta dedução será a única possível ou, pelo menos, a mais verosímil e comprovável à luz de outros documentos similares da mesma época?

Não, não é, diz o outro investigador do tema – Avelino de Freitas de Meneses.

Segundo este, o texto da própria carta de 1460 contém dados implicando outra interpretação e há outros textos da mesma época que utilizam esta mesma expressão ou expressões equivalentes, por exemplo, um documento da Infanta Dona Beatriz sobre a venda da ilha de São Miguel em que se fala no “quase despovoamento de São Miguel”.¹⁵

Mas este “despovoamento” de São Miguel não pode ter o mesmo sentido do “despovoados” de Reis Leite, pois é desmentido pela realidade. Pela fase, já então adiantada do povoamento de São Miguel.

Por isso, conclui Avelino de Meneses “a junção dos factos conduz-nos à admissão do começo da ocupação humana da Terceira no decurso do decénio de 1450 (...). Assim entendemos que a datação do princípio do povoamento da Terceira em 1460, por influência da D. Fernando, novo donatário, deve substituir-se apenas pelo reconhecimento de um avanço significativo da humanização, por comparação com os 10 anos anteriores, de tentativas, experiências e resultados parcos”.¹⁶

É claro que mesmo só hipoteticamente se pode conceber uma terceira posição que prudente e avisadamente ou ousadamente, venha dizer: Nem 1450, nem 1456, nem 1460.

E até pode mesmo acrescentar, em vez de uma quarta data, que para resposta a questão, com as características do povoamento (ou humanização, como agora se prefere) da ilha Terceira, com a escassa e lacunar documentação existente, nenhuma dessas soluções é aceitável e concludente.

¹⁵ Avelino de Meneses, in prefácio a Reis Leite, *7 ensaios sobre o Povoamento dos Açores*, Ed. Blu, pag.15

¹⁶ Idem, pag.15.

Mais ainda, não só não está resolvida por nenhuma dessas três soluções, mas é mesmo “irresolúvel”.

Será esta a posição sobre o tema de Rute Dias Gregório na sua tese de doutoramento.¹⁷

Mas esta suspensão de um juízo histórico sobre esta questão vai ter duas características:

Em primeiro lugar, vai assentar em argumentos concretos contra cada uma das três datas até então aventadas.

A data de 1450, porque da carta de doação desta data, só se pode extrair uma intenção e um determinado modelo para a sua execução de responsabilidade de um particular e com base num vastíssimo leque de privilégios que, aliás, acrescento eu, nem sempre se revelaram na prática os mais facilitadores e incentivadores do processo de povoamento.

A data de 1456 proposta por Drummond é considerada por Rute Gregório “mal esclarecida e sem suporte documental, passa por uma tradição recente como a do lançamento da primeira pedra da Igreja de Santa Cruz da Praia.”

E, finalmente, a data de 1460, “porque não podemos indagar o sentido mais absoluto deste *por povoar*.”¹⁸

A outra característica é que, ao contrário do que seria de deduzir da classificação de irresolúvel quanto à datação do povoamento, Rute Gregório vai acrescentar mais uma data às três tradicionais. Isto é, a data de 1474, em que a Terceira é institucionalmente dividida em duas capitanias.

Mas tentando não cair na contradição de apenas utilizar a única data que, em documentos oficiais ainda está relacionada com o processo de povoamento, vai considerar estas quatro datas como as de um ciclo global de “arranque do processo”.

Começando, portanto, como carta de intenções em 1450 e com opção por um modelo, prossegue em 1460 com “consequências mais definidas”, para terminar em 1474, em que a ilha “está já ocupada” e, portanto, com necessidade de uma nova orgânica administrativa – duas capitanias em vez de uma só.

Tudo resumindo, parece-nos que é de concluir que, no fundo, estamos perante dois modelos de enquadramento do povoamento da Terceira.

Um modelo que opta por uma data fixa tendo por base um documento, embora de características diferentes: A de 1460 de Reis Leite - uma carta de doação. A de 1456 de Drummond – uma inscrição na pedra de uma Igreja.

E um outro modelo que prefere considerar o povoamento da Terceira como um processo que se alonga por um ciclo entre duas datas. Para Avelino Meneses no decénio de 1450 a 1460. Para Rute Gregório também um processo global, no tempo e progressivo na ocupação do espaço, que iniciado em 1450 se prolonga até 1474.

Como quer que seja, o facto incontroverso é que Drummond consegue, com os seus meios limitados e as suas dificuldades de pioneiro, continuar a figurar e a enfileirar, mais de século e meio depois, com as sumidades e as conclusões das correntes da mais moderna historiografia açoriana.

¹⁷ Rute Dias Gregório, *Terra e Fortuna nos Primórdios da Ilha Terceira (1450-1550)*, UAC, Ponta Delgada, 2005).

¹⁸ *Idem* pp.26-29.

Explanado o conteúdo que resumimos no título – *Da Memória aos Anais* – vamos tentar desenvolver, ou melhor exemplificar, o conteúdo do subtítulo – *do sentencioso ao assertivo*.

Vamos tentar descortinar esse pendor sentencioso de Drummond no prefácio da *Memória* a respeito de uma temática que Drummond vai, na prática, derrogar no último volume dos *Anais*, mas de que faz a defesa teórica, não só neste escrito da *Memória*, mas também noutro, mais tardio, como veremos.

Trata-se do escrúpulo de fazer história sobre pessoas ou acontecimentos do presente. Escreve ele, no já referido prefácio:

“Eu poderia, com efeito, estender mais a narração sobre os acontecimentos modernos; porém não esqueci o pensamento do sábio historiador Tácito, quando se queixa de não haver tempo tão feliz, que permita sentir o que a justiça quer e dizer o que na verdade se sente, porquanto os louvores perigam na lisonja e as repreensões no ódio, como bem o disse Salústio”.

Drummond vai invocar a mesma regra, embora sem citação de apoio, ao falar dos habitantes da Vila de S. Sebastião que merecem lugar na história. Fê-lo para casos passados, mas para os do presente vai manter reserva.

Diz: “Não seria menos importante fazermos o catálogo dos homens ilustres do nosso tempo na Vila, mas a prolixidade é odiada na história e os elogios entre presentes parece que respiram o fumo da parcialidade e adulação”.¹⁹

Este é um pendor mais ou menos permanente em Drummond de procurar extrair de um caso concreto uma regra válida para todos os casos do mesmo teor, mas tem tonalidades diferentes na *Memória e nos Anais*.

Na realidade, aquilo que estamos a chamar o “pendor sentencioso” de Ferreira Drummond exprime-se na “*Memória*” antes do próprio prefácio.

Manifesta-se em duas citações latinas que ele costuma evocar em outros textos. São elas: *Colligite fragmenta ne pereant* e ainda *positi sunt isti in monumentum filiorum Israel*. A primeira é do Evangelho de S. João e a segunda do livro de Josué.

A primeira quer dizer: “Guardai as migalhas para que não se percam”.

No contexto evangélico da frase ela aplica-se a migalhas de pão. Drummond aplica-a às “migalhas” dos acontecimentos históricos.

A segunda: “Tudo isto fica aqui colocado para memória dos filhos de Israel”. Para Drummond trata-se também de fixar e transmitir memórias do “israel” da história.

Deixei dito que Drummond usou estas citações noutro texto. Trata-se do texto que ele escreveu no jornal “O Catholico Terceirense” de 10 de Julho de 1857 sobre “A segunda Igreja Paroquial da Ilha” e que se encontra transcrito em “A Vila no seu Hino” de Dionísio Sousa.²⁰

A atribulada e complexa relação do donatário Jácome de Bruges com o enigmático madeirense Diogo de Teive era um caso privilegiado para a manifestação desse padrão de apreciação aforística de Drummond, tanto mais que como diz Drummond nos *Anais*.

¹⁹ Ferreira Drummond, *Apontamentos Topográficos...*, IHIT, Angra, 1990, pag. 232.

²⁰ Dionísio Sousa, *A vila no seu Hino*, Charlton USA, pp. 61-66

“Diogo de Teive acompanhou Jácome de Bruges mais por amizade do que por ordem de el-rei. Drummond chama-lhe mesmo “bom fidalgo”.²¹

Mas a sua metamorfose no maior inimigo de Jácome de Bruges prestava-se especialmente para evidenciar o seu carácter paradigmático. É o que Drummond vai fazer na *Memória* nos seguintes termos:

“Figurado amigo que foi a causa da sua (de Jácome de Bruges) perdição excitado pela cobiça das riquezas que por si só arruína cidades e devasta os mais florescentes impérios”.

O tom da reflexão de Drummond nos *Anais* sobre o mesmo caso será muito mais contido e restrito ao caso em apreço sem esforço e pretensões de generalização:

“Quão longe estava de presumir (Jácome de Bruges) que as diligências que faria para achar um auxiliador, eram passos que ia dando para sua perdição, achando no suposto amigo, buscado para companheiro da sua glória, o seu assassino”.²²

Mas há outro episódio que na “*Memória*” Drummond relata com pormenor e conclusão final premonitória nestes termos:

“Seria este um feliz auspício do que no nosso tempo aconteceu naquela batalha.”

Adiantemos que aquela batalha a que se refere Drummond é a de 11 de Agosto de 1829 e que o facto narrado ocorre nos tempos do capitão donatário Álvaro Martins Homem (1456-1482).²³

O episódio que Drummond narra na *Memória* é o seguinte:

”Também se conta por um feito o mais singular naqueles tempos que, na baía da Praia deu fundo uma armada castelhana, desembarcando alguma gente com o intento de espoliarem os poucos moradores que ali havia e andando na pilhagem, ao estrondo que fizeram as árvores onde subira um português para ver o que sucedia, se espantaram e fugiram os inimigos, sobre os quais dando os nossos com as próprias armas largadas por aqueles, os perseguiram e mataram sem restar um só que levasse a nova e que sendo esta vitória sabida em Angra foi nela mui festejada”.²⁴

Depois de referir o acontecimento como auspicioso Drummond acrescenta em nota: “O mesmo Gaspar Frutuoso referido pelo Padre Cordeiro”.

Pois apesar da respeitabilidade destes dois celebrados cronistas, nos *Anais* Drummond é peremptório:

“A nosso ver este facto é inverosímil e fabuloso”.²⁵

Para a sua rejeição apresenta vários argumentos que pretendem mostrar a inverossimilhança do facto, mas não deixa, como era seu hábito, de recorrer a um argumento

²¹ Idem nota 1, pag.75

²² Idem nota 1, pag.75

²³ Idem nota 2, pag.27

²⁴ Idem nota 2, pp. 26-27

²⁵ Idem nota 1, pag.118

documental. A ausência de referência a tão notável acontecimento num requerimento de protesto em que uma delegação da Praia se desloca a Angra para reclamar providências defensivas para a costa da Praia.²⁶

Mais uma observação complementar que pode ajudar a explicar a aparente ligeireza com que Drummond na *Memória* se espraia por factos que, anos depois, virá a rotular de lendários.

É que Drummond no prefácio da *Memória* reconhece que se propôs também um objectivo apologético dos acontecimentos relativos à capitania da Praia.

Confessa mesmo que transcreveu “unicamente aqueles documentos de recordação nacional e glória do município”.²⁷

Apologético, seria portanto mais um qualificativo que podíamos acrescentar ao sentencioso, sobre o texto da *Memória*, mas não o vamos explicar nesta ocasião.

²⁶ Idem nota 1, pag.119

²⁷ Idem nota 2, pag.19

O IMAGINÁRIO IMPERIAL NO IMPÉRIO PORTUGUÊS:

UMA BREVE ABORDAGEM ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

*Leandro Ávila**

Ao longo da história têm emergido e desaparecido muitos impérios, que se organizavam de diferentes formas, desencadeando diversos fenômenos passíveis de estudo. O termo “império” não é, por isso, estranho ao desenrolar da história da humanidade, pelo que importa conhecer e abordar a gênese deste conceito, tendo em vista uma compreensão mais aprofundada e clara entre a sua conceptualização teórica e a sua implementação prática.

Falar de “império” pressupõe considerar os diferentes domínios deste conceito, nomeadamente quanto ao território, à posse, ao exercício do poder, entre outros aspectos. Consequentemente, implica aprofundar conhecimentos e reflecti-los num contexto histórico mundial que reconheça as várias dinâmicas imperiais no espaço e no tempo.

Poder-se-ia iniciar esta abordagem com uma definição de “império”, a partir da qual seria permitido compreender as suas linhas principais. Isto tornaria a análise deste conceito muito redutora e cingi-la-ia, provavelmente, a uma perspectiva simplista. Além disso, é necessário ter em conta o entendimento que se tem de império e das suas dinâmicas ao longo dos séculos, onde se foram desenhando vários paradigmas historiográficos¹.

Conscientes da complexidade que esta abordagem implica, aludimos à conceção de “império” a partir da Idade Média, fazendo um paralelismo entre as bases que sustentam este conceito e a prática do Império português nos primeiros séculos da sua existência.

* Doutor em História Insular e Atlântica. Sócio efetivo do IHIT.

¹ Michael W. Doyle aponta para três perspectivas principais para o estudo dos impérios: a metrocêntrica, a sistémica e a pericêntrica. O autor explicita estas perspectivas, apontando as suas vicissitudes na análise dos sistemas imperiais.

Ao analisarmos o seu desenvolvimento e a actuação, a partir do século XVI, poderemos notar a interação de poderes na “organização império” numa perspectiva de relação entre centro e periferia.

Neste contexto, o binómio centralização/descentralização introduz um longo debate nos meios académicos, com a sugestão de alterações no quadro conceptual, abarcando conceitos como autonomia e partilha do poder no Antigo Regime.

Na verdade, a abordagem que aqui se pretende realizar considera a realidade imperial portuguesa integrada em pressupostos historiográficos, os quais questionam “a centralização e o absolutismo régio” que, durante muito tempo, nortearam a interpretação histórica do Império português do Antigo Regime. Obviamente que, dada a vastidão e complexidade do tema, o tratamento dado ao assunto em questão deverá ser entendido como muito sumário, perspetivando-se a reflexão sobre algumas ideias, fruto de leituras levadas a cabo. No fundo, trata-se de dar um enfoque ao pensamento de alguns investigadores que se têm dedicado a estas questões. Cremos que a historiografia açoriana também tem espaço para que possa ser pensada à luz destas problematizações.

Para iniciarmos a nossa abordagem, centremo-nos na óptica medieval de império que se insere num vínculo profundo ao Divino, assumindo assim contornos que se acreditava serem de perfeição e de intemporalidade. Subjacente a este ideário, gravita a tríplíce ligação *Único – Global – Absoluto*² que constitui um pilar fundamental da concepção romana de Império. No entanto, a história política europeia demonstrou a impossibilidade da sua vigência na Europa, após a sucessão de tentativas goradas de restauração do Império Romano por parte de várias potências deste continente.

Consequentemente, a evolução política da Europa apontou para a formação de “Estado” e de formações políticas menores, os Estados territoriais. Neste sentido, o conceito de “Estado” é antagónico ao de Império, visto que a autonomia que os Estados vão adquirindo dilui a autoridade do imperador. Logo, o que se assiste no território europeu é a perda de capacidade mobilizadora da ideia de império, mas, concomitantemente, algumas monarquias europeias, a partir do século XV, constroem-se também fora da Europa, seguindo uma ordem assente em redes e culturas imperiais. No caso português, mais concretamente na Ásia, a preocupação da Coroa centrava-se no controlo das redes marítimas de comércio, em detrimento do domínio de espaços e populações. O relacionamento com os “reis vizinhos” era mais de tipo suserania do que soberania. De facto, «*ao fim e ao cabo esta apropriação do mar, que em princípio não é apropriável pelos estados, corresponde a um direito eminente ao controlo das comunicações que é mais imperial que real, pois aponta para uma espécie de monarquia universal, embora mais suserana que soberana*»³.

Esta actuação remete para uma aproximação à concepção romana de Império, que legitima a conquista de novos espaços fora da Europa, como forma de dominação global. O carácter universal desta visão aponta para um vértice central, o qual possui toda

² Cf. António Manuel Hespanha, “Ascensão e Queda do Imaginário Imperial”, *Penélope Revista de História e Ciências Sociais*, 1995, pp. 31-38.

³ Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor*, “Memória e Sociedade”, Lisboa, Difel, 1994, p. 166.

a energia e poder. Logo, a ideia de centralidade e de união ganha contornos visíveis. No entender de Shils, «a centralidade é constituída pelo seu poder formativo ao iniciar, criar, governar, transformar, manter, ou destruir aquilo que é vital na vida do homem. (...) O poder central pode ser um princípio ou princípios fundamentais, uma lei ou leis que governam o universo, a força básica que impele o universo»⁴.

Contudo, esta visão de centralidade e de uniformidade é desvirtuada pelas fissuras e até mesmo rupturas de ideários doutrinários e institucionais do Império português. A monarquia portuguesa, que se expande como Império, embora nunca se assuma como tal, torna-se numa monarquia corporativa, pautada por práticas descentralizadoras. Tais práticas consubstanciam-se nas diferentes atitudes e actuações dos poderes periféricos e das elites locais nas diversas partes do globo⁵. No entanto, a Coroa portuguesa propaga-se no “império” através de modelos administrativos e políticos “exportados” para as várias regiões. Como tal, tenta reproduzir um modelo administrativo comum nas diferentes colónias, mas o que efectivamente se verifica é que existem articulações e ajustes entre as decisões da Coroa – centro político – e as diferentes realidades – periferias –, assistindo-se assim a adaptações locais do modelo administrativo. Este facto contribuiu também para a construção de diferentes identidades nas diversas partes do território imperial.

O que se constata na realidade do Império português é que não houve concretamente uma actuação “centralizadora” e “absoluta” dada a ausência de meios para tal. Saliente-se que as monarquias corporativas do Antigo Regime não possuíam um número suficiente de agentes do poder para conseguirem implementar uma política administrativa centralizadora, embora perspectivassem a centralização. É nesta linha que a Coroa portuguesa procura difundir uma imagem de controlo absoluto, tendo a Unidade como estandarte. No entanto, o que se parece evidenciar é que os vários poderes das periferias, nomeadamente o político, administrativo e religioso «*tiravam partido da fraqueza do poder, nos seus aspectos doutrinários e institucionais, para ganhar um espaço de efectiva, ainda que discreta, autonomia*»⁶.

Paralelamente, no imaginário imperial da Idade Média, a concepção de Unidade era um pilar fundamental, visto que estava intimamente ligada ao Bem. O que se entendia era que o bem comum era indispensável ao bem individual, não havendo lugar para se conceber a parte sem referência ao todo⁷. Esta ideia assentava na convicção de que não era possível cada um ser capaz de atingir o fim universal, ou seja, entendia-se que cada parte do Império era incapaz de chegar ao seu próprio bem, por isso, havia que procurar este fim na globalidade. A condução deste bem comum estaria assim sob a alçada de um único indivíduo que se assemelharia a Deus na sua actuação, embora padecendo das

⁴ Edward Shils, *Centro e Periferia*. “Memória e Sociedade”, Lisboa, Difel, 1992, p. 395.

⁵ Cf. António Manuel Hespanha, “A constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”, in João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa (org.) *O Antigo Regime nos Trópicos: a Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2001, p. 166.

⁶ *Ibidem*.

⁷ Cf. António Manuel Hespanha “Ascensão e Queda do Imaginário Imperial”..., pp. 31-38.

naturais “imperfeições humanas”. Portanto, a ideia de ligação da autoridade ao Divino é, segundo este ideário, um factor importante e decisivo, na medida em que a sua actuação se encontra em sintonia com a vontade de Deus. Assim,

«o grande poder terreno possui uma afinidade variada e obscura com os poderes que se acredita residirem na ordem transcendente. Aqueles que acreditam em ordens divinas transcendentais acreditam também que os poderes terrenos, para poderem gozar de legitimidade, precisam de ter alguma conexão com os poderes transcendentais (...). Os próprios governantes reivindicam que o seu governo e as regras que dele emanam são contínuos com, isto é, legitimados por, algo mais fundamental do que eles próprios – a vontade divina – através do contacto primordial com uma pessoa carismática – monarquia hereditária»⁸.

Esta autoridade, corporizada pela figura do Imperador, seria congregadora das vontades das diversas partes do Império, actuando como um elemento fundamental na gestão das diferentes autoridades (os reis das várias regiões que constituía o Império). Na mesma linha, Luís Filipe Thomaz encontra na figura do rei português esse traço medieval, ao afirmar que «*O rei de Portugal tornava-se assim, de facto senão de título, imperador no sentido Medieval do termo, ou seja, “rei de reis”*»⁹.

Sob esta autoridade, a procura do bem comum, na perspectiva medieval, pressupunha a contribuição de cada parte do território imperial, com o respeito pelas diferentes partes envolvidas. No caso português, isso resultou numa heterogeneidade do estatuto político dos vassallos do Império, levando ao estabelecimento de uma pluralidade de laços políticos. De facto, com o alargamento do Império vão ser integrados novos grupos que passam também a ser constituintes da malha social (mourous, judeus, ameríndios, africanos...). O contacto com estes indivíduos lança a Coroa portuguesa para a instituição de uma «*constituição pluralista do Império*», conduzindo à existência de um «*direito plural*».

Importa considerar também a inexistência de um projecto para a constituição de um Império, uma vez que a Coroa não havia esboçado uma linha de acção para cada parte que ia anexando ao seu território. Assim, cada região poderia reger-se por um direito diferente das outras, compreendendo a sua realidade e costumes. Partindo deste facto, nota-se a coexistência num determinado espaço de vários direitos jurisdicionais aplicados aos diferentes “actores” na sociedade imperial (naturais, estrangeiros...).

Perante este cenário, verifica-se uma submissão dos autóctones aos interesses dos colonos e da Coroa: haviam os que estavam sujeitos às leis e ao fisco, os que estabeleciam tratados de vassalagem¹⁰, os que se integravam na ordem política e jurídica, os que eram subjugados com a imposição da religião, os que mantinham a sua organização

⁸ Edward Shils, *Centro e Periferia ...*, pp. 402-403.

⁹ Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor ...*, p. 166.

¹⁰ Um dos exemplos de vassalagem situa-se no Oriente, onde, segundo Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor ...*, p. 569: «por meio da figura jurídica feudal de vassalagem, os portugueses estabeleceram uma espécie de protectorado sobre algumas regiões, em Ceilão, em Maluco, na Flores e em Timor, cujos reis ao mesmo tempo que se converteram ao cristianismo, se colocaram sob suserania do Rei de Portugal.»

como meio de mediação com o poder português e, finalmente, os que eram “auxiliados” pelos colonos no exercício da sua autoridade. Daqui facilmente se depreende que havia uma grande *«heterogeneidade do estatuto político dos vassallos»* no Império português, fruto da falta de um estatuto unificado da população colonial¹¹. Esta realidade condiciona amplamente o estabelecimento de uma “regra uniforme” de governo, visto existirem diferentes ritmos e realidades em todo o território imperial. Decorrente deste facto, muitas vezes, as Ordenações do reino revelavam-se incoerentes e desajustadas. Além disso, a grande distância geográfica do centro em relação à periferia contribuía para o desvanecimento da autoridade central nos territórios periféricos, isto porque *«à medida que nos deslocamos do centro da sociedade, do centro em que a autoridade é possuída, para o interior ou para a periferia, sobre a qual a autoridade é exercida, a ligação ao sistema central de valores vai-se atenuando»*¹².

Como temos vindo a evidenciar, a heterogeneidade não é estranha à “organização império”. Na verdade, este factor é reconhecido no conceito medieval de “império”, que assume a existência de diferentes partes. A capacidade de governar esta instituição está assim ligada a estas diferentes especificidades, impondo-se como um dever de congregação e de união, sem contudo explorar essas diversas realidades¹³.

Contudo, algumas correntes historiográficas acentuam de forma muito vincada a exploração das partes do Império português por parte da Coroa, fruto de uma política absoluta e centralizadora. Nesta linha, surgem discursos que atribuem à Coroa portuguesa *«um papel catártico de intruso estranho, agindo segundo um plano “estrangeiro” e “imperialista”, personificando interesses alheios, explorando as riquezas locais e levando a cabo um política agressiva de genocídio em relação aos locais (...). Este exorcismo historiográfico permite um branqueamento das elites coloniais, descritas como objectos (e não sujeitos) da política colonial»*¹⁴.

Esta visão omite claramente a acção das elites e dos poderes periféricos, subvalorizando o seu papel nas dinâmicas criadas. Aliás, são estas dinâmicas que, em grande medida, explicam a diversidade e pluralidade do Império português. No mesmo sentido, é interessante notar que o ideário medieval de império assumia essa pluralidade e a heterogeneidade ao sublinhar que *«O Império era, assim, uma realidade política irredutivelmente plural e compósita, na qual a comunidade política menor, desde as famílias aos reinos, mantinha a sua operação própria. A arte de governo do todo estava, assim, dependente das artes de governo das partes»*¹⁵. Partindo desta afirmação, percebemos, como já foi evidenciado, que, apesar das diferenças, a tónica é colocada no carácter centralizador da autoridade imperial.

¹¹ Cf. António Manuel Hespanha, “A constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes” ..., p. 170.

¹² Edward Shils, *Centro e Periferia* ..., p. 63.

¹³ Cf. António Manuel Hespanha “Ascensão e Queda do imaginário Imperial” ..., p. 33: «Ontologicamente, o todo não consumia as partes. Finalisticamente, o bem comum não se obtinha à custa dos bens particulares.»

¹⁴ António Manuel Hespanha, “A constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes” ..., pp. 168-169.

¹⁵ António Manuel Hespanha “Ascensão e Queda do Imaginário Imperial” ..., pp. 33-34.

Tendo em conta esta perspectiva, e com o alargamento das fronteiras do Império, a Coroa portuguesa sentiu a necessidade de controlar e monitorizar todos os territórios que iam sendo anexados, através da sua autoridade. São os oficiais régios os agentes encarregues de zelar por essa autoridade, cimentando a cultura de valores do Império português. A sua acção na periferia torna-se, assim, fundamental para a manutenção desta organização, pois

«A expansão a partir da metrópole de forças económicas e socioculturais ou ideológicas e das instituições que as suportam fornece-lhe um incentivo para interferir na política da periferia assim como um meio de penetrar na respectiva sociedade interna da periferia. Nesta expansão as elites periféricas encontram fontes tanto de lealdade transnacional e imperial (religião, afinidades ideológicas) como de remunerações de carácter mais material para a sua fidelidade»¹⁶.

Deste modo, e pelo menos no campo teórico, estavam criadas as condições para que as elites da periferia se identificassem com o Centro.

Além disso, e com o intuito de garantir a unidade e governabilidade do Império, estabeleceu-se uma rede de interesses e de concessão de benesses. Assim,

«A expansão e a conquista de novos territórios permitiu à coroa portuguesa atribuir officios e cargos civis e militares, conceder privilégios comerciais a indivíduos ou grupos, dispor de novos rendimentos com base nos quais se distribui tenças. (...). Através da distribuição de mercês e privilégios o monarca não só retribuía o serviço dos vassallos ultramarinos na defesa dos interesses da coroa e, portanto o bem comum. Ele também reforçava os laços de sujeição e o sentimento de pertença dos mesmos vassallos à estrutura política do Império, garantindo a sua governabilidade»¹⁷.

Como se pode verificar nesta citação havia um domínio contratual entre a autoridade central – o rei – e as autoridades periféricas que garantiam a integração da periferia no centro, através de um domínio indirecto. Shils aponta o «*sistema de domínio indirecto*» como a forma de governo das colónias, numa perspectiva de integração¹⁸. Para Michael Doyle «*os dirigentes de grupos que estão integrados amiúde mais integrados do que os seus seguidores, cuja integração poderia ser em primeiro lugar referida eles dirigentes e depois através deles ao centro. (...) O sistema do “domínio indirecto” no governo das colónias era justamente desse género de integração indirecta*». Ainda sobre este sistema, o mesmo investigador aponta o domínio indirecto como forma das periferias serem protagonistas da administração local em colaboração com o Centro¹⁹. Neste sentido, defende que a diferença dos sistemas económicos, políticos, económicos e culturais não constituem obstáculo para que possam ser integrados.

¹⁶ Michael W. Doyle, “Impérios Revisitados”..., p. 163.

¹⁷ João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa, e Maria Fernanda Baptista Bicalho, “Uma leitura do Brasil colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império”, *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, n.º 23, 2000, p. 75.

¹⁸ Cf. Edward Shils, *Centro e Periferia* ..., p. 156:. Cf. Michael W. Doyle, *ob. cit.*, p. 170

¹⁹ Michael W. Doyle, “Impérios Revisitados”..., p. 166.

Neste contexto, está aqui subjacente a ideia da busca do bem comum, através de uma união concertada entre vários agentes de poder que se ligam à autoridade régia, funcionando como uma extensão desse mesmo poder. Se, por um lado, a concessão de benesses e privilégios às autoridades periféricas surgia como forma de garantir a governabilidade do Império, por outro demonstra a fragilidade do seu governo a partir do centro. Por outras palavras, há uma tentativa de cimentar a cultura imperial à custa de uma atitude de fragilidade, assente na outorga de benesses e privilégios aos agentes que estão na periferia. A concessão destes benefícios seguia dois critérios: a posição do beneficiário na hierarquia social e a recompensa pelos serviços prestados. No caso da Ásia, a maioria dos portugueses «*move-se, assim, na fronteira de dois sistemas: o sistema de estatuto hierarquizado, da expansão oficial e em outro mais aberto, mais flexível, o dos mercados de comércio*»²⁰.

Esta ligação entre a autoridade central e as autoridades periféricas possibilitava assim a existência de dois interesses: os da coroa e os das elites periféricas. Esta convivência entre o centro e a periferia converge para a existência de benefícios para as duas partes, em que «*os dirigentes e as suas clientelas, associam-se à metrópole numa colaboração que beneficia tanto os colaboradores como a metrópole*»²¹. Nesta ligação também figuravam os magistrados que, de igual modo, possibilitavam a existência de uma rede de interesses económicos entre as elites locais²². Esta práticas conduziram à

«*formação de uma aristocracia não tanto constituída por grandes proprietários (...), mas, e principalmente, por beneficiários dos favores do rei, ou melhor, por aqueles cujas rendas dependiam dos dízimos, dos direitos de foral e dos foros enfiteúticos, rendimentos, em grande parte, sujeitos à confirmação régia. Tratava-se de um tipo de economia de serviços, na qual a elite cortesã monopolizava os principais cargos e ofícios no paço, no exército e nas colónias*»²³.

A formação desta máquina administrativa, alicerçada na concessão de mercês reais, fortalece grandemente o carácter corporativo da monarquia portuguesa, na medida em que os oficiais régios eram investidos de largos poderes políticos e jurisdicionais que balizavam a acção do rei. Na realidade, as elites da periferia, com a sua acção, muitas vezes de distorção e/ou anulação das ordens da Coroa, tornando os seus interesses e desejos em ordens superiores, corroíam a tentativa de centralização e de controlo absoluto do

²⁰ Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor...*, p. 431.

²¹ Michael W. Doyle, “Impérios Revisitados”..., p. 168.

²² Maria de Fátima Gouvêa, “Poder político e administração na formação do complexo do Atlântico português (1645-1808)”, in João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa (org.) *O Antigo Regime nos Trópicos: a Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2001, p. 305: «A existência de uma relação simbiótica entre a Coroa e os magistrados transformava-os nos defensores mais importantes da autoridade régia, por meio da aplicação da *justiça* do rei. Individualmente, acabavam muitas vezes enredados nas malhas geradas pelos interesses económicos prevalentes nos locais para os quais eram nomeados, ficando assim vulneráveis ao tráfico de influências que fazia parte do sistema de nomeações para os postos de menor importância no escalão da burocracia colonial».

²³ João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Baptista Bicalho, “Uma leitura do Brasil colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império”..., p. 68.

rei, tornando o Império numa amálgama de poderes e de redes que operam com relativa autonomia em relação ao poder central.

A ideia de governar o Império, adequando as leis às características de cada uma das suas partes, postulada pela visão medieval²⁴, leva ao conhecimento das características e peculiaridades dos diferentes povos e seus costumes. No caso português, essa adaptação às realidades locais compreendia, muitas vezes, os interesses económicos dos agentes do poder periférico e das suas elites.

Esta estrutura administrativa do império português era dotada, por isso, de uma grande flexibilidade nos domínios da justiça, economia e sociedade. As “imperfeições” na legislação régia portuguesa impunham também a necessária autonomia e auto-regulação aos oficiais administrativos, devido à mutabilidade dos assuntos ultramarinos e ao seu isolamento em relação ao poder central²⁵.

Tudo isto era demarcado pelos interesses dos magistrados, das elites locais e dos poderes periféricos, visto que *«muito frequentemente, eles [juízes] veiculariam com eficiência os interesses dos poderosos locais, no julgamento de questões tão estratégicas como a interpretação de cartas de doação, a revogação de sesmarias, a instituição, sucessão ou desmembramento de propriedade vinculada (morgados e capelas)»*²⁶.

Torna-se, pois, evidente a subjugação dos interesses económicos às elites locais influentes. A fim de garantirem a sua posição económica e administrativa, não eram estranhos diferentes estratégias com o propósito de perpetuarem a sua posição. Assim sendo, podemos verificar que nestas elites locais as alianças através de casamentos e da luta pelos cargos na administração não eram raras. Desta forma, estes grupos obtinham capacidade negocial com a Coroa, adquirindo ou mantendo postos ou benesses. Paradoxalmente, a concessão de privilégios e benesses às elites da periferia surgia como uma forma de procurar garantir que esses poderes periféricos fizessem cumprir as ordens do rei. O domínio régio do Império estava assim fortemente subjugado e condicionado aos interesses e necessidades das elites periféricas. Nesta vertente, importa referenciar o caso da Câmara de Macau, que *«actuava, de facto, como um mediador remoto entre dois impérios, sempre na ótica dos interesses das elites locais»*²⁷.

A ascensão social passava por um lugar na administração ou pela influência sobre esta. Assim, o desejo da pequena fidalguia e mesmo de alguns elementos do povo (referimo-nos, entre outros, aos comerciantes de “grosso trato”), em possuir um cargo na administração era comum. Este acesso estava facilitado, após terem-se tornado nas *“melhores famílias da terra”*, mediante os seus “serviços”. Deste modo, com este *statuts* estas elites passavam a monopolizar as benesses do rei e dos poderes camarários²⁸. Esta situação permitia a formação de grandes fortunas, havendo uma submissão/exploração

²⁴ Cf. António Manuel Hespanha “Ascensão e Queda do imaginário Imperial”, ..., pp 34.

²⁵ Cf. António Manuel Hespanha, “A Constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”..., p. 175.

²⁶ *Idem*, p. 181.

²⁷ *Idem*, p. 182.

²⁸ Cf. João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa e Maria Fernanda Baptista Bicalho, “Uma leitura do Brasil colonial. Bases da materiabilidade e da governabilidade no Império”..., p. 72

da restante população aos interesses dos mais poderosos, com a conivência do rei que concedia privilégios²⁹.

A partir daqui, o que se verifica, no caso português, é o desejo de alguns grupos economicamente bem estabelecidos comprarem um lugar na administração, tendência esta que se veio a estabelecer a partir do século XVIII, contrariando o esforço que a Coroa tinha feito até então para ter a exclusividade de criar novos ofícios. Na impossibilidade de controlar a venda de cargos administrativos, foi decretada, no início do século XVIII, a possibilidade de atribuir um ofício a quem desse um donativo à Coroa. Todavia, *«teoricamente isso não correspondia a uma verdadeira venda, pois o montante pago era uma mera doação, correspondendo ao dever de gratidão para com o rei que lhe concedera o ofício, tudo de acordo com o chamado “direito antidoral e consuetudinário”»*³⁰.

Naturalmente, o tipo de autoridade que se ia criando nas diversas periferias do Império português muitas vezes reinventava o seu papel e o seu poder. Tendo em conta este propósito, o que se constata é que o sistema central de valores do centro chega muito diluído à periferia, fruto das sucessivas adaptações e transformações, de acordo com as realidades locais e com os interesses dos agentes periféricos do poder, como temos vindo a evidenciar. A distância relativamente ao centro faz com que *«os detentores de poder subordinados, na medida em que exercem poder independentemente na esfera reivindicado pelo principal detentor de poder, vão limitar o poder deste último, e nessa medida vão perder o seu carácter subordinado»*³¹. Com o poder da periferia no domínio das elites, a tendência para aumentarem e manterem os seus privilégios prevalece através de laços de afetividade e de clientelismo que delimitam e embaraçam a acção do rei nas colónias³².

Como temos vindo a mostrar, toda esta conjuntura permitia que o crescimento económico do Império favorecesse primeiramente as elites locais e só em último, possivelmente, o resto da população, uma vez que *«la mejora del nivel de vida es experimentada inicialmente por círculos pequeños y relativamente privilegiados, però el proceso está llamado a extenderse eventualmente a sectores de la población cada vez más amplios»*³³.

Evidentemente que, com o crescimento económico do Império a privilegiar os mais favorecidos, a presença da Coroa parece traduzir-se, para a restante população, num interesse particular das elites locais. Em algumas situações, isto conduziria a revoltas populares contra o poder estabelecido. Aqui, o ideário de um império global que procura a felicidade das partes em conjunto perde o seu sentido.

²⁹ Cf. *Idem*, p. 71: «Os bens e serviços da *república* eram concedidos pelo senado e/ou pelo rei a apenas alguns, e tal privilégio era exercido na condição de monopólio ou de semi-monopólio. Desta forma, apenas alguns “eleitos” se apropriavam, em regime de exclusividade ou com menor concorrência, dos rendimentos de segmentos da produção social. Era o público que, de uma maneira directa ou indirecta, sustentava os eleitos».

³⁰ António Manuel Hespanha, “A constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”..., pp. 184-185.

³¹ Edward Shils, *Centro e Periferia* ..., p. 374.

³² Cf. António Manuel Hespanha, “A constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”..., pp. 165-188.

³³ Carlo M. Cipolla, “Por una Teoria General de la Decadência Económica”, in Carlo M. Cipolla, A. Bernardi, M. I. Finley, C. Diehl, P. Vilar, J. H. Elliot, B. Lewis, C. R. Bixler, *La decadência económica de los imperios*, “Alianza Universidad, 57”, 5ª reimpr. Madrid, Alianza Editorial, 1989, p. 15.

Com efeito, todos os impérios têm, na sua generalidade, um percurso que globalmente se pode considerar mais ou menos idêntico, isto é, primeiramente crescem, havendo um aumento de rendas, o que provoca naturalmente um aumento do consumo. Para manter este “império” coeso, uno e global, o gasto público aumenta exponencialmente, visto haver a necessidade de adquirir mais armamentos e maquinaria para a sua defesa e nomear mais oficiais para administrarem as extensas áreas imperiais. Tudo isto em nome da Unidade, que é parte integrante da ideia de “império”.

De facto, com o crescimento económico, a máquina administrativa imperial dilata e, conseqüentemente, há um aumento do consumo. Muito deste consumo, como afirma Cipolla para o caso do Império espanhol, manifesta-se em extravagâncias que contribuem não para o desenvolvimento, mas para o aumento da despesa³⁴. Como consequência natural, o crescimento económico não consegue acompanhar a produtividade, conduzindo ao aumento dos impostos sobre a população. A manutenção da “Paz Universal” encontra, assim, um custo muito elevado. As medidas necessárias para travar a recessão económica passavam por uma mudança de atitude dos que detinham o poder, modificando os costumes e a maneira de actuar.

No entanto, a tentativa de reduzir a posição de supremacia das elites periféricas, asfixia a recuperação económica do Império, pois o seu crescimento e consolidação permite a formação de fortunas individuais que tendem a concentrar a riqueza nas mãos de uma elite restrita. Mas, a mentalidade conservadora e resistente à mudança impede que sejam tomadas medidas. Esta forma de actuação pode explicar-se pela acção que a inovação tem na modificação de um conjunto de valores da herança cultural. Uma mudança de costumes “enraizados” no orgulho imperial, implicaria admitir a falibilidade do sistema e isto nem sempre é aceite pelo poder imperial. Na verdade, a mudança tende a chocar com os interesses institucionais existentes.

Luís Filipe Thomaz, sustenta a tese do “cavaleiro-mercador” de Vitorino Magalhães, ressaltando o *arcaísmo das instituições e formas de pensar* portuguesas³⁵, para a expansão portuguesa. Esta perspectiva ajuda-nos também a perceber o comportamento do Império português em termos de crescimento económico, adequando-se às diferentes realidades que vai encontrando, mas assente nas instituições “tradicionais” da expansão portuguesa. Para este investigador «o *capitalismo parece, pois, ser no tronco da expansão marítima portuguesa um enxerto (...) que lhe permite crescer e produzir fruto, sem contudo apagar totalmente certos caracteres activos de raiz. Daí um certo arcaísmo das instituições e das formas de pensar*»³⁶.

Para além disso, a postura das elites passou por «*assegurar ou reconquistar a hegemonia na sociedade local através de uma complicada engenharia política. Entre outras práticas, ela envolvia casamentos/dotes com tradicionais famílias da “nobreza da terra” e o “fornecimento de serventias” de ofícios dos quais eram proprietários*»³⁷. Esta

³⁴ Cf. *Idem*, pp 17-18.

³⁵ Cf. Luís Filipe Thomaz, *De Ceuta a Timor...*, pp. 34-35.

³⁶ *Idem*, p. 35.

³⁷ João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa, e Maria Fernanda Baptista Bicalho, “Uma leitura do Brasil colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império”..., p. 72.

visão condicionou determinantemente um atraso tecnológico, inviabilizando a recuperação económica. Com a inovação posta de lado, a economia e a sociedade estagnaram, enquanto que outras potências imperiais começam a emergir.

Vários exemplos se seguiram a Portugal como a Itália e a Holanda, que, apesar de apresentarem diferentes perspectivas de desenvolvimento económico, se viram limitados pelo seu conservadorismo. Cipolla realça a necessidade da inovação como factor determinante ao afirmar que «*la innovación es para la sociedad lo que la mutación es en biología*»³⁸.

Em todo o “ciclo de vida” de um império, nem sempre é fácil entender os motivos da sua decadência. No entanto, quando as necessidades excedem a produção, o desequilíbrio económico começa a vislumbrar-se. O declínio do império aparece, assim, como uma realidade cada vez mais presente e incontornável. Com efeito, «*nenhum império é definitivo. Alguns impérios caíram quando as condições para a sua persistência e crescimento entraram em colapso ou degeneraram*»³⁹.

Apesar disso, a ideia de um império uno, global e duradouro ainda subsiste na mentalidade de muitos. Convém realçar que «*la historia no ofrece ningún ejemplo de imperios indestructibles y, sin emgargo, la mayoría de los pueblos están convencidos de que lo que sucedió a los imperios anteriores no puede suceder al suyos*»⁴⁰.

Da abordagem que fizemos, não será difícil perceber a corrosão do conceito de centralização e de poder absoluto no Império português do Antigo Regime. O impulso de governabilidade desta instituição residia num sistema de troca de benesses e concessão de privilégios que «*reafirmava a obediência devida, alertando para a legitimidade da troca de favores e, portanto, da obrigatoriedade da sua retribuição*»⁴¹. O império articulava-se, deste modo, através dos mecanismos formais e informais que tinha o seu cume na figura do rei. Este facto não inviabilizou as atitudes de auto-sustentação das autoridades periféricas e de alguma autonomia em relação ao poder central.

Resta-nos sublinhar também a importância de atender ao dinamismo económico que as várias partes do Império português criaram. Nota-se que a consolidação de redes económicas, onde se detecta a circulação de agentes de poder (como oficiais, provedores da fazenda, governadores...) e de mercadores, não dependia exclusivamente da metrópole (um exemplo são as redes económicas que se mantêm no Atlântico Sul entre o Brasil e Angola).

Em nosso entender é fundamental continuar a aprofundar conhecimento sobre as dinâmicas das várias possessões do Império português, no domínio das suas redes de poder e autoridade. Deste modo, poder-se-á contribuir para uma melhor percepção do campo de ação e de defesa dos interesses da Coroa de Portugal em territórios ultramarinos.

³⁸ Carlo M. Cipolla, “Por una Teoria General de la Decadência Económica” ..., p. 21.

³⁹ Michael W. Doyle, “Impérios Revisitados”..., p. 173.

⁴⁰ Carlo M. Cipolla, “Por una Teoria General de la Decadência Económica” ..., p. 26.

⁴¹ João Fragoso, Maria de Fátima Gouvêa, e Maria Fernanda Baptista Bicalho, “Uma leitura do Brasil colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império”...p. 79.

Bibliografia

- CIPOLLA, Carlo M. (1989), “Por una Teoria General de la Decadência Económica”, in Carlo M. Cipolla, A. Bernardi, M. I. Finley, C. Diehl, P. Vilar, J. H. Elliot, B. Lewis, C. R. Bixer, La decadência económica de los impérios, “Alianza Universidad, 57”, 5ª reimpr. Madrid, Alianza Eitorial.
- DOYLE, Michael W. (1999), “Impérios Revisitados”, *Penélope Revista de História e Ciências Sociais*, nº 21, Edições Cosmos, Lisboa: 159-175.
- FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima; BICALHO, Maria Fernanda Baptista (2000), “Uma leitura do Brasil colonial. Bases da materialidade e da governabilidade no Império”, *Penélope. Revista de História e Ciências Sociais*, nº 23, Edições Cosmos, Lisboa: 67-88.
- GOUVÊA, Maria de Fátima (2001), “Poder político e administração na formação do complexo do Atlântico português (1645-1808)”, in João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa (org.) *O Antigo Regime nos Trópicos: a Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- HESPANHA, António Manuel (1995), “Ascensão e Queda do Imaginário Imperial”, *Penélope Revista de História e Ciências Sociais*, nº 15, Edições Cosmos, Lisboa: 31-38.
- HESPANHA, António Manuel (2001), “A constituição do Império Português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”, in João Fragoso, Maria Fernanda Bicalho e Maria de Fátima Gouvêa (org.) *O Antigo Regime nos Trópicos: a Dinâmica Imperial Portuguesa (séculos XVI-XVIII)*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira.
- SHILS, Edward (1992), Centro e Periferia. “Memória e Sociedade”, Lisboa, Difel.
- THOMAZ, Luís Filipe (1994), De Ceuta a Timor, “Memória e Sociedade”, Lisboa, Difel.

A ASTRONOMIA NA OBRA DE CAMÕES

*Félix Rodrigues**

Introdução

O Professor de Matemática da Universidade de Coimbra, Luciano Pereira da Silva, publicou entre 1913 e 1915, na Revista da Universidade de Coimbra, um estudo intitulado “A Astronomia de Os Lusíadas”, que rapidamente se esgotou, dada a perspetiva singular dessa análise. Mais tarde, em 1972, houve uma reedição desse trabalho pela Junta de Investigações do Ultramar, aquando das comemorações do IV Centenário da primeira edição de “Os Lusíadas”, que também se esgotou rapidamente. Apesar disso, pouco se tem aprofundado essa temática.

Na “Astronomia de Os Lusíadas” o autor analisou, de modo sistemático, as referências astronómicas do Poema, esclareceu-nos os seus aspetos astronómicos, mostrou-nos que “Camões tinha um conhecimento claro e seguro dos princípios da astronomia, como ela se professava no seu tempo”, e deduz-se, que as ideias astronómicas do poeta são as do texto de Sacrobosco (matemático e astrónomo, professor da Universidade de Paris e autor da obra medieval *Tractatus de sphaera* (“Tratado da esfera”) do século XIII), com as modificações contidas nas notas de Pedro Nunes no *Tratado da Sphaera* de 1537.

Em 1998, o astrónomo brasileiro Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, publica um livro intitulado “A astronomia em Camões”, onde descreve a visão do universo no momento da composição da grande epopeia lusitana, e questiona, as fontes bibliográficas e outras de que se serviu o poeta para a elaboração do monumento máximo da língua portuguesa.

Entende-se que as referências astronómicas de “Os Lusíadas”, escritos em 1572, refletem uma visão aprofundada da astronomia da época, com elementos astrológicos característicos dos interesses das cortes europeias renascentistas. Assim, Camões tem uma visão medieval cosmogónica do mundo, que ainda não incorporou os elementos da revolução Copernicana, que pretendia colocar o Sol no centro do Universo. Essa visão Cosmogónica de Camões abrange as diversas lendas e teorias, através da história, sobre

* Doutorado em Ciências do Ambiente. Professor da Faculdade de Ciências Agrárias e do Ambiente da Universidade dos Açores. Sócio efetivo do IHIT.

as origens do universo de acordo com as religiões, mitologias e ciências. Camões é sem sombra de dúvida, na sua época, e fora dela, um homem culto, possuidor de conhecimentos vastos em diversas áreas do saber.

Este trabalho que aqui se apresenta, iniciou-se em 2009, na altura em que se comemorou o Ano Internacional da Astronomia, e tem sido pensado e aperfeiçoado desde aí.

Por ser um tema especialmente fascinante, nenhuma análise se esgota em torno desta temática, pois a poesia encerra em si muita subjetividade estética e crítica, o que origina uma multiplicidade de interpretações. Veja-se por exemplo a descrição do Universo, feita por Camões na estrofe 89 do Canto X, de “Os Lusíadas” que parece ser uma descrição da ilustração presente no Atlas Catalão do século XIV. Assim a astronomia em Camões é uma astronomia medieval semelhante à de Abraão Cresques, autor do Atlas Catalão que, tal como era tradição na época, colocou nos mapas que produziu informações geográficas, históricas e mitológicas. Abordar a astronomia na obra de Camões, é ter em conta todas essas vertentes e também tentar compreender os aspetos metafísicos e a possibilidade dos elementos descritos transcenderem ao mundo fático.

Na figura seguinte apresenta-se a ilustração do modelo ptolemaico do universo presente no Atlas Catalão, cuja imagem bem poderia sintetizar a visão cosmogónica de Camões.

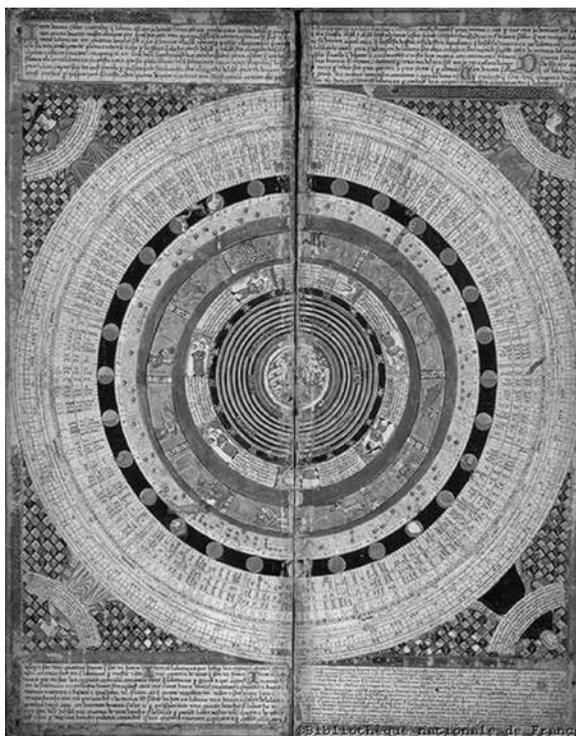


Figura 1 - Imagem do modelo ptolemaico de Abraão Cresques (Atlas Catalão, segunda folha)

Nuno Crato, num trabalho publicado em 2004, pelo Instituto Camões, intitulado *Camões e Copérnico*, afirma que: “...Camões não pode, contudo, ter-se baseado apenas na sua experiência nem em leituras secundárias. “*Nem me falta na vida honesto estudo*”, diz quase no fim de “Os Lusíadas”, “*com longa experiencia misturado*” (X, 154). A precisão com que fala da “*grande máquina do Mundo*” (X, 80) e se refere repetidamente a difíceis conceitos astronómicos indica ter-se baseado no “*honesto estudo*” da cosmologia da época.”.

É especialmente no último Canto de “Os Lusíadas”, quando a ninfa Tétis mostra a Vasco da Gama a Máquina do Mundo, que a visão medieval ptolemaica do Universo transpõe-se lúcida e clara na obra de Camões.

Organizou-se este trabalho, de modo a tentar demonstrar que Camões possuía uma grande paixão pela astronomia, que nessa época se confundia com a astrologia, a que se seguirá também uma tentativa de demonstração de que os conhecimentos astronómicos de Camões eram precisos e profundos. Apresentar-se-á, quando necessário, pequenas descrições, sucintas, dos modelos medievais do Universo, com ênfase para o modelo Ptolemaico de modo a que o leitor mais facilmente perceba o profundo conhecimento astronómico/cosmológico de Camões. Por fim tentar-se-á interpretar algumas estrofes de “Os Lusíadas” do ponto de vista do modelo epistemológico astronómico vigente no período em que Camões viveu.

1- A paixão de Camões pela astronomia

Na “*Elegia I*”, Camões aponta a vida aventureira de guerreiro, que aspira apenas à existência bem-aventurada dos pastores de ovelhas, não como uma vida despreendida de preocupações ou bens materiais, mas como aquela que permite estudar e conhecer os fenómenos naturais, dando aí ênfase à astronomia. Segundo Camões, é ditoso aquele que alcança “*as causas naturais de toda a cousa*”, ou seja, aquele que percebe e interpreta os fenómenos físicos, como a formação da chuva ou da neve, os efeitos do sol na terra, a reflexão da luz solar pela Lua ou o próprio movimento aparente do sol.

.....
*Ditoso seja aquele que alcançou
 poder viver na doce companhia
 das mansas ovelhinhas que criou!
 Este, bem facilmente alcançaria
 as causas naturais de toda a cousa:
 como se gera a chuva e neve fria;
 os trabalhos do Sol, que não repousa;
 e porque nos dá a Lua a luz alheia,
 se tolher-nos de Febo os raios ousa;
 e como tão depressa o Céu rodeia;*

*e como um só, os outros traz consigo;
e se é benina ou dura Citereia.
Bem mal pode entender isto que digo
quem há-de andar seguindo o fero Marte,
que traz os olhos sempre em seu perigo.*

.....

A pergunta, como se gera a chuva e a neve fria?, não é de resposta simples nem tem nada de “*naif*”, mesmo nos tempos de hoje, pois só muito recentemente começamos a entender mais profundamente essas questões. Para se formar a chuva, por exemplo, é necessário que haja vapor de água suficiente na atmosfera, núcleos de condensação de nuvens em suspensão (partículas finas com diâmetro aerodinâmico inferior a um micrómetro), sendo fundamental no processo, a ocorrência de um arrefecimento adiabático. Para se formar neve é necessário a presença de núcleos de condensação de gelo.

Quanto à questão pela qual o Sol não repousa, essa resposta só foi dada convenientemente por Newton, ao enunciar a lei da Inércia no século XVII, mas referindo-se ao movimento contínuo dos planetas. Na época de Camões, era a Terra que não se movia, e o Sol, rodopiava em torno dela, naquilo que hoje chamamos de movimento aparente, numa quarta órbita do sistema Ptolemaico. Numa lógica relativista Galilaica (século XVI/XVII), o sol mover-se ou a terra mover-se, levanta ao mesmo tipo de questão. Tal movimento relativo depende apenas do observador.

Essa aspiração de Camões não é tão nítida como no poema anterior, mas é recorrente na “Elegia III”, quando refere que Ovídio, desterrado e saudoso da família, como que, para tentar esquecer o infortúnio, contempla o céu:

“.....
*O curso das estrelas contemplava,
e como por sua ordem discorria
o céu, o ar e a terra adonde estava.
Os peixes pelo mar nadando via,
as feras pelo monte, procedendo
como seu natural lhes permitia.”*

.....

Nesse poema há uma grande aproximação do poeta ao mundo natural, no sentido a que hoje chamaríamos de envolvimento com o ambiente. A contemplação de Ovídio, abrange três áreas do conhecimento que hoje designaríamos como o entendimento dos céus (astronomia), do movimento da atmosfera (física) e do comportamento animal (biologia). No entanto, percebe-se a ênfase dada aos quatro elementos pré-socráticos: ar, água, terra e fogo (estrelas).

Nas “Obras completas” de Luís de Camões, publicadas pela Imprensa Nacional em 1961 (Vol II-Teatro e Cartas) e 1981 (Vol III-Lírica), é recorrente a atribuição de sentimentos à Lua, especialmente ao seu peito casto e aos dons que o céu distribui pela humanidade, numa perspectiva muito próxima da astrologia.

No soneto CXLII da Lírica, pode não ser nítida a paixão de Camões pela astronomia, mas é claro o respeito que o poeta tem pelo firmamento e pelas “virtudes” que os astros encerram, numa perspectiva próxima do pensamento astrológico, ou de uma crença numa sincronidade entre a vida de cada um e a configuração dos céus.

.....
*Diversos dões reparte o Ceo benino,
 E quer que cada huma alma hum só possua;
 Por isso ornou de casto peito a Lua,
 Que o primeiro orbe illustra crystallino;*

Na idade média, e mesmo no Renascimento, a astronomia e astrologia andavam de mãos dadas. Essa ligação é óbvia no poema anterior, especialmente no verso “*Diversos dões reparte o Ceo benino*” numa referência clara aos efeitos benignos dos astros num sentido astrológico.

Quando Camões refere nesse soneto “*o primeiro orbe*”, ou primeiro céu, está a fazer uma referência clara ao modelo geocêntrico de Ptolomeu e à órbita que a Lua aí ocupa. A mesma alusão é feita nos Lusíadas quando Camões se refere à Lua como o “*Planeta que no céu primeiro habita*” e que marca com rigor o tempo da viagem de Vasco da Gama através das suas fases: “*agora meio rosto, agora inteiro*” (V, 24).

A personificação da Lua, e uma alusão clara às suas fases e à influência que tem na vida humana, tal como na estrofe anteriormente citada aparece também no soneto CCLI das “Obras completas” de Luís de Camões, através de um elogio à “personalidade” que este astro encerra.

.....
*Nella e nelle achei sempre a mesma lua,
 Em quem nunca se viu outra firmeza,
 Que não seja a de ser sempre mudável.*

Tal como se referiu anteriormente, no tempo de Camões, astronomia e astrologia eram sinónimos, acreditando-se que o destino de cada um estava escrito nas estrelas, “*firme*”, no sentido de incontornável, ou de fado, todavia “*mudável*”, como as fases da Lua.

Essa sina, destino ou fado, ditada pelas estrelas, é nítida no Soneto V das Obras Completas de Luís de Camões:

.....
*Mas minha Estrella, que eu ja agora entendo,
 A Morte cega, e o Caso duvidoso
 Me fizeram de gostos haver medo.*

Em Portugal, na Idade Média e Renascimento, a astrologia sempre esteve presente na vida das comunidades, mas tal aspeto acentuou-se muito no tempo de D. João I, pois nesse período os principais eventos da história eram acompanhados pelos comentários dos astrólogos. Por exemplo, a morte da rainha Dona Filipa de Lencastre, precedida de um eclipse solar, foi descrita pelos cronistas da época.

Por ocasião da coroação de Dom Duarte, em 1433, o médico e astrólogo real Guedelha (Guedalia) solicitou ao jovem rei, que também se ocupava de estudos astronómicos, que adiasse a cerimónia uma vez que a posição dos astros lhe era desfavorável. O rei recusou e, por uma dessas coincidências inexplicáveis, o reinado de Dom Duarte foi curto e infeliz. Em 1438, a morte do rei, fez com que o grande regente D. Pedro ordenasse ao mesmo astrólogo que dirigisse o coroamento do jovem Afonso V de modo a evitar os eventos desagradáveis como os que haviam ocorrido anteriormente durante o reinado de Dom Duarte.

Será apenas uma figura de estilo de Camões quando afirma nos Lusíadas que a coroação de D. João I estava “marcada” nas estrelas (Canto IV, Estrofe 3)?

.....
*“Ser isto ordenação dos céus divina,
 Por sinais muito claros se mostrou,
 Quando em Évora a voz de uma menina,
 Ante tempo falando o nomeou;
 E como cousa enfim que o Céu destina,
 No berço o corpo e a voz alevantou:
 “Portugal! Portugal!” alçando a mão
 Disse “pelo Rei novo, Dom João.”*

Estes versos podem efetivamente não traduzir uma paixão de Camões pela astronomia-astrologia ou uma necessidade de procurar entender esses fenómenos, pode ser também, e exclusivamente, uma figura de estilo que traduz corretamente o pensamento de uma época, todavia, são demasiadas coincidências. O mesmo se pode dizer, acerca da crença de que o destino está escrito nas estrelas, pejada na estrofe 81 do Canto IX de “Os Lusíadas”, que a seguir se transcreve, ou nas estrofes 25 do Canto VIII sobre Dom Paio Correia ou a estrofe 29 do mesmo Canto sobre as Batalhas de Aljubarrota e Valverde.

.....
*Nesta esperança só te vou seguindo:
 Que, ou tu não sofrerás o peso dela,
 Ou na virtude de teu gesto lindo
 Lhe mudarás a triste e dura estrela:
 E se se lhe mudar, não vás fugindo,
 Que Amor te ferirá, gentil donzela,
 E tu me esperarás, se Amor te fere:*

E se me esperas, não há mais que espere.

.....

A insistência na obra de Camões, na ideia de que o destino está escrito nas estrelas, poderá querer dizer que o seu autor acreditava nessa fatalidade, dando força à hipótese de que Camões estudou e procurou entender o firmamento, tanto na perspectiva astrológica como na perspectiva astronómica.

A paixão pela Lua, na obra de Camões (Obras Completas) é muito clara, veja-se por exemplo o soneto CLXV, onde o apaixonado Endimião se dirige ao Sol, pedindo que se ocultasse, para dar lugar à Lua, que idolatra:

*En una selva al dispuntar del dia
Estaba Endimion triste y lloroso,
Vuelto al rayo del sol, que presuroso
Por la falda de un monte descendia.*

*Mirando al turbador de su alegria,
Contrario de su bien y su reposo,
Tras un suspiro y otro, congojoso,
Razones semejantes le decia:*

*Luz clara, para mi las oscura,
Que con esse paseo apresurado,
Mi sol con tu teniebla escureciste;*

*Si allà pueden moverte en esa altura
Las quejas de un pastor enamorado,
No tardes en volver á dó saliste.*

Crê-se que o argumento mais forte, a favor da tese de que Camões era apaixonado pela astronomia/astrologia e observação dos céus é essencialmente estatístico.

Num total de 351 sonetos pesquisados, a Lua é explicitamente referida em quatro. É também referida pelo menos numa canção e numa ode do poeta. No entanto, os planetas conhecidos na época são essencialmente referidos como tal em “Os Lusíadas”.

Em *Os Lusíadas*, a Lua, como planeta, é referida explicitamente uma vez no Canto Primeiro, uma no Canto Segundo, duas vezes no Canto Terceiro e uma vez no Canto Nono.

A mistura entre deuses e planetas é constante na obra de Camões. Há que ler com muita atenção cada estrofe para se perceber quando os principais deuses greco-romanos são planetas ou figuras mitológicas. Camões usa frequentemente nos seus versos a duplicidade planeta-deus ou deus-planeta para compor poeticamente as estrofes da grande epopeia portuguesa.

Mercúrio (no sentido astronómico ou astrológico) é referido três vezes no Canto II nas estrofes 59, 60 e 61, e uma vez no Canto Décimo, na estrofe 89. Veremos Mercúrio

ser referido exclusivamente como entidade mitológica, uma vez no Canto Primeiro, se nos abstrairmos das estrofes 20 e 21 do mesmo Canto onde Camões escreve, referindo-se ao Concílio dos deuses:

*Quando os Deuses no Olimpo luminoso,
Onde o governo está da humana gente,
Se ajuntam em concílio glorioso
Sobre as cousas futuras do Oriente.
Pisando o cristalino Céu formoso,
Vêm pela Via-Láctea juntamente,
Convocados da parte do Tonante,
Pelo neto gentil do velho Atlante.*

O céu cristalino dessa estrofe é, tal como no modelo ptolemaico do universo, a esfera das estrelas fixas, ou a última esfera celeste. O modelo do universo de Ptolomeu, vigente em toda a Idade Média e mesmo depois da chamada revolução copernicana que coloca o Sol no centro do Sistema Solar, no Renascimento, era o modelo geocêntrico, impregnado de valores religiosos e da cultura grega clássica. Essa alusão ao “*cristalino Céu formoso*” é consentânea com o que se descreve a seguir na estrofe 21 do Canto I, que refere explicitamente as sete esferas celestes do modelo geocêntrico clássico:

*Deixam dos sete Céus o regimento,
Que do poder mais alto lhe foi dado,
Alto poder, que só co’o pensamento
Governa o Céu, a Terra, e o Mar irado.
Ali se acharam juntos num momento
Os que habitam o Arcturo congelado,
E os que o Austro tem, e as partes onde
A Aurora nasce, e o claro Sol se esconde.*

São sete os céus de Ptolomeu: o primeiro céu é da Lua, o segundo de Mercúrio, o terceiro de Vénus, o quarto do Sol, o quinto de Marte, o sexto de Júpiter e o sétimo de Saturno, a que se segue a esfera das estrelas fixas. Segundo Camões, esses deuses, saem das suas orbes e caminham pela via Láctea até ao Olimpo, para intercederem pelos portugueses. Assim sendo, a referência que Camões faz a Mercúrio no Canto I, é tanto no sentido de planeta como no sentido mitológico, e com significado diferente das restantes quatro vezes que é citado no Canto Segundo ou da única vez que é citado no Canto Nono. Por outro lado, dá-se a entender que os deuses seguem o caminho das estrelas, a Via-Láctea, que atualmente sabemos tratar-se da nossa galáxia. A Via-Láctea tem diferentes interpretações astrológicas nas diversas culturas humanas, mas é mítica, em quase todas elas.

O planeta Vénus é referido explicitamente, como planeta, ou como estrela da manhã ou a grande estrela, no Canto Primeiro (estrofe 33), nas estrofes 33, 34 e 35 do Canto Segundo, na estrofe 85 do Canto Sexto, na estrofe 15 do Canto Sétimo, na estrofe 64 do

Canto Oitavo e na estrofe 89 do Canto Décimo. Como deusa, Vénus é referida na estrofe 100 do Canto primeiro, em onze estrofes do Canto Segundo, na estrofe 106 do Canto Sexto e em onze estrofes do Canto Nono.

Na estrofe 33 do Canto I, Camões descreve-o como planeta ou deusa do seguinte modo:

*Sustentava contra ele Vénus bela,
Afeiçoada à gente Lusitana,
Por quantas qualidades via nela
Da antiga tão amada sua Romana;
Nos fortes corações, na grande estrela,
Que mostraram na terra Tingitana,
E na língua, na qual quando imagina,
Com pouca corrupção crê que é a Latina.*

Nessa estrofe, Vénus é a deusa romana do amor, cujas qualidades e virtudes se encontram associadas a “Nossa Senhora” na religião católica. Desde os babilónios que Vénus é uma deusa associada à estrela da noite ou da manhã. No verso “*Nos fortes corações, na grande estrela*” Camões atribui-lhe esse carácter de estrela guia e deusa protetora. O planeta Vénus era conhecido desde os tempos pré-históricos, bem como os seus movimentos no céu, adquirindo importância em quase todas as civilizações e interpretações astrológicas dos movimentos planetários. Por exemplo, a civilização Maia elaborou um calendário religioso baseado nos ciclos de Vénus a que chamavam de “*Chak ek*” (a grande estrela). A partir das observações do movimento de Vénus no céu era possível saber-se, em alto mar, o mês do ano em que os navegadores se encontravam. Assim sendo, Vénus foi um planeta que ajudou a guiar inequivocamente os portugueses nas suas descobertas. Vénus protegia os portugueses nas suas viagens, porque lhes servia de planeta guia, ou seja, era extremamente importante na navegação astronómica. A navegação astronómica era o método de navegação em que o navegador determinava a sua posição, ou obtinha outras informações úteis para a segurança da embarcação, através de observações dos astros. Era uma navegação praticada em alto-mar, tal como os portugueses a praticavam, recorrendo para tal ao astrolábio.

Tantas referências a Vénus nos Lusíadas, tanto se pode dever ao facto do “amor” inspirar desmesuradamente os poetas, logo a recorrência constante de Camões à deusa do amor, ou, o mais pertinente, no sentido astronómico, como “estrela da manhã” que aconselha o rumo certo aos navegantes.

O planeta Vénus aparece em todas as culturas mediterrânicas como estrela da manhã, antes do nascer do Sol, indicando aos navegadores a direção Este-Oeste.

Quando a navegação estava centrada exclusivamente no Mediterrâneo era importantíssimo saber o sentido do oriente, de tal forma que quem não o encontrava ficava “desorientado”, que atualmente significa extraviado, perdido, desencaminhado ou aturdido.

O planeta Terra é explicitamente referido nas estrofes 1, 56 e 57 do Canto Segundo, na estrofe 19 do Canto Terceiro, na estrofe 51 do Canto Quinto e clara e objetivamente, na perspectiva da física pré-socrática, na estrofe 90 do Canto Décimo.

*Em todos estes orbes, diferente
Curso verás, nuns grave e noutros leve;
Ora fogem do Centro longamente,
Ora da Terra estão caminho breve,
Bem como quis o Padre omnipotente,
Que o fogo fez e o ar, o vento e neve,
Os quais verás que jazem mais a dentro
E tem co Mar a Terra por seu centro.*

Na estrofe anterior Camões descreve as órbitas dos vários planetas afirmando que uns têm órbitas mais excêntricas do que outros, com períodos de rotação em torno da Terra distintos (nuns grave, noutros leve). O sentido místico religioso, típico da época medieval está bem presente no verso “*Bem como quis o Padre omnipotente*” e também presentes estão os quatro elementos da teoria dos filósofos pré-socráticos, que defendiam que a origem da matéria era atribuída aos elementos fogo, água, terra e ar. Assume-se claramente nessa estrofe o modelo geocêntrico do universo pois esses quatro elementos:

“.. tem co Mar a Terra por seu centro”.

O planeta Marte, só é referido em *Os Lusíadas*, uma única vez como sendo um planeta, na estrofe 89 do Canto Décimo, todas as outras vezes é referido com deus da guerra ou como atributo dos guerreiros. Marte é referido, como entidade mitológica, em oito estrofes do Canto Primeiro, se bem que na estrofe referente à convocação do concílio dos deuses também este planeta-deus faz parte de um dos setes céus, conferindo-se-lhe assim um sentido planetário.

O deus da guerra é referido em três estrofes do Canto Segundo, cinco estrofes do Canto Terceiro, duas estrofes do Canto Quarto, duas estrofes do Canto Sexto, duas estrofes do Canto Oitavo, numa estrofe do Canto Nono e em quatro estrofes do Canto Décimo.

O monstro Júpiter é referido, tanto como planeta, pois está “*Num assento de estrelas cristalino*”, ou seja, perto da esfera das estrelas fixas, como também é uma figura mitológica porque “*Estava o Padre ali sublime e dino*”, como na estrofe 22 do Canto I. O mesmo se passa na estrofe 41 do mesmo Canto, quando o poeta afirma que Júpiter decide a favor dos portugueses “*Pelo caminho Lácteo glorioso*”, numa perspectiva astronómica, para logo lhe associar a perspectiva mitológica “*Logo cada um dos Deuses se partiu*”. A figura mitológica de Júpiter ainda aparece nas estrofes 23, 24, 27, 30 e 37 do Canto I.

No Canto II, estrofe 33, Júpiter volta a ser referido como planeta “*Avante passa, e lá no sexto Céu*”. É óbvio que aí Júpiter é um planeta porque, de acordo com o modelo Ptolemaico, esse planeta ocupava a sexta esfera celeste, para de imediato Camões lhe atribuir um sentido mitológico “*Para onde estava o Padre, se moveu.*”, referindo-o como

o deus dos deuses. Mas também este pormenor “*Para onde estava o Padre, se moveu*”, pode querer apontar a existência de um epiciclo nesse planeta, que oscila, de acordo com o modelo Ptolemaico entre o quinto e o sétimo céu.

Esta figura mitológica ainda aparece nas estrofes 39, 42, 44, 46, 47, 48 e 56 do Canto II.

Na estrofe 106 do Canto III, Júpiter é referido de novo por Camões como o pai dos deuses “*A Júpiter, seu pai, favor pedia*”.

O deus dos deuses volta a ser referido na estrofe 51 do canto V, nas estrofes 48 e 54 do canto VII, na estrofe 8 do Canto VIII, na estrofe 91 do Canto IX, e nas estrofes 7, 82 e 83 do Canto X. Na estrofe 89, Júpiter volta a ser referido como sendo um planeta que se movimenta no grande firmamento:

.....
*“Debaxo deste grande Firmamento,
 Vês o céu de Saturno, Deus antigo;
 Júpiter logo faz o movimento”*

Na astrologia, Júpiter era o grande bondoso, representando a expansividade, a moral e a fortuna. Associado à autoconfiança e ao prestígio social, representava o impulso de benevolência e proteção. Ligado às oportunidades, à filosofia, à religião e aos estudos superiores, Júpiter favorecia todos os assuntos relativos ao estrangeiro e às viagens, bem como a ampliação dos conhecimentos e a fortuna em todos os sentidos. É exatamente nesta perspectiva que Camões o introduz em “Os Lusíadas”, como o deus bondoso, o protetor dos portugueses, relacionando-o com as viagens e a ampliação do conhecimento. No entanto não deixa de referi-lo como um astro do firmamento.

Neptuno, na astrologia, está associado à “*psiquê*” (personificação da alma), ao romantismo, ao sonho e à fantasia. Representa as flutuações de humor, os desfavorecimentos, os sacrifícios e a inspiração artística. Camões refere-o apenas como figura mitológica nas estrofes 3 e 72 do Canto I. Depois da guerra entre os deuses, que destronou o pai de Neptuno, o mundo foi dividido. Coube a Neptuno o mundo dos mares. É nessa condição que Camões o refere na estrofe 72 do Canto I.

Nas estrofes 2 e 47 do Canto II, Neptuno volta a ser referido, sendo mais uma vez, na estrofe 47, o Senhor das águas:

.....
*“Tremar dele Neptuno, de medroso
 Sem vento suas águas encrespando.”*

Na estrofe 51 do Canto III, Neptuno aparece ferindo a terra:

.....
*“Que Neptuno amostrou ferindo a terra.
 Golpes se dão medonhos e forçosos”*

Em termos mitológicos, a função de Neptuno era ter a supremacia dos oceanos, das ondas e das correntes, mas também provocar tempestades, abalar os rochedos e fazer brotar fontes de água, golpeando a terra com o seu tridente.

Neptuno percorria o seu reino num carro puxado por cavalos brancos, sempre seguido pelas nereidas. É essa perspectiva que está presente na estrofe 21 do Canto IV.

Neptuno ainda é referido na estrofe 84 do Canto IV como Senhor dos Mares “*Co’o salgado Neptuno o doce Tejo*” e nas estrofes 11, 15 e 51 do Canto V (*Neptuno lá nas águas acendiam* ou *Banharem-se nas águas de Neptuno*, ou *A armada de Neptuno, que eu buscava.*, respetivamente).

O deus do mar, Neptuno, volta a ser referido por Camões na estrofe 8 do Canto VI, quando faz a descrição do seu reino. Refere-se também ao deus do mar nas estrofes 13, 14, 15, 16, 21, 35, 36 e 76 do Canto VI.

O mesmo deus do mar aparece no Canto VIII na estrofe 32 e nunca é referido nos Cantos VII, IX e X.

De facto Camões não poderia associar Neptuno a um planeta porque até 1781 só eram conhecidos os planetas até Saturno. Assim sendo, Camões não poderia referir-se a Urano, Neptuno e Plutão como planetas, mas só como deuses. Acresce-se ainda a este facto que Neptuno só foi descoberto a 23 de setembro de 1846. No entanto, Saturno, o deus antigo, como lhe chama Camões, é referido como planeta na estrofe 89 do Canto X.

2 - A Visão Cosmogónica de Camões

A visão cosmogónica de Camões é apresentada, principalmente, no último canto de “Os Lusíadas”, quando Tétis mostra a Vasco da Gama a Máquina do Mundo.

*“Vês aqui a grande máquina do Mundo,
Etérea e elemental, que fabricada
Assi foi do Saber, alto e profundo,
Que é sem princípio e meta limitada.
Quem cerca em derredor este rotundo
Globo e sua superfície tão limada,
É Deus: mas o que é Deus, ninguém o entende,
Que a tanto o engenho humano não se estende.”*

A Máquina do Mundo, segundo Camões, roda em torno do planeta Terra, tal como se representa ainda em 1660 (ver a figura seguinte que corresponde à representação artística do Universo de Johannes van Loon).

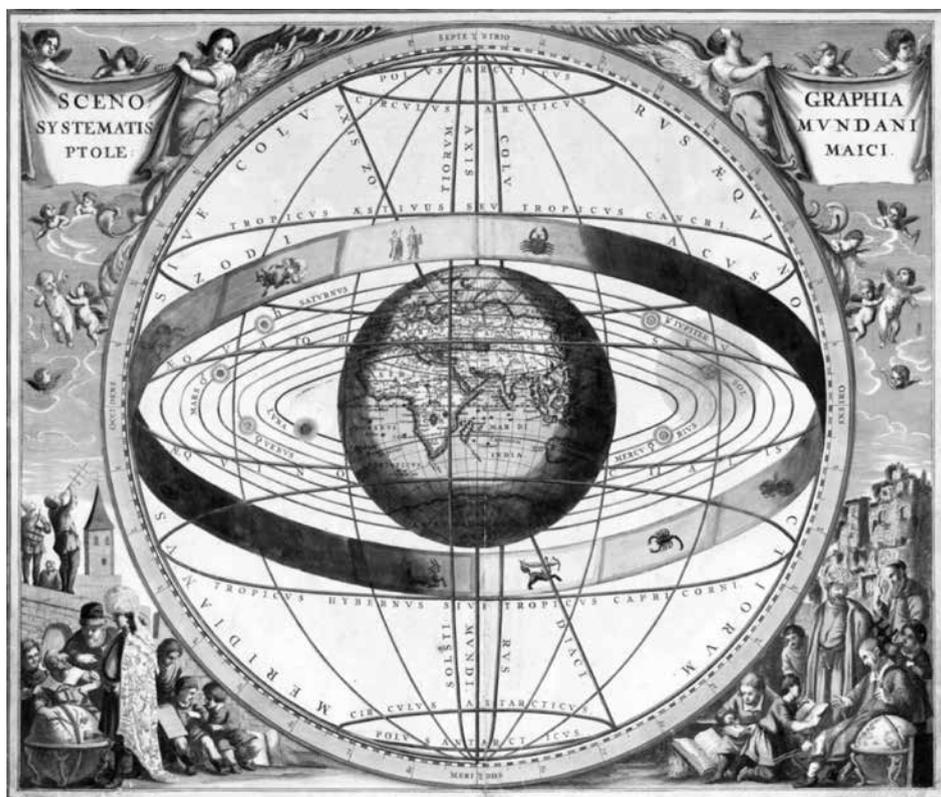


Figura 2 - Visão do Universo de Johannes van Loon (1660)

A descrição das órbitas dos andarilhos ou planetas, efetuada por Camões adequa-se perfeitamente à visão grega geocêntrica do universo tal como se referiu anteriormente.

Os filósofos gregos defendiam que, embora o mundo fosse formado por objetos distintos, havia algo de comum na matéria que os compunha. Essa lógica acaba por traduzir-se na teoria dos quatro elementos, que tenderiam, pela sua própria natureza a agrupar-se em esferas. Desta forma a esfera mais pesada ficaria no centro, uma esfera de terra. A esfera de terra no centro é o nosso planeta, a esfera de água, continha os mares e os oceanos, a esfera de ar correspondia à esfera da atmosfera, e por fim, a esfera de fogo, correspondia ao Sol e às estrelas. O círculo de fogo (estrelas e sol) girava em torno dos outros círculos que constituíam o planeta Terra.

Na descrição que Camões faz do Universo, a Terra está no centro, e nos círculos concêntricos que a envolvem estão, de acordo com a maior distância ao nosso planeta e por ordem decrescente, as Estrelas fixas, Saturno, Júpiter, Marte, o Sol (Olho do Céu), Vénus, Mercúrio e por fim a Lua (Diana).

*“Debaxo deste grande Firmamento,
Vês o céu de Saturno, Deus antigo;
Júpiter logo faz o movimento,
E Marte abaxo, bélico inimigo;
O claro Olho do céu, no quarto assento,
E Vénus, que os amores traz consigo;
Mercúrio, de eloquência soberana;
Com três rostos, debaxo vai Diana.*

Na figura seguinte apresenta-se de forma esquemática a visão ptolemaica do universo. Veja-se a descrição que Camões faz do universo na estrofe anterior e comparemo-la com a representação Ptolemaica do Universo da figura seguinte. Essa descrição ou estrofe revela um conhecimento profundo do modelo do Universo vigente na época.

No verso “Júpiter logo faz o movimento” da estrofe anterior, Camões quer referir-se aos epiciclos do modelo ptolemaico que estão associados a Mercúrio, Vénus, Marte, Júpiter e Saturno. É essa mesma ideia de epiciclo que leva Camões a afirmar que Júpiter se movimenta entre o quinto e o sétimo céu.

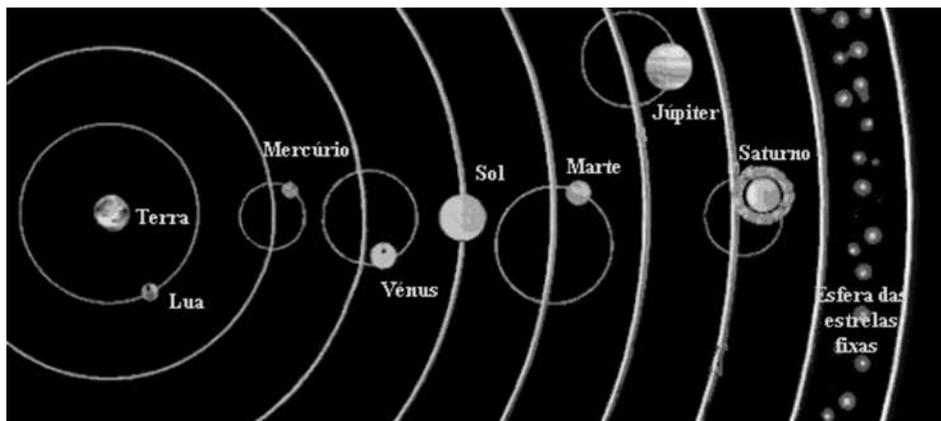


Figura 3 - Modelo Ptolemaico de ciclos e epiciclos.

Nuno Crato afirma que “...é frequente perguntar-se qual seria a sua posição (a de Camões) sobre Nicolau Copérnico (1473–1543), uma vez que a polémica entre os partidários do sistema heliocêntrico proposto por este astrónomo polaco e os defensores do sistema geocêntrico então aceite viria a marcar toda a cosmologia da época seguinte. A verdade, contudo, é que o trabalho de Copérnico veio a lume em 1543 e apenas meia dúzia de astrónomos da época o leram e discutiram. Pedro Nunes, um dos grandes sábios portugueses da época de Camões, por exemplo, refere-o marginalmente em algumas passagens das suas obras, mas sempre como hipótese geométrica explicativa do movimento dos astros.”

Nesse contexto, era muito pouco provável que Camões se assumisse como defensor da teoria heliocêntrica, uma vez que não era astrónomo, ou até mesmo que a essa teoria se referisse, apesar de ter um conhecimento prático da astronomia ou da observação dos céus, dado que se refere às constelações e estrelas difíceis de identificar por tradicionais homens da poesia.

Era costume, desde pelo menos a cultura grega clássica, e tal tradição manteve-se até aos dias de hoje, agrupar as estrelas da abóbada celeste em figuras com nomes de animais, objetos ou heróis. Não é comum, saber-se a relação que a designação atribuída às constelações têm com a mitologia grega. Veja-se então o brilhantismo com que Camões descreve as constelações do hemisfério celestial Norte e Sul (estrofe 88 do Canto X):

*“Olha por outras partes a pintura
Que as Estrelas fulgentes vão fazendo:
Olha a Carreta, atenta a Cinosura,
Andrómeda e seu pai, e o Drago horrendo;
Vê de Cassiopeia a fermosura
E do Oriente o gesto turbulento;
Olha o Cisne morrendo que suspira,
A Lebre e os Cães, a Nau e a doce Lira.”*

Uma vez que as posições relativas das estrelas se mantêm no firmamento por muitos séculos, pode-se afirmar que as constelações que Camões refere em “Os Lusíadas”, são as mesmas que ainda hoje observamos. Quem na atualidade consegue identificar a Carreta, Cinosura, Andrómeda, Cefeu, Cassiopeia, Drago, Oriente, Cisne, Lebre, Nau ou Lira?

A Carreta era o nome atribuído à época à Ursa Maior ou Úrsula Maior, por ter uma forma de Carro, enquanto a Cinosura era a Ursa Menor. De facto, a Ursa Maior aponta para a Ursa menor, como se pode observar na figura seguinte.

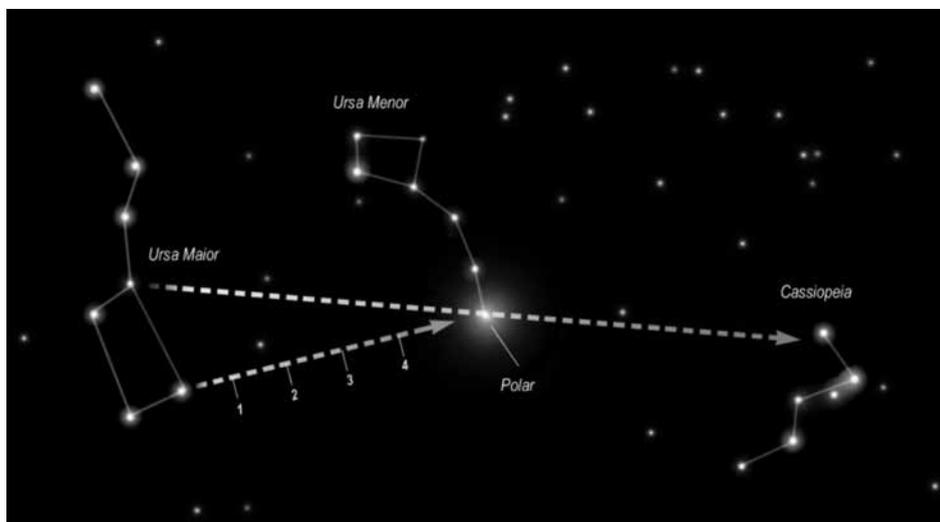


Figura 4- Carreta e Cinosura (Ursa Maior e Ursa Menor)

A princesa mitológica Andrómeda dá o nome a uma constelação do Hemisfério Celestial Norte. As três estrelas mais brilhantes dessa constelação boreal são Sirrah (alfa), Mirach (beta) e Almak (gama). Estão quase em linha recta e equidistantes, encontrando-se no prolongamento do quadrado de Pégaso.

Mitologicamente, o pai de Andrómeda é Cefeu. Cefeu é também uma constelação do Hemisfério Celestial Norte sendo a estrela alfa de Cefeu, Alderamin, a mais brilhante. As constelações vizinhas de Cefeu são a Úrsula Menor, Dragão, Cisne e Cassiopeia. Camões conhece essa proximidade e cita-as todas numa única estrofe.

Os Cães a que Camões se refere, são os cães de Oriente, ou seja as constelações de Cão Maior e o Cão Menor.

Oriente tem sido objeto de admiração ao longo dos tempos. Essa constelação, conjuntamente com a Úrsula Maior e as Plêiades, é uma das constelações com referências históricas mais antigas. Com exceção da “Carreta” ou “Úrsula Maior”, o “cinturão de Oriente” é provavelmente o mais conhecido e o mais popular de todos os grupos estelares. Popularmente chamam a essa grupo de três estrelas “as três Marias” ou “os três Reis Magos”. Nos catálogos antigos Oriente é representada por um caçador brandindo um maço (como lhe chama Camões – “*gesto turbulento*”), enfrentando o Touro celeste. Tem a seus pés a Lebre, e segue-na o Cão Maior e o Cão Menor.

No Hemisfério Celestial Norte é ainda possível observar as constelações de Cisne e de Lira que Camões refere na estrofe anterior. No entanto, a Lebre, é uma constelação do Hemisfério Celestial Sul, observada logo ao sul do equador celeste.

O verso “*Olha o Cisne morrendo que suspira*” tem também sentido mitológico, onde Camões associa, como é seu hábito, as duas vertentes: a astronômica e a mitológica. Por outro lado, é a forma poética que encontra para falar da constelação de Gémeos. Para melhor se entender essa assunção, atenda-se à história da princesa Leda.

Leda era uma jovem e bela princesa, recém-casada com Tíndaro, herdeiro do reino de Esparta. Gostava de deitar-se na relva, apreciando o canto dos pássaros e expunha o seu corpo aos raios do sol, sob os olhares indiscretos dos deuses.

Certa vez, Zeus, quando ia a caminho da cidade de Troia observou Leda deitada seminua na relva e parou para contemplá-la de longe. Temendo assustá-la com sua figura gloriosa e resplandecente, converteu-se num cisne imenso para poder cortejá-la.

Ao ver o belo cisne, Leda senta-se e começa a observá-lo atentamente. O Cisne mostra grande excitação e desejo, que o demonstra através de uma dança que executa. Leda estava fascinada com essa dança, e o cisne, aproximou-se dela e começou a tocá-la e acariciá-la com as suas plumas e o seu longo pescoço.

Excitada, Leda, deitou-se novamente na relva e aguardou que o cisne se deitasse sobre ela, para se amarem.

Alguns meses depois a princesa sente fortes dores e percebe que do seu ventre saíam dois ovos: do primeiro, nasceram Castor e Helena e do segundo, Pólux e Clitemnestra. Hera, irmã e esposa de Zeus, com ciúmes, persegue e proíbe Leda de viver no reino. Zeus, para compensar Leda, converteu-a em deusa e reservou-lhe um espaço no céu, na forma de uma estrela na constelação de Cisne.

Os filhos de Leda e Zeus, Castor e Pólux, tornam-se grandes guerreiros e amigos inseparáveis. Todavia, Castor, que herdou a mortalidade humana da mãe, perde a vida numa batalha, e Pólux, que herdou a imortalidade divina do pai, suplica a Zeus que devolva a vida ao seu irmão. Comovido com esta demonstração de amor fraterno, Zeus propõe a Pólux dividir a sua imortalidade, alternando com o irmão um dia de vida e um dia de morte.

Assim os irmãos passaram a viver e a morrer alternadamente e Zeus homenageou-os com a constelação de Gémeos, na qual não poderiam ser separados nem com a morte.

A *Nau*, referida por Camões, é provavelmente constelação do Navio, que na Idade Média era designada por Argos, referida, crê-se que pela primeira vez, no Almagesto de Cláudio Ptolomeu (127-145 d.C.), naquele que é um dos mais importantes catálogos estelares da história, e que não é mais do que: uma fabulosa obra composta por 13 volumes, onde se referem 1022 estrelas de 48 constelações distintas, sendo 12 zodiacais, 21 ao Norte e 15 ao Sul, inclusive as quatro estrelas principais do Cruzeiro do Sul, na época pertencentes à constelação do Centauro. Essa dualidade de designação *Nau/Argos* torna-se mais clara, porque Camões conhece-a, pois escreve na estrofe 85 do Canto IV:

*“Elas prometem, vendo os mares largos,
De ser no Olimpo estrelas, como a de Argos”*

Mitologicamente a Nau Argos foi posta entre as constelações por Minerva. Conhecedor da mitologia grega como era, Camões teria certamente conhecimento desse facto.

Assim, quando Camões canta o firmamento, já muitas das constelações eram conhecidas, todavia, conhecê-las quase todas, e bem, exigiria um conhecimento profundo dos céus. O mais assombroso é que numa só estrofe (a estrofe 88 do Canto X), Camões refere direta e indiretamente quinze constelações do firmamento: Carreta (Úrsula Maior), Cinosura (Úrsula Menor), Andrómeda, Cefeu (seu pai), Dragão (Drago), Cassiopeia, Oriente, Touro (direção do *gesto turbulento* de Oriente), Cisne, Gémeos (*Cisne morrendo que suspira*), Lebre, Cão Maior, Cão Menor (*os Cães*), Argo Navis (Nau) - atualmente dividida em Quilha, Popa e Vela, e Lira.

Porquê chamar à constelação do Dragão, *Drago horrendo*, quando todas as outras menções revelam harmonia? Tal pode tanto dever-se as aspetos mitológicos, como a aspetos astrológicos. Em Camões, tal como referido anteriormente, estes aspetos misturam-se.

Para comemorar o casamento de Zeus com Hera, Gaia, a Mãe-Terra, ofereceu à rainha dos deuses uma macieira que produzia frutos de ouro. Não sabendo onde guardar tão precioso presente, Hera decidiu plantá-lo no Jardim das Hespérides (as Ninfas do Poente), o lugar mais distante do mundo (segundo a então geografia grega), no noroeste de África. A deusa percebeu que as ninfas não poderiam proteger sozinhas a macieira sagrada, decidindo pô-la a guardar também o dragão Ládon, filho de Tífon e Équidna.

Como último de seus Doze Trabalhos, o herói Hércules ou Hércules foi enviado para colher as maçãs divinas. Mas, não tendo conseguido derrotar o dragão, Hércules contou com a ajuda do Titã Atlas, que matou Ládon e trouxe as maçãs para Hércules.

Zeus elevou o dragão ao céu, transformando-o numa constelação. Para Hércules, também depois de morto, foi criada uma constelação com seu nome e colocada à frente do Dragão. Nessa constelação Hércules está ajoelhado em frente ao Dragão ameaçando-o com uma clava (como que a golpeá-lo). O “*Drago horrendo*” de Camões poderá estar relacionado com esta lenda grega. Se assim for, na estrofe anteriormente referida, Camões também menciona indiretamente a Constelação de Hércules. A constelação de Hércules é uma extensa constelação a Oeste da constelação de Lira.

Nas culturas ancestrais, o Sol é representado de muitas formas: personificando um pastor, um guerreiro, um caçador, um cavalo ou uma águia. Por outro lado, a escuridão, o inimigo do Sol, podia tomar a figura de um enorme dragão, de uma serpente ou de um escorpião. Assim, o Dragão era visto como um ser horrendo, capaz de *devorar* o Sol ou a Lua, e tal crença, explicava empiricamente os seus eclipses.

A imagem que se segue (figura 5), de 1540, refere-se a um disco móvel que fornece as regras para predizer os eclipses do Sol e da Lua.

No dispositivo representado na figura seguinte, um dos discos contém um dragão de múltiplas cabeças e um eclipse parcial do Sol. Essa imagem é extraída do *Astronomicum caesareum*, de Petrus Apianus, publicada em 1540 pelo Observatório de Paris.

No contexto da estrofe 88 do Canto X, não se crê que Camões se refira à constelação do Dragão como *Drago horrendo*, sem qualquer sentido astronómico. Pretende indicar a constelação de Hércules ou então referir a existência de fenómenos astronómicos como os eclipses do Sol e da Lua.

Não é só no Canto X, com a descrição das órbitas dos planetas ou das constelações dos dois hemisférios celestiais que Camões revela um domínio da astronomia da época. “Os Lusíadas” estão, como afirma Nuno Crato, salpicados de referências eruditas, mas saborosas.



Figura 5 – Sistema arcaico de predição dos eclipses solares e lunares.

Camões conhece, por exemplo, o astrolábio e a sua complexidade (estrofe 25 do Canto V):

*A maneira de nuvens se começam
A descobrir os montes que enxergamos;
As âncoras pesadas se adereçam;
As velas, já chegados, amainamos.
E para que mais certas se conheçam
As partes tão remotas onde estamos,
Pelo novo instrumento do Astrolábio,
Invenção de subtil juízo e sábio.*

É quase impossível ler e compreender as múltiplas referências astronómicas de Camões nos *Lusíadas* sem perceber um pouco de astronomia medieval, e seria impossível

a Camões, escrever o que escreveu, se não possuísse o domínio dos conceitos da difícil cosmologia da época. Tal como é típico do Renascimento, Camões convocou para a sua obra, todo o conhecimento, quer científico quer erudito da época.

A doutrina de Ptolomeu, que Camões usa na sua obra, não foi uma pura fantasia, foi uma verdadeira teoria científica, que se prestava admiravelmente aos cálculos astronómicos, e se manteve enquanto esteve de acordo com os resultados das observações. Esta só foi abandonada com os “aperfeiçoamentos” de Copérnico, Keppler e Newton cujos trabalhos marcaram as transformações sucessivas da ciência astronómica. Assim, a astronomia presente em “Os Lusíadas” ou na Obra de Camões representa a ciência do seu tempo, que Camões adquiriu com o seu “*honesto estudo*”.

As indicações astronómicas são sempre feitas pelo poeta numa forma bela e concisa, e com perfeito rigor.

*Ia descuberto tinhamos diante
La no novo Hemisperio nova estrella,
Não vista de outra gente, que ignorante
Alguns tempos esteve incerta della:*

Nos versos anteriores Camões relata o reconhecimento do Cruzeiro do Sul. A descoberta ou redescoberta desta constelação e do seu uso náutico revela o saber dos nossos marinheiros. Camões enaltece este honroso facto, que importa tornar bem conhecido, se bem que tal referência ao Cruzeiro do Sul, apareça já no Almagesto de Claudio Ptolomeu (127-145 d.C.). Será por essa razão que Camões afirma?

*Não vista de outra gente, que ignorante
Alguns tempos esteve incerta della:?*

Na estrofe 15 do Canto V, escreve Camões:

*Assi, passando aquelas regiões
Por onde duas vezes passa Apolo,
Dous invernos fazendo e dous verões,
Em quanto corre dum ao outro Pólo,
Por calmas, por tormentas e opressões,
Que sempre faz no mar o irado Eolo,
Vimos as Ursas, apesar de Juno,
Banharem-se nas águas de Neptuno.*

Quando se viaja para Sul, estas constelações (as Ursas) vão-se aproximando do horizonte, mergulhando progressivamente no mar, até se tornarem invisíveis. É esse o fenómeno que Camões descreve e que se ilustra na imagem seguinte (figura 6).

A partir do equador, todas as estrelas da constelação da Ursa Maior ou Ursa Menor mergulham no horizonte, embora todas tenham ocaso e nascimento. Mas a partir de que

latitude Sul se deixa de ver a Ursa Maior? Na estrofe seguinte (estrofe 72 do Canto VIII), Camões refere os povos que nunca as sete flamas viram, referindo-se às sete estrelas que compõe a Ursa Maior ou às setes estrelas que compõe a Ursa Menor.

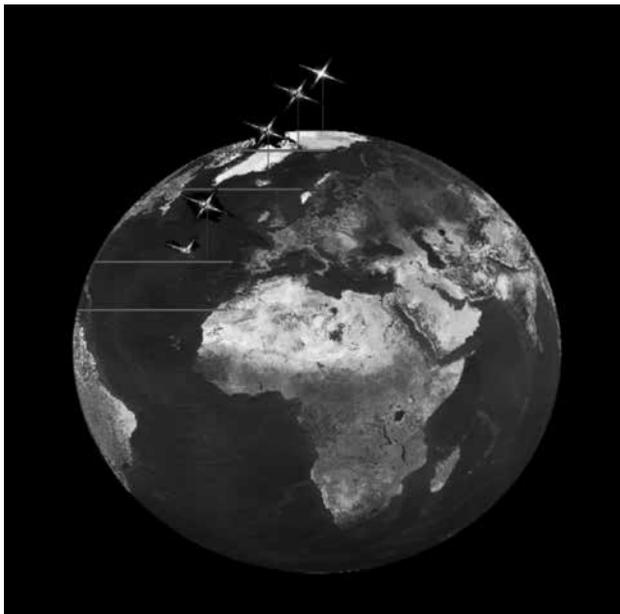


Figura 6 - Esquema ilustrativo de como se deixa de ver a estrela polar, quando se passa abaixo do Equador Celeste.

*Crescendo cos sucessos bons primeiros
 No peito as ousadias, descobriram,
 Pouco e pouco, caminhos estrangeiros,
 Que, uns sucedendo aos outros, prosseguiram.
 De África os moradores derradeiros,
 Austrais, que nunca as Sete Flamas viram,
 Foram vistos de nós, atrás deixando
 Quantos estão os Trópicos queimando.*

A partir de 30°S (antes mesmo de passar o Cabo da Boa Esperança), algumas das estrelas da constelação de Ursa Maior já são invisíveis e as restantes erguem-se muito pouco acima do horizonte, deixando a constelação de poder ser identificada. É por isso também que as Ursas mergulham nas águas de Neptuno. Esse facto trás consigo um novo problema para a navegação, pois é possível desde então perder-se o Norte.

O termo desnordeado por vezes tem o mesmo significado que desorientado, todavia, foi usado para dar um sentido mais profundo ao conceito de perdido. Esse termo surge associado à dificuldade de navegar sem ter o norte como referência, ou não ver a Estrela Polar.

Com a navegação no hemisfério Sul, tanto se deixavam de ver as ursos, como também Arcturo, a brilhante estrela da constelação de Boieiro que estava de guarda às ursos para que não se afastassem do “*gélido pólo*”. O vocábulo “Ártico”, que significa “norte”, e Arcturo têm a mesma origem grega. A referência ao Ártico, através da estrela Arcturo é feita num verso da estrofe 21 do Canto I: “*Os que habitam o Arcturo congelado*”.

Camões também usa outros artifícios para se referir ao polo Norte, referindo-se por exemplo a Calisto (estrofe 51 do Canto I), que não é mais do que a constelação da Ursa Maior, em vez de Ártico ou polo Norte.

*Do mar temos corrido e navegado
Toda a parte do Antártico e Calisto,
Toda a costa Africana rodeado,
Diversos céus e terras temos visto;
Dum Rei potente somos, tão amado,
Tão querido de todos, e benquistado,
Que não no largo mar, com leda fronte,
Mas no lago entraremos de Aqueronte.*

Na mitologia grega, Calisto era filha do Rei da Arcádia, tendo sido eleita quando ainda era criança, para ser umas das companheiras de Artemis. Artemis era irmã de Apolo, padroeira do nascimento e protetora dos recém-nascidos e mamíferos. Quando Artemis descobriu que Calisto estava grávida de Zeus, vingou-se dela. Como adorava caçar; transformou-a numa Ursa e perseguiu-a, daí a associação entre a Ursa Maior e Calisto.

Considerações finais

Quanto mais se lê “Os Lusíadas”, mais se aprende a amá-los e a respeitá-los, bem como ao seu autor que transparece como um sábio e iluminado.

“Os Lusíadas” são uma epopeia, uma obra de astronomia medieval e uma escrita-poética singular.

Os deuses que ajudaram os portugueses a descobrir o mundo na grande epopeia portuguesa em “Os Lusíadas”, são também, na ótica de Camões, planetas que habitam os céus que, “com engenho e arte” os grandes navegadores conseguiram usá-los, neste caso cientificamente, para se orientarem e assim atingirem grandes feitos.

Bibliografia

Atles Català a Ixent Cultural. Revista de Maiorca.

Crato, N. 2004. *Camões e Copérnico*. <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e52.html>. Data de consulta: Setembro de 2017.

Mourão, R.F. 1998. *Astronomia em Camões*. FNAC. Lisboa.

Pereira da Silva, L. 1915. *A Astronomia dos Lusíadas*. Imprensa da Universidade de Coimbra. Coimbra.

ETNOGRAFIA E LINGUÍSTICA

PESCARIA DAS VEJAS NAS FLORES

*J. M. Soares de Barcelos**

A *veja* é um peixe muito abundante nas nossas ilhas. Nas ilhas em que tem este nome, esta espécie de peixe é sempre chamada *veja*, no feminino. Diz-se *ir às vejas*, *apanhar vejas*, *engodar às vejas*, etc. Nunca se diz *ir aos vejos*. O masculino serve apenas para identificar o macho. Na Terceira chama-se *bodião*. A que é vendida nas peixarias do Continente também chega aí com este nome — informaram-me que vem da Ilha da Madeira, onde aí também lhe dão o mesmo nome. Os Biólogos Marinhos chamam-lhe *Sparisoma cretense*. Nas Flores, sempre ouvi chamar *veja* à fêmea — *lavrada* de vermelho, cinzento e um amarelo a tender para o verde —, *vejo* ao macho, cinzento, e atingindo maior porte.

Antigamente (e ainda hoje), em Ponta Delgada das Flores, para se apanhar *vejas* com fartura tínhamos que ir até a uns rolos distantes, descendo por longos atalhos, íngremes, que muitos não tinham coragem de percorrer. Um deles, o atalho de Parrogil (corruptela de Perrexil), era particularmente difícil de escalar, a parte final só conseguida porque os faroleiros do Albarnaz — o Farol fica por cima — tinham chumbado na rocha vertical alguns ferros que serviam de apoio para os pés, havendo uma corda para se segurar. Mesmo assim, conseguia-se descer e depois subir com as canas de pesca e toda a pescaria feita.

Bons lugares para pescar *vejas* ficam na ponta Norte da Ilha, desde o Ilhéu de Dentro, no final do rolo de Além, o Pesqueiro Grande, as Baixas e o Pesqueiro Comprido de Parrogil, a sua Maré Vazia — uma baixa que só se passa na maré-vazia — e todo o rolo até à foz da Ribeira do Moinho. Mas, pescam-se *vejas* em toda a Ilha, desde Santa Cruz à Fajã Grande.

* Médico e etnógrafo. Sócio correspondente do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Pescando às *vejas* no rolo de Parrogil

O melhor dia para este tipo de pescaria era aquele em que a baixa-mar acontecia bem cedo, isto para que se pudesse apanhar a *moira*, pequeno caranguejo negro, noutras ilhas chamado *caranguejo-moira*, *caranguejo-negro* e *caranguejo-pequeno*, na Madeira ‘*jaca*’, ‘*jaca-brava*’ e ‘*aranha-do-mar*’ — de nome científico *Pachygrapsus marmoratus* —, que se encontra no meio das pedras dos *rolos* (calhaus), ficando acessíveis com o baixar das águas. Quando a maré ia para baixo, já bem escoada, começava-se a fazer no *rolo* de pedra mais miúda o chamado *cercos*, *eito* ou *redondo*, ou seja, retirar numa certa zona do *rolo*, de pedra mais miúda, todas as pedras até encontrar o fundo. Isto fazia-se numa certa área, fazendo um cerco redondo, geralmente um pescador de um lado e outro do outro, até que o centro ficasse isolado. A esta operação chamava-se *rolar pedra*. As *moiras* iam sendo apanhadas à medida que se retiravam as pedras, as outras tinham tendência para fugir para o centro que, à medida que se ia avançando, ia ficando cada vez menor. No final, retirando as últimas pedras, conseguia-se apanhar as fugitivas mais persistentes. À medida que se iam apanhando, as *moiras* eram metidas numa saca de algodão ou numa longa meia porosa, de lã ou de algodão — a chamada *saca* ou *meia da moira*. Actualmente, há quem use os modernos baldes de plástico que conservam bem os pequenos caranguejos, e que não conseguem trepar as suas paredes. A *meia da moira* permitia fazer uma coisa importante, particularmente nos dias de grande calor —, de vez em quando, metê-la na água salgada para a *moira* se manter bem viva, o que se chamava *refrescar a moira*. Note-se que este tipo de pesca geralmente era quase sempre feito nos meses quentes, de primavera avançada ou de verão.

Pois, se se tinha apanhado quantidade suficiente de *moira* para servir de isca, muito bem, se não, iniciava-se novo *cercos*.

Quando havia muita moira, geralmente alguém exclamava: — *Dia de muita moira é dia de pouca veja!* O contrário também era dito: — *Dia de pouca moira é dia de muita veja!* Acho que a sabedoria popular teria a sua razão, dado que, quando há muita *moira* na costa, as *vejas* andam de barriga cheia...

Antigamente, quando não se conseguia apanhar esta isca, apanhavam-se gafanhotos ou ouriços-do-mar que serviam para remediar a falta. Dizia-se então: *está tudo catado!*

Atualmente, há quem apanhe a *moira* na véspera da pescaria, à noite, de preferência sem luar. Com uma lâmpada elétrica alimentada a pilhas, um *focse*, os pequenos caranguejos, que andam despreocupados por cima das pedras, ficam completamente paralisados com a luz, e é só apanhá-los. Aproveita-se também para apanhar caranguejos dos maiores, que, além de serem *asseados* (bons) para comer, são ótimos para se *picar* (esmagar) e servirem de engodo.



Moira-rola

A *saca da moira* bem cheia, toca a arranjar engodo para começar a pescaria. Dos buracos das baixas, dentro de fendas mais ou menos profundas, com a ajuda de um *facão* — uma espécie de chave de fendas de extremidade mais larga e destinado a apanhar lapas —, apanhavam-se *moiras-rolas* (*Eriphia spinifrons*) — com o devido cuidado com as suas respeitáveis *bocas* —, caranguejos, lapas, ouriços e algas. Quando se chegava ao pesqueiro escolhido, numa qualquer depressão (cova) colocavam-se estes produtos e, com uma pedra rolada do calhau, triturava-se tudo, fazendo uma cheirosa pasta que era atirada para o mar, para servir de engodo. As *moiras* maiores, que eram grandes demais para servir de isca, também eram esmagadas. É que, as *vejas*, para acorrerem em boa quantidade a um pesqueiro, têm que ser bem engodadas.



Facão

Fazendo pequenas bolas de engodo, atiravam-se para o local de pesca, indo rapidamente para o fundo. Quando havia muita *moira*, era com ela que se engodava, mastigando algumas delas e atirando-as para o mar, em quantidade limitada, para não encher a barriga ao peixe...

Pouco tempo depois, logo se começava a avistar o vermelho das *vejas* no fundo do mar — os machos têm o corpo completamente cinzento e são mais difíceis de se ver. As fêmeas, como atrás referi, têm três cores, cinzento, amarelo e vermelho, predominando esta última, o que as torna perfeitamente visíveis.

Iscava-se então o anzol com a *moira*, introduzindo a sua ponta num dos olhos, em direcção à parte traseira do corpo, emergindo levemente junto da raiz da última pata do lado oposto. Olho atento na ponta do *caniço*, não se puxava ao primeiro toque, para que a veja comesse completamente a isca. Um outro sinal, um terceiro e — zás!... —, puxava-se com toda a força para que a veja ficasse *aferrada* (a cavidade oral das *vejas* é extremamente dura, só dos lados das queixadas é mais mole). Depois de *aferrada*, a *veja*, sendo um peixe fundo, tenta sempre puxar para baixo, o que dá uma luta tremenda, às vezes até acontecendo partir a ponta do *caniço*. A seguir explico como se procedia para que o peixe não levasse essa ponta em casos tais.

Às vezes acontecia, já com o peixe fora de água, dando uma sacudidela, ele cair no mar — dizíamos que tenha *pingado*.

O *caniço das vejas*,¹ assim chamada a cana com que se pescava este peixe, era sempre feito da chamada *cana-da-índia*, ou cana de bambu, uma cana com cerca de 5 metros,

¹ Nas Flores chama-se *caniço* a toda a cana de pesca, desde o *caniço do carapau* ao *caniço das vejas*. Nalgumas ilhas, assim como no Algarve, dão este nome apenas às pequenas canas com a que se apanhava antigamente o *carapau* e o *chicharro*.

com os nós bem aparados, e sempre seca à sombra, para que não rachasse. Quanto mais fina fosse a ponta, melhor, para que facilmente acusasse a mordidela do peixe.

Ao *caniço* que não se afilava bem até à ponta, ficando a vergar-se muito na zona mediana, não tendo firmeza suficiente para uma boa pesca, dizia-se que era *bambeiro*.



Pescaria de *vejas* nas Flores

Com mais ou menos um palmo de comprimento a partir da cana, atava-se na ponta um fio resistente, semelhante ao que se fazia a fieira do pião, e até cerca de um metro, da ponta para a base da cana ia-se passando uma volta junto a cada nó, amarrando finalmente no ponto alcançado. A isto chamava-se a *ponteira do caniço*. Servia para recuperar a ponta, caso esta se partisse. Na sua ponta amarrava o *nalho*, geralmente 0.60 mm, nessa altura. O anzol geralmente era *empatado* (estorvado) numa baixada mais fina, quase sempre 0.50 mm, para ser mais *pescante* e, para que, se rebentasse a linha, se recuperasse a parte superior. Logo acima do nó da *baixada*, era enrolada a *chumbada*, feita de uma placa de chumbo que no fim se apertava bem com a ajuda dos dentes. Ao conjunto destes elementos, havia quem lhe chamasse o *avio do caniço*. O comprimento da linha era calculado de forma que o anzol ficasse mais ou menos junto da cepa da cana. Quando se transportava, a linha era enrolada levemente até a baixo, onde se fazia um pequeno buraco junto ao punho para se introduzir a ponta do anzol.



Aparelhando um *caniço das vejas*

Apesar das modernas canas de pesca agora à venda, os bons pescadores de *vejas* — estou a lembrar-me do meu amigo António Furtado — ainda hoje usam os antigos *caniços* de bambu, os melhores para trazer com eficácia um bom *vejo* lá do fundo.

Além das *vejas*, muitas vezes apanhavam-se sargos, gorazes e pargos, peixes que também apreciam este tipo de isca. Havia um peixe que era a causa de riso do grupo de pescadores — o pequeno rocaz (*Scorpaena scrofa*), que habitualmente anda junto à costa. Mesmo com alguns centímetros de comprimento, como tem a boca muito grande, aventura-se muitas vezes a engolir a moira. O pescador, entretido a olhar para a ponta do *caniço*, sente a primeira *aferrada*..., deixa o peixe comer..., a segunda..., e lá vai a estocada! Mas, julgando sentir a força da pesada veja, com toda a força feita não encontra resistência..., e lá vem o pequenino peixe pelos ares e o pescador — desequilibrando-se — para a água!

Se as *vejas* são peixes de *boa boca*, necessitando apenas de alguma perícia para a sua pesca, havia sempre algumas que, por via de terem sido *escaldadas* pela ponta de algum anzol do qual que se teriam desprendido anteriormente, eram o quebra-cabeças dos pescadores. Levemente, com muita sabedoria, iam mordendo a *moira* e, sem sequer um sinal na ponta fina do *caniço*, quando se puxava a linha para cima..., da *moira* só o resto da carapaça dura de cima se tinha no anzol. Chegavam a *mamar* mais de uma dúzia de moiras, sem que se conseguisse *aferrá-las*. Chamavam-se *vejas marralheiras*. Para apanhá-las *descascava-se a moira*, retirando-lhe a carapaça, e, fazendo dela uma espécie de *isca-branca*, com extrema atenção, já que era muito mais frágil, ao primeiro sinal era a *aferrada* certa, às vezes conseguindo apanhar a *marralheira* da veja.



Dada a extensão do atalho de Além e a ingremidade do de Parrogil, quando chegava à tarde, quase sempre com mais de uma dezena de peixes apanhados — havia quem apanhasse mais de trinta! —, optávamos por *aviar* o peixe no *rolo*, junto ao Mar, para se tornar mais leve no transporte. Primeiro era escamado, com uma *escamadeira* feita de uma tábua, com um punho e uma parte mais larga com pregos atravessados de um lado para o outro, ou com uma navalha forte. Eram a seguir abertas as *bochadas* (barrigas) e retiradas as tripas, as guelras e a bexiga natatória, lavando depois o peixe em água salgada. Depois de todos *aviados* eram enfiados num atilho pelos olhos ou, caso não se quisesse carregar com a cabeça, num furo feito perto da cauda. A cada um destes enfiamentos de *vejas* chamava-se *cambulhão*. Para o seu transporte, geralmente fazia-se dois *cambulhões*, um deles pendurado à frente, outro atrás do *caniço* que, assim, servia de pau-de-carreto e se transportava ao ombro até a casa. Quando eram muitas, para não pesarem tanto, cortava-se-lhes sempre a cabeça.

Um pormenor desta tarefa. Como geralmente a maré ia descendo nessa hora, puxava facilmente aqueles restos e o seu cheiro para o mar, atraindo muitas *moreias-pretas* (*Muraena augusti*), *moreias-pintadas* (*Muraena helena*) e *moreões* (*Gymnothorax unicolor*). Tinha-se já previamente empatado em arame — as *moreias* cortam facilmente o náilon com os seus aguçados dentes — um anzol ligeiramente maior do que o que se pescava às *vejas*, com a *barba* (barbela) retirada² e iscava-se com as tripas das próprias *vejas*. As *moreias* apareciam esfaimadas, chegando a subir completamente para o rolo seco, como se serpentes fossem, e avidamente engoliam a isca, chegando-se a pescar mais de meia

² Para melhor se poder *desaferrar*, dado que as *moreias* são muito agressivas e mordem facilmente, havendo a crença de que a sua dentada é venenosa e facilmente infecta. Quando se apanham batem-se com toda a força numa pedra como se de um chicote se tratasse, para lhe retirar a força.

dúzia. Delas só se aproveitava a parte correspondente às postas abertas, por terem poucas espinhas, ao contrário da parte de trás do *imbigo* (ânus), que tem muito mais espinhas. Mas a pesca das moreias, dada a suas curiosidades, será tratada com mais extensão num próximo artigo.

Quando se chegava a casa, as vejas que não se comiam frescas eram *escaladas* (abertas e cortadas com golpes longitudinais, para receber bem o sal) e salgadas, ficando em *moira* (salmoura) durante vários dias, sendo depois postas a secar ao sol, para serem consumidas durante o inverno, tendo um sabor parecido com o do bacalhau pequeno.

E era assim a pescaria das vejas quando eu era rapazinho, tempo em que alegremente descia, à *carreira*, o atalho de Parrogil, que hoje me arrepiava só de iniciar a sua entrada ao começar a descida.

A FUNÇÃO TERAPÊUTICA DA CAPA DO SENHOR SANTO CRISTO DOS MILAGRES

Hélio Soares*

1. Introdução

O homem é um ser religioso. *Seja qual for o contexto histórico em que se encontra, o “homo religious” crê sempre que existe uma realidade absoluta, o sagrado, que transcende este mundo mas que se manifesta neste mundo, e, por este facto, o santifica e o torna real*¹. Vemos nesta afirmação o postulado de que a religião é inerente ao ser humano, independentemente da religião ou das sociedades. *O sagrado manifesta-se sempre como uma realidade de uma ordem inteiramente diferente das realidades naturais*², ou seja, assume-se como algo distinto do quotidiano, do profano, mas que habita e pode dominar o mundo. O sagrado não tem uma identidade própria qualificada, mas expressa uma experiência da transcendência, uma força espiritual, que tudo o que toca fica sacralizado e por extingue o profano. A profanação é o sentido inverso, o domínio do profano sobre o sagrado. A experiência do sagrado assume na mentalidade contemporânea um papel importante.

No contexto da tradição judaico cristã, o sagrado é algo separado do mundo, interdito à maioria e acessível somente a alguns, como constatamos nas passagens do Antigo Testamento. No Novo Testamento o respeito e temor suscitado pelas ações de Jesus são descritos pela Escritura. A oração que implora o restabelecimento da saúde é, pois, uma experiência presente em todas as épocas da Igreja e naturalmente nos dias de hoje.

Pretendo neste trabalho analisar o fenómeno da utilização das capas da Veneranda Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres para curas de doentes. Desejamos contri-

* Sacerdote. Licenciado em História. Estudo desenvolvido no âmbito da disciplina de Antropologia Cultural, ministrada pelo Doutor Rui Martins, do mestrado em Património Mureologia e desenvolvimento na Universidade dos Açores 2015/2016.

¹ Eliade citado por Roque, 2011: 165.

² Eliade citado por Roque, 2011: 166.

buir para a percepção deste fenómeno, na forma como os fiéis o praticam e porque aderem a esta forma de manifestação de fé em Jesus Cristo, integrado na denominada religiosidade popular.

Um outro aspeto relacionado com a capa é venda de “reliquias”, ou seja, pequenos pedaços de pano recortados das capas desafetas ao culto. Este fenómeno assemelha-se à devoção às relíquias dos santos, mas a capa não é uma relíquia no sentido clássico que a Igreja lhe atribui.

O trabalho estrutura-se, de forma genérica, no enquadramento concetual da antropologia religiosa, com a apresentação de alguns conceitos basilares, que se aplicam ao fenómeno religioso. Segue-se o ponto sobre a religiosidade popular com a sua caracterização geral e o enquadramento dentro do catolicismo, definindo-se os conceitos de milagre, rito e relíquia.

Finalmente, fazemos a abordagem ao culto da Veneranda Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, no seu enquadramento histórico e celebrativo. Sendo no contexto deste culto que abordamos o fenómeno da imposição da capa da Imagem em doentes, com as suas diferentes práticas.

Como esclarecimento prévio, neste estudo para não tornar demasiado pesada a redação quando nos referimos ao busto sacário, utilizaremos a nomenclatura Veneranda Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres ou simplesmente Imagem.

2. Antropologia Religiosa

A antropologia religiosa é o ramo da antropologia cultural que estuda o fenómeno religioso. Nasceu com o estudo das crenças das denominadas sociedades primitivas, mas ampliou o seu campo de estudo a todo o fenómeno religioso.

A cultura é um *sistema simbólico* que dá significado às coisas e às ações humanas. Ora, a religião é também cultura, enquanto tentativa de procurar significar e de responder a perguntas sobre a existência humana e sobre o sentido da vida. A religião manifesta-se historicamente como um fenómeno que faz parte da construção do quotidiana e do fundamento das diferentes culturas. Podemos dizer que a presença do religioso é inquestionável. Pode-se negar a existência de Deus, mas não se pode negar a presença das religiões na sociedade. Por isso podemos afirmar que a religião é um sistema de representação e um sistema cultural. Sendo uma rede de símbolos, com fronteiras bem demarcadas, com textos e normas precisas. A religião expressa-se e apresenta-se como uma cultura. Ela tem modelos de comportamentos, organização, estruturação, doutrina e ocupa espaços nos mesmos moldes de uma cultura. É uma cultura religiosa.

O Homem questiona a sua existência. E das perguntas de difícil resposta encontra-se a do nascimento, da doença e da morte, os chamados fundamentos últimos do homem. O problema religioso toca o homem na sua raiz ontológica. Podemos dizer que a morte é a mais enigmática. A experiência da morte coloca à prova a inteligência e a imaginação do homem. Perante estas realidades incontroláveis da natureza a *sociedade pode atri-*

*buir valor sobrenatural a tudo o que pareça ter uma eficácia*³. A antropologia religiosa, segundo José de Oliveira, parte de uma reflexão sobre a humanidade e sobre a cultura como realidades complexas, busca compreender como o ser humano foi e continua sendo visto por ele mesmo e por uma das suas mais significativas e originais manifestações, a religião⁴. Não se trata de analisar cada uma das religiões, mas de perceber o fenômeno religioso nas suas diferentes manifestações, enquanto experiência antropológica. Mas mais do que conhecer as causas a antropologia procura estudar e conhecer o sentido que a experiência religiosa confere às situações do cotidiano⁵.

De forma a esclarecermos alguns conceitos basilares, apresenta-se os mesmos a seguir.

2.1. Religião

A *religião* é a institucionalização da experiência religiosa e da religiosidade, a padronização do caminho para a relação com o transcendente, feito por um grupo social ou cultural. A religião cateteriza-se por uma estrutura simbólica definida de forma racional, procurando a unidade e a coesão da sociedade.

2.2. Religiosidade

Por *religiosidade* entendemos a manifestação da experiência religiosa, da experiência da transcendência, feita por pessoas e grupos e expressa nas suas diversas formas de manifestações individuais e culturais (orações, crenças, festas, celebrações, símbolos, ritos, rituais, etc).

2.3. Mito

O mito tem como função explicar uma realidade que não pode ser esclarecida a partir da evidência absoluta⁶. Como diz Bernard Valade, *o seu objetivo não é satisfazer a curiosidade, mas confirmar a fé*⁷. Ou seja a sua função é explicar a verdade que não é conhecida. A sua explicação ocorre no âmbito da intuição e imaginação, ocorrendo após a realidade e ato originário. O mesmo está fora do tempo e do espaço de modo a ser eterno, mas sempre presente.

Uma segunda função é de lembrar a experiência humana desse acontecimento originário, assim a sociedade atuará de acordo com os princípios que estão associados ao mito.

³ Mischa, 2012: 295.

⁴ Oliveira, s.l.

⁵ Guerriero, 2013: 248.

⁶ Gómez, 2004.

⁷ Valade, 1983: 391.

2.4. A Magia

Por *magia* entende-se a *crença* ou atribuição de poderes sobrenaturais a coisas ou objetos, capazes de interferir automaticamente no curso dos acontecimentos⁸. Além disso, a magia seria o *controle* dessas forças sobrenaturais por meio de fórmulas, rituais e ações. Pode-se também olhar a magia como sendo a *técnica* para controlar a natureza, com a finalidade de obter coisas ou precaver-se de forças misteriosas. Na magia o feiticeiro ou mago manipula as forças sobrenaturais através de rituais, ações, objetos, mágicas, fórmulas verbais ou por meio de feitiços.

3. A Religiosidade Popular

O termo religião significa ligar, ou seja ligar o Homem ao transcendente. A oposição entre o sagrado e o profano não é definitivo devido ao fenómeno religioso. No Antigo Testamento temos a aliança no monte Horeb⁹; no Novo Testamento, o sacramento da Eucaristia é a nova aliança, no qual Cristo é o novo cordeiro que se imola e se torna em mistério de salvação¹⁰. O cristianismo procura fazer essa ligação entre as duas dimensões.

Assim, quando falamos em religião há duas dimensões presentes: as crenças e as práticas. As diferentes religiões diferenciam-se pelo conteúdo e pelo exercício das práticas. Contudo, em todas está patente a dependência do homem face ao transcendente. A forma que cada religião tem de celebrar e vivenciar a sua fé é totalmente distinta. Dentro do cristianismo, e não só, há a chamada religião oficial e a religiosidade popular.

O termo “popular” surge por antítese à chamada religião oficial. Pessoalmente prefiro entendê-la como uma vivência diferente da mesma realidade. Ambas se complementam e se misturam, coexistindo de forma diferenciada, não sendo por isso possível fazer uma distinção fácil. Pode-se dizer que há três abordagens à religiosidade popular: primeiro, o conjunto de resquícios de outros sistemas religiosos integrados na religião dominante; segundo, um produto híbrido resultante entre a verdade oficial com a ignorância do povo e terceiro como assimilação do fenómeno religioso a partir da religião oficial mas com uma vivência distinta¹¹.

No contexto cristão em que este trabalho é feito, convém clarificar o que a Igreja Católica pensa. O *Catecismo da Igreja Católica* referindo-se à religiosidade popular caracteriza-a do seguinte modo:

*o sentimento religioso do povo cristão desde sempre encontrou a sua expressão em variadas formas de piedade, que rodeiam a vida sacramental da Igreja, tais como a veneração das relíquias, as visitas aos santuários, as peregrinações, as procissões, a via-sacra, as danças religiosas, o rosário, as medalhas, etc*¹²

⁸ Oliveira, s.l.

⁹ Génesis 9, 13.

¹⁰ Lucas, 22, 20; Mateus 26, 27-29.

¹¹ García García, 1989.

¹² Catecismo da Igreja Católica, 1997: 429, n.º 1674.

Por sua vez o *Directório sobre a Piedade Popular e Liturgia* distingue-se os conceitos de exercício de piedade, piedade popular e de religiosidade popular. Assim, transcrevemos as três definições:

*o termo exercício de piedade designa todas aquelas expressões públicas ou privadas da piedade cristã que, embora não fazendo parte da liturgia, estão em harmonia com ela, respeitando o seu espírito, normas e ritmos*¹³

*O termo piedade popular designa aqui as diversas manifestações culturais, de carácter privado ou comunitário, que, no âmbito da fé cristã, se exprimem principalmente, não com os modos da sagrada Liturgia, mas com formas peculiares derivadas da índole de um povo, ou de uma etnia, e da sua cultura*¹⁴.

*A expressão religiosidade popular traduz a realidade de uma experiência universal: no coração de todas as pessoas, bem como na cultura de todos os povos e nas suas manifestações colectivas, está sempre presente a dimensão religioso (...). A religiosidade popular não tem relação, necessariamente, com a revelação cristã. Porém, em muitas regiões (...) dá lugar a uma espécie de catolicismo popular*¹⁵

Nestas quatro passagens podemos verificar que a vivência da fé do povo pode ter as mais variadas expressões, a qual a Igreja aceita desde que não colida com a fé professada na doutrina. Por outro lado também se afirma que a Igreja utiliza a religiosidade popular como elemento de dominação e controle social, embora também se diga que a Igreja persegue a religiosidade popular¹⁶.

3.1. A Devoção e o Culto

A devoção e o culto poderão parecer termos sinónimos, contudo referem-se a realidade distintas dentro do catolicismo.

Por devoção pode entender-se por relação ao pensamento ou sentimento interior da pessoa que se move numa dimensão religiosa, como *práticas exteriores, que, animadas por uma atitude interior de fé, manifestam um aspecto particular da relação do fiel com as Divinas Pessoas, ou com a Virgem Maria*¹⁷

Por sua vez o culto refere-se mais aos atos públicos da liturgia, como os sacramentos e os sacramentais, por exemplo, as bênçãos. O culto da Igreja tem o seu centro em Cristo e, sobretudo no seu mistério pascal. Aqui radica a sua identidade, como culto de expiação dos pecados, de aliança e consagração a Deus, mas também de ação de graças.

¹³ *Directório sobre Piedade Popular e Liturgia*, 2003: 21, n.º 7.

¹⁴ *Ibidem*: 22, n.º 9.

¹⁵ *Ibidem*. 23, n.º 10.

¹⁶ Mandianes, 1984: 44-45.

¹⁷ Igreja Católica, 2003: 22, n.º 8.

3.2. O Milagre

O milagre no sentido teológico *é uma extraordinária intervenção de Deus no espaço da experiência humana, de forma a despertar ou a consolidar a fé nas realidades da ordem sobrenatural da salvação*¹⁸. O *Catecismo da Igreja Católica* ao falar dos milagres de Jesus afirma que «*manifestam que o Reino está presente n'Ele. Comprovam que ele é o Messias anunciado*»¹⁹. Os milagres são também atribuídos aos apóstolos, a Maria, mãe de Jesus, aos mártires e aos santos, que sempre os operam em nome e pelo poder de Deus. O dom de operar milagres é um carisma beneficia as outras pessoas que neles vêm a mão de Deus.

3.3. O Rito

Para a antropologia o homem não pode viver sem ritos, porque é uma animal ritual. O rito remete-nos para o regulado, o que tem ritmo e ordem, como um comportamento social repetitivo e ritmado²⁰. A fenomenologia existencial contempla o rito como um gesto simbólico, o qual tem uma envolvimento da pessoa remetendo para o sentido último do homem, ou seja, a sua finitude ligada ao transcendente²¹. Podemos dizer que o rito é um conjunto de gestos e práticas sagradas que permite que a palavra sagrada se concretize. Salustiano Gómez apresenta o rito como o prolongar o mito a cada momento:

*El rito es el mito en acción, su práctica concreta y social. Esta actitud práctica es la que da al mito la totalidad de su significado. Su relación es tan estrecha que si el mito explica, el rito tiene la función de expresar la verdad interpretada y exteriorizar el sentido de las cosas. Si el mito educa y orienta, el rito ejerce la función mimética, repetitiva, igualmente pedagógica de enseñar e indicar las acciones posibles a ser realizadas (...). El rito adquiere con eso el sentido de salvaguardar los hechos importantes de la sociedad. Si el mito tiene la función social de recordar, el rito, celebrativamente, va a conmemorar para que los hechos no se olviden*²².

Numa perspectiva mais católica, o rito repete os atos primordiais da vida do crente, volta às origens, mas atualizando-os no presente. A Igreja celebra não o Cristo histórico, mas o Cristo da fé, porque a liturgia é atualidade e não recordação. Faz o encontro entre o humano e o divino, fomentando a participação no mistério que se celebra.

¹⁸ Falcão, 2004.

¹⁹ *Catecismo da Igreja Católica*, 1997: 149, n.º 547.

²⁰ Maggiani, 1996: 1744.

²¹ Borobio, 2006: 279-280

²² Gómez, 2004: 28.

3.4. As Relíquias

A conservação e veneração de relíquias é algo recorrente nas sociedades, pois deseja-se conservar as recordações físicas dos entes queridos, como por exemplo, objetos pessoais ou fotografias, ou seja o que resta das pessoas amadas. Do ponto de vista etimológico, a palavra relíquia designa o que fica, o que resta da pessoa amada.

Na história do cristianismo, originalmente eram os restos mortais dos mártires da fé que, no lugar da sepultura, passaram a ter veneração a eles referida. Depois também se veneraram as relíquias dos confessores da fé e de outros fiéis com fama de santidade. As relíquias podem ser do próprio corpo da pessoa venerada²³ ou relíquias que estiveram em contato com o corpo²⁴.

Perante o perigo de profanação dos túmulos pelos povos bárbaros, muitas relíquias foram levadas para lugares seguros e começaram a trocar-se entre Igrejas relíquias dos seus santos. Tal costume acentuou-se com as Cruzadas, que trouxeram para o Ocidente muitas relíquias de santos orientais. A presença de uma relíquia determinava a existência de um lugar santo. Para Castillo Maldonado, *en las reliquias un valor intrínseco de carácter mágico, materializado en la capacidad de obrar milagros. Las reliquias, mediante su capacidad de intercesión (como parte del mártir) y poder mágico, permitieron establecer un puente con la divinidad y satisficieron las ansias de lo sobrenatural en el mundo tardoantiguo*²⁵.

No Ocidente, a partir da Idade Média, fomentou-se a difusão de relíquias e relicários presentes em peças que eram facilmente transportáveis. Por exemplo: cabeças-relicário, mãos-relicário, braços-relicário, bustos-relicário, etc. São modos de criar objetos ornados de beleza, capazes de suscitar admiração pela virtude das figuras que evocam e contribuir para a adoração a Deus que a sua vida demonstra²⁶.

²³ As relíquias são de três categorias: 1) *reliquias de primeiro grau: retirado do corpo abençoado.* 2) *reliquias de segunda objetos relacionados graus instrumentos de seu martírio ou pertenciam e foram usados pela abençoado na vida, e 3) reliquias terceira série: qualquer objeto tocado uma relíquia primeiro grau ou para o túmulo dos bem-aventurados. Relíquias de sua vez, de primeiro grau, são divididos em três classes: a) insignes relíquias: o corpo inteiro ou uma parte integral do mesmo (o crânio, uma mão, um pé, um braço), bem como um órgão incorruptível (como língua de San Antonio de Padua, cérebro Santa Margarida Maria Alacoque, etc.); b) relíquias notáveis partes importantes do corpo, mas sem constituir um membro inteiro (cabeça femoral, uma vértebra, etc.) e c) relíquias mínimos (ossos ou fragmentos de ossos). Cf. <http://mis-satridentinaemportugal.blogspot.pt/2009/11/las-reliquias-de-los-santos-en-el-culto.html>.*

²⁴ O autor Castillo Maldonado esclarece o que se entende por relíquias não corporais, baseadas no princípio do contato: *Junto a estas reliquias corporales, existían las llamadas reliquias reales no corporales y las representativas. Su poder se basaba en el principio de contacto. Del mismo modo que el cuerpo participaba de la santidad del martir muerto, o la parte del todo en el caso de las fragmentaciones, el principio de la adquisición de los poderes a través del contacto prolongado con el mártir generaba estas reliquias. Podían ser utensilios tocados por el mártir en vida u objetos que, mediante exposición prolongada junto a la sepultura del martir (a través de la ventana o fenestrella en el caso de los martyria), participaban de su poder.* Cf. Castillo Maldonado, 1997: 53.

²⁵ Castillo Maldonado, 1997: 40.

²⁶ Azevedo, 2005.

4. A devoção à Veneranda Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres

4.1. A História

Os açores foram povoados no século XV. Com os povoadores vieram os frades franciscanos, que estabeleceram conventos masculinos por todas as ilhas, exceto na ilha do Corvo. Por sua vez, as Clarissas foram a única forma de vida de clausura feminina, nos primeiros séculos de ocupação humana das ilhas.

Em 1523 é fundado o Convento de Conceição, em Vale de Cabaços. O primeiro convento das ilhas. Contudo pela solidão do local e o perigo dos piratas franceses, motivaram o abandono do Convento. Uma parte significativa da comunidade ingressou no recém-edificado Convento de Santo André da Vila Franca do Campo (1533), fundado expressamente para o efeito, a partir de uma ermida erigida por André Gonçalves Sampaio. Em 1541, as restantes freiras de Vale de Cabaços, que por serem pobres, não tinham lugar em Santo André, ingressam no primeiro mosteiro da Vila de Ponta Delgada, nova capital da ilha de S. Miguel: o Mosteiro de N. Sr.^a da Esperança.

O Convento foi edificado em terreno doado pelo casal Fernão de Quental²⁷ e Margarida de Matos²⁸, sendo a fundadora, D. Filipa Coutinho, viúva do 5.º capitão donatário da ilha, Rui Gonçalves da Câmara²⁹. Segundo Nestor de Sousa sobre os fundadores, pouco se sabe, mas concorda com os cronistas em que colocam D. Filipa Coutinho e seu marido Rui Gonçalves da Câmara, 5.º capitão do donatário, como impulsionadores³⁰. As obras principiaram em 1535 e ficaram concluídas em 1545. A construção deste primeiro Convento em Ponta Delgada é prova da evolução urbanística e do poder das suas gentes, como observa Nestor de Sousa, pois representa *os sinais urbanos de prosperidade alcançada pelas camadas mais elevadas da sociedade micaelense*³¹.

O Convento de N. Sr.^a da Esperança devia obediência aos frades do Convento de S. Francisco, seu vizinho, aquando da sua fundação³². Ambos os Conventos nascidos a partir do Convento de Vale de Cabaços procuraram numa fase inicial seguir a Regra de Santa Clara. Contudo, cedo perceberam que não conseguiam sobreviver somente das poucas esmolas diárias que lhes davam e pediram ao Rei D. João III para terem bens de raiz, seguindo a regra urbaniana³³.

Na segunda metade do século XVII, o Convento da Esperança começou a beneficiar de grandes melhoramentos: no coro baixo, os célebres azulejos azuis e brancos, pintados em painéis com temas da vida de Cristo, são da autoria de António de Oliveira Bernardes e a talha atribuída a Miguel Romeiro³⁴.

²⁷ «Fernão de Quental, escudeiro fidalgo, ouvidor de Rui Gonçalves da Câmara, capitão do Donatário de S. Miguel, casado com Margarida de matos, filha de João de Castanheira». Cf. Afonso, 2007: Ver nota n.º 271.

²⁸ Cf. Afonso, 2007: Ver nota n.º 272.

²⁹ Lalande, 1987: 461-462.

³⁰ Sousa, 1986: 209 a 211.

³¹ *Ibidem*, 1986: 209.

³² Em 1790 o Convento mudou a sua obediência para o Bispo da Diocese de Angra. Cf. Azevedo, 2015.

³³ Frutuoso, Livro IV: 175.

³⁴ Afonso, 2007: 198.

Segundo reza a história a Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres foi oferecida pelo Papa Paulo III ou Clemente VII a duas religiosas do Convento de Vale de Cabaços que se deslocaram a Roma, para receberem a concessão da bula de criação do Convento. Para já a documentação conhecida é omissa quanto ao percurso da Imagem, que está envolta numa aura taumatúrgica fortalecida pelo relato do naufrágio sofrido nas costas da ilha pelo barco em que era transportada. O desaparecimento nas águas oceânicas e o seu aparecimento junto à costa, na zona da Caloura, precisamente onde estava o Convento das Clarissas. Fernanda Enes classifica este momento como sendo o mito fundador *que irá servir de base à força taumatúrgica do ícone de rara beleza e força expressiva. Como todos os mitos, sempre tardios relativamente ao acto primordial narrado, e que foge à verificação, também este se formula tardiamente*³⁵.

A Imagem esteve depositada na Ermida de N. Sr.^a da Paz, no interior da cerca conventual. Devendo-se à religiosa Teresa da Anunciada o incremento do seu culto³⁶. Um culto doméstico do Convento, mas rapidamente transpôs as barreiras físicas do mesmo. Para esta religiosa uma imagem do próprio Deus não poderia estar pouco cuidada e que a devoção a Cristo e à Sua Paixão deveria ser incentivada de modo a constituir prática generalizada de todos os crentes, na perspetiva da espiritualidade franciscana. A religiosa sentiu-se movida por uma vontade divina, por isso mandou construir uma capela condigna dentro do convento, de modo a que a Imagem fosse mais visível e acessível aos fiéis leigos. De forma gradual e sempre com muita oposição da parte de outras religiosas e de algumas abadessas, conseguiu esmolos para embelezar a Imagem e para a enriquecer através da transformação em jóias dos símbolos régios que, por escárnio foram colocados em Jesus pelos soldados romanos, ou seja, a coroa de espinhos, o resplendor, o medalhão peitoral, a cana como cetro e a capa. As elites micaelenses apoiaram o culto, tornando-se elas mesmas numa referência social para toda a sociedade micaelense. Vemos assim a consagração pública da função taumatúrgica da Imagem, divulgando-se os seus sinais benéficos em favor dos fiéis.

Segundo a tradição, a primeira procissão com a Imagem do Santo Cristo ocorreu na tarde de 13 de abril de 1700, a pedido da Mesa da Misericórdia e da nobreza da cidade, na sequência de fortes tremores de terra³⁷. A mais recente historiografia coloca entre 1698 e 1701³⁸.

4.2. A devoção doméstica à Veneranda Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres

A partir do culto oficial e público ao Senhor Santo Cristo dos Milagres no Convento de N. Sr.^a da Esperança, a devoção à Imagem foi transposta para a intimidade das famílias

³⁵ Enes, 2010: 215.

³⁶ Madre Teresa da Anunciada nasceu e foi batizada no dia 25 de novembro de 1658, na Paróquia de São Pedro da então Vila da Ribeira Grande. Ingressou no Convento da Esperança a 19 de Novembro de 1681. Morreu em 16 de maio de 1738. Cf. Afonso, 2007: 198, nota n.º 278.

³⁷ *Ibidem*: 200.

³⁸ Enes, 2010: 224.

micaelenses, com uma dimensão doméstica. O oratório doméstico contendo uma réplica da Imagem, uma pequena capela também com uma réplica da Imagem, para as famílias mais abastadas, uma réplica da Imagem colocada sobre um móvel, um quadro ou um registo, são exemplos desta dimensão intimista e doméstica do culto. Ali as pessoas realizam a forma mais simples de culto que é a oferta de um dom. Esse dom pode ser uma coisa qualquer, enfeites ou velas, ou um dom simbólico como a oração. O oratório ou a capelinha são adornados em prol do que lá está colocado. Ali, o dom é colocado na forma de estampas coloridas, enfeites, fotografias e onde são acesas as velas na intenção de louvor à Imagem. O dom não vem sozinho, ele normalmente é acompanhado por uma oração.

Uma outra manifestação do culto doméstico ocorre nos denominados registos do Senhor Santo Cristo dos Milagres, colocados no quarto principal das casas, constituem-se objeto de devoção, merecendo todo o cuidado e respeito. A origem dos registos tem a sua génese nos antigos conventos das Clarissas de Santo André e da Esperança, em Vila Franca do Campo e Ponta Delgada, difundindo-se rapidamente por toda a ilha. Estas representações artesanais, segundo o Hugo Moreira são *uma expressão da religiosidade do povo açoriano. Os mais antigos registos do Senhor Santo Cristo dos Milagres aparecem a partir de meados do século XVIII, com uma estampa datada de 1763 e assinada por João Silvério Carpinetti*³⁹. Estes quadros ricamente ornamentados espelham «o arraigamento do culto na população açoriana»⁴⁰ do *Ecce Homo*, que foi transposta para a pintura pelo pintor Domingos Rebelo, no famoso quadro “*Os Emigrantes*”, que retrata uma família micaelense, de partida para o novo mundo, levando consigo um registo.

Os registos tornaram-se verdadeiras peças de artesanato regional, com reconhecimento legal como marca registada pelo Centro Regional de Apoio ao Artesanato⁴¹, executados por diversas pessoas por toda a ilha e diáspora açoriana, independentemente de serem reconhecidos como artesãos ou não. O sítio *online* do Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres descreve os registos do seguinte modo:

*De confecção manual, constitui, nos dias de hoje, peças de grande valor artesanal, tendo a sua origem na ilha de S. Miguel, estando já bastante difundidos nas restantes ilhas dos Açores, bem como nas comunidades de emigrantes. Tendo por base uma estampa do Senhor Santo Cristo, geralmente a preto e branco, com a figura de Madre Teresa ajoelhada, enquadrada num altar, é envolvida por um conjunto de pequenas flores, de várias qualidades, dispostas de forma simétrica, confeccionadas nos mais diversos materiais, como, papéis prateados, metalizados, de seda, penas, escamas de peixe, veludo, pano, canutilho de ouro e prata, num quadro emoldurado, constituindo um trabalho de grande técnica, beleza e criatividade*⁴².

Também encontramos nas mais diversas circunstâncias outros objetos alusivos à devoção, como medalhas, estampas, terços relativos à devoção e muitas outras expressões, conforme a criatividade e originalidade dos fiéis.

³⁹ Moreira, 2000: 237 e Oliveira, 2000: 64.

⁴⁰ Enes, 2010: 226.

⁴¹ In <http://www.artesanato.azores.gov.pt/artesaos.php?lingua=1&familia=3&subfamilia=>

⁴² In <http://senhorsantocristo.com/registos/>.

5. Os dons da Veneranda Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres

A Imagem está adornada por diversos dons, como já referimos, que são indissociáveis da Imagem, nomeadamente o resplendor, o cetro, a coroa de espinhos, o relicário, a corda e a capa. Os dons remetem-nos para os símbolos da paixão de Cristo, o *Ecce Homo*, e para os seus atributos como divindade. Para a maioria destes dons podemos falar no plural, pois existem diferentes exemplares, embora alguns sejam mais representativos pelo seu valor artístico. Somente o relicário é uma peça única, enquanto o resplendor, a coroa, o cetro, a corda e a capa possuem dois ou mais exemplares. Todos são fruto da devoção dos fiéis à Imagem, em diferentes épocas. As peças mais esplendorosas, quase todas peças de ourivesaria e joalheria de finais de seiscentos a finais de setecentos, foram objeto do regime de proteção legal do património ao serem classificadas como “Tesouro Regional”, em 2015, por parte da Assembleia Legislativa Regional dos Açores. A justificação para a atribuição deste regime de proteção e valorização patrimonial consta do próprio Decreto Legislativo Regional: *os especialistas em arte consideram o tesouro do Senhor Santo Cristo de incalculável valor e um dos mais belos e sumptuosos da joalheria devocional do país e até da Península Ibérica (...). À dimensão material do tesouro junta-se um incalculável valor simbólico derivado da profunda relação afetiva dos açorianos com este conjunto religioso que muito veneram*⁴³.

Nos pontos seguintes fazemos uma pequena descrição artística destes símbolos ou dons, de modo a percebermos a razão da sua existência.

5.1. O resplendor

A Imagem possui dois resplendores. O resplendor alude à divindade e santidade de Cristo, sendo ao materiais utilizados a platina, revestida a ouro, com incrustação de pedras preciosas, diamantes, rubis, esmeraldas, safiras, ametistas e topázios, num total aproximado de 6842 pedras preciosas⁴⁴. Este conjunto de pedras, devidamente agrupadas, possibilita a presença de diversos símbolos dos mistérios da fé em Cristo.

Ao que se consta, a ideia de enriquecer a imagem com um novo resplendor partiu da 2.^a zeladora, Madre Maria Teresa de Jesus Maria. Provavelmente aquando da doença e posterior falecimento, em 1757, do 4.^o conde D. José da Câmara Teles. Contudo, as primeiras notícias documentais somente surgem com a 3.^o zeladora, Madre Quitéria Francisca de Santa Rosa (entre 1759 e 1831), em 1767. A Condessa da Ribeira Grande, D. Margarida Francisca Tomásia de Lorena (1707 – 1783) tomou este empreendimento a seu cargo⁴⁵. As vicissitudes foram diversas ao longo de um período tão longo, mas no ano de 1786, o resplendor saiu de Lisboa, conforme carta de António Luís Arnaud, adminis-

⁴³ Assembleia Legislativa Regional dos Açores, Decreto Legislativo Regional n.º 4/2015/A, de 20 de fevereiro de 2015.

⁴⁴ Cf. Costa, 2015: 16-22.

⁴⁵ Moreira, 2000: 65 e 66. Cf. Costa: 2015: 16-22.

trador dos condes da Ribeira Grande, à Madre Quitéria Francisca de Santa Rosa: *Nesta Curveta S.^{ra} May de D.^s [Deus] de que he Capp.^{am} José de Medeiros remeto o Diadema do S.^{or} S.^{to} Christo, por mão de meu filho seu criado*⁴⁶. Não sem antes se ter equacionado por parte da rainha D. Maria I, o envio de uma fragata de guerra para transporte da peça, como se depreende da mesma carta⁴⁷.

O seu desenho é atribuído ao arquiteto Mateus Vicente de Oliveira e a execução do agastador Adão Gottlieb Pollet (+1785)⁴⁸, que o executou após a entrega da custódia da Bemposta entre 1777 e 1776, embora se possa crer que o seu filho David Ambrósio Pollet tenha concluído a peça⁴⁹. Ao nível estilístico, temos pedras que formam *uma palestra verdadeiramente rococó*, sendo a sua forma semelhante ao resplendor doado pelo rei D. José I à Irmandade do Senhor dos Passos da Graça, em Lisboa⁵⁰.

5.2. O cetro

O cetro representa a cana que os guardas romanos entregaram a Jesus no Pretório, o qual remete para o poder real, represado no cetro (Mateus 27, 29). O cetro da Imagem é datado de 1760, em ouro e prata, com diversas pedras preciosas⁵¹. Como consta de inscrição, foi mandado executar pela Condessa da Ribeira Grande, D. Margarida Francisca Tomásia de Lorena. A sua forma assemelha-se a um ramo de flores com doze folhas móveis e com um laço sobreposto, cujo nó é rematado com a insígnia da Ordem de Cristo, condecoração do marido da ofertante⁵². Na parte inferior encontra-se uma imagem de Nossa Senhora da Conceição em ouro esmaltado e uma pluma de brilhantes.

5.3. A coroa de espinhos

A coroa representa a coroa de espinhos colocada na cabeça de Jesus, símbolo da realeza de Jesus. A coroa é em ouro com aplicação de pedras preciosas com diamantes e rubis. Segundo consta, em 1788, o 6.º conde da Ribeira Grande, D. Luís António José Maria Gonçalves da Câmara ofereceu esta jóia. Esta peça tem um lineamento entrança-

⁴⁶ ACNSE, Carta de António Luis Arnaud, secretário da condessa D. Francisca Teles da Silva, de 30 de março de 1786.

⁴⁷ ACNSE, Carta do 6º conde da Ribeira Grande, D. Luís António José Maria da Câmara, de 23 de Setembro de 1785.

⁴⁸ *Splendor et gloria*, 2015: 106 e ss. Os Pollet é o nome de uma famosa família de joalheiros que trabalharam para a Casa Real e para os grandes casas nobres de Portugal.

⁴⁹ ACNSE, Carta de António Luis Arnaud, secretário da condessa D. Francisca Teles da Silva, de 17 de maio de 1789. Pelo fato de se tirar a conta da condessa já falecida, se depreende que David Ambrósio Pollet tenha concluído a peça, dado que Adão Gottlieb Pollet faleceu em 1785.

⁵⁰ *Splendor et gloria*, 2015: 108. Compreende-se esta influência, dado que a família dos condes da Ribeira Grande tinha grande proximidade com a Irmandade do Senhor da Cruz e Passos da Graça.

⁵¹ Oliveira, 2000: 54.

⁵² *Ibidem*.

do, com um eixo centrado em três espinhos verticais rematado ao centro por um diamante triangular⁵³.

5.4. A corda

Jesus foi amarrado à coluna para ser flagelado, esta corda alude a este momento. A corda de tecido de ouro torcido da direita para a esquerda com quatro segmentos unidos nas extremidades em dois nós, dos quais partem pontas rematadas por borlas e duas laçadas pendentes. Tem aljófares com aplicação de joias. A sua datação é atribuível ao século XVIII, com um comprimento 520 cm⁵⁴.

5.5. O relicário

Como a Imagem do Senhor Santo Cristo é um busto sacrário, o relicário foi concebido para ocultar/preencher este espaço, daí a originalidade do seu desenho. De modo a ocultar esta abertura inicialmente utilizou-se uma estampa⁵⁵. Aquando da enfermidade do 4.º conde da Ribeira Grande, D. José da Câmara Teles, da qual faleceria em 24 de junho de 1757, esta jóia já tinha sido emprestada para Lisboa, sendo aplicada no peito do conde⁵⁶. A estadia desta jóia em Lisboa deve ter possibilitado o surgimento da ideia da sua substituição por uma mais valiosa.

Novamente a família dos condes da Ribeira Grande assume o compromisso com a execução do novo relicário⁵⁷, sendo o antigo utilizado como matéria-prima para a nova jóia⁵⁸. Em Setembro de 1786 a encomenda é feita ao *Artífice q. acabou o Diadema*, ou seja David Ambrósio Pollet⁵⁹. Embora o acerto do orçamento somente tenha ocorrido, provavelmente em abril ou maio de 1789, no montante de *hum conto e quatro centos mil reis*⁶⁰. Na conceção desta nova peça foi adotada uma lógica classicista, revelando uma evolução de gosto de acordo com os novos cânones artísticos de finais de setecentos⁶¹. Portanto, estamos perante uma peça de joalheria religiosa de finais do séc. XVIII de estilo classicista, com data atribuível de 1790⁶², mas tendo em conta a morosidade na

⁵³ *Ibidem*: 55.

⁵⁴ *Ibidem*: 57.

⁵⁵ Cf. Clemente, 2015: 111.

⁵⁶ Moreira, 2000: 85-86.

⁵⁷ ACNSE, Carta de António Luis Arnaud, secretário da condessa D. Francisca Teles da Silva, de 17 de maio de 1789.

⁵⁸ ACNSE, Carta de António Luis Arnaud, secretário da condessa D. Francisca Teles da Silva, de 22 de Setembro de 1786.

⁵⁹ *Ibidem*.

⁶⁰ ACNSE, Carta de António Luis Arnaud, secretário da condessa D. Francisca Teles da Silva, de 22 de Setembro de 1786. Hugo Moreira apresenta o montante de *hum conto oito centos sete mil e trezentos* reis, sendo esta informação retirada de um livro de contas da Madre Quitéria Francisca de Santa Rosa, documento que desconhecemos o paradeiro. Cf. Moreira, 2000: 88.

⁶¹ *Splendor et gloria*, 2015: 108.

⁶² Cf. Oliveira, 2000: 56 e *Splendor et gloria*, 2015: 103.

execução de tão extraordinária peça, retardaríamos a sua conclusão em um a dois anos. A sua configuração é oval, contendo a relíquia do Santo Lenho, o que faz desta jóia um relicário. Esta peça apresenta ao centro o desenho de uma cruz latina cercada de brilhantes. Os materiais utilizados são o ouro e forrado a prata com aplicação de pedras preciosas⁶³.

5.6. A (s) capa (s)

A Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres é um busto sacrário, a qual é coberta com uma capa de pano executado em diferentes materiais, representando o manto escarlate mencionado no evangelho⁶⁴. Existem dezenas de capas que foram oferecidas ao longo dos tempos para cobrir a Imagem, as quais são ricamente bordadas e também impregnadas por pedras preciosas. São fruto de dádivas de crentes e do trabalho de artistas micaelenses. Destaca-se, por exemplo, a capa executada pelo tecido do manto real de D. João V (1689-1750) e oferecida pela rainha D. Maria Ana de Áustria (1683-1754). No dizer de Maria Fernanda Enes, as capas *são todas elas em seda natural, brocado, bordadas a ouro e com maior ou menor número de jóias incrustadas. Umas são obra das próprias freiras do convento, mas a maioria é oferta de fiéis*⁶⁵. Nas últimas décadas destacou-se a Cooperativa de Artesanato e Solidariedade Social Senhora da Paz, em Vila Franca do Campo. Esta agremiação ganhou notoriedade pelas diversas capas já executadas pelas suas artífices, as quais são herdeiras de técnicas artesanais de bordado já utilizadas no extinto Convento de Santo André daquela Vila.

Todos os anos é escolhida pela zeladora da Imagem, no presente a Ir.^a Margarida Borges, uma capa que irá cobrir a Imagem aquando das festas ao Senhor Santo Cristo dos Milagres. Esta escolha é sempre aguardada com grande expectativa o anúncio da capa que a imagem do *Ecce Homo* vai utilizar. A Ir.^a Margarida Borges esclarece que não é uma decisão fácil, por isso pesa na decisão diversos fatores, como testemunha:

Sendo que o primeiro, conta, é a “vontade do Senhor. Tento procurar e orar ao Senhor para que Ele me ajude a escolher a melhor opção. Tento abrir-me ao que o Senhor me diz, para saber qual é a verdadeira razão para que determinada capa saia à rua, para não ser o desfile de uma vaidade, mas sim que seja algo profundo, que saia de uma intenção profunda e do coração da pessoa que oferece”. Por outro lado (...), “a escolha da capa é também uma preocupação ao nível humano porque ouço a história de cada pessoa e é muito difícil discernir, porque todos têm uma história com o Senhor”. Por este motivo, “coloco então nas mãos do Senhor esta intenção”, comunicando-Lhe também “qual seria o meu gosto”.

A Imagem possui diversas capas. Assim, o critério adotado é a substituição das capas ao ritmo do ano litúrgico. O ano litúrgico é o calendário religioso da Igreja. Por ele, o

⁶³ *Ibidem*: 56.

⁶⁴ Cf. Mateus 27, 28 e Marcos 15, 17.

⁶⁵ Enes, 2010: 222.

povo cristão revive anualmente todo o Mistério da Salvação centrado na Pessoa de Jesus. O ano litúrgico, por sua vez, começa com o primeiro domingo do advento e termina na última semana do tempo comum, onde se celebra a solenidade de Nosso Senhor Jesus Cristo, Rei do Universo. A zeladora da Imagem procura fazer coincidir a substituição das capas que cobrem a Imagem com o início dos tempos litúrgicos. Deste modo cumpre a função de cada capa que é cobrir a Imagem. Por outro lado, integra a Imagem no ciclo litúrgico anual.

O número de capas oferecidas tem aumentado, apesar do Santuário manifestar a vontade de não haver mais ofertas de capas. Em 2007 o seu número total era de vinte cinco⁶⁶, número que permaneceu estável até 2010⁶⁷. A partir desta data foram feitas novas doações, sobretudo por emigrantes. Por exemplo, neste ano de 2016 foram oferecidas três novas capas: duas por emigrantes e uma por um açoriano residente⁶⁸. Ao fazermos uma pesquisa pelos jornais locais deparamo-nos com diversas notícias que nos dão conta das sucessivas doações de capas, por parte dos emigrantes, para cobrirem a Imagem. Normalmente, estas notícias ocorrem nas vésperas das Festas do Senhor Santo Cristo. Por exemplo, no ano de 2014, encontramos a seguinte referência: *a capa que cobrirá a veneranda imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres na Procissão deste ano foi oferecida por Gilda Silva, emigrante nos Estados Unidos da América, em agradecimento de graça recebida*⁶⁹.

Normalmente o motivo da oferta da capa tem que ver com o pagamento de uma promessa, em que os fiéis agradecem a graça recebida, integrando-se no esquema de dívida/agradecimento, que pode ser classificada como a troca entre seres humanos e seres divinos. Contudo, também há casos em que os ofertantes mantem a promessa, mesmo quando a graça divina não é concedida como ocorreu no ano de 2009: *a capa foi oferecida por um casal de emigrantes para pagar uma promessa pela cura de um filho, que não chegou a ser atendida”, revelou a irmã Margarida Borges*⁷⁰. Outra característica é a oferta pelo simples gosto de ofertar, como ocorreu neste ano de 2016, com *uma jovem, Rosa Ponte, que emigrou muito nova para os Estados Unidos da América e que desde pequena tinha vontade em oferecer uma capa ao Senhor Santo Cristo, mas só agora conseguiu concretizar este desejo imenso*⁷¹.

O desejo de valorizar e ter a capa mais original e enriquecida leva a encomendas, por exemplo, no estrangeiro: *a capa, executada em veludo e bordada em Espanha, foi oferecida por Leonardo Pacheco em 2011 como pagamento de uma promessa*⁷². Em 2016, foram oferecidas mais três capas, totalizando trinta e duas⁷³.

As ofertas de capas pelos emigrantes radicados na comunidade emigrantes da diáspora açoriana revelam a manutenção das ligações transatlânticas da devoção à Imagem.

⁶⁶ Lalanda, 2007: 72.

⁶⁷ Enes, 2010: 222.

⁶⁸ Santos, 2016.

⁶⁹ Melo, 2014.

⁷⁰ Lusa, 2009.

⁷¹ Santos, 2016.

⁷² Moreira, 2012.

⁷³ Câmara, 2016: 5.

Esta ligação é mantida por duas vias, a primeira é a promoção e realização, nas comunidades de emigrantes, de diversas festas à Veneranda Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres, através de uma réplica; a segunda concretiza-se na participação regular nas festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres na cidade de Ponta Delgada. A Ir.^a Margarida Borges explica que a oferta de uma capa pretende salientar a ligação dos emigrantes açorianos radicados no estrangeiro à devoção à Imagem⁷⁴, com um sentimento de louvor e agradecimento pelo seu sucesso económico e também de graças recebidas, ou seja, aquilo que entendem ser a intervenção de Deus nas suas vidas.

Outro aspeto que poderemos observar nas sucessivas doações é o reconhecimento da atitude de devoção, com elevada mediatização da oferta, em alguns casos. Esta mediatização está evidente com a revelação dos respetivos nomes dos ofertantes, a sua eventual apresentação pública. Com esta dimensão mediática, podemos questionar a intencionalidade da demonstração do seu poder económico adquirido em terras estrangeiras. Por outro lado, também ocorrem ofertas de capas com o devido recato, ficando no anonimato, como ocorreu com a capa que cobriu a Imagem em 2013: *uma oferta de um casal de emigrantes, que pediu o anonimato*⁷⁵. No passado, as grandes ofertas artísticas eram doadas pela elite micaelense, que, por esta via, demonstrava a sua devoção, mas também o seu poder, no presente, os emigrantes assumem-se como a nova elite, com poder económico fruto do seu trabalho. Portanto, podemos verificar uma certa função legitimadora perante a sociedade micaelense.

6. O recurso terapêutico à capa da Veneranda Imagem

As curas ligadas aos lugares de oração, como os santuários e junto de relíquias dos mártires ou de outros santos, são abundantemente testemunhadas ao longo da história da Igreja. Na antiguidade e na idade média, contribuíram para concentrar as peregrinações em determinados santuários, que se tornaram famosos também por essa razão, como o de São Martinho de Tours, em França, ou a catedral de Santiago de Compostela, em Espanha, e tantos outros. O mesmo acontece na atualidade, como, por exemplo, em Lourdes, em França, e Fátima, em Portugal, mas com mais frequência no primeiro santuário.

Uma das características da religiosidade popular açoriana, integrada num panorama mais lato do catolicismo, é a troca entre seres humanos e seres divinos, em que o crente promete fazer uma oferta previamente especificada se o ser divino lhe responder, favorecendo-o de uma forma específica. Uma vez recebida a dádiva divina, o ser humano não pode deixar de pagar a contra-dádiva previamente especificada. Trata-se, portanto, de uma relação mercantil entre o homem e o sagrado⁷⁶. A madre Teresa da Anunciada promoveu a devoção à Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Após o falecimento de Teresa da Anunciada, José Clemente, padre da Ordem de São Filipe Néri, sob o patrocínio de D. Margarida Tomásia de

⁷⁴ Lusa, 2015.

⁷⁵ *Idem*, 2013.

⁷⁶ Cf. Rocha, 2007: 67-124.

Lorena, 4^a condessa da Ribeira Grande, escreveu e publicou a única biografia coeva da religiosa, intitulada “*Vida da Venerável Madre Teresa da Anunciada*” (Lisboa, 1763). Esta obra, que conheceu diversas edições ao longo dos séculos, foi amplamente divulgada ajudando a cristalizar uma série de milagres. A obra, popularmente conhecida como “*Livro do Senhor Santo Cristo*” foi, e ainda o é em nossos dias, utilizada por algumas videntes da ilha, o que permite a manutenção de determinadas atitudes, um pouco sincréticas, de vivência religiosa. A este ritual chama-se *deitar o livro do Santo Cristo*, segundo Santos Narciso⁷⁷. A todo este processo cristalizado desta manifestação cultural e religiosa Margarida Lalanda chamou “enredo”⁷⁸. É impossível dissociar o culto à Imagem do Senhor Santo Cristo da pessoa de Madre Teresa da Anunciada. Por isso, da vida desta religiosa costumam ser citados alguns passos demonstrativos de fé, humildade, determinação, caridade, e, em simultâneo, da sua proximidade com Deus, os quais elenca Margarida Lalanda (ver [Anexo I](#)).

Neste contexto de súplica, dádiva e graça, há o costume profundamente enraizado na tradição popular micaelense de utilizar uma capa do Senhor Santo Cristo para pedidos de cura a doentes. Segundo Santos Narciso, este costume tem uma base profundamente popular dos meio rurais micaelenses, provavelmente remontando ao século XIX⁷⁹. Todavia um manuscrito existente no Convento da Esperança relata que o Conde da Ribeira Grande, perante uma enfermidade, solicitou a capa da Imagem para que lhe fosse imposta⁸⁰. Porque os fiéis acreditam que colocando a capa do Senhor sobre os próprios ombros poderão ser curados. Para dar resposta aos diversos pedidos, o Santuário mandou executar diversas capas para este efeito, chegando a deter dezanove capas para imposição em doentes (Ver [Anexo IV](#)). Estas são de cor vermelha e singelas nos adornos e a sua dimensão é mais reduzida que as capas da Imagem. Completa o conjunto duas capas mais pequenas de cor branca, expressamente utilizadas em crianças e adolescentes⁸¹. Um número tão significativo de capas, num total de vinte uma, revela a abrangência do fenómeno e o impacto social e religioso do mesmo.

6.1. A sacralização

A sacralização é tornar a coisa sagrada. O sagrado é definido por oposição a profano, significa tudo aquilo que está delimitado, separado, reservado ou proibido. Tudo o que se relaciona com Deus, com a divindade⁸². O sagrado designa uma ordem de realidades, cuja essência supera o mundo dos homens em que vivemos. O qualificativo sagrado também se aplica aos seres, objetos, ações, espaços e tempos sempre que neles, ou por seu meio, se manifeste a eficácia do poder divino⁸³. A sacralização destas capas

⁷⁷ Testemunho de José Manuel Santos Narciso, 23 de junho de 2016.

⁷⁸ Lalanda, 2005: 276.

⁷⁹ Testemunho de José Manuel Santos Narciso, 23 de junho de 2016.

⁸⁰ ACNSE, Manuscrito de relato de milagres (séc. XVIII).

⁸¹ Lalanda, 2007: 72 e 76.

⁸² Oliveira, 2009: 6444.

⁸³ Caillois, 1988: 19.

para doentes, ocorre com a colocação das mesmas na Imagem. Permanecendo a capa na Imagem durante uma noite, sendo retirada antes da abertura do coro baixo aos fiéis. É o modo adotado pelas Religiosas de Maria Imaculada para que haja o contato do objeto com a divindade representada na Imagem. Esta forma de sacralização é profundamente atípica, face às orientações atuais da Igreja. Assim, para que um objeto seja sacralizado tem de ser abençoado. As bênçãos estão previstas nos Ritual da *Celebração das Bênção*, com diversas opções previstas conforme a circunstância. A estrutura é comum a todas constando de duas partes: a primeira, é a proclamação da palavra de Deus; a segunda, é o louvor da bondade divina e a petição do auxílio celeste⁸⁴. Em suma, *as fórmulas de bênção, segundo a antiga tradição, têm como objectivo principal glorificar a Deus pelos seus dons, implorar os seus benefícios e afastar do mundo o poder do Maligno*⁸⁵. Portanto verificamos três objetivos nesta passagem: a glorificação de Deus, a santificação do homem e o afastamento do maligno.

6.2. O pedido

Quando alguém se encontra doente, principalmente doenças incuráveis, como o cancro ou doenças cardiovasculares, manifesta ao Santuário o desejo de impor a capa em si, ou sobre alguém que está doente. Os pedidos são feitos pelos próprios doentes, por familiares ou amigos⁸⁶. As razões e motivações baseiam-se na fé dos fiéis que acreditam que colocando a capa do Senhor sobre os próprios ombros, poderão ser curados, sentindo *a força do senhor*⁸⁷. A motivação é alimentada pelos relatos das sucessivas curas que são atribuídas através da imposição da capa, por exemplo a cura do empresário micaelense Luís Filipe Bensaúde, o qual ofereceu posteriormente uma capa⁸⁸. Neste caso falamos de uma pessoa que é uma referência na sociedade local, que se integrou numa dinâmica de fé anterior ao mesmo. O relato de cura do Anexo III, destaca a dimensão popular que o fenómeno assume. As pessoas divulgam estas ocorrências pela via oral, como diz o nosso povo de “boa em boca”, alimentando um imaginário e a própria devoção à Imagem e a tudo o que se associa à mesma.

6.3. O empréstimo

No passado, qualquer fiel podia solicitar uma capa e levá-la para uso próprio, ou impô-la num doente. Ou seja, cada pessoa poderia orientar essa imposição do modo que entendesse, conforme o seu estado de espírito, as suas referências e práticas religiosas. Contudo, a Ir.^a Margarida Borges refere que eram *emprestadas entre três a nove dias a*

⁸⁴ *Celebração das Bênçãos*, s.d: 11, n.º 20.

⁸⁵ *Ibidem*, s.d: 11, n.º 11.

⁸⁶ Cf. Anexo IX.

⁸⁷ *Ibidem*.

⁸⁸ *Ibidem*.

*cada pessoa, o tempo suficiente para se fazer uma novena*⁸⁹, dado que a capa era acompanhada por uma pagela contendo uma novena, sendo os fiéis convidados a realizá-la (Ver Anexo VI). No passado, o Santuário, deteve dezanove capas para imposição em doentes, presentemente, tem dez capas que são utilizadas neste ritual⁹⁰. A redução do número de capas deve-se ao facto de não serem devolvidas.

Neste contexto, verificavam-se três situações em que ocorrem a imposições de capas em doentes: na primeira, a capa era utilizada em contexto doméstico, dentro da ilha ou fora dela, tendo mesmo sido transportada para um doente em Cuba e várias vezes nos Estados Unidos e Canadá⁹¹; na segunda, a capa era usada no hospital ou outro espaço que acolhe-se doentes, finalmente, a terceira circunstância, a imposição ocorria dentro do espaço do Santuário, nomeadamente defronte da própria Imagem do Senhor Santo Cristo.

6.4. As restrições

Presentemente, a imposição da capa somente ocorre no contexto do Santuário. Esta restrição, segundo a Ir.^a Margarida Borges, deve-se, no primeiro caso, à utilização da capa para fins pouco claros. Esta constatação era feita pelo estado pouco cuidado das capas e das fragrâncias a alecrim e incenso com que estavam impregnadas ao serem devolvidas, obrigando a uma higienização das próprias capas. Os outros motivos foram, o não cumprimento do prazo permitido de ausência das capas do Santuário, por exemplo *uma capa esteve oito anos em casa de uma pessoa*⁹². Relacionado com esta situação, acrescenta-se o desrespeito para com os funcionários e colaboradores do Santuário, quando se deslocavam às habitações a solicitar a devolução da capa. No segundo caso, que ocorria em contexto hospitalar, a limitação foi colocada pelo Hospital do Divino Espírito Santo, alegando motivos de higiene e segurança hospitalar, dado que a capa podia ser portadora de bactérias ao entrar em espaço esterilizado, colocando em risco a saúde dos doentes internados.

6.5. O rito

Quanto ao rito, não se pode afirmar que o exista de forma formal. O rito tem a função de celebrar e comemorar algo. No que se refere à Imagem, podemos dizer que tem a função de recordar que através dela se operam curas. Se quisermos enquadrar no cristianismo, será Deus que cura, não a Imagem.

Também temos que distinguir a situação em que a imposição ocorre defronte da Imagem do Senhor Santo Cristo, no coro baixo da Igreja de Nossa Senhora da Esperança, espaço sacralizado, em que se associam orações e preces, com a orientação, ou não, das

⁸⁹ Santos, 2016.

⁹⁰ Cf. Anexo IX.

⁹¹ Cf. Anexo IX.

⁹² Santos, 2016.

Religiosas de Maria Imaculada, mas sempre sem a presença de um sacerdote. Quando à imposição defronte da Imagem, a Ir.^a Margarida Borges dá-nos as seguintes indicações sobre este momento:

*quando termina a visita ao coro baixo pelas 18h30, a irmã ou os colaboradores do Santuário impõe a capa na pessoa, diante da Imagem do Senhor, com a devida privacidade e respeito. Depois cada pessoa faz a sua oração privada. Podemos permanecer ou não, depende da vontade e indicação da pessoa, que pode ficar sozinha diante do Senhor, frente a frente ao Senhor. Não somos nós que rezamos, mas a pessoa. A cura é operada pelo Senhor e não pela capa*⁹³.

De modo geral podemos perceber que não há um mediador. A pessoa faz por si mesma a mediação. Uma relação direta. O testemunho do Anexo XI coincide com a descrição da Ir.^a Margarida Borges. Quando questionado sobre o tipo de oração, a resposta foi: *não sei o que rezei, mas pedi ao senhor que me ajudasse na luta contra a doença*. Neste caso não foi importante o tipo de oração, mas sim o objetivo da mesma, a cura.

Outra situação, que já não ocorre, é a capa ser entregue a determinada pessoa que a pode transporta para onde desejar, fugindo totalmente ao controle do Santuário. Nesta situação, as pessoas limitam-se a impor a capa e em simultâneo a proferir as mais variadas orações, conforme o seu conhecimento. Se seguirem as indicações devocionais do Santuário realizam a novena proposta. Ao lermos o relato do Anexo III, a pessoa relata: *emprestaram-me uma capa do Senhor Santo Cristo onde eu enrolei o meu neto*. Não existiram passos predefinidos, a referência a orações é quase nula. Sobretudo as pessoas acreditam que a capa age por si própria, transporta em si «a força do Senhor»⁹⁴. Contudo, como já referimos, por vezes a capa era utilizada para fins de adivinhação, magia e bruxaria, pelos mais variados motivos, como constataavam os responsáveis do Santuário, por exemplo, *se havia um problema com o cunhado, pedia-se a capa*⁹⁵. De algum modo, há a ideia do corpo como uma arena onde as forças sobrenaturais positivas e negativas combatem entre si, o que urge curar o corpo, para que a harmonia seja restabelecida.

6.6. O milagre e a cura

Os conceitos de cura e terapêutica dependem do conceito de saúde e de enfermidade. Por saúde podemos entender o estado de alguém cujo organismo funciona bem.⁹⁶ A enfermidade é a *afeção particular que atinge, de forma crónica, qualquer parte do corpo*⁹⁷, enquanto que o enfermo é aquele que não goza de todas as suas faculdades físicas, que se encontra débil⁹⁸. A terapêutica é *a parte de medicina que se relaciona*

⁹³ Cf. Anexo IX.

⁹⁴ *Ibidem*.

⁹⁵ *Ibidem*.

⁹⁶ Oliveira, 2009: 6543.

⁹⁷ *Ibidem*: 2659.

⁹⁸ *Ibidem*: 2660.

com a forma de tratar as doenças⁹⁹, ou seja, a forma escolhida para tratar uma doença, o seu tratamento. Conforme o caso, a cura poderá ser sinónimo de terapêutica, dado que poderá ser o método de tratamento escolhido para tratar uma doença¹⁰⁰; que também significa o desaparecimento do mal físico. Por sua vez curar é recuperar a saúde. Maria Nogueira defende uma visão holística, de modo a favorecer tratamentos que procurem abranger o organismo como totalidade, em que *a cura não é a remissão de sintomas, mas bem-estar e qualidade de vida*¹⁰¹.

O conceito ocidental moderno a respeito da saúde e de doença baseia-se no modelo biomédico cartesiano. Neste modelo o corpo humano é visto como uma máquina e a doença como uma avaria. Para o cristianismo é um modelo reducionista, porque olha o homem somente na sua dimensão corporal e funcional.

De forma genérica, como já vimos, o milagre consiste na fé na intervenção benéfica da divindade no decurso do mundo e da história, manifestando a sua santidade, sinal e testemunho poderoso do mesmo Deus e da sua palavra revelada. Sobre esta questão, temos de considerar a atividade taumatúrgica de Jesus, que curou todo o tipo de enfermidades, inclusive ressuscitou os mortos. Este poder curativo foi conferido aos seus discípulos: *curai os enfermos, ressuscitai os mortos, purificai os leprosos, expulsai os demónios. O que recebestes de graça, dai de graça* (Mateus, 10, 8). Assim, no cristianismo, a partir da bíblia, há um diálogo permanente entre Deus e o mundo, entre Deus e o homem¹⁰². Para o catolicismo, em particular, o milagre *é uma extraordinária intervenção de Deus no espaço da experiência humana, de forma a despertar ou a consolidar a fé nas realidades da ordem sobrenatural da salvação*¹⁰³. Os milagres são também atribuídos a Maria, aos santos ou a outras pessoas vivas ou mortas. O dom de operar milagres é um carisma, que para serem aceites pela Igreja, mais do que beneficiar o próprio, devem beneficiar as outras pessoas que neles vêem e sentem a intervenção de Deus nas suas vidas.

A Igreja é muito cautelosa no reconhecimento dos milagres, também denominada de curas miraculosas. Para declarar que uma cura é miraculosa é necessário alguns requisitos:

*1) a doença seja grave, incurável ou de cura muito difícil; 2) a doença não esteja no último estágio ou em condições de ser curada naturalmente; 3) não se tenha usado nenhum medicamento ou, se algum tiver sido administrado, se possa provar que não foi útil; 4) a cura aconteça repentinamente e instantaneamente; 5) a cura seja perfeita, não incompleta ou parcial; 6) nenhuma excreção ou crise digna de nota ocorram oportunamente devido a qualquer causa conhecida anterior à cura, neste caso a cura seria totalmente ou em parte, natural; a doença não reincida*¹⁰⁴.

A Igreja valoriza a chamada evidência fenomenológica, em que este evento deve ser perfeitamente documentável, com visitas médicas e determinados diagnósticos. No

⁹⁹ *Ibidem*: 6963.

¹⁰⁰ *Ibidem*: 2195.

¹⁰¹ Nogueira, 2001: 230.

¹⁰² Uricchio, 2001: 1189.

¹⁰³ Falcão, 2004.

¹⁰⁴ Leone, 2001: 234-235.

fundo há a presunção da desconfiança, até se conseguir demonstrar o contrário. Não deixa de ser paradoxal, num contexto de fé, se dê uma dimensão tão racional ao milagre. Sobretudo o que está em causa é exprimir, esgotados todos os argumentos racionais e científicos, a intervenção extraordinária de Deus.

No contexto deste nosso estudo, podemos verificar que a súplica é dirigida diretamente a Cristo, representado na Imagem do *Ecce Homo*. Não há a mediação de outra figura humana, seja sacerdote, funcionário ou religiosa. Não se pede a intercessão de uma figura mística, como a Madre Teresa da Anunciada, apesar de se relacionar a fama de santidade da Madre Teresa da Anunciada com o culto à Imagem, no caso das imposições da capa defronte da Imagem não há referência direta a esta religiosa. Assim, esta experiência religiosa demonstra o envolvimento da pessoa com o sagrado, porém, trata-se de uma experiência sobretudo privada, em que o indivíduo tenta comunicar com o divino/sagrado através das suas crenças e rituais, obtendo a intervenção favorável de Deus na sua vida.

A própria oração ao Senhor Santo Cristo (Ver [Anexo V](#)) e da novena (Ver [Anexo VI](#)) tem uma dimensão profundamente cristológica, na qual está patente a realeza de Cristo, que se vincula no mistério da união da natureza humana e divina de Cristo, chamada união hipostática. Na primeira oração acentua-se a dimensão sofredora de Cristo na sua paixão e morte por cada cristão, ou seja, o mistério redentor que continua a exercer a sua mediação salvífica desde o seu trono celeste. Pede-se que a paixão de Cristo seja guia na vida do cristão e auxílio nos momentos de sofrimento. A oração da novena, que se repete durante nove dias consecutivos, recorda alguns dos milagres de Cristo mais significativos à qual se acrescenta a petição individual, que caso seja concedida, denominada de graça, testemunhará o poder curativo operado através da Imagem. Esta cura é totalmente antagónica ao sacramento da santa unção, que é um remédio para o corpo e para o espírito e que pressupõe a mediação da Igreja através dos seus responsáveis¹⁰⁵. Neste sacramento os únicos intermediários são o presbítero ou o bispo, porque a celebração do mesmo pressupõe o reconhecimento dos pecados e, conseqüentemente, a celebração do sacramento da reconciliação.

Para a Igreja é necessário controlar estas orações de intercessão para a cura. A *Instrução sobre as orações para alcançar de Deus a cura* determina no artigo 1.º que *todo o fiel pode elevar preces a Deus para alcançar a cura. Quando estas se fazem numa igreja ou noutro lugar sagrado, convém que seja um ministro ordenado a presidi-las*¹⁰⁶. Contudo, recomenda a mediação de um sacerdote. O que este documento pretende é manter o controlo sobre determinadas celebrações promovidas por fiéis, denominadas de carismáticas.

¹⁰⁵ O sacramento da santa unção encontra a sua principal fundamentação na carta de S. Tiago 5, 13-16: *Se algum de vós está a sofrer? Reze. Está alegre? Cante. Se alguém está doente? Mande chamar os presbíteros da Igreja para que rezem por ele, ungiendo-o com óleo, em nome do Senhor. A oração feita com fé salvará o doente: o Senhor o levantará, e, se tiver pecados, será perdoado. Confessai uns aos outros os vossos pecados e rezai uns pelos outros, para serdes curados. A oração feita com insistência, tem muita força.* Está patente nesta passagem um conjunto de gestos e orações realizados, em nome do Senhor, pelos responsáveis da comunidade.

¹⁰⁶ *Instrução sobre as orações para alcançar de Deus a cura*, 2000.

A tradição curativa na Igreja é profundamente evangélica, ocorrendo ainda nos tempos de Jesus. Os discípulos já operavam curas, unguindo os enfermos com azeite (Marcos 6, 13). Mas deve-se ter presente o quadro teológico do momento, não é o unguir com azeite que cura, como se se tratasse de uma medicina mágica, mas sobretudo a aceitação do anúncio salvífico do evangelho.

7. As “Relíquias” da capa do Senhor

O Santuário entrega pequenos *bocadinhos do pano vermelho que é cortado da capa do Senhor, o qual é devidamente recortado e trabalhado*¹⁰⁷. Estes pequenos pedaços de pano são cortados das capas desafetas do culto por motivo de degradação dos materiais, aos quais chamam “relíquias”. Como já estudámos, estes pedaços de pano não se enquadram na definição tradicional de relíquia. No caso de as relíquias serem da madre Teresa da Anunciada, estaríamos perante o conceito tradicional de relíquia (Ver anexo VIII). Neste caso, podemos perceber que há uma analogia do termo relíquia, pelo facto de a capa estar, ou ter estado, em contato com uma imagem sacralizada.

Estes pedaços de pano assemelham-se a recordações que trazemos de um santuário. Por exemplo, o comércio em torno do Santuário de Fátima, no passado, vendia pequenas quantidades de terra e água, com a legenda a garantir a proveniência o conteúdo. Toda-via neste caso, torna-se mais que uma recordação, torna-se um prolongamento do poder na Imagem na vida dos fiéis, como podemos ler num testemunho de uma voluntária do Santuário do Senhor Santo Cristo, publicado recentemente: *a relíquia é uma companhia e uma proteção. Eles sentem aquela força inexplicável usando estas lembranças (...) como uma forma de estarem mais perto do Senhor*¹⁰⁸. Portanto estas relíquias são usadas tanto no corpo, mas também nos automóveis e nos barcos de pescadores. Portanto, os fiéis acreditam que através destas “relíquias” da capa, a Imagem os acompanha e os protege. Estas relíquias adquirem o poder transcendente a partir do princípio do contato prolongado com o corpo, ou objeto, sacralizado. As relíquias mediante a sua capacidade de intercessão e poder mágico, como parte do objeto sagrado neste caso, permitem estabelecer um contato com a divindade e satisfazer os desejos do sobrenatural.

Questionar o porquê do desejo de obtenção destas pseudo relíquias, é algo intrínseco a este estudo, que procurámos responder. A questão que se levanta é o prolongamento deste desejo na sociedade atual. À luz dos valores da sociedade atual, com a sua secularização e racionalidade, pode-se dizer que este comportamento é anacrónico. Ao lermos o livro *A vida da venerável Madre Thereza da Anunciada* deparamo-nos com sucessivos relatos de milagres atribuídos à Madre Teresa da Anunciada, através de simples invocações ou das suas relíquias. Como nos informa José Clemente, houve repartição de relíquias ao povo, desde água tocada pelas mãos do corpo já defunto, passando por pedaços de pano, a pétalas de rosa do jardim¹⁰⁹. Esta obra foi amplamente divulgada e reproduzi-

¹⁰⁷ Cf. Anexo IX.

¹⁰⁸ Lusa, 2016.

¹⁰⁹ Clemente, 1926: 234.

da até à atualidade. Neste sentido, será que este livro contribuiu para alimentar o ideário popular das curas operadas pelas relíquias da Madre Teresa da Anunciada? Como não é possível obter mais relíquias da Madre Teresa da Anunciada, este desejo de relíquias foi substituído pelas “relíquias” da capa.

Presentemente, na utilização destas relíquias não está associada a casos de curas. Elas funcionam como sendo um prolongamento do aspeto devocional da capa. Por isso é sempre a capa do senhor que funciona em diferentes contextos.

Na dimensão mais comercial, podemos constatar que o Santuário se apropriou, ou procurou controlar, o modo de estas relíquias surgirem. Podemos remontar à descrição de José Clemente da produção de relíquias aquando da morte da Madre Teresa da Anunciada. De forma consciente, ou não, o mesmo espaço repete as mesmas atitudes.

8. Conclusão

A antropologia religiosa é o ramo da antropologia cultural que estuda o fenómeno religioso. Com este enquadramento académico escolhemos estudar um aspeto muito curioso do culto à Veneranda Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres: a dimensão terapêutica da capa.

A devoção à Veneranda Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres enquadra-se nos ritos da religiosidade popular, porque, como diz o Directório sobre Piedade Popular e Liturgia *no coração de todas as pessoas, bem como na cultura de todos os povos e nas suas manifestações colectivas, está sempre presente a dimensão religiosa*¹¹⁰. O seu culto foi evoluindo gradualmente: do ocultamento, para a Ermida de N. Sr.^a da Paz na cerca conventual, para o coro baixo da Igreja de N. Sr.^a da Esperança e a partir daqui transpôs as grades conventuais. Independentemente de o fiel ser mais ou menos ativo na realidade eclesial da Igreja, o povo açoriano, e particularmente o povo micalense, encontra na Imagem do Senhor Santo Cristo, a sua ligação ao transcendente. Independentemente do que acreditam e praticam, são devotos desta Imagem. Verificando-se a existência de um culto massificado e público que ocorre na cidade, o qual se complementa com um culto mais pessoal e doméstico, que se manifesta de múltiplas formas na intimidade dos lares e dos locais de trabalho. Em que aquilo a que chamamos o culto oficial e as demais manifestações são diferentes dimensões de um mesmo fenómeno.

Ao longo deste trabalho procurámos esclarecer alguns conceitos teóricos com os quais se debate a religiosidade popular, para de algum modo podermos aplica-los ao culto ao Senhor Santo Cristo dos Milagres.

Como mito taumatúrgico do culto recuamos à suposta doação papal da Imagem a duas religiosas do Convento de clarissas da Caloura e a sua ulterior perda num naufrágio, vindo a dar à costa nas imediações do Convento.

Devemos salientar que a religião distingue-se da magia, também, pela sua essência e institucionalização. Assim, as crenças religiosas unificam na Igreja os que a ela aderem,

¹¹⁰ *Directório sobre Piedade Popular e Liturgia*, 2003: 23, n.º 10.

enquanto as crenças mágicas, apesar de poderem ter tantos adeptos quantos os crentes religiosos, não os ligam entre si, criando um só grupo que vive de um modo semelhante. Não há calendário para a realização deste ato religioso. Os ritos dos momentos difíceis não tem necessariamente hora marcada, por isso aproximam-se daquilo que se considera magia. Não é magia, dado que nesta o feiticeiro ou mago manipula as forças sobrenaturais através de rituais. Aqui é o próprio doente que faz as súplicas e pede a intercessão.

Apesar destas observações devemos ter presente que poderá existir uma base de superstição nesta devoção à Imagem. Todavia não temos dados que nos permitam analisar essa perspetiva.

No que concerne ao ritual, podemos afirmar que não há um rito oficial, dado que não é um rito sacramental, não se inspira no rito oficial e nem é decalcado das bênçãos. Portanto, não há propriamente um rito definido. Mas há alguma ritualidade na imposição pois refere-se ao sagrado. Por parte do Santuário há a preocupação atual pelo respeito da pessoa que pede a imposição da capa, e que esta respeite o espaço em si, ou seja, a dignificação do momento. Nem se verifica um controle da hierarquia religiosa por esta questão, pois nunca foi alvo de qualquer regulamentação ou orientação.

No passado, as pessoas levavam a capa para sua casa ou hospital. Neste caso, os intercessores eram as pessoas, mais uma vez.

No campo das orações, pode-se classificar as mesmas como de petição e de súplica, mas que normalmente, caso se verifique uma intervenção, ocorre uma oração de agradecimento à qual se associam práticas físicas de louvor e ação de graças, bem como a dádiva de oferendas.

Quanto à eficácia da imposição da capa, independentemente de podermos estudar os casos do ponto de vista das ciências médicas, o que não é objeto deste estudo, e nem dispormos de dados fidedignos que nos confirmem o ocorrido após as diversas imposições, o certo é que alguns dos fiéis atribuem e acreditam que foi através da capa da Imagem que foram curados, integrando estas curas na devoção à Imagem¹¹¹. No que concerne à utilização de relíquias da capa da Imagem, não temos dados objetivos sobre este fenómeno.

À luz da nossa reflexão cristã, pode-se concluir que as curas miraculosas acontecem sempre num contexto de fé. Para que se possa falar de verdadeiro milagre tem de ocorrer um acontecimento extraordinário não suscetível de explicação natural e o contexto religioso em que ele se insere. O milagre é possível e, no que tem de extraordinário, junta-se às mais normais vias de cura.

A visão que possamos ter deste fenómeno, leva-nos a constatar que os fiéis acreditam no poder curativo da Imagem, que sendo tocados pela capa ficam curados, ou encontram um novo ânimo para enfrentar as situações difíceis da vida. O rito ou o caráter que cada pessoa utiliza ou utilizava para entrar em contato com Deus era variável, pois pressupõe um conjunto de crenças pré-adquiridas ou transmitidas, que se misturam com os interesses individuais de cada um. O Santuário ao proibir a saída das capas, procurou fazer o controlo religioso deste fenómeno, circunscrevendo-o ao Santuário, onde pode

¹¹¹ Cf. Sá, 2009: 104-109.

ser devidamente vigiado. De certo modo, podemos dizer que foi esse um dos objetivos da criação do Santuário, como consta do Decreto Episcopal de criação: *sem que surja qualquer vislumbre de prática ou acto menos conforme com o espírito e orientações da Santa Igreja*¹¹².

Várias questões ficam em aberto, principalmente, perceber o que ocorria nas casas particulares aquando da imposição da capa. Embora, saibamos que pelo menos oito a dez capas não foram devolvidas ao Santuário, por isso se depreende que essas imposições ainda ocorrem. Se as pessoas não as devolveram, poderão ter motivações de diversa ordem, principalmente desejarem fugir ao controle do Santuário. No que concerne às imposições que ocorrem dentro do Santuário, também fica a incógnita de percebermos se os fiéis entendem a Imagem como curativa em si mesma, ou como representação artística que nos remete para o transcendente. Outro aspeto em aberto é a função da biografia da Madre Teresa da Anunciada. Uma obra foi amplamente divulgada e reproduzida até à atualidade. Neste sentido, será que este livro contribuiu para alimentar o ideário popular das curas operadas pelas relíquias da Madre Teresa da Anunciada? Qual a função do mesmo na manutenção da devoção à Veneranda Imagem do Senhor Santo Cristo dos Milagres?

¹¹² Cf. Anexo XI.

9. Fontes manuscritas

Arquivo do Convento de Nossa Senhora da Esperança (ACNSE).

- Manuscrito de relato de milagres, séc. XVIII.
- Carta de António Luis Arnaud, secretário da condessa D. Francisca Teles da Silva, de 30 de março de 1786.
- Carta do 6º conde da Ribeira Grande, D. Luís António José Maria da Câmara, de 23 de Setembro de 1785.
- Carta de António Luis Arnaud, secretário da condessa D. Francisca Teles da Silva, de 17 de maio de 1789.

9.1. Bibliografia

- Álvarez Santaló, Carlos; Buxó i Rey, Maria Jesús e Rodríguez Becerra, Salvador (Coord.). 2003. *La religiosidade Popular: Antropologia e Historia*. 2.ª edição. Barcelona, Anthropos – Editorial del Hombre e Fundación Machado.
- Afonso, Carlos Falcão. 2007. *Ponta Delgada – Vandalismo ou Desenvolvimento*. Ponta Delgada, Câmara Municipal de Ponta Delgada.
- Assembleia Legislativa Regional dos Açores. 2015. *Decreto Legislativo Regional n.º 4/2015/A*, 20 de fevereiro. Lisboa, Diário da República, 1.ª série, N.º 36, p. 1004-1005.
- Ataíde, Luís Bernardo Leite de. 2011. *Etnografia, arte e vida antiga dos Açores, I*, 2.ª Edição. Angra do Heroísmo, Direção Regional da Cultura.
- Azevedo, Carlos Moreira, 2005. “Para entender as relíquias”, *Agência Ecclesia*, 27 de outubro. Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/print.pl?id=24486>. (consultado a 5 de junho de 2016).
- Azevedo, Carlos, “Confronto entre presença franciscana e Bispos de angra, no fim do Antigo Regime (1782-1820): a reorganização eclesial, na documentação vaticana”, in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, 2015, n.º LXXIII, pp. 21-51.
- Borobio, Dionisio (Coord.). 2006. *Liturgia y sacramentología fundamental*. 6.º Edição, Salamanca, Ediciones Sígueme.
- Caillois, Roger. 1988. *O Homem e o Sagrado*. Lisboa, Edições 70, Coleção Perspectivas do Homem, n.º 10.
- Câmara, Nélia. 2016. “Menino em coma acordou ao toque da capa do Senhor Santo Cristo”, *Correio dos Açores*, 29 de abril. P. 3.

- Celebração das Bençãos*. S.d. Coimbra, Conferência Episcopal Portuguesa / Gráfica de Coimbra
- Chevalier, Jean e Gheerbrant, Alain. 2012. *Diccionario de los símbolos*. 1.^a Edição, 9.^a Impressão. Barcelona, Editorial Herder.
- Catecismo da Igreja Católica*. 1997. 2.^a Edição. Coimbra, Igreja Católica / Gráfica de Coimbra.
- Castillo Maldonado, Pedro. 1997. “Relíquias y lugares santos: Una propuesta de clasificación jerárquica”, *Florentia iliberritana: Revista de estudios de antigüedad clásica*, 8. Granada, p. 39-54.
- Directório sobre Piedade Popular e Liturgia*. 2003. Braga, Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos / Editorial Apostolado da Oração.
- Enes, Maria Fernanda. 2010. “A invocação e o culto do Senhor Santo Cristo em Ponta Delgada – São Miguel”, *Cultura: Revista de História e Teoria das Ideias*, 27. Lisboa, p. 211-226.
- Falcão, Manuel Franco. 2004. *Enciclopédia Católica Popular online*. Disponível em: <http://www.ecclesia.pt/catolicopedia/>. (consultado a 10 de junho de 2016).
- Frutuoso, Gaspar. 2011. *Saudades da Terra*, livro IV. 3.^a Tiragem. Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada.
- García García, José Luis. 1989. “El contexto de la religiosidade popular”, in Becerra, Salvador Rodríguez, Rey, María Jesús Buxó i e Santalo, León Carlos Alvarez y, *La religiosidad popular: Antropología e historia*. Volume 1. Barcelona, Anthropos Editorial, p. 19-29. Disponível em: https://books.google.pt/books?id=GtvAEIzib38C&printsec=frontcover&hl=pt=-PT&source=gs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. (consultado a 5 de junho de 2016).
- Gómez, Salustiano Alvarez. 2004. “La religión como fenómeno antropológico: Elementos constitutivos del fenómeno religioso”, *Horizonte - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião*, 2. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, p. 11-32. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/577>. (consultado a 5 de junho de 2016).
- Instrução sobre as orações para alcançar de Deus a cura*. 2000. Congregação para a Doutrina da Fé. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20001123_istruzione_po.html. (consultado a 15 de junho de 2016).
- Lalanda, Margarida. 1987. *A admissão aos mosteiros de Clarissas na ilha de S. Miguel: séculos XVI e XVII*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- Lalanda, Margarida. 2005. “Considerações históricas sobre a madre Teresa da Anunciada”, *Arqui-pélago*, 9. Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 2.^a série, p. 275-307.

- Lalanda, Margarida. 2007. *O Senhor Santo Cristo*. Ponta Delgada, Açor.
- Leone, Salvino. 2001. “Curas Milagrosas”, in Cunha, Jorge Teixeira, Leonem Salvino e Privitera, Salvatore, *Dicionário de Bioética*. Vila Nova de Gaia, Editorial Perpétuo Socorro e Santuário de Aparecida.
- Lusa. 2009. “Capa oferecida por casal de emigrantes ‘veste’ Santo Cristo”, *Açoriano Oriental*. 15 de maio. Disponível em: <http://www.acorianooriental.pt/noticias/ver/184860>. (consultado a 22 de junho de 2016).
- Lusa. 2013. “Capa oferecida por casal de emigrantes cobre imagem do Senhor Santo Cristo”, *Açoriano Oriental*. 3 de Maio. Disponível em: <http://www.acorianooriental.pt/noticia/capa-oferecida-por-casal-de-emigrantes-cobre-imagem-do-senhor-santo-cristo>. (consultado em 20 de junho de 2016).
- Lusa. 2015. “Imagem do Santo Cristo sai este ano com capa nova oferecida por emigrante”, *Açoriano Oriental*. 8 de Maio. Disponível em: <http://www.acorianooriental.pt/noticia/imagem-do-santo-cristo-sai-este-ano-com-capa-nova-oferecida-por-emigrante>. (consultado em 20 de junho de 2016).
- Mandianes Castro, Manuel. 1989. “Caracterización de la religión popular”, in Becerra, Salvador Rodríguez, Rey, María Jesús Buxó i e Santalo, León Carlos Alvarez y, *La religiosidad popular: Antropología e historia*, 1. Barcelona, Anthropos Editorial, p. 44-54.
- Maggiani, S. 1996. “Rito/Ritos”, in Cannals, Juan Maria, Sartone, D., Triacca, Achille, *Nuevo Diccionario de Liturgia*. 3.^a Edição. Madrid, San Pablo, p. 1743-1754.
- Melo, Ana Carvalho. 2014. “Irmandade apresenta capa que vai cobrir o Senhor Santo Cristo”. *Açoriano Oriental*, 23 de Maio. Disponível em: <http://www.acorianooriental.pt/noticia/irmandade-apresenta-capa-que-vai-cobrir-o-senhor-santo-cristo>. (consultado e 20 de junho de 2016).
- Mello, José de Almeida. 2012. *Segredos do Convento Nossa Senhora da Esperança*. Ponta Delgada, Edições Letras Lavadas.
- Moreira, Carolina. 2012. “Apresentação da capa do Senhor Santo Cristo”, *Açoriano Oriental*, 11 de Maio. Disponível em: <http://www.acorianooriental.pt/noticia/apresentacao-da-capa-do-senhor-santo-cristo>. (consultado a 20 de junho de 2016).
- Moreira, Hugo. 2000. *O Convento de Nossa Senhora da Esperança – Imagem e Culto do Senhor Santo Cristo dos Milagres: Colectânea de artigos*. Ponta Delgada, Irmandade do Senhor Santo Cristo dos Milagres.

- Nascimento, Aires Augusto e Gomes, Saul António. 1985. “S. Vicente de Lisboa e seus milagres medievais, *Didaskalia*. Lisboa, p. 73-95. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/15163> (consultado em 19 de junho de 2016).
- Nogueira, Maria Jacyra Campos. 2001. “Cura”, in Cunha, Jorge Teixeira, Leonem Salvino e Privitera, Salvatore, *Dicionário de Bioética*. Vila Nova de Gaia, Editorial Perpétuo Socorro e Santuário de Aparecida.
- Obadia, Leonel. 2011. *Antropologia das Religiões*. Lisboa, Edições 70.
- Oliveira, António Manuel Silva de (coord.). 2000. *O Convento de Nossa Senhora da Esperança e o Culto do Senhor Santo Cristo dos Milagres: comemorações do tricentenário da procissão*. Ponta Delgada, Mesa da Irmandade do Senhor Santo Cristo.
- Oliveira, José Lisboa Moreira de. S.L. *Antropologia da Religião*. Brasília, Universidade Católica de Brasília. Disponível em: <http://www.ucb.br/sites/000/14/PDF/antropologiadareligiao.pdf> (consultado a 30 de maio de 2016).
- Oliveira, Leonel de (coord.). 2009. “Cura”, *Larousse Enciclopédia Moderna*, 7. Casal de Mem Martins, Círculo de Leitores, p. 2659.
- Oliveira, Leonel de (coord.). 2009. “Sagrado”, *Larousse Enciclopédia Moderna*, 16. Casal de Mem Martins, Círculo de Leitores, p. 6444.
- Oliveira, Leonel de (coord.). 2009. “Saúde”, *Larousse Enciclopédia Moderna*, 16. Casal de Mem Martins, Círculo de Leitores, p. 6543.
- Oliveira, Leonel de (coord.). 2009. “Enfermidade”, *Larousse Enciclopédia Moderna*, 7. Casal de Mem Martins, Círculo de Leitores, p. 2659.
- Oliveira, Leonel de (coord.). 2009. “Enfermo”, *Larousse Enciclopédia Moderna*, 7. Casal de Mem Martins, Círculo de Leitores, p. 2660.
- Oliveira, Leonel de (coord.). 2009. “Terapia”, *Larousse Enciclopédia Moderna*, 17. Casal de Mem Martins, Círculo de Leitores, p. 6963.
- Pagola, José António. 2015. *Ide e curai: evangelizar o mundo da saúde e da doença*. Lisboa, Paulus Editora.
- Rocha, Paula Alexandra Leal. 2010. *Bruxaria e religiosidade popular na Igreja Católica*. Dissertação de mestrado em sociologia. Porto, Universidade do Porto.
- Roque, Maria Isabel. 2011. *O Sagrado no Museu*. Lisboa, Universidade Católica.

- Sá, Daniel de. 2009. *Peregrinos do Senhor Santo Cristo dos Milagres*. Lisboa, Paulus Editora.
- Santos, Olivéria. 2016. “Casal de emigrantes ofereceu capa com que o Senhor Santo Cristo sairá à rua este ano”, *Diário dos Açores*, 30 de abril. Disponível em <http://www.diariodosacores.pt/index.php/destaques-2/6713-casal-de-emigrantes-ofereceu-capa-com-que-o-senhor-santo-cristo-saira-a-rua-este-ano>. (consultado a 10 de junho de 2016).
- Silva, Nuno Vassalo e. 2015. *Splendor et Gloria: cinco jóias setecentistas de exceção*. Lisboa, Direção-Geral do Património Cultural/Museu Nacional de Arte Antiga.
- Sousa, Nestor. 1986. *A arquitectura religiosa de Ponta Delgada nos séculos XVI a XVIII*. Ponta Delgada, Universidade dos Açores.
- Titiev, Mischa. 1996. *Introdução à Antropologia Cultural*. 11.ª edição. Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian
- Uricchio, F. 2001. “Milagro”. In Rossano, Pietro, Ravasi, Geanfranco, Girlanda, Antonio, *Nuevo Diccionario de Teología Bíblica*. 2.ª Edição. Madrid, Ediciones San Pablo, p. 1187-1214.
- Valade, Bernard. 1983. “As Mitologias e os ritos”, in Akoun, André, *Dicionário de Antropologia: do homem primitivo às sociedades atuais*. Viseu, Editorial Verbo, p. 384-400.

9.2. Sítiografia

- <http://www.acorianooriental.pt/>.
<http://www.artesanato.azores.gov.pt/artesaos.php?lingua=1&familia=3&subfamilia=>.
<http://www.culturacores.azores.gov.pt/>.
<https://dialnet.unirioja.es/>.
<http://www.diariodosacores.pt/>.
<http://www.igrejaacores.pt/>.
<http://www.infopedia.pt/>.
<http://www.monumentos.pt/>.
<http://museucarlosmachado.azores.gov.pt/registosenhorsantocristo>.
<https://ocatolicismo.wordpress.com/tag/senhor-santo-cristo-dos-milagres/>.
<https://www.redib.org/>.
<http://senhorsantocristo.com/>.
<http://www.santo-cristo.com/>.

9.3. Fontes orais

José Manuel Santos Narciso. Ponta Delgada, 23 de junho de 2016

Ir.^a Margarida Borges. Ponta Delgada, 14 de junho de 2016

Um anónimo. Capelas, 20 de junho de 2016

ANEXOS

Anexo I – aspetos da espiritualidade de Madre Teresa da Anunciada

- em criança gostava muito de dar aos pobres;
- tinha prazer em jejuns extremamente rigorosos, como forma de se aproximar um pouco dos sofrimentos de Cristo pela Humanidade;
- por baixo do seu hábito, muito áspero, usava cilícios, e o seu mobiliário da cela era pobre e desconfortável, estando tudo hoje visível na pequena exposição permanente deste mosteiro;
- quando decorria a obra da edificação da capela do Senhor Santo Cristo deu-se um milagre de multiplicação dos pães necessários para a refeição dos operários;
- a sua enorme devoção contagiou benfeitores, como os Condes da Ribeira Grande, e assim foi sempre conseguindo tudo o que pretendia para que a imagem ficasse com dignidade;
- vários dos seus contemporâneos que a ela recorreram obtiveram
- de Deus curas ou outras graças;
- as suas relíquias, nomeadamente de pequenos pedaços de tecido cortados aquando do seu falecimento, foram desde logo consideradas protectoras;
- graças a elementos próprios da imagem (como as fitas com a medida da altura desta ou uma das flores de pano que adornam o andor na procissão) ou relacionados com Teresa da Anunciada (como uma folha ou uma flor da roseira por ela plantada, ou pagela representando-a junto ao altar com a imagem) crê-se rezar com maior convicção e, mesmo, poder obter de Deus a satisfação dum pedido;
- o livro que conta a sua vida e intercessões, cuja primeira edição teve lugar vinte e cinco anos após a sua morte, encontra-se muito divulgado e é tido como um valioso guia na caminhada espiritual dos crentes, embora haja quem o utilize como auxiliar em práticas divinatórias (relativas à previsão do futuro próximo ou da favorabilidade de certos dias, ou mesmo ao conhecimento do passado) por se entender que ele fala de todas as pessoas;
- o imenso poder de Deus tem-se feito sentir em múltiplas ocasiões de modo a aliviar os males físicos, psicológicos ou de outros problemas pessoais daqueles que com muita fé a Ele recorrem através da invocação do Senhor Santo Cristo dos Milagres, muitas vezes associado nas orações à freira que lutou pelo Seu culto;
- para os devotos do Senhor Santo Cristo, a Madre Teresa da Anunciada, pela sua vida e, sobremaneira, pelas mediações que lhe são atribuídas “post-mortem”, é, claramente, uma santa, aguardando-se apenas o reconhecimento pelas devidas autoridades eclesiásticas de algo que se afigura àqueles como uma evidência.

Anexo II – A capa que cobriu a Imagem nas festas de 2016



Fonte: In <http://www.santo-cristo.com/>

Anexo III – Relato de cura através da capa

O meu neto estava em coma. Os médicos disseram que nada havia a fazer e que era para desligar a máquina” que o prendia à vida. “Eu pedi muito para que me dessem uma oportunidade para ir buscar a capa do Senhor Santo Cristo dos Milagres. Falei com a irmã Cecília que foi falar com o Reitor do Santuário, a pedir autorização e emprestaram-me uma capa do Senhor Santo Cristo onde eu enrolei o meu neto. O Dr. Eduardo Pacheco ficou assustado porque quando eu enrolei a capa o meu neto deu um grito e eu disse bem alto: O meu neto está vivo. Já me roubaste uma filha, não me roubas mais nenhum... Deus não roubou o meu neto, porque até morrer eu estarei sempre ao lado do Senhor”.

Fonte: Câmara, 2016: 3.

Anexo IV – Capas para imposição em doentes



Fonte: Lalanda, Margarida. 2007. *O Senhor Santo Cristo*. Ponta Delgada, Açor, p. 76

Anexo V - Oração ao Senhor Santo Cristo dos Milagres

ORAÇÃO AO SENHOR SANTO CRISTO
Ó bom e amantíssimo Jesus,
Que por amor das nossas almas
Quiseste Ser açoitado, Coroado de Espinhos
E considerado Rei da comédia no Pretório de Pilatos,
Dando-nos o exemplo máximo de humildade
Fazei que, atraídos pela Vossa Face adorável,
Não tenhamos outro pensamento que não seja Vos louvar,
Outro desejo que não seja Vosso amor.
Fazei, Senhor, que a nossa vida
Seja sempre iluminada pelos clarões da Vossa Sagrada Paixão,
Afim de, nos contrariedades sentimos a Vossa força,
Nas aflições, a vossa consolação, nas dores, o Vosso refrigério,
Nas tristezas, a Vossa alegria,
Chegando assim, incólumes ao Vosso Reino Eterno.

Aprovada e indulgenciada pela Sagrada Congregação Penitenciária.

Fonte: <http://senhorsantocristo.com>.

Anexo VI - Oração da novena ao Senhor Santo Cristo dos Milagres

Meu Jesus, em Vós depositei toda minha confiança.
Vós sabeis de tudo Pai e Senhor do Universo.
Sois o Rei dos Reis.
Vós que fizestes o paralítico andar, o morto voltar a vida, o leproso sarar.
Vós que vedes minhas angústias, as minhas lágrimas, bem sabeis Divino Amigo
como preciso alcançar de Vós esta grande graça (pede-se a graça com fé).
A minha conversa convosco,
Mestre, me dá ânimo e alegria pra viver.
Fazei Divino Mestre que antes de terminar esta conversa que terei convosco du-
rante 9 dias, eu alcance esta graça que peço com fé.
Como gratidão, publicarei esta oração para outros que precisam de Vós, e aprend-
dam a ter fé e confiança na Vossa Misericórdia.
Ilumine meus passos, assim como o sol ilumina todos os dias o amanhecer e teste-
munha a nossa conversa Jesus tenho confiança em Vós, faça aumentar minha fé
cada vez mais.

Rezar nove dias seguidos.

Fonte: In <https://ocatolicismo.wordpress.com/tag/senhor-santo-cristo-dos-milagres/>.

Anexo VII - Oração pela canonização de Madre Teresa da Anunciada

Ó Deus, Vós escolhestes os Açores para berço da Vossa serva Madre Teresa da Anunciada, à qual, pela Vossa graça, permitistes praticasse desde criança as mais heróicas virtudes, em especial uma Fé viva, uma pureza angélica e uma ardente caridade. Concedei-nos que brilhe sobre a sua fronte a auréola dos Santos, se isso for para Vossa maior Glória e honra da Santa Mãe Igreja.

Ó Jesus, a quem chamamos Santo Cristo dos Milagres, Vós que escolhestes a Vossa serva Teresa da Anunciada como instrumento para Vos tornar conhecido e amado, e assim abristes às multidões que se reúnem ao redor da Vossa Veneranda Imagem, a abundância das Vossas graças, nós Vos pedimos a proclamação solene, pela Igreja da santidade desta Vossa serva, como modelo de vida que deve ser praticado.

Virgem Senhora das Mercês, obtende, nós Vo-lo pedimos, do Vosso Divino Filho a graça insigne da exaltação aos altares da Vossa devota Teresa da Anunciada, que tão ternamente Vos amou.

Seráfico S. Francisco de Assis, alcançai de Deus em favor da Vossa Filha Teresa da Anunciada, a honra de ser elevada aos altares, para que o povo Açoriano honrando-a se aproxime mais de Deus e viva assim o espírito de simplicidade e amor de que fostes exemplo na Terra. Ámen.

+ Aurelius, Eps. Coadj.

(Esta oração pode ser usada por quem queira fazer a novena com a mesma finalidade)

Anexo VIII – Urna com as ossadas de Madre Teresa da Anunciada



Fonte: In <http://www.santo-cristo.com/>.

Anexo IX – Entrevista à Irmã Margarida Borges

Quando principiou o hábito de solicitar a imposição das capas?

Não sei uma data precisa, porque antes as visitas eram mais controladas. Quando o Monsenhor Agostinho foi para reitor do Santuário as visitas passaram a ser mais frequentes. Mas não lhe consigo responder com exatidão.

Quem pede para impor a capa?

Normalmente é um familiar, um amigo ou o próprio doente. A justificação é o desejo de sentir a “força do senhor”. Há a cura atribuída à imposição da capa ao Dr. Luís Ben-saúde, o qual ofereceu posteriormente uma capa. Mesmo os que se dizem não praticantes tem fé na capa. A irmã tenta fazer uma pequena catequese.

A capa foi a Cuba, aos Estados Unidos da América e Canadá. Por exemplo, uma doente com tumor na cabeça, com diagnóstico incurável, atribui a sua cura à imposição da capa, porque leva a força do Senhor Santo Cristo.

Porque pedem para impor a capa?

Porque tem fé no Senhor e sabem que o Senhor Santo Cristo as ajudará.

Quais são doenças mais comuns?

Todo o tipo de doenças, não especificam a doença. As pessoas tem dificuldade em manifestar e falar doenças.

Quais os critérios para autorizar a imposição da capa?

Não há grande critério, desde que manifeste o seu desejo.

As capas saem do santuário?

Atualmente não saem. No passado registávamos o endereço, dando autorização para permanecer, 3, 6 ou 9 dias, para fazerem novena ao Senhor Santo Cristo. A indicação era dada pelo santuário.

Acha que há alguma superstição subjacente?

Em alguns casos há. Por vezes usavam no uso doméstico usavam para fins pouco claro, chegavam com cheiro a alecrim, incenso etc. Havia uma superstição de como ato mágico de cura. Havia problemas com o cunhado, pedia-se a capa.

Que capa é utilizada? Por que motivo se utiliza esta e não outra?

Estas capas são executadas com o objetivo de serem usadas em doentes, são colocadas durante a noite na imagem do Senhor, sendo colocadas imediações da Imagem. Cada vez que são emprestadas são lavadas ou desinfetadas. Existem mais ou menos dezanove capas, mas as pessoas não as devolvem. Presentemente, somente há dez capas e já não

há empréstimo. Os funcionários e colaboradores foram desrespeitados ao solicitarem a devolução da capa.

Qual o local da imposição da capa no Santuário?

Pelas 18h30 quando termina a visita, a irmã, os colaboradores do Santuário impõe a capa, diante da Imagem do Senhor Santo Cristo, com a devida privacidade. Cada pessoa faz a sua oração privada. A pessoa pode ficar sozinha diante do Senhor, frente a frente ao Senhor. A irmã não impõe, nem reza. Quem cura é o senhor.

O que são as relíquias das capas?

São bocadinhos de pano vermelho, que é trabalhado e cortado. As relíquias são feitas a partir da capa que cobre o Senhor

Ponta Delgada, 14 de junho de 2016

Por Hélio Soares

Anexo X – Testemunho de um doente que solicitou a imposição da capa (anónimo)

Porque pediu a imposição da capa?

Eu estive doente com cancro a alguns anos. Estava desesperado, pois pensei que ia falecer. Disseram-me que seria bom pedir a capa do Senhor Santo Cristo em mim. Tenho fé no Senhor.

Quem autorizou a imposição?

Por isso, fui ao Santuário e manifestei a minha vontade, pois estava desanimado, à irmã responsável. Não queria morrer e deixar de ver os meus filhos. Combinámos o dia mais adequado e o horário após as visitas ao coro baixo.

Como foi a celebração?

Esperei que todos saíssem e a irmã deu-me indicação para eu entrar para a capela do Senhor Santo Cristo. Ajoelhei-me diante do Senhor e a irmã colocou-me a capa aos ombros e afastou-se, dizendo-me que fizesse a minha oração. Não sei o que rezei, mas pedi ao senhor que me ajudasse na luta contra a doença.

Sentiu-se mais tranquilo?

Sim, era como uma força que não sei explicar que vinha daquela imagem.

Na sua opinião o Senhor Santo Cristo o ajudou na cura da sua doença?

Sim. Os médicos apoiaram-me e fizeram tudo por tudo, mas tenho a certeza que o Senhor Santo Cristo estava a proteger-me.

Capelas, dia 21 de junho de 2016

Por Hélio Soares

Anexo XI – Decreto de criação do Santuário do Senhor Santo Cristo dos Milagres

Dom Manuel Afonso de Carvalho, por mercê de Deus e da santa Sé Apostólica bispo de Angra e ilhas dos Açores:

(...) Para que este culto de Jesus Cristo Rei não esmoreça e a Paixão do Senhor absorva plenamente as almas, sem que surja qualquer vislumbre de prática ou acto menos conforme com o espírito e orientações da Santa Igreja, havemos por bem:

- 1) Declara a Igreja do Santo Cristo dos Milagres Santuário Diocesano e confiar a sua administração a um sacerdote especialmente designado por Nós;
- 2) Recomendar a todos os reverendos párocos e sacerdotes que incutam nos fiéis o verdadeiro espírito de piedade e fervor para com o Santo Cristo, prevenindo-os dos perigos por ocasião da festa anual, a fim de que todas as suas acções sejam para maior glória de Deus;
- 3) Exortar todos os açorianos, de qualquer categoria que sejam, a que, nas horas de tribulação como nas de bonança, invoquem, com verdadeiro espírito de fé, o Senhor Santo Cristo e Lhe peçam que lhes conserve a pureza do coração, a resignação nos infortúnios e, dum modo especial, a graça para levarem uma vida conforme com a vontade do mesmo Senhor, a fim de um dia O poderem aclamar no seu Reino de glória.

Dado em Angra e Paço Episcopal, aos 22 de Abril de 1959.

Fonte: Sá, 2009: 60.

AMERICANISMOS MAIS FREQUENTEMENTE OUVIDOS NOS AÇORES

*J. M. Soares de Barcelos**

A partir de finais do séc. XIX, emigraram para a América do Norte muitos portugueses, na grande maioria açorianos. Os primeiros emigrantes açorianos, depois de conseguir o seu pé-de-meia, geralmente regressavam aos Açores. Muitos deles, sendo analfabetos, aprendiam o inglês norte-americano de ouvido, pronunciando as palavras com a forma que lhes parecia mais adequada, daqui resultando obviamente uma grande quantidade de solecismos.

A partir de certa altura, foi obrigatória a 4ª classe para se poder emigrar. E muitos dos emigrantes passaram também a frequentar a escola americana, aprendendo o inglês americano com alguma perfeição. Isso não obsta que não tenham continuado a usar com frequência o aportuguesamento de muitas palavras inglesas. Ainda há dias, falando com um amigo, emigrante na América há muitos anos, que fala e escreve bem ambas as línguas, dizia-me ele que tinha sido operado à bexiga, e agora andava com um *begue* (bag).

Se muitos dos americanismos desapareceram com o tempo, outros ficaram entre nós e fazem parte da nossa linguagem popular diária.

Como seria de esperar, foi na gíria baleeira que os americanismos se tornaram particularmente frequentes, aprendidos de ouvido pelos rapazes que durante muito tempo conviveram com os baleeiros da Costa Leste americana. Não havendo nessa altura baleação nos Açores, ouviam todas aquelas expressões pela primeira vez e logo as gravavam na memória com a forma que consideravam mais conveniente.

Recorrendo ao *Dicionário de Falares dos Açores*, da nossa autoria, passaremos a registar os americanismos mais frequentes, referindo, sempre que possível, a sua etimologia.

* Médico e etnógrafo. Sócio correspondente do Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Abreviaturas

- adj.* adjetivo
am. (inglês) americano
bal. baleeiro
interj. interjeição
n.f. nome feminino
n.m. nome masculino
n.p. nome próprio
pl. plural
2g. dois gêneros
tv. talvez
var. variante

- acordeano** *n.m.* o m.q. acordeão. Nas Flores pronuncia-se *còriano*. Por influência do am. *accordion*.
- açucrim** *n.m.* gelado (do am. *ice-cream*). Em S. Miguel pronuncia-se *açucrinho*.
- água encanada** (*in*) *n.f.* o m.q. água canalizada (encanada, do am. *canned*).
- aipó** *n.m.* fazer o *aipó* é esfregar, limpar (do am. *to wipe*).
- alibar** *n.m.* carrinho de mão (do am. *wheelbarrow*). Só o ouvimos no Corvo e nas Flores.
- alvarol**, *n.m.* O m.q. *alvarozes*, muito raramente ouvido (do am. *overall*).
- alvaroz** *n.m.* O m.q. *alvarozes* (do am. *overall*).
- alvarozes** *n.m. pl.* espécie de calças de ganga, largas, com peitilho e suspensórios (do am. *overalls*). No Continente chamam-se jardineiras.
- ampepeque** *n.m. bal.* baleia grande de bossa, cientificamente denominada *megaptera novaeanglie* (do am. *humpback*).
- ampo** *n.m. bal.* protuberância (*bossa*) de alguns cetáceos, como o cachalote e o ‘humpback’ (do am. *hump*).
- angrim** *n.m.* espécie de ganga azul, muito usada em todas as ilhas, com que se fazia antigamente o vestuário para o uso diário (do am. *dungaree*).
- àpester** *n.m.* cimo, p. ex., de uma escada; sótão não habitável e que serve apenas de arrumação; andar superior; qualquer ponto alto (do am. *upstairs*). Var.: *àpesteres*, *alpester*, *alpesteres*, *àpestés*, *àpestéques*, *àpister*, *àpistérios*.
- baiciclete** *n.f.* bicicleta (influência do am. *bicycle*).
- baila** *n.f. bal.* balde de cobre com a capacidade de um galão americano destinado a medir o azeite-de-baleia (do am. *bailer*, *handle bailer*).
- bajaneque** *n.m. bal.* osso do pescoço, cõndilo occipital. Quando separado a cabeça do corpo do cachalote, fica exposto em forma de calote esférica (do am. *bone of the neck*).

- balacaio** *n.m.* 1 olho negro; olho pisado. 2 soco, por evolução semântica. Do am. *black-eye*.
- bano** *n.m.* arribana; celeiro (do am. *barn*).
- bàrrume** *n.m.* botequim; cervejaria (do am. *bar-room*). Não é de uso generalizado.
- bêcasso**, *n.m.* casinha; retrete (do am. *back-house*).
- bela** (*bê*) *n.f. bal.* recipiente de forma cilíndrica, feito de folha de cobre, com uma pega na vertical, tendo a capacidade de um galão americano, que servia para medir o *azeite-de-baleia* (do am. *bailer*).
- belte** *n.m.* cinto (do am. *belt*).
- biguemane** *adj.* imbecil; parvalhão (do am. *big man*). Termo sempre empregado na exp. “forte zé biguemane”. Recolhido no Corvo.
- bísenas** *n.m. pl.* trabalhos; serviços; tarefas (do am. *business*). Termo um pouco generalizado por todo o país.
- blanquete** *n.m. bal.* faixa de lardo retirada em torno do cachalote, lembrando um cobertor ou uma manta (do am. *blanket*).
- blequefiche** (*blê*) *n.m. bal.* baleia pequena (*Malaena globicephalica*), cetáceo migrador que passa no mar dos Açores, aproximando-se da costa, entrando em pequenas baías de águas pouco profundas para parir as crias (do am. *blackfish*).
- blesequine** *n.m.* (*blê*) pele ou lixa da *baleia*; depois de derretida serve para engodar (do am. *black skin*).
- blomas** *n.f. pl.* calções de senhora (do am. *bloomers*).
- blous** *interj. bal.* o m.q. baleia à vista! Exclamação usada quando os baleeiros notavam a presença do jacto de vapor da respiração da baleia. Na célebre obra de Herman Melvill, *Moby Dick* (1851), em que curiosamente uma das personagens é um açoriano, quando avistam a baleia gritam “she blows!”
- boate** *n.m. bal.* baleia muito grande (do am. *bow head*).
- bombelança** *n.f. bal.* espécie de canhão para trancar as *baleias*, instrumento que caiu em desuso na década de vinte do séc. passado (do am. *bomb-lance*).
- boque** (*bò*) *n.m.* caixa; mala de viagem (do am. *box*).
- bordar** *v.* fornecer alimentação por ajuste; hospedar (do am. *to bord*).
- borde** *n.m.* hospedagem (do am. *board house*). *Casa de borde*: casa de hóspedes; *pagar o borde*: pagar a hospedagem.
- bossa** *n.m.* capataz; chefe (do am. *boss*).
- bota de rôba** *n.f.* bota de inverno, com sola grossa, de borracha (rôba, do am. *rubber*); o m.q. *bota de injarrôba*.
- bouete** (*bouè*) *n.m. bal.* baleia franca ou baleia da biscaia (do am. *bowhead*).
- breique** *n.m.* 1 ferro que aperta o eixo do carro de bois, sendo, no fundo, um travão. 2 *n.m.* travão. Var.: *breque*. (Do am. *brake*)
- brichar** *v.* saltar fora de água na vertical, falando dos seres marinhos, o que antigamente se julgava ser para respirar (do am. *breach*).
- bríchingue** *n.m. bal.* acto de saltar na vertical de qualquer animal marinho (do am. *breaching*).
- bule** 1 *n.m.* macho; toiro. 2 *n.m. bal.* baleia macho grande, que depois de derretida chegava a produzir 40 barris de 200 litros de óleo (do am. *bull*).
- bulo** *n.m. bal.* macho do cachalote; o m.q. *bule* (do am. *bull*). O pl. é *bulozinhos*.

bumbo *n.m. bal.* retranca da vela do *bote baleeiro* (do am. *boom*).

cabeça com cabeça, *exp. bal.* dizia-se da proa do bote baleeiro virada para a cabeça da baleia (influência do am. *head to head*).

cabina *n.f.* abrigo; pousada (do am. *cabin*).

cafre *n.m. bal.* cria do cachalote; cachalote com menos de oito metros (do am. *calf*).

caise *n.m. bal.* cavidade da cabeça da baleia que guarda o espermacete (do am. *case*).

calaveira *n.f.* o m.q. *caliveira* (do am. *cultivator*).

caliveira, *n.f.* arado destinado a lavrar superficialmente as terras; o m.q. sachador (do am. *cultivator*). Era puxada por um só animal, um cavalo, uma mula, ou um boi. As *caliveiras* foram inicialmente trazidas da América a partir do último quartel do séc. XIX, e depois fabricadas nos Açores em cópias mais ou menos semelhantes às originais.

cândi *n.m.* rebuçado; caramelo (do am. *candy*).

centabourde *n.m. bal.* tábuas de bolina que, nos *botes baleeiros* antigos, era montada a meio do bote numa caixa que ficava instalada na posição vertical, no sentido do eixo da quilha, atravessando a mesma. Foi retirada da maioria dos botes porque, na *varagem*, criava condições para entradas de água e, talvez principalmente porque atrasava a marcha dos botes (do am. *centerboard*).

cepeiro *s.m. bal.* o m.q. *chipeiro* (do am. *spade*).

charape *interj. cala-te* (do am. *shut up*)

chatuope *n.m. bal.* bocado de corda que ligava o arpão à linha da selha (do am. *short warp*).

chipeiro *n.m. bal.* ferramenta de corte, em forma de pá, para cortar o toucinho da baleia (do am. *spade*). Nas Flores chamavam-lhe *cepeiro*, no Faial *chipeira*, no Pico *espé* ou *espeire*, na Terceira *espeira* ou *speire*, em Santa Maria *espeiro*.

choque *n.m. bal.* cavidade aberta no bico da proa ou *capelo* do *bote baleeiro* por onde corria a linha do arpão (do am. *chock*).

chòtuope *n.m. bal.* cabo de laborar, com cerca de seis braços, de calibre médio, que era atado no cabo do arpão ou da lança para facilitar o seu lançamento (do am. *short warp*).

clípar *n.m. bal.* tábuas sobre o bordo do bote baleeiro (do am. *clipper*).

clipe *n.m. bal.* cada uma das protecções laterais do bico da proa dos *botes baleeiros* destinadas a evitar que a linha se desviasse quando a baleia era arpoada e rebocada; o m.q. *castanhola* (do am. *clip*).

clite *n.m. bal.* cunho existente em cada bordo da popa do *bote baleeiro* para caçar o cabo da escolta e, na proa, para caçar a giba (do am. *cleat*).

crótche *n.m. bal.* suporte de madeira, em forma de forcado, com três pernas, que era montado a estibordo do *bote baleeiro*, junto da ponta do remo do *trancador*, e que se destinava a suportar os dois arpões (do am. *crotch*). **Nota:** até meados do século passado, todas as baleias *trancadas* levavam um segundo arpão de segurança para o caso de o primeiro falhar.

cula *n.f. bal.* tanque metálico para a refrigeração e decantação do óleo da baleia (do am. *cooler*).

djanco *n.m. bal.* o m.q. *janco* (do am. *junk*).

draivar *v.* guiar, conduzir (do am. *to drive*). Frequentemente ouvido e de uso generalizado.

drogue *n.m. bal.* espécie de flutuador, feito de madeira, de forma quadrada, com cerca de 2 pés e 4 polegadas de espessura, que possuía no centro quatro furos, amarrando em cruz com cabo de bitola fina com cerca de uma braça de comprimento; durante a primeira metade do século

passado, foi usado junto da linha do arpão, servindo para travar a marcha da *baleia* trancada, chegando a ser amarrado na ponta da última linha da selha para a sua recuperação quando a baleia viesse à superfície — na década de 50 foi abandonado o seu uso (do am. *drag*).

encanado *adj.* **1** enlatado (do am. *canned*): há a fruta *encanada*, o *peixe encanado*, etc.

escafe, *n.m. bal.* corte no toucinho do cachalote para iniciar a sua extracção (do am. *scarf*).

escrima *n.f. bal.* recipiente que servia para retirar os torresmos do toucinho que derretia nos potes ou caldeiros, para escoar o óleo (do am. *skimmer*).

escribir *v.* o m.q. desnatar (infl. do am. *to cream*). Recolhido em S. Jorge.

escrínio *n.m.* ecrã; tela do cinema (do am. *screen*).

esfraitear *v.* **1** correr; pular, descuidada e alegremente. **2** lutar; brigar. (Do am. *to fight*).

esparto *n.m. bal.* bufo dos cetáceos (do am. *spout*).

esporim *n.m.* o m.q. *esprim*, mola (do am. *spring*).

esprim *n.m.* mola (do am. *spring*). *Cama de esprim*: colchão de molas; *navalha de esprim*: navalha de ponta-e-mola.

estampa *n.f.* selo (do am. *stamp*).

faca de maciar *n.f. bal.* lâmina de aço, com dois punhos, um em cada extremidade, que permitia cortar o toucinho em tiras finas para melhor lhe ser extraído o óleo na fervura (do am. *hand mincing knife*).

fâtelingue *n.m. bal.* toucinho da baleia que se aproveitava dos restos da cauda, por exemplo. Produzia um óleo de fraca qualidade e de pouco valor comercial que, no tempo da II Guerra Mundial, era utilizado na iluminação ou para trabalhar a lã (do am. *fatling*). Var.: *Fâtlim*.

fazer bau *n.m. bal.* manejar a linha, aliviando-a ou recolhendo-a quando necessário, no acto de matar a *baleia* (do am. *to bow*).

fazer o bau da linha *exp. bal.* recolher a linha pela proa do bote baleeiro (do am. *to bow*).

finebeque *n.m. bal.* baleia grande de bossa (do am. *finback*).

forque *n.m. bal.* garfo de dois dentes encurvados, destinado a manusear o toucinho do cachalote para derreter nos potes (do am. *fork*).

Frainque *n.p.* Francisco (do am. Frank). Muito ouvido nas ilhas. Tal como Jou (João) é geralmente usado em tom de graça.

frigideira *n.f.* frigorífico (do am. *frigidaire*, marca de frigoríficos).

friza *n.f.* o m.q. arca congeladora (do am. *freezer*). Antigamente chamava-se *friza* ao frigorífico, hoje refere-se sempre à arca congeladora. É termo de uso corrente e generalizado.

frizado *adj.* congelado (part. pas. de {*frizar*}).

frizar *v.* o m.q. congelar (de {*friza*} + *-ar*).

froca *n.f.* camisola; camisola interior; camisola de lã (do am. *frock*). De uso generalizado e atual.

fute-breice *n.m. bal.* arco de madeira em forma em meia lua, colocado à popa e a bombordo do *bote baleeiro*, destinado a permitir a fixação do pé do *arraís* para melhor apoio nas manobras do *remo de esparrela* (do am. *foot brace*).

gådeme *interj.* caramba!; c'os diabos!; raio! (do am. *god-damn*).

gama *n.f.* pastilha elástica (do am. *gum*, 'chewing gum'). Na Madeira pronuncia-se 'gamse'.

gòravela *n.m.* diabo; inferno (do am. *go to the hell*).

grampas *n.f. bal.* grupo de delfínídeos migradores dos mares açorianos, sendo o maior e mais frequente o *bico-de-garrafa* (*Mesoplodon bidens*); a sua passagem verifica-se na primavera,

- conjuntamente com manadas de cachalotes — como andavam próximos destas, confundiam os *víguas da baleia* que davam falsos sinais de presença de *baleia* (do am. *grampuses*).
- grapnel** *n.m. bal.* fateixa de três braços, com um olhal feito de ferro forjado, a que era atado um cabo fino, sendo utilizada para recuperar troços de linha afundados (do am. *grapnel*).
- groceria** *n.f.* mercearia **2 n.f. pl.** artigos de mercearia; mantimentos (do am. *grocery*). Nas capelas, em S. Miguel, existia antigamente uma loja que se chamava ‘Groceria por Atacado’.
- guèrafaite** *v.* brigar; lutar (do am. *to get a fight*). Termo não generalizado.
- injarrôba** *n.f.* borracha (do am. *indian rubber*). Muito ouvido antigamente.
- jampar** *v.* saltar (do am. *to jump*).
- janco** *n.m. bal.* termo utilizado para designar todos os resíduos orgânicos retirados dos equipamentos de derretimento, os desperdícios (do am. *junk*). Var.: *djanco*.
- Jou**, *n.p.* José (do am. *Joe*). Muito usado nas ilhas, utilizado em vez de José, mais em tom de graça.
- labrum** *n.m. bal.* lugar onde se cortava e preparava os bocados de toucinho de baleia para serem derretidos (do am. *blubber room*).
- lançoape** *n.m. bal.* corda que se prendia ao estropo da *lança* e que permite recuperá-la repetidamente (do am. *short warp*).
- leirofe** *adj.* despedido de uma fábrica temporariamente (do am. *laid off*).
- lingallete** *n.m. bal.* o m.q. *logaiéte* (do am. *logger head*).
- línique-naife** *n.f. bal.* faca antigamente destinada a retirar e separar todo o tecido muscular do toucinho do cachalote para se não misturar com a matéria adiposa na fase de derretimento, no sentido de não manchar o óleo de cor avermelhada, além de dar um sinal de acidez ao produto final (do am. *leaning knife*).
- loca** *n.f.* cadeado (do am. *lock*).
- lôgaéte** *n.m. bal.* cepo cilíndrico de madeira rija, encastrado no leito da popa do *bote baleeiro*, que servia para passar a linha do arpão no sentido de travá-la, para obrigar a baleia capturada a vir respirar à superfície e se poder atacá-la com a *n.m. bal.* (do am. *logger head*).
- lóia de letra** *n.m.* indivíduo muito culto (*lóia*, do am. *lawyer*).
- maciado** *adj. bal.* dizia-se do bocado de toucinho de *baleia* depois de golpeado (do am. *mincing*).
- maciar** *v. bal.* retalhar o toucinho do cachalote em pequenos fragmentos que ficavam ligados à pele para mais facilmente derreter (do am. *to mince*).
- macim-naife** *n.f. bal.* faca de lâmina longa com dois punhos utilizada para cortar o toucinho do cachalote em tiras finas para melhor derreter (do am. *mincing knife*). Tb. chamada *amacia-deira* e *faca de maciar*.
- mapa** *n.m.* esfregona (do am. *mop*).
- mechim** *n.m.* palavra empregada para designar todas as espécies de máquinas: o *mechim* de moer carne, o *mechim* de cortar cabelo, o *mechim* de debulhar trigo, o *mechim* do carro; o *mechim* do relógio... e até, em sentido figurado, o *mechim* do peito, o coração (do am. *machine*).
- microeive** *n.m.* microondas (do am. *microwaves*).
- môraçaca** *n.f.* moto; motocicleta (do am. *motorcycle*). É *calafonismo*.
- mora-rume** *n.f.* autocaravana. Apenas ouvido nas falas dos emigrantes.
- naitegão** *n.m.* roupa de dormir (do am. *night gown*). Com a vinda de muita roupa da América, de lá veio também na *encomenda* o termo estropiado, *naitegão* ou *naitigão*, em S. Miguel também pronunciado *lâtigão*, *lâtigante*, *naitigame* e *naitigane*.

nêpa *n.f. pl. bal.* espécie de luva feita de brim que antigamente era utilizada pelos *oficiais* dos *botes baleeiros* para proteger a mão do atrito da linha que tinha que ser travada no *lôgaéte* (do am. *nap*). Termo também ouvido aos pescadores do bacalhau, de Ílhavo, com a mesma etimologia.

oeramelã *n.f.* melancia (do am. *water-melon*):

oraclaseta *n.f.* retrete (do am. *water-closet*). Apenas ouvido nas falas dos emigrantes.

palachemas *n.f. pl.* cobertas de cabeceira bordadas (do am. *pillow-shams*). Não é de uso generalizado.

pana *n.f.* alguidar, seja de plástico ou de alumínio (do am. *pan*). De uso corrente e generalizado ainda atualmente.

pêguim *n.m. bal.* pequeno balde de madeira de cedro que fazia parte da palamenta do *bote baleeiro*, munido duma aduela maior que servia de pega, com água destinada a molhar a *linha* que passava no *cepo* para não se incendiar devido ao atrito (do am. *boat-peggin*).

piça *n.f. bal.* tira de toucinho da *baleia* para o derretimento (do am. *piece*).

pinho *n.m.* **1** mola de prender a roupa. **2** *n.m. bal.* delgada cavilha de madeira que mantinha fechada a *caixa* do arpão. (Do am. *pin*). **Nota:** quanto às molas da roupa, há quem afirme ter origem na madeira com que eram fabricadas, o pinho.

pinho do choque *n.m. bal.* peça metálica que atravessava os queixos do bote para manter o curso da linha, saindo pelo *choque* quando era arpoada a baleia (do am. *chock-pin*).

pique *n.m. bal.* carangueja do mastro dos *botes baleeiros* (do am. *peak, peaked gaff*).

pote *n.m. bal.* grande caldeiro de ferro fundido, com cerca de 300 galões americanos, que tinha um bordo achatado para geminar com outro numa fornalha, destinado ao derretimento do toucinho do cachalote a céu aberto (do am. *pot*).

pulaiéte *interj. bal.* o m.q. ‘rema para a frente com energia!’ (do am. *pull ahead*).

queique *n.m.* bolo (do am. *cake*).

queisse *n.m. bal.* cavidade existente na cabeça do cachalote, cheia de espermacete (do am. *case*).

raite *n.m.* o m.q. passeio (do am. *ride*). Termo que ainda se mantém nas ilhas.

raituel *n.m. bal.* baleia preta, cientificamente denominada *Eubalaena glacialis* (do am. *right whale*).

raloca *n.f. bal.* forqueta para o remo do *bote baleeiro* (do am. *rowlock*).

razora *n.f.* navalha de barba (do am. *razor*).

reque *n.m.* farrapo; trapo (do am. *rag*).

rigado *adj. bal.* aparelhado; com todos os apetrechos (do am. *rigged*).

rigar o bote *exp. bal.* aparelhar o *bote baleeiro* com toda a palamenta de navegação e de caça (*rigar*, do am. *to rig*).

ringar *v.* tocar, falando de campainha, sino, telefone (do am. *to ring*).

rinzes *n.m. pl. bal.* atilhos que passam em buracos, destinados a encurtar a vela; o m.q. rizes (tv. por infl. do am. *rings*).

sanababicha *n.2g.* o m.q. ‘filho da puta’, mas desprovido de seu conteúdo ético, talvez mais ‘filho da mãe’ (do am. *son of a bitch*). Var.: *sanabobicha*.

sanabagana *n.m.* o m.q. que *sanababicha*, talvez um pouco mais moderado! (do am. *son of a gun*).

Santiclousa o m.q. Pai Natal (do am. *Santa Claus*).

- scri** *n.m. bal.* coador de ferro na ponta de um cabo comprido, que servia para tirar os torresmos dos caldeiros (do am. *screen*).
- selipa** *n.f.* chinela de quarto; sapato leve de sola de borracha e de pano por cima (do am. *slipper*).
Termo de uso corrente e generalizado. Há quem pronuncie *chelepa*, *chelipa*, *selipo* e *sulipa*.
- senó** *n.m.* neve (do am. *snow*). Também se ouviu pronunciar *senou* e *snou*.
- slage** *n.f. bal.* cada uma das pequenas fatias em que eram cortadas as *piças* para serem postas a derreter nas caldeiras (do am. *slice*).
- sôfa de esporim** *n.f.* o m.q. sofá de molas (do am. *sofa* e *spring*).
- sôfa**, *n.f.* divã; sofá (do am. *sofa*). É termo atualmente ouvido por muitas bandas.
- soquète** *n.f.* peúga (do am. *sock*).
- sora** *n.f.* soda, bebida gasosa; laranjada; sumo (do am. *soda*). Não é de uso generalizado.
- speire** *n.m. bal.* o m.q. *chipeiro* (do am. *spade*).
- talafona** *n.m.* telefonema (do am. *telephone*).
- talafone** *n.m.* telefone (do am. *telephone*). *Fazer um talafone*: telefonar (por influência americana, 'to make a telephone call').
- talaveja** *n.f.* televisão (do am. *television*). Termo actual e de uso generalizado. Nota: nalguns lugares, mantendo a terminação [a], a palavra pertence ao género masculino — o *talaveja*.
- tânsela** *n.f.* amígdala (do am. *tonsil*). Os de ouvido mais 'duro' pronunciavam *tansa*.
- tchica** *n.f.* frango; galinha (do am. *chicken*).
- tepe** *n.f.* torneira (do am. *tap*).
- togle** *n.m. bal.* pequeno toro de madeira rija que segurava o cabo que atravessava o manto de toucinho quando o cachalote era esfolado (do am. *togle*). Var.: *togle*; *togno*.
- togno** *n.m. bal.* o m.q. *togle* (do am. *togle*).
- togue** *n.m. bal.* o m.q. *togle* (do am. *togle*).
- traiol** *n.m. bal.* pequena unidade de derretimento dos produtos da *baleia*, nos portos onde não existia fábrica (do am. *trywork*).
- trampa** *adj.* e *n.m.* vadio (do am. *trampe*).
- xôa** *adj.* certo; exacto (do am. *sure*). Termo correntemente utilizado pelos emigrantes, talvez devesse ser grafado 'chôa'.

Nota final: algumas palavras vão (indevidamente) acentuadas, para evitar a transcrição fonética, dificultosa não só para nós como para a compreensão dos leitores.

DA TOSQUIA ÀS COBERTURAS DE CABEÇA DO CORVO

*Hélio Soares**

INTRODUÇÃO

A ilha do Corvo desenvolveu ao longo de cinco séculos de povoamento uma cultura. Os habitantes desta pequena ilha, como as demais do Arquipélago dos Açores, tinham de ser relativamente autossuficientes. Assim, gerou-se uma economia de subsistência, dentro de uma exploração por parte dos condes de Santa Cruz, a Coroa e a família Caupers.

O vestuário do Corvo recorria às matérias-primas, predominantemente, locais, pois era necessário obter matérias-primas de forma imediata. Assim, a criação de ovelhas, aproveitando os terrenos incultos, o denominado Baldio, proporcionou essa exploração, donde provinha a matéria-prima, a lã. A mesma tinha de ser trabalhada, originando a fição, possibilitando a tecelagem e o tricô. Da fição, da tecelagem, do tricô e da costura obtinham-se diferentes peças de vestuário, dando especial destaque à cobertura das cabeças masculinas, as tradicionais barretas, hoje também designadas por boinas ou gorros.

A informação apresentada sobre a evolução terminológica, bem como a sua função passada e atual, só foi possível devido à colaboração de diversas pessoas, em diferentes faixas etárias, e à recolha de diferentes materiais, recorrendo, particularmente, à fotografia como forma de documentação.

1. A Criação de Ovelhas no Corvo

A ilha do Corvo localiza-se no Atlântico Norte entre as latitudes 39° 40'N e 39° 44'N e as longitudes 31° 04'N e 31° 08'W. A ilha apresenta um comprimento máximo de 6,3 Km, segundo N-S, e uma largura de aproximadamente 4 km, segundo as direções N-S e E-W. Cobre uma superfície total de 17,12 Km², com uma clara assimetria na sua con-

* Sacerdote. Licenciado em História. Estudo desenvolvido para a disciplina de Antropologia Cultural da Licenciatura em História na Universidade dos Açores 2013, ministrada pelo Doutor Rui Martins.

figuração relativamente ao posicionamento da caldeira do vulcão central, que evidencia um claro predomínio numa erosão marinha de direção NW e O¹.

A ilha é morfologicamente dominada pelo vulcão central, que possui um diâmetro médio de 5 km ao nível do mar. No topo do mesmo existe uma caldeira de subsidência elíptica, com 3,7 km de perímetro e 300 metros de profundidade, onde se situa a Lagoa do Caldeirão². Nela se podem observar várias lagoas, turfeiras e pequenas “ilhas”, duas compridas e cinco redondas. Todo o litoral é alto e escarpado, com exceção da parte Sul, onde uma fajã lávica se estabeleceu e na qual se desenvolveu a única povoação da ilha, a Vila do Corvo. A escarpa oeste contém uma falésia quase vertical com aproximadamente 700 m de altura sobre o oceano.

O clima dos Açores é influenciado pela localização geográfica das ilhas no atlântico norte, num contexto de circulação global atmosférica e oceânica e pela influência da massa de água da qual emergem. Atendendo a estas características atmosféricas o clima açoriano «*pode ser classificado de mesotérmico húmido com características oceânicas*»³. Dentro de cada ilha há características próprias, em que o relevo assume uma significação especial, com uma clara estratificação das condições climáticas determinadas pela altimetria.

O relevo e o clima condicionaram a humanização da ilha e a sua subsequente exploração económica. O baldio fica situado entre os 300 e os 718 m de altitude⁴, com declives entre 15° e o 75° graus⁵, uma temperatura média em fevereiro de 8 a 12 graus⁶ e em agosto de 17° a 21° graus e uma humidade média de 85% a 95% influenciaram geograficamente o espaço pelas suas especificidades e a opção pela sua exploração pecuária. Do ponto de vista da exploração humana da ilha, a mesma divide-se em duas áreas: a privada e o baldio. Cada uma destas áreas ocupa, aproximadamente, 50% da totalidade da ilha. O baldio tem uma área de 573,64 hectares⁷.

A necessária complementaridade entre agricultura e pecuária criou a atual paisagem em regime compartimentado nas áreas mais baixas e regime de baldio nas áreas mais elevadas. Damião Rodrigues refere, a respeito dos baldios, esta complementaridade desde os tempos do povoamento: «*uma estreita articulação entre as terras de criação ou de pasto e as terras lavradas, face à utilização de animais nos trabalhos agrícolas e à necessidade destes serem alimentados*»⁸. O caráter inóspito de partes da ilha, profundamente caracterizadas por falésias muito alcantiladas, impossibilitou a completa humanização da ilha⁹. As terras altas, acima dos 200 metros, são escalonadas em currais, relvas e baldio; as terras baixas, situadas na fajã lávica destinam-se ao cultivo de milho e trigo, com uma subunidade a “combrada”. Distinguem-se pelas dimensões, produtos

¹ FORJAZ, 2011

² *Ibidem*

³ *Idem*, 2004: 25

⁴ *Ibidem*, 20

⁵ *Ibidem*, 24

⁶ *Ibidem*, 37

⁷ Serviço de Desenvolvimento Agrário de Flores e Corvo

⁸ RODRIGUES, 1998

⁹ MARQUES; CARQUEJEIRO e CARDIGOS, 2008: 58-59

cultivados, técnicas de fertilização do solo e por uma maior colaboração das mulheres no seu amanho¹⁰.

O gado ovino adaptou-se ao clima e relevo da ilha, bem como à vegetação existente nesta vasta área, alimentando-se com maior facilidade da vegetação que emergia por entre as turfeiras existentes nas encostas da cratera vulcânica. A incógnita é saber se o baldio do Corvo foi somente explorado pelo gado ovino e suíno, ou se serviu, numa época mais recuada, para alimentação do gado bovino.

As ovelhas foram, certamente, introduzidas com os primeiros povoadores ou já existiam previamente com os lançamentos de gado. Proviam às populações leite, lã e carne. Gaspar Frutuoso relata-nos que «*Do ilhéu do Corvo vai pera a ilha das Flores muita lã e enxergas, e pano apisoado, muito linho em rama e outro em pano*»¹¹. Também ficamos a saber que: «*como são angelitos, tão grandes como tentilhões (..), de cada cento dos quais se tira uma canada de azeite que parece de oliveira, com que adubam o comer, e se alumeiam e engraxam a lã para fazer pano*»¹². O cronista confirma-nos a preponderância que a criação de ovinos assumiu desde o povoamento. As ovelhas proporcionavam três matérias-primas de forma imediata: leite, carne e lã.

Em 17 de Setembro de 1593, por carta régia, D. Filipe I conferiu a D. Francisco de Mascarenhas o título de conde da Vila de Santa Cruz e senhor das Flores e Corvo, com os direitos e obrigações inerentes, como recompensa pelos serviços prestados na Índia e perda, em demanda com Corte-Reais, da capitania do Faial e respetivo título de conde da Horta. Fixemo-nos nos direitos. O rebanho foi durante 166 anos propriedade do Conde de Santa Cruz, o que implicava o pagamento de uma renda anual de 800 varas de pano de lã por parte dos habitantes do Corvo. À quantidade de pano era associada a quantidade de 40 moios de trigo. De modo a percebermos como o baldio do Corvo era inteiramente explorado pelo Conde, Silveira Macedo elucida-nos: «*domínio de todas as terras que nas ditas ilhas não estivessem já ocupadas*»¹³. Estes foros condicionavam o aspeto social e económico da ilha. Aquando do arroteio da ilha, devido ao seu relevo, este processou-se naturalmente nas zonas baixas. Terras destinadas à agricultura. Assim, aquando da doação da ilha ao conde, certamente menos de 50% da ilha estava arroteada, logo não estava ocupada. Há determinadas zonas, entre os 200 e os 300 metros, que se designam de “*bardo de El Rei*”, sinal de que o rei teria mandado delimitar os terrenos explorados para agricultura do campo aberto onde pastavam as ovelhas. A julgar pelo topónimo, a eventual ordem deve ter ocorrido no período em que a coroa deteve a posse da ilha, ou seja entre 1759 e 1814. Contudo, do ponto de vista documental, desconhece-se a sua existência até ao momento. A existência desta delimitação indica-nos que provavelmente até 1832 a área do baldio era muito superior a 50% da área da ilha. Algures no século XIX, os privados ocuparam parte do baldio dos terrenos contíguos. Se for esta hipótese, se ocorreu nestes moldes ou em outros, a fase mais favorável foi entre 1832 e 1855, enquanto se manteve um vazio de poder sobre este terreno. Todavia não dispomos de dados suficientes para explicar esta questão.

¹⁰ MEDEIROS, 1987, 66

¹¹ FRUTUOSO, 1978: 58

¹² *Ibidem*, 352

¹³ MACEDO, 1981: 73-74

Apesar de os habitantes do Corvo terem ficado submetidos a este regime de exploração por parte dos senhores da ilha, particularmente, a exploração do rebanho de ovelhas. Realizaram uma identificação com o mesmo. Dado que o usufruto do baldio e do rebanho era comum, ou seja as tarefas de manutenção, ajuntamento e tosquia detinham uma forte componente coletiva. Dado que a obrigatoriedade do pagamento das 800 varas de pano era comum e não individual. Mas, no nosso entender, o Corvo não era uma aldeia comunitária, com uma disciplina organizada que regulava a vida da comunidade, no que respeita à exploração da propriedade coletiva¹⁴. Como não havia propriedade coletiva, mas particular, havia tarefas que eram desempenhadas em conjunto minimizando o esforço individual. Em suma, realizavam um trabalho coletivo de solidariedade entre todos.

A extinção do regime foreiro somente ocorreu, em definitivo, em 1852, embora o decreto de 14 de Maio de 1832 de Mouzinho da Silveira, em 1832, tenha permitido que os corvinos dividissem o rebanho entre todos os agregados familiares. O decreto somente dividia o rebanho, mas a divisão do mesmo implicava tacitamente a posse do baldio pela comunidade. Esta interpretação é corroborada na escritura de remissão de foro de 1 de setembro de 1855, que não inclui o baldio da ilha¹⁵. Assim, até à extinção do Concelho em 1895, a propriedade do mesmo foi da Câmara. Desta data em diante até meados do século XX, a sua posse manteve-se na Junta de Paróquia até 1910 e, posteriormente, na Junta de Freguesia de N. Sr.^a dos Milagres.

A singeleza da realidade do Corvo tem que ver com o oposto à política liberal para os baldios. O baldio do Corvo não era propriedade comunitária, mas do conde de Santa Cruz. Enquanto o liberalismo, impregnado de ideias individualistas, deseja extinguir os baldios, ao libertar o rebanho criou tacitamente o baldio. Porque não constava do decreto de Mouzinho da Silveira.

A divisão das ovelhas ou gado lanígero, como é denominado nas atas da Câmara Municipal, pelos habitantes da ilha não impediu que continuasse a existir um único rebanho composto, em 1842, por 1250 ovelhas, que permitiam uma produção de lã na ordem dos 610 quilos¹⁶. No ano de 1871, detinha 1060 ovelhas¹⁷. Por esta razão, surgiu a necessidade de estabelecer um sistema de marcação que permitisse identificar a propriedade do gado existente na ilha. Os cordeiros que mamavam nas progenitoras eram marcados com o sinal respetivo. Numa fase inicial aplicou-se somente às ovelhas e suínos, posteriormente aplicou-se também aos bovinos. O registo do mesmo em livro próprio ocorreu em 1897, pelo Presidente da Junta de Paróquia, Pe. José Gregório Mendonça¹⁸, tendo sido deliberado o levantamento em sessão de Câmara de 6 de Janeiro de 1895¹⁹. Cada família possuía o seu sinal, o mesmo era transmitido de pais para filhos. Em casos excecionais, com a morte do último detentor dessa marca ou sinal, a Câmara poderia

¹⁴ O'NEILL, 1983: 246

¹⁵ JORGE, 2001: 49

¹⁶ Arquivo dos Açores, Vol. III, 19, p. 550

¹⁷ MACEDO, 1981, vol. III, p. 217 - 224

¹⁸ SARAMAGO, 1995: 467

¹⁹ Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo (1892-1898), fls. 68, Sessão de 6 de Janeiro de 1895

atribuí-lo a outra pessoa²⁰. Este sistema permitia que, através da ação marcar os cordeiros com um sinal distinto, o proprietário pudesse reivindicar o direito de possuir o cordeiro, dado que a progenitora detinha o mesmo sinal. A marca era o título de propriedade do animal, dando o direito de fruição de animal.

As marcas de posse levam-nos a esbater a ideia de comunitária em torno do baldio e da sua exploração pelas ovelhas, ao entender-se por comunitário a posse por todos os habitantes em iguais circunstâncias. No que respeita às ovelhas, havia disparidades acentuadas entre o número de ovelhas possuídas. Se o princípio comunal e igualitário estivesse subjacente, a tosquia seria comum e a repartição da lã seria feita em partes iguais. Esta perspetiva introduz-nos na problemática da estratificação social dentro da comunidade²¹. Antes de 1832, não havia propriedade privada, todos eram arrendatários. Podemos pensar que havia uma igualdade. Uma reflexão mais profunda, embora sem dados concretos, leva-nos a questionar quem recebia as rendas do conde? Quem organizava a tosquia? Quem deliberava? Perguntas como estas são pertinentes, às quais não podemos responder. No após 1832, os zeladores, os chefes das esquadras que faziam a manutenção do baldio e o ajuntamento do rebanho, são uma distinção social dentro do grupo. A posse do número de ovelhas também reflete a distinção existente. Assim, como adiante veremos, havia famílias que se davam ao luxo de distribuir lã aos visitantes, sinal da sua abundância e riqueza como casa de lavradores abastados.

O registo das marcas, contemporâneo do projeto de regulamento do baldio, também é elaborado pelo Pe. José Gregório Mendonça gado, em 1896²², como presidente deste órgão, onde o segundo contempla o primeiro²³. Com o projeto de regulamento, a Junta de Paróquia procurava regulamentar diversos aspetos da utilização, manutenção e fruição dos terrenos. Segundo podemos depreender pelas atas camarárias de 11 de fevereiro de 1899²⁴ e de 2 de Setembro de 1939²⁵, a Junta de Paróquia manteve a incumbência de zelar pela manutenção do Baldio após a restauração do Concelho do Corvo em 1898.

O baldio somente era utilizado para a pastagem do rebanho de ovinos e suínos, com predominância dos primeiros. Constatação deste aspeto é observável pelos altos muros de pedra, por vezes com dois metros de altura, que impediam as ovelhas de transporem os mesmos²⁶.

A construção destes muros de pedra solta remonta ao progressivo arroteamento da ilha, mas a fixação da sua altura, como se depreende pelo artigo 50.º do Projeto de Re-

²⁰ Projeto de Regulamento do Baldio remetido pela Junta de Paróquia à Câmara de Santa Cruz das Flores, em 2 de Dezembro de 1896. Cf. Decreto de 18-11-1895, por este Decreto o Concelho do Corvo foi extinto, sendo restaurado pelo Decreto de 13-1-1898.

²¹ Cf. O'NEILL, 1984

²² *Ibidem*, fl. 3v, art.º 13

²³ *Ibidem*, fl. 3, art.º 13.º, 14.º e 15.º

²⁴ Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo (1898-1900), fl. 12v

²⁵ Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo (1939-1940), fl. 10v

²⁶ Projeto de Regulamento do Baldio remetido pela Junta de Paróquia à Câmara de Santa Cruz das Flores, em 2 de Dezembro de 1896., fl. 3, art.º 9. Neste artigo exige-se aos proprietários dos terrenos que confrontem com o Baldio a elevarem e conservarem as paredes na altura de «um metro e setenta decímetros, medidos pelo lado do logradouro publico».

gulamento do Baldio, ocorreu em finais do séc. XIX²⁷. Um aspeto curioso é a existência de portões de pedra, encimados por uma grande pedra, que facilitava a colocação de uma pedra de menor dimensão sob a mesma e impedia a transposição pelas ovelhas, mas também que os cães entrassem e atacassem o rebanho, causando prejuízo. De modo a precaver eventuais ataques ou a solucionar um problema existente, por deliberação camarária, os proprietários de cães ficavam obrigados a identificar os cães, na coleira, com o seu nome, a prendê-los durante a noite e a colocarem um focinheira para saírem da Vila²⁸. Ainda é possível ver alguns destes portões nas terras particulares no interior do Caldeirão.

Outro aspeto curioso tem que ver com a existência de algumas “furnas” escavadas nas depressões de terreno junto às ribeiras²⁹. As mesmas tinham a função de abrigar os animais do vento e da chuva, embora fossem mais adequadas aos suínos que pastavam no baldio, uma vez que para as ovelhas eram de reduzidas dimensões. Mas o mesmo não se aplica às “paredes” construídas em determinadas zonas do Baldio. Essas detinham uma função de abrigo para as ovelhas³⁰ (*Ver carta cartográfica*). A Câmara tinha a incumbência de zelar pela manutenção do Baldio. Por deliberação da Câmara foram nomeados três cidadãos para fazerem o alinhamento das tapadas, isto é, os muros de divisão, que confrontam com o Baldio e com os caminhos públicos³¹ e para fiscalizarem que não havia apropriações indevidas de terrenos do Baldio, como a que foi denunciada pelo Administrador do Concelho, em 1889³². A forma de apropriação era muito *sui generis*: os proprietários «*intestados com o Baldio*» deslocavam as paredes, como consta da intimação de comparência do cidadão António Valadão d’Ana³³ e sãs declarações do mesmo³⁴, provavelmente a alegarem que as mesmas sempre estiveram naquele local ou que ninguém notasse a alteração. Esta atitude revela como o desejo de dispor de mais alguns metros quadrados era desejável, numa ilha onde 1m² detinha um grande valor³⁵. A abertura indevida de regos de água, sem autorização da Câmara das ribeiras e caminhos públicos, era penalizada com a coima de 240 reis³⁶, característica das comunidades rurais, que se envolviam em disputas regularmente pela divisão de águas. A impertinência dos habitantes e a utilização do Baldio em benefício pessoal mantinha-se, recusando-se a cumprir os regulamentos municipais, abrindo regos de água e por isso «*se julgavam donos d’elles*»³⁷. De modo a esclarecer as dúvidas, o Presidente da Câmara expôs a situação ao Governador Civil do Distrito, em conformidade com art.º 117 do Código administra-

²⁷ *Ibidem*, fl. 6, art.º 50

²⁸ Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo (1880-1890), fls. 19, Sessão de 12-02-1882

²⁹ MARTINS, 1991: XII-XVI

³⁰ Parede da Lomba do Vento, Portal do Carro, fajã da Madeira, Monte Gordo, Casinha da Ladeira, etc.

³¹ Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo (1868-1880), fls. 33, Sessão de 6 de Março de 1875

³² *Ibidem*, (1880-1890), fls. 119, Sessão de 2 de Junho de 1889

³³ *Ibidem*, (1890-1892), fls. 51, Sessão de 23 de Agosto de 1891

³⁴ *Ibidem*, fls. 52, Sessão de 6 de Setembro de 1891

³⁵ Projeto de Regulamento do Baldio, ob., cit., fl. 6, art.º 41

³⁶ Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo (1868-1880), fls. 17, Sessão de 19 de Fevereiro de 1870. Cf. Projeto Regulamento Baldio, ob., cit., fl. 2v, art.º 3

³⁷ *Ibidem*, (1880-1890), fls. 28, Sessão de 9 de Julho de 1882

tivo de 1842, o qual em ofício de 28 de Abril de 1882, «*respondeu que a Câmara tem o direito de mandar tapar os mesmos regos, como está expresso na postura*»³⁸. De modo a solucionar a questão, foram mandados «*quebrar os regos ou vallados que causam prejuízo a terceiros*»³⁹, relativamente aos restantes regos, os donos foram obrigados a registá-los na Câmara, pagando a obrigatória quantia de 240 reis. A atitude de questionamento do Presidente de Câmara pode ser interpretada como dúvida de exercício de autoridade sobre o Baldio, que foi esclarecida prontamente.

2. A Tosquia no Corvo: *Dia da Lã*

O “dia da lã”⁴⁰ tornou-se o símbolo do coletivismo do Corvo até 1969, dado que, enquanto o Corvo esteve sujeito ao aforamento, tendo de pagar pesadas rendas, inclusive em lã, toda a vivência quotidiana dos corvinos era marcada com este objetivo comum: a renda era coletiva e não individual a cada agregado familiar.

Durante o séc. XIX e XX manteve-se o ajuntamento de gado ovino em dois dias do ano, designado o “dia da lã”. O Projeto de Regulamento do Baldio determina o seguinte: «*São designados permanentemente para o ajuntamento e tosquia do gado lanífero a ultima segunda feira do mez do Abril e a ultima do mez de Setembro*»⁴¹. O tenente Miguel Araújo confirma que o dia da concentração ocorria nas últimas segundas-feiras dos meses de Abril e Setembro, conforme a tradição de finais do século XIX⁴². Por sua vez Raúl Brandão apresenta as mesmas datas⁴³. Carlos Alberto Medeiros menciona que «*o dia da lã calha sempre em fins de Maio ou princípio de Junho*»⁴⁴. No mês de Setembro de 1894, o ajuntamento foi determinado pela Câmara para o dia dezassete, caso o tempo não o permitisse ficava adiado para o primeiro dia favorável⁴⁵. Por estas referências denota-se a variação da data do primeiro dia, as razões dessa alteração são uma incógnita até ao momento, embora em meados do séc. XX o dia do ajuntamento fosse na segunda-feira de Pentecostes, pelo facto de se poderem aproveitar as carnes de vaca e o pão do dia anterior, o Domingo de Pentecoste⁴⁶. A segunda reunião do gado em setembro visava tosquiar alguma ovelha que tivesse ficado por tosquiar, mas sobretudo para fazer a marcação com sinais de tinta, de modo a se poderem identificar as crias ao longe, determinando a quem pertenciam⁴⁷.

Como podemos observar o fator climático está associado, uma vez que as datas da realização do ajuntamento de ovelhas estavam próximas dos equinócios do inverno e da

³⁸ *Ibidem*

³⁹ *Ibidem*

⁴⁰ Na vizinha ilha das Flores designava-se por Dia do Fio

⁴¹ Projeto de Regulamento do Baldio, ob., cit., fl. 5, art.º 26

⁴² ARAÚJO, 1937: p. 238-239

⁴³ BRANDÃO, 1987: 58

⁴⁴ MEDEIROS, 1987: 88

⁴⁵ Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo (1892-1898), fls. 57, verso, e 58. Sessão de 16 de Setembro de 1894. Cf. Projeto de Regulamento do Baldio, ob., cit., fl. 4, art.º 26

⁴⁶ Testemunhos de Lino Fraga, nascido a 25/10/1944, e Maria Manuela Nunes Rita, nascida a 21/7/1944

⁴⁷ MEDEIROS, 1987: 88

primavera. Como já expus anteriormente, os valores de precipitação, temperatura e humidade influenciavam o dia da tosquia. Estava subjacente a necessidade de executar esta operação antes do verão, de modo a anteceder a subida da temperatura e da humidade, pois, por um lado, tornava-se imperioso precaver a sobrevivência dos animais e a qualidade da lã e, por outro, situar os dias entre os dois ciclos agrícolas distintos: o primeiro dia situa-se no fim das sementeiras e o segundo no término da colheita de trigo e no início da colheita do milho. Realce-se que o segundo dia requeria menos trabalho.

Eram dias de trabalho e de festa, em que somente os doentes ficavam em casa, porque todos os braços eram poucos. No primeiro dia, fazia-se o ajuntamento de todo o rebanho e realizava-se a tosquia do mesmo; no segundo, tosquiavam-se os animais que, eventualmente, não foram tosquiados em maio, marcavam-se as fêmeas com tinta em todo o corpo com as iniciais do nome do proprietário ou outro símbolo. O objetivo desta dupla marcação visava uma melhor identificação ao longe das ovelhas e a consequente identificação e marcação das crias. A marcação com tinta visava facilitar a identificação das crias enquanto eram amamentadas, para mais tarde serem marcadas nas orelhas. A tinta utilizada era indiferente, desde que existisse e se mantivesse durante algum tempo.

A participação de todos os agregados familiares nesta atividade coletiva era obrigatória pelo costume e pela lei, colaborando todos os habitantes nos trabalhos necessários à execução das diferentes tarefas. Esta tradição permitiu a manutenção de uma consciência comunitária⁴⁸. O tenente Miguel Araújo testemunhou este dia, o qual designou por “*festa da tosquia*”⁴⁹, descrevendo-o como uma quebra da rotina dos corvinos «*agitada pelas emoções dos folgedos populares que constituem uma ajusta compensação aos duros esforços do trabalhador*»⁵⁰. Por sua vez, Carlos Alberto Medeiros é perentório ao afirmar que este acontecimento «*constitui para os Corvinos uma festa ao quebrar o monótono ritmo dos trabalhos agrícolas ao longo do ano*»⁵¹. Ambos os visitantes descrevem a dimensão de quebra de rotina da ocasião.

A festa não existia sem trabalho. Ao muito trabalho correspondia uma dimensão festiva e o “Dia da lã” era um dia de festa, que se manteve até ao último dia da realização deste acontecimento comunitário, «*a vez de ir para cima ia-se enfeitada, com roupa melhor. Para mexer nas ovelhas vestia-se um bata velha!*»⁵² Cada família levava o seu farnel melhorado: galinha recheada, carne assada, massa sovada, queijo, regelos, entre muitas coisas. Um dos aspetos curiosos deste dia era a queda de tabus e algumas regras sociais. As crianças tinham nessa ocasião prerrogativas especiais, sendo o mais recordado o direito de fumar à frente dos pais⁵³. Neste dia muitos corvinos aprenderam a fumar, fossem rapazes ou raparigas. Para alguns representava quase um rito de passagem da infância à adolescência. O sentimento de Vitória Valadão espelha bem o que se sentia neste dia: «*Ai saudades! A alegria maior era poder fumar nesse*

⁴⁸ MEDEIROS, 1983: p. 155-156

⁴⁹ ARAÚJO, 1937: p. 238-239

⁵⁰ *Ibidem*

⁵¹ MEDEIROS, 1987: 88

⁵² Testemunho Manuela Emília Avelar, nascida a 9/3/1920

⁵³ *Ibidem*

dia!». Foi o próprio pai que lhe deu o cigarro para fumar, ainda com sete ou oito anos. Maria Manuela Rita recorda-se de levar dois cigarros no bolso, pois «*era o dia da liberdade!*». Ambas recordam que as crianças guardavam dinheiro ao longo do ano para comprar rebuçados. Acrescenta Vitória Valadão: «*A gente guardava umas moedinhas numa latinha!*».

Ao tentar averiguar se este dia era propício a namoricos, Maria Manuela Rita responde: «*Não, porque ninguém falava diante dos pais!*». Atendendo a este aspeto do respeito a manter, não se pode afirmar que havia uma alteração substancial do relacionamento dos sexos, que contrasta com o fato de se poder fumar.

Em 1880, a Câmara deliberou a obrigatoriedade da participação de um homem de cada casa, «*que tenha parte no mesmo gado*», sinal de que algumas famílias não respeitavam o costume de todos se entreeajudarem, determinando uma coima de 240 reis para os infratores⁵⁴. Esta medida coloca em causa a própria ideia do espírito comunitário do Corvo. Quando é necessário regular algo, é porque há desrespeito ou incumprimento. O mesmo se verifica com as obrigações contidas no Projeto de Regulamento do Baldio, em que todos os proprietários confinantes e usufrutuários do mesmo detinham obrigações na manutenção e preservação desta propriedade pública⁵⁵. O próprio Raúl Brandão, em 1924, afirma que «*só há um vestígio de comunitarismo, que ninguém se recorda que existisse: a lã, que foi comum, é ainda hoje tosquiada em comum*»⁵⁶.

De modo a fazer o ajuntamento das ovelhas, o baldio era dividido em parcelas imaginárias, denominadas esquadras, em número de doze. Estas eram compostas por onze homens, sendo chefiadas pelo cabo⁵⁷. Assim, no dia determinado, logo pela madrugada, os homens seguiam para a sua zona, acompanhados dos seus cães. Recorramos à exposição de Carlos Alberto Medeiros que bem descreve o momento da chegada do imenso rebanho: «*os conjuntos de ovelhas vão chegando, e a pouco e pouco, o tapete verde dos pastos perde-se sob a mancha alvinegra do rebanho, compacta e movediça, que se avanta cada vez mais*»⁵⁸. A esta cena idílica acrescentemos a memória saudosista: «*Era algo inesquecível ver a ovelhas a descer a encosta!*»⁵⁹.

No primeiro dia vinham visitantes das Flores, que chegavam pelas dez a onze da manhã, nas *gasolinas* de proprietários da Vila de Santa Cruz e do Sr. Gregório de Ponta Delgada. As razões da deslocação tinham que ver com relações de amizade estabelecidas entre famílias das duas ilhas, sabendo que a necessidade de mão-de-obra para a tosquia era grande. Aos visitantes era fornecido o almoço e uma porção de lã como pagamento pelo seu trabalho, dado que na sua maioria eram pessoas de fracos recursos económicos⁶⁰. Conforme os proprietários, a lã era fornecida no próprio dia ou era pesada posteriormente e remetida aos mesmos.

⁵⁴ Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo (1880-1890), fls. 2, Sessão de 02-09-1880

⁵⁵ Projeto de Regulamento do Baldio, ob., cit., fl. 3, art.º 9 e 10; fl. 5, art.º 19 a 23

⁵⁶ BRANDÃO, 1987: 58

⁵⁷ Testemunho de José Batista Mendes, nasceu a 18/05/193 e morreu a 07/03/2015. Cf. Projeto de Regulamento do Baldio, ob., cit., fl. 5, art.º 17

⁵⁸ MEDEIROS, 1987: 88

⁵⁹ Testemunho de Manuela Emília Avelar, nascida a 9/3/1920

⁶⁰ Testemunho de Luís Lino Fraga, nascido a 25/10/1944

O João Maurício, natural da Terceira, vivia na ilha das Flores, mas desejava ter ovelhas no Corvo. Como lhe disseram que era obrigatório um sinal, «o João Maurício apanhou uns cordeiros e amputou-lhe as duas orelhas. A bondade dos corvinos foi tanta que lhe deram permissão. Era o sinal de João Maurício!»⁶¹ A permissão tácita desta figura como proprietário de ovelhas, demonstra que o *Dia da Lã* e as ovelhas do Baldio não era totalmente fechado. Certamente, este homem teria excelentes relações com a comunidade corvina. A sua prestabilidade e dedicação a tosquiá-las suas ovelhas e as dos restantes proprietários permitiu-lhe a sua integração no grupo.

O local do ajuntamento era o *curral das ovelhas* no sítio dos Lagos, no Baldio, infelizmente já parcialmente destruído pela inconsciência do homem⁶². Mantendo-se, contudo, o caminho de acesso com os seus altos muros e com as dimensões originais.

Um membro de cada família participava no ajuntamento e respetiva divisão das ovelhas para tosquia ou marcação⁶³. Assim, os homens circulavam por entre o imenso rebanho de modo a irem fazendo a divisão das ovelhas, tendo em conta as marcas existentes nas orelhas. Em simultâneo, aos berros, chamavam pelos donos daquelas que encontravam. No exterior do curral, cada família escolhia um local, onde se fixava a “*cobra*”, ou seja uma corda de piteira ou espadana⁶⁴, presa nas duas extremidades a duas estacas de madeira bem presas ao solo. Na mesma corda poderiam estar presas muitas ovelhas. Cada ovelha era presa a esta corda, sendo posteriormente tosquiada com tesouras próprias. A tosquia prolongava-se pela tarde e, por vezes pela noite dentro.

O tenente Miguel Araújo descreve este momento no seu relato: «os animais vão sendo apartados pelos respectivos donos, que os amarram a uma grossa corda esticada entre duas estacas cravadas no terreno e é denominada *cobra*»⁶⁵. O olhar e admiração para o imenso rebanho, que atingiu a cifra de 5000 ovelhas⁶⁶, tornava-se numa «*imensa mancha branca mosquetada de preto*», como classifica o visitante.

Assim este dia tornava-se uma alegre e fraternal vivência de sentimentos e emoções, aliada a uma necessidade material: recolha de uma matéria-prima indispensável à confeção têxtil. O seu espaço foi o Baldio do Corvo. Numa relação simbiótica entre o espaço, o tempo, o homem e o animal resultava uma identidade das pessoas com a sua ilha. O movimento pendular que se verificava diariamente entre a vila e as terras altas marcava o ritmo diário das famílias. Neste dia também havia um movimento pendular de toda a comunidade: durante a manhã subiam para um local pré-determinado, o curral, e ao fim da tarde regressavam à vila. Havia um sentimento coletivo de solidariedade e interajuda, pois todos sabiam que era essencial à sua subsistência. Todos dependiam da lã para obterem as suas vestimentas. A realização do ajuntamento de ovelhas associado aos equinócios dividia os ciclos de vida anuais. Antes do mesmo, as pessoas esperavam

⁶¹ Testemunho de Manuela Emília Avelar, nascida a 9/3/1920

⁶² Projeto de Regulamento do Baldio, ob., cit., fl. 4, art.º 25

⁶³ MEDEIROS, 2001; Cf. Projeto Regulamento do Baldio, ob., cit., Fl. 5v, Art.º 27

⁶⁴ Designação científica *phormium tenax*, também designada por filaça ou linho da Nova Zelândia. Cf. SHAFER, 2005: 272

⁶⁵ ARAÚJO, 1937: p. 238-239

⁶⁶ Testemunho de Lino Fraga, nascido a 25/10/1944

por este dia, preparando os comeres e utensílios necessários; depois do ajuntamento era necessário tratar a lã. A empatia que se estabelecia com o animal era de dependência e respeito mútuo, porque o homem precisava da lã e da carne para a sua subsistência anual, e a ovelha, para sobreviver, precisava do homem para ser tosquiada.

O último “dia da lã” poderá ter marcado o fim de um ciclo identitário, na medida em que os corvinos já não tinham nada que os ligasse como comunidade, pelo menos no campo agrícola. O dia do ajuntamento era agregador de sentimentos, tarefas e objetivos, gerava uma dinâmica de vida anual, que exigia ao longo do ano outras pequenas tarefas comuns. Estas tarefas eram realizadas em dias de faxina, marcados previamente, e visavam a manutenção do Baldio.

3. A transformação da lã

Neste capítulo aborda-se a transposição de um espaço aberto, o Baldio, para um espaço fechado, a casa⁶⁷. Neste espaço decorriam as diferentes tarefas de tratamento da lã que possibilitavam a execução de diferentes trabalhos têxteis.

3.1. A Lavagem

A lã tosquiada necessitava de ser lavada com água a ferver e sabão duas a três vezes, conforme o seu estado. O objetivo era retirar o suor existente na mesma, bem como todas as impurezas, como seja a terra e a erva. Durante esta fase, a lã libertava um cheiro quase nauseabundo. Depois lavava-se no chafariz com água corrente. A seguir colocava-se em cestos de vime, de modo a libertar toda a água. Por vezes colocava-se uma pedra de modo a comprimir a lã, permitindo mais facilmente o escorrimento da água. Posteriormente colocava-se a enxugar ao sol, normalmente nos pátios e eiras de debulha do cereal.

3.2. O Tingimento

As cores naturais da lã são o branco e castanho. Mas os corvinos não se cingiam a utilizar duas cores apenas na sua indumentária. No que respeita à tinturaria tradicional, os corvinos recorreram às plantas tintureiras para realizar o tingimento da lã. Recorria-se a musgo das paredes (“rapa da parede”) porque o mesmo era raspado de forma a ser obtido. A tonalidade obtida era castanha. Também «*se tingia com “pau roxo”, sendo retirado às lascas, sendo fervido e tingia-se a peça nessa água*»⁶⁸. Todavia, durante o séc. XX, o anil tornou-se na solução por excelência utilizado⁶⁹. De

⁶⁷ Testemunho de Inês de Inês, nascida a 7/11/1932. Maria Manuela Nunes Rita, nascida a 7/11/1932.

⁶⁸ Testemunho de Inês de Inês, nascida a 7/11/1932 e Manuela Emília Avelar, nascida a 9/3/1920

⁶⁹ O anil era uma substância extraída de uma planta tropical (MEDEIROS, 2000: 29).

forma a fixar a cor, utilizava-se como mordente a urina. A tinturaria assumiu característica própria, não pelo método utilizado, mas pela colaboração da comunidade em benefício de um agregado específico. Quando alguém tinha intenção de tingir a lã, anunciava previamente à comunidade, para que toda a gente fornecesse a “urina da noite”, que era recolhida durante a manhã e depositada em tanques construídos para o efeito. Estes tanques existiam em locais arejados, mas cobertos, ou em palheiros. Nunca no interior das casas⁷⁰.

O anil era importado do Chile em barris e vendido pelos comerciantes locais. Depois colocava-se no interior de um pedaço de pano, sendo amarrado, fazendo um pequena bola. A esta modalidade chamava-se “boneca”. A seguir colocava-se na urina, esfregando-se nas mãos de modo a ir dissolvendo à medida que era embebido pela urina. A obtenção de azul claro ou escuro devia-se à quantidade de anil usado. A razão da utilização da urina tinha que ver com a acidez que fixava a cor⁷¹.

A lã branca, previamente escolhida, por se desejar ser a de melhor qualidade, era embebida na urina. Denote-se que na fase do tingimento a lã ainda não foi cardada. A infusão da lã em urina ocorria durante três semanas, sendo diariamente retirada e colocada sobre dois paus sobrepostos sobre as paredes do tanque. A urina era mexida de modo a que o anil não apurasse no fundo do tanque. A seguir embebia-se e revolvia-se a lã na urina. Ressalve-se que todo este processo era realizado manualmente, sem a utilização de qualquer proteção para as mãos e braços.

Após esta infusão de três semanas, a lã era retirada e lavada no chafariz para ser utilizada. A seguir realizava-se o mesmo processo de cardação e fição.

Almeida Langhans⁷², aquando da sua estadia no Corvo em 1980, recolheu uma outra técnica de tingimento da lã. Depois de fiada, a lã é dobada, formando meadas de fios de lã. Após esta operação, as meadas de lã são colocadas num caldeirão de ferro com água a ferver, aquecido na fornalha de lenha, diluindo-se *anilina* cor-de-rosa ou cor de vinho na água. As meadas permaneciam entre quarenta e cinco minutos a uma hora na água em ebulição. Depois deixavam-se arrefecer e passavam-se por água normal, sendo colocadas ao sol a secar, de preferência penduradas numa cana.

3.3. A Cardagem

O “dia da lã”, como vimos no capítulo anterior, desempenhava um papel fulcral na comunidade do Corvo. Não menos importante ao nível da convivialidade proporcionada era a da satisfação de uma necessidade: a confeção de vestuário.

⁷⁰ No interior da habitação tradicional corvina também se encontram tanques, mas estes eram destinados à salga das carnes de porco.

⁷¹ *Ibidem*. «O processo de tingimento fazia-se por ebulição das várias substâncias, que ferviam juntamente com as fibras ou com os tecidos. A fervura repetia-se mais ou menos vezes, conforme se desejasse uma tonalidade mais escura ou mais clara. Para que a lã absorvesse e fixasse a cor utilizavam-se os mordentes, alguns deles também caseiros, como o vinagre e até a própria urina» (MEDEIROS, 2000: 29).

⁷² LANGHANS, 1985: 343

Como bem afirma Helena Ormonde: «A cardagem é talvez a operação mais importante da sua preparação [da lã] e consiste na paralisação das fibras, através do movimento das cardas que a faz passar por entre os dentes do seu puado»⁷³. No Corvo assumiu algumas características próprias. Com as mãos abria-se a lã. Untava-se com um pouco de banha de porco para amaciar⁷⁴, que normalmente se aproveitava da gordura já utilizada nos cozinhados ou da limpeza das vasilhas de guardar os derivados de porco⁷⁵.

A cardagem tinha duas fases, conforme os instrumentos utilizados⁷⁶. Primeiro, utilizavam-se os *carduxos*, isto é, as cardas mais grossas. Esta fase era denominada de “esgadanhar” a lã. Em meados do séc. XX, estas cardas compravam-se em S. Jorge. A seguir colocava-se a lã num pano denominado “João Nóia” (desta designação deve-se ao homem que ensinou a técnica⁷⁷), o qual envolvia a lã, sendo apertado com uma corda ao centro, permitindo que a lã saísse nas extremidades. Isto possibilitava que se retirasse gradualmente a lã para ser cardada. A segunda fase consistia em cardar a lã com as cardas finas. Após estas etapas, a lã estava pronta para ser fiada.

3.4. A Fiação

André Leroi-Gourhan define a fiação como o conjunto «das operações pelas quais as fibras são torcidas em fios que servirão para a costura, o bordado ou a tecelagem»⁷⁸. Por sua vez a torcedura «é o conjunto das operações que reúne fibras de qualquer espécie para constituir um fio ou uma corda»⁷⁹. Os povoadores do Corvo trouxeram consigo os conhecimentos que dispunham, aliando-se aos instrumentos técnicos de construção e materiais disponíveis. Os corvinos utilizaram o fuso como meio técnico de fiação. Que consistia:

«alguns filamentos que arrastam uma certa quantidade de outros elementos: é a estiragem: o fuso:, rodando. Dá a esta massa ainda indistinta a torsão que a transforma num fio. A extremidade de cada filamento, animada de um movimento em espiral, colhe na massa bruta um outro filamento que arrasta: é a torcedura, quando o comprimento do fio na haste do fuso; é o enrolamento»⁸⁰.

O fuso do Corvo era utilizado no chão, colocando-se, por vezes, sobre uma estrutura lisa, como uma tábua ou lona. A técnica consistia em fazer girar o fuso com a mão direita, com a esquerda segurava-se a pasta da lã. Esta técnica, segundo Leroi-Gourhan, é americana, contrapondo à euroasiática, que consiste em deixá-lo pender livremente na ponta

⁷³ ORMONDE, 1991: 3

⁷⁴ MEDEIROS, 2000: 28; Cf. Frutuoso, 1978: 351 sofre o «azeite que parece de oliveira, com que [no Corvo] adubam o comer, e se alumeiam e engraxam a lã para fazer panos»

⁷⁵ Testemunho de Maria Manuela Rita Nunes, nascida a 21/07/1944.

⁷⁶ Em Portugal continental também há este faseamento da cardagem, respetivamente, o emborrar e o imprimir (MEDEIROS, 2000: 29).

⁷⁷ LANGHANS, 1985: 344

⁷⁸ LEROI-GOURHAN, 1984: 179

⁷⁹ *Ibidem*, 182

⁸⁰ *Ibidem*

do fio⁸¹. Durante séculos foi esta a técnica utilizada, sendo realizada pelas mulheres, nas noites de Inverno ou pelas senhoras idosas como ocupação. A técnica era transmitida de mães para filhas. Os irmãos Bullar descrevem esta realidade: «*muitos grupos de mulheres sentadas com os filhos às portas, fiando e torcendo o fio, falando e cochichando com outras que voltavam das fontes com baldes á cabeça*»⁸².

A roda de fiar foi uma importante evolução técnica, representando «*o acesso das sociedades humanas ao movimento circular contínuo*»⁸³. Foi difundida por toda a Europa nos finais da Idade Média, provavelmente, através da rota da seda, verificando-se assim a sua progressão de oriente para ocidente.

No território português podemos encontrar os dois modelos de rodas de fiar. O primeiro:

«compõe-se de um fuso de madeira ou ferro, cravado num pequeno carretel disposto horizontalmente, e de uma roda geralmente raiada, com eixo e manivela também de madeira ou ferro e aro largo e liso de madeira, montados sobre uma espécie de mesa de quatro pés onde espigam as colunas que suportam a roda e o fuso. A roda é accionada pela manivela, à mão, e o seu movimento é transmitido por meio de uma corda fina ao carretel do fuso, fazendo-o girar»⁸⁴.

O segundo modelo, mais complexo, diferencia-se do anterior no que respeita à tecnologia:

«O fuso é substituído por uma peça complexa que executa simultaneamente a torção e o enrolamento do fio; a roda é acionada por pedal, o que por seu lado, consente que a fiandeira trabalhe sentada e fique com as duas mãos livres para distribuir as fibras que, neste caso, são colocadas numa roca fixa à roda de fiar. A conjugação destes diferentes elementos não pode deixar de refletir-se positivamente na regularidade e finura do fio. (...) este tipo caracteriza-se sempre por esses dois traços tecnológicos essenciais pedal e dispositivos de torção e enrolamento simultâneos (...). Nesses modelos rurais, a roda de fiar consta de uma pequena mesa rectangular assente em quatro pés, na qual está montada uma roda raiada feita de quatro cambas, com duas ranhuras paralelas cavadas na face periférica, e eixo excêntrico ligado por tirante a uma tábua basculante que lhe serve de pedal, na extremidade oposta à roda está montado o aparelho de torção e enrolamento do fio, um eixo de ferro escavado na ponta, com saída lateral, solidário com duas peças, uma em forma de U cujas hastes lhe ficam paralelas, uma de cada lado, fixa junto aquela saída, outra no extremo oposto, em forma de carretel. Entre estas duas peças, enfiada eixo, gira a caneleira munida dum carretel, de diâmetro ligeiramente inferior ao do outro carretel. Da roda motora partem duas cordas que vão acionar esses dois carreteis»⁸⁵.

⁸¹ *Ibidem*. Cf. Testemunho de Inês de Inês, nascida a 07/11/1932. e Manuela Emília Avelar, nascida a 9/3/1920

⁸² BULLAR, 1986: 252

⁸³ LEROI-GOURHAN, 1984: 183

⁸⁴ OLIVEIRA, 1978: 104s

⁸⁵ *Ibidem*

O segundo modelo interessa-nos porque foi o modelo utilizado na ilha do Corvo. A primeira roda de fiar, foi feita no Corvo em início da década de vinte do séc. XX, para a Maria da Conceição Mendonça⁸⁶. O modelo foi importado dos EUA pelo Sr. José das Pedras, um emigrante retornado. O primeiro modelo custou uma *águia em ouro*⁸⁷, pago pelo pai da Sr.^a Maria da Conceição Mendonça. A influência americana era tão acentuada, que a designação adotada para este novo utensílio foi “mechin”, uma clara deturpação da palavra *machine*. O intrigante na história da fição na ilha do Corvo é o porquê da tardia introdução da roda de fiar. O uso do fuso manteve-se até inícios do séc. XX. O único comércio realizado prendia-se com a troca de produtos com as embarcações que aqui aportavam a realizar aguada. Por outro lado, os movimentos populacionais que existiram concretizaram-se num fluxo de saída e não de entrada de pessoas. Somente com a imigração do séc. XIX, para os Estados Unidos, se verificou um regresso de emigrantes, na sua maioria homens⁸⁸, os quais embarcavam com o objetivo de regressar um dia, depois de arrecadarem um pé-de-meia suficiente para comprarem umas terras e construir, comprar ou reparar uma casa. No entanto, remetiam encomendas dos mais variados produtos.

Como referimos, a difusão da roda de fiar ocorreu de oriente para ocidente. Mas o Corvo é uma exceção à regra, tendo em conta os dados que dispomos, a introdução da roda de fiar na ilha deu-se de ocidente para oriente.

A roda de fiar no Corvo tornou-se num utensílio de grande valor. O seu fabrico nas oficinas locais, denominadas de “chapo”⁸⁹, generalizou-se pela comunidade de forma gradual. A casa considerada abastada detinha um “mechin”, que era objeto de transmissão por herança.

Estes trabalhos eram realizados aos serões, normalmente durante o Inverno. As pessoas que não tinham ovelhas ajudavam a cardar e a fiar para que lhe fosse ofertado uma porção de lã.

3.5. A Tecelagem

A importância da tecelagem na ilha do Corvo ao longo dos tempos não difere das sociedades tradicionais⁹⁰. A tecelagem *«é o entrelaçamento dos fios de uma camada de teia, previamente disposta sobre uma armação, com fios da camada de trama que são introduzidos um por um na ateia»*⁹¹. O cruzamento dos fios da urdidura e da teia é executado por um ou mais artesãos em simultâneo num mecanismo, o tear.

⁸⁶ Nasceu a 25 de Novembro de 1900. Testemunho de Inês de Inês, nascida a 07/11/1932.

⁸⁷ Dinheiro Americano

⁸⁸ Livro de Atas da Câmara Municipal do Corvo (1902-1905), fls. 98s. Sessão de 29 de Abril de 1905. Segundo uma representação enviada ao Deputados da Nação Portuguesa, o Corvo detinha 760 habitantes, dos quais 122 eram cidadãos Norte Americanos.

⁸⁹ Possível deturpação da palavra inglesa *shop*, que significa oficina.

⁹⁰ Sobre o tear do Corvo Cf. LANGHANS, 1985. 341-342

⁹¹ Leroi-Gourhan, 1984: 205

O tear horizontal de pedais é o predominante em Portugal continental e nos Açores⁹², embora com pequenas diferenças na dimensão e no formato das suas peças.

A tecelagem implica quatro operações básicas⁹³: a preparação da urdidura, a montagem da urdidura no tear, a preparação da trama e, a última fase, a execução do tecido. Cada pano tecido no tear denomina-se de *peça*. A tarefa de urdir não era dominada por todas as artesãs, porque requer um domínio da técnica e alguma experiência. Normalmente quando se pensa em teares, pensa-se em tecelagem, mas não menos meritório é o trabalho de urdir.

Os tecidos executados nos teares corvinos eram na sua maioria de lã. Somente, com algumas exceções, se executavam em outro material. O motivo era o acesso às matérias-primas e, como temos vindo a descrever, a matéria-prima de fácil acesso era a lã.

Esta máquina, tal como as rodas de fiar, era um luxo e sinal de “casa farta”. As mulheres dedicavam-se a este ofício nas noites de inverno ou quando o clima não permitia o trabalho nos campos. Uma *«tarefa tão própria de velhas como de novas, de ricas como de pobres»*⁹⁴.

Como forma de remate deste capítulo será interessante recordar as palavras de Raúl Brandão: *«todas cardam e fiam, e quase todas, num tearzinho rudimentar, fabricam o pano de que se vestem a si e aos homens. E fiam muito bem e tecem bem. Toda a roupa da ilha é cortada por suas mãos, e das que não sabem talhar, dizem: coitadinha, tem pouco préstimo!»*⁹⁵.

3.6. O Apisoamento

Depois das peças serem tecidas no tear, por apresentarem uma textura rala, o pano era molhado e batido, conforme o uso final do tecido, a este processo chama-se apisoamento. Esta técnica visa dar uma maior consistência ao pano, permitindo alguma impermeabilidade. A *peça* depois de sair do tear era apisoada por dois homens:

«estavam deitados sobre duas tábuas. Cada tábua leva um saco de palha para os homens terem mais conforto. O cobertor a apisoar está estendido sobre uma tábua muito limpa. Dois homens, deitados em frente do outro – não, pés com pés, mas ao lado -, batem com os pés sobre a fazenda. Batem alternadamente, durante o dia inteiro. Um levanta o pé direito e o outro o esquerdo e assim sucessivamente. Como os pés estão separados, não tocam um no outro»⁹⁶.

Nas pausas dos movimentos ritmados dos dois homens, o pano era regado com água quente e sabão, movimentando-se o pano com o objetivo de ganhar espessura.

⁹² MEDEIROS, 2000: 32

⁹³ OLIVEIRA, 1978: 153 - 155

⁹⁴ ORMONDE, 1991: 3

⁹⁵ BRANDÃO, 1988: 47-48

⁹⁶ LANGHANS, 1985: 343-344

4. Produções em lã

Os séculos XIX e princípio do século XX foram dominados por teses que procuravam explicar as características da cultura açoriana. As teses eram evolucionistas, uma vez que acentuavam a evolução bio cultural da origem dos povoadores e a sua instalação nas ilhas, explicando as semelhanças, mas sem explicar as diferenças⁹⁷. O método utilizado era comparativo, assim a origem dos povoadores justificava a existência de determinadas características. Com o novo ênfase dado à geografia, enquanto condicionante da cultura e do desenvolvimento das teorias difusionistas, foi possível uma nova explicação. Segundo Orlando Ribeiro, teria havido duas vagas de povoadores, uma de origem algarvia e outra setentrional⁹⁸. A ilha do Corvo, de acordo com este raciocínio, recebeu características das aldeias de montanha do norte de Portugal. As restantes diferenças culturais seriam explicadas pelo meio ambiente⁹⁹.

O tratamento da lã, na sua generalidade, segue o processo normal comum à cultura portuguesa. Mas como diz Rui Martins: «*é a actividade criativa dos habitantes das ilhas que explica as peculiaridades da cultura açoriana*»¹⁰⁰. Também os corvinos, em virtude de um clima agreste, de uma geografia montanhosa e do isolamento, tiveram de desenvolver a sua criatividade e adaptar-se, de modo a minimizar e solucionar alguns dos problemas do quotidiano. Continua o mesmo investigador: as «*necessidades prioritárias devem ter motivado a criação independente de novas soluções*»¹⁰¹. Estes habitantes, à imagem de tantos outros, viveram o complexo processo de inovação/difusão/adoção/rejeição¹⁰². A título de exemplo deste processo são algumas técnicas utilizadas, que adiante trataremos, como o método de tingimento da lã, o “joão nóia”, a predominância da lã na feita das roupas e as agulhas artesanais usadas na execução das barretas.

A lã produzida e trabalhada na ilha do Corvo destinava-se a diferentes produções têxteis, desempenhando um papel importantíssimo, dado que era a única matéria-prima disponível. Por este motivo aplicava-se a quase todo tipo de têxteis. Assim, vemos aplicado o pano de lã ao fabrico de vestuário e roupa de cama¹⁰³. O acesso às matérias-primas era difícil, por exemplo utilizavam-se botões de chifre¹⁰⁴. Sem esquecer o rigor do clima que exigia vestuário condicente.

O vestuário de lã aplicava-se à roupa dos homens: cuecas e camisote, calças, casaco curto, chamado “garota”, e casaco comprido (“camisola grande”), camurça de lã e coletes; aos adereços: a barreta, barreta de pala e boné e meias; à roupa das mulheres: saias, casacos e meias e ao têxtil de habitação: colchas, cobertores, tapetes. Denota-se a predominância da utilização da lã no fabrico do vestuário masculino. Eram os homens,

⁹⁷ MARTINS, 1986: 1

⁹⁸ *Ibidem*: 2

⁹⁹ *Ibidem*

¹⁰⁰ *Ibidem*: 3

¹⁰¹ *Ibidem*: 4

¹⁰² *Ibidem*

¹⁰³ ORMONDE, 1991: 3

¹⁰⁴ BULLAR, Joseph e Henry, *Um Inverno nos Açores e um verão no Vale das Furnas*. Tradução do Inglês por João Hicckling Anglin. 2.^a Edição, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1986, p. 247

que devido à execução das diferentes tarefas agrícolas, necessitavam de vestuário mais quente. Aqui verifica-se a influência do clima na indumentária.

A mulher que se casasse e não soubesse fazer malha tinha de aprender, pois os maridos queriam meias. Era uma exigência essencial. Aprendiam com as senhoras mais velhas, normalmente as mães ou avós. Eventualmente encomendavam-se as meias a alguma família mais necessitada, que executavam para venda, mas eram casos muito pontuais.

5. As coberturas de cabeça

Na ilha do Corvo existem três tipos de coberturas de cabeça: as *barretas*, os *bonés de pala* e *bonés de tecido*. Estas três coberturas de cabeça têm um único aspeto em comum, a sua execução em lã.

As *barretas do Corvo* foram introduzidas na ilha pelos corvinos que nos finais do séc. XVIII e durante o séc. XIX abandonaram a ilha, embarcando nas baleeiras americanas que passavam pela ilha a fazer aguada¹⁰⁵. As viagens em navios à vela eram longas, dependendo dos ventos, da rota, dos porões e da sua lotação. O destino final era os portos americanos da costa leste. Os marinheiros das baleeiras de modo a ocuparem o tempo e a executarem um agasalho para o frio, que se fazia sentir em alto mar, executavam as barretas. Os corvinos que viajavam a bordo aprenderam a técnica, «*assim sendo, aprenderam a tricotar este tipo de barretas, que foi transmitido às suas mulheres quando regressavam ao Corvo*»¹⁰⁶.

As barretas foram utilizadas, sensivelmente, até meados do século XX pelos homens adultos. As mesmas eram usadas durante todas as estações do ano, desde o levantar ao deitar, sempre que se saía à rua. O seu desaparecimento tem que ver com o falecimento dos homens que as utilizavam, havendo a gradual introdução dos bonés de pala. As mulheres usavam o lenço na cabeça.

5.1. As artesãs de barretas na atualidade

Os corvinos sempre foram um povo laborioso¹⁰⁷, particularmente as mulheres, a julgar pela descrição dos irmãos Bullar, a que já me referi sobre a fição, dedicando-se a múltiplos trabalhos domésticos. Por analogia, podemos depreender que esta atividade de execução das barretas pode ter assumido uma dimensão mais social extra lar, num convívio entre os familiares e a vizinhança. Contudo, desde um passado mais recente, à semelhança de todos os trabalhos anteriormente descritos, as artesãs executavam-nos no recolhimento das suas casas. Contudo, não impedia que nas noites de inverno não existissem reuniões mais alargadas de família e vizinhos.

¹⁰⁵ Testemunho de Rosa Mariana Mendonça, nascida a 14/06/1971.

¹⁰⁶ *Ibidem*

¹⁰⁷ BULLAR, 1986: 251

As artesãs, mulheres domésticas, viviam numa constante rotina de trabalhos domésticos no interior da habitação, mas também com tarefas com dimensão social, como ir à fonte, pois eram elas que faziam o transporte da água. Sem esquecer o amanho dos campos, particularmente nas épocas de sementeiras e colheitas, estas mulheres, quando tinham responsabilidades familiares, tinham de conciliar ao longo do dia as diferentes atividades, de acordo com os ciclos normais do ano. Os ciclos do ano eram marcados pelo calendário agrícola e religioso, que condicionavam a cadência e o ritmo de trabalho.

As atuais artesãs da ilha do Corvo, que se dedicam à produção individual das barretas, são quatro: Fátima Jorge, Maria Manuela Rita, Inês de Inês e Rosa Mendonça, sendo as duas últimas, respetivamente, mãe e filha. Têm idades compreendidas entre os 41 e os 80 anos, tendo como característica comum a aprendizagem da técnica por transmissão familiar na sua juventude. Todas vivem e trabalham nas suas habitações, onde conjugam os afazeres domésticos com a produção artesanal. A dedicação à produção artesanal é parcial. Destas artesãs, somente Rosa Mendonça, de 41 anos, tem uma empresa de produção de artesanato, produzindo em conjunto com a mãe, Inês de Inês, de 80 anos. As duas artesãs fazem da produção de barretas um produto familiar que visa a comercialização, dependem aproximadamente três a cinco horas diárias, respetivamente. Enquanto o pai e marido, José Mendonça, produz as fechaduras de madeira típicas do Corvo. Esta família tem-se distinguindo, desde a década de noventa do século XX, pela produção, comercialização e participação em feiras de artesanato regional, bem como pelo estabelecimento da sua residência como local de produção e venda das barretas e demais artesanato produzido. Uma verdadeira atração turística em contexto familiar. Cada barreta, para adulto, é comercializada por estas artesãs por 20,00€, auferindo um rendimento médio entre os 1000,00 € a 1500,00 € anuais. O fluxo de maiores vendas ocorre nos meses de verão e na época natalícia. No último caso, as aquisições são maioritariamente feitas por corvinos.

Fátima Jorge, de 65 anos, e Maria Manuela Rita, de 68 anos, dedicam-se também a tempo parcial à produção artesanal. A sua atividade é sazonal, normalmente no período de inverno. Todavia, a primeira confeciona barretas em miniatura, aplicadas a porta-chaves, para venda no comércio local por 3,00 €, podendo auferir 100,00 a 200,00 € anuais; a segunda, somente produz as barretas para oferta a familiares e amigos, tendo aumentado a produção na sequência do documentário *É na Terra não é na Lua* de Gonçalo Tocha, em resultado dos pedidos que lhe foram feitos.

Nenhuma das artesãs mencionadas e demais familiares estão inscritos no sistema de segurança social que permita a sua proteção enquanto produtores de artesanato. A artesã Rosa Mariana Mendonça, como empresária de produção de artesanato, está legalmente obrigada a apresentar declaração de rendimentos (IRS).

No que respeita aos apoios públicos e privados da atividade artesanal, somente a artesã Rosa Mendonça, na qualidade de empresária, teve o apoio do CRAA (Centro Regional de Apoio ao Artesanato), nomeadamente para a aquisição das embalagens para venda dos produtos, nunca tendo necessitado de recorrer ao crédito bancário. As entidades locais pouco interesse têm manifestado no apoio e preservação deste património. O principal apoio institucional provém do CRAA, afeto à Secretaria Regional da Economia. Contudo, as artesãs

não têm interesse em aumentar a sua produção, por um lado dedicam-se à produção dos produtos em tempo parcial e por outro a idade já não permite essas perspectivas futuras. Contudo mostram-se disponíveis para transmitir o seu saber, de modo a possibilitar a manutenção dos usos e costumes tradicionais, salvaguardando que é necessário dedicação e perseverança.

De 12 a 21 de Março de 2012 o Centro Regional de Apoio ao Artesanato, promoveu uma formação sobre as barretas do Corvo, visando a transmissão de conhecimentos com a valorização da arte tradicional e típica da ilha do Corvo. A formação foi ministrada por Rosa Mariana Mendonça a nove formandas, com idades compreendidas entre os 29 e 60 anos, durante cinco sessões de três horas. A formação não resultou numa nova dinâmica de produção de barretas. A maioria das formandas, apesar de terem concordado que a iniciativa foi positiva, não valorizou, do ponto de vista imediato, a produção de barretas, com exceção da formanda Conceição Fraga Mendes que tem o intuito de executar barretas em miniatura, destinadas à aplicação de porta-chaves. Esta formação poderia ter sido um incentivo à mudança do paradigma económico da ilha.

5.2. As barretas

As barretas do Corvo são «*tricotadas com lã azul-escuro, com uma grega em branco, terminando com um pompom*»¹⁰⁸. Os materiais utilizados eram a lã de ovelha natural, que depois de ser tratada, nas suas diferentes fases, estava pronta a ser utilizada. Como a criação de ovelhas foi abandonada nos finais dos anos sessenta do séc. XX, na atualidade faz-se a aquisição de lã sintética no comércio local ou, utilizando as novas tecnologias, através da internet. A vantagem das compras *online* é a diferença de preço em relação ao comércio local, conforme o local de aquisição e escolha do meio de transporte. A morosidade dos transportes marítimos torna-se no principal inconveniente. As quantidades são estabelecidas à medida das necessidades de cada artesã.

Uma das especificidades das barretas do Corvo é o seu pompom. O porquê da sua aplicação à barreta é intrigante, dado que, numa primeira análise é um desperdício de lã. A explicação para a aplicação do mesmo deve-se à origem das próprias barretas. O pé direito dentro dos barcos à vela era muito baixo, dependendo dos compartimentos e das características de cada embarcação, de modo a amortecer eventuais pancadas da cabeça na estrutura do navio aplicava-se o pompom¹⁰⁹.

5.2.1. Algumas Notícias Históricas

Os irmãos Bullar visitaram o Corvo em 1939, como companheiros de viagem tinham dois corvinos que possuíam «*barrete de pano castanho, bem enfiado na cabeça, com duas abas triangulares de azul presas à faixa circular da cabeça*»¹¹⁰.

¹⁰⁸ Testemunho de Rosa Mariana Mendonça, nascida a 14/06/1971.

¹⁰⁹ *Ibidem* e João Vieira Gomes

¹¹⁰ BULLAR, 1986: 247

Em 1924 o Corvo foi visitado por duas personalidades continentais, José Leite de Vasconcelos e Raul Brandão. O primeiro permaneceu algumas horas na ilha, integrando a comitiva de personalidades que visitaram os Açores a convite do jornal *Correio dos Açores*; segundo, deslocou-se a título individual e permaneceu na ilha durante catorze dias.

Estes dois visitantes identificaram as produções em lã como parte integrante da indumentária dos corvinos. Mas nenhum dá especial realce a este elemento.

Brandão refere-se aos homens, numa primeira imagem, do seguinte modo: «*homens de barreta, descalços e de pau na mão*»¹¹¹; com o decorrer dos dias, familiariza-se com estas figuras. Assim, descrevendo a dinâmica social do Outeiro, refere novamente, com mais algum detalhe: «*dos velhos baleeiros de pèra e barreta às riscas na cabeça, todos numa grande compostura*»¹¹².

Leite de Vasconcelos refere que «*as mulheres executam trabalhos caseiros de malha de lã (casacos para senhora, mantas de pescoço, cobertas, etc.), que vendem para fora*»¹¹³. Evidencie-se a ressalva do autor de que a produção era para exportação. Penso que é um exagero do autor neste aspeto. Mesmo que produzissem para exportação, a produção seria residual. O essencial da produção era para consumo interno.

Mais recentemente foi apresentado o documentário *É na Terra não é na Lua* do realizador Gonçalo Tocha¹¹⁴. Este realizador, nas sucessivas apresentações do documentário, surge sempre com uma barreta tradicional do Corvo. A execução da barreta pela artesã Inês de Inês está diluída ao longo do documentário. A justificação é dada por Gonçalo Tocha:

«É a história que se vai costurando. Dispersei o gorro pelo filme para criar ali um falso tempo, mas ao mesmo tempo era quase um baptismo. Ela tem aquela frase quando põe o gorro: “Agora já és um corvino.” Fazer aquele filme foi quase uma forma de me tornar um corvino, ou o que podemos fazer para nos tornarmos habitantes de um sítio. Aquele gorro só existe ali, mas já ninguém usa»¹¹⁵.

Gonçalo Tocha compreendeu que a barreta era um elemento identificativo dos corvinos, um resquício da cultura de outrora e do que ela representava. A ela foi transmitida como elemento cultural desta comunidade, mas o seu contexto social e económico alterou-se. O autor observa: «*não é uma questão de gosto, são as necessidades que mudaram*»¹¹⁶. Apesar de tudo é um símbolo da história do corvo que se costura na atualidade. O resultado foi o reforço da identificação dos corvinos com a sua barreta. Algo que estava esquecido e guardado em baús foi retirado. O documentário despoletou um revivalismo e simbolismo deste elemento cultural. O modo como é encarado e transmitido

¹¹¹ BRANDÃO, 1988: 45

¹¹² *Ibidem*, 48

¹¹³ VASCONCELOS, 1992, 78

¹¹⁴ TOCHA <http://visao.sapo.pt/goncalo-tocha-o-corvo-somos-nos=f654563>; Cf. <http://www.naterranaonalua.com/pt/press/>

¹¹⁵ <http://www.ionline.pt/boa-vida/goncalo-tocha-sempre-saiamos-corvo-pensavam-nao-iamos-voltar>

¹¹⁶ TOCHA, 2012: 25

é diferente, pois não tem a função de agasalho mas de identificação, que à data está a ser utilizado em ocasiões especiais da vida social, particularmente pelas gerações mais novas. A barreta é sinal de distinção e combinação de indumentária hodierna.

Presentemente, a pressão do mercado, embora circunscrito aos visitantes do Corvo e espectadores do documentário, tem demonstrado que é possível comercializar em quantidades apreciáveis este e outros produtos artesanais. Mas não há mão-de-obra disponível para a execução das barretas ou do artesanato em geral.

5.2.2 Técnicas de execução

As barretas do Corvo eram executadas pelas artesãs em casa, durante os serões das noites de inverno. Também podiam ser executadas por alguma artesã mais idosa, que ocupava o seu tempo a realizar estas tarefas, dado que a sua condição física impedia de realizar as tarefas mais pesadas.

Rosa Mendonça faz a descrição da execução da barreta:

«As barretas são feitas em tricô, em “ponto de liga”, com um conjunto de cinco agulhas redondas. Arma-se as malhas em quatro agulhas, e a quinta agulha fica sempre a auxiliar as restantes (Ver fotografia n.º 11). Ou seja, com a quinta agulha tricota-se as malhas de uma agulha e quando se chega ao fim dessa agulha, uma das agulhas fica sempre sem malhas. Este processo é repetido sucessivamente. Depois das malhas se encontrarem nas agulhas faz-se um bocado de tricô e dobra-se ao meio, unindo as duas partes sempre com as agulhas de tricô. Sendo estas malhas as de cor azul. De seguida, faz-se a grega em branco, pelo que se começa a tricotar com a lã branca e com a azul ao mesmo tempo, até se fazer a grega na totalidade (Ver Fotografia n.º 13). Quando se termina a grega, corta-se o fio da lã branca e continua-se a fazer a barreta em azul, crescendo umas malhas de modo a lhe dar um formato mais alongado.

Depois de crescer as malhas, faz-se um bocado sempre a direito e de seguida reduz-se as malhas até terminar a barreta (Ver Fotografias n.º 14 e 15).

A barreta termina com um pompom, que se faz do seguinte modo: enrola-se lã azul num pedaço de cartolina, em quantidade suficiente para o pompom ficar com o tamanho desejado. De seguida, corta-se a lã com uma tesoura e vai-se aparando o pompom de modo a ficar todo com o mesmo tamanho (Ver Fotografia n.º 16). Co-se este à barreta com uma agulha e linhas de costura (Ver Fotografia n.º 17)»¹¹⁷.

Em tempos mais recuados, as barretas eram feitas com agulhas que se encontravam à venda no comércio local, as denominadas mercearias, «*agulhas essas em que numa das pontas tinha uma “barbela”, (já não conheci essas agulhas), mas em virtude de já não se conseguir essas agulhas, houve a necessidade de adaptar as hastes dos guarda chuvas a agulhas*»¹¹⁸. Perante a falta de agulhas também se executavam em metal ou como de-

¹¹⁷ Testemunho de Rosa Mariana Mendonça, nascida a 14/06/1971.

¹¹⁸ *Ibidem*

signam em *verga*. A artesã Maria Manuela Rita utiliza dois tipos de agulhas: as duas mais antigas são de metal amarelo, com aproximadamente sessenta anos; as três mais recentes foram executadas pela mesma há três anos, aproveitando *verga* metálica (Ver fotografia n.º 21). Perante o desaparecimento do mercado dos utensílios necessários à execução, a comunidade adaptou-se às circunstâncias, e pondo mão nos materiais disponíveis, num processo de reaproveitamento, continuou a produzir as barretas.

5.2.3 Variantes contemporâneas

As barretas também sofreram uma adequação às necessidades e gostos da sociedade moderna. A mesma perdeu a sua função inicial de cobertura da cabeça contra o frio, para se incorporar como elemento de adereço de indumentária moderna ou de simples recordação a guardar em casa. A ilha passou a ser visitada por um maior número de turistas que desejam levar recordações ou *souvenirs* da ilha. A barreta assumiu essa função, com a subsequente necessidade de adaptação ao desejo, gosto e poder de aquisição de quem adquire. No que respeita à cor, Rosa Mendonça refere esta necessidade: «hoje *em dia, faço de todas as cores. Pois o turismo, por vezes, gosta de comprar as suas cores preferidas, mas mantenho sempre o mesmo padrão que era confeccionado antigamente*». Os primeiros pedidos com estas alterações ocorreram aquando das suas deslocações às feiras de artesanato a Ponta Delgada, nos anos noventa do século XX.

O ajustamento também é feito em relação aos tamanhos, continua a artesã: «*faço vários tamanhos destas barretas, ou seja, faço miniaturas que adapto a porta-chaves, miniaturas que servem apenas para ornamentação, para criança e para adulto*». A razão dos tamanhos não se restringe às diferentes faixas etárias, harmoniza-se com o poder de compra dos turistas. As miniaturas começaram a ser executadas pela artesã Rosa Mendonça. Em 2012, a artesã Fátima Jorge começou a executar porta-chaves de tamanho inferior às miniaturas. Este tipo de recordação foi posteriormente imitado e adaptado, no que respeita à grega, pela artesã Rosa Mendonça.

O turista que visita o Corvo é heterogéneo, quanto à proveniência, faixa etária e classe social. Há dois tipos de turistas que visitam a ilha: os que permanecem alguns dias e ficam alojados na ilha e os que se deslocam de barco, quer seja em semirrígido ou *Ariel*, propriedade da empresa *Atlânticoline*, e que somente permanecem na ilha durante duas a quatro horas.

A designação atribuída às coberturas de cabeça tem sofrido uma mutação. Assim, por influência da cultura comercial atual, atribui-se, de forma imprecisa, o nome de gorros, bonés e barretas a todas as coberturas de cabeça produzidas na ilha.

A artesã Rosa Mendonça deseja preservar o padrão utilizado, mas em simultâneo deseja adaptar-se às novas necessidades e gostos dos clientes. No fundo tenta conciliar o antigo e o moderno, com a preocupação de transmitir algo, mas com a devida diferença que a sociedade contemporânea exige.

Outra introdução recente, pela artesã Rosa Mendonça, na execução da grelha branca, conjugando os sucessivos pontos brancos intercalados com os azuis, é permitir que no interior da barreta fique gravada a palavra Corvo.

As miniaturas das barretas destinadas aos porta-chaves ou simplesmente para adorno da casa são uma nova marca. Como referimos anteriormente, a família Mendonça foi a preservadora e difusora do artesanato corvino, sendo a sua habitação o único local de comercialização. Com as novas dinâmicas comerciais e a construção de um minimercado na ilha, *O Cabral*, com as características comerciais modernas, achou-se por bem colocar as miniaturas das barretas junto à caixa de venda, ao lado dos chocolates e tabaco. O preço e a localização num contexto comercial tornam-se apelativos.

5.3. Bonés de pala

O boné de pala é uma derivação da barreta com a introdução deste elemento, com uma possível influência das coberturas de cabeça americanas (*Ver fotografia n.º 18*). As produções industriais americanas possuem a pala. Comenta a artesã Rosa Mariana: «*o modelo era igual à barreta, mas apenas com a diferença de ter uma pala, que era feita também em tricot. Colocando-se uma entreteia para fazer com que a pala ficasse mais firme, forrando e garantindo essa pala com um bocado de tecido*». A entreteia foi uma introdução mais recente, anteriormente utilizava-se sola de sapato ou outro material reutilizável com alguma consistência.

5.4. O Boné de tecido

O boné de tecido é uma introdução posterior: «*nova geração não gostando deste tipo de barretas e bonés, principiou-se a fazer uns bonés de tecido de lã também em azul-escuro, com outro feitio*»¹¹⁹. A nova geração a que a artesã se refere não é atual, são as gerações de meados do séc. XX. Estes bonés substituíram gradualmente as barretas. Esta cobertura de cabeça era feita a partir da lã de ovelha, depois de tecida e apisoada, sendo um trabalho de corte e costura, não de tricô. Também possuía uma pala à semelhança dos bonés de pala, com a mesma aplicação e respetivo revestimento. Uma das ofertas dos imigrantes eram pedaços de fazenda, que também serviam para confeccionar esta produção local. Na atualidade, esta cobertura de cabeça já não é confeccionado e, quando se quer utilizar, a sua aquisição faz-se no comércio tradicional.

6. Conclusão

O Baldio da Ilha do Corvo teve e tem uma relação de identificação com a comunidade humana, os corvinos. Local de produção económica principal e, outras vezes, complementar.

¹¹⁹ Testemunho de Rosa Mariana Mendonça, nascida a 14/06/1971.

Como podemos perceber, todo o processo de criação das ovelhas, tosquia, transformação, tingimento e execução das barretas ou coberturas de cabeças era moroso e complexo, mas com uma dimensão profundamente comunitária subjacente.

A sua utilização no passado era meramente pragmática: proteger do frio. A sua origem tem que ver com os baleeiros. Na ilha do Corvo, o clima agreste obrigava a uma adequada proteção da cabeça contra o vento, o frio e a chuva. Podemos dizer que era uma necessidade. Assim, há uma relação direta, na sua génese, com o mar e a montanha.

Na atualidade, as barretas e demais produtos adaptados são como que o motor da manutenção das relações de afinidade e identificação com a ilha, particularmente pelos corvinos ou descendentes de corvinos, ou simplesmente por aqueles que residiram algum tempo na ilha. Os habitantes da ilha oferecem as barretas na época de natal e aos seus amigos e familiares distantes. As barretas assumem a dimensão de dádiva familiar e afetiva, sendo aceites e reconhecidas como valor identificativo do corvinos e reforçando os laços familiares.

O turismo está em franca expansão, mas ainda não devidamente explorado nas suas diferentes potencialidades. As barretas e demais objetos produzidos tornam-se em lembranças ou souvenirs da ilha a par das fechaduras em madeira de cedro miniaturas. No fundo podemos dizer que há uma adequação às necessidades novas necessidades comerciais, despoletadas por este novo nicho económico.

Na execução das barretas há uma predominância da mão-de-obra idosa feminina, embora a realização de ações de formação, promovidas pelo Centro Regional de Apoio ao Artesanato tenha despoletado uma nova dinâmica produtiva, cujos efeitos económicos dependeram da perseverança das formandas.

Portanto, as barretas ou coberturas de cabeça, como se intitula este trabalho, tem uma caminhada de séculos, estando profundamente ligadas á identidade, à memória e ao património dos habitantes da ilha do Corvo. A sua preservação dependerá das atuais gerações e da sua capacidade de adaptação.

7. Bibliografia

- JORGE, Pe. Lourenço. 2001. *Notas do Corvo*. SARAMAGO, João, org. Vila do Corvo, Câmara Municipal do Corvo
- MEDEIROS, Carlos Alberto. 2001. Geografia Humana, in *Ilha do Corvo*,: <http://www.culturaco-res.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Default.aspx>
- TOCHA, Gonçalo. 2012. *A Ilha do Corvo – É na Terra Não é na Lua*. “Caderno de Bordo 2007-2012” que acompanha o DVD. s/l, edição conjunta de Alambique e IAC
- BRANDÃO, Raul. 1998. *Ilhas Desconhecidas*. 1.ª Edição, Lisboa, Editorial Comunicação.
- BULCÃO, António Lacerda. 1892. “Cinco dias na Ilha do Corvo”, *Archivo dos Açores*, vol. XI, n.º 66, Ponta Delgada.
- BULLAR, Joseph e Henry. 1986. *Um Inverno nos Açores e um verão no Vale das Furnas*. Tradução do Inglês por João Hicckling Anglin. 2.ª Edição, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada
- FORJAZ, Victor Hugo Forjaz, 2004. Atlas básico dos Açores (Coord.). Ponta Delgada: Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores.
- Idem*, Org. FRANÇA, Zilda; TAVARES, Jorge; ALMEIDA, Luís. 2011. *Açores – Ilha do Corvo – Um Vulcão geoturístico*. Ponta Delgada, Observatório Vulcanológico e Geotérmico dos Açores, Publicação n.º 51.
- GOMES, Francisco António N. Pimentel. 2003. *A Ilha das Flores: da descoberta à actualidade – subsídios para a sua história*. 2ª Edição, Lajes das Flores, Câmara Municipal das Lajes das Flores.
- HALPERN, Manuel. 2012. *Gonçalo Tocha: O Corvo somos nós*, in Visão: <http://visao.sapo.pt/goncalo-tocha-o-corvo-somos-nos=f654563>. (Consultado a 01-12-2012).
- LANGHANS, F. P. 1985. *Ofício antigos subsistentes nas Ilhas dos Açores – Flores e Corvo*. Angra do Heroísmo, Secretaria Regional de Educação e Cultura/Direção Regional dos Assuntos Culturais, Vol. I.
- OLIVEIRA, Fernanda Teigas. 1990. *Tricotar à mão e à máquina*, Edições Fada do Lar.
- MARTINS, Rui de Sousa, “Abrigos e Habitações Subterrâneos” e “Habitações Primitivas e Rudimentares”. 1991. In *Etnologia dos Açores*, Lagoa, Org. de Rui de Sousa Martins, Vol. II, Câmara Municipal da Lagoa.

- MARTINS, Rui de Sousa. 2001. "Calçadouros", chiqueiros e cabaças de leite na Ilha do Corvo. *In Vila Nova do Corvo – inventário do Património Imóvel dos Açores*, Angra do Heroísmo, edição conjunta do IAC e DRA, p. 27-30.
- Idem*. 1986. *Os processos criativos na cultura tradicional dos Açores e a questão das origens do povoamento*. Ponta Delgada, Centro de Estudos Etnológicos
- O'NEILL, Brian. 1983. "Algumas notas sobre o Associativismo Comunitário" in *Comunidades Rurais: Estudos interdisciplinares*.
- O'NEILL, Brian. 1984. *Proprietários, Lavradores e Jornaleiros - Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana, 1870-1978*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- RILEY, Carlos. 2001. "A Ilha despovoada", in *Enciclopédia Açoriana*. <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/default.aspx?pesquisa=corvo>. (Consultado a 01-12-2012).
- SHAFFER, Hanno. 2005. *Flora of the Azores a field guide*. 2005, 2.^a edição, Margraf Publishe.
- TOCHA, Gonçalo, *É na terra Não é na Lua*, in: <http://www.naterranaonalua.com/pt/>
Instituto Geográfico do Exército <http://www.igeoe.pt/cartoteca/cartogramaM889.htm>. (Consultado a 01-12-2012).

8. Anexos

8.1. Fotos



1 - 1914 - Vila do Corvo - *In História dos Açores, Facebook*



2 - Década de 60 - Dia da Lã - Cortesia José Saramago



3 - 1960/62 - Dia da Lã - *In História dos Açores, Facebook*



4 - Década de 60 - Dia da Lã - Cortesia Maria de Lurdes Avelar



5 - 1965 - Dia da Lã - Cortesia Maria Manuela Rita



6 - 1965 - Dia da Lã - Cortesia Maria Manuela Rita



7 - Década de 50 - Dia da Lã – Coleção de Francisco Medeiros in *História dos Açores*, Facebook



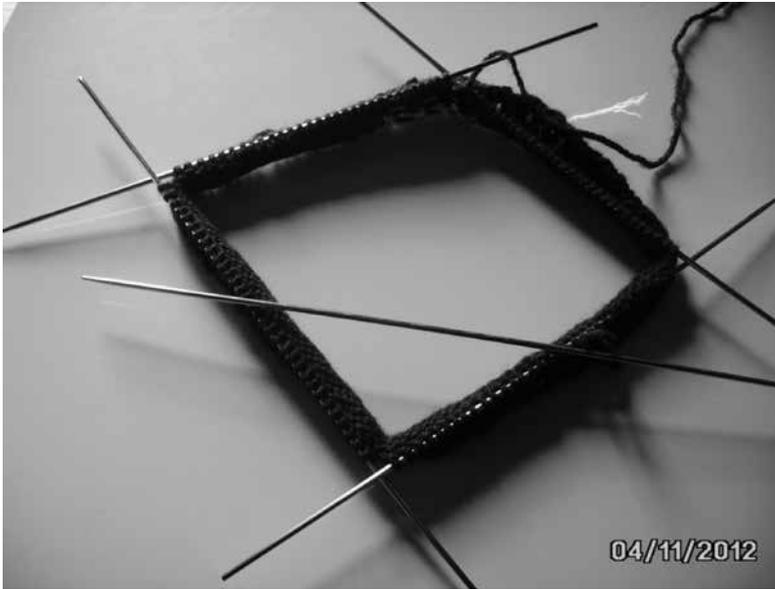
8 - Anos 50 - Dia da Lã – Cortesia Óscar Rocha



9 - Tesouras de tosquiar ovelhas - Cortesia José Saramago



10 - Miniatura de Barreta para porta-chaves - Cortesia Rosa Mendonça



11 - Execução da Barreta - fase A – Cortesia Rosa Mendonça



12 - Execução da Barreta - fase interior B - Cortesia Rosa Mendonça



13 - Execução da Barreta - fase B exterior - Cortesia Rosa Mendonça



14 - Execução da Barreta - fase C - Cortesia Rosa Mendonça



15 - Execução da Barreta - fase D - Cortesia Rosa Mendonça



16 - Pompom da Barreta - Cortesia Rosa Mendonça



17 - Aplicação do Pompom - Cortesia Rosa Mendonça



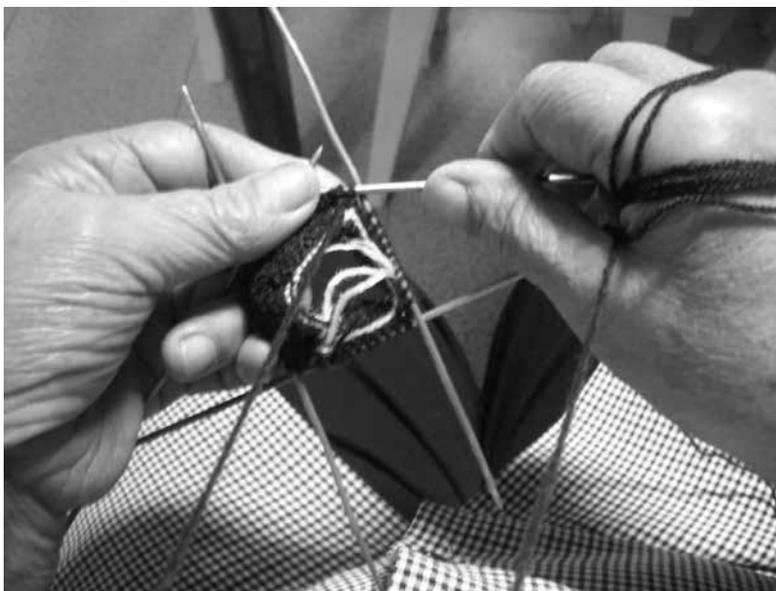
18 - Barreta com pala - Cortesia Rosa Mendonça



19 – Barreta - Cortesia Rosa Mendonça



20 - Barreta feita por encomenda e ao gosto do cliente - Cortesia Rosa Mendonça

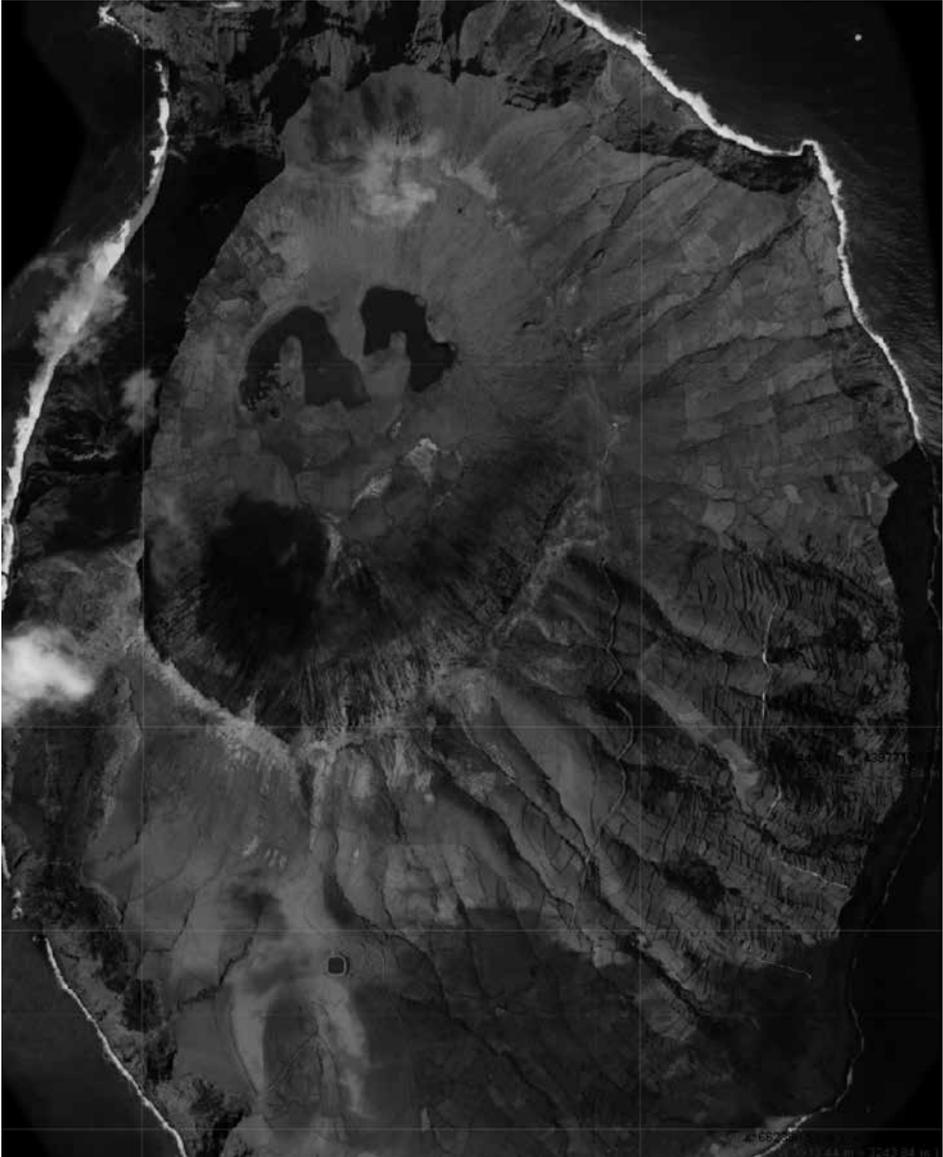


21 - Execução de miniatura de Barreta com agulhas artesanais em metal - Cortesia Rosa Mendonça



22 - 2012 - Grupo de Formandas de aprendizagem de execução de Barretas do Corco, com a formadora Rosa Mendonça - Cortesia Rosa Mendonça

8.2. Ortofotomapa do Corvo



Cortesia dos Serviços de Desenvolvimento Agrário das Flores e Corvo

8.3. Ortofotomapa com localização do antigo curral das ovelhas



○ Localização do antigo curral das ovelhas

ARTE E DEFESA DO PATRIMÓNIO

ARQUITECTURA E ARTES PLÁSTICAS NO PERÍODO DO ESTADO NOVO: ARTE, PODER E SOCIEDADE TERRITÓRIO PORTUGUÊS INSULAR ILHA TERCEIRA, AÇORES

*Duarte Manuel Gonçalves da Rosa**

A arquitectura resultante da política de obras públicas, e da afirmação do nacionalismo de um estilo forte e unificador, verifica-se, na geografia Angrense, tal como no território português continental, nos edifícios direccionados e vocacionados a necessidades, equipamentos e serviços específicos: escolas primárias, liceus, correios, sanatórios ANT, hospitais, bancos, construções para apoio à agricultura, palácios de justiça, etc.; caracteriza-se pela sua relação com o urbanismo, simplificação dos volumes, geometrização das formas, eliminação do que se opõe à arte pura, paredes lisas, funcionalidade, e, sobretudo, a utilização de novos materiais pré-fabricados como o aço, o vidro e o betão.

As artes plásticas – pintura e escultura – e a arte pública são objecto da descrição que se segue, ao jeito de fichas museológicas, através de obras que exemplificam a feição nacionalista, pouco aberta à modernidade, ilustrada na veneração aos feitos ancestrais, actos de bravura da reconquista, heróis mitificados, navegações dos descobrimentos e viver campesino.

Portugal uno na sua diversidade de riqueza cultural das tradições populares a honrar: o povo justo, bom – verdadeira alma nacional a respeitar: eis a reinvenção do povo do Estado Novo que constrói o seu esquema ideológico assente na tradição e na história – argamassa unificadora do presente com o passado. Das artes ao serviço da Nação é exemplo a exposição temporária realizada em Lisboa em 1966.

A ruptura com os códigos do século XIX, com a perspectiva e o conceito do belo, faz da pintura modernista uma *mélange* entre a delicadeza e elegância góticas e o simbo-

* Doutor em História. Sócio efetivo do Instituto Histórico da Ilha Terceira

lismo romântico, com destaque para o erotismo e naturalidade. Diversos *ismos* povoam o modernismo: cubismo, abstraccionismo, futurismo e surrealismo.

Em consequência da industrialização da segunda metade do século XIX, o modernismo revaloriza a arte e a sua forma de realização: execução manual. Nas artes decorativas, as curvas e os arabescos de influência oriental caracterizavam os objectos de uso quotidiano, subordinando-se, em conjunto com outras artes gráficas e figurativas, à arquitetura.

Obras de Maduro Dias, Dacosta, Domingos Rebelo, Canto da Maia, Manuel António Vasconcelos e Edmundo Tavares são a matéria deste estudo. Os três primeiros como pintores, o quarto como escultor e os últimos dois na área da arquitectura e engenharia civil; de Maduro Dias, integra-se uma obra de arte pública: o empedrado da Praça Velha em Angra do Heroísmo. Maduro Dias e Dacosta, nascidos na Terceira, Domingos Rebelo, Canto da Maia, Manuel António Vasconcelos em S. Miguel e Edmundo Tavares no continente português, porém radicado na Madeira, integram-se nas linhas de força antes explanadas e que serão sinteticamente relatadas nas fichas descritivas que se seguem.

1.



Antigo *Montepio Angrense*, actuais instalações do *Millenium* – Rua da Sé, Angra do Heroísmo. Edifício modernista modelo da arquitectura da primeira metade do século XX, utilizando o betão as estruturas férreas e o vidro, onde se nota o aproveitamento com sentido urbano e dinâmico de uma esquina. Projecto do talentoso engenheiro micaelense Manuel António Vasconcelos. Não só a relação da arquitectura com o urbanismo, mas também a simplificação volumétrica, geometrização das formas, amplas janelas e cobertura plana transformada em terraço são visíveis neste imóvel.

Edifício: *Montepio Angrense* – actual sede do *Millenium*

Datação: Século XX (1939)

Autor: Manuel António Vasconcelos

2.



Banco de Portugal, hoje Direcção de Finanças – Rua da Sé Angra do Heroísmo. Edifício construído para nele funcionar aquela instituição bancária. Modelo da arquitectura do estado Novo, de linhas simples, sóbrias e elegantes, cobertura plana, com uma discrição e equilíbrio ornamentais de acordo com a época e o fim a que se destinava. O edifício revela solidez e resistência a fim de transparecer segurança da guarda das poupanças das populações. Assumindo uma faceta de solar urbano, o imóvel é da autoria do arquitecto Edmundo Tavares, sendo a sua construção dirigida por Manuel Almeida Chaves. Demorou cinco anos a sua construção, ocorrendo a inauguração no ano de 1933.

Edifício: *Banco de Portugal* – actual *Direcção de Finanças*

Datação: Século XX (1933)

Autor: Edmundo Tavares (1892 – 1983)

3.



Tela modernista de cunho regionalista. As caravelas, o infante, o sonho, o padrão dos descobrimentos, as descobertas, as ilhas encantadas: eis a temática que Maduro Dias inclui neste quadro. As hortênsias e os bicos de cracas, alimento do mar, transformados em vulcão conotam o sentimento telúrico de inspiração regionalista. O mar, o céu de fogo e borrasca, e o corpo erótico de «mulher-nuvem» pairando sobre a ilha revelam-nos uma «mátria» feita de actos de bravura operados por heróis ancestrais. Na diversidade territorial está a unidade nacional.

Título: O Sonho do Infante

Datação: Século XX (1938);

Dimensões: 273 X 231 cm

Matéria: Óleo sobre tela

Colecção: Secretaria Regional de Educação e Ciência – Angra do Heroísmo

Autor: Maduro Dias

4.



Fresco da sala de audiências do tribunal de Angra do Heroísmo. De inspiração regionalista com forte influência do nacionalismo do Estado Novo, este fresco, de Domingos Rebelo elucida sobre a justiça assente na ordem social prefigurada nas diferentes classes sociais: clero, nobreza e povo, este, no seu viver campesino e marítimo. O militar, saindo do Castelo de S. João Baptista, com a sua presença, assevera, também, a ordem e a justiça. Esta afirmação nacionalista tem como cenário o Cais da Alfândega de Angra, vendo-se ao fundo a Igreja da Misericórdia. Apesar de datado já da década de cinquenta, revela todas as características formais e temáticas da primeira metade do século XX

Datação: Século XX (1959);

Dimensões: 828 X 340 cm

Matéria: Óleo sobre parede

Colecção: Tribunal Judicial de Angra

Autor: Domingos Rebelo

5.



Drama escatológico surrealista. No juízo final o homem revê as suas culpas através de outros seres da criação. Cães esventrados, animais escorraçados pela vaidade e impiedade que, juntos, lembram ao homem o ajuste de contas, para o qual este deve acordar do seu sono imemorial.

Quadro de cariz psicanalista, que enfatiza o inconsciente, insere-se na fase surrealista do autor.

Título: Diálogo

Datação: Século XX (1939);

Dimensões: 99 X 61 cm

Matéria: Óleo sobre madeira

Colecção: Galeria Nasoni

Autor: António Dacosta

6.



Esboço em gesso de estátua destinada a incorporar um dos quatro cantos – quatro pontos cardiais –, do monumento aos descobrimentos em Lisboa, este com concepção arquitetónica de Cottinelli Telmo, estátua dos Corte-Reais evoca a epopeia das navegações, descobrimentos e expansão portuguesa, enfatizada pelo nacionalismo do Estado Novo. A grandeza da pátria e a veneração pelos heróis e feitos ancestrais é o mote desta obra de arte. Academista, e fugindo à tendência modernista do construtivismo cinético e do abstraccionismo orgânico, o escultor cria uma obra segundo os parâmetros de exaltação nacional do regime vigente. A peça esteve presente na Exposição do Mundo Português em 1940.

Título: Os Corte-Reais

Datação: Século XX (1939);

Dimensões: 99 X 61 cm

Matéria: Gesso

Colecção: Museu de Angra

Autor: Canto da Maia

7.









Empedrado da Praça Velha em Angra do Heroísmo. Preclaro exemplo de arte pública que se inspira nas mantas de retalhos de lavor terceirense, conhecido também por *patch work*. Nesta obra o tecido é substituído, de modo figurado, pelo basalto e pelo calcário. O trabalho e a cultura populares são, na ideologia ditatorial salazarista, o símbolo da riqueza da diversidade regional que unifica a nacionalidade. No entanto, a estilização das colchas regionais da ilha Terceira, na geometrização do empedrado, remete para uma intenção modernista. Os operários foram os calceteiros que tinham trabalhado no Pavilhão Português da Exposição de Sevilha de 1928, que Mestre Maduro Dias conheceu em Lisboa.

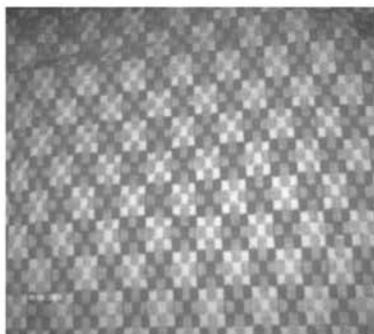
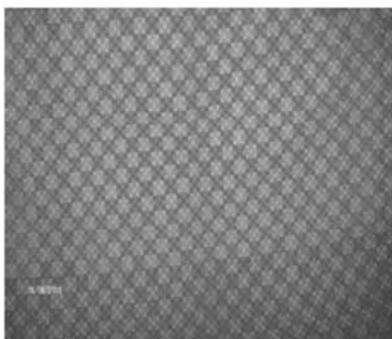
Título: Colcha de Tear (empedrado da Praça Velha, em Angra do Heroísmo)

Datação: Século XX (1930)

Dimensões: 41 x 24 m

Matéria: Basalto e calcário

Autor: Maduro Dias (1904 – 1986)



(Dois aspectos de uma das colchas do tear terceirense, sobre as quais Maduro Dias se inspirou no empedrado da Praça Velha de Angra do Heroísmo)

Bibliografia

- CASTRO, Laura e SILVA, Raquel Henriques da. *História da Arte Portuguesa – Época Contemporânea*. Universidade Aberta, Lisboa, 1997;
- FERNANDES, José Manuel. *Angra do Heroísmo: Aspectos Urbano-Arquitectónicos*. Instituto Açoriano de Cultura, Angra do Heroísmo, 2008;
- FRANÇA, José-Augusto. *O Modernismo na Arte Portuguesa*. ICLP, Lisboa, 1979;
- MARTINS, Francisco Ernesto de Oliveira. *Ilha Terceira: Cabeça das Ilhas Terceiras ou Ilha de Jesus*. Secretaria Regional da Economia – Direcção Regional do Turismo, Angra do Heroísmo, 1998;
- MERELIM, Pedro. *As Dezoito Paróquias de Angra*. Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Angra do Heroísmo, 1974;
- António Dacosta [Catálogo]. Secretaria Regional de Educação e Cultura – Direcção Regional dos Assuntos Culturais, Angra do Heroísmo, 1995;
- Cultura, Arte e Ensino no Estado Novo*. In <http://www.infopedia.pt/>, acedido em 30 de Maio de 2009.

DOCUMENTOS

A CAPITANIA-GERAL DOS AÇORES EM UM DOCUMENTO DE 1799. O GOVERNO INTERINO

José Guilherme Reis Leite e Manuel Augusto de Faria

Introdução

A morte do capitão-general Dinis Gregório de Melo Castro e Mendonça (1735-1793) desencadeou a formação de um governo interino das Ilhas dos Açores, nos termos do alvará de 12 de dezembro de 1770, que se publica em anexo.

Determinando Sua Magestade pelo Seu Regio Alvará de 12 de Dezembro de 1770, que faltando o Governador, e Capitão General em qualquer das Capitánias do Brazil, e Ilhas adjacentes Sucederia o Bispo da Diocese, e Chancellor da Rellação, e o Official de Guerra de mayor Patente. Succedeu no Governo destas Ilhas dos Açores por falescimento do Governador e Capitão General Deniz Gregorio de Mello e Castro o Bispo desta Diocese, o Corregedor desta Comarca em Lugar de Chancellor, e o Coronel Engenheiro destacado na Ilha de São Miguel, conciderado o Official de Guerra de mayor Patente, que havia nestas Ilhas;

(Extraído do ofício de 30 de outubro de 1797, do Governo Interino, ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos – AHU_CU, *Açores*, Cx. 26, Doc. 42)

A jurisdição religiosa dos Açores pertencia à Ordem de Cristo; consequentemente, o bispo de Angra, com a morte do capitão-general, ficou a mais alta individualidade de nomeação régia em serviço no arquipélago. Coube-lhe, pois, chamar os dois outros titulares de cargos públicos, na circunstância obrigados a assumir funções governativas: o corregedor e o militar de maior patente nas Ilhas.

A existência de um governo interino tinha sido pensada para resolver situações de emergência e, por isso, durar pouco. Não foi, contudo, o que aconteceu nas particulares circunstâncias açorianas, em que este durou seis anos, obrigando a sucessivas remodelações.

Numa primeira fase, o Governo Interino integrou apenas o bispo D. Frei José de Ave-Maria Leite da Costa e Silva¹, e o corregedor² Manuel José de Arriaga Brum da Silveira³. Chamado o oficial de maior patente nos Açores, o coronel engenheiro João António Júdice, em serviço de São Miguel, este não se apresentou, alegando condições de saúde.

O poder fica, de facto, a ser exercido pelo corregedor Arriaga.

... e se discordavão, nunca concordarão em convocar o 3.º, que a Ley chama. O Corregedor foi sempre o que levou nas suas paixões, ate o mesmo Bispo se conformar com a sua vontade.

A maior desordem que houve entre estes dois Governadores foi originada dos factos tendentes á moeda falça, cujo giro pertendeo o Bispo fazer cessar; mas o Corregedor com muitas violencias punia aos que a regeitavão, e por fraqueza do mesmo Bispo experimentarão os habitantes em seus fundos maior perda de 80 por cento, a qual he clarissima nos Livros da Comissão, e fundicção da mesma moeda falça.

(Da denúncia feita à Coroa contra o Governo Interino (1798) – AHU-CU, Açores, Cx. 27, doc. 13)

Inundava estas Ilhas já de tempos antigos immensa quantidade de Moeda falcificada de Cunho Castelhana que nellas girava, em para obviar esta desordem, mandou o defunto General por hum Seu Edital de 24 de Fevereiro de 1793 que girasse Sem Controversia todo o dinheiro de prata de qualquer Cunho que fosse como Sempre girara, ficando sómente prohibido o dinheiro falcificado de mistura de metaes; esta providencia abriu a porta á falcificação, e por que de dia em dia Se foy multiplicando o dinheiro falço, chegou o Cazo de Ser preciso vedar tam orrivel abuzo por meyo de hum Congresso de muitas pessoas desta Ilha convocadas pelo Bispo, e Corregedor preterito para Se assentar com pleno accordo na Moeda que geralmente devia Correr, e qual a que se devia prohibir, e não se concluindo Couza alguma nesta assembleia Se Repetio Segunda, em que Se assentou que corresse a Serrilha, o Cobre, e mais Moeda de Prata Castelhana de Cunho antigo, Conhecida-mente velha que Sempre girara nestas Ilhas, e Conforme com o Edital do Governador preterito, e prohibir-se totalmente a Serrilha cerciada e toda a mais moeda que visivelmente fosse fabricada de novo, e assim Se fez publico por edital do Bispo, e Referido Corregedor datado de 20 de Setembro de 1794.

Porque o Povo entrou em fazer estrepito, e a Suscitar diferenças Sobre o dinheiro, que Corria Ser velho, ou Ser fabricado de novo foi que o Corregedor

¹ Cf. Cónego [José Augusto] Pereira, *A Diocese de Angra na História dos seus Prelados*, Angra do Heroísmo, Ed. Livraria Andrade, 1950, pp. 169-178.

² Nomeado corregedor por Carta Régia de 28 de junho de 1790.

³ Cf. Francisco Ferreira Drumond, *Anais da Ilha Terceira*, 2ª edição, vol. IX, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico de Ilha Terceira, p. 195; Cf. Antonio M. Mendes e Jorge Forjaz, *Genealogias da Ilha Terceira*, Dislivro, vol. I, p. 106

preterito [Manuel José de Arriaga] pela Sua particular Jurisdição fez prender algumas pessoas que Se negarão a aceitar a dita moeda aprovada pelo Edital, e he de presumir teria aquelles procedimentos com conhecimento de Cauza, que ao Bispo não pertencia, assim como não pertenceu a providencia dada pelo dito Corregedor de fazer Contrastar todo o dinheiro falço, fazendo-o Serrar, e Lacrar nas mãos de Seus donos com ordem para mais não correr; e fazendo cessar por este modo toda a controversia Sobre a qualidade desta moeda, Sendo entam na que ficou aprovada e correndo em que Se experimentou a perda de 80 por Cento pela diminuição a que a reduzio o cerceio de tantos annos,

(Da resposta do Governo Interino enviada ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobre acusações que lhe haviam sido feitas (1798) – AHU-CU, *Açores*, Cx. 27, doc. 13)

Estes primeiros anos (1793-1795) correram especialmente mal para o Governo Interino, o que levou a Coroa a tomar providências, enviando para Angra o desembargador Luís de Moura Furtado, em quem depositava a maior confiança⁴. Vinha investido no cargo de corregedor.⁵ Desembarcou em Angra a 19 de maio de 1795, e passou a governar.⁶

A 19 de Mayo de 1795 chegou a esta Capital de Angra o Dezembargador do Porto Luiz de Moura Furtado munido de Huma Carta Regia, em que Sua Magestade o nomeia para vir pôr em Execução o Regio Alvará de 8 de Fevereiro de 1795, que Suprimiu a Moeda falça que girava nestas Ilhas, mandando-a recolher, e trocar por moeda de prata, Cobre, e Bilhetes, que a Mesma Senhora enviou na mesma occasião do Seu Real Erario para este fim, e que o dito Ministro para bem das Suas Comissoens fosse tambem Corregedor...

(Da resposta do Governo Interino enviada ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobre as acusações que lhe haviam sido feitas em 1798 – AHU-CU, *Açores*, Cx. 27, doc. 13)

Terá sido, pois, com agrado, que o bispo acolhe o desembargador Luís de Moura Furtado, no colégio governativo. Porém, a sua inépcia e indeterminação permitem a ascendência do desembargador Moura Furtado nas decisões do executivo.

... Reverendo Bispo indulgente, timorato, e indeciso...

(Do ofício do desembargador Luís de Moura Furtado ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, em 23 de junho de 1797 – AHU_CU, *Açores*, Cx. 25, Doc. 42)

⁴ Cf. José Guilherme Reis Leite e Manuel Augusto de Faria, *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. I, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2014, p. 227

⁵ Cf. Francisco Ferreira Drumond, *Anais da Ilha Terceira*, 2ª edição, vol. IX, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico de Ilha Terceira, p. 201

⁶ Cf. *Arquivo dos Açores*, IX, p. 248

Em Maio de sobredito anno de 1795 chegou alli o Desembargador Luiz de Moura Furtado, e logo foi voz geral na Cidade de Angra, que o Bispo lhe dava a mão, e lhe protestava, que todo se entregava a elle, e que nunca se afastaria da sua vontade, ainda conhecendo que gravava a sua consciencia, palavra que com escandalo tem cumprido, fazendo Governador em Chefe ao dito Luiz de Moura, a cuja Caza vai o Official da Secretaria já nomeado todos os dias com o Saco dos Requerimentos, e elle he que dita os despachos, e o primeiro que assina no seu competente lugar, e depois he que o Official os traz a rubricar pelo mencionado Bispo. Daqui se pode deduzir as paixoes, e injustiças que se sofrem á boca calada.

(Extraído da resposta do Governo Interino enviada ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobre as acusações que lhe haviam sido feitas (1798) – AHU-CU, *Açores*, Cx. 27, doc. 13)

... desde Logo Se comprometeu o Bispo hum Governo pacifico, e feliz, athe protestou huma boa harmonia, fundado em que hum Ministro escolhido para huma Deligencia de tanta importancia, e tam recomendado por Sua Magestade devia ter todas as qualidades necessarias para ella, e para o acerto do Governo em que entrava de Adjunto: qual Seria o Varão prudente, que assim o não ajuizasse! ... que Louvor não merece o Bispo na união que protestou a este Ministro, desde o principio, e de que tem visto os melhores efeitos athe pela Real Palavra!

(Da resposta do Governo Interino enviada ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, sobre acusações que lhe haviam sido feitas em 1798) – AHU-CU, *Açores*, Cx. 27, doc. 13)

Só em 10 de junho de 1797, o coronel engenheiro João António Júdice chega a Angra e integra o Governo Interino. E fá-lo em guerra aberta contra o desembargador Luís de Moura Furtado, que o acusa de incompetência no exercício de funções em São Miguel, posicionando-se ao lado do povo – e, implicitamente, da Câmara – contra o embarque de cereais, pressupostamente necessários ao alimento da ilha.

Reverentemente tenho a honra de hir á respeitavel prezença de Vossa Excelencia a participar lhe que sendo Deus Servido melhorar me da grande enfermidade que padeci, logo que me achei capaz de embarcar passei a esta Ilha Terceira onde me acho adjunto ao Governo Geral interino em virtude do Alvara de 12 de Dezembro de 1770. Igualmente tive a honra de pôr na prezença benigna de Vossa Excelencia antes de partir daquella Ilha para esta os escandalozos factos, e crimes cometidos pelo Corregedor daquella Comarca; pois sendo eu nomeado por este Governo para a factura dos Reclutas daquella Ilha me foi dado por adjunto aquelle Corregedor, na verdade Muito cruel e xefe de ambição; pois que tiranzando aquelle povo por todos os modos, cometeu o atentado de roubar publicamente na dilligencia dos Reclutas, tirando os que não herão privilegiados, e fazendo os que o erão, para assim encher o lugar daquelles que compravam a sua liberdade com dinheiro; daqui procederão as queixas, e clamores que continuamente me sercavão,

pedindo me que lhe acodisse, que lhe valesse na grande consternação, em que se achavão, vexados por aquelle a quem chamavão o Nero Portuguez, augmantando se cada vez mais a dezesperação do Povo, se augmentavão as quexas, e os clamores, chegando os da Villa da Ribeira Grande a dizerem que o não havião lá consentir a fazer Reclutas, pois que os ricos daquella Villa já tinham pactado o resgate de seus filhos pela quantia de cem mil reis cada hum. Nesta critica cuituação me vi consternado, vendo por huma parte o Povo justamente irado, e que me rogavam Se tocasse a Camara, que Se depozesse, e Se remetesse com os multiplicados crimes que tinha, o que não consenti, e por outro lado vendo o Povo inconsolavel, e impaciente, julguei por acertado valer me de hum termo medio para Suavizar o Povo, e ver Se aquelle Monstro de iniquidade parava na rapida carreira das Suas injustissas; para ver se de algum modo provia de remedio, evitando assim algum cazo extraordinario. Olhei, e vi o Regimento dos Governadores das Armas⁷, nelle achei que hum Cabo mayor podia emprazar o delinquente na factura dos Reclutas. Ex aqui Excelentissimo Senhor a baze em que me fundei para o emprazamento que fiz no dito Corregedor, para assim evitar algum motim do Povo, que com tanto fundamento receava: Eu não sou professor de Leys, não sei se obrei bem ou mal, e So Sei que o amor, e zello do Real Serviço me conduzio a esta acção, lembrando me que todo o Direito patrio Se funda na Saude, tranquillidade, e Socego dos Povos; Sim Senhor eu confio na incomparavel protecção de Vossa Excelencia, e na Real Clemencia de Sua Magestade, no cazo de eu não ter acertado no Sistema de providencia que busquei merecerei Ser desculpado diante do Trono em attenção a que o meu espirito Se derigio a bem do Real Serviço e Socego dos Povos tão recomendado pela mesma Senhora nas Suas Sacrosantas Leys.

(Da carta de 20 de Junho de 1797, do Coronel João Júdice, sem indicação de destinatário – AHU_CU, Açores, Cx. 25, Doc. 37)

Esta Galera Veneziana fretada pelo Negociante S. Payo com o destino de levar destas Ilhas varios generos para o Arsenal da Marinha por conta de Sua Magestadde, e de Particulares, apesar de munida para isto de trez Avizos de Vossa Excelencia datados de 25, e 30 de Março, e 10 de Abril do corrente anno, encontrou na sua pratica a mais declarada, e reprehensivel opposição no povo, e em alguns membros do Governo, que a elle se acoitava.

No povo, porque conhecendo a falta de abundancia de Trigos e Milhos na Terra recebavam a fome do Milho, que a Galera carregava, e outra Embarcação, que ao mesmo tempo chegou aqui tambem munida com huma Portaria Regia para a exportação dos trezentos, e cincoenta moios de grão, que não chegou a completar; nos membros do Governo, porque destituhidos do calculo do grão, que pode haver na Ilha, e do breve espaço do seu consumo, daqui athe a nova colheita, não podião tolerar que pervalescesse em contrario o meu ditame fundado nestes principios.

⁷ Cf. José Guilherme Reis Leite e Manuel Augusto de Faria (ed.), *Livro do Castelo*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2010, p. 388

Foi esta a primeira dissonancia que encontrei ha mais de dois annos, que este Governo Interino tem sido assistido do Reverendo Bispo de Angra, e de mim; mas porque entrou a 10 deste presente mez [junho] o Terceiro adjunto o Coronel Engenheiro João Antonio Judice, como Official de mayor Patente, que ha nestas Ilhas dos Açores e que havia muitos annos se achava destacado em São Miguel, e quasi invalido, e decrepito; este homem, a quem este Governo acabava de estranhar a pessima execução, que elle, e o corregedor havião dado ao Reclutamento, que de comum accordo se lhes havia encarregado, removendo-se-lhes a sua ulterior execução, e collocando nella o Major Clermont Prezidente geral do mesmo Reclutamento, este homem digo vendo desaplaudido o Serviço que acabava de Fazer naquella Ilha, e muito mal aceito o excesso, a que passou de emprazar para a presença de Sua Magestade ao Corregedor daquella Comarca, sem autoridade propria, e sem Ordem legitima para hum similhante procedimento, e que chamado pela Ley da Successão dos Governos vinha em circumstancias tam criticas incorporar-se neste, era bem natural, segundo o seu genio conhecido, dirigisse as suas vistas a donde supozesse a maior fortaleza deste Governo, para o contrastar, e combater.

Assim o mostrou a experiencia no primeiro passo que teve para se declarar, porque logo que no dia 10 do Corrente entrou de Adjunto, sabendo que o povo murmurava contra a carregação da Galera, que eu pelas positivas Ordens de Vossa Excelencia auxiliava abertamente, sem exame, e sem consulta dos outros membros do Governo mandou por hum Sargento tomar as Chaves do Celeiro donde sahia o milho para a Galera, para delle se prover o povo, o que não teve mais effeito que a declaração do seu partido, por lhe obstarmos ao intento, eu, e o Reverendo Bispo firmados nas Ordens de Vossa Excelencia ...

(Do officio do desembargador Luís de Moura Furtado ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, em 23 de junho de 1797 – AHU_CU, Açores, Cx. 25, Doc. 42)

Enquanto o desembargador denuncia o mau génio do coronel João Júdice, o bispo louva-lhe os serviços prestados!

Vejo me na precisa obrigação de dar parte a Vossa Excelencia que he chegada a esta Capital, João Antonio Judice, Coronel do Real Corpo dos Engenheiros, que por ter padecido molestias gravissimas, na Ilha de São Miguel, na qual Se achava, tambem no Serviço de Sua Magestade, na ocasião que entrei neste Governo, por falecimento do ultimo Governador, e Capitão General destas Ilhas, a quem nesse tempo avizei, para se recolher, na forma da Lei, que o chamava, por Ser o Official de Patente mais antiga que nellas havia: Veio emfim, quando poude, e Logo entrou a Governar, como a mesma Lei o determina, e vai Continuar com os acertos proprios das grandes Luzes de que he dotado, as quaes em muitas, e diversas ocazioens do Real Serviço tem mostrado com grande credito da Sua Pessoa, Como he Constante a Sua Magestade, e por isso nenhum favor lhe faço em dizer a Vossa Excelencia o que sinto na minha Consciencia a respeito delle; O

mesmo tem sido presente as dispoziçoens que este Governo tem dado, e vai dando em observancia das Reaes Ordens, por Vossa Excelencia insinuadas, e das quaes o mesmo Governo dá parte a Vossa Excelencia nesta occazião. Dezejo pomtualissimamente executar as Ordens da Respeitavel Pessoa de Vossa Excelencia a quem Deus Guarde.

(Ofício do bispo governador interino ao Secretário de Estado dos Negócios do Ultramar, datado de 10 de julho de 1797 – AHU_CU, *Açores*, Cx. 26, N.º 8)

Pouco durou a participação de João Júdice no Governo Interino. Chamado à Corte⁸ para prestar contas da sua participação no recrutamento em São Miguel, o Governo Interino pediu à Corte para se pronunciar sobre o militar que devia integrar o mesmo governo. O desembargador manifestamente prefere o governador do Castelo de Angra; diferente terá sido a opinião do bispo, ou, então, noutro sentido se terão manifestado as elites locais.

... como porem este [coronel engenheiro João Júdice] vay remetido a essa Corte por Ordem de Sua Magestade, e Avizo de Vossa Excelencia de 14 de Julho do Corrente Anno, e fique sendo o Official de Guerra de mayor Patente o Governador do Castello de São João Baptista, que tem a Patente de Tenente Coronel de Infantaria, não podemos duvidar que Seja este Official de Guerra que a Ley chama para adjunto deste Governo Interino; mas como nesta Capital Se acha o Governador proprietario da Ilha de São Miguel com Pattente de Mestre de Campo, e dous Mestres de Campo dos dous Terços auxiliares desta Cidade, e da Villa da Praya, que pela nova Graduação de Coroneis de Melicias presumem preferir nas Pattentes ao Sobredito Tenente Coronel de Infantaria, Governador deste Castello, resolvemos não convocar a nenhum delles athe que Sua Magestade determine qual delles he o que deve preferir e entrar de adjunto neste Governo, por evitar Controvercias entre elles...

(Do ofício de 30 de Outubro de 1797, do Governo Interino, ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos – AHU_CU, *Açores*, Cx. 26, Doc. 42)

Veio a ser nomeado para o Governo Interino o coronel do Regimento de Milícias⁹ de Angra¹⁰, Pedro António de Castil-Branco do Canto Melo e Sampaio (4-3-1798¹¹), embora a sua transitoriedade no lugar já estivesse traçada. De facto, por alvará de 12 de agosto de 1797, ou seja, já anteriormente à entrada deste coronel para o Governo Interino, fora nomeado o Capitão de Mar e Guerra Manuel do Nascimento Costa para Intendente da

⁸ Cf. *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, Vol. I, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2014, p. 206; AHU_CU, *Açores*, Cx. 26, doc. 27

⁹ Para esclarecimento deste posto de comando e respetivo corpo militar, ver Manuel Faria, “milícias”, *Enciclopédia Açoriana*, on line

¹⁰ Cf. Francisco Ferreira Drumond, *Anais da Ilha Terceira*, 2.^a ed., vol. IX, p. 125; Antonio M. Mendes e Jorge Forjaz, *Genealogias da Ilha Terceira*, Dislivro, vol. III, p. 128

¹¹ Cf. A.N.T.T, *Ministério do Reino*. Decretamento de Serviços, Maço 181, N.º 14

Marinha nos Açores¹², e que, por instrução específica da Corte, veio integrar o Governo Interino¹³.

Por diversas vezes, o desembargador Luís de Moura Furtado mostrara o seu desconforto no exercício das funções governativas¹⁴.

O tudo que acabo de expôr a Vossa Excelencia comprova bem a urgente necessidade, que já tive a honra de apresentar a Vossa Excelencia, de vir para este Governo o seu Eleito General, porque o mando de hum só sempre decipou o perigo das paixoes, que se multiplicão quando se multiplicão os membros do Governo.

Entretanto, Excelentissimo Senhor, protesto a Vossa Excelencia hir sustendo o que puder, apezar de ser victima dos arreigados prejuizos destes povos, a que só o zelo do Real Serviço me faria sacrificar a vida, a saude, e a fazenda, que tudo aqui tenho quazi exaurido, segundo as minhas forças, e em cuja recompença só aspiro, pela protecção de Vossa Excelencia, o retirar me destas Ilhas, ahonde tenho completado as importantes Comissoens, a que Sua Magestade me mandou a ellas; antes que algum acontecimento extraordinario, e insuperavel deixe mallogradas as minhas honrozias fadigas, e confundido, na opinião, o Serviço que tenho procurado fazer a Sua Magestade, e merecer por elle o Seu Real Agrado.

(Do ofício do desembargador Luís de Moura Furtado ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, em 23 de junho de 1797 – AHU_CU, Açores, Cx. 25, Doc. 42)

... não podendo por isso dispençar-nos de rogar instantemente a Sua Magestade a vinda do novo General para satisfação geral destes Habitantes, socego do Governo Interino Lasso, e já sem forças, bem deste Estado, e melhor Serviço de Sua Magestade.

(Do ofício de 9 de março de 1798, do Governo Interino, ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos – AHU_CU, Açores, Cx. 27, Doc. 13)

Só, porém, em 20 de março de 1799 deixou o cargo de governador interino, que passou a ser exercido pelo corregedor de Angra, José Acúrcio das Neves que havia sido nomeado por Carta Régia de 10 de setembro de 1798.

O bispo presidente, que desde cedo pedira a renúncia devido aos seus achaques, acabou por abandonar o governo só a 20 de setembro de 1799, por seus padecimentos se agravarem, sendo substituído, nos termos do alvará de 12 de dezembro de 1770, pelo Deão Mateus Homem Borges da Costa¹⁵.

¹² Cf. *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, Vol. I, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2014, p. 217

¹³ Cf. *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, Vol. I, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2014, p. 256

¹⁴ Cf. *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, Vol. I, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2014, pp. 295 e 297

¹⁵ Cf. Antonio M. Mendes e Jorge Forjaz, *Genealogias da Ilha Terceira*, Dislivro, vol. V, p. 248

O relatório que a seguir se publica, enviado à Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e dos Domínios Ultramarinos, é elucidativo da situação do Governo Interino e da Capitania-Geral dos Açores em final do século XVIII. Foi um período (1793-1799) caracterizado pela falta de autoridade e de eficiência administrativa, e pelo descontentamento ativo da governança local, com queixas ao governo de Portugal¹⁶.

Podendo a Mesma Senhora ter a certeza de que se os sucessos [do Governo Interino] não correspondem em tudo á nossa diligencia, hé porque a desolação geral em todos os ramos da subsistencia publica, em todas as Ilhas, vem de tam longe, que será dificultoso reforma lla em longos annos, e seria por isso impossivel remedia lla perfeitamente em trez, ou quatro de hum Governo Interino apezar de todos os esforços, faltando-lhe os meios, sendo o principal a força, e a Aucthoridade ja enfraquecida com a espera de hum novo Governo dominante, e nomeado ha mais de dous annos com esperanças de amplas providencias, e alivio geral destes Povos, cuja obediencia ja pouco reconhecida, e muito mal prestada, faz que quando requerem parece que mandam, ao passo que este Governo prudentemente, quando manda parece pedir;

(Do officio de 9 de março de 1798, do Governo Interino, ao Secretário de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, em resposta às queixas de que fora alvo. – AHU_CU, Açores, Cx. 27, Doc. 13)

O seu autor, MANUEL DO NASCIMENTO COSTA, foi o primeiro militar a exercer o cargo de Intendente da Marinha no arquipélago e, quando o escreveu, era, pois, membro do Governo Interino¹⁷.

Tradução dos mesmos constrangimentos sociais e geográficos que sempre bloquearam a ação do Governo da Capitania-Geral dos Açores.

¹⁶ Cf. introdução ao vol. II dos *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. II, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2016, pp. IV e V.

¹⁷ Cf. José Guilherme Reis Leite e Manuel Augusto de Faria (ed.), *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. I, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico de Angra do Heroísmo, 2014, p. 217. Sobre as funções do Intendente da Marinha, vide Alvará de 12 de agosto de 1797, in *Alvarás e Decretos do Conselho do Almirantado e da Fazenda da Marinha*, Livro 1, AHU_CU, Códice 991, fl. 92 e segs.

RELATÓRIO
(AHU_CU, Cx. 29, N.º 27)

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor

Tive a honra de ser encarregado por Vossa Excelencia, não só de viva vóz, mas por hum avizo de 2 de Agosto de 1798¹⁸, no qual era mandado informar a Vossa Excelencia individualmente sobre o contheudo no mesmo avizo, e relação, que o acompanhava, cujas copias invio com esta a respeitavel Prezença de Vossa Excelencia.

Ninguem melhor, que Vossa Excelencia conhece o encargo, e a responsabilidade desta Comissão. Experiencia e tempo são duas coizas indispensavelmente necessarias para o seu desempenho. Porem valendo me de algumas nuções, que tenho conseguido, e das ideas que tenho alcançado sobre o character das pessoas de quem vou a falar informarei a Vossa Excelencia, segundo o que dicta a minha consciencia, e com aquella imparcialidade, que deve ter quem falla a huma pessoa tal como Vossa Excelencia.

A respeito da Ilha de São Miguel, nem os tempos demaziadamente invernosos, nem as occupaçõens da Intendencia nesta Ilha, o Governo Interino de todas, e Deputação da Junta da Fazenda, e falta de embarcação apta nesta Ilha para passar ás mais, como reprezentei a Vossa Excelencia me tem dado lugar de hir á sobreditta de São Miguel. Mas sei que a Milicia¹⁹ daquella Ilha he bastante-mente falta da divida sobordinação, que os seus cheffes daonde se devia esperar huma armonia que exemplificasse os seus subalternos são os primeiros que dão lugar á intriga, e vivem na dezordem, malles que se podião remediar, e ivittar, tendo aquella tropa officiaes que não fossem naturaes dally, que muito bem podiam ser de muitos reformados que ha nesse Reyno, e então se seguirião dous enteresses, conseguir se a sobordinação, sem a qual não pode haver hum verdadeiro serviço, e a disciplina militar de que aquella tropa he tam extremamente distituida.

Sobre os enteresses, e administração da Fazenda Real extranho não se tomarem tantos annos contas ao defunto Feitor Virissimo Joze Pacheco, nem ao seu sobrinho que ha dous annos está servindo a mesma Feitoria depois da morte de seu tio. Não he tambem pequeno o inconveniente que cauza á administração da Fazenda desta Ilha o receber os pagamentos dos arrematantes de São Miguel tudo em bilhettes ao mesmo passo, que aquella Ilha abominou a circulação dos mesmos bilhettes. Parece hum acto formal de injustiça não fazerem aquelles arrematantes aqui os seus pagamentos em serrilha, visto ser moeda que elles unicamente adoptaram, pois deste modo ficaria mais suave o giro dos bilhettes nesta Ilha 3.^a, ao mesmo passo que girando só os mesmos bilhettes tem a população hum deterimento o mais sensivel no giro miudo.

Sobre os Magistrados que prezentemente [ocupam] os lugares da Ilha de São Miguel, não sei que hajão rumores opostos as suas reputaçõens, assim como os tem havido tantos a respeito

¹⁸ Publicado em *Códices do Arquivo Histórico Ultramarino*, vol. I, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2014, p. 252. Sobre o contexto militar internacional que explica as preocupações de organização defensiva do arquipélago, consultar Francisco Contente Domingues, “Um Destino Secundário (1668-1820)”, in *História Militar de Portugal*, coordenação de Nuno Severiano Teixeira, Lisboa, A Esfera do Livro, 2017, p. 368-369.

¹⁹ Cf. Manuel Augusto de Faria, “milícias”, in *Enciclopédia Açoriana*, Direção Regional da Cultura, edição *on line*; “A tropa da Capitania-Geral”, in *Actas da Conferência Comemorativa dos 250 Anos da Capitania Geral dos Açores*, Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira, 2017, p. 109.

dos seus antecessores. Será uma couza gratta a Sua Magestade se elles se forem conservando na mesma pacificação em que se achão.

Os bens do Concelho sei que naquella Ilha produzem hum rendimento annual de bem consideração, bom seria que os encarregados da sua administração dessem exactas contas das suas receitas, e despezas para por este modo se verificarem certas, ou incertas noticias que tenho dos extravios das mesmas rendas. Tomão por pretexto não só a Camara da Ilha de São Miguel, mas as das outras Ilhas, que a Fazenda Real absorve os seus rendimentos, e que por isso não podem acodir ás suas penções, nem proceder de sorte que utilize o publico. Esta propozição he pouco verdadeira pois a Junta da real fazenda, por ordens especiaes de Sua Magestade só tomou a sy a arrecadação dos dous por cento para aplicar melhor os seus rendimentos a beneficio da Fortificação de que as Camaras pouco tratavam apezar de ser aquelle imposto intistuido para esse fim.

No que respeita ao numeramento da gente do mar da Ilha de São Miguel, como tambem da quantidade, e qualidade das embarçações da navegação, e pescaria, espero os mapas competentes que juntamente não tem chegado por terem os tempos terriveis privado esta Ilha da comonicação daquella, Consta me porem que as pescarias que se fazem naquella Ilha sendo suficientes para a sustentação dos seus habitantes, podião ao mesmo tempo abundar para se fazerem as salgas suficientes para provizão dos navios da Crôa. Creio que poderia conseguir se este ramo de utilidade á Real Fazenda vindo o sal para aquella Ilha, e trez, ou quatro embarçações por conta de Sua Magestade para fazerem as mesmas pescarias, e salgas encarregando esta repartição a hum commissario abonado, e diligente, e sujeita á Inspecção de hum Ministro Conservador que dê repetidas contas do estado da sua repartição, ao Intendente da Marinha pra que elle as faça presente a Junta da real fazenda, e sulicitar todos os meynos de averiguar, e aumentar as mesmas pescarias.

Devo tambem dizer a Vossa Excelencia o que realmente me consta a respeito do Governador Interino da Ilha de São Miguel, Heronimo Pacheco de Castro; Este homem já em tempo do Governador proprietario lhe não tinha a divida sobordinação portando se absoluta, e revoltamente apezar do mesmo Governador contar entre as suas boas qualidades á de moderação, e regularidade. O mesmo Hironimo Pacheco de Castro sem cauza sufficiente, e sem autoridade legitima prendeo o Cappitam Mor da Ribeira Grande, cujo procedimento foi reputado huma formal injustiça por este Governo, com a mesma injustiça dificultou os soldos ao Sargento Mór João Leite de Chaves e Mello, homem apezar de hum genio aspero, de hum grande prestimo, e actividade para o serviço de Sua Magestade, seguindo se da sua prizão derigir o mesmo Governador Interino as obras da Fortificação para o que não tem alguma habelidade, e por isso prejudiciaes.

Consta me mais que o mesmo Governador Interino não tem obrado com a divida imparcialidade nas licenças dos embarques dos trigos, e mais generos, antes mostra porpenção para as pessoas da sua facção por quem sacrefica os interesses publicos. A respeito dos mesmos embarques dos trigos está este Governador Interino seguindo o exemplo de seu antecessor João Antonio Judice, que sendo proprio da Camara / até por determinação Regia / ter ella só a intendencia e economia das exportações, elles, contra o antigo costume, e praxe do Governador proprietario arrogarão a sy a autoridade propria da Camara, o que deo occasião a fazer se incerta a responsabilidade, e por isso alterar se a boa ordem, e haverem extorçoens que ofendem a boa administração do Governo publico daquella Ilha. Isto ordinariamente succede quando a autoridade está dividida, porque cada hum dispoem a seu capricho emputando huns aos outros as dezordens que sucedem. Pello que

fixa a autoridade de conceder, ou negar as exportações, ou á Camara, ou ao Governo já se evittão altracções que ofendem o bom regimem, e os enteresses dos particulares.

Tambem se conserva naquella Ilha o pernicioso abuzo de haverem humas medidas em terra outra a bordo contra a ordem geral que veyo para estas Ilhas de serem as medidas iguaes, e da mesma lotação. Esta dezordem dá tambem motivo a mormuração dos particulares pelos prejuizos que se lhe rezultão.

Para falar a Vossa Excelencia, mais individualmente sobre varios sujeitos daquella Ilha seria preciso huma relação infinita, basta só que eu repita a Vossa Excelencia que ali há huma grande falta de subordinação, que com os grandes aprendem os pequenos, e que cada hum na sua claçe se prezume dezobrigado de obedecer.

Direi da Ilha do Fayal tambem, segundo as nuções mais certas que tenho conseguido do material, e formal da mesma Ilha: A respeito da sua fortificação creyo se não tem extraviado os fundos destinados para esta repartição, porem persuádo me se não aplicado de sorte, que se verifiquem os fins para que se fazem tam concideraveis gastos. A falta de pessoas inteligentes que dirigão as obras da Fortificação, e que tenham as nuções indispensaveis da sua tatica he que dá occazião a redeficarem se, e fazerem se de novo pessas de fortificação que pouco valem para a defeza, e ataque que devem ser os seus objectos excenciaes. Por estas cauzas se deixa ver a grande necessidade que ha nesta terra, e mais Ilhas de Engenheiros que apliquem com fructo os fundos apliados á defeza dellas.

Sobre o caiz que se concidera naquella Ilha não há duvida sobre a sua utilidade, mas sim a há no lugar aonde deve construir-se, de sorte que fique praticavel o fazer se esta grande obra, e della se produza a consequencia de ficarem comodas as descargas que se fizerem. Primeiramente devem abandonar se todas as propozições expendidas na memoria do juiz de fora que foi daquella Ilha, e que Vossa Excelencia me entregou para eu me realizar sobre o seu contacto, pois vejo de todos os discursos feitos sobre esta mesma memoria, que não são adoptaveis as suas nuções. Devo pois dizer a Vossa Excelencia que huma das obras mais interçantes, e de mayores ventagens que se podia fazer naquelle porto era hum molhe, e para a construção deste não se pode marcar citio mais acomodado do que o da vizinhança do monte queimado, e abrigada da muralha deste mesmo molhe formar se então o caiz com mais comodidade. Não há duvida que esta obra demandará grandes gastos, e encontrará algumas dificuldades dos habitantes, que tudo querem de seu comodo, mas as empezas desta natureza não se reduzem a praxe sem avultadas despezas, e sem incomodar alguns particulares. Aquella Ilha pella sua cituação, pelo seu porto, pelos seus generos, he procurada de bastantes navios, e logo que estes tivessem os abrigos necessarios concorrerião aly com muito mayor abundancia, e farião o comercio daquella Ilha bastante vantajozo.

A respeito da Milicia desta Ilha do Fayal, não me consta hajão nella as faltas de subordinação, que se nottão na da Ilha de São Miguel, só sim penção algumas pessoas sensattas deveria ali haver hum tal ou qual corpo de tropa regular, que fizesse o serviço com mais exacção, e fizesse mais respeitavel huma Ilha ordinariamente frequentada de navios estrangeiros, que testemunhão a debelidade da sua guarnição.

Sobre os Ministros da Ilha do Fayal, e Pico, a respeito do juiz de fora desta, Luis Correa Teixeira Bragança, não me consta couza alguma opposta a boa reputação, que tem merecido ate ao presente. Na Ilha do Fayal aonde presentemente não há juiz de fora está a Camara encarregada do governo civil, os sujeitos que compoem o corpo da Camara, os que compoem o corpo de comercio,

e os que fazem aly a principal figura não tem entre si huma reciproca armonia, e a intriga aparece frequentemente entre estes sujeitos, e cada um delles quer sempre sobresahir aos outros, de que resulta não haver boa ordem no governo publico, o qual só poderá restabelecer um ministro sabio, e prudente, que quarte aquelles homens tudo o que for exceder os seus deveres.

Devo quando vou a tratar da administração da fazenda da Ilha do Fayal falar especificamente em Joze Pereira Borges Almoxarife da mesma real fazenda pois vossa Excelencia me manda, nas ordens que me deo que assim o faça.

Joze Pereira Borges não há duvida ser parente bastardo de Manoel Jozé de Arriaga Corregedor que foi desta Comarca, e que por este motivo sem ter a qualidade de criado hia frequentemente a sua caza, aonde por amizade tratava alguma couza do expediente da mesma Correição, mas indo sempre pronoiar ao Hospital Real das Milicias de que era escrivão do Almoxarifado, exercicio em que servio a Sua Magestade por tempo de trinta, ou mais annos. Vagando pois o Almoxarifado da Ilha do Fayal, fez este sugeito petiçam a este Governo o qual em attenção as atestações dos seus serviços mandou ouvir a Camara daquella Ilha, que o propôs em terceiro lugar. Vendo este Governo, que o primeiro proposto era hum homem, que tendo navegado varias vezes para a America tinha falido de bens, e que alem disso não tinha as mais qualidades, que erão necessarias, o deixou de attender, o que tambem fez ao segundo, porque sendo hum homem, que á pouco tempo acabava de ser caixeiro de hum negociante não tinha fundos alguns, nem serviços, nem outras circunstancias indispençaveis; Escolheo porem este Governo o terceiro, Joze Pereira Borges por concorrer nelle serviço de trinta e tantos annos prestimo, e probidade, e por afiançar a fazenda de Sua Magestade de tal sorte, que se não pode exzitar sobre a sua segurança. A respeito da administração da fazenda depois, que este homem he Almoxarife consta-me, que prestara algumas somas ao Governador daquella Ilha, que ahi se acha nessa Corte, para com ellas assestir as embarcações da Croa antes de ser emcombido disso o Comerciante Francisco Joze Teixeira de São Payo, porem tambem me consta, que negando o mesmo Almoxarife ao sobredito Governador a entrega de mais dinheiros por lhe parecer excessiva, o mesmo Governador se malquistara com elle injustamente segundo ouso discorrer.

A Ilha Graciosa, apezar da sua pequena extensão tanto no formal como no material merece ilogio, a Ilha he sumamente produtiva, qualidade devida á muita industria dos seus habitadores os quais tem sabido abastar-se por effeito das exportações, e entre elles não ha desordens, que notar.

A Ilha de São Jorge, como não avulta muito em negociações, os seus habitadores vivem ordinariamente entregues aos tráficos do campo não dão motivo de queixa, nem assumpto para alguma arguição.

A Ilha das Flores, e Corvo, como tambem a Ilha de Santa Maria, a respeito de seu estado militar, e cível não sei couza notavel, que deva aqui expôr; não duvido, que estas Ilhas mereção alguma reforma a respeito, de hum, e outro estado, porem isto provem do mau uzo em que ali estão as couzas ha muitos annos, e não culpa dos habittantes presentes, que vão seguindo os mesmos abuzos que acharão. Ora como estas Ilhas não são demaziado objecto, e ficão em distancia desta Capital, não consta aqui couza, que mereça contemplação.

Sobre esta Ilha terceira de que tenho adquirido mais nuções por experiencia fallarei primeiro sobre a sua fortificação. Como por avizo de Sua Magestade derigido a este Governo se mandou pôr estas Ilhas na possivel defeza tratou logo este mesmo Governo retificar aqui muitos fortes demolidos, montar a artilharia mais util repudiando se a incapas de laborar. Para fazer estas obras de

hum modo de que pudesse rezultar algum fim proveitozo, e com brevidade que se demandava foi preciso valer dos materiaes que havião pois era incompativel usar de outros em huma Ilha, aonde faltão a mayor parte dos generos incenciaes, que pedem semelhantes obras de sorte que segundo tenho observado, se praticou tudo quanto era possivel para a defeza desta mesma Ilha, e com as comodidades proprias a não lezar a fazenda real, nem deixaria de succeder assim estando as obras das fortificaçõens sujeitas a expecção vigilancia, e bem conhecido zello do Dezembargador Luis de Moura Furtado, ministro o mais incansavel, e dos mais propio para a serviço de Sua Magestade, e zellar o que pertence aos seus reaes interesses.

Não duvido que alguns fortes retificados, e alguma enovação nos mesmos deixam se de ser feitos fora de preceito da fortificação porem, que mais podia executar se em huma Ilha aonde não há engenheiro, nem operarios proprios para semelhantes construções? Com que Excelentissimo Senhor as obras que estão feitas de fortificação, e continuão são do modo possivel as mais praticáveis nas circumstancias desta Ilha.

Direi tambem o que sinto a respeito dos extravios, e contrabandos. Não duvido, que em huma Ilha como esta com tantos portos abertos, possão inopinadamente chegar a elles alguns barcos, que exportem contrabandos, e tenham havido extravios; para evitar porem huma, e outra couza do modo possivel, e remediar parte deste mal tenho unido as minhas deligencias ao incançavel zello do juiz de fora, e alfandega Joze Acurso das Neves para evitarmos este concidiravel prejuizo aos interesses da real fazenda. Fica bem conhecido a facil exportação de trigo, milho, e carnes de porco feita daqui para a Ilha da Madeira he que dá occazião a que huns poucos que querem principiar a sua fortuna por meyo do delito introdução contrabandos, e fação extravios os quais se evitarão muito bem se os socorros que devem dar se a Ilha da Madeira dos sobredittos generos fossem só concedidos aos comerciantes da primeira notta pois estes não costumão manchar se com os sobredittos tratantes de que assim fallo, homens que expreirão a occazião para tirarem os fruttos da sua criminoza industria.

O governo politico desta Ilha he segundo observe bem incomodo ao publico essencialmente no que respeita a economia do Senado. O corpo deste he ordinariamente composto dos principais da Ilha, e proprietarios dos generos os necessarios para o consumo della, ou precisos para a exportação. Para qualquer das couzas, que os ditos generos sejam applicados os camaristas pella mayor parte sempre estão prevenidos a favor do interesse particular. Fallarei expecificamente a respeito dos trigos, e carnes, como os mencionados camaristas são senhores dos trigos, e o Senado he quem faz as liquidaçõens annuaes elles sempre calculão de tal sorte as mesmas liquidaçõens que redundão em beneficio, ou das suas consinaçõens, ou dos seus pagamentos, jugos a que quase todos elles estão sujeitos, e se se trata de exportação elles sempre procurão pretextos, ou para que esta não seja feita com regularidade, ou para que a terra não seja socorrida como deve pois estes dous pontos creio eu devem ser muito regulados pella prodencia, e pelo bem particular, e publico. A respeito das carnes elles são ordinariamente os senhores das manadas, negão a venda dos seus gados aos marchantes, fazendo das suas cazas assim como o Bispo açougues particulares acontese haverem muitas semanas em que se não abre açougue publico deixando de haver carne para o povo, e ainda para os miseraveis doentes, e a fazenda real prejudicada nos direitos que lhe competem. Isto he hum incomodo o mais sensivel, e o Capittam General defunto para o ivittar de alguma sorte obrigava os criadores da Ilha de São Jorge a trazerem gado a vender a esta Ilha de verão para que na estação do inverno se gastasse o gado proprio da Ilha, e ficasse deste modo mais facil o vencer a retenencia destes proprietarios.

Passo a falar do serviço militar. Em parte nenhuma do mundo he elle mais mal exercitado, huns miseraveis homens pella mayor parte costumados a pegar no arado, e na emchada, sem deciplina, e sem ordem não produzem couza alguma a que se possa chamar hum verdadeiro serviço, ao mesmo tempo, que tanto com o Terço²⁰ desta cidade como com o da Villa da Praia está Sua Megestade gastando annualmente para sima de trinta mil cruzados no pam que se lhes dá. Os officiaes dos ditos Regimentos nunca jamais montão guardas, e estas só sim são comandadas por officiaes inferiores, que se não tem os defeitos inculpaveis dos soldados tem outros, que concorrem para hum pessimo serviço. Os officiaes mayores que são quase todos filhos segundos das primeiras cazas daqui quando ha pagas²¹ sempre se excuzão a hir a ellas com o pretexto de não terem os seus uniformes prontos, e o Coronel do Regimento de Melicias desta cidade sendo hum homem tão distinto, e detem bons conhecimentos pouco uteliza com elles pois não perde occasião de perturbar o bom juizo que Deos lhe deo. Eu teria muito mais que dizer sobre este objecto se não visse que a paternal vigilancia de Vossa Excelencia se antecipava a mandar formar hum Batalhão regular²², que fação hum serviço enteressante. Finalmente estes homens pelas grandes ideyas que fazem das suas fidalguias, e porque se presumem abastados deixão de ter aquella divida sugeição tam necessaria para produzir bons effeitos o trabalho de quem governa. Tudo que não he ir com o seu sistema, adoptar os seus abuzos he motivo de disgosto apezar de se procurarem todos os meyoys de conservar a harmonia.

Falarei ultimamente a respeito do governo eccleziastico. Segundo a vos geral, o Prelado desta Dioceze não uza de huma escrupuloza escolha a respeito das pessoas que nomea para o ministerio da Igreja. As prebendas, os beneficios, e mais empregos ecclesiasticos na distribuição delles consulta mais a sua vontade, que os merecimentos dos sujeitos. A sua caza he habitada de rapazes sem educação nem instrução, e elles he que compõem o corpo da sua familia. Hum menorista de poucos annos que ahi se acha prezentemente nessa Corte he o secretario deste Prelado, ainda que aparece em habitos seculares. Este homem sem erudição alguma, sem nenhuns conhecimentos para tal emprego he quem o mesmo Prelado tem em huma estima sega, e he a quem tem emrequecido vantajozamente a sua porporção.

Tudo o que levo ditto a Vossa Excelencia he segundo o ditame da minha consciencia, e os informes mais exactos que tenho podido conseguir. Em occasião nenhuma devo faltar á verdade nem costume principalmente quando debaixo da mais sagrada particularidade informo a Vossa Excelencia de couza que tendem ao bem particular, e publico.

De Vossa Excelencia a quem Deos Guarde

Illustrissimo e Excelentissimo Senhor Dom Rodrigo de Souza Coutinho

Subdito reverente

Angra 8 de Mayo 1799
Manoel do Nascimento Costa

²⁰ Designação anterior do então Regimento de Milícias. O Terço era comandando pelo mestre-de-campo, que passou a ter a patente de coronel.

²¹ Leitura incerta.

²² Batalhão de Infantaria com exercício de artilharia do Castelo de São João Batista.

QUEIXAS SOBRE O QUE SE PRATICA NAS ILHAS DOS AÇORES

Quanto ao Governo Eccleziastico ou Episcopal

As nomeações de prebendas, igrejas, e benefícios, não se fazem pelo methodo determinado nos alvaras, e ordens de Sua Magestade, se algum edital se fixa para apparecerem os pertendentes, he só dirigido às vacaturas de Angra, e não ás mais do Bispado.

São muitos os clérigos das Ilhas anexas, que tem papeis a espera dos sitios editais, como se não afixão não tem meyo de os apresentar, e ficão preteridos. Muitos ha que sem informe do Bispo tem obtido propriedades, e vindo com as cartas, se tem empenhos, por se não dizer outra couza, são colados, e se só se fundão nas mercês regias padecem.

Quanto ao Governo, Politico, Civil, e Militar, continua na mesma desordem, e se suspira pella hida do General.

São consideráveis as despezas, que se tem feito nas fortificaçõens da costa em todas as ilhas, e de nenhum fructo, assim, pella sua má administração, como pelo nenhum interesse em beneficio que dellas resulta; pois a artilharia para que estão levantando carretas de madeiras humas verdes, e outras de navios já condemnados, e ardidias, apenas poderão sofrer duas ate tres descargas, se tiverem artilheiros que as manobrem, o que não há. As dittas pessas são de ferro, e estão ha muitos annos no cham vindo nestes termos a ser perdida a grossa despeza, a que se manda assistir com tal grandeza, que se passarão ordens aos almoxarifes recebedores para contribuïrem com todo o dinheiro necessario.

O actual Almoxarife he Joze Pereira Borges, que nada possui de seu, e por empenhos he que foi provido naquelle officio de recebimento, que he mayor que o da Alfandega da Capital, isto pelo serviço de ser criado do Corregedor, que foi daquella Comarca, Manoel Joze de Arriaga, preterindo-se pessoas de abonação, que a Camara da ditta Ilha nomeou em primeiro lugar, e a não se atalharem as ditas despezas, e outras muitas por folhas, em que são evidentes os prejuizos da Real Fazenda, se verá esta sempre empinhada, e sem meyo de resgatar o melhor de cento e oitenta mil cruzados, que girão em papel com grave damno do comercio.

Pello que pertence a Contrabandos

Não são poucos os que entrão nas Ilhas dos Assores, que vão da Madeira, e se admitem ali a despacho, espalhando-os por ellas.

Negociante de boa fé, não he compreendido naquella infame negociação, quem o trata são pessoas, que não tem credito, nem fazenda que perder, as quais se permite huma livre, e geral exportação de trigo, e milho, não sendo das contempladas na lei, para gozarem o beneficio;

Revistos os livros da Alfandega há constar delles, que em annos passados só em occaziõens da falta de mantimentos se navegava pam para a Ilha da Madeira nas embarcaçõens proprias da terra, e pelo de lá he que o vão buscar a frete, e de compra, sem que appareção com dinheiro, nem descarreguem para a sobreditta Alfandega mercadorias de concideração, que pague direitos a Sua Magestade.

[Folha de rascunho inclusa no processo, manifestamente escrita na sequência da leitura da informação do Intendente da Marinha Manuel do Nascimento Costa, com instruções do próprio Secretário de Estado ou de alto funcionário com competência de decisão]

Para o Intendente da Marinha das Ilhas dos Açores ha de responder se lhe louvando muito o seo zelo e que Sua Alteza Real se aproveitará das informações que elle dá a respeito do que convem ao real serviço e do mais que tão dignamente fez subir subir á Real Prezença

He preciso principiar a lavrar algumas Instrukçoens para o novo Governador da Ilha de São Miguel, quaes as que se derão aos outros e tambem na mesma se ha de ajuntar o que refere o Intendente sobre a insubordinação da tropa da Ilha de São Miguel a fim que elle os reduza á conveniente ordem: ha de recomendar se lhe a abolição dos pés de castelo e a maior exação no serviço militar, e ordem e economia na receita e despeza da Real Fazenda indicando lhe que em todos estes artigos depende da obediencia que deve ter ao seo Governador Geral das Ilhas.

ANEXO

Alvará de 12 de dezembro de 1770

Eu El Rey. Faço saber ao Vice-Rei, e Capitão General de Mar, e Terra do Estado do Brazil, a todos os Governadores, e Capitães Generaes do mesmo Estado, do Pará, Reino de Angola, e Ilhas adjacentes a este Reino, e a todos os mais Governadores dos mesmos Estados, Ministros de Justiça, e Fazenda, e mais Officiaes da Administração della, Fidalgos, Cavalleiros, Gente de Armas, que nas ditas partes tenho, e a todos, e quaesquer Officiaes de qualquer qualidade, estado, e condição que sejam, que este Meu Alvará perpetuo de Successão virem, e mando que todas as vezes, que acontecer faltar qualquer dos sobreditos Vice-Reis, Governadores, e Capitães Generaes das sobreditas Capitanías, ou Governadores dellas, ou seja por causa de morte, ou de ausencia dilatada do districto das mesmas Capitanías, ou por qualquer acontecimento, que requeira a prompta providencia sobre a Successão do mesmo Governo: Seccedão, e entrem nelle o Bispo da Diocesi, e na sua falta o deão; o Chanceller da Relação; e o Official de Guerra de maior Patente, ou que for mais antigo na igualdade dellas. Nas Capitanías, em que não houver Bispo, substituirá este lugar o Ouvidor da Comarca, entrando o Vereador mais antigo; e enfim, e da mesma forma deverá executar-se naquellas Capitanías, em que não houver Chanceller, entrando em seu lugar o Ouvidor. Na falta de alguns dos sobreditos nomeados succederá aquelle, ou aquelles, que os substituirem nos sobreditos cargos, em quanto Eu não der outra especial providencia; e todos os assim nomeados me servirão de commum acordo com o mesmo Poder, Jurisdição, e Alçada, que compete aos Governadores, e Capitães Generaes das Capitanías, e aos mais Governadores dellas. Notifico-vo-lo assim, e vos mando a todos em geral, e a cada hum em particular, que recebaís por Meus Capitães môres, e Governadores dessas partes aos sobreditos, quando succedão os referidos casos; e lhes cumprais seus mandados inteiramente, assim como a Meus Capitães môres sois obrigados a fazer, sem a isso pordes dúvida, ou embargo algum. E elles usarão em tudo do Poder, Jurisdição, e Alçada, que tenho concedido aos Governadores, e Capitães Generaes das ditas Capitanías, quando esta Successão aconteça verificar-se em qualquer das ditas Capitanías, estando ausentes os sobreditos: Hei outrossim por bem, e mando, que se lhes leve recado com toda a diligencia a qualquer parte, em que estiverem, por mais remota que seja, sem embargo de quaesquer Leis, Regimentos, usos, e costumes, que haja em contrario. E logo que os ditos receberem recado da sua Successão nos referidos Governos, poderão exercitallos na fórmula assim declarada. Não estando porém presentes mais que duas das ditas Pessoas, essas governarão até vir a terceira: E não estando presente mais que huma, essa governará até chegarem as outras duas: E vindo huma das ditas Pessoas primeiro, governarão ambas até vir a outra: E quando governarem duas sómente, se forem diferentes em parecer, tomarão por terceiro, nos casos, em que se não conformem, o Ministro de letras de maior graduação, que lhes ficar mais perto; e na falta delle, o Provedor de Minha Real Fazenda; e na falta destes, o Vereador da Camara mais antigo. Logo que chegar o Governador, e Capitão General, que Eu for servido nomear, não poderão mais usar de Jurisdição alguma as Pessoas, que até a sua chegada governarem, antes lhe entregarão o Governo. E quero, e me praz, que este Meu Alvará tenha perpetua força, e vigor, e que se cumpra inteiramente, como se fosse Carta principiada em Meu Nome, passada por Minha Chancellaria, e sellada com o Sello pendente della, sem embargo da Ordenação do Livro segundo, Titulo quarenta, que diz, que as cousas, cujo effeito houverem de

durar mais de hum anno, passem por Cartas; e passando por Alvarás, não, nem se guardem. E valerá outrossim, sem embargo da Ordenação do mesmo Livro, Titulo trinta e nove, que o contrario dispõe. E deste Alvará se remetterão Exemplaes a todos os Governadores dos mesmos Estados, Reino, e Ilhas, para na fôrma referida se executarem, para o que se mandará registrar nas Secretarias dos mesmos Governos, e nas Livros de todas as Camaras, e nas mais partes, onde pertencer. Dado no Palacio de Nossa Senhora da Ajuda a doze de Dezembro de mil setecentos e setenta. Rey

VIDA DO INSTITUTO

RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO ANO DE 2016

Dando cumprimento ao previsto no n.º 3 do Artigo 3.º do Regulamento Interno do Instituto, apresento aos Sócios o Relatório referente ao ano de 2016.

É forçoso, desde já, dar uma explicação pelo não cumprimento do prazo estabelecido no mesmo artigo do Regulamento Interno para apresentar o relatório e contas do ano transato. Sendo, na atualidade, forçoso ter uma contabilidade executada por técnico oficial de contas ou gabinetes de contabilidade certificados, com todas as inúmeras exigências para a sua elaboração, não foi possível que o gabinete de contabilidade, adiante identificado, pudesse fechar as contas mais cedo.

Assim sendo, é recomendável que o prazo estabelecido no Regulamento Interno para apresentação do relatório de contas venha a ser alterado para 30 de março, ou mesmo para a primeira quinzena de abril, conforme a experiência vem demonstrando e, aliás, prazo esse previsto em quase todas as associações.

1. REUNIÕES DO INSTITUTO

Durante o ano de 2016, o Instituto realizou as duas reuniões ordinárias previstas no Artigo 11.º, n.º 1.

A primeira reunião ordinária realizou-se a 14 de abril de 2016 e teve como agenda de trabalhos a discussão e eventual aprovação do Relatório do Presidente, a conta de gerência do ano de 2015, tendo presente o Parecer do Conselho Fiscal, bem como a discussão e aprovação do plano de atividades para o ano de 2016.

Nesta primeira reunião, procedeu-se, ainda, à eleição de sócios para as diferentes categorias previstas no n.º 1 do Artigo 3.º dos Estatutos e em conformidade com o preceituado no Regulamento Interno, nomeadamente, nos Artigos 9.º, 10.º e 12.º a 15.º.

A segunda reunião ordinária teve lugar a 27 de dezembro de 2016 com dois pontos na sua agenda de trabalhos. O primeiro ponto foi a apreciação e aprovação do Plano de Atividades para o ano de 2017; o segundo ponto tratou do pedido de renúncia de um sócio, que não foi aceite pelo Instituto, e da eleição de novos sócios.

Durante o ano de 2016, realizou-se uma única reunião extraordinária a 27 de junho para apreciação do programa de uma “Conferência comemorativa dos 250 anos da fun-

dação da Capitania Geral dos Açores” e, igualmente, da apreciação do programa do “1.º Simpósio Corte-Real”, realização conjunta com a Sociedade de Geografia de Lisboa-Comissão Corte Real.

Destas reuniões, foram lavradas as respetivas atas a serem publicadas no Boletim, razão pela qual apenas se fazem as referências acima.

2. REUNIÕES DA MESA

Durante o ano findo de 2016, a Mesa do Instituto reuniu-se formalmente oito vezes para tratar de assuntos da gestão corrente e cumprimento do Plano de Atividades aprovado.

As reuniões da Mesa tiveram lugar a 19 de janeiro, 11 de fevereiro, 9 de março, 4 de abril, 16 de junho, 20 de julho, 1 de setembro e 12 de dezembro.

Como tem sido habitual, a Secretária da Mesa elaborou atas sucintas para memória futura, as quais ficam arquivadas na secretaria do Instituto.

3. REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal do IHIT reuniu-se a 14 de março de 2016, a fim de examinar as contas do exercício de 2015 e a documentação em que se baseavam, entendendo que as mesmas se encontravam corretamente elaboradas.

4. CENTRO UNESCO DE ANGRA DO HEROÍSMO



O Instituto Histórico da Ilha Terceira, através do seu Centro UNESCO, celebrou o dia da UNESCO, a 16 de novembro, numa parceria com outras instituições igualmente ligadas àquela agência especializada das Nações Unidas, a Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro (da Rede de Bibliotecas UNESCO) e a Escola Francisco Ferreira Drummond (da Escola da Rede UNESCO), contando com o apoio da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Alguns dos alunos daquela Escola da Vila de São Sebastião, orientados e coordenados pelo Professor Dr. Luís Maciel, agora sócio correspondente do Instituto, visitaram o centro histórico de Angra do Heroísmo, inscrito na lista do Património Mundial da UNESCO, fotografando o que mais relevante e importante lhes pareceu.

Dessa recolha fotográfica, foram selecionadas as melhores fotos, a fim de serem expostas numa das salas da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro, inaugurada no dia da UNESCO, exposição essa que ficou patente ao público durante vários dias.

Para além de uma visita guiada às novas instalações da Biblioteca e Arquivo, os alunos da Escola Francisco Ferreira Drummond assistiram a uma palestra intitulada “*Angra do Heroísmo Património Mundial – Peripécias da classificação*”, proferida pela nossa sócia efetiva Dr.^a Assunção Melo.

5. CONFERÊNCIA COMEMORATIVA DOS 250 ANOS DA CAPITANIA GERAL DOS AÇORES

No dia 2 de agosto, ocorreu uma Conferência organizada pelo IHIT para estudar e comemorar a criação da Capitania Geral dos Açores.

Esta iniciativa, que se realizou com o apoio exclusivo e fundamental da Câmara Municipal de Angra, contou com oito conferências e comunicações de Sócios do Instituto ao longo daquele dia.

As Atas da Conferência, que reúnem todas as intervenções, estão em fase final de impressão em livro.

Refira-se que a organização e coordenação da Conferência ficou a cargo do Presidente do Instituto e do Doutor Ricardo Madruga da Costa, sócio efetivo do mesmo.

É de toda a justiça ficar expresso neste Relatório o agradecimento a todos os nossos sócios que em tão curto espaço de tempo corresponderam com excelentes conferências e comunicações, extensivo ao nosso sócio correspondente Rúben Quadros Ramos, que concebeu e desenhou o grafismo da Conferência.

6. I SIMPÓSIO CÔRTE-REAL

Numa iniciativa da Comissão Côrte-Real da Sociedade de Geografia de Lisboa a que o IHIT de imediato de associou, realizou-se em Angra o I Simpósio Côrte-Real nos dias 13 e 14 de novembro de 2016.

O Presidente do IHIT, de passagem particular por Lisboa, reuniu-se na Sociedade de Geografia com o Presidente da Comissão Côrte-Real, Prof. Doutor Ferreira Coelho, e com o Eng.^o António de Mattos e Silva, que passou a ser o membro de ligação daquela Comissão com o IHIT para a organização do Simpósio, após uma troca de cumprimentos com o Prof. Doutor Aires de Barros, Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Após muitíssimas trocas de mensagens eletrônicas e telefonemas entre as duas instituições para a organização do Simpósio, o Presidente do IHIT propôs que os seus associados participassem com comunicações a par dos elementos da Sociedade de Geografia de Lisboa, o que veio a acontecer. Assim, os sócios efetivos Dr. Álvaro Monjardino, Doutor José Reis Leite, Dr. Francisco Maduro-Dias e Dr. Jorge Forjaz apresentaram comunicações neste Simpósio. A conferência de abertura do Simpósio ficou a cargo da sócia correspondente do IHIT Prof. Doutora Rute Dias Gregório.

As sessões do Simpósio decorreram no salão nobre dos Paços do Concelho (sessão solene de abertura presidida pelo Representante da República para os Açores) e no auditório do Núcleo de História Militar Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima (antiga Ermida da Boa Nova do Hospital Militar).

O Instituto, com o apoio da Direção Regional da Cultura, promoveu um recital de órgão e trompeta na Igreja de Nossa Senhora da Guia, do antigo Convento de S. Francisco e hoje Museu de Angra, aberto ao público em geral, mas dedicado especialmente aos participantes no Simpósio, sob a direção artística do Doutor Duarte Gonçalves da Rosa, sócio efetivo do IHIT.

Toda a logística do Simpósio esteve a cargo da Mesa do Instituto Histórico, contando como apoio do Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores, Governo dos Açores, Câmara Municipal de Angra e Museu de Angra.

Segundo informação do Presidente da Comissão Cômite-Real, a Sociedade de Geografia de Lisboa irá editar as comunicações do Simpósio.

7. COMUNICAÇÕES DOS SÓCIOS

A Mesa iniciou neste ano de 2016 uma série de sessões do Instituto, abertas ao público em geral, para as quais têm sido convidados os sócios efetivos a apresentarem comunicações.

Ao longo do ano, foram realizadas as seguintes sessões:

- 1.^a Sessão – 15 de fevereiro, com a comunicação *Collectio – Um projecto sobre o gosto de escolher objectos*, apresentada pela Mestre Maria Manuel Velasquez Ribeiro.
- 2.^a Sessão – 29 de março, com a comunicação: *Turismo Cultural*, apresentada pelo Dr. Álvaro Monjardino, antigo Presidente do IHIT.
- 3.^a Sessão – 28 de abril, com a comunicação: *Açores – Centro Permanente de Estudos Meteorológicos no Atlântico*, apresentada pelo Prof. Doutor Eduardo Brito de Azevedo, Professor da Universidade dos Açores. Esta sessão foi uma homenagem ao sócio fundador e 2.^o Presidente do Instituto, Tenente-Coronel José Agostinho.

- 4.^a Sessão – 18 de agosto, com a comunicação: *Paisagens Rupestres da Ilha Terceira*, apresentada pela Doutora Antonieta Costa (no âmbito de investigações para o seu pós-doutoramento).
- 5.^a Sessão – 20 de setembro, com a comunicação: *Bases Militares Americanas nos Açores – Impactos*, apresentada pelo Mestre Dr. Armando Mendes (Doutorando na Academia Militar/ISCTE).
- 6.^a Sessão – 5 de dezembro, com a comunicação: *A Grande Renegociação: Portugal num novo ciclo Euro-Atlântico*, apresentada pelo Mestre Miguel Monjardino, Professor da Universidade Católica Portuguesa, colunista do semanário Expresso.

8. PALESTRAS E APRESENTAÇÃO DE LIVRO

Durante o ano, o IHIT promoveu duas palestras que tiveram lugar no salão nobre dos Paços do Concelho de Angra.

A primeira palestra foi proferida no dia 16 de março pelo Embaixador da República Federal da Alemanha em Lisboa, Doutor Ulrich Brandenburg, sobre o tema *Alemanha, Portugal e as crises na União Europeia*.

A segunda palestra, a 18 de maio, foi proferida pelo Professor Doutor António José Telo, sócio honorário do Instituto, Professor Catedrático da Academia Militar, sob o título *Mitos da Grande Guerra*.

No dia 11 de junho, na sede do IHIT, o Prof. Doutor Henrique Leitão, Prémio Pessoa 2014, fez uma apresentação da obra que havia coordenado, a *Clavis Bibliothecarum*.

9. CURSO E SEMINÁRIO

O IHIT realizou um curso de artes aberto a sócios e a todas as pessoas interessadas mediante uma inscrição paga, o qual teve lugar de 25 a 29 de janeiro em horário pós-laboral.

O curso foi ministrado pelo Professor Doutor Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, sócio correspondente do IHIT e Professor Catedrático da Escola das Artes da Universidade Católica Portuguesa no Porto, com o tema *A Arte ao Serviço da Palavra – Igrejas Portuguesas e os seus Acervos*, sendo uma viagem por alguns templos setecentistas portugueses, fazendo articular a arquitetura, a imaginária e a pintura, com as artes integradas, como a talha e o azulejo, e a que se vêm juntar o brilho das expressões argêntas da prata das alfaias e a riqueza dos têxteis utilizados.

Este curso teve a participação de 23 inscritos.

O sócio efetivo Dr. Miguel Monjardino continuou ao longo do ano a coordenar e dirigir o programa “*Clássicos do Atlântico*” seminários sobre os Grandes Livros que marcaram a condição humana ao longo dos séculos. Foram lidas as obras de Ésquilo,

Sófocles, Eurípidés e Aristófanes. No centro do programa, estiveram as conversas dos participantes nos seminários, que em conjunto exploraram as suas ideias, certezas e dúvidas.

10. CONTRATO PROGRAMA COM A DRaC – PATRIMÓNIO MILITAR

Ficou concluído no fim do ano o levantamento do Património Militar existente nos Açores e que fora objeto de um contrato programa celebrado entre o IHIT e a Direção Regional da Cultura (DRaC).

Este projeto foi coordenado pelo sócio efetivo Dr. Olívio Rocha, tendo como colaboradora principal a sócia correspondente Dr.^a Brígida Pamplona Meireles.

11. CANDIDATURA AO PROGRAMA PRORURAL+ (GRATER)

O IHIT resolveu apresentar uma candidatura ao programa PRORURAL+, gerido pela GRATER, a fim de possibilitar a realização e o desenvolvimento do projeto *Collectio*, sugerido pela Dr.^a Maria Manuel Velasquez Ribeiro.

O projeto *Collectio* propõe-se conhecer as condições e os intérpretes da constituição de coleções, a biografia dessas mesmas coleções e a sua documentação e exibição ao público, entre os meados do século XIX e a atualidade, na periferia insular açoriana.

O projeto *Collectio* procurará ser um potenciador e otimizador de realizações privadas ou institucionais, individuais ou coletivas, qualquer que seja a tipologia e a cronologia do colecionado e, ao mesmo tempo, um impulso à reflexão sobre o colecionismo e o seu papel na proteção do património móvel.

Por esta razão, *Collectio* desenrolar-se-á em quatro segmentos que, sucessivamente, permitam o conhecimento do colecionismo no passado; se constitua como um fórum de reflexão para antigos e novos colecionadores sobre os caminhos do colecionismo do futuro; seja um documento sobre a realidade atual do colecionismo numa comunidade insular.

O certo é que, até ao fim do ano a que se reporta este Relatório, a GRATER nunca apreciou nem deu andamento à candidatura, esperando-se que tal venha a acontecer em 2017.

A coordenação desta candidatura esteve a cargo da Dr.^a Maria Manuel Velasquez Ribeiro.

12. EDIÇÕES

a) FUNDO EDITORIAL

A Câmara Municipal de Angra resolveu constituir um fundo editorial junto do IHIT, a fim de poderem ser reeditadas obras de relevante interesse e que se encontram esgotadas no mercado.

Este fundo permitiu que se iniciasse a reedição da obra *As 18 Paróquias de Angra*, da autoria do sócio correspondente já falecido Pedro de Merelim. O IHIT providenciou junto dos seus dois netos e herdeiros a cedência dos direitos de autor para esta 2.^a edição.

A coordenação desta reedição ficou a cargo do sócio efetivo Professor Doutor Alfredo Borba.

b) BOLETIM

Foi editado e impresso o Boletim do Instituto Histórico relativo ao ano de 2015, o qual foi distribuído pelos sócios.

c) ANAIS DA ILHA TERCEIRA

Após diversas vicissitudes, foi possível, durante o ano de 2016, imprimir e pôr à venda os três primeiros volumes do Tomo I dos *Anais da Ilha Terceira*, de Francisco Ferreira Drummond.

A introdução, notas, atualização ortográfica e organização estiveram a cargo dos sócios Dr. José Avelino Santos, Doutor José Guilherme Reis Leite e do Tenente-Coronel Dr. Manuel Faria, aos quais se deve um justo e merecido agradecimento pelo trabalho realizado.

Os índices foram feitos pela Dr.^a Lúcia Santos, a digitalização da 1.^a edição em OCR por Anna Sophia Oberschelp de Meneses, e os desenhos das capas concebidos e realizados pelo sócio Dr. Ruben Quadros Ramos, aos quais igualmente se agradece o trabalho prestado.

A execução gráfica e divulgação foram feitas pela Sociedade Terceirense de Publicidade, proprietária do jornal “Diário Insular”.

Esta 2.^a edição dos *Anais da Ilha Terceira* só foi possível devido ao apoio financeiro concedido pela Câmara Municipal de Angra e ao entusiasmo do seu Presidente, Prof. Doutor José Gabriel do Álamo de Meneses, sócio efetivo do IHIT, na concretização deste importante projeto.

d) PROJETO EDITORIAL O PATRIMÓNIO PERTO DE SI

O IHIT associou-se à proposta editorial jornalística “*O Património Perto de Si – Entre o Passado e o Presente*”, projetada e desenvolvida pela Cooperativa Regional de Economia Solidária – CRESAÇOR.

A proposta é a da feitura de vários artigos a serem publicados em quatro jornais dos Açores (*Açoriano Oriental*, *Diário Insular*, *Jornal do Pico e Incentivo*), entre setembro de 2016 e setembro de 2017, a fim de promover o património e identidade cultural açoriana e despertar o interesse e curiosidade tanto de turistas como de residentes.

Neste contexto, o IHIT comprometeu-se a encontrar autores para oito artigos sobre património da Terceira, Graciosa e S. Jorge.

A coordenação deste projeto tem estado a cargo da Dr.^a Marta Bretão, Secretária da Mesa do Instituto.

Durante o ano de 2016, foram publicados dois artigos sob coordenação do IHIT: *Núcleo de História Militar Manuel Coelho Batista de Lima*, da autoria do Dr. Jorge Paulus Bruno, Diretor do Museu de Angra, e *À descoberta da Igreja de Santa Bárbara das Manadas*, da autoria de Odília Teixeira.

13. NOVOS SÓCIOS

Durante o ano de 2016 foram propostos e eleitos novos sócios do Instituto.

Assim, na primeira reunião ordinária de 14 de abril de 2016, foram eleitos Sócios Honorários o Ex.mo e Rev.mo Senhor Dom António de Sousa Braga, Bispo Emérito de Angra, e o Tenente-Coronel Dr. Manuel Augusta de Faria, que era sócio supranumerário e grande colaborador do IHIT.

Na mesma reunião, foi eleito o Professor Doutor João da Silva Madruga, Professor da Universidade dos Açores, como sócio efetivo.

Na categoria de sócios correspondentes, ainda na mesma reunião, foram eleitos o Professor Doutor Tomás Lopes Cavaleiro Ponce Dentinho, Professor da Universidade dos Açores, Mestre Lúcia Maria Ávila da Silveira, e Mestre Luís Carlos Fortuna Henriques.

Na segunda reunião ordinária, de 27 de dezembro de 2016, foram eleitos, passando de subscritores a correspondentes, Mestre João Manuel Aranda e Silva, Capitão-de-Fragata Marcelo Leal Pamplona, Tenente-Coronel da Força Aérea António Firmino de Sousa Mendes e Dr. Ruben Quadros Ramos.

De novo, foram eleitos como sócios correspondentes José Henrique do Álamo Oliveira, Dr. Pedro Nuno Teixeira Corvelo, Dr. Luís Maciel, Dr. João Amândio Teixeira Goulart de Bettencourt, Professor Doutor Luiz Fagundes Duarte, Dr.^a Graça Cardoso e Dr. Diniz Borges.

15. CONTABILIDADE DO INSTITUTO

É pertinente realçar que a contabilidade do Instituto Histórico, a cargo da empresa da especialidade *Eduardo Godinho Rocha, Sociedade de Contabilidade, Unipessoal L.da*, passou a ser oferta do seu proprietário e nosso sócio correspondente Dr. Eduardo Godinho Rocha.

Convém referir que é absolutamente fundamental, na atualidade, que o IHIT tenha uma contabilidade certificada, a fim de poder estabelecer acordos e parcerias com as entidades públicas e apresentá-las de forma correta.

A coordenação da contabilidade tem estado a cargo do Tesoureiro da Mesa, Sr. Jácome de Bruges.

16. VIDA DO INSTITUTO

a) PÁGINA ELETRÔNICA

O IHIT contratualizou com a empresa local One Great, do Sr. Marco Bettencourt, a conceção, feitura e alojamento de uma nova página eletrónica para estar acessível na internet, e a migração de dados existentes na anterior página, que está ainda alojada na empresa Via Oceânica.

A coordenação deste projeto ficou a cargo da Secretária da Mesa, Dr.^a Marta Bretão, que, apesar de todo o empenho e esforços, não conseguiu que a empresa acima referida concluísse o trabalho contratualizado.

Com vista à página eletrónica inicial, o artista angrense Emanuel Félix, filho do já falecido e nosso sócio efetivo Emanuel Félix, executou um “sketch” aguarelado da sede do Instituto, tendo oferecido o original, que passou a estar exposto na sede.

b) AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS

A fim de apoiar em boas condições técnicas as reuniões, conferências, palestras e comunicações que se têm realizado, a Mesa do Instituto decidiu adquirir um computador portátil, um projetor e uma tela, conforme especificações documentadas na faturação e recibos arquivados.

c) COLABORADORES

Por ter terminado o programa ocupacional em que estava inserido, o Dr. Carlos Correia, sócio correspondente, deixou de prestar a sua colaboração a este Instituto com a colaboração, por cedência, da Câmara Municipal de Angra.

Entretanto, por ter a Igreja do Colégio fechado para obras de reabilitação e restauro, a Ordem do Carmo e a Vice-Presidência do Governo Regional dos Açores permitiram que o guarda daquela Igreja, Sr. Carlos Valente, passasse a prestar a sua colaboração na sede do Instituto.

d) BIBLIOTECA DO INSTITUTO

Durante o período em que o Dr. Carlos Correia prestou colaboração, procedeu a uma revisão completa do inventário dos livros existentes na biblioteca do Instituto e à inventariação de muitos outros livros e revistas que haviam chegado como oferta de privados ou intercâmbio com outras instituições ou organismos públicos.

Da revisão da inventariação, chegou-se à conclusão de que tinham desaparecido mais de uma centena de livros e revistas.

e) RELAÇÃO GERAL DOS SÓCIOS

A pedido do Presidente, o Dr. Carlos Correia procedeu, a partir das atas publicadas no Boletim do Instituto, a um levantamento de todos os sócios do IHIT desde a sua fundação até ao presente.

Assim, a secretaria do IHIT passou a dispor de uma longa listagem com os nomes e datas de eleição dos sócios e das respetivas categorias para as quais haviam sido eleitos.

f) NECROLOGIA

A 9 de fevereiro de 2016 faleceu em Florianópolis, Brasil, o Professor Doutor Walter Piazza, sócio honorário do nosso Instituto.

O Doutor Walter Piazza havia sido eleito sócio honorário do IHIT em reunião ordinária de 29 de janeiro de 1959.

Participou em alguns dos colóquios e congressos organizados pelo Instituto Histórico.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprovou, por unanimidade, um voto de pesar pela sua morte, voto esse publicado no Boletim do IHIT deste ano de 2016.

A 22 de dezembro de 2016, faleceu o sócio efetivo Dr. José Mendonça Brasil e Ávila, eleito em reunião extraordinária de 26 de abril de 2000.

O Tesoureiro do Instituto, Sr. Jácome de Bruges, elaborou e publicou no Boletim deste ano de 2016 uma nota necrológica sobre este nosso consócio falecido.

A Mesa do Instituto

João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes, Presidente
Marta Sofia Ferreira Bretão Correia, Secretária
Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt, Tesoureiro

PROPOSTAS DE ATIVIDADES PARA O ANO DE 2017

Introdução

A Mesa do Instituto Histórico da Ilha Terceira, neste seu segundo ano de mandato o qual termina no fim de 2017, vem apresentar aos Excelentíssimos Sócios Efetivos e Honorários, o Plano de Atividades para 2017.

Muitas das atividades são a conclusão ou continuação de projetos do ano anterior e que agora se concretizam ou concluem.

1. Relacionamento Institucional

- Promover o relacionamento institucional com os departamentos do Governo Regional com competências nas áreas da cultura, património, ciência e tecnologia a fim de se desenvolverem projectos que coincidam com os fins estatutários do Instituto Histórico da Ilha Terceira.
- Continuar a manter um relacionamento institucional, que se tem mostrado muito proveitoso para o IHIT, com a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, nomeadamente, nas seguintes ações:
 - a) Renovar o Protocolo de colaboração com a edilidade angrense tendo em conta a correspondente contrapartida financeira.
 - b) Prestar a colaboração solicitada pela Câmara Municipal no âmbito da acção do IHIT.
 - c) Pedir a continuação dos serviços da Câmara Municipal de Angra para a manutenção e reabilitação da sede do IHIT.
 - d) Finalizar a reedição dos *Anais da Ilha Terceira* da autoria de Francisco Ferreira Drummond. Já se encontram impressos os primeiros três Tomos do Volume I.
 - e) Implementar o fundo editorial criado pela Câmara junto do Instituto, com a reedição da obra *As 18 Paróquias de Angra*, da autoria de Pedro de Melrelim. Esta obra está a ser impressa na Nova Gráfica e tem sido coordenada pelo nosso Sócio Prof. Doutor Alfredo Borba.

- Desenvolver contactos junto de entidades públicas e privadas para eventuais candidaturas ou atribuição de patrocínios a edições e eventos do IHIT.
- Dinamizar o Centro UNESCO de Angra do Heroísmo:
- Realizar sessões públicas no âmbito do Protocolo assinado com a Comissão Nacional da UNESCO.
- Manter um relacionamento institucional com a Comissão Nacional da UNESCO e divulgar a sua documentação.

2. Contratos-programa

- Concluir o contrato-programa assinado com a DRaC para a elaboração do inventário do Património Militar dos Açores.
Este projecto continuará a ser coordenado pelo sócio efetivo Dr. Olívio Rocha e com a execução técnica da sócia correspondente Dr.^a Brígida Pamplona Meireles. Aguarda-se que a DRaC proceda ao pagamento da verba atribuída para o ano de 2016.
- Voltar a propor um contrato-programa para a criação de um “*Roteiro das obras de referência das Igrejas da Terceira*”, no qual será desenvolvido um estudo aprofundado a nível técnico-material e histórico de uma obra de destaque de cada igreja, contemplando peças de pintura, escultura, ourivesaria, mobiliário, etc.. A vir a ser apoiado, este projecto será coordenado pela nossa sócia efetiva Dr.^a Marta Bretão.

3. Boletim e Edições

- Editar o Boletim de 2017 e recolher artigos para esse efeito.
- Concluir a publicação de uma nova edição dos *Anais da Ilha Terceira*, de Francisco Ferreira Drummond, em colaboração com a Câmara Municipal de Angra, como acima foi referido. Este projecto é coordenado pelos nossos sócios efetivos e supranumerário Doutor José Reis Leite, Dr. José Avelino Santos e Tenente-Coronel Dr. Manuel Faria. A feitura das capas dos diversos volumes está a cargo do sócio subscritor Dr. Ruben Quadros Ramos. A impressão será realizada pela tipografia do Diário Insular.
- Editar a obra *O Património das águas de Angra do Heroísmo*, da autoria do sócio efetivo Dr. Vítor Brasil. Esta edição foi candidatada ao programa *Prorural*, gerido pela GRATER.
Aguarda-se a aprovação do projeto por parte da GRATER.
- Concluir a edição e lançamento da obra *A Diplomacia Norte-Americana e as Movimentações Independentistas nos Açores em 1975 – uma neutralidade atenta*, da autoria da Dr.^a Berta Maria Tavares Sousa Cabral.

A edição encontra-se em fase de acabamento na tipografia COINGRA.

Esta edição tem um suporte financeiro da DRaC, através de uma candidatura efectuada pelo IHIT, e subsequente aceitação e assinatura de um contrato-programa entre o Instituto e a DRaC.

Aguarda-se que a DRaC proceda ao pagamento da verba atribuída no contrato-programa.

- Continuar a publicar a leitura dos “*Códices*” do Arquivo Histórico Ultramarino relativos aos Açores, com a coordenação do Sócio Honorário Tenente-Coronel Dr. Manuel Augusto de Faria. Está na tipografia a impressão do “Códice 530”, o qual deve ser lançado em breve. Esta publicação contou com o alto patrocínio da Caixa Económica da Misericórdia de Angra.
- Promover a edição de trabalhos dos sócios na eventualidade de se conseguir apoios financeiros.
- Continuar a distribuir as edições do IHIT pelas diversas livrarias de Angra, para venda.
- Participar em feiras de livros.

4. Eventos e iniciativas a realizar

- Desenvolver e apoiar o projeto *COLLECTIO*, concebido e dirigido pela sócia efetiva Dr.^a Maria Manuel Velasquez Ribeiro, que prevê a inventariação das coleções privadas da ilha Terceira, a realização de um Colóquio sobre este tema e a publicação das comunicações do referido Colóquio.
Este projeto foi candidatado, em 2016, ao programa *Prorural* gerido pela *GRATER*. Todavia, até ao momento, o IHIT nunca obteve qualquer resposta sobre a aprovação da candidatura.
- Continuação da realização de conferências mensais na sede do IHIT em que os sócios efetivos farão comunicações dentro das áreas do seu conhecimento e saber. Estas conferências ou comunicações serão, preferencialmente, para um debate entre os sócios do Instituto, embora abertas ao público em geral.
- Realizar uma Palestra proferida pelo Prof. Doutor António Costa Silva, Presidente da “PARTEX oil and gas”, intitulada “Geopolítica da Energia e Reflexos na Importância Geoestratégica dos Açores”.
- Realizar o levantamento fotográfico e possível leitura das inscrições em hebraico das campas existentes (cerca de 50) no Cemitério dos Hebreus de Angra.
- Realizar, igualmente, um estudo sobre o Cemitério dos Ingleses na Praia da Vitória.
- Continuar a apoiar o seminário *Clássicos dos Atlântico*, orientado pelo sócio efetivo Dr. Miguel Monjardino.
- Realizar um curso intitulado “*Artes Decorativas em Portugal: Séculos XVIII e XIX*”, aberto ao público em geral, orientado pelo Professor Doutor Gonçalo de

Vasconcelos e Sousa, Professor Catedrático da Escola de Artes da Universidade Católica do Porto. A realização e promoção do curso será da responsabilidade da sócia Dr.^a Marta Bretão, Secretária da Mesa do IHIT.

- Realizar um curso de “*Peritagem de obras de arte*”, orientado pelo Prof. Doutor Miguel Cabral de Moncada, no âmbito do projeto “*Collectio*” caso este venha a ser aprovado pela GRATER.
- Realizar um curso intitulado “Preservação do Património da Igreja” ministrado e orientado pela sócia efetiva Dr.^a Marta Bretão.
- Realizar um Seminário sobre história do povoamento e das instituições civis, militares e religiosas dos Açores.
Este Seminário está abrangido por um contrato-programa assinado com a DRaC.
- Organizar, em parceria com a Diocese de Angra, um Colóquio comemorativo dos 400 anos do martírio do Beato João Baptista Machado. O Colóquio decorrerá no mês de Maio.
- Organizar uma Palestra e um Concerto comemorativo dos 150 anos do nascimento do Padre Tomás de Borba.

6. Organização interna do IHIT

- Eleger e admitir novos sócios do Instituto nas diversas categorias previstas nos Estatutos.
- Continuar a reorganizar a secretaria do IHIT e regularizar a cobrança das quotas.
- Finalizar a feitura de uma nova página eletrónica do IHIT para substituir a atual.
- Manter a página do IHIT no «*facebook*» e, eventualmente, criar páginas noutras redes sociais.
- Continuar a desenvolver esforços juntos das entidades governamentais e autárquicas para uma possível aquisição da «Casa do Comendador Fartura», sita na Praça Velha, para futura sede do IHIT.

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2015

Associação cultural sem fins lucrativos, o Instituto Histórico da Ilha Terceira apresentou as suas contas do exercício de 2015, elaboradas com o apoio do gabinete de Contabilidade de Eduardo Godinho Rocha, Unipessoal, Ld^a.

Examinadas as mesmas e a documentação em que se basearam, o Conselho entende que se encontram corretamente elaboradas, acusando uma melhoria da situação financeira do Instituto devida aos apoios recebidos da Direcção Regional da Cultura e do Município de Angra do Heroísmo e aos cuidados administrativos da Mesa.

Angra do Heroísmo, 14 de Março de 2016

Presidente

Álvaro Pereira da Silva Leal Monjardino

Vogal

José Guilherme Reis Leite

Vogal

Francisco dos Reis Maduro-Dias

Contas do Exercício de 2016

Balanço (SNC ESNL)

564 Instituto Historico da Ilha Terceira

512017751

RUBRICAS	NOTAS	D A T A S	
		2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activo corrente			
Inventários		8.008,00	0,00
Clientes	2	15,75	15,75
Outras contas a receber		330,40	0,00
Caixa e depósitos bancários	2	16.446,54	17.624,13
Total do activo ...		24.800,69	17.639,88
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Capital próprio			
Fundos	13	6.771,72	6.322,72
Resultados transitados		11.306,66	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		118,72	0,00
Resultado líquido do período	13	6.341,46	11.306,66
Total do fundo de capital...		24.538,56	17.629,38
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	2	129,59	10,50
Estado e outros entes públicos		132,54	0,00
Total do passivo...		262,13	10,50
Total dos fundos patrimoniais e do passivo ...		24.800,69	17.639,88

21 de Março 2017, Angra da Heroísmo

O Contabilista Certificado 90369

Demonstração Resultados (SNC ESNL)

564 Instituto Historico da Ilha Terceira

Anual

512017751

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS		
		2016	2015	
Vendas e serviços prestados	8	+	3.096,28	12.737,98
Subsídios,doações e legados à exploração	10	+	26.286,76	8.820,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		-	3.655,78	
Fornecimentos e serviços externos	2	-	19.253,35	10.257,22
Outros gastos e perdas	2	-	1,76	3,68
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos			6.472,15	11.297,08
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)			6.472,15	11.297,08
Juros e rendimentos similares obtidos	2	+	2,31	9,58
Resultado antes de impostos			6.474,46	11.306,66
Imposto sobre o rendimento do período		-	133,00	
Resultado líquido do período			6.341,46	11.306,66

21 de Março 2017, Angra da Heroísmo

O Contabilista Certificado 90369

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2016

O Instituto Histórico da Ilha Terceira, associação cultural sem fins lucrativos, apresentou as suas contas do exercício de 2015, elaboradas com o apoio do gabinete de Contabilidade de Eduardo Godinho Rocha, Unipessoal, Ld^a.

Examinadas as mesmas e a documentação em que se basearam, o Conselho entende que se encontram corretamente elaboradas, acusando uma melhoria da situação financeira do Instituto, devido aos apoios recebidos da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e da Direção Regional da Cultura bem como aos cuidados administrativos da Mesa.

Angra do Heroísmo, 28 de Março de 2017

Presidente substituto
Hélder Manuel Cardoso da Fonseca de Sousa Mendes
Vogal
José Guilherme Reis Leite
Vogal
Francisco dos Reis Maduro-Dias

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 2016

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte horas, em segunda convocatória, por à hora marcada não estar presente a maioria dos sócios, reuniu o Instituto Histórico da Ilha Terceira, na sua sede, sita na Ladeira de São Francisco, nº 9, em Angra do Heroísmo, nos termos do Artigo 11º, nº 2 e 4, dos Estatutos desta instituição, conjugado com o nº 1 do Artigo 10º dos mesmos Estatutos.

Compareceram à reunião os sócios honorários institucionais: Presidente da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, Álvaro de Meneses, e o Diretor do Departamento do Pólo de Angra da Universidade dos Açores, Alfredo Borba, simultaneamente na qualidade de sócios efetivos deste instituto.

Estiveram também presentes os sócios efetivos: Álvaro Monjardino, António Félix Rodrigues, Duarte Manuel Gonçalves da Rosa, Eduardo Brito de Azevedo, Hélder da Fonseca Mendes, Jácome de Bruges Bettencourt, João Maria Mendes, João da Silva Madruga, Jorge Forjaz, José Armando Mendes, José Reis Leite, Leandro Ávila, Maria Antonieta Costa, Maria Helena Ormonde, Marta Barcelos, Marta Bretão, Miguel Cunha, Ricardo Madruga da Costa e Vítor Brasil.

Justificaram as suas ausências o Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória e o sócio Nuno Martins.

Deu-se início à reunião com a leitura da ata da reunião anterior que, após lida e posta à discussão, foi aprovada pelos presentes, com uma abstenção.

Dando cumprimento ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, o Presidente do IHIT apresentou o programa da “Conferência comemorativa dos 250 anos da criação da Capitania Geral dos Açores”, que terá lugar no dia 2 de Agosto, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Angra. Foram apresentados os convidados para as diversas comunicações, todos eles sócios do IHIT, tendo todos aceitado e confirmado a sua presença. Foram também apresentados os temas das comunicações que incidirão sobre a história, o desenvolvimento e fomento da agricultura, a comparação com a capitania geral da madeira, questões militares, desenvolvimento e fomento do comércio. Será lançada, pela CMAH, uma medalha comemorativa do evento.

Relativamente ao segundo ponto da agenda de trabalhos, foi apresentado pelo Presidente o programa provisório para o “1º Simpósio Corte-Real”, numa realização conjunta com a Sociedade de Geografia de Lisboa- Comissão Corte Real. Este Simpósio será realizado em Angra, entre os dias 12 e 16 de outubro. As comunicações dos participantes

terão lugar no auditório do MAH nos dias 15 e 16 de outubro, devendo o evento incluir uma visita ao referido museu, uma visita guiada pela cidade de Angra, orientada pelo nosso sócio Maduro Dias, uma missa comemorativa e um concerto de órgão de tubos. A este respeito, o sócio Hélder Mendes sugeriu a realização da missa na Igreja da Misericórdia, dada a relação dessa instituição, nomeadamente com a fundação da Irmandade do Hospital de Santo Espírito, dado que João Vaz Côrte-Real foi 7um dos seus fundadores. O IHIT, para além da organização do evento, far-se-á representar com diversas comunicações contando com a colaboração dos seus sócios Reis Leite, Jorge Forjaz, Maduro-Dias e Álvaro Monjardino. Os presentes concordaram com a realização deste evento.

Seguiu-se a apreciação da situação das diversas iniciativas editoriais deste instituto:

- *A Diplomacia Norte-Americana e as Movimentações Independentistas nos Açores em 1975*, da autoria da Dra. Berta Tavares. Esta iniciativa editorial foi objeto de uma candidatura à DRaC, tendo obtido um apoio que cobre a quase totalidade do orçamentado. Encontra-se em andamento na tipografia COINGRA.
- Já se encontra concluída a transcrição do *Códice 530* do Arquivo Histórico Ultramarino, feita pelo nosso sócio honorário Tenente-Coronel Dr. Manuel Faria. Porém, ainda não se encontra em tipografia, dado aguardar um possível apoio da Caixa Económica da Misericórdia de Angra.
- Encontra-se em preparação a reedição dos *Anais da ilha Terceira* com a coordenação dos nossos sócios Doutor Reis Leite, Dr. José Avelino Santos e Tenente-Coronel Dr. Manuel Faria, e as capas da autoria do sócio subscritor Dr. Rúben Quadros Ramos. Trata-se de uma edição apoiada pela Câmara Municipal de Angra e está a ser impressa na Tipografia do Diário Insular.
- A obra *As 18 Paróquias de Angra*, de Pedro de Merelim, cuja reedição é apoiada por um fundo editorial constituído pela Câmara Municipal de Angra, está a ser coordenada pelo nosso sócio Prof. Doutor Alfredo Borba. Está a ser impressa tipografia Nova Gráfica, em Ponta Delgada. Os herdeiros e netos de Pedro de Merelim já autorizaram esta reedição.

Nos termos da alínea e) do artigo 1º dos Estatutos do IHIT, que prevê a promoção e estudo da situação geopolítica e geoestratégica dos Açores, foi apresentada aos presentes, pelo Presidente da Mesa, uma proposta de deliberação em que se contesta a decisão de realizar apenas e só em Ponta Delgada um “*workshop*”, segundo o que se depreende de uma entrevista concedida pelo Sr. Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Manuel Heitor, ao semanário *Expresso*, no dia 25 de junho, intitulada “Portugal e EUA estudam criação de base espacial no aeroporto das Lajes”, sobre a criação de um centro internacional de investigação nos Açores.

Entre outros temas, O Sr. Ministro propõe a realização de workshops em diversos locais, não contemplando a Terceira.

Após ser lida e colocada à apreciação dos presentes, levantou-se uma série de questões e uma intensa, mas muito proveitosa discussão entre os sócios, com visões diferentes acerca dos benefícios e riscos envolvidos nesta futura utilização da base das Lajes. Par-

ticiparam ativamente nesta discussão os sócios João Maria Mendes, Armando Mendes, Álvaro Meneses, Reis Leite, Félix Rodrigues e Eduardo Brito de Azevedo que acabava de chegar de Ponta Delgada e onde havia participado no “workshop” que se realizou em S. Miguel acerca do tema.

O sócio Eduardo Brito de Azevedo apresentou documentação das propostas que havia elaborado a propor diversas iniciativas científicas para o designado “Air Center” a instalar nos Açores, bem como as parcerias que havia estabelecido com várias instituições de renome nos Estados Unidos da América.

Por não haver consenso entre os sócios acerca da proposta de deliberação, o Presidente da CMAH propôs que o assunto fosse discutido no IHIT, chamando as pessoas envolvidas mediante a realização de uma conferência.

Foi proposto, inclusivamente, a elaboração de um comunicado, com vista à realização de um debate público sobre esta matéria.

Perante esta situação de alguma controvérsia e mesmo desconhecimento do que se estava a passar a nível das negociações políticas e dos contributos científicos, o Presidente da Mesa do Instituto resolveu retirar a proposta de deliberação que havia apresentado, a qual fica arquivada na secretaria do Instituto.

De seguida, o Instituto passou a tratar de outros assuntos diversos.

O Presidente informou os presentes da possibilidade de a Academia Portuguesa da História realizar uma das suas sessões no IHIT, no final do presente ano, conforme vontade manifestada pela sua Senhora Presidente. Os sócios concordaram com a ideia.

Foi novamente referido pelo Presidente da Mesa a intenção da aquisição da casa do Comendador Fartura, na Praça Velha, para a futura sede do IHIT. Para tal, o Presidente da Mesa do Instituto vai endereçar uma carta de pedido de apoio ao Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores e a Câmara Municipal de Angra encarregar-se-á de apresentar ao mesmo Presidente do Governo Regional uma carta de recomendação.

Por fim, a secretária do IHIT informou que a nova página eletrónica do Instituto (“website”) se encontra praticamente concluída, devendo estar consultável dentro de aproximadamente quinze dias. Foi apresentado aos sócios o novo desenho da mencionada página (“layout”), que conta com um desenho da sede deste Instituto da autoria de Emanuel Félix Filho.

Dado o adiantado da hora, e nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião às onze horas e quarenta e cinco minutos, da qual, e para constar, se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada pelos presentes, vai ser assinada pela Mesa do Instituto.

O Presidente

João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes

A Secretária

Marta Sofia Ferreira Bretão Correia

O Tesoureiro

Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt

ACTA DA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2016

Aos vinte e sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas vinte horas e trinta minutos, em segunda convocatória, por à hora marcada não se encontrarem presentes a maioria dos sócios, reuniu o Instituto Histórico da Ilha Terceira, na sua sede, sítio Ladeira de São Francisco, nº 9, em Angra do Heroísmo, nos termos dos números 1 e 4 do Artigo 11º dos Estatutos desta instituição.

Compareceram à reunião os sócios honorários institucionais Diretor da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro e os sócios efetivos Duarte Gonçalves da Rosa, Hélder da Fonseca Mendes, Jácome de Bruges Bettencourt, João Maria Mendes, Jorge Forjaz, José Henrique Correia Guedes, José Olívio Rocha, Leandro Ávila, Maria Antonieta Costa, Helena Ormonde, Marta Bretão, Nuno Martins, Ricardo Madruga da Costa, Sérgio Toste, Valdemar Mota e Vítor Brasil. Os sócios Álvaro Monjardino, Miguel Monjardino, José Gabriel Álamo de Meneses, Alfredo Borba, José Guilherme Reis Leite e Marta Barcelos apresentaram justificação para as suas ausências.

Antes da ordem do dia, foi apresentado pelo Presidente um voto de pesar pelo falecimento do nosso sócio efetivo José Brasil Mendonça e Ávila, falecido no passado dia 22 de dezembro, tendo o mesmo sido aprovado pelos presentes.

Deu-se início à reunião com a leitura da ata da reunião anterior, tendo sido aprovada por unanimidade.

Em seguida, os sócios foram informados acerca de alguns assuntos pendentes da última reunião:

- O volume II do Códice 530 já entrou na tipografia para impressão, com o apoio da Caixa Económica da Misericórdia de Angra.
- A Sessão da Academia Portuguesa da História, a ter lugar em Angra, encontra-se agendada para o mês de março de 2017.
- Até à presente data o IHIT ainda não recebeu qualquer resposta, por parte do Presidente do Governo Regional, à carta enviada a solicitar apoio para a aquisição da casa do Comendador Fartura, na Praça Velha, para futura sede do IHIT.
- Os sócios foram informados acerca das dificuldades existentes com a criação e disponibilização on-line da nova página eletrónica do IHIT que, de acordo com o contrato vigente entre o IHIT e a empresa OneGreat, deveria ter estado concluída no passado mês de junho.

Em seguida, foram discutidos os diversos pontos da ordem de trabalhos para a qual a reunião foi convocada.

A proposta de atividades para o ano de 2017 foi distribuída pelos sócios e lida pelo Presidente da Mesa, tendo sido esclarecidos diversos aspetos dos projetos que se encontram em execução ou que decorrerão no ano de 2017. Alguns sócios apresentaram sugestões para os colóquios que se encontram agendados. Neste sentido, e acerca das comemorações do nascimento do Padre Tomás de Borba, a diretora da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro apresentou as atividades previstas e eventuais parcerias com instituições a ter lugar no próximo ano.

O Presidente esclareceu aos presentes a situação da edição dos *Anais da Ilha Terceira*, dado que os 4 volumes originais serão impressos em cerca de 16 volumes, facto esse que se fica a dever a limitações técnicas por parte da tipografia. O valor final de edição é superior ao inicialmente previsto, encarecendo o preço final de venda ao público.

Os presentes aprovaram por unanimidade a proposta de atividades para o ano de 2017.

Na sequência da discussão da última reunião resultou um pedido de renúncia de sócio por parte de Eduardo Brito de Azevedo. Uma vez que, de acordo com os Estatutos do IHIT, não compete à Mesa aceitar o pedido de renúncia, o mesmo foi colocado à consideração dos sócios. No entanto, o Presidente informou os presentes que a opinião da Mesa é de que o referido pedido de renúncia não deveria ser aceite, justificando tratar-se de um sócio com formação e competências fundamentais para a instituição. Os sócios presentes foram consensuais em não aceitar o pedido de renúncia e não prescindir do referido sócio.

Por fim, nos termos do nº 2 do Artigo 11º do Regulamento Interno deste Instituto, foram propostas a abertura de 2 vagas para novos sócios efetivos, tendo as mesmas sido aceites pelos presentes. Após apresentada a lista dos nomes propostos, realizou-se a votação mediante deposição do boletim e voto na urna, tendo sido eleitos nesta categoria os atuais sócios correspondentes, Dra. Assunção Melo e Doutor Mário T. Cabral.

Foram propostos cinco sócios subscritores para a categoria de sócios correspondentes, tendo sido eleitos os sócios Mestre Lúcia Silveira, Dr. João Manuel Aranda e Silva, Capitão-de-Fragata Marcelo Pamplona, Tenente-Coronel da Força Aérea António Mendes e Dr. Ruben Quadros.

Foi, por fim, foi apresentada uma listagem para novos sócios correspondentes, tendo sido admitidos as seguintes pessoas: José Henrique Álamo de Oliveira, Dr. Pedro Corvelo, Dr. Luís Maciel, Dr. João Goulart de Bettencourt, Prof. Doutor Luíz Fagundes Duarte, Dra. Graça Cardoso, Dr. Diniz Borges e Prof. Doutor Eduardo Dias.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual, e para constar, se lavrou a presente ata que, após lida e aprovada pelos presentes, vai ser assinada pela Mesa do Instituto.

O Presidente

João Maria Borges da Costa de Sousa Mendes

A Secretária

Marta Sofia Ferreira Bretão Correia

O Tesoureiro

Jácome Augusto Paim de Bruges Bettencourt

NECROLOGIA

DOUTOR MÁRIO CABRAL (1963-2017)



“Não te abandonarei, meu corpo, agora que mais precisas de mim.
Não terei vergonha de te levar comigo
Para as sumptuosas planícies da vida eterna.
Temos a promessa divina da ressurreição
Com a qual concordo com toda a fé
Corpo de carne viva, sem os embaraços soberbos da razão
Que desce comigo de mãos dadas até às vísceras
Ao fim da tarde, em passeio de silêncio e conforto.”

Mário Cabral

No final da manhã de 10 de agosto — Festa litúrgica do mártir São Lourenço — deixava serenamente a efémera luz deste mundo, pouco tempo depois de ter completado o seu 54.º aniversário, após três semanas de internamento no Hospital do Santo Espírito de Angra do Heroísmo, o terceirense Mário Luiz da Silva Martins, nascido a 9 de julho de 1963. Em adulto, acrescentou o apelido Cabral ao seu nome, sendo, de facto, conhecido por todos como Mário Cabral. O funeral realizou-se na igreja paroquial de S. Mateus da Calheta, no dia 11 de agosto, sexta-feira, pelas 15h, em dia da Memória litúrgica de Santa Clara de Assis, facto particularmente significativo porque ia a sepultar um franciscano da Ordem Terceira Secular (OFS), que inclusivamente tinha desempenhado o cargo de Ministro Regional para os Açores. Envolvia-o o hábito da Ordem Terceira, testemunhando, mesmo na derradeira hora, a fé católica, que amou e defendeu com todas as veras da sua alma e com os múltiplos e fecundos talentos que o Criador lhe concedeu, e que desenvolveu de modo ímpar.

Mário Cabral licenciou-se em Filosofia na Universidade Clássica de Lisboa, em 1986, tendo realizado o estágio profissional para a docência na Escola Secundária Manuel de Arriaga, na Horta; logo depois, tornou-se professor efetivo na Escola Secundária Jerónimo Emiliano de Andrade de Angra do Heroísmo. Na sua carreira profissional, também lecionou na Escola Secundária Tomás de Borba, quando se inaugurou este estabe-

lecimento de ensino, chegando a ser Presidente do Conselho Pedagógico e promovendo a iniciativa “Filosofia para Crianças”, com alunos do primeiro ciclo. Na reta final da sua carreira, regressou ao antigo Liceu Nacional de Angra do Heroísmo, onde tinha sido aluno.

Como professor, distinguiu-se como um verdadeiro Mestre, facto reconhecido pelo testemunho das várias gerações de alunos que educou para o rigor do pensamento e para a riqueza da cultura. Durante anos, não recorreu a nenhum manual publicado para ensinar os programas oficiais, elaborando ele mesmo todos os materiais usados em aula. Os seus pares reconheciam-no como um alto exemplo de excelência profissional, não sendo despidendo referir o privilégio que era conviver com Mário Cabral, cuja ação e competência enriquecia sobremaneira a classe docente.

Foi conferencista de renome quer em contexto escolar, quer como escritor e filósofo, a nível mais amplo.

Foi também pintor, sobretudo de arte sacra, realizando algumas exposições, como “Gratia Plena”, na Galeria Municipal das Lajes do Pico, em 2007.

Em 2006, Mário Cabral concluiu o seu doutoramento em Filosofia, com a tese *Via Sapientiae — da filosofia à santidade*, sobre Teixeira de Pascoaes, Delfim Santos e Agostinho da Silva, posteriormente publicada em 2008. Pela temática da tese, percebe-se o empenho do autor em construir sempre pontes entre a fé e a cultura, num enriquecimento mútuo que perpassou pelos vários géneros textuais que cultivou.

O seu primeiro livro publicado foi *Histórias de Uma Terra Cristã*, crónicas, Horta, 1996. Em 2000, publica *O meu livro de receitas*, poesia; em 2001, *O livro das configurações*, romance; em 2012, *Tratados*, uma brilhante leitura poética do tempo e da realidade, segundo a estrutura da Liturgia das Horas. Com o romance *O Acidente*, 2005, foi agraciado com o Prémio John dos Passos. Em 2016, publica o seu último romance, *O mistério da casa indeterminada*.

Presença assídua e discreta na imprensa regional, publicou crónicas no *Diário Insular* durante muitos anos. Atualmente, publicava no *Correio dos Açores*. Na crónica de cariz filosófico, Mário Cabral era insuperável. O pensamento que se espraia por vários ciclos de crónicas, seguindo um fio condutor, deu corpo a um acervo de textos que muito ganharia em ser reunido em livro.

Sócio efetivo do Instituto Histórico da Ilha Terceira, eleito a 27 de dezembro de 2016, era pronto e generoso na colaboração, o que fica patente nos últimos números do Boletim do Instituto Histórico.

O desaparecimento de Mário Cabral deixa imensamente mais pobre a vida académica, cultural e religiosa dos Açores.

Sérgio Toste

MONSENHOR JÚLIO DA ROSA (1924-2015)



Sempre conheci o Padre Júlio da Rosa. Ele e meu pai eram grandes Amigos, com interesses comuns, como o colecionismo de antiguidades, pelo que ele frequentava a nossa casa do Faial, onde, às vezes, se socorria de livros de arte que meu pai ia adquirindo. Era visita obrigatória pelo Natal e Ano Novo, para provar o bolo de Natal ou o *plum pudding*, entre doces em que minha mãe era exímia, acompanhado por um Moët & Chandon, Brut Imperial - dos anos cinquenta, que meu pai, comprava uma vez por ano, na célebre Famous Shop dos Bensaúde, talvez o único ponto dos Açores de que se dispunha na época para venda de *champagne* verdadeiro, isto na década de 50, para abastecimento dos estrangeiros das companhias dos cabos submarinos.

Recordo também que foi com ele e meu pai que visitei, pela primeira vez, em outubro de 1957, já lá vão 60 anos, os principais museus de Lisboa, isto na estada de 15 dias, de um vapor ao outro. Estávamos hospedados na Pensão Universal, na Avenida Duque de Loulé, da D. Alda Valadão, cuja sala de refeições repleta, era animada pela alegria contagiante que o Sacerdote emanava, reforçada pelas suas estridentes gargalhadas, não obstante a grande preocupação com a crise sísmica do vulcão dos Capelinhos, que começara havia poucos dias.

Apesar de eu ter deixado de viver no Faial, era raro o ano em que não nos encontrássemos aí, ou na Terceira, para um jantar que tinha como sobremesa o célebre *pudim de batata* do Conde da Praia da Vitória. Júlio da Rosa era um homem de bom gosto, apreciando certos requintes.

Conhecido apenas como Júlio da Rosa, os irmãos todos usavam *da Silveira*, nasceu na freguesia dos Flamengos a 24 de maio de 1924, na ilha do Faial, e foi batizado a 21 de junho de 1924, na igreja paroquial de N^a S^a da Luz (Flamengos), pelo vigário João

Goulart Cardoso. Seus pais foram José da Rosa da Silveira e Maria Emília do Coração de Jesus (nome do registo de nascimento), mas que figura sempre como Maria da Rosa Silveira. Toda a família era natural da freguesia da Praia do Norte (Faial). Um dos avós foi auxiliar do feitor na Cerca da Fajã da Praia do Norte, importante propriedade que foi da família Rocha, meus antepassados. A oferta de trabalho na cidade é que fez com que o casal se radicasse nos Flamengos.

No entanto, o falecimento da progenitora quando Júlio da Rosa ainda não tinha um ano de idade, fez com que ele e alguns dos irmãos fossem acolhidos por vários familiares residentes na Praia do Norte. Aí, fez os estudos primários e a sua Primeira Comunhão, e aos doze anos recebeu o sacramento do Crisma na Matriz, tendo por padrinho o reverendo ouvidor José Pereira da Silva, futuro Monsenhor e Vigário-Geral da Diocese.

Nesta freguesia, viveu até aos treze anos, onde concluiu com brilho os estudos primários, como aluno do professor Raúl Goulart. Ingressou, em 1938, no Seminário Diocesano de Angra, sendo ordenado sacerdote na Sé Catedral de Angra, a 12 de junho de 1949, pelo Bispo D. Guilherme Augusto da Cunha Guimarães. A Missa Nova foi celebrada na Catedral, no dia seguinte, de Santo António, tendo como padrinhos os colegas de curso, Cândido Botelho Falcão e Emanuel Falcão Diniz, ambos terceirense.

Formou-se com 16 valores no Curso de Teologia, e pouco depois, ainda em 1949, inicia o seu serviço na Paróquia de N^ª S^a das Angústias, cidade da Horta, que se prolongou por sessenta e dois anos de intenso e profícuo labor.

Na estruturação da sua paróquia, fundou associações e movimentos de natureza vária, a “Casa dos Rapazes” – centro de convívio para formação de jovens (1955) e a “Capela” – Grupo Coral (1956), “Conferência Vicentina”, “Secção Feminina” para os pobres da freguesia (1960), “Corpo Nacional de Escutas” – Agrupamento 171, como assistente e educador (maio de 1963), a “Cozinha Paroquial”, que começou a fornecer almoço diário a 120 crianças até ao verão de 1974 (1966), a “Escola Paroquial”, que lecionava até ao 2^a Ciclo Liceal, com horário pós-laboral, destinada a alunos externos com mais de 18 anos, que permitiu a formação de várias pessoas com cursos médios, como professores primários, regentes agrícolas, etc. (1966 até 1972).

Dotado de queda especial para o jornalismo, ainda aluno do Seminário Diocesano começou uma colaboração intensa em “A União”, no “Diário Insular”, no “Correio da Horta” e “O Telégrafo”, entre outros títulos, e criou com os colegas Manuel Coelho de Sousa e Francisco Carmo, entre outros, uma página de Juventude no órgão oficial da Diocese.

Ainda em apoio à divulgação e dinamização da vida pastoral, fundou em 1959 o boletim paroquial “A Vida”, bem assim “Florinhas de S. Francisco” e “Monte Carmelo”, para as Ordens Terceira de S. Francisco, entre 1963 e 1993, e do Carmo, entre 1973 e 2005, enquanto Comissário de ambas.

Relativamente a obras realizadas na Igreja Paroquial, foram profundas e o enriquecimento patrimonial está bem patente na herança aí deixada.

No campo cultural, foi cofundador do Núcleo Cultural da Horta, em 1955, logo integrando a sua primeira direção como Vice-Presidente e depois seu Presidente de 1968 a 1988. Acompanha ainda o surto da criação de instituições de caráter cultural nos Açores, ligando o seu nome como cofundador do Instituto Açoriano de Cultura, sócio da Sociedade Afonso Chaves, Instituto Cultural de Ponta Delgada e Instituto Histórico da Ilha Terceira (sócio correspondente desde 10 de setembro de 1985). Paralelamente, foi sócio da Sociedade Histórica da Independência de Portugal e sócio Honorário do Instituto de Estudios Genealógicos del Uruguay, Montevideo, desde 1979. Fez mais de uma dúzia de conferências sobre História Açoriana em Universidades como a dos Açores, a Brown University, Providence, R.I., E.U.A. e outras estrangeiras, do Brasil e Canadá.

Participou em diversos congressos e colóquios, apresentando comunicações cuja publicação se encontra dispersa por várias publicações inerentes. Foi orador sacro de amplos recursos e prefaciou algumas obras.

Entre 1957 e 1977, foi Professor do Liceu Nacional da Horta, onde lecionou História, Português, Organização Política e Administrativa da Nação, Filosofia e Latim.

Foi membro do Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (1981).

Nunca escondeu a sua simpatia por um regime monárquico, que sempre defendeu e que congregava vários sacerdotes açorianos da época, como Mateus das Neves, António Joaquim Inácio de Freitas, Isaías da Rosa Pereira, António Cardoso, António da Rosa Pinheiro, Henrique Pinheiro de Escobar, Hermínio da Silveira Amorim, Cândido Botelho Falcão e Luís Cota Vieira, que me lembre agora.

Aliás, por duas vezes, obsequiou no Faial o Duque de Bragança, D. Duarte Pio João, uma delas com seus irmãos, Duques de Viseu e de Coimbra, na sua casinha de veraneio da Fajã da Praia do Norte, juntando aí os monárquicos faialenses, isto nos anos setenta e oitenta.

Segundo penso, uma das atividades mais relevantes que realizou foi a recolha sistemática e criteriosa de peças de arte religiosa e não só, que se encontravam abandonadas ao desprezo e em péssimas condições, em arrecadações de igrejas e passais, sobretudo do Faial e Pico, e que lhes deitou a mão, com a anuência do Prelado Diocesano, o que, por vezes, causou incompatibilidades e incompreensões. Essas recolhas começaram antes de 1960 e deram origem ao Museu de Arte Sacra e Etnografia Religiosa, instalado em dependências da Igreja de São Francisco da Horta, aberto ao público em 1965, com um excepcional e valioso acervo, que incluía esculturas flamengas.

Tanto que, em 1977, reconhecendo o Governo Regional dos Açores a sua meritória ação neste domínio, o S.R.E.C. convida-o para Diretor do Museu da Horta, acabado de criar. E não podemos olvidar o ter com a sua obstinação e perseverança conseguido para este museu a coleção de miniaturas em miolo de figueira, então no Brasil, da autoria de Euclides Rosa (faialense), bem assim a interessante mostra de objetos relacionados com os Cabos Submarinos, assuntos que se prendem, também, com um dos mais importantes e significativos períodos da vida económica da gente do Faial. De referir a integração do pequeno Museu Municipal, formado pelo professor Manuel Dionísio, etnógrafo e etnólogo.

Registamos também o grande incremento que deu às Festas da área da sua paróquia, como, naturalmente, a Festa da Nossa Senhora das Angústias e a Festa da Senhora da Guia, padroeira dos pescadores. Mencionamos, igualmente, a reabilitação da igreja da Nossa Senhora do Carmo e sua festa, enquanto comissário da Ordem do Carmo.

A “Fundação Mater Dei” e a “Academia Mariana” constituíram um legado à paróquia, freguesia, cidade, ilha e Região Autónoma dos Açores.

O Estado Português concedeu-lhe os graus de Comendador da Ordem do Infante Dom Henrique (1962) e da Ordem de Mérito (1994). A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores atribuiu-lhe a Insígnia Autonomica de Mérito Cívico. A C.M. da Horta agraciou-o com a Medalha de Mérito Municipal Dourada e foram dezenas as homenagens que recebeu ao longo da sua vida, que havia de terminar aos 91 anos de idade e 66 anos de sacerdócio, no dia 13 de novembro de 2015, ficando, sem dúvida, uma das maiores referências da igreja açoriana, particularmente do grupo central. A A.L.R.A.A. em 12 de janeiro de 2016 aprovou, por unanimidade, um Voto de Pesar pelo seu falecimento.

O Município faialense e a Junta de Freguesia das Angústias deram o seu nome a um jardim, sito na zona do Bairro do Hospital da cidade da Horta, figurando, igualmente, na toponímia da freguesia da Praia do Norte, com uma rua. Durante a Festa de N^o S^a das Angústias de 2017, foi colocado no adro da sua igreja, um busto em bronze de Monseñor Júlio da Rosa, escultura da autoria de Rui Goulart. A iniciativa deste monumento deveu-se ao atual Pároco, à Junta de Freguesia das Angústias, Fundação “Mater Dei” e população da Paróquia.

Foi contemplado com o título de Monsenhor pelo Papa Bento XVI, em 2006, a pedido do Bispo da Diocese, D. António de Sousa Braga.

Obras publicadas:

Visita da Imagem Peregrina de Nossa Senhora de Fátima ao Faial, 1949; *A Assunção de Nossa Senhora na Tradição Açoriana*, Ponta Delgada, 1950; *A Família Garrett na Ilha do Faial*, Horta, 1956. (Separata do vol. 1 do *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*); *Infante D. Henrique e a Sua Devoção a Nossa Senhora*, Horta, 1960. (Separata do vol. 2 do *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*); *A Consciência de Comunidade na Vida e História do Povo Açoriano*, Ponta Delgada, 1965. (Separata da III Semana de Estudos dos Açores, realizada na cidade da Horta, Faial, em Março de 1964); *Em louvor do V Centenário do Povoamento da Ilha do Faial – 1468-69 e 1468-69*, Horta, 1969. (Separata do vol. 5 – n^o1 e 2 de 1968-69 do *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*); *O Culto Eucarístico na Iniciação do Povoamento das Ilhas do Atlântico e suas constantes no Arquipélago das Ilhas dos Açores*, Angra do Heroísmo, 1976; *Nossa Senhora das Angústias, Senhora Povoadora, Padroeira da Ilha do Faial: Origens e constantes do seu culto ao longo dos cinco séculos da história faialense*, Angra do Heroísmo, 1976; *Nossa Senhora das Angústias na Ermidinha de Santa Cruz, Paróquia na Ilha 1468, freguesia na Vila e Cidade da Horta*, 1984, Horta; *A Cidade da Horta – Cinquenta anos da sua vida cultural, religiosa e artística nas décadas de 40 a 80*, Horta, 1989, I Tomo; *O Porto da Horta na História*

da aviação, Horta, 1990; *Estrela da Manhã: Academia Mariana dos Açores*, Horta, 1992. (Autores: Pe. Júlio et all); *À Procura de Raízes: Aculturação e criatividade na Arte Religiosa, como mensagem e vida da cultura dos Açores* (Ensaio), Ponta Delgada, 1994; *A colónia flamenga na constante açoriana das navegações para o Oriente*, Angra do Heroísmo, 1998. (Separata do *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*); *Ribeira Funda, povo sem história: com tradição, habitat, religião, arte e cultura*, Horta, 2005; *Santíssimo Salvador: titular da Sé Catedral de Angra do Heroísmo e da Igreja Matriz da cidade da Horta*, Horta, 2007; *Senhor Bom Jesus de São Mateus*, 2012, para assinalar os 150 Anos de Culto.

Bibliografia:

- Bettencourt, Jácome de Bruges – *A Ermida do Varadouro. Subsídios para a sua história*. Separata do Boletim do I.H.I.T., 2000.
- Costa, Ricardo M. Madruga da – «Rosa (Monsenhor), Júlio da». Enciclopédia Açoriana. D.R.C. <http://www.culturacores.azores.gov.pt/ea/pesquisa/Deufault.aspx?id=9802>
- Lobão, Carlos – Fundação “Mater Dei”, in *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 2016.
- Silveira, Cristina – *Vida e Obra de Monsenhor Júlio da Rosa. Memórias pessoais e coletivas*. Roma Editora, 2014.

Jácome de Bruges Bettencourt

PADRE JOSÉ CARLOS VIEIRA SIMPLÍCIO

Lajes do Pico, 1937 – Angra do Heroísmo, 2017



José Carlos Vieira Simplício nasceu na paróquia da Silveira, freguesia das Lajes do Pico a 4 de agosto de 1937. Frequentou o Liceu da Horta e o Seminário de Angra, sendo ordenado presbítero a 1 de julho de 1965, no Santuário do Senhor Bom Jesus no Pico onde viria mais tarde a ser Reitor até à sua aposentação. Foi para Timor, onde trabalhou, entre 1965 a 1968, com D. Jaime Garcia Goulart, de quem foi secretário particular, diretor do jornal diocesano, professor no Liceu de Dili e encarregado da pastoral da juventude nessa diocese.

De missionário em Timor passa para os Estados Unidos da América, no estado da Califórnia, diocese de Stockton, em Turlock, onde, a partir de uma paróquia portuguesa já existente funda a Comunidade de N^a. S^a. dos Portugueses ou da Assunção, com um Centro Cultural Português, força motriz e foco irradiador da comunicação da fé cristã e da cultura portuguesa junto dos emigrantes. Passou ainda pelas dioceses de São Francisco, S. José e de Fresno na Califórnia, onde colaborou, até regressar aos Açores nos anos 80 do século passado.

Na diocese de Angra, foi pároco, durante três décadas, na Matriz das Velas em São Jorge, do Pico da Pedra em São Miguel, da Conceição da Horta no Faial e de São Mateus do Pico, acumulando paróquias vizinhas nestas ilhas sempre que necessário. Durante um longo período de doença viveu nas Casas de Saúde dos Irmãos de São João de Deus em Ponta delgada e Angra do Heroísmo, onde faleceu a 5 de junho de 2017, sendo sepultado na sua terra natal das Lajes do Pico.

Deixa doze obras publicadas a saber:

Murmúrios dos meus quinze anos (primeiros versos), Edição da Livraria Andrade, Angra, 1954.

O culto de S. Tomás de Aquino no Seminário Episcopal de Angra. Separata da revista Insulana, Ponta Delgada, 1959

Os maiores dias da Vila da Madalena, edição da Comissão Organizadora das festas de Santa Maria Madalena de 1960

Nossa Senhora de Lourdes na piedade açoriana, separata da revista Insulana, Ponta Delgada, 1963

O Padre Cândido da Ávila Martins, separata da revista Atlântida, Angra do Heroísmo, 1963

Hora de Terça (Poemas), Angra do Heroísmo, 1965.

Padre João Inácio de Azevedo Encarnação – Separata da revista Atlântida, Angra do Heroísmo, 1969

Padres da ilha do Pico. Alunos no Seminário Episcopal de Angra. Subsídios biográficos. Volume I, 1970.

Senhora nossa ilha à Roda, (versos sobre titulares e patronos da ilha do Pico) s/ editor, 1985.

Padre João Inácio de Azevedo Encarnação – Pioneiro da Missionaço junto dos Emigrantes Portugueses dos Estados Unidos da América - Separata do Colóquio «O Faial e Periferia Açoriana nos Séculos XV a XIX». Núcleo Cultural da Horta, 1995.

Louvando o Senhor e seus Santos. Titulares e patronos da ilha do Faial, em versos, s/ editor, 2000.

Daqui Houve Missionários até aos Confins do Mundo, sem editor, com o patrocínio das Câmaras Municipais da ilha do Pico, 2000.

Homem desde cedo interessado pelas letras, artes e investigação histórica, destacou-se como orador e escritor. Muitos dos seus paroquianos e amigos lhe devem o amor pelos estudos e cursos superiores que hoje possuem. Deixa mais obra por publicar do que editada, a partir dos arquivos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e S. Mateus do Pico, que certamente ainda darão muitos frutos de conhecimento.

José Carlos Simplício era sócio correspondente do Instituto Histórico da Ilha Terceira, por eleição na 2ª. reunião extraordinária de 23 de maio de 2002.

Cónego Hélder Fonseca

PROFESSOR DOUTOR ANTÓNIO DIAS FARINHA

A Mesa do Instituto Histórico teve conhecimento da morte do seu sócio correspondente o Professor Doutor António Dias Farinha.

Era licenciado em Medicina e História e doutorado em História pela Universidade de Lisboa, licenciado em Árabe pelo Institut National des Langues Orientales Vivantes (Paris).

O Professor Doutor Dias Farinha foi Catedrático de História e de Árabe na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Diretor do Instituto de Estudos Árabes e Islâmicos da mesma Universidade.

Foi membro, nomeadamente, da Academia das Ciências de Lisboa, da Academia Portuguesa da História, da Academia Internacional da Cultura Portuguesa, da Academia de Marinha, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Real Academia de la Historia (Espanha) e da Societé Asiatique (França).

Foi distinguido com dois prémios de Investigação Calouste Gulbenkian “Presença de Portugal no Mundo” e com o Prémio de História da Comissão Portuguesa de História Militar.

Recebeu as seguintes distinções e condecorações: Medalha de Ouro da Cultura Árabe (2006) da ALECSO, Cruz Naval de 1ª Classe e a Comenda da Ordem Nacional do Infante D. Henrique.

Tem diversos livros e numerosos artigos publicados.

Havia sido eleito sócio correspondente do Instituto Histórico da Ilha Terceira em reunião extraordinária de 12 de Dezembro de 2003.

DR.^a JUDITE TOSTE EVANGELHO
Ribeirinha, ilha Terceira, 1939
Copacabana, Rio de Janeiro, 2017

Nasceu na freguesia da Ribeirinha, ilha Terceira, a 26 de Dezembro de 1939, filha de José Luís Evangelho e de Veríssima Toste Evangelho, e emigrou para o Brasil nos anos 50 do século XX, fixando-se no Rio de Janeiro.

Faleceu em Copacabana, Rio de Janeiro, a 15 de Maio de 2017.

Licenciada em História.

Era membro do Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro e da Casa dos Açores daquela cidade da qual o seu marido Francisco da Rocha Machado havia sido Presidente. A Dr.^a Judite Evangelho empenhou-se na remodelação e valorização da biblioteca da Casa dos Açores como centro de conhecimento dos Açores no Rio de Janeiro.

Dedicou uma atenção especial à investigação sobre a presença dos açorianos no Brasil publicando diversos livros e artigos em revistas da especialidade, nomeadamente, os seguintes:

Açorianos no Comércio do Rio de Janeiro

As características dos Açorianos nas Viagens em Direitura dos Açores ao Brasil (1922-1926)

Os Açorianos e a Produção Leiteira no Rio de Janeiro (1860-1927)

Vitorino Nemésio e o Rio de Janeiro

Os açorianos no Rio de Janeiro 1860-2000

História dos Ilhéus das Cabras: de património público a privado (recorde-se que os ilhéus das Cabras foram propriedade da família da Dr.^a Judite Toste Evangelho durante a primeira metade do século XX).

A Dr.^a Judite Evangelho era sócio correspondente do Instituto Histórico da Ilha Terceira desde 1998.

Jácome de Bruges Bettencourt

DR. MANUEL CAÇOILLO FIDALGO

1934-2013

A Mesa do Instituto Histórico só agora teve conhecimento da morte do seu sócio subscritor Dr. Manuel Caçoilo Fidalgo.

Embora careça de informação detalhada sobre a sua biografia deixa alguns fatos da sua vida que são do seu conhecimento.

Nasceu na Vila da Gafanha da Nazaré, concelho de Ílhavo, a 26 de Janeiro de 1934. Faleceu a 3 de Setembro de 2013 na freguesia da Parede, Cascais.

Era licenciado em Ciências Sociais e Políticas e concluiu a licenciatura do Curso Complementar de Estudos Ultramarinos.

Nos Açores foi Professor contratado no Liceu Nacional da Horta em 1976.

Veio viver para a ilha Terceira já depois de reformado. Foi autorizado por Resolução do Governo Regional dos Açores, de 7 de Abril de 1982, a exercer o cargo de técnico superior do Departamento Regional de Estudos e Planeamento dos Açores (DREPA).

Trabalhou nos Planos Anuais e de Médio Prazo Regionais e Municipais.

Foi sócio do Instituto Açoriano de Cultura e diretor da *Atlântida – Ciências Sociais*.

Participou em diversos Congressos e tem vários livros e artigos publicados.

Jácome de Bruges Bettencourt

RELAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES ENTRADAS NO INSTITUTO

Imagens Antigas do Funchal Urbano, Colecção Iconográfica, Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira.

Pedro Marçal Vaz Pereira, *As Missões Laicas em África na 1.ª República em Portugal*, 2 volumes (oferta do autor).

A Diocese de Angra nas Cartas dos seus Prelados 1695-1812, introdução e transcrição de Susana Goulart Costa.

Relatório do 30.º Bispo de Angra D. Francisco José Ribeiro Vieira e Brito por Ocasão da Visita ad Sacra Limina de 1900, introdução, notas e transcrição de João Maria Mendes e Susana Goulart Costa.

Paulo Alexandre Loução, *A Profecia de João XXIII* (romance).

Padre Francisco Dolores Monteiro Borges de Medeiros, *A Brecha*.

Manuel António Vasconcelos – Pioneiro da Arquitetura Modernista, Instituto Cultural de Ponta Delgada

Luís da Silva Ribeiro – Alma e Consciência da Ilha Terceira e dos Açores, catálogo da exposição na Biblioteca e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro de Angra do Heroísmo.

Culturaçores – Revista Cultural, Direção Regional da Cultura do Governo dos Açores.

Revista Portuguesa de História, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Revista Islenha, Direção Regional da Cultura do Governo da Madeira.

Jornal do Exército

Revista de Marinha (oferta do Proprietário e Diretor Almirante Alexandre da Fonseca).

Almanaque do Camponez, edição do centenário (oferta do editor).

Índice

Pag.

75.º Aniversário do Instituto Histórico da Ilha Terceira

João Maria Mendes - <i>Nota do Presidente</i>	21
Álvaro Monjardino - 75 anos	25
José Guilherme Reis Leite - <i>O Instituto Histórico da Ilha Terceira na Atualidade</i> ...	27
Francisco dos Reis Maduro-Dias - <i>Porquê ser IHIT no Início do Século XXI?</i>	29
Eduardo Ferraz da Rosa - <i>Memórias, Heranças e Prospectiva do Instituto Histórico da Ilha Terceira</i>	31

Palestra Comemorativa dos 483 Anos da Criação da Cidade de Angra

Álamo Oliveira - <i>Angra, Alguns Poetas e Eu</i>	45
---	----

Nos 500 Anos das Teses de Martinho Lutero

Mário T. Cabral, ofs - <i>Uma Leitura Filosófica das Teses de Wittenberg</i>	57
--	----

No 150.º Aniversário do Nascimento de Tomás de Borba

Duarte Manuel Gonçalves da Rosa - <i>As 95 Teses Afixadas por Martinho Lutero na Abadia de Wittenberg a 31 de Outubro de 1517</i>	79
---	----

Artigos

Maria Odete Sequeira Martins - <i>Da Planície para o Atlântico os Açores no Olhar Atento da Duquesa de Beja</i>	97
Adriano Manuel Torres Borges - <i>Sínodos da Península Ibérica no Século XVI</i>	117
Félix Rodrigues - <i>Astrolábio Planisférico Árabe do Século XVII/XVIII do Museu de Angra do Heroísmo: falso abd al – a’imma</i>	179

	Pag.
Dionísio Mendes de Sousa - <i>Do Historiador Francisco Ferreira Drummond - Da Memória aos Anais do Sentencioso ao Assertivo</i>	189
Leandro Ávila - <i>O Imaginário Imperial no Império Português: Uma Breve Abordagem entre a Teoria e a Prática</i>	199
Félix Rodrigues - <i>A Astronomia na Obra de Camões</i>	211
J. M. Soares de Barcelos - <i>Pescaria das Vejas nas Flores</i>	237
Hélio Soares - <i>A Função Terapêutica da Capa do Senhor Santo Cristo dos Milagres</i>	245
J. M. Soares de Barcelos - <i>Americanismos mais Frequentemente Ouvidos nos Açores</i>	287
Hélio Soares - <i>Da Tosquia às Coberturas de Cabeça do Corvo</i>	295
Duarte Manuel Gonçalves da Rosa - <i>Arquitectura e Artes Plásticas no Período do Estado Novo: Arte, Poder e Sociedade Território Português Insular Ilha Terceira, Açores</i>	339

Documentos

José Guilherme Reis Leite e Manuel Augusto de Faria - <i>A Capitania-Geral dos Açores em um Documento de 1799 - O Governo Interino</i>	355
--	-----

Vida do Instituto

Relatório de Atividades do Ano de 2016	377
Relatório do Conselho Fiscal Sobre as Contas do Exercício de 2015	387
Relatório do Conselho Fiscal Sobre as Contas do Exercício de 2016	391
Propostas de Atividades para o Ano de 2017	394
Ata da Primeira Reunião Extraordinária de 2016	395
Ata da Segunda Reunião ordinária de 2016	395
Necrologia	401

Ficha técnica

Edição:

Instituto Histórico da Ilha Terceira

Execução Gráfica:

Coingra, Lda. – www.coingra.pt

ISBN: 978-972-9220-34-0

Dep. Legal: 158131/00

350 exemplares

